

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

A ação orientadora remota da fiscalização do Sistema CFN/CRN: desafios em tempos de COVID-19

Thaís de Oliveira; Claudia Maria Treumann Rocha.
Conselho Regional de Nutricionistas - 3ª Região, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Fiscalização (PNF) do Sistema CFN/CRN, estabelece suas diretrizes no escopo da atividade-fim dos Conselhos Regionais: “*fiscalizar, orientar e disciplinar o exercício profissional de nutricionistas e técnicos em nutrição e dietética (TND)*”. Considerando, entre outros, a declaração da Organização Mundial da Saúde em 11/03/2020 que a contaminação com o novo coronavírus caracterizava pandemia, novas ações para a continuidade da fiscalização foram propostas, de forma remota, como o Projeto “Roteiros de Ação Orientadora Remota da Fiscalização” (RAOR), que surgiu a partir da necessidade de coletar informações, acolher os profissionais e auxiliá-los nos desafios surgidos com o enfrentamento da pandemia no âmbito profissional. O objetivo deste estudo é apresentar os resultados deste projeto.

MÉTODOS

Trata-se de estudo transversal. Foram realizados contatos telefônicos pelos nutricionistas fiscais, com os profissionais, registrando-se as informações em plataforma única (<http://raor.cfn.org.br/>). Foram propostos 08 modelos de RAOR, específicos por área de atuação. A seleção dos profissionais foi feita a partir de banco de dados de inscritos ativos e sem vínculo formal de trabalho perante ao CRN, e que durante o contato relataram atuação profissional. Após preenchimento do RAOR, foram feitas orientações padronizadas de acordo com a situação encontrada, verbalmente e via *email*. Ao final do projeto, todos os dados coletados foram tabulados em um relatório unificado, obtendo-se um diagnóstico situacional da metodologia de trabalho adotada na vigência da pandemia e eventuais alterações no regime de trabalho.

RESULTADOS

Entre 8/02/2020 e 30/11/2021, foram aplicados 5992 questionários no país, sendo 3250 (54%) para inscritos em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Foram contemplados 7 segmentos de atuação do Nutricionista (n - número absoluto e % do total): Nutrição Clínica (NC) – Ambulatório/Consultório (1163/60%); Alimentação Coletiva (718/55%), NC – Hospital (418/51%), Alimentação Escolar (AE) pública (286/32%), Instituição de Longa Permanência para Idosos (205/69%), AE privada (137/46%) e Saúde Coletiva (113/51%). Foram aplicados 210 RAOR’s com TND’s, (98% do total do país). Todos os segmentos adotaram mudanças, tais como: modalidade de trabalho remota, alteração de

hábitos sociais, adequação de instalações físicas, utilização de novos equipamentos de proteção individual, maior higienização de equipamentos, áreas e utensílios, dentre outros. O segmento cujo regime de trabalho foi mais comprometido, com rescisão de contrato e redução de honorários, foi a AE Privada (13% das unidades escolares permaneciam fechadas por força de decreto no momento da aplicação do RAOR).

CONCLUSÃO

O Projeto RAOR trouxe informações importantes acerca da metodologia de trabalho adotada durante a pandemia, representando estratégia para acolhimento e orientação aos inscritos, e manutenção da atividade-fim do órgão, conforme diretrizes estabelecidas pela PNF.

Palavras-chave: Política Nacional de Fiscalização|COVID-19|Sistema CFN/CRN

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

A associação do consumo de polifenóis com o estado nutricional antropométrico de mulheres em idade reprodutiva sob assistência ambulatorial

Manuela Dolinsky; Thalita Vicente Brandão; Camila Alves de Azevedo Monteiro Jardim; Jennifer Calazans da Conceição; Marcelly Christina Cabral dos Santos; Renata Frauches Medeiros.

Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O quantitativo de indivíduos com sobrepeso e obesidade é crescente a nível mundial e caracteriza-se como um problema de saúde pública. Sabe-se que o excesso de peso é um agravante para o surgimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e possibilita um estado inflamatório e conseqüentemente propenso a uma maior produção de Espécies Reativas de Oxigênio (EROS), o que traz prejuízos à saúde da mulher, principalmente em idade reprodutiva. Dessa forma, assistência ambulatorial é capaz de propiciar estímulo ao consumo de alimentos que possuem polifenóis, sendo estes uma estratégia eficaz na prevenção de DCNT e atuando como adjuvantes terapêutico na melhora do quadro dessas possíveis comorbidades por apresentarem propriedades antioxidantes e anti-inflamatórias. Com isso, o objetivo deste trabalho é avaliar a associação entre os teores de polifenóis consumidos e o estado nutricional antropométrico de mulheres em idade reprodutiva.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal randomizado com dados coletados de prontuários do Ambulatório de Dietética e Alimentos Funcionais da Universidade Federal Fluminense (UFF), com público alvo de mulheres com idade de 18 a 39 anos em 2019. Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da UFF sob o nº 07017518.9.0000.5243 CAAE. Foram analisados 42 prontuários após a aplicação dos critérios de exclusão, o estado nutricional antropométrico foi avaliado através do Índice de Massa Corporal (IMC) e os teores de polifenóis consumidos foram quantificados através do recordatório de 24 horas utilizando o programa *Phenol Explorer*, onde foram excluídos os alimentos de origem animal ou com quantidades não especificadas no inquérito dietético.

RESULTADOS

Os principais alimentos que estavam com as quantidades explícitas no inquérito dietético e que puderam ter seus teores de polifenóis quantificados foram pão de farinha branca e integral, arroz branco, feijão preto e café. Foi observada uma maior frequência do consumo de TP (Teores de Polifenóis) conforme aumentava o IMC das mulheres estudadas. Mulheres com IMC na faixa de 20-30kg/m² apresentaram consumo <500mg de TP na dieta, enquanto mulheres com IMC >25kg/m² apresentaram uma prevalência de consumo entre 1000-1500mg de TP.

CONCLUSÃO

As mulheres com estado nutricional antropométrico de sobrepeso ou obesidade tiveram ingestão superior de polifenóis quando comparadas com as eutróficas. Portanto, deve-se levar em consideração que o valor energético total dos alimentos analisados é superior às principais fontes de polifenóis consumidas pela população brasileira, que são frutas, verduras e legumes.

Palavras-chave: Alimentos funcionais|saúde da mulher|inquéritos dietéticos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Abordagem do estigma nas diretrizes clínicas para o cuidado das pessoas com obesidade

Erika Cardoso dos Reis¹; Elma Lúcia de Freitas Monteiro²; Ana Claudia Morito Neves¹; Tatiane Palmeira Eleutério³; Phillipe Augusto Ferreira Rodrigues⁴.

1. Ufop, Ouro Preto - MG - Brasil; 2. Uftm, Uberaba - MG - Brasil; 3. Unimontes, Montes Claros - MG - Brasil; 4. Uniabeu, Rio de Janeiro - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade é uma doença crônica não transmissível (DCNT) de origem multifatorial e complexa, considerada um grave problema de saúde pública pelas suas proporções epidêmicas. O cuidado dos indivíduos com obesidade envolve diferentes abordagens principais e as diretrizes clínicas possuem um importante papel ao sistematizar as melhores evidências para orientar profissionais de saúde, indivíduos e gestores sobre o diagnóstico e tratamento.

Diante da relevância das recomendações terapêuticas para a prática clínica e elaboração de políticas públicas, o objetivo deste trabalho foi analisar a abordagem do estigma vivenciado pelos indivíduos com obesidade por meio de diretrizes clínicas de diversos países, produzidas entre 2000 e 2020.

MÉTODOS

Estudo qualitativo com busca sistemática das recomendações diretrizes clínicas para o tratamento da obesidade publicadas entre 2000 e 2020, recuperadas nas bases de dados *Guidelines International Network* (GIN), Medline, Scopus e Web of Science, páginas de instituições de saúde e sociedades de categorias profissionais disponíveis na internet.

Para a análise, as seguintes etapas foram implementadas para cada diretriz: 1. Descrição do público-alvo, número de páginas e presença de sumário de recomendações; 2. Descrição e análise da abordagem do estigma no conteúdo da diretriz.

RESULTADOS

Foram analisadas 26 diretrizes clínicas, sendo dez da Europa (Bélgica, Finlândia, França, Inglaterra, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega e Escócia), cinco da América do Norte (Canadá, EUA-NHLBI, EUA- Department of Defense, EUA-American College of Cardiology e EUA – AACE), cinco na América Latina (Argentina, Brasil/MS, Brasil/ABESO, México e Colômbia), cinco da Ásia (Malásia, República da Coreia, Cingapura, Arábia Saudita e Catar), uma na Oceania (Austrália) e uma mundial

(Organização Mundial de Gastroenterologia). Duas diretrizes eram anteriores ao ano 2010, 11 haviam sido elaboradas entre 2010 e 2015 e 13 datavam de 2016 em diante.

A abordagem do estigma e preconceito foi feita por 16 diretrizes clínicas, variando consideravelmente no nível de aprofundamento. O estigma foi abordado orientando que profissionais considerem o preconceito vivenciado pelas pessoas com obesidade antes de qualquer etapa do cuidado. As diretrizes recomendam também que essa interação deve ser mediada por diálogo e respeito, pois, embora a obesidade seja uma doença, ainda é associada pela sociedade em geral ao desleixo e preguiça.

CONCLUSÃO

É necessário que mais diretrizes clínicas reforcem que o tratamento da obesidade deve ter como objetivo a melhoria da saúde e não um número na balança. Como documento orientador, as diretrizes devem destacar que a obesidade não é fruto de escolhas individuais, mas uma doença associada às condições relacionadas ao ambiente alimentar, influenciado pelos aspectos socioeconômicos e políticos. Estas questões ainda são muito pouco abordadas pela maioria das diretrizes clínicas para a obesidade.

Palavras-chave: Obesidade|Estigma de peso|Diretrizes clínicas

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Aceitabilidade de preparações com aproveitamento integral de alimentos por usuários de uma feira rural no município de Sobradinho - RS

Eliana Bandeira Mainardi; Bianca Inês Etges.
Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc, Santa Cruz do Sul - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

O aproveitamento integral dos alimentos é uma alternativa capaz de propiciar às pessoas um melhor consumo nutricional e, a preocupação em reduzir o impacto ambiental causado pelo ser humano. O objetivo deste estudo foi verificar a aceitabilidade de preparações culinárias com utilização de talos e folhas de hortaliças por usuários de uma feira rural no município de Sobradinho – RS.

MÉTODOS

Pesquisa quantitativa, de delineamento descritivo transversal. Para a realização do estudo foram elaboradas duas preparações: bolo de talos e folhas de beterraba e bolo com talos e verduras. Os participantes da pesquisa para o teste sensorial foram pessoas de ambos os sexos, com idade superior a 18 anos, que frequentaram a feira de produtores rurais no município de Sobradinho - RS. Os participantes receberam uma porção de aproximadamente 30g de cada receita elaborada e uma ficha com o teste de aceitabilidade (escala hedônica estruturada mista de 7 pontos). Também foram apresentadas perguntas relacionadas ao conhecimento e uso de folhas e talos de hortaliças em preparações culinárias. Os resultados da análise sensorial foram analisados quanto à média de aceitabilidade das preparações e as médias foram relacionadas com sexo, idade. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa – UNISC, CAAE 50402921.8.0000.5343, parecer nº 4.897.251.

RESULTADOS

Participaram do teste de aceitabilidade 50 usuários da feira, A maioria era do sexo feminino (92%), com idades entre 22 a 70 anos. No presente estudo, as duas preparações receberam notas 7.0 ou muito próximas de 7.0, indicando 100% de aceitação no paladar dos provadores. O bolo de talos e folhas de beterraba (doce) teve média 7.0 de aceitabilidade e talos e verduras (salgado) obteve média de 6.9 de aceitabilidade. Observa-se que não existe diferença entre as médias de aceitabilidade entre o sexo e idade dos participantes. Quando questionados se tinham conhecimento de que é possível utilizar talos e folhas de hortaliças para preparar receitas, 88% (n=50) dos usuários da feira responderam

que sim. Dos que responderam que tinham conhecimento (n=44), 68% relataram que utilizam ou já utilizaram talos e folhas de hortaliças.

CONCLUSÃO

Os resultados dos testes de aceitabilidade demonstram que as duas preparações elaboradas com aproveitamento integral de alimentos tiveram boa aceitação, não apresentando diferença entre as médias de aceitabilidade entre as duas preparações, nem entre o sexo e idade dos participantes da pesquisa. A maioria dos participantes relatou já terem conhecimento sobre a utilização de talos e folhas de hortaliças em preparações culinárias e 100% refere que passará a utilizá-los com mais frequência. Portanto, tem-se nas preparações com aproveitamento integral dos alimentos uma ótima alternativa para evitar o desperdício de alimentos, além do acréscimo de nutrientes as preparações, ao mesmo tempo em que se estimula o consumo através de receitas atrativas e com boa aceitabilidade.

Palavras-chave: Desperdício|Alimentação saudável|Qualidade de vida|Análise sensorial|Talos e folhas de hortaliças

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Ações e estratégias realizadas pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família no contexto do cuidado à pessoa com sobrepeso e obesidade

Ana Claudia Morito Neves¹; Erika Cardoso dos Reis¹; Diana Martins Marcos¹; Elma Lúcia de Freitas Monteiro²; Tatiane Palmeira Eleutério³.

1. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto - MG - Brasil; 2. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (Uftm), Uberaba - MG - Brasil; 3. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade se caracteriza como sendo uma doença multifatorial com proporções epidêmicas. O apoio e cuidado à pessoa com obesidade pelas equipes da atenção básica deve ser capaz de prever suas demandas abrangendo atenção integrada e eficaz, envolvendo ações que promovam o autocuidado, e ampliando a oferta de cuidados de saúde. Esse estudo teve como objetivo avaliar as ações e estratégias realizadas pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) no contexto do cuidado à pessoa com sobrepeso e obesidade, em Minas Gerais.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, observacional orientado pelo Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology (STROBE) com dados do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB. Para o presente estudo, foram analisados dados do ciclo 3, realizado nos anos 2017/2018, e selecionadas as variáveis do módulo IV - entrevistas com o profissional da Equipe de Atenção Básica, bloco “IV.13. Atenção à pessoa com obesidade”. Os dados utilizados são de livre acesso na página eletrônica da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, não sendo necessário a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS

Observou-se que 95,4% das equipes NASF desenvolvem com as Equipes de Atenção Básica ações para o manejo da obesidade. Dentre essas ações relatadas, 97,1% relataram prestar assistência terapêutica aos indivíduos com sobrepeso e obesidade que apresentam IMC entre 25 e 40 kg/m². A participação em processos de coordenação do cuidado dos casos complexos que necessitam de outros pontos de atenção, quando apresentarem IMC = 30 kg/m² com comorbidades ou IMC = 40 kg/m² é realizado 85,1% das equipes. No que se refere ao desenvolvimento de grupos temáticos e/ou terapêuticos direcionados ao público com excesso de peso e obesidade em conjunto com a Equipe de Atenção Básica, 89,3% relataram realizar. A qualificação dos profissionais da Atenção Básica para o cuidado do usuário com excesso de peso e obesidade, realização de estratificação de risco da população com excesso de peso e obesidade, e assistência terapêutica aos usuários que

realizaram procedimento cirúrgico para tratamento da obesidade foram realizadas por 77,3%, 73,5% e 76,7% das equipes, respectivamente.

CONCLUSÃO

As ações e estratégias realizadas pelo NASF no contexto do cuidado à pessoa com sobrepeso e obesidade se mostraram ativas nas rotinas das equipes NASF no ano de 2017/2018. Com relação a qualificação dos profissionais para o cuidado do usuário com excesso de peso e obesidade, nota-se um cenário desafiador para a efetivação da linha de cuidado em obesidade e a garantia da integralidade do cuidado, ainda que na análise do ciclo tenha apresentado altas taxas. Nesse sentido, a Educação Permanente pode ser descrita por meios de aprendizagem voltados a partir do dia-a-dia dos profissionais e das demandas de saúde pessoais e comunitárias, com potencial de qualificar e organizar os processos de trabalho.

Palavras-chave: Obesidade|Sobrepeso|Atenção Primária à Saúde|Saúde Coletiva|Atenção à Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Acompanhamento da saúde dos beneficiários do programa de transferência de renda brasileiro entre 2019 e 2022

Ellen Cristina Silva; Aurivânia Kyrille Peixoto Felício; Rayane Felipe de França;
Jessyca Camila Carvalho Santos; Ligia Rejane Siqueira Garcia.

Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (Facisa) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Uf, Santa Cruz - RN - Brasil.

INTRODUÇÃO

A pandemia da *COVID-19* teve entre suas graves consequências um grande impacto econômico no Brasil, repercutindo em expressivo número de pessoas em vulnerabilidade social. Nesse momento, destaca-se a importância das políticas públicas, a exemplo dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família/Auxílio Brasil. Desse modo, o programa se apresenta como uma forma de assistência à população carente, que mais sofreu durante o período de isolamento. E o acompanhamento da saúde é necessário para identificação de problemas nutricionais e intervenção oportuna. Assim, este trabalho objetiva analisar os dados de acompanhamento da saúde entre o período pré-pandemia (2019) e o período atual de pandemia (2022) dos beneficiários do programa de transferência de renda.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, exploratório e descritivo, a partir da análise documental dos relatórios de dados consolidados de cobertura das condicionalidades da saúde dos beneficiários do programa Bolsa Família/Auxílio Brasil, no município de Santa Cruz, Rio Grande do Norte.

A coleta de dados ocorreu na Secretaria Municipal de Saúde, tendo como responsável técnico uma profissional nutricionista, com informações obtidas através da 1ª vigência de 2019 e 1ª vigência de 2022, considerando que os anos de 2020 e 2021 não ocorreram acompanhamentos devido à pandemia de *COVID-19*.

RESULTADOS

Observou-se uma diminuição na quantidade de beneficiários para acompanhamento na primeira vigência de 2022, quando comparado a mesma vigência do ano de 2019, diminuição equivalente a 2.905 beneficiários, correspondendo a uma redução de 20% do percentual de indivíduos acompanhados. Além do evidenciado, nota-se uma redução na quantidade de gestantes em pré-natal assistidas na primeira vigência de 2022 ao estabelecer um paralelo comparativo com o ano de 2019, obtendo uma atenuação correspondente a um total de 89 beneficiadas, com um percentual de 24% de acompanhamentos.

CONCLUSÃO

Com isso, foi possível observar mudanças nos dados analisados entre os anos correspondentes, mostrando uma redução no número de beneficiários para acompanhamento da saúde no ano de 2022, momento em que se evidencia em nível nacional e regional um aumento considerável de famílias em situação de vulnerabilidade social. Destaca-se a importância desse acompanhamento da saúde dos beneficiários, bem como a relevância da atuação do gestor municipal do programa para melhorar a efetividade das políticas públicas, a partir da identificação oportuna de famílias em situação de insegurança alimentar.

Palavras-chave: Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação|Condicionalidades da Saúde|Programas Sociais.

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Adequação do ganho de peso gestacional no segundo trimestre e associação com pré-natal e fatores sociodemográficos em mulheres da Coorte Maternar

Andriele Madruga Peres; Bruna Luiza Holand; Manassés Ferreira Lemos; Vera Lúcia Bosa; Michele Drehmer; Agneskelly da Silva Ramires.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

O ganho de peso gestacional (GPG) inadequado está associado a desfechos obstétricos e neonatais desfavoráveis. São escassos os estudos que avaliam a adequação do ganho de peso por trimestre e seus determinantes. Considerando que o GPG é um fator modificável e possui grande influência na saúde materna e neonatal, o objetivo deste trabalho foi descrever o GPG no segundo trimestre e sua associação com características sociodemográficas e de pré-natal (PN) de mulheres da Coorte Maternar.

MÉTODOS

Estudo de coorte retrospectivo e prospectivo com mulheres que tiveram seus recém-nascidos em uma maternidade de referência no Sul do Brasil. Os pesos gestacionais e as datas das consultas foram extraídos das cadernetas de gestante. A adequação do GPG no 2º trimestre foi avaliado conforme o Institute of Medicine, segundo o IMC pré-gestacional: baixo peso, entre 0,44-0,58 kg/semana; eutrofia, entre 0,35-0,50 kg/semana; sobrepeso, entre 0,23-0,33 kg/semana; obesidade, entre 0,17-0,27 kg/semana. Regressões de Poisson com variância robusta bruta e ajustada foram realizadas para testar a associação entre o GPG e as covariáveis. O GPG foi dicotomizado em duas variáveis: GPG insuficiente (insuficiente/ adequado e excessivo) e GPG excessivo (excessivo/ adequado e insuficiente). As covariáveis com $p < 0,20$ na análise univariada foram incluídas no modelo multivariado final. Projeto aprovado sob CAAE: 83872018.9.0000.5327.

RESULTADOS

Foram incluídas 1001 mulheres com idade média de $28 \pm 6,1$ anos e IMC pré-gestacional médio de $26,8 \pm 5,6$ kg/m². No segundo trimestre, 279 (27,8%) mulheres ganharam peso abaixo do recomendado e 532 (53,1%) ganharam peso de forma excessiva. A cor de pele não branca aumentou 1,23 vezes o risco (IC95% 1,01–1,50) de GPG insuficiente e protegeu (RR: 0,88; IC95% 0,78–0,99) para GPG excessivo. A primiparidade reduziu em 20% o risco de GPG insuficiente no segundo trimestre (RR: 0,80; IC95% 0,65–0,99). O início tardio do PN, após a 12ª semana de gestação, aumentou em 1,16 vezes o risco (IC95% 1,03–1,32) para GPG excessivo. Não foram observadas associações estatisticamente significativas entre o GPG no segundo trimestre e idade, escolaridade, renda, planejamento da gestação e número de consultas de PN.

CONCLUSÃO

No segundo trimestre, o GPG insuficiente esteve relacionado à cor de pele não branca e à primiparidade. O início tardio do PN aumentou o risco de ganho excessivo, possivelmente relacionado à insuficiência de orientação profissional e ao início tardio de cuidados relacionados à saúde. Neste sentido é fundamental o incentivo ao início precoce do PN e a atenção às gestantes mais vulneráveis, visando orientação em tempo oportuno sobre alimentação saudável e GPG adequado, considerando os fatores de risco associados.

Palavras-chave: Ganho de Peso na Gestação|Gravidez|Estado Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Adesão à alimentação escolar de adolescentes e presença de alimentos competitivos em escolas públicas de um município do Rio de Janeiro.

Camile Robady Torres de Alvarenga¹; Carolina Antunes Dias Dargam²; Julliana Melengati de Mendonça¹; Geíza de Vasconcellos de Almeida¹; Beatriz Duarte Soares¹; Patrícia Henriques¹.

1. Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ - Brasil; 2. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é responsável por regulamentar a alimentação escolar nas escolas públicas do Brasil, que garante a oferta de refeições adequadas e saudáveis. Entretanto, estudos evidenciam baixa adesão à alimentação escolar pelos alunos, comprometendo o propósito do programa. Dentre os fatores que podem interferir na adesão à alimentação escolar, destacam-se o ambiente escolar, com ampla oferta de alimentos ultraprocessados. O objetivo deste estudo foi avaliar a adesão à alimentação escolar e a presença de alimentos competitivos com a alimentação ofertada aos alunos do ensino fundamental de escolas públicas de um município do Rio de Janeiro.

MÉTODOS

Realizou-se estudo transversal quantitativo, em quatro escolas de ensino fundamental selecionadas de forma aleatória, com alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Para a investigação da adesão dos participantes foi aplicado um questionário estruturado de autopreenchimento, com questões sobre a frequência e o consumo da alimentação escolar, considerando a classificação da adesão acima de 70% alta, entre 50 e 70% média, de 30 a 50% baixa e menor que 30% muito baixa, baseado no Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no PNAE. O índice de adesão foi calculado pela razão entre o número de alunos que referiram consumir a refeição pelo número de participantes. Para a classificação em adesão parcial e efetiva, foi considerado o consumo de 1 a 3 dias e 4 a 5 dias respectivamente. Quanto aos alimentos competitivos, realizou-se registro observacional, com auxílio de um roteiro e diário de campo, para verificar a presença de cantinas, o consumo e embalagens de alimentos ultraprocessados nas lixeiras das áreas comuns da escola. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética do Hospital Universitário Antônio Pedro, registrado com o número CAAE: 98417718.5.0000.5243.

RESULTADOS

Participaram do estudo 242 alunos de ambos os sexos. O índice de adesão (%) foi de 65,2 na escola A; 66,7 na escola B; 61,1 na escola C; 69,8 na escola D, sendo todas classificadas em média adesão. Em relação aos dias de consumo, as escolas apresentaram uma média de 63% e 37% de adesão parcial e efetiva, respectivamente. Quanto à presença de alimentos competitivos, nenhuma das escolas possuía cantina. Porém em todas foram

verificadas embalagens de alimentos ultraprocessados nas lixeiras, com destaque para as bebidas açucaradas, salgadinhos de pacote e biscoitos recheados.

CONCLUSÃO

A adesão à alimentação escolar ainda é insuficiente tendo em vista o objetivo do PNAE. Apesar do ambiente escolar não colaborar com a compra de alimentos ultraprocessados, esse resultado pode ser reflexo dos alimentos levados de casa para consumo dentro da escola. Dessa forma, a educação alimentar e nutricional no ambiente escolar se torna um instrumento essencial para a modificação desse cenário, desestimulando o consumo de ultraprocessados e semeando o interesse dos alunos pela alimentação escolar

Palavras-chave: alimentação escolar|ambiente escolar|ultraprocessados

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Adesão por profissionais não nutricionistas às recomendações sobre alimentação do Ministério da Saúde para o acompanhamento de pessoas com diabetes mellitus na Atenção Primária à Saúde – Projeto ProGUIA

Anna Beatriz de Oliveira Chaves; Lorrany Santos Rodrigues; Vivian Siqueira Santos Gonçalves.

Universidade de Brasília (Unb), Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

A alimentação é importante no controle do diabetes mellitus (DM) e deve ser parte das orientações ofertadas às pessoas, para que o tratamento seja otimizado. O Ministério da Saúde recomenda que a responsabilidade acerca dessas orientações seja compartilhada pelos profissionais das equipes de Atenção Primária à Saúde (APS) e disponibiliza diretrizes para subsidiar essas ações. Assim, o objetivo deste estudo foi investigar a adesão de profissionais não nutricionistas às recomendações do Ministério da Saúde no atendimento a pessoas com diabetes mellitus na APS, identificando características do perfil desses profissionais associadas.

MÉTODO

Trata-se de um estudo transversal que analisou dados coletados por meio de formulário eletrônico, divulgado por meio da técnica de “bola de neve” e desenvolvido por especialistas em nutrição, para identificar práticas de profissionais não nutricionistas na orientação alimentar de pessoas com DM. A distribuição das variáveis de interesse foi analisada por meio do cálculo de prevalências e intervalos de confiança 95% (IC95%). Foi realizada regressão de Poisson com variância robusta para investigar a associação entre características dos profissionais e a utilização dos seguintes materiais publicados pelo Ministério da Saúde: Guia Alimentar para a População Brasileira; Alimentação Cardioprotetora Brasileira; e Caderno de Atenção Básica (CAB). Utilizou-se o software Stata® versão 16.1 e considerou-se $p < 0,05$. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (FS/UnB) sob registro CAAE 41310920.6.0000.0030.

RESULTADOS

Participaram do estudo 857 profissionais não nutricionistas atuantes na APS de todas as macrorregiões brasileiras, sendo que cerca de 83% afirmaram se sentir pouco ou não qualificados para realizar orientações alimentares. Em relação aos materiais utilizados no atendimento, observou-se maior prevalência no uso do Guia Alimentar (33%) e do CAB (26%) em relação a outros materiais. Somente 0,25% afirmou utilizar a Alimentação Cardioprotetora. Entre as principais orientações relatadas destacam-se: a redução do consumo de alimentos ultraprocessados (81,67%) e a redução do consumo de carboidratos (78,05%). Identificou-se que o uso do CAB foi associado à idade, havendo maior uso entre os mais velhos (RP= 1,78, IC95% 1,17 – 2,70) e à atuação na Estratégia

de Saúde da Família (RP= 1,27, IC95% 1,04 – 1,56). Já em relação do uso do Guia Alimentar, a idade se comportou de forma contrária, tendo uma maior adesão entre os profissionais mais jovens (RP= 0,55, IC95% 0,36 – 0,85).

CONCLUSÃO

Percebeu-se baixa adesão dos profissionais não nutricionistas às diretrizes do Ministério da Saúde sobre alimentação para pessoas com DM, sendo o Guia Alimentar e o CAB os materiais mais citados e a Alimentação Cardioprotetora praticamente não utilizada. Ademais, observou-se uma relação entre a idade e a atuação na Estratégia de Saúde da Família com o uso dos materiais.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus|Protocolos|Guias Alimentares

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

A duração e a latência subjetivas do sono estão associadas ao índice de massa corporal em crianças menores de 1 ano de idade

Priscilla Márcia Bezerra de Oliveira; Márcia de Oliveira Lima; Patrícia de Menezes Marinho; Risia Cristina Egito de Menezes; Jonas Augusto Cardoso da Silveira; Giovana Longo-Silva.

Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

O sono é uma necessidade biológica básica, que adquire especial importância durante a primeira infância. No entanto, tem sido observado um declínio mundial na duração do sono, e evidências sugerem associação entre os indicadores de má qualidade do sono, sobretudo a curta duração, despertares noturnos excessivos (>1/noite) e tempo de latência (>30min.), e o excesso de adiposidade corporal. Mecanismos que justificam essa relação são advindos da desregulação do ciclo circadiano, que altera o funcionamento adequado da leptina, grelina, insulina, cortisol e do hormônio do crescimento, além de reduzir a taxa metabólica basal. Apesar do crescente corpo de evidências que investigam a relação entre sono e o excesso de peso, a literatura carece de estudos no primeiro ano de vida. Assim, objetivamos investigar a associação entre a duração do sono, despertares noturnos e tempo de latência com o índice de massa corporal (IMC) (médias aos 6 e 12 meses de idade) e sua variação no período de 6 meses de seguimento.

MÉTODOS

Os dados são da coorte de nascimentos: “SAND - Saúde, Alimentação, Nutrição e Desenvolvimento Infantil: um estudo de coorte”, (CAAE: 55483816.9.0000.5013). Dados demográficos foram obtidos no nascimento e dados antropométricos e de sono aos 6 e 12 meses de idade. Para os dados de sono, as mães responderam ao questionário validado *Brief Infant Sleep Questionnaire* (BISQ) e os dados antropométricos foram obtidos através de técnicas padronizadas. Foram realizadas análises de regressão linear simples e múltipla para avaliar a associação entre as variáveis dependentes: I. Média do IMC (Kg/m²) aos 6 e 12 meses e II. Variação do IMC dos 6 aos 12 meses e as variáveis independentes: I. Média da duração do sono (horas) aos 6 e 12 meses, II. Média do tempo de latência (minutos) aos 6 e 12 meses e III. Média de despertares noturnos (número) aos 6 e 12 meses. Para todas as análises, um valor de $p < 0,05$ foi adotado para definir a significância estatística.

RESULTADOS

A duração do sono e o tempo de latência associaram-se ao IMC. Para cada hora adicional de sono o IMC foi reduzido em 0,16Kg/m² (IC 95% = -0,00;-0,03, $p = 0,042$) e cada minuto adicional no tempo de latência implicou em um aumento de 0,01Kg/m² (IC 95% = 0,00;0,03, $p = 0,042$) no IMC. Estas associações foram independentes do peso de

nascimento, fumo materno durante a gestação, duração do aleitamento materno, escolaridade materna e sexo da criança. Não foram encontradas associações entre a variação do IMC do sexto ao 12º mês.

CONCLUSÃO

Os resultados sugerem que a duração do sono e o tempo de latência associam-se ao IMC no primeiro ano de vida. *Insights* sobre a influência do sono desde o início da vida no *status* de peso podem ser úteis para complementação de recomendações nutricionais e para prevenção e tratamento da obesidade.

Palavras-chave: Índice de Massa Corporal (IMC)|Privação do sono|Latência do Sono|Criança|Estudos de Coorte

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

A influência das redes sociais na satisfação corporal e no comportamento alimentar de universitários

Mayra Silva dos Santos¹; Maria Carolina Pinheiro Lima¹; Carla Juliane Martins Rodrigues²; Ana Paula da Silva¹; Sabrina Daniela Lopes Viana¹.

1. Centro Universitário Adventista de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade Federal do Pará, Belém - PA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A constante exibição de corpos esbeltos e atraentes na mídia leva a uma busca obsessiva por uma forma corporal idealizada. O objetivo da pesquisa foi avaliar a influência das redes sociais na satisfação corporal e no comportamento alimentar de estudantes universitários brasileiros.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal com abordagem quantitativa com 246 universitários brasileiros. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 52251721.8.0000.5377) e a coleta de dados ocorreu entre outubro de 2021 e março de 2022 por meio de um formulário eletrônico contendo: questões sociodemográficas, o Fator 5 da Escala de Atitude Sociocultural em relação à aparência (SATAQ 4), a Escala de Silhuetas de Stunkard e o questionário sobre a influência das redes sociais na alimentação. Os dados foram transferidos para o software *PSPP*, onde foram executadas as análises estatísticas, considerando um intervalo de confiança de 95% e p-valor<0,05.

RESULTADOS

Os dados revelam que 71,25% dos estudantes eram do sexo feminino; com idade média de 26,02 anos (DP \pm 7,68); residiam principalmente, na região Sudeste (55,7%), seguidos por aqueles que viviam na região Norte (20,7%) e Nordeste (17,5%); estudavam em instituição privada (82,1%) e em cursos da área de saúde (38,6%). O Índice de massa corporal (IMC) médio foi de 24,6 kg/m² (DP= + 5,27), sendo que 55,5% estavam eutróficos e 39,1% com excesso de peso. No tocante à percepção da imagem corporal, 35,8% apresentaram distorção da imagem corporal, se viam com silhuetas que não correspondiam ao IMC correspondente ao seu estado nutricional. Em relação à satisfação corporal: 80,8% dos universitários demonstraram insatisfação com o corpo e 59,1% desejavam uma silhueta menor. Ao analisar o fator 5 da Escala de Atitudes Socioculturais em Relação à Aparência (SATAQ-4), cujo escore pode variar de 4 a 20 pontos, a pontuação média encontrada no público estudado foi de 14,49 (DP= \pm 3,94). As mulheres tiveram maior pontuação média (15,03 \pm 3,72) do que os homens (13,11 \pm 4,19). O grupo daqueles que estavam insatisfeitos e queriam emagrecer foram os que tiveram maior média 15,81 (\pm 3,26) quando comparados com aqueles que desejavam silhuetas maiores ou que estavam satisfeitos com a imagem corporal, sendo estas diferenças

estatisticamente significantes (respetivamente, $p = 0,001$ e $p < 0,05$). Cerca de 75,5% dos estudantes sentiam pressão da mídia para melhorar a aparência; 71,1% concordaram com a afirmação que para emagrecer é necessário “foco, força e fé”; e 54,4% já se sentiram influenciados a cortar da sua alimentação comidas consideradas “não saudáveis”.

CONCLUSÃO

As redes sociais influenciam negativamente na satisfação corporal e no comportamento alimentar dos estudantes, sendo que a pressão das mídias foi maior entre as mulheres, entre aqueles que desejavam emagrecer e os que tinham excesso de peso.

Palavras-chave: Imagem Corporal|Comportamento Alimentar|Estudantes|Mídias Sociais

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

A influência das redes sociais no comportamento alimentar de mulheres em Parauapebas/PA, na busca pelo emagrecimento

Elisangela Cristina Martins da Silva¹; Ercília Carvalho Gomes¹; Taiana Souza Sena Ferreira¹; Maria Jose dos Santos Silva¹; Ana Cléa Bezerra Santos¹; Gabrielle Esllainy de Souza Furtado².

1. Prefeitura Municipal de Parauapebas, Parauapebas - PA - Brasil; 2. Faculdade Para O Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, Parauapebas - PA - Brasil.

INTRODUÇÃO

Alimentação e saúde veiculadas na mídia repercutem informações que exigem cautela no comportamento alimentar pelos modismos com influência de fatores nutricionais demográficos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e psicológicos de um indivíduo ou grupo social. O poder midiático interfere na tomada de decisões pela busca do emagrecimento e o corpo feminino, na sociedade capitalista, é um produto nas redes sociais que veiculam padrão ideal de beleza uniforme com prejuízos na qualidade de vida. O objetivo deste estudo foi analisar a influência que as redes sociais exercem sobre o comportamento alimentar das mulheres em busca de emagrecimento em Parauapebas/PA.

MÉTODOS

Estudo transversal com abordagem quanti-qualitativa, *on line* pelo Google Forms nos dias 19 a 25 de maio de 2021, com questões abertas e fechadas, junto a mulheres de 18 a 57 anos residentes em Parauapebas/PA, por meio de *links* enviados via *whatsapp*. As mesmas compartilharam o link com outras mulheres através de grupos e mensagem rápidas. A participação foi voluntária e precisaram clicar na opção “concordo” do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) antes de realizarem a pesquisa.

RESULTADOS

Foram analisadas 101 mulheres, das quais 42% afirmaram que as redes sociais influenciam o comportamento alimentar quando se refere a postagens sobre alimentação. Das avaliadas 68,3% estavam insatisfeitas com o seu corpo e 66,3% afirmam que as redes sociais influenciam a terem um corpo mais saudável, Apresentaram maior interesse em publicações sobre refeições e receitas, afirmando imitar a mesma receita e até comprar os mesmos produtos e marcas utilizados pelos *influencers*. Observou-se que a rede social mais utilizada é *whatsapp* (55,4%) seguida de *instagram* (39,6%). Foi possível analisar que a utilização de dietas da moda no comportamento alimentar das mulheres, eram obtidas de informações das redes sociais, sem nenhum respaldo científico, e sem nenhum acompanhamento nutricional adequado, apresentando resultados em um curto prazo, auxiliado a perda de peso, mas não garantindo a permanência, por serem dietas difíceis de seguir por muito tempo se tornando inviáveis.

CONCLUSÃO

A influência das redes sociais nas mulheres, apresenta-se de forma negativa e positiva no comportamento alimentar, através de publicações compartilhadas por pessoas consideradas de sucesso na mídia sobre alimentação, exercícios físicos, dieta, corpos com o modelo padrão. Notou-se que o comportamento alimentar quando relacionado ao emagrecimento e imagem corporal imposto pela mídia, gera insatisfação com a imagem corporal, levando sentimento de frustração, pois a sociedade impõe padrões inalcançáveis de beleza feminina prejudicando as mulheres no sentido físico, social e psicológicos, podendo afastar ou aproximar de um emagrecimento saudável com reeducação alimentar e exercícios físicos orientados por profissionais habilitados.

Palavras-chave: publicidade|moda corporal|alimentação|saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

A influência dos aplicativos de delivery nos hábitos alimentares dos habitantes da Baixada Santista – S.P. durante o período de pandemia de COVID-19

Ana Maria de Souza Pinto; Isabella Barbosa Pimentel.
Unifesp, Santos - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

Devido à pandemia de COVID-19, governos de todo o mundo passaram a adotar o isolamento social como forma de amenizar a propagação do novo coronavírus, o que acabou impactando negativamente os hábitos alimentares da população global. O número de pedidos de comida por aplicativos de *delivery* cresceu no Brasil, durante o período de isolamento social em aproximadamente 95%. O objetivo deste estudo foi identificar as preferências alimentares dos usuários das principais plataformas de *delivery* de comida durante a pandemia de COVID-19 e sua consonância com as recomendações para uma alimentação saudável.

MÉTODOS

Estudo transversal envolvendo coleta de dados acerca das preferências alimentares dos habitantes de cinco municípios da Baixada Santista – S.P., antes e durante a pandemia de COVID-19, a partir de um questionário disponibilizado na ferramenta *Google Forms*. Após a coleta, foram observados os cardápios dos restaurantes inclusos nas categorias “Pizza”, “Lanches” e “Japonesa”, disponíveis nos aplicativos de *delivery* de comida *iFood*, *Uber Eats* e *Rappi*, a partir das informações disponibilizadas pelos próprios restaurantes – nome da preparação e ingredientes utilizados. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa/UNIFESP.

RESULTADOS

O questionário obteve a resposta de 140 indivíduos, sendo 53,6% residentes do município de Santos. 87,8% afirmou que possuía o hábito de pedir comida por *delivery* antes da pandemia e 97,1% afirmou que pediu comida por *delivery* durante a mesma. O *iFood* foi o aplicativo de *delivery* mais utilizado – tanto antes (74,6%) quanto durante a pandemia (86%). Entre os tipos de comida mais pedidos, destacam-se pizza (89% antes e 90,4% durante a pandemia), lanches (80,3% antes e 82,3% durante a pandemia) e comida japonesa (48,9% antes e 57,3% durante a pandemia). Os tipos de bebidas mais pedidos foram refrigerantes (22,1% antes e 38,6% durante a pandemia) e sucos naturais (7,8% antes e 16,4% durante a pandemia). As bebidas alcoólicas passaram de 5% para 26,4% durante o período da pandemia. Foram analisados 35 cardápios da categoria Pizza, 36 da categoria Lanches e 28 da categoria “Japonesa”, disponíveis nos três aplicativos. Na categoria Pizza, os três ingredientes mais utilizados foram muçarela, *catupiry* e cebola. Na categoria Lanches, os ingredientes de maior prevalência entre as preparações observadas foram

pão, hambúrguer bovino e maionese, enquanto na categoria Japonesa, os ingredientes mais utilizados entre as preparações analisadas foram salmão, *cream cheese* e cebolinha.

CONCLUSÃO

Observou-se que a pandemia de COVID-19 alterou as preferências alimentares da população analisada, uma vez que o hábito de pedir comida por *delivery* através de aplicativos intensificou-se. Observou-se que o uso destes aplicativos pode trazer impactos negativos à saúde, visto que as preparações mais pedidas são compostas por ingredientes classificados como processados e ultraprocessados.

Palavras-chave: pandemia covid-19|hábitos alimentares|aplicativos|alimentação saudável

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

A integralidade no cuidado da obesidade infantil na perspectiva de profissionais de saúde do Distrito Federal

Matheus Reis da Costa de Oliveira; Maria Irene de Castro Barbosa; Bárbara Letícia Gusatto Machado; Elisabetta Recine.
Universidade de Brasília, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

Cerca de 26% das crianças entre 5 a 9 anos têm excesso de peso no Distrito Federal, este número sobe para 29% no Brasil. A obesidade em crianças é um agravo em saúde multicausal, requerendo um cuidado integral que integre promoção da saúde, prevenção, tratamento e recuperação, mas também, acolhimento das demandas do território, o caráter interdisciplinar, multiprofissional e intersetorial das ações. Deste modo, este estudo buscou compreender, a partir da perspectiva de profissionais de saúde do Distrito Federal, contribuições da atenção primária à saúde e do ambiente escolar no cuidado integral de crianças com obesidade, e identificar oportunidades e barreiras à sua efetivação.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa descritivo-analítica, desenvolvido em 4 etapas. Primeiramente, realizou-se uma revisão de literatura sobre os sentidos da integralidade em saúde para desenvolvimento do instrumento de coleta de dados. Para a coleta de dados foram aplicados questionários para caracterização geral das atividades realizadas. Posteriormente, foram realizadas duas oficinas com nutricionistas da atenção primária de saúde. As oficinas tiveram como objetivo identificar oportunidades e barreiras para efetivação do cuidado integral de crianças com obesidade. Os encontros apresentaram perspectiva dialógica, com eleição de problemáticas que instigaram a reflexão crítica sobre a realidade de atuação do DF. Os encontros foram gravados e transcritos para análise dos dados. Este resumo se restringe a uma etapa de um estudo maior. Para análise de dados foi adotado o referencial de Ayres acerca dos eixos da integralidade em saúde. O projeto foi aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (CEP FS/UnB) (CAE 33905320.5.0000.0030) e da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS/SES/DF) (CAE 33905320.5.3001.5553).

RESULTADOS

Os relatos dos profissionais de saúde demonstraram fatores favoráveis e limitantes para o desenvolvimento do cuidado integral em obesidade infantil. Dentre os aspectos que favorecem o cuidado integral, destaca-se: o uso da escuta ativa; a articulação intersetorial, principalmente, entre saúde-educação; e a percepção da importância da inclusão da família no cuidado. Ademais, os principais achados relacionados a fatores limitantes nestas práticas incluem: a centralização e responsabilização do cuidado na figura do

nutricionista e a dificuldade de articulação de ações com as famílias - que se sentem alheias ao cuidado da saúde dos filhos.

CONCLUSÃO

Percebe-se a tentativa da oferta de um cuidado integral, entretanto, há uma centralização do cuidado na figura do nutricionista e dificuldade de articulação com familiares, que acaba por distanciar o seu caráter multidisciplinar, interdisciplinar e intersetorial do cuidado. Desta forma, muitas vezes, os fatores limitantes sobrepõem os fatores favoráveis dificultando o exercício da integralidade.

Palavras-chave: Integralidade em Saúde|Cuidado da Criança|Obesidade Infantil

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

A intersectorialidade na prevenção da obesidade infantil: avaliação do conhecimento acerca da alimentação saudável de profissionais do município de Campinas

Izabella Batista Barbosa; Cláudia Tramontt; Larissa Galastri Baraldi.
Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade é uma condição crônica de origem multicausal que aumenta as chances de agravos à saúde dos indivíduos. A promoção da alimentação saudável baseada nos princípios propostos pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) é a principal estratégia para evitar altos índices de prevalência de obesidade em populações. Para que ações nesse campo sejam efetivas, é importante uma atuação intersectorial e multiprofissional, baseada nas recomendações alimentares vigentes. Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar o quanto os profissionais conhecem o GAPB.

MÉTODOS

Recorte transversal do início de um estudo de intervenção realizado com profissionais da atenção básica em saúde e da educação da região Sudoeste e Noroeste do município de Campinas. Questionário previamente validado e autoaplicável com 21 questões sobre as recomendações do GAPB foi preenchido virtualmente por 43 participantes convidados para o estudo. As opções de respostas “falso”, “verdadeiro” e “não sei” gerou um escore de soma simples variando de 0 a 21. Foram utilizados os programas EpiData e Stata para organização do banco de dados e análise estatística, respectivamente. Utilizou-se análise de frequência e média para descrição dos dados e Teste t de student e qui-quadrado para comparação entre grupos. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa (CAE 29584520.4.0000.5404; Processo CNPQ 443256/2020-9; Processo FAPESP 2022/00570-0).

RESULTADOS

A amostra foi composta na maioria por profissionais do sexo feminino (91%) com idade média de 44 anos e com 18 anos em média de tempo de profissão. Aproximadamente 30% dos profissionais possuíam formação na área da educação e dentre aqueles da área da saúde (72,5%) cerca de um quarto eram nutricionistas. Da amostra total, 30% dos participantes afirmou não conhecer o GAPB, enquanto apenas 40% afirmou utilizar o GAPB em seu cotidiano. A média de conhecimento sobre as recomendações do GAPB foi de 16 (E.P : 0,8) pontos, o que representa acerto de 76% das questões respondidas. A diferença na pontuação média entre profissionais de saúde e educação não foi significativa ($p= 0.0937$), apesar da pontuação menor (-2,5 pontos em média) para o grupo educação.

CONCLUSÃO

A investigação inicial da pesquisa mostrou que, embora a maior parte dos participantes afirme conhecer o Guia e demonstre escores médios de conhecimento razoável acerca das recomendações, muitos ainda afirmam não utilizar este instrumento educativo em sua prática profissional. Esses resultados apontam uma lacuna entre conhecimento e prática profissional, o que reforça a necessidade de estratégias de educação permanente que considerem o desenvolvimento de auto-eficácia e qualificação profissional para atuação em nutrição e saúde pública.

Palavras-chave: Obesidade infantil|Equipe multidisciplinar|Educação alimentar e nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Aleitamento materno em crianças menores de vinte quatro meses: estudo de prevalência

Bianca Araujo Milbratz¹; Ana Clara da Cruz Della Torre¹; Laudicéia Ferreira Fróis¹; Maysa Helena de Aguiar Toloni¹; Cynthia Francisca Xavier Costa de Assis Silva¹; Daniela Braga Lima².

1. Universidade Federal de Lavras, Lavras - MG - Brasil; 2. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

As recomendações nutricionais da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde evidenciam a importância do aleitamento materno exclusivo durante os primeiros seis meses de vida, e sua continuidade até os dois anos ou mais. Até o sexto mês de vida, o leite materno é suficiente para atender às necessidades nutricionais do bebê e ainda conferir proteção, contribuindo para que o desenvolvimento e o crescimento sejam adequados. O objetivo deste estudo foi analisar a prevalência do aleitamento materno e o perfil epidemiológico de crianças nos dois primeiros anos de vida.

MÉTODOS

Estudo de caráter transversal realizado com 138 lactentes acompanhados pela atenção primária à saúde do município de Lavras – MG, entre os meses de fevereiro a julho de 2022, no projeto “Caderneta de Saúde da Criança: implicações sobre a segurança alimentar e nutricional na primeira infância”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Lavras sob o parecer CAAE: 43815221.2.0000.5148. As variáveis sociodemográficas e antropométricas e a prevalência do aleitamento materno foram avaliadas por meio de um questionário estruturado. O estado nutricional foi avaliado pelo indicador antropométrico índice de massa corporal por idade e a prática do aleitamento materno foi investigada por meio dos Marcadores de Consumo Alimentar propostos pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Foram conduzidas análises descritivas, após teste de normalidade de Shapiro-Wilk no programa *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), versão 20.0.

RESULTADOS

Foram avaliados 138 lactentes com predominância do sexo feminino 56,5% (n= 78). A média de idade foi de 10,64 ($\pm 7,19$) meses. A renda familiar referida foi de 44,4% (n=60) entre um e dois salários mínimos e 16% das famílias (n=21) eram contempladas pelo Programa Bolsa Família. Das crianças avaliadas, 25,4% (n=35) apresentavam algum distúrbio nutricional (9,4% baixo peso e 5,7% excesso de peso, respectivamente), 68,9% das crianças menores de seis meses estavam em aleitamento materno exclusivo 32,5% (n=55) das crianças entre seis e 24 meses ainda recebiam aleitamento materno no dia anterior à entrevista.

CONCLUSÃO

A prevalência de aleitamento materno exclusivo foi de 68,9% entre crianças menores de seis meses, considerada satisfatória e superior até mesmo às taxas nacionais. Esse dado tem impacto direto na saúde infantil, contribuindo para crescimento e desenvolvimento adequados. Em relação às crianças entre seis e 24 meses, a prevalência de aleitamento materno continuado foi insatisfatória, visto que apenas 32,5% foram amamentadas no dia anterior à entrevista. No entanto, para que as recomendações atuais sejam seguidas, são necessários maiores investimentos em saúde de forma a fortalecer as estratégias existentes e criar novas propostas para a promoção e proteção do aleitamento materno.

Palavras-chave: Aleitamento Materno|Desenvolvimento Infantil|Nutrição do Lactente|Saúde Materno Infantil|Promoção da Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Alimentação escolar: as interações entre o nutricionista e a agricultura familiar no Centro-Oeste brasileiro

Patrícia Rafaela Mendonça; Maria Tainara Soares Carneiro; Caroline da Silva Brito;
Rita de Cassia Bertolo Martins; Naiara Ferraz Moreira.
Universidade Federal da Grande Dourados (Ufgd), Dourados - MS - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública que está diretamente ligada à Segurança Alimentar e Nutricional, e que tem como profissional fundamental, o nutricionista. Dentre suas atividades obrigatórias, destaca-se a interação com os produtores rurais e suas organizações para conhecer a oferta e disponibilidade de alimentos e assim, inseri-los na alimentação dos escolares, atingindo o percentual mínimo de 30% na compra de produtos vinculados à agricultura familiar, conforme estabelecido na Resolução vigente. O objetivo deste estudo foi analisar o cumprimento das atividades que o nutricionista deve executar para efetivar a aquisição de alimentos da agricultura familiar no PNAE.

MÉTODOS

Estudo transversal, com amostra probabilística e representativa das Unidades Federativas (UF) da região Centro-Oeste do Brasil, Goiás (GO), Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS). A coleta de dados foi por meio de questionário eletrônico enviado aos nutricionistas de cada município sorteado. Entre as questões, perguntou-se “Com relação à aquisição de alimentos da agricultura familiar, assinale se você realizava ou não as diferentes etapas listadas: levantamento dos agricultores e empreendedores familiares local; conhece os locais de produção e armazenamento; dá preferência pela aquisição de alimentos conforme a sazonalidade; realiza a especificação técnica, quantitativa, opções de substituições e periodicidade de entrega dos gêneros alimentícios para edital da chamada pública; realiza a pesquisa prévia de preços para a chamada pública; participa ativamente do processo de compra – chamada pública e, confere a qualidade dos alimentos adquiridos e entregues na escola”. Utilizou-se o teste Qui-quadrado para verificar diferenças ($p \leq 0,05$) na realização das atividades, segundo a UF e o software estatístico SPSS versão 22. Este estudo faz parte de um projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFGD (CAEE: 43302821.0.0000.5160).

RESULTADOS

Participaram do estudo 219 municípios representantes das UFs. Dos nutricionistas respondentes, 13,4% não realizavam o levantamento dos agricultores/empreendedores familiares local, sendo que o MT apresentou o maior percentual de não realização (24%), e o MS o menor (7,2%), $p < 0,03$. Mais de um terço (39,2%) dos avaliados não conheciam os locais de produção. Quanto à pesquisa de preços para a chamada pública, 17,1% não

participavam; destes, o MS foi o estado com maior percentual de não realização (23,2%) e GO o menor (10,2%), $p < 0,05$.

CONCLUSÃO

Os resultados encontrados mostram que existe um elevado percentual de nutricionistas atuantes no PNAE que não participam das atividades relacionadas à agricultura familiar, o que deixa uma lacuna devido à falta de profissionais em quantidade suficiente e o excesso de obrigiedades que precisam ser cumpridas pelo nutricionista. Programas/ações para o estímulo e conscientização sobre a importância desta interação são fundamentais no âmbito do PNAE.

Palavras-chave: Políticas e programas de nutrição e alimentação|Saúde coletiva|Segurança alimentar e nutricional|Agricultura

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Alimentação escolar: gestão terceirizada do cardápio em escolas técnicas de Pernambuco

Flávia Gabrielle Pereira de Oliveira ; Tereza Maciel Lyra.
Fiocruz, Recife - PE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A alimentação escolar é oficialmente um direito universal dos alunos matriculados em escolas públicas e filantrópicas visando garantir o direito a uma alimentação adequada. Nas escolas em tempo integral no mínimo 70% das necessidades calóricas diárias devem ser supridas com o cardápio da alimentação escolar. Pernambuco possui uma das maiores rede de escolas em tempo integral do país e nessas escolas, empresas terceirizadas fornecem no mínimo três refeições diárias. O objetivo do presente estudo foi analisar a configuração do Programa de Alimentação Escolar em escolas técnicas de ensino médio identificando obstáculos e potencialidades relacionadas ao cardápio ofertado.

MÉTODOS

Foi desenvolvido um estudo de caso com abordagens qualitativas e quantitativas. Os dados de descrição/formulação do programa foram obtidos através de documentos oficiais, do cardápio, avaliação da estrutura física das unidades de alimentação e nutrição, através de dados primários, e entrevistas com os atores envolvidos. O estudo foi submetido e aprovado pelo comitê de ética com o número de CAAE 23512513.0.0000.5190

RESULTADOS

Os resultados indicaram que a composição dos cardápios não colocava em prática os princípios de alimentação saudável: quantidade, qualidade, harmonia e adequação, principalmente quanto se trata dos lanches ofertados. A fiscalização do PAE nessas escolas apresenta-se com inúmeras fragilidades, as penalidades não são realizadas, distorções não são corrigidas e há baixa análise técnica sobre a qualidade dos alimentos fornecidos. Outra questão observada é a não garantia do direito humano de igualdade de atendimento, pois, alunos que necessitem de atenção nutricional individualizada em virtude de estado ou de condição de saúde específica, não são atendidos por um cardápio especial com base em recomendações médicas e nutricionais, avaliação nutricional e demandas nutricionais diferenciadas. Os resultados apresentados por este estudo permitem inferir que a gestão terceirizada da alimentação nas escolas técnicas de ensino integral, sob o ponto de vista dos entrevistados, apresenta fragilidades com relação ao fornecimento da alimentação escolar e garantida do Direito Humano a Alimentação Adequada.

CONCLUSÃO

Faz-se necessário que a operacionalização do programa tenha um controle governamental mais presente e ativo, uma gestão compartilhada que atue de forma a fiscalizar a política, potencializando a existência de uma rede ativa de monitoramento da alimentação escolar. Nesse sentido, outras pesquisas também devem ser desenvolvidas a *posteriori* com cunho mais avaliativo para que se auxilie na implementação do Programa de Alimentação Escolar e para que se tenham retratos cada vez mais acurados e específicos sobre o tema.

Palavras-chave: Terceirizados|Políticas Públicas|Alimentação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

#Alimentação saudável: Comparação de imagens de refeições divulgadas no Instagram com as do Guia Alimentar

Ângela Giovana Batista¹; Márcio Fidelix Ferrari².

1. Universidade Federal de Juiz de Fora, Governador Valadares - MG - Brasil; 2. Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

A comunicação em saúde por influenciadores nas redes sociais terá cada vez mais importância nos próximos anos, mas existem poucos estudos que mostram a influência das mídias sociais no estilo de vida e comportamento alimentar das pessoas. Influenciadores digitais tem ganhado um grande número de seguidores acríticos e adeptos à opiniões, ideias, hábitos e comportamentos destes comunicadores. Este estudo avaliou imagens de refeições, como café da manhã, almoço e jantar, divulgadas no Instagram, comparando-as com as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB), e a sua repercussão aos usuários da mídia.

MÉTODOS

As imagens foram selecionadas utilizando-se *hashtags* de postagens de perfis abertos do Instagram, com os temas: alimentos e alimentação para encontrar imagens de café da manhã, almoço e jantar. O perfil dos influencers foi analisado de acordo com as características disponíveis na *bio*. O período da coleta de dados foi de fevereiro até maio de 2019. As imagens divulgadas foram avaliadas quanto ao número de curtidas e relacionadas ao tempo de postagem das imagens das refeições. As imagens das refeições foram também avaliadas quanto ao tipo de processamentos dos alimentos da sua composição, bem como feita a comparação dos grupos alimentares destas com às imagens de refeições disponíveis no GAPB. O software ImageJ® foi utilizado para auxílio na análise das imagens.

RESULTADOS

Percebeu-se neste estudo, que influenciadores nutricionistas postaram 23% das imagens coletadas no Instagram, e eram os comunicadores com mais seguidores na temática. Notou-se que nas imagens de refeições coletadas (n= 588), principalmente de almoço, os alimentos mais frequentes foram os in natura e em menor proporção os processados ou ultraprocessados. As imagens de jantar apresentaram alimentos ultraprocessados mais frequentemente. Quanto à análise de grupos alimentares, a distribuição dos grupos nas imagens de refeições postadas não estavam de acordo com as diretrizes do GAPB. Alguns grupos alimentares como feijões, laticínios apareceram menos vezes que o esperado para uma alimentação saudável. Ao contrário, o grupo das carnes foi supervalorizado, aparecendo mais vezes.

CONCLUSÃO

Seguir os hábitos de influenciadores digitais não remete a adotar uma alimentação saudável, pois apesar de divulgarem refeições baseadas em alimentos in natura nas principais refeições, as postagens mostraram um desbalanço na distribuição de grupos alimentares nas refeições em comparação ao GAPB.

Palavras-chave: Mídia Audiovisual|Rede Social|Marketing|Alimentos, Dieta e Nutrição

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Alimentos em feiras orgânicas e agroecológicas versus alimentos convencionais em supermercados: uma análise da acessibilidade financeira

Joice Alves Gaia; Amanda da Silva Gomes; Ana Debora Santos de Oliveira; Bianca Gomes de Souza; Thiago Marques Wanderley; Giovana Longo-Silva.
Faculdade de Nutrição (Fanut) - Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

A produção de alimentos orgânicos tem crescido nas últimas décadas no Brasil e no mundo, no entanto, apesar dos benefícios sociais, ao meio ambiente e à saúde, apenas um em cinco brasileiros os consome, sendo os altos preços e a baixa disponibilidade relatados como os principais fatores limitantes para seu consumo. Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo comparar os preços de alimentos orgânicos e convencionais comercializados, respectivamente, nestas feiras e em supermercados de Maceió, Alagoas, Brasil.

MÉTODOS

Estudo transversal realizado em Maceió, Alagoas, realizado de janeiro a fevereiro de 2021. Foram identificadas 6 feiras orgânicas e agroecológicas e 6 supermercados do município. Inicialmente, foi realizado levantamento de alimentos in natura e minimamente processados comercializados nas feiras orgânicas e agroecológicas, e seus respectivos preços, em seguida, foram pesquisadas as versões convencionais dos mesmos itens em supermercados. Os alimentos foram divididos em 10 categorias, sendo comparadas as médias de alimentos orgânicos e agroecológicos comercializados nas feiras e de convencionais comercializados nos supermercados. Os dados foram tabulados no programa Microsoft Office Excel® 2010 e analisados no programa estatístico Statistical Package for Social Science - SPSS® versão 25.0, adotando valores significantes com $p < 0.05$. Devido a ausência de envolvimento de seres humanos como objeto de estudo, o presente trabalho dispensa aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS

Foram analisados os preços de 114 alimentos, divididos em 10 categorias: 1. frutas, 2. verduras, 3. legumes, 4. leguminosas, 5. cereais/raízes/tubérculos, 6. ervas/temperos, 7. polpa de frutas, 8. minimamente processados, 9. desidratados e 10. outros (cogumelos e tilápia). As frutas e os cereais agroecológicos e orgânicos apresentaram menores médias de preço quando comparados aos convencionais, com diferenças percentuais, respectivamente, de -11,98% e -19,16%. Não foram observadas diferenças ($p < 0,05$) de preço na maior parte das categorias (70%). O grupo das verduras apresentou preço inferior nas feiras (-2,57%) e o de legumes e ervas nos supermercados (respectivamente, 40,96% e 29,59%) (todos com $p < 0,05$).

CONCLUSÃO

Não houve diferença significativa de preço entre a maioria dos alimentos das feiras orgânicas e agroecológicas versus convencionais de supermercados, refletindo uma acessibilidade financeira dos alimentos orgânicos e agroecológicos em feiras de produtores. Tais achados podem incentivar a aquisição e consumo de alimentos orgânicos pela população de Maceió, contribuindo para a promoção de uma alimentação adequada e saudável, oriunda de um modo de produção sustentável.

Palavras-chave: Alimentos sem Aditivos Químicos|Agricultura Orgânica|Segurança Alimentar e Nutricional|Alimentação Saudável

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Alimentos ultraprocessados e variedade de alimentos *in natura* ou minimamente processados no Programa Nacional de Alimentação Escolar

Ana Beatriz Coelho de Azevedo; Daniela Silva Canella.
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece refeições adequadas e saudáveis para os estudantes da educação básica pública. De forma inovadora, em 2020, alinhou suas recomendações ao Guia Alimentar para a População Brasileira, e estabelece que os alimentos adquiridos sejam majoritariamente *in natura* ou minimamente processados, em variedade, além de limitar a aquisição de processados e ultraprocessados. O presente estudo teve como objetivo avaliar a relação entre a participação energética de alimentos ultraprocessados e a variedade e diversidade de alimentos *in natura* ou minimamente processados adquiridos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

MÉTODOS

Foram utilizados dados secundários do Sistema de Gestão de Prestação de Contas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do ano de 2016. Os alimentos adquiridos foram agrupados de acordo com a classificação NOVA e foi estimada a distribuição percentual de energia de alimentos: *in natura* ou minimamente processados (G1), ingredientes culinários (G2), processados (G3) e ultraprocessados (G4). A variedade foi analisada pela contagem dos diferentes tipos de alimentos do G1. Foi estimado o percentual de municípios que atenderam a recomendação de variedade no Brasil e segundo quartos de participação energética de G4. Diferenças significativas foram identificadas pela comparação dos IC95%.

RESULTADOS

A maior parcela de energia adquirida foi referente aos alimentos *in natura* ou minimamente processados, com 44,1% (IC95% 43,8;44,4), seguido dos ultraprocessados com 29,9% (IC95% 29,6;30,2). A mediana do número de alimentos *in natura* ou minimamente processados adquiridos foi 34, variando de 0 a 169, e o percentual médio de municípios que atenderam a recomendação de, no mínimo, 50 diferentes tipos de alimentos deste grupo adquiridos anualmente, foi 8,7% (IC95% 7,8;9,6). Não foram encontradas diferenças significativas da adequação da variedade segundo quartos de participação de alimentos ultraprocessados (Q1: 6,4%; IC95% 5,0;8,2 vs Q4: 10,3%; IC95% 8,5;12,4).

CONCLUSÃO

A recomendação de variedade foi alcançada por pequena parcela dos municípios e a participação de alimentos ultraprocessados não influenciou na variedade. Ressalta-se a necessidade e importância da restrição de aquisição de alimentos processados e ultraprocessados e de uma recomendação específica para promoção da variedade e diversidade de alimentos *in natura* ou minimamente processados no PNAE, para promoção da alimentação adequada e saudável para os estudantes.

Palavras-chave: Alimentação escolar|Classificação NOVA|Variedade

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Alterações nos hábitos alimentares de universitários associadas ao uso de *delivery* durante a pandemia de Covid-19

Anna Beatriz Souza Antunes¹; Joana Maia Brandão¹; Dayan Carvalho Ramos Salles de Oliveira²; Magno Conceição Garcia¹; Rosely Sichieri¹.

1. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 2. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O isolamento social domiciliar decretado para conter a disseminação da Covid-19, impulsionou os serviços de *delivery* de alimentos pelo comércio local. A alimentação obtida desta forma é muitas vezes caracterizada pela ingestão de alimentos pobres em nutrientes e com alta densidade energética. Hábitos alimentares não saudáveis são muito prevalentes entre jovens e a pandemia de Covid-19 pode ter modificado estes comportamentos. O objetivo deste estudo foi verificar possíveis alterações nos hábitos alimentares de universitários, de acordo com o uso de *delivery*, durante a pandemia de Covid-19.

MÉTODOS

Estudo transversal conduzido com universitários ingressantes em 2019 de todos os cursos de graduação de uma universidade pública do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Para coleta de dados foi utilizado um questionário *online* autopreenchido enviado via e-mail. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAAE: 35340820.1.0000.5260). Foram avaliadas alterações nos seguintes hábitos alimentares: frequência de consumo através de *delivery*, lanche no almoço, lanche no jantar, café da manhã, frequência de refeições diárias e quantidade de comida nas refeições através de três categorias de resposta: “aumentou”, “diminuiu” e “não mudou”. Foi realizada análise descritiva da população e regressão logística para avaliar as mudanças nos hábitos alimentares de acordo com a alteração do consumo através de *delivery*. Todas as análises consideraram ponderação das frequências segundo a taxa de resposta por curso e sexo, foram ajustadas para idade e estratificadas por sexo e presença de excesso de peso.

RESULTADOS

771 universitários responderam ao questionário (19% do universo de 3973), sendo 55% do sexo masculino, 43% com excesso de peso e idade entre 18 e 63 anos. Os aumentos relatados mais frequentes foram para: lanche no jantar (54%), frequência de consumo através de *delivery* (46%) e frequência de refeições diárias (41%), enquanto a quantidade de comida nas refeições apresentou maior relato de redução (29%). Houve maior chance de aumento das ocasiões de consumo por dia para os que aumentaram o uso de *delivery* (OR: 2,0; IC: 1,4-2,8) comparado aos que não aumentaram. Associações na mesma

direção foram observadas para realização de lanche no almoço (OR: 4,2; IC: 2,7-6,7), lanche no jantar (OR: 7,5; IC: 5,2–10,9) e quantidade de comida nas refeições (OR: 1,8; IC:1,2-2,5). Tais mudanças foram mais expressivas para os universitários com excesso de peso, comparados àqueles sem excesso de peso. Substituições de refeições por lanche foram mais expressivas entre os homens, enquanto a frequência de refeições diárias e a quantidade de comida nas refeições tiveram mais chance de aumento entre as mulheres.

CONCLUSÃO

O aumento da frequência de consumo através de *delivery* aumentou comportamentos alimentares não saudáveis durante a pandemia de Covid-19 entre universitários.

Palavras-chave: Comportamento alimentar|Dieta saudável|Saúde do Estudante|Isolamento social|COVID-19

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Amamentação na primeira hora de vida e sintomas depressivos no pós-parto

Bárbara Luíza Silva Lima; Andréa Costa Goes; Aline Nascimento Silva; Larissa Santos Martins; Thabata Zelice da Cruz de Moraes; Danielle Goes da Silva.

Universidade Federal de Sergipe (Ufs), São Cristóvão - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A amamentação na primeira hora de vida é um importante indicador para garantir o sucesso do aleitamento materno. Além disso, a amamentação é considerada um fator de proteção para o surgimento de sintomas depressivos no pós-parto, devido aos efeitos ansiolíticos e antidepressivos da ocitocina e prolactina, hormônios produzidos durante a amamentação. Tendo em vista que a depressão é o distúrbio psiquiátrico mais prevalente no puerpério, bem como a importância da amamentação na primeira hora de vida, o objetivo deste estudo é avaliar se a amamentação na primeira hora de vida está associada aos sintomas depressivos no pós-parto.

MÉTODOS

Estudo transversal com puérperas maiores de 18 anos de idade, entre o primeiro e sexto mês do pós-parto, usuárias das Unidades Básicas de Saúde de Aracaju, Sergipe. A coleta de dados ocorreu por meio da aplicação de questionário semiestruturado por ligação telefônica, incluindo questões de identificação, socioeconômicas, satisfação com o atendimento hospitalar na maternidade, sobre o parto e pós-parto imediato. Os sintomas depressivos foram medidos utilizando ponto de corte maior ou igual a 10 pontos da *Edinburgh Postnatal Depression Scale*, versão validada no Brasil por Santos *et al* (2004). As associações da amamentação na primeira hora com as variáveis de interesse foram realizadas por meio do teste Qui-quadrado, adotando-se nível de significância menor que 5% e a *Odds Ratio*. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa/UFS, CAAE 46562221.80000.5546. Todas as participantes do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS

Participaram 299 puérperas, com média de idade de 28,3 ($\pm 5,8$) anos, e com 3,95 ($\pm 1,33$) meses de pós-parto. 85,6% se autodeclararam pardas ou negras, 81,3% tinham do ensino fundamental ao médio completo, 43,5% possuíam renda familiar de um a dois salários mínimos, 65,9% possuíam cinco ou mais dependentes da renda e 10,0% não tinham companheiro. A amamentação na primeira hora se associou com menor escolaridade ($p=0,037$), a via de parto normal ($p<0,001$), ao contato pele a pele precoce ($p<0,001$) e a satisfação com o atendimento hospitalar na maternidade no parto ($p=0,048$). Adicionalmente, as mães que não amamentaram na primeira hora de vida apresentaram 4,47 mais chances de apresentar mais sintomas depressivos em relação aquelas que amamentaram ($p=0,043$).

CONCLUSÃO

Puérperas que amamentaram na primeira hora de vida apresentaram menos sintomas depressivos. Apoio: CNPq, PICVOL/UFS.

Palavras-chave: Aleitamento Materno|Sintomas Depressivos|Puerpério|Parto

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Amamentação na primeira hora de vida: prevalência em um município mineiro

Ana Clara da Cruz Della Torre; Laudicéia Ferreira Fróis; Bianca Araujo Milbratz; Lilian Gonçalves Teixeira; Cynthia Francisca Xavier Costa de Assis Silva; Maysa Helena de Aguiar Toloni.

Universidade Federal de Lavras, Lavras - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

A amamentação na primeira hora de vida do recém-nascido é considerada fator protetor para a mortalidade neonatal. A Organização Mundial de Saúde e o Fundo das Nações Unidas para a Infância enfatizam, como prioridade para os recém-nascidos, o contato pele a pele logo após o nascimento. Considera-se que essa prática estimula o estabelecimento do aleitamento materno, favorece o vínculo entre mãe e filho e possibilita a oferta da sua primeira forma natural de imunização, o colostro. Frente a isso, o objetivo do presente estudo foi identificar a prevalência da amamentação na primeira hora de vida de crianças menores de três anos.

MÉTODOS

O presente estudo é parte de uma pesquisa mais ampla denominada “Caderneta de Saúde da Criança: implicações sobre a Segurança Alimentar e Nutricional na Primeira Infância”, um estudo de caráter transversal e quantitativo, realizado entre os meses de fevereiro e maio de 2022. A coleta foi executada nas Unidades Básicas de Saúde e em visitas domiciliares no município de Lavras - MG. Os colaboradores foram recrutados enquanto aguardavam atendimento de consulta pediátrica ou abordados em seu domicílio por pesquisadores da equipe. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CAAE: 43815221.2.0000.5148). A amamentação na primeira hora foi investigada por meio de um questionário socioeconômico semiestruturado. O banco de dados foi construído utilizando o software EPIINFO versão 7.2, sendo os dados codificados, duplamente digitados e validados. Os testes estatísticos foram realizados no programa Statistical Package for the Social Science (SPSS) versão 20.0. O teste de Shapiro-Wilk foi aplicado para avaliar a normalidade e conduzidas análises descritivas, sendo os resultados apresentados em valores percentuais.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 169 crianças menores de três anos de idade. Ao avaliar a amamentação na primeira hora de vida, logo após o parto, foi possível identificar que 69,2% (n=117) das crianças receberam aleitamento materno na primeira hora, 24,3% (n=41) não receberam e 5,3% (n=9) o responsável alegou não saber dessa informação.

CONCLUSÃO

Apesar de a maioria das crianças avaliadas terem sido amamentadas na primeira hora de vida, é válido destacar que por ser considerado um importante indicador de saúde, ressalta-se a importância de uma atenção especial às orientações sobre a amamentação durante a assistência pré-natal, seja em serviços de saúde públicos e/ou privados do país no intuito de incentivar essa prática e conseqüentemente melhorar as condições de saúde.

Palavras-chave: Aleitamento materno|Recém-nascido|Estudos epidemiológicos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Ambiente alimentar comunitário de Recife: desigualdades socioeconômicas e demográficas

Jennyffer Lima¹; Juliana Souza Oliveira¹; Raquel Canuto².

1. Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE - Brasil; 2. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Ambiente Alimentar (AA) comunitário repercute na escolha e aquisição dos alimentos e, conseqüentemente, na saúde dos indivíduos. Embora existam estudos sobre AA comunitário das cidades do sudeste brasileiro, no Nordeste ainda é pouco conhecido, sobretudo relacionado à sua relação com desigualdades sociais. Assim, objetivou-se descrever o AA comunitário e sua associação com as condições socioeconômicas e demográficas dos setores censitários de Recife.

MÉTODOS

Estudo ecológico com dados dos setores censitários urbanos de Recife. O ambiente social foi descrito por variáveis obtidas no último Censo (renda, número de domicílios, população, alfabetização, raça e disponibilidade de serviços essenciais - fornecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo), compilados no Índice de Vulnerabilidade em Saúde (IVS), categorizado em baixo, médio e alto risco. O AA comunitário foi caracterizado por dados sobre os estabelecimentos alimentares, classificados como: estabelecimentos que comercializam predominantemente alimentos in natura ou minimamente processados; estabelecimentos que comercializam predominantemente alimentos ultraprocessados; estabelecimentos mistos; e supermercados e hipermercados. Os softwares QGIS e o SPSS foram utilizados. A aprovação do Comitê de Ética foi dispensada pois trata-se de domínio público.

RESULTADOS

Do total de 20.199 estabelecimentos alimentares identificados, a maioria é do tipo ultraprocessados (77,3%, n=15.607), seguida dos mistos (14,6%, n=2.952), in natura ou minimamente processados (7,4%, n=1.488), e supermercados e hipermercados (0,75%, n=152). Em relação às condições socioeconômicas e demográficas dos setores censitários estudados (n=1.828), 34% (n=623); 35,3% (n=645) e 30,6% (n=560) apresentaram, respectivamente, baixo, médio e alto IVS. Verificou uma associação significativa indireta entre a frequência dos estabelecimentos alimentares e o IVS, de modo que os estabelecimentos são menos frequentes em áreas de IVS alto (maior vulnerabilidade em saúde), exceto para os hipermercados e supermercados que são mais prevalentes nas áreas de maior IVS.

CONCLUSÃO

O AA comunitário de Recife possui majoritariamente estabelecimentos alimentares do tipo ultraprocessados e as áreas de maior vulnerabilidade possuem menor acesso a estabelecimentos em geral, exceto super e hipermercados, demonstrando desigualdades sociais que podem limitar o acesso aos alimentos saudáveis e repercutir negativamente na alimentação e saúde da população agravando as desigualdades sociais em saúde.

Palavras-chave: Ambiente Alimentar |Desigualdades Sociais |Sistemas Alimentares

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Ambiente alimentar comunitário e consumo de ultraprocessados: dados do Nutritionist' Health Study

Brena Barreto Barbosa¹; Antonio Augusto Ferreira Carioca¹; Lucca Nielsen²; Marcelo Antunes Failla²; Breno Sousa Aguiar².

1. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil; 2. Núcleo de Geoprocessamento e Informações Socioambientais (Gisa), da Coordenação de Epidemiologia e I, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

O ambiente alimentar é definido como a interface do consumidor com o sistema alimentar que abrange a disponibilidade, a acessibilidade, a conveniência e a desejabilidade dos alimentos. A maior oferta e acessibilidade aos alimentos, principalmente ultraprocessados, exerceu um impacto negativo sobre os padrões de consumo alimentar na maioria dos países do mundo, o que contribuiu para que o ambiente alimentar fosse apontado como fator favorável ou dificultador ao acesso a esses produtos. Este estudo teve como objetivo analisar se o ambiente alimentar comunitário está associado ao consumo alimentar de estudantes de nutrição e nutricionistas recém-formados.

MÉTODOS

Estudo transversal, utilizando dados da coorte Nutritionist' Health Study, realizado entre 2018 a 2019 na cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil. A exposição ao ambiente alimentar foi definida como proximidade e disponibilidade de estabelecimentos de venda de alimentos em um buffer de 500m da residência dos participantes. O consumo alimentar foi avaliado por meio de um Questionário de Frequência Alimentar e analisado de acordo com a classificação NOVA, sendo calculadas as porcentagens da contribuição de cada grupo para a ingestão energética diária. Modelos de regressão linear multinível com efeitos fixos foram usados para estimar a presença de estabelecimentos de alimentação dentro do buffer e associação com o consumo alimentar. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Ceará sob o parecer de nº 95402618.3.0000.5534.

RESULTADOS

O estudo contou com 357 participantes, com predominância do sexo feminino (79,3%) e faixa etária menor de 25 anos (72,3%). A presença de minimercados no buffer esteve associada ao menor consumo de ultraprocessados, quando ajustada por condições socioeconômicas e de estilo de vida ($\beta = -3,29$; IC95% = -6,39 a -0,19), em relação ao 1º quartil de distribuição da quantidade de estabelecimentos. A presença de padarias e cafeterias esteve relacionada ao menor consumo de ultraprocessados entre os participantes do 3º quartil, quando ajustada por condições socioeconômicas ($\beta = -3,10$; IC95% = -6,18 a -0,02), em relação ao 1º quartil de distribuição da quantidade de estabelecimentos.

CONCLUSÃO

A presença de minimercados e padarias esteve associada negativamente ao consumo de ultraprocessados. A presença de supermercados e hipermercados, lanchonetes, padarias, varejo de processados e varejo de ultraprocessados esteve associada ao positivamente ao consumo de alimentos processados. O ambiente alimentar comunitário exerceu influência no consumo de alimentos dos participantes, sendo um indicativo de que o ambiente desempenha influência no consumo de alimentos, mesmo em populações que são motivadas fortemente pelo conhecimento em suas escolhas.

Palavras-chave: consumo alimentar|processamento de alimentos|alimentação saudável|nutricionistas

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Analisar a pesquisa de preço descrita no edital da chamada pública do estado do Rio de Janeiro.

David Ribeiro Campos¹; Josilene Valporto do Nascimento¹; Julia de Amorim Faria²; Renata Pereira Machado.³; Roseane Moreira Sampaio¹; Patrícia Camacho Dias¹.

1. Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ - Brasil; 2. Universidade Federal Fluminense, N - RJ - Brasil; 3. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) caracteriza-se como a política pública de maior longevidade do país na área de segurança alimentar e nutricional, sendo considerado um dos maiores, mais abrangentes e duradouros programas na área de alimentação escolar do mundo. A Lei nº 11.947/2009, tornou obrigatório o investimento de no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE, baseando-se na redução das desigualdades sociais de uma localidade e/ou região, como também na mitigação das disparidades espaciais e no fortalecimento da economia local. O objetivo do presente estudo foi analisar o processo de pesquisa de preço previsto na Chamada Pública (CP) para aquisição de gêneros orgânicos e /ou agroecológicos da agricultura familiar pelo estado do Rio de Janeiro.

METODOLOGIA

O estudo foi baseado na análise documental de CP para a compra de alimentos da agricultura familiar publicadas pela entidade executora do estado do Rio de Janeiro no site da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Foi analisado o preço médio dos produtos orgânicos e/ou agroecológico dos grupos alimentares (Carnes e ovos, cereais, leite e derivado, leguminosas, hortaliças e frutas) de 14 regionais do estado do Rio de Janeiro presente no edital da CP publicado de 2021 com base na Lei 11947/2009 e a Resolução nº.6/2020 do FNDE. Procedeu-se a comparação das médias de preço entre regionais por grupo alimentar.

RESULTADOS

Verificou-se que o edital constava os preços de aquisição dos gêneros alimentícios por regional com base na realização de pesquisa de mercado de três mercados locais conforme preconizado pela legislação. Verificou-se que 25 % das frutas estavam com o preço médio mais barato na região Serrana 2, enquanto o preço médio do cereal apresentou-se mais baixo nas regiões Metropolitana 2 e da leguminosa na região Norte Fluminense. Em relação ao grupo das carnes (filé de peixe e ovos), a região Metropolitana 4 e Metropolitana 7 apresentaram os preços médios mais baixos. Para o grupo do leite e derivados as regiões Metropolitana 5 e Serrana 1 apresentaram os menores preços médios. As regiões Norte Fluminense,

Metropolitana 4 e Metropolitana 6 apresentaram preços médios mais baixos para hortaliças

CONCLUSÃO

Diante disso, pôde-se observar que o preço médio por regiões foi estabelecido para cada produto orgânico. Ademais, foi verificado que todos os preços constavam no edital de chamada pública, conforme preconizado na Lei 11.947/2009 e na Resolução nº6, dando prioridade para os povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. No que diz respeito às diretorias regionais, foi possível observar que a região Metropolitana 4 apresentou os menores preços médios para os produtos orgânicos filé de peixe e hortaliças.

Palavras-chave: Preços dos alimentos|Chamada Pública|Agricultura familiar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise comparativa da representação gráfica, classificação dos alimentos e recomendações quantitativas de guias alimentares em três países

Gabriel Barbosa Delmondes de Moraes¹; Thaís Otranto Dias²; Karine Domingos de Araújo¹; Paulo Sérgio Loubet Filho²; Cinthia Baú Betim Cazarin²; Bruna Paola Murino Rafacho¹.

1. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Ufms), Campo Grande - MS - Brasil; 2. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

Guias Alimentares (GA) são diretrizes intersetoriais e orientativas para guiar a população a ter uma alimentação saudável e reduzir a má nutrição e seus impactos ambientais. Tais instrumentos são atualizados devido ao avanço dos conhecimentos científicos e para refletir o estado nutricional de cada país. Existem diferentes formas de apresentação das recomendações, através do tempo e dependendo do país. O objetivo deste trabalho foi comparar o GA de três países de continentes distintos quanto à composição e classificação dos alimentos.

MÉTODOS

Pesquisa qualitativa por meio de análise documental, realizada a partir do histórico dos GA da Austrália, Estados Unidos (EUA) e do Brasil. Os aspectos comparados incluíram a representação gráfica adotada, a forma de classificação dos alimentos e as recomendações dietéticas quantitativas de cada documento.

RESULTADOS

A comparação dos GA mostrou semelhança na representação gráfica utilizada pelos três países nas suas versões antigas; sendo o uso da pirâmide o instrumento para classificação, recomendação dietética e diferenciação dos grupos de alimentos. Nas versões atuais, o GA dos EUA e da Austrália são apresentados no formato circular (mimetizando um prato), o qual é subdividido entre os grupos alimentares (cereais, leguminosas, carnes, laticínios, frutas, vegetais). A representação gráfica americana inclui o nome dos grupos sem exemplificá-los, enquanto a australiana demonstra os alimentos de cada grupo e inclui exemplos de comidas típicas. Já no Brasil, o Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) não apresenta representação gráfica de suas orientações, e é o único dentre os três a classificar os alimentos segundo seu grau de processamento (classificação NOVA). Outro aspecto que diferencia esse material é não fazer recomendações de número de porções a serem consumidas na alimentação.

CONCLUSÃO

É notável a evolução na representação gráfica dos GA, partindo do formato piramidal para formatos didáticos e que dialogam melhor com a população, especialmente por utilizarem representações que remetem ao momento das refeições (figuras dos “pratos”). Apesar da alteração na representação gráfica, os EUA e Austrália ainda utilizam a classificação baseada nos grupos alimentares e na indicação de quantidades de consumo, indicadas nas subdivisões do gráfico, sendo mantidas as proporções vista na pirâmide alimentar. O GAPB por sua vez, não possui representação gráfica da recomendação alimentar justamente por não focar em proporções para consumo consideradas “ideais”. A proposta do GAPB é de que a orientação seja baseada na individualidade e balizada pela classificação NOVA. O principal contraponto observado entre os instrumentos é que o GAPB traz um novo paradigma de orientação (qualitativo, e não gráfico) onde os produtos ultraprocessados devem ser evitados dentro da realidade individual, enquanto o GA da Austrália e EUA demonstram formas de incluí-los em uma alimentação equilibrada.

Palavras-chave: Recomendações nutricionais|Programas e políticas de nutrição e alimentação|Promoção da Saúde|Guias alimentares|Alimentação saudável

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise comparativa de guias alimentares ao redor do mundo: aspectos socioculturais, de sustentabilidade e de estilo de vida em três países

Gabriel Barbosa Delmondes de Moraes¹; Thaís Otranto Dias²; Paulo Sérgio Loubet Filho²; Karine Domingos de Araújo¹; Camila Medeiros da Silva Mazetti¹; Bruna Paola Murino Rafacho¹.

1. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Ufms), Campo Grande - MS - Brasil; 2. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

Guias alimentares são materiais educacionais orientativos, elaborados com o objetivo de transmitir à sua população recomendações de promoção à alimentação adequada e saudável (PAAS), e seus determinantes. A alimentação é permeada por diferentes fatores que moldam a cultura e o ato de se alimentar é visto sob perspectivas distintas, a partir de diretrizes estabelecidas para cada país. Deste modo, objetivou-se sintetizar os aspectos socioculturais e de estilo de vida em três guias alimentares.

MÉTODOS

Pesquisa qualitativa por meio de análise documental, com dados secundários, realizada a partir do histórico de guias alimentares para as populações, elaborados pela Austrália, Estados Unidos e Brasil, com a finalidade de analisar os aspectos “fatores socioculturais”, “sustentabilidade” e “estilo de vida” entre os três guias.

RESULTADOS

Ao considerar “fatores socioculturais”, a comparação entre os documentos resultou na constatação de que o Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) enaltece o hábito de cozinhar, o consumo de pratos típicos, a escolha por alimentos baseado na classificação NOVA, além do hábito de se alimentar em companhia. Os “*Australian Dietary Guidelines*” (ADG) realçam as celebrações culturais, memórias afetivas e, também, se alimentar em companhia. Os “*Dietary Guidelines for Americans*” (DGA), destacam, o consumo de pratos típicos dos Estados Unidos e o uso de ervas e especiarias como aspectos destaques para PAAS. Para o quesito sustentabilidade, o GAPB traz a relação entre o consumo de alimentos ultraprocessados com os impactos negativos ao meio ambiente, a importância da preferência por alimentos de origem vegetal sobre carnes e outros alimentos de origem animal e o apoio à agricultura familiar. Para ADG, não se aborda a questão da sustentabilidade no contexto alimentar local. O DGA, nesse quesito, destaca o apoio à agricultura familiar e à criação de hortas comunitárias. Já no que diz respeito ao estilo de vida, as recomendações incluem a regularidade da atividade física e do consumo de água de maneira similar nos três guias.

CONCLUSÃO

Guias alimentares devem estar em consonância com seu tempo, cultura e desafios de saúde e epidemiologia, e, portanto, vários elementos de apoio da construção da alimentação saudável devem estar contemplados na sua concepção. A comparação entre guias alimentares é importante para construir e fortalecer paradigmas de orientação alimentar saudável. Com a comparação dos três documentos, podemos observar que os guias concordam em incentivar o consumo de pratos e alimentos típicos de maneira geral, sendo importante para se estabelecer um ambiente alimentar favorável. Pode-se observar robustez de informação no GAPB, que aborda questões além dos demais guias e entende a PAAS de maneira mais ampla e transversal

Palavras-chave: Guias
saudável|Culinária|Comensalidade|Padrões Alimentares

alimentares|Alimentação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise da composição nutricional das cestas básicas ofertadas às famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pandemia (sars cov-2) nos municípios que compõem a região metropolitana de Curitiba

Alexsandro Wosniaki¹; Claudia Jaqueline Cassola da Silva¹; Gisele de Souza Saraiva².

1. Prefeitura Municipal de Araucária, Araucária - PR - Brasil; 2. Faculdades Integradas "Espírita", Curitiba - PR - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Covid-19, doença infecciosa causada pelo agente etiológico SARS-CoV-2, fez com que o Ministério da Saúde adotasse medidas visando a redução da disseminação do vírus, a prevenção de novos casos de Covid-19 e a assistência e tratamento aos casos confirmados da doença, sendo adotado o isolamento social horizontal como forma de combate inicial à pandemia no Brasil. As medidas tomadas para reduzir a contaminação da Covid-19, tais como o isolamento social e orientações de distanciamento social resultaram em diversos comprometimentos, como os fatores socioeconômicos, que comprometeram a renda familiar e restringiram o acesso a alimentos de qualidade e quantidade suficientes. Dentre algumas ações relevantes para o enfrentamento da pandemia e que visam a promoção da alimentação adequada e saudável, está o benefício eventual de alimentos, sendo a cesta básica um tipo de benefício eventual. O objetivo deste estudo foi avaliar a composição das cestas básicas ofertadas pelos municípios da região metropolitana de Curitiba às famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pandemia.

MÉTODOS

Estudo transversal quantitativo, no qual foram avaliadas a composição nutricional em macronutrientes e energia das cestas básicas ofertadas pelos municípios da região metropolitana de Curitiba, estado do Paraná. Utilizou-se como fonte primária dos dados o portal da transparência das prefeituras, analisando-se o conteúdo dos editais de licitação para coletar a composição das cestas básicas. Foi realizada a avaliação e comparativo das informações nutricionais das composições das cestas básicas, baseado nas necessidades diárias do público que recebeu as cestas. A amostra foi analisada pela Tabela Brasileira de Composição de Alimentos e pela Tabela de Composição de Alimentos suporte para decisão nutricional. Com a finalidade de compreender a oferta diária de nutrientes e energia, os valores obtidos foram divididos por 30, para representar a oferta diária. Para avaliação da oferta diária, utilizou-se a Portaria Conjunta nº 3 de 2020 do Ministério da Cidadania, anexo IX.

RESULTADOS

Os resultados obtidos com relação a composição nutricional de macronutrientes e energia dos 26 municípios em comparação com a Portaria do Ministério da Cidadania, indicam que 96% dos municípios analisados ofertaram alimentos que ultrapassaram a sugestão de

complementação do anexo IX no atendimento das necessidades diárias de energia, 92% ultrapassaram a sugestão de complementação de ingestão de carboidratos, 73% de lipídeos e 69% de proteínas.

CONCLUSÃO

Considerando os resultados obtidos, as cestas básicas ofertadas pelas prefeituras da região metropolitana às em vulnerabilidade social atendem a sugestão de complementação do anexo IX da Portaria do Ministério da Cidadania, tanto em relação a energia, quanto em relação aos carboidratos. Já em relação aos lipídeos e proteínas, aproximadamente 30% dos municípios ofertam cestas que não atingem a sugestão do anexo IX.

Palavras-chave: Segurança Alimentar|Vulnerabilidade Social|COVID-19|Alimentação Básica

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise da flutuação de estabelecimentos de alimentos em capital brasileira de 2013-2018

Patrícia Pinheiro de Freitas¹; Mariana Souza Lopes²; Bruna Vieira de Lima Costa¹; Mariana Carvalho de Menezes³; Patrícia Constante Jaime⁴; Aline Cristine Souza Lopes¹.

1. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG - Brasil; 2. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB - Brasil; 3. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto - MG - Brasil; 4. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

As mudanças no ambiente alimentar têm o potencial de afetar o consumo, o estado nutricional e a saúde dos indivíduos, por isso, precisam ser compreendidas. Dessa forma, este estudo objetivou examinar a flutuação de estabelecimentos de alimentos que comercializam frutas e hortaliças (FH) ao longo de um período de cinco anos no território do Programa Academia da Saúde (PAS) segundo a vulnerabilidade do território.

METODOLOGIA

Foi realizado estudo ecológico longitudinal com dados de auditoria do ambiente alimentar de uma amostra representativa do PAS (n=18) de Belo Horizonte, Minas Gerais. Todos os estabelecimentos de alimentos e feiras livres que comercializavam FH contidos em um buffer de 1600m de cada uma das unidades do PAS amostradas foram auditados. A coleta de dados ocorreu em 2013 e em 2018. Os estabelecimentos foram classificados como supermercados; sacolões e feiras livres; e estabelecimentos locais. Para caracterizar a flutuação, os estabelecimentos comerciais foram categorizados como: estáveis, fechados ou novos. A vulnerabilidade do território foi avaliada pelo índice de vulnerabilidade à saúde (IVS) que combina variáveis socioeconômicas e de saneamento usando a escala de análise do setor censitário. O IVS foi categorizado em: baixo, médio e alto. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa (CAAE: 0339.0.203.000-09; 0339.0.203.000-09A).

RESULTADOS

Em 2013 foram auditadas 298 lojas e em 2018 foram 265. Após 5 anos, 35,2% dos estabelecimentos permaneceram estáveis, 154 (32,3%) foram fechados e 155 (32,5%) novos estabelecimentos foram abertos. A estabilidade foi maior nos territórios com baixa vulnerabilidade (baixa vulnerabilidade: 45,9%; média vulnerabilidade: 31,2% e alta vulnerabilidade: 32,3%). A oscilação diferiu por tipo de estabelecimento apenas nos territórios com elevada vulnerabilidade, onde os estabelecimentos locais apresentaram maior estabilidade (52,2%), quando comparadas aos sacolões e feiras livres (22,9%). Todos os supermercados fechados não foram substituídos por novas lojas. Isso também foi verdade para estabelecimentos locais em áreas com IVS médio e alto. Os sacolões e

feiras livres tiveram maior taxa de reposição nas regiões baixo IVS quando comparado aos demais territórios.

CONCLUSÕES

A flutuação do ambiente alimentar foi alta, mas com razoável estabilidade no número total de estabelecimentos. As diferenças na flutuação identificadas de acordo com a vulnerabilidade do território evidenciam a importância de que as políticas de abastecimento de alimentos considerem as características locais visando reduzir as iniquidades.

Palavras-chave: Frutas|Verduras|Estudos longitudinais|Comércio|Ambiente Alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise da prevalência de excesso de peso entre crianças menores de 5 anos no Ceará, 2011-2021

Francisco Alexandre Sousa Moura.
Centro Universitário Inta- Itapipoca, Itapipoca - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

Como resultado das transições epidemiológica e nutricional nas últimas décadas, ocorreu o aumento das doenças crônicas, como a obesidade, que não só atinge o público adulto, mas também os jovens, incluindo as crianças, onde as mesmas possuem risco maior na vida adulta de desenvolver outros quadros de doenças crônicas, como diabetes tipo II, hipertensão, problemas cardíacos e respiratórios, dentre outros. O combate a obesidade precoce tem por objetivo evitar quadros futuros, visto que, atualmente, é um dos principais desafios da saúde pública. O presente estudo objetiva analisar a evolução da prevalência de sobrepeso e obesidade entre crianças cearenses de 01 a 05 anos durante um período de 10 anos.

MÉTODOS

Estudo transversal, realizado a partir de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional- SISVAN. Foram coletados dados referentes a proporção de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos, residentes no estado do Ceará, com diagnóstico de sobrepeso, a cada biênio no período de 2011 a 2021. Os dados foram organizados em tabelas e analisados por meio de comparação dos valores obtidos no período do estudo de ambos os sexos, representados em porcentagem.

RESULTADOS

Observou-se que houve um aumento de 2,6% entre os anos de 2011 (10,14%) a 2013 (12,2%), período este que coincidiu com o início das campanhas contra a obesidade nas escolas nas principais cidade do estado e, posteriormente, uma queda de 1,19% e progressiva na proporção de crianças com excesso de peso até o ano de 2019 (11,01%). Porém, constatou-se uma elevação no último biênio analisado, 2019-2021, passando de 11,01% par 13,77%, ressaltando o início do periodo pandêmico em março de 2020 e as consequência do isolamento social.

CONCLUSÃO

As prováveis ações de estratégias de prevenção a obesidade infantil podem ter sido fatores primordiais para a queda ocorrida de 2013 a 2019. Já o período pandêmico que em função das medidas de proteção sanitárias fizeram com que as crianças ficassem mais em casa e resultassem em menos esforços físicos, afetando diretamente, acarretando no aumento do sedentarismo e na consequente falta da prática de atividades físicas. Diante dos

dados coletados, devem ser executadas ações que possam diminuir esse índice de obesidade infantil no Ceará. Com a iniciativa do governo juntamente com instituições privadas e responsáveis, é necessário que adotem medidas nas escolas e unidades básicas de saúde para que trabalhem e incentivem a educação alimentar e a prática de exercícios físicos desde os primeiros anos de vida, oferecendo uma multidisciplinariedade profissional.

Palavras-chave: Obesidade infantil | Sobrepeso | Cearense

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise das postagens de alimentação divulgadas em perfis de influenciadoras no Instagram® e o distanciamento do conceito de Alimentação Saudável abordado no guia alimentar para a população brasileira

Amanda da Silva Franco; Isabella Pimentel Pries dos Santos.
Centro Universitário Serra dos Órgãos, Teresópolis - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Instagram® ultrapassou a marca de um bilhão de usuários ativos e conta com a melhor taxa de interação quando comparada a outras redes sociais. A facilidade de acesso a informações sobre alimentação e nutrição (AN) em perfis de personalidades sem formação técnica sobre o assunto vem sendo rotineiro. O conflito entre imagens de corpos magros e torneados, vistos por uma população que possui alta prevalência de obesidade e maior descontentamento com a saúde, contribui para a insatisfação corporal, e, a mídia é considerada um dos principais fatores de risco para isso. O objetivo desse estudo foi analisar as postagens sobre AN de perfis de influenciadoras digitais leigas e as possíveis repercussões na alimentação de suas seguidoras.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo seccional, de abordagem qualitativa, que utilizou o aplicativo Instagram® para observação direta das publicações de perfis de influenciadoras fitness. O estudo ocorreu entre maio e agosto de 2021, nesse período, foram selecionadas três influenciadoras digitais que utilizam o aplicativo como sua principal plataforma. Todas as publicações selecionadas têm como público-alvo mulheres que buscam melhorar sua saúde e estética. Para análise dos conteúdos, os perfis foram monitorados duas vezes na semana, os comentários feitos por mulheres nas postagens no feed foram os escolhidos para esta pesquisa. Os dados foram compilados em uma tabela, de acordo com a natureza da publicação. Utilizou-se o conceito de alimentação adequada e saudável proposto pelo Guia Alimentar para a população brasileira (2014), bem como suas recomendações, para que fosse feita a análise dos conteúdos sobre alimentação compartilhado pelas influenciadoras e as possíveis repercussões na alimentação de seguidoras.

RESULTADOS

As três influenciadoras realizaram 243 postagens, destas, 14 tinham alguma referência à alimentação e 22 eram publicidades e/ou sorteios de alimentos, suplementos e programas de emagrecimento. As publicidades foram as postagens mais frequentes durante os meses de pesquisa. Nenhuma das três influenciadoras possuem graduação em nutrição, nem qualquer outro tipo de formação técnica. O perfil de seguidores é essencialmente de mulheres, neste sentido, é importante ressaltar que elas promovem um estilo de vida considerado saudável por muitos, mas não reforçam a importância de um acompanhamento profissional. Os posts e comentários avaliados sugerem que as

mulheres buscam orientações sobre alimentação nestes perfis. Além disso, o estilo de vida transmitido nestas páginas não considera a alimentação acessível do ponto de vista financeiro, e desconsidera também a pluralidade cultural do nosso país, e a diversidade dos alimentos e população.

CONCLUSÃO

As influenciadoras digitais não possuem o estilo de vida e alimentação compatível com grande parte da população brasileira e oferecem produtos e serviços, que sem orientação adequada e qualificada, podem ser prejudiciais à saúde.

Palavras-chave: Influenciadoras|Alimentação|Publicidade

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise das práticas alimentares da população de Maceió nos anos de 2013 e 2019

Maria Amália de Alencar Lima¹; Luanna Caetano de Azevedo Silva²; Julia Maria Ferreira Pereira²; Jordane Gomes dos Santos²; Leiko Asakura².

1. Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, Maceió - AL - Brasil; 2. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

As práticas alimentares podem causar grande impacto no estado de saúde dos indivíduos como fator de proteção ou de risco para o desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Esse grupo de doenças representa a principal causa de morbimortalidade no Brasil e em Maceió. Esse trabalho tem o objetivo de monitorar os fatores de risco e proteção relacionados às práticas alimentares para as DCNT dos residentes de Maceió-AL numa determinada evolução temporal.

MÉTODOS

Analísaram-se os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) referente ao ano de 2013 e 2019 sobre o consumo alimentar e fatores de risco e proteção para DCNT da população do município de Maceió-AL. A amostra é representativa da população residente em domicílios permanentes localizados em área urbana ou rural. Os dados foram tabulados pela ferramenta Excel® 2010 e foram analisadas variáveis sociodemográficas e de consumo alimentar.

RESULTADOS

Em relação ao consumo alimentar, observou-se uma redução no consumo de alimentos considerados protetores para DCNT: consumo regular de feijão (2013: 73,5%; 2019: 66,5%), de hortaliças e frutas (2013: 25,2%; 2019: 12,6%); já o consumo de peixe ao menos um dia por semana se manteve constante (2013: 62,5%; 2019: 62,6%). Os Alimentos fatores de risco para DCNT também apresentaram redução: consumo regular de refrigerante (2013: 18,2%; 2019: 7,9%), alimentos doces (2013: 16,9%; 2019: 12,7%), substituição de pelo menos uma das refeições por lanches (2013: 2,6%; 2019: 2%) e de bebida alcoólica (2013: 23,5%; 2019: 20,1%), mais prevalente no sexo masculino em ambos os anos (2013: 35,4%; 2019: 30,3%). O consumo de alimentos não ou minimamente processados em 2019 apresentou maior prevalência entre os idosos (40%) e menor (18,8%) entre a população jovem (18 a 24 anos). Já os indivíduos com renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo (SM) (15,1%) e com baixo grau de escolaridade (24,6%) apresentaram um menor consumo destes alimentos quando comparado aqueles com ensino superior completo (44,4%) e rendimento domiciliar superior a 5 SM (56,9%), uma situação de risco que pode estar associada à dificuldade de acesso a alimentos saudáveis. Quanto ao consumo de ultraprocessados, houve maior prevalência em

indivíduos com faixa etária entre 18 e 24 anos (27,7%) e uma redução acentuada com o avanço da idade, 60 anos ou mais (3,3%).

CONCLUSÕES

O monitoramento desses fatores de risco aponta para a necessidade de desenvolver ações de vigilância integradas que visem a promoção e educação em saúde de indivíduos mais jovens e daqueles com baixa escolaridade e menor renda, abrangendo família e comunidade. Diante disso, destaca-se a importância do Guia Alimentar para a População Brasileira que apresenta um conjunto de informações e recomendações sobre alimentação com o objetivo de promover a saúde e prevenir o desenvolvimento de doenças.

Palavras-chave: DCNT|Consumo Alimentar|Fatores de Proteção|Vigilância Epidemiológica

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise das proposições legislativas relacionadas à segurança alimentar e nutricional da Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro: um olhar sobre a alimentação escolar e o enfrentamento da obesidade.

Fernanda Mainier Hack¹; Tais de Moura Ariza Alpino²; Kelly Poliany de Souza Alves³.

1. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc -Rio), Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 2. Centro de Estudos e Pesquisas Em Emergências e Desastres Em Saúde - Cepedes/Ensp/ Fiocruz, Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 3. Act Promoção da Saúde, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

A incidência sobre o Poder Legislativo consiste em um conjunto de ações, de prática cidadã, para acompanhar, expor e influenciar as ações parlamentares para a garantia de direitos. No estado do Rio de Janeiro tem sido observada a crescente atuação do Poder Legislativo na proposição de políticas e programas relacionados à alimentação. Por isso, o Núcleo RJ da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável realizou mapeamento e análise das proposições apresentadas na Assembleia Legislativa (ALERJ) relacionadas às diferentes dimensões de garantia da segurança alimentar e nutricional. Este trabalho consiste na análise das proposições legislativas relacionadas às dimensões da alimentação escolar (AE) e do enfrentamento da obesidade (OB).

MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa exploratória e retrospectiva, de base documental com abordagem quali-quantitativa, na base de dados do site institucional da ALERJ, considerando as proposições legislativas (projetos de leis e leis complementares) protocoladas no período de janeiro/2019 a maio/2022. Como critério de busca foram consideradas palavras chaves relacionadas à AE e OB. Para análise qualitativa foram consideradas: relação com agenda de atuação da Aliança (totalmente alinhada, parcialmente alinhada, divergente/ameaçador e não se aplica); convergência com a promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) (vertentes de proteção, apoio e incentivo); e prioridade para ação do Núcleo RJ da Aliança (alta, média, baixa e não se aplica).

RESULTADOS

Foram encontradas 21 proposições legislativas. Destas, 20 são projetos de lei e 1 lei complementar. O maior número de proposições (19) estava relacionado à AE. Destas, 15 estão totalmente alinhadas com a agenda da Aliança, com objetivo de garantir a oferta de alimentos adequados e saudáveis aos estudantes, incluindo aqueles com necessidades alimentares especiais. Sendo assim, consideradas como prioridade alta para ação do Núcleo RJ. As outras 4 proposições estão parcialmente alinhadas e foram consideradas como de baixa prioridade para ação. Em relação a vertente de ação para a PAAS, 11 normativas da AE são voltadas à proteção dos estudantes, ou seja, proposições para impedir que fiquem expostos a fatores que estimulem práticas alimentares não saudáveis.

Apenas 2 proposições legislativas estavam relacionadas à OB, sendo apenas 1 totalmente alinhada com a agenda da Aliança, apresentando convergência com as três vertentes para a PAAS e sendo considerada com prioridade alta de ação para o Núcleo RJ.

CONCLUSÃO

Considerando o cenário de insegurança alimentar e nutricional no país e em especial no Rio de Janeiro, os resultados demonstram a relevância da sociedade civil organizada realizar este tipo de mapeamento para a incidência sobre o Poder Legislativo com vistas ao aprimoramento das proposições, apoio à tramitação e aprovação daquelas que sejam convergentes com a SAN e enfrentamento daquelas que sejam divergentes.

Palavras-chave: segurança alimentar e nutricional|direito humano à alimentação|poder legislativo|proposições legislativas

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise das refeições realizadas em um dia por um grupo diverso de comensais no município de Palmeira das Missões/RS

Marilene Cassel Bueno¹; Raísa Vieira Homem¹; Juliana Machado Severo¹; Fabiana Thomé da Cruz²; Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz¹.

1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS - Brasil; 2. Universidade Federal de Goiás, Goiânia - GO - Brasil.

INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e nutricional refere-se ao direito e acesso regular e permanente a alimentos saudáveis qualidade e quantidade. A insegurança alimentar pode ser verificada além da fome em problemas como: obesidade, doenças relacionadas à má alimentação, ingestão de alimentos que sejam prejudiciais à saúde, dentre outras. Posto isto, este trabalho analisa um dia de refeições realizadas por um grupo diverso de comensais em Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul, caracterizado pela alta produção agrícola.

MÉTODOS

Esse trabalho faz parte de uma pesquisa que teve por objetivo analisar os ambientes alimentares no município de Palmeira das Missões no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma pesquisa qualitativa para esse recorte foi utilizado os dados do Recordatório de 24 horas. O R24h buscou analisar as refeições realizadas no dia anterior à entrevista. Participaram desta pesquisa 19 comensais com idade de 21 a 60 anos. As refeições foram analisadas de modo qualitativo, ou seja, buscou-se identificar os tipos de alimentos consumidos, número de refeições, locais das refeições e locais de aquisição dos alimentos consumidos, relacionando com a segurança alimentar e nutricional e com a renda, por salários mínimos. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAAE: 07729519.6.0000.5347).

RESULTADOS

A maioria dos entrevistados realizou quatro refeições (café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar). Comensais com menor renda (menos de um salário mínimo) realizaram duas refeições (almoço e jantar), composto por arroz, feijão e algum tipo de carne (incluindo a carcaça de frango) em ambas as refeições. Observou-se que o arroz e o feijão compôs o almoço da maioria dos entrevistados, independente da renda. Também foi constatada incidência maior de consumo de ultraprocessados no jantar com o consumo, por exemplo, de *pizza* e lasanha industrializada (renda mais alta) e bolacha e miojo (renda menor); no café da manhã com a presença de achocolatados e presunto, além disso, a margarina é um produto frequente no café da manhã e; lanche da tarde com o consumo de bala de goma, achocolatado, bolacha doce e salgada. O consumo de alimentos *in natura*, como frutas e vegetais, aumenta de acordo com o aumento da renda. Esses aspectos demonstram que a segurança alimentar e nutricional se relaciona com a renda.

A maioria das refeições foi realizada em casa e os alimentos e/ou ingredientes foram adquiridos em estabelecimentos locais.

CONCLUSÃO

Embora o R24h apresente os dados de consumo de apenas um dia, é possível observar que os comensais buscam ter uma alimentação que contemple diversos grupos de alimentos principalmente no almoço. Ademais, café da manhã, o lanche da tarde e o jantar são refeições que incidem no consumo de alimentos processados e ultraprocessados. Evidenciou-se o impacto da renda dos consumidores em relação à segurança alimentar e nutricional, especialmente com a população de menor renda.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional; Condições socioeconômicas; Consumo alimentar.

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise de resíduos de agrotóxicos em olerícolas destinadas à alimentação escolar do município de Pais/MG

Diego Vaz Gondim Faria; Ricardo Monteiro Corrêa.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais, Bambuí - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

A redução do uso de agrotóxicos se tornou uma das metas do desenvolvimento sustentável. A viabilidade dessa alternativa deve ser verificada por meio de estudos que relacionem a epidemiologia, toxicologia, saúde coletiva, nutrição, economia, ciências ambientais e sociais. No Brasil, ainda há poucos estudos nessa área, assim como nas que relacionam o uso de agrotóxicos com agravos à saúde, o que expõe a necessidade de gerar dados sobre a conversão para sistemas agrícolas ecologicamente corretos e o seu impacto sobre os agricultores e sociedade. Sendo ainda mais incomuns estudos envolvendo a relação entre ingestão de resíduos de agrotóxicos, por meio de alimentos, e agravos à saúde e impactos no desenvolvimento em crianças com idade inferior a 10 anos de idade.

METODOLOGIA

Foi realizado um estudo transversal para determinação de resíduos de agrotóxicos nas seis hortaliças mais consumidas pelo serviço de alimentação escolar do município de Pais/MG, fornecidas por agricultores familiares e fornecedores convencionais. A determinação da presença e a quantificação dos resíduos de agrotóxicos foi realizada empregando-se o procedimento analítico multirresíduos europeu. As análises foram realizadas pelo Laboratório de Resíduos de Pesticidas do Serviço de Química da Fundação Ezequiel Dias em agosto de 2018. As informações sobre o consumo de hortaliças foram obtidas por meio da análise das notas fiscais emitidas pela Associação dos Feirantes de Pais e Região, referentes ao exercício 2016. As hortaliças analisadas foram: alface; brócolis ramoso; abobrinha caipira; couve; beterraba; e repolho.

RESULTADOS

Os comerciantes locais de hortaliças contribuíram com o total de 18 (64,23%) amostras e os olericultores locais contribuíram com o total de 10 (35,77%) amostras. Foram identificadas 14 (50%) amostras, ao todo, com presença de resíduos de agrotóxicos, sendo 11 (39,29%) fornecidas pelo comércio local e três (10,71%) fornecidas pelos olericultores locais. Entre as amostras que apresentaram resíduos de agrotóxicos, foram identificadas oito com irregularidades.

CONCLUSÃO

Pode-se considerar que as hortaliças destinadas à alimentação escolar não apresentaram resíduos de agrotóxicos acima dos limites permitidos, pois as análises realizadas nas hortaliças fornecidas pela agricultura familiar ao serviço municipal de alimentação escolar não apresentam irregularidades. Mesmo apresentando algumas amostras com resíduos de agrotóxicos, não foram identificados o uso de substâncias não autorizadas para as culturas e os limites máximos das substâncias identificadas não foram ultrapassados. Outra questão que deve ser levada em consideração é que a demanda de hortaliças para o serviço municipal de alimentação escolar de Pains/MG é suprida totalmente pela olericultura familiar local e todas as irregularidades foram observadas nas hortaliças comercializadas em estabelecimentos varejistas.

Palavras-chave: Pesticidas|Hortaliças|Escolas

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise de rótulos de alimentos ultraprocessados destinados ao público infantil contendo informações nutricionais complementares

Rosângela Aguiar Prisco; Larissa Santos Martins; Danielle Goes da Silva.
Universidade Federal de Sergipe, Aracaju - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os rótulos de alimentos ultraprocessados destinados ao público infantil são estrategicamente atrativos, podendo até conter mensagens enganosas, para influenciar nas escolhas alimentares. As Informações Nutricionais Complementares (INC) são qualquer informação que afirme, sugira ou implique que o alimento tem propriedades nutricionais particulares. O objetivo deste trabalho é analisar a densidade energética, lista de ingredientes e INC dos rótulos de alimentos ultraprocessados destinados ao público infantil.

MÉTODOS

Estudo descritivo, transversal e com amostra por conveniência. Foram selecionados os alimentos ultraprocessados que continham desenhos e personagens infantis, comercializados em dois supermercados, da cidade de Aracaju, Sergipe, no mês de março de 2022. Foram excluídos os alimentos destinados à recém-nascidos, lactentes e crianças na primeira infância, alimentos sem INC, especiarias e alimentos produzidos pelo supermercado. Fotografou-se os rótulos, e registrou-se nome do alimento, marca, sabor, peso total, INC e lista de ingredientes. Os alimentos foram classificados conforme o Guia Alimentar Para a População Brasileira. A densidade energética foi classificada em muito baixa (0 a 0,6 kcal/g), baixa (0,7 a 1,5 kcal/g), média (1,5 a 4 kcal/g) e alta (4 a 9 kcal/g). Aditivos e ingredientes não aditivos foram identificados e quantificados na lista de ingredientes. Analisou-se presença de açúcar, gordura ou óleo entre os três primeiros ingredientes. Calculou-se as frequências absoluta e relativa e medidas de tendência central e dispersão.

RESULTADOS

Dos 31 rótulos dos alimentos ultraprocessados avaliados, 41,9% pertenciam ao grupo de biscoitos. Quanto a densidade energética, 32,3% possuíam alta, 32,2% média, 22,6% baixa e 12,9% muito baixa. Entre os três primeiros itens da lista de ingredientes, 83,9% tinham açúcar, 38,7% gordura ou óleo e em 35,5% da amostra havia ambos. Observou-se que 58% dos rótulos possuíam maior número de aditivos em relação a outros ingredientes e, 90,3% continham aromatizantes. Dos demais aditivos, 48,4% eram emulsificantes, 41,9% corantes, 41,9% acidulantes, 41,9% estabilizantes, 41,9% adoçantes, 35,5% espessantes, 19,4% conservantes, 16,1% antioxidantes, 6,1% realçadores de sabor e 3,2% umectantes. Em relação a INC, 71% eram relacionados ao conteúdo de vitaminas e 64,5% de minerais.

CONCLUSÃO

Os alimentos ultraprocessados destinados ao público infantil avaliados, possuíam alta e média densidade energética, continham açúcares, gorduras e aditivos como principais ingredientes e declararam conteúdo de vitaminas e minerais nas INC.

Palavras-chave: Alimentação Infantil|Publicidade de Alimentos|Rotulagem Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise do desempenho das metas pactuadas no Programa Crescer Saudável do ciclo 2021/2022 pelos municípios do estado do Maranhão

Nádia Caroline de Moura Matias¹; Denisy Pinto Lima¹; Leudimar Carvalho Soares Filho¹; Luana Lopes Padilha²; Maria Tereza Borges Araujo Frota³.

1. Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (Ses-Ma), São Luís - MA - Brasil; 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Ifma), Barreirinhas - MA - Brasil; 3. Universidade Federal do Maranhão (Ufma), São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Programa Crescer Saudável tem como objetivo reforçar a prevenção e o cuidado da obesidade infantil em crianças menores de 10 anos de idade, no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE), fortalecendo a atenção integrada e multidisciplinar, por meio do desenvolvimento de ações e cumprimento das seguintes metas: I - avaliação do estado nutricional de todas as crianças matriculadas; II - utilização dos marcadores de consumo alimentar em pelo menos 10% das crianças; III - realização de duas atividades coletivas de promoção da alimentação adequada e saudável (PAAS) por ano; IV - Duas atividades coletivas de promoção de práticas corporais e de atividades físicas; V - realização de atendimento individual para todas as crianças identificadas com obesidade na Atenção Primária à Saúde (APS). Ao final de um ciclo, os municípios recebem um repasse financeiro proporcional ao alcance de cada meta. Assim, o presente estudo teve como objetivo analisar o desempenho dos municípios maranhenses em relação às metas pactuadas no ciclo 2021/2022 do Programa Crescer Saudável.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, realizado a partir da análise dos dados disponíveis no relatório final do Programa Crescer Saudável elaborado pela Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, acerca do estado do Maranhão, e disponibilizado para as Coordenações Estaduais de Alimentação e Nutrição. Para esse relatório foram considerados todos os dados disponíveis nos Sistemas de Informação da Atenção Primária, dentre eles o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), o Sistema do Programa Bolsa Família na Saúde e o Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB). Em virtude da ausência de informações sobre os dados de cobertura das metas de alguns municípios foi possível analisar apenas 210 dos 217 municípios pactuados no estado.

RESULTADOS

Dos 210 municípios analisados, 131 (62,38%) atingiram a meta I, da avaliação do estado nutricional de todas as crianças matriculadas, recebendo o valor integral do incentivo financeiro atrelado a essa meta. Com relação a meta II, sobre a utilização dos marcadores de consumo alimentar em pelo menos 10% das crianças, 42 (35,60%) receberam o recurso de forma integral. Apenas seis municípios (4,61%) cumpriram a meta III, com a

realização de duas atividades coletivas de PAAS por ano, e nenhum município cumpriu as metas IV e V, de duas atividades coletivas de promoção de práticas corporais e de atividades físicas, e da realização de atendimento individual para todas as crianças identificadas com obesidade na APS, respectivamente.

CONCLUSÃO

Observou-se que a meta com melhor desempenho dos municípios foi o acompanhamento do estado nutricional das crianças de zero a dez anos de idade, em que mais da metade dos municípios alcançaram o percentual máximo esperado para a ação. Entretanto, as metas relacionadas às atividades coletivas, de promoção da saúde e de atendimento individual precisam ser melhoradas.

Palavras-chave: Sobrepeso|Obesidade|Promoção da Saúde em Ambiente Escolar|Alimentação Saudável

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise do estado nutricional de adultos de uma capital do nordeste brasileiro: série histórica de 2017 a 2021

Adriana Toledo de Paffer¹; Kelly Walkyria Barros Gomes¹; Nádia Larissa Henrique de Lima²; Ewerton Amorim dos Santos²; Sandra Raphaella Santos Dias³; Sonia Aparecida Fatima Farias³.

1. Secretaria Municipal de Saúde de Maceió/AL, Maceió - AL - Brasil; 2. Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Maceió - AL - Brasil; 3. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Ministério da Saúde refere que metade dos adultos brasileiros têm excesso de peso, sendo necessário conhecer o perfil nutricional e a real situação de saúde da população em cada território. O conhecimento do perfil pode contribuir para formulação de políticas públicas e reorganização das já existentes para o enfrentamento, prevenção e recuperação dos agravos a saúde que acometem estes indivíduos. Em razão da transição nutricional e mudanças no padrão de morbimortalidade das populações, este trabalho tem como objetivo analisar o estado nutricional de adultos do município de Maceió, Alagoas, inseridos no SISVAN.

MÉTODOS

Estudo observacional transversal acerca do estado nutricional da população adulta de Maceió, Alagoas, utilizando dados de domínio público obtidos por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan). A classificação do estado nutricional dos adultos foi baseada a partir do Índice de Massa Corporal (IMC) segundo a OMS, no período de 2017 a 2021. Os dados foram tabulados no programa Microsoft Excel 2010, de acordo com as classificações: baixo peso, eutrofia, sobrepeso, obesidade grau I, grau II e grau III. Foi realizada a análise de regressão linear, para verificar a variação de tendência da variação temporal. A variável desfecho foi a prevalência de cada categoria do estado nutricional e a variável explanatória foi o ano de levantamento dos dados, sendo categorizado de 2017 a 2021. Considerou-se significância estatística quando os valores de p foram inferiores a 0,05. Toda a análise foi realizada no software SPSS, versão 25.

RESULTADOS

Com base nos dados analisados durante os últimos cinco anos, observa-se uma tendência significativa de queda ($p < 0,001$) no percentual de eutrofia ao longo dos anos. Com relação ao excesso de peso (sobrepeso e obesidade), verificou-se aumento significativo ($p = 0,002$), variando de 68% em 2017, a 70,9% em 2021. Em relação ao baixo peso, não se observou diferença significativa ao longo dos anos ($p = 0,488$).

CONCLUSÃO

Os resultados encontrados retratam o perfil do estado nutricional da população adulta de Maceió, mostrando uma diminuição do percentual de eutrofia em adultos e com relação ao excesso de peso houve um aumento significativo ao longo desses cinco anos, fenômeno que também pôde ser observado na maioria das regiões do Brasil. Assim, evidencia-se a importância do fortalecimento das redes de atenção à saúde, das ações de vigilância alimentar e nutricional e promoção da saúde, bem como a implementação de políticas públicas que garantam o acesso a uma alimentação adequada e saudável.

Palavras-chave: perfil antropométrico|excesso de peso|nutrição

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise do fator de correção como estratégia para minimizar desperdícios na etapa de pré-preparo de alimentos em uma unidade de alimentação escolar

Marcelly Christina Cabral dos Santos¹; Lucas de Carvalho Reis Aniceto¹; Juliana dos Santos Vilar²; Manoela Pessanha da Penha¹; Rebecka Guimarães Barros¹; Roseane Moreira Sampaio¹.

1. Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ - Brasil; 2. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

Para o controle do desperdício no pré-preparo, o fator de correção, que é a razão entre o peso bruto e peso líquido, é utilizado para diagnosticar a geração de resíduos orgânicos no processo produtivo de refeições. Uma estratégia para minimizar a redução de desperdícios nesta etapa é o aproveitamento integral dos alimentos, que fortalece a segurança alimentar e a sustentabilidade do sistema agroalimentar. A escola é um espaço que favorece o desenvolvimento de hábitos alimentares, que são aprendidos durante a infância e interferem nas escolhas alimentares na fase adulta. Em vista disso, o objetivo do estudo foi determinar o fator de correção em uma UAN escolar.

MÉTODOS

Estudo transversal, de caráter quali-quantitativo, realizado em uma unidade de alimentação e nutrição escolar de um município do Estado do Rio de Janeiro, durante 3 dias consecutivos. Para determinação do fator de correção do pré-preparo, o alimento in natura foi pesado, seguido da pesagem das cascas e folhas para o descarte. Para o cálculo do fator de correção (FC), utilizou-se o Microsoft Excel® com a fórmula descrita na literatura ($FC = PB/PL$), onde “PB” significa peso bruto do alimento, tal como se adquire, antes deste ser submetidos às operações preliminares para sua preparação e “PL” que é o peso líquido do alimento limpo e cru, ou seja, já pré-preparado para ser utilizado na preparação. Além disso, para determinação do cálculo da Diferença (D) entre o fator de correção obtido e o fator de correção descrito na literatura, assumiu a fórmula: $D = \text{fator de correção obtido} - \text{fator de correção da literatura}$. Os dados dessa análise indicam que: resultados positivos indicaram uma tendência ao desperdício e os resultados negativos indicam que não houve desperdício. A fim de propor as receitas desenvolvidas a partir dos resíduos, foi necessário quantificar, com auxílio de uma balança, os alimentos que geraram maior volume de resíduos orgânicos vegetais nos 3 dias analisados e analisar os dados do FC e D.

RESULTADOS

Os resultados obtidos foram: Abóbora: $D = +0,87$ (FC obtido: 2,27 - FC literatura: 1,40); Batata: $D = +0,41$ (FC obtido: 1,47 - FC literatura: 1,06); Couve: $D = -0,52$ (FC obtido: 1,38 - FC literatura: 1,90); Brócolis: $D = +1,78$ (FC obtido: 3,90 - FC literatura: 2,12).

Esses dados indicam que, 4 amostras vegetais analisadas apresentam FC obtidos acima dos valores descritos na literatura, apenas 1 amostra se encontra dentro dos padrões estabelecidos.

CONCLUSÃO

A análise de dados mostrou-se eficaz em apontar os alimentos mais geradores de resíduos orgânicos. A partir desses dados, é possível propor iniciativas buscando mitigar o desperdício de alimentos, como a criação de receitas que utilizem a temática do aproveitamento integral dos alimentos, como a farofa com folhas de brócolis, batata e abóbora rústica. Mais estudos que abordam a análise sensorial são necessários para a efetividade do projeto e a inserção dessas receitas nos cardápios escolares.

Palavras-chave: Alimentação Escolar|Desperdício de alimentos|Aproveitamento Integral dos Alimentos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise dos registros de condição avaliada obesidade nos atendimentos de rotina da Atenção Primária à Saúde dos municípios maranhenses

Leudimar Carvalho Soares Filho¹; Nádia Caroline de Moura Matias¹; Denisy Pinto Lima¹; Luana Lopes Padilha²; Maria Tereza Borges Araujo Frota³.

1. Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, São Luís - MA - Brasil; 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Ifma), Barreirinhas - MA - Brasil; 3. Universidade Federal do Maranhão (Ufma), São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A atenção à saúde das pessoas com obesidade é um grande desafio para as equipes de Atenção Primária dos municípios. Embora se reconheça a sua magnitude, a obesidade ainda parece ser invisível na rotina de trabalho dos profissionais e gestores de saúde da Atenção Primária à Saúde (APS), muitas vezes não sendo reconhecida como problema de saúde pública. Diante disso, há necessidade de empoderamento das equipes de saúde no que se refere ao atendimento ao paciente obeso. Desse modo, o objetivo deste estudo é analisar os registros da condição avaliada obesidade realizados nos atendimentos de rotina da APS dos municípios maranhenses.

MÉTODOS

Trata-se de um trabalho descritivo realizado a partir da análise dos dados secundários, de domínio público, da população adulta (18 a 59 anos de idade) atendida na APS do estado do Maranhão, no período de janeiro de 2019 a junho de 2022, referentes ao estado nutricional e aos registros da condição avaliada obesidade realizados durante as consultas da APS na ficha de atendimento individual do e-SUS. Os dados do estado nutricional foram gerados a partir do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) da plataforma web e-Gestor Atenção Básica (AB) e os dados da condição avaliada obesidade, do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) do Ministério da Saúde (MS). Para a geração do relatório de atendimento individual para condição avaliada obesidade foram considerados todos os registros da referida condição realizados nos atendimentos de rotina da APS pelas Equipes de Saúde da Família e equipes multiprofissionais.

RESULTADOS

Com base nos dados analisados, em 2019, foram identificados no SISVAN 153.976 (19,28%) adultos com obesidade e realizados 76.131 registros de condição avaliada obesidade nas consultas no SISAB, perfazendo uma cobertura de 49,44% de acompanhamento. Em 2020, foram identificados 124.564 (20,37%) adultos com obesidade e realizados 47.557 registros nas consultas de rotina da referida condição avaliada, com cobertura de 38,17% de acompanhamento. Ao passo que, em 2021 e 2022, foram identificados 165.200 (21,41%) e 81.022 (21,87%) obesos e feitos 68.256 e 26.407

registros da condição avaliada obesidade pelas equipes de saúde, com cobertura de 41,31% e 32,59%, respectivamente.

CONCLUSÃO

O número de registros da condição avaliada obesidade nos atendimentos de rotina da APS não atende a elevada prevalência de obesidade identificada, havendo uma redução do percentual de cobertura de acompanhamentos ao longo dos quatro anos analisados. Torna-se necessário o fortalecimento da promoção da assistência integral prestada pelas equipes de saúde, assim como a priorização e revisão do processo de trabalho, dentre outros aspectos estruturais da APS para a atenção individualizada ao paciente com obesidade.

Palavras-chave: Cuidado Primário de Saúde|Controle da Obesidade|Sistema de Informação da Saúde|Vigilância Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise do teor de elementos traço e tóxicos em produtos lácteos direcionados a alimentação de crianças

Anna Karoliny Azevedo Quinto¹; Gabrielle Esteves Melo¹; Rafael Christian Chávez Rocha²; Tatiana Dillenbourg Saint’Pierre²; Fernando Lamarca³; Simone Augusta Ribas¹.

1. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 2. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-Rio), Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 3. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

Em uma perspectiva contemporânea, o foco no nutriente e na construção de uma narrativa de que crianças apresentam dificuldades para atingir suas necessidades nutricionais diárias, tem sido explorada nas estratégias publicitárias das indústrias de alimentos. Nesse sentido, os níveis de elementos traço são um componente importante da segurança e qualidade de produtos lácteos, por sua natureza essencial ou tóxica. A existência de lacunas de conhecimento sobre a composição nutricional e regulamentação sobre compostos lácteos (CL) e leites fortificados (LF) direcionados à primeira infância é um fator que prejudica a avaliação do impacto desses produtos sobre a saúde da criança. O objetivo desse estudo foi quantificar os teores de elementos traço e tóxicos em LF e CL e comparar com as legislações vigentes.

MÉTODOS

Foram adquiridas, de forma aleatória, 3 marcas de LF (A, B, C) e 6 de CL (A, B, C, D, E, F), de 6 lotes diferentes. As amostras foram homogeneizadas, quarteadas e, para cada lote, foram preparadas triplicatas, totalizando 166 amostras. A análise dos elementos traço (cobalto, cobre, cromo, ferro, manganês, selênio e zinco) e tóxicos (alumínio, arsênio, cádmio, chumbo, níquel, urânio e titânio) foi realizada por meio de espectrometria de massa com plasma indutivamente acoplado. Para a análise estatística, foi utilizado o programa estatístico SPSS versão 22.

RESULTADOS

As concentrações dos elementos traço e tóxicos analisados apresentaram diferenças significativas entre suas variâncias ($p < 0,001$), tanto entre as marcas dos LF, como entre as marcas dos CL. Considerando as legislações nacionais e internacionais vigentes sobre ingestão, as amostras possuíam teores adequados e seguros de elementos traço e tóxicos, exceto para urânio (marca B de LF) e níquel (marcas A, B de LF; e C, D e G de CL). Em relação as informações nutricionais descritas nos rótulos, os únicos elementos traço com teor discriminado na maioria das marcas analisadas foram ferro e zinco. As médias do teor de ferro e zinco foram superiores ($p < 0,001$) nos LF ($Fe = 5,29mg\ 200mL^{-1}$; $Zn = 1,85mg\ 200mL^{-1}$), em comparação aos CL ($Fe = 3,10mg\ 200mL^{-1}$; $Zn = 1,02mg\ 200mL^{-1}$). A marca A de LF e F de CL apresentaram teores de ferro acima de 20% do que estava discriminado no rótulo, limite máximo permitido pela legislação (22,3% e 23,2%,

respectivamente). Por outro lado, o zinco se apresentou teores inferiores a 20%, na marca A de LF e nas marcas A, B, C, D e F de CL.

CONCLUSÃO

As marcas de LF e CL analisados neste estudo, ao mesmo tempo que são fontes adequadas de elementos traço, são potenciais fontes de contaminação em relação ao urânio e níquel. Quanto a rotulagem, algumas marcas analisadas apresentaram teores de ferro e zinco em desacordo com a legislação brasileira vigente, indicando a necessidade de maior rigor por parte dos órgãos reguladores sobre a indústria alimentícia de forma a evitar riscos adversos a saúde das crianças, relacionado ao consumo desses produtos industrializados.

Palavras-chave: Alimento fortificado|Oligoelementos|Metais pesados|Segurança alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Análise microbiológica de manipuladores, equipamentos de proteção individual, utensílios e ambiente, em lactário hospitalar

Maria das Graças G. de A. Medeiros; Robson Maia Franco; Maria Carmela Kasnowki Holanda Duarte; Nathália Guimarães Araújo Candela; Thays Souza Marinho; Fernanda Silveira dos Anjos Bainha.

Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

As enfermidades causadas por agentes etiológicos de doenças alimentares são frequentes e, quando ocorrem em ambientes hospitalares, a gravidade é alta, podendo resultar em sérias complicações infecciosas. As fórmulas infantis industrializadas (FI), são utilizadas para garantir o aporte nutricional de qualidade e segurança sanitária, para pacientes hospitalizados, em tratamento intensivo, pós-cirúrgico e prematuros. Considerando a importância da qualidade microbiológica dos alimentos direcionados a pacientes infantis, objetivou-se com a presente pesquisa avaliar as condições de processamento das fórmulas lácteas através de análises microbiológicas, a fim de nortear a adoção de técnicas higiênico-sanitárias que garantam a qualidade e inocuidade do produto final.

METODOLOGIA

Pesquisa aplicada, descritiva e qualitativa, realizada no lactário de uma Unidade Hospitalar pública, localizada no Rio de Janeiro, no período de novembro de 2018 a julho de 2019. Coletou-se com auxílio de *swabs* material das mãos, regiões naso e orofaríngea, dos equipamentos de proteção individual (EPI): touca, jaleco, máscara e luvas descartáveis, de 03 lactaristas e 03 ajudantes, totalizando 45 amostras. Coletou-se, também, amostras de utensílios para o envase das fórmulas infantis (19) e do ambiente (5 pontos). As análises microbiológicas realizadas foram: enumeração de *Coliformes a 35°C*, enumeração de *Escherichia coli*, contagem de bactérias heterotróficas aeróbias mesófilas, contagem de *Staphylococcus coagulase positiva*, *Salmonella* spp., enumeração de *Enterococcus* spp. e contagem de fungos. Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 52648415.0.0000.5243).

RESULTADOS

Observou-se a partir dos resultados obtidos o crescimento de *Staphylococcus coagulase positiva*, bactérias heterotróficas aeróbias mesófilas e fungos em 100% de amostras das mãos dos manipuladores; EPIs: 84% de resultados positivos para bactérias heterotróficas aeróbias mesófilas, 32% de coliformes totais isolados no jaleco e 16% de *Escherichia coli* na touca; 50% dos manipuladores apresentaram alto grau de contaminação, para *Enterococcus* spp. principalmente nas mãos e EPIs; utensílios, 72% para bactérias heterotróficas aeróbias mesófilas e 86% para fungos; ambiente, 100% para fungos e 60% para bactérias heterotróficas aeróbias mesófilas.

CONCLUSÃO

Os manipuladores possuem atribuições fundamentais na produção de qualidade de fórmulas infantis, sobretudo no se refere a sanidade do processo e do produto final. Os resultados microbiológicos positivos indicaram a necessidade de um programa de capacitação em higiene pessoal periódico para os manipuladores e orientação na correta utilização dos EPIs. É imprescindível, também, a revisão das normas operacionais aplicadas, pelo serviço de nutrição, relativas às orientações sobre o armazenamento dos EPI e utensílios para o envase das FI e a higiene ambiental, tendo em visto o alto grau de contaminação por fungos e bactérias heterotróficas aeróbias e mesófilas.

Palavras-chave: Fórmulas infantis|Doenças transmitidas por alimentos|Inocuidade dos alimentos|Qualidade dos alimentos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Aplicação de indicadores de saudabilidade no ambiente alimentar do campus principal de uma universidade pública brasileira

Patrícia Maria Périco Perez.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O ambiente alimentar universitário (AAU) é um espaço que merece atenção, pois pode influenciar os hábitos alimentares dos indivíduos a ele exposto. Indicadores de fácil aplicação são fundamentais para caracterizar e monitorar o ambiente alimentar, podendo auxiliar em diagnósticos institucionais e possíveis intervenções para melhorá-lo. O objetivo do presente estudo foi aplicar indicadores para caracterizar e avaliar a saudabilidade do ambiente alimentar do campus principal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

MÉTODOS

Estudo seccional descritivo, com utilização de dados do inquérito realizado em novembro de 2019, para caracterizar o AAU do campus principal da UERJ. Foram aplicados 4 indicadores síntese de caracterização dos estabelecimentos comerciais existentes, sendo: Prop-AIMPP (proporção da disponibilidade de alimentos *in natura*, minimamente processados ou processados); Prop-AUPP (proporção da disponibilidade de alimentos ultraprocessados); Raz-AUPP/AIMPP (razão entre a oferta de AUP/AIMPP) e Índice de Saudabilidade (medida síntese da disponibilidade de AIMPP e AUPP). Para isso, os alimentos comercializados nos estabelecimentos foram categorizados em 2 grupos: Alimentos *in natura*, minimamente processados ou processados e preparações culinárias baseadas nestes alimentos (AIMPP) – hortaliças cruas e cozidas, frutas e sucos, arroz integral, leguminosas, molhos caseiros, águas e café - e alimentos ultraprocessados e preparações culinárias contendo estes alimentos (AUPP) – biscoitos, salgados, doces/guloseimas, molhos ultraprocessados e bebidas açucaradas e energéticos. Os estabelecimentos foram agrupados com base nos tipos de alimentos mais frequentemente vendidos nestes locais, segundo a extensão e o propósito do processamento industrial (classificação NOVA), a saber: Tipo 1 - predomínio de AIMPP; Tipo 2 - mistos (sem predomínio de AIMPP ou de AUPP) e Tipo 3 - predomínio de AUPP. Realizou-se análise descritiva, com medidas de tendência central e dispersão para as variáveis quantitativas.

RESULTADOS

O ambiente alimentar estudado era composto por 20 estabelecimentos, com predomínio do Tipo 3 (n=11), seguido pelos do Tipo 2 (n=8) e somente 1 estabelecimento do Tipo 1. A aplicação dos indicadores revelou que os estabelecimentos estudados comercializavam menos da metade (45%) do grupo AIMPP e a grande maioria (78%) comercializava alimentos do grupo AUPP. Os estabelecimentos comercializavam 2,5 vezes mais AUPP

do que AIMPP. O Índice de Saudabilidade revelou que os estabelecimentos atingiram 1/3 da pontuação máxima (100).

CONCLUSÃO

A aplicação destes indicadores permitiu conhecer o perfil geral do AAU da UERJ e a variabilidade entre os estabelecimentos. Revelou que este ambiente desencorajou uma alimentação saudável e/ou estimulou escolhas alimentares não saudáveis, tendo em vista a baixa qualidade nutricional dos alimentos ali comercializados, apontando a necessidade de intervenções voltadas para promoção da alimentação saudável.

Palavras-chave: Ambiente alimentar|Serviços de alimentação|Comportamento do Consumidor|Universidades

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Aplicação do questionário brasileiro de habilidades culinárias e alimentação saudável (QBHC) com alunos de graduação em nutrição e enfermagem

Lorena Furtado Falcao¹; Fernando Claudio da Silva Bemerguy¹; Juliana de Azevedo Gonçalves¹; Elenilma Barros da Silva².

1. Universidade da Amazônia (Unama), Belém - PA - Brasil; 2. Universidade Federal do Pará (Ufpa), Belém - PA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A cozinha constrói uma identidade alimentar, expressando tradições, rituais e símbolos de caráter individual e coletivo, sendo assim, o ato de comer demonstra uma relação forte de intimidade entre o ser humano e a comida, podendo representar as características individuais, sociais e culturais da pessoa. O objetivo deste estudo foi investigar quanto às habilidades culinárias de alunos de nutrição e enfermagem ingressantes em 2021 em uma universidade privada em Belém-PA, uma vez que, em demonstração científica, o público universitário geralmente apresenta barreiras para preparar suas refeições em casa.

MÉTODO

Estudo transversal, a partir de dados primários, cuja aplicação do formulário online do *Google Forms* ocorreu nos meses de novembro e dezembro do ano de 2021. Utilizou-se o Questionário Brasileiro de avaliação das habilidades culinárias e alimentação saudável (QBHC). O QBHC é composto por 8 escalas: Disponibilidade e acessibilidade de frutas, verduras e legumes (DAFVL); Atitude culinária (AC); Comportamento Culinário (CC); Autoeficácia no consumo de frutas, legumes e verduras frescos (ACFLV); Autoeficácia Culinária (AEC); Autoeficácia para uso de técnicas culinárias básicas (ATCB); Autoeficácia para uso de frutas, legumes, verduras e temperos (AFLVT); Conhecimento de termos e técnicas culinárias (CTTC). A análise estatística foi realizada por meio da técnica multivariada análise fatorial (AF) com o auxílio do programa GNU R, versão 4.1.0 com o objetivo de criar um índice que refletisse a habilidade culinária dos alunos. Este estudo foi aprovado em Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Amazônia sob nº de CAAE: 50350621.5.0000.5173.

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 39 acadêmicos dos cursos de nutrição e enfermagem com idade predominante de ≤ 20 anos, prevalecendo o gênero feminino, 92,31% (n=36). Dentre os alunos com alta habilidade culinária, 91,67% (n=22) são do gênero feminino, 62,50% (n=15) declararam residir na Região Metropolitana de Belém e apenas 16,67% (n=4) afirmaram morar só. A partir da análise das 08 escalas do QBHC, percebe-se baixo nível

em 3 escalas, a saber: atitude culinária (30; 76,92%), comportamento culinário (38; 97,44%) e autoeficácia no consumo de FLVT (22; 56,41%). Observou-se alto nível em: Disponibilidade e acessibilidade de frutas, verduras e legumes (25; 64,1%), Autoeficácia Culinária (20; 51,28%), Autoeficácia para uso de técnicas culinárias básicas (33; 84,62%), Autoeficácia para uso de FLVT (32; 82,05%) e Conhecimento de termos e técnicas culinárias (29; 74,36%).

CONCLUSÃO

Os participantes do estudo, considerando 05 escalas, apresentaram altas habilidades culinárias. Sugere-se que tenham sido motivados pela convivência com pessoas que possuem o hábito de cozinhar, por possuírem tempo para colocar em prática receitas conhecidas e até testar novas receitas.

Palavras-chave: Comportamento Alimentar|Autoeficácia|Habilidades

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Apoio social e intercorrências mamárias em nutrizes que amamentam exclusivamente

Francyleia Abreu da Silva¹; Nayra AnIELly Cabral Cantanhede¹; Poliana Cristina de Almeida Fonseca²; Maylla Luanna Barbosa Martins Bragança³; Sueli Ismael Oliveira da Conceição¹.

1. Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil; 2. Universidade Federal do Piauí, São Luis - MA - Brasil; 3. Universidade Federal do Maranhão, São Luis - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno exclusivo (AME) promove o desenvolvimento e crescimento da criança. Diante dos seus benefícios, recomenda-se o AME até o sexto mês de vida e a manutenção da amamentação até os dois anos de idade ou mais da criança. Entretanto, dentre os fatores que podem interromper o AME, estão as intercorrências mamárias e a ausência do apoio do cônjuge e de outros familiares, no período pré e pós-natal da mulher. Considerando-se que o sucesso do AME pode estar relacionado ao contexto sociocultural da nutriz e a sua rede social, o objetivo deste estudo foi estimar a prevalência do apoio do cônjuge e de familiares durante a amamentação e sua associação com as intercorrências mamárias em nutrizes assistidas pelo Programa de Puericultura de Banco de um Leite Humano, em São Luís (MA), durante o AME.

MÉTODOS

Estudo transversal aninhado a uma coorte prospectiva intitulada “Acompanhamento do estado nutricional de lactantes e lactentes atendidos em um Banco de Leite Humano (BLH) de um Hospital Universitário do Maranhão”, desenvolvido de novembro/2017 a novembro/2018. A amostra deste estudo foi composta por 169 nutrizes que procuraram atendimento no BLH no primeiro mês de vida da criança e que foram assistidas mensalmente até que o lactente completasse seis meses de vida. Aplicou-se um questionário semiestruturado para a coleta de dados socioeconômicos e demográficos, do pré-natal, apoio social e intercorrências mamárias (mastite, fissura, ingurgitamento mamário e outros) durante o AME. O Teste Qui-quadrado e o Teste Exato de Fischer foram empregados para verificar as associações entre as covariáveis e o desfecho de interesse ($p < 0.05$). A pesquisa que originou este estudo foi aprovada pelo Comitê de Ética do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão sob os pareceres nº 2.341.252, de 20 de outubro de 2017, e nº 2.673.595, de 24 de maio de 2018.

RESULTADOS

Todas as nutrizes se submeteram ao pré-natal, das quais 81,3% realizaram seis ou mais consultas, em sua maioria na rede pública de saúde (94,7%). Elevada frequência das nutrizes não recebeu orientações a respeito do aleitamento materno (55,4%), de posições do bebê para amamentar (63,7%) e dos cuidados com as mamas durante o pré-natal

(59,2%). Maior frequência do grupo avaliado (82,0%) recebeu apoio do companheiro, entretanto, na presença de dores nos mamilos (41,1%) e mamilos ausentes, planos ou invertidos (13,2%), maior proporção delas (86,8%) não recebeu tal suporte durante o AME ($p=0,021$).

CONCLUSÃO

Houve considerável apoio social dirigido às nutrizes, mas dentre as que apresentaram intercorrências mamárias, a maior parcela não recebeu esse apoio. Reforça-se a necessidade da maior participação dos atores que compõem a rede social da gestante no pré-natal e nos cuidados com a saúde da criança.

Palavras-chave: Apoio social|Cuidado pré-natal|Aleitamento materno

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

A presença de crianças no domicílio influencia na escolha dos alimentos adquiridos pelos pais: análise do ano 2018 no Brasil.

Isabela de Albuquerque Ribeiro; Eliseu Verly Junior.

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ImS/Uerj), Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

Mundialmente, estima-se que cerca de 40 milhões de crianças com idade inferior a cinco anos apresentam algum grau de obesidade ou sobrepeso. O consumo regular de frutas e hortaliças pode vir a contribuir para o controle da ingestão energética e para redução do risco de obesidade, ao passo que alimentos ultraprocessados, como bebidas açucaradas, em média, possuem alta densidade energética e grande teor de açúcar livre, e seu consumo vem sendo associado ao desenvolvimento da obesidade infantil nas últimas décadas. Os hábitos alimentares são construídos na infância e podem perdurar ao longo da vida adulta. A construção dos hábitos alimentares de crianças pode ser influenciada pela disponibilidade dos alimentos presentes nos domicílios. Não se sabe o quanto os pais modificam seu padrão de compra de alimentos quando há crianças no domicílio. Esta informação é importante para avaliar a percepção dos pais sobre a influência do ambiente na formação de hábitos alimentares saudáveis em seus filhos. Este estudo buscou comparar a aquisição de frutas, hortaliças e bebidas adoçadas entre os domicílios com criança e sem crianças no Brasil, segundo o sexo da pessoa de referência do domicílio.

MÉTODOS

Estudo transversal que utilizou dados secundários gerados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF IBGE, inquérito 2017-2018. Os domicílios foram classificados em: i) presença ou não de crianças de 2 a 5 anos de idade. Foi estimado o total de aquisição (Kg) de frutas, hortaliças e bebidas adoçadas na semana. As diferenças de aquisição (Kg) do alimento entre domicílios com e sem criança foram estimadas por modelos de regressão quantílica, modelando o p50 (mediana), estratificado por sexo da pessoa de referência do domicílio, com ajustes por cor/raça, número de adolescentes, adultos e idosos vivendo no domicílio, renda per capita e gasto mensal com alimentação.

RESULTADOS

Quando a pessoa de referência era do sexo masculino, em domicílios com criança a mediana de aquisição de hortaliças foi 98g/semana menor que nos domicílios sem crianças; não houve diferença quando a pessoa de referência era do sexo feminino. Não foi observada diferença para frutas e bebidas adoçadas.

CONCLUSÃO

As quantidades adquiridas dos alimentos avaliados não diferiram entre o domicílio com e sem crianças. A exceção foi para a menor mediana de hortaliças em domicílios com crianças quando a pessoa de referência era do sexo masculino. Aparentemente, os pais não se preocupam em tornar o ambiente alimentar mais saudável quando há crianças na família.

Palavras-chave: aquisição de alimentos|alimentação infantil |ambiente alimentar
|Pesquisa de Orçamentos Familiares

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Aquisição de bebidas não alcoólicas para consumo nos domicílios brasileiros: menos leite e muito refrigerante (2002-03 a 2017-18)

Natália Oliveira; Daniela Silva Canella.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O consumo de bebidas ultraprocessadas, incluindo as bebidas adoçadas com açúcares e adoçadas artificialmente, está associado a diversos agravos de saúde. O objetivo deste trabalho foi avaliar a evolução no volume de bebidas minimamente processadas e ultraprocessadas adquiridas para consumo nos domicílios brasileiros e sua aquisição segundo participação energética de alimentos ultraprocessados na alimentação.

MÉTODOS

Utilizados dados das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) realizadas pelo IBGE nos anos de 2002-03, 2008-09 e 2017-18, de representatividade nacional e disponíveis publicamente. Utilizou-se as informações de aquisições de itens alimentares para consumo domiciliar. Foram obtidas as quantidades de cada item por indivíduo (*per capita*), agrupadas em grupos e subgrupos da classificação NOVA, e então selecionadas as bebidas. Investigou-se o volume de aquisição diária *per capita* (em mililitros) das bebidas minimamente processadas (leites; leites desnatados; e iogurtes naturais) e das bebidas ultraprocessadas (refrigerantes regulares; refrigerantes diet/light; e outras bebidas, incluindo bebidas lácteas sem iogurte; sucos ou chás artificiais regulares; sucos ou chás artificiais diet/light; iogurte/coalhada diet/light; bebidas lácteas diet/light e leite de soja em pó regular ou diet/light). Considerando a relação do consumo alimentar com a renda, foram realizados modelos de regressão linear para obter os valores preditos da aquisição ajustados por renda. Com os valores preditos, foram descritas médias e Intervalos de Confiança de 95% (IC95%) para o Brasil e segundo quartos de participação energética de alimentos ultraprocessados nos três períodos. Diferenças significativas foram identificadas com base na comparação entre os IC 95%.

RESULTADOS

A aquisição das bebidas minimamente processadas diminuiu ao longo do período [2002-03: \bar{x} : 156,5ml (IC 95%: 148,3-164,8); 2017-18: \bar{x} : 101,6ml (95%IC: 98,1-105,1)] e das ultraprocessadas se manteve estável [2002-03: \bar{x} : 117,9ml (95%IC: 108,1-127,7); 2017-18: \bar{x} : 122,8ml (IC 95%: 111,2-134,4)]. A bebida mais adquirida em 2002-03 foi o leite [\bar{x} : 154,7ml (95%IC: 146,4-162,9)] e em 2017-18 os refrigerantes regulares [\bar{x} : 110,7ml (95%IC: 99,2-122,2)]. Houve diminuição na aquisição de leite desnatado e aumento de outras bebidas ultraprocessadas no período. O volume adquirido das bebidas ultraprocessadas aumentou e das minimamente processadas diminuiu em função do aumento na participação energética dos alimentos ultraprocessados na alimentação.

CONCLUSÃO

O leite foi a bebida mais adquirida para consumo domiciliar pelos brasileiros em 2002-03, enquanto os refrigerantes regulares foram os comprados em maior volume em 2017-18. Houve queda na compra de leite e aumento de outras bebidas ultraprocessadas. Políticas públicas efetivas de regulamentação das bebidas ultraprocessadas devem ser implementadas, incluindo tributação e acesso restrito a essas bebidas em ambientes como escolas.

Palavras-chave: Bebidas não alcoólicas|Classificação NOVA|Tendência

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Árvore de Decisão para fatores decisórios sobre a formalização da área de alimentação e nutrição nas Secretarias Municipais de Saúde de Mato Grosso do Sul

Alline Lam Orué¹; Claudia Cristina Gonçalves Pastorello¹; Karine Domingos de Araújo²; Henrique Bello²; Bruna Paola Murino Rafacho²; Camila Medeiros da Silva Mazzeti².

1. Universidade de São Paulo, Campo Grande - MS - Brasil; 2. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS - Brasil.

INTRODUÇÃO

A carga de má nutrição é um desafio constante para os serviços de saúde brasileiros, que demandam planejamento e organização em prol da efetividade das ações de alimentação e nutrição, assim, o objetivo do estudo foi determinar a probabilidade de organização dessas ações dentro da gestão de saúde dos municípios de Mato Grosso do Sul.

MÉTODOS

Trata-se de estudo descritivo, transversal, de abordagem quantitativa e com base em dados primários, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob parecer de número 3.981.748 (CAAE: 20532419.0.0000.0021), cujos dados foram coletados por meio do questionário “Diagnóstico da Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição nos Municípios” do Ministério da Saúde, preenchido pelos gestores destas áreas nos 79 municípios de Mato Grosso do Sul, com auxílio da ferramenta SurveyMonkey®. Para análise da influência da existência de um responsável técnico formalmente indicado para área de alimentação e nutrição nos municípios, conduziu-se uma análise de valor da informação de cada uma das variáveis do questionário levantado e a partir das variáveis consideradas relevantes e estatisticamente significativas ($p < 0,05$) construiu-se um algoritmo de árvore de decisão. Para condução dessa análise utilizou o pacote rpart do software R Studio 1.4.1717®.

RESULTADOS

A análise indicou que a ausência de nutricionistas na equipe de gestão da área de alimentação e nutrição está atrelada ao desconhecimento do respondente sobre a existência de metas da área nos planos anuais e plurianuais (acurácia de 80%), e desconhecimento da existência de protocolos de terapia nutricional (acurácia de 67%) denunciavam a ausência de profissional formalmente indicado como responsável pelas ações de alimentação e nutrição municipais. Por outro lado, municípios com pelo menos um nutricionista na equipe e informados sobre ambas as questões supracitadas (sabiam referir que “sim” ou “não”) apontou a probabilidade da existência de um gestor formalmente indicado para área (acurácia de 82%). Nos municípios com nutricionista na equipe de alimentação e nutrição, a existência do profissional gestor formalmente

indicado está atrelada a mais relatos de participação formal e regular da área técnica de alimentação e nutrição nos processos decisórios de planejamento da Secretaria Municipal de Saúde (acurácia de 67%). E quando não há essa participação formalizada e regular na gestão e planejamento, há alta probabilidade de não existir alguém formalmente indicado à condução das ações alimentação e nutrição (acurácia de 89%).

CONCLUSÃO

A árvore de decisão demonstrou o grau de conhecimento de cada município em relação às ações de alimentação e nutrição, bem como sua gestão, ficando evidente que a presença de nutricionista na equipe da gestão favoreceu a área técnica responsável pela alimentação e nutrição a ser atuante na administração da saúde e ter conhecimento de seus processos e suas fragilidades.

Palavras-chave: Administração de Serviços de Saúde|Atenção Primária à Saúde|Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação|Gestão em Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

As multigestas proporcionam risco aumentado de Toxoplasmose

Priscilla Vilela dos Santos¹; Débora Nonato Miranda de Toledo¹; Bianca Alves Almeida Machado¹; Nathalia Sernizon Guimarães¹; Valter Ferreira de Andrade Neto²; André Talvani¹.

1. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto - MG - Brasil; 2. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - RN - Brasil.

INTRODUÇÃO

A toxoplasmose congênita é uma doença infecciosa, causada pela transferência placentária do protozoário *Toxoplasma gondii* para o feto podendo gerar déficits neurológicos, neurocognitivos e/ou morte. Estima-se que em 50 a 80% das mulheres em idade reprodutiva se infecte pelo *T. gondii* no Brasil. Dado que a infecção da mãe acarreta o risco de transmissão fetal em cerca de 30% dos casos. O objetivo deste estudo foi avaliar a prevalência da toxoplasmose e os fatores associados em mulheres grávidas assistidas pelo Serviço de Saúde Pública de Ouro Preto, Brasil.

MÉTODOS

O estudo foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto sob o protocolo: 23467219.7.0000.5150 Trata-se de um estudo transversal realizado entre abril e dezembro de 2020 com mulheres grávidas que foram avaliados os níveis de anticorpos IgM e IgG específicos contra *T. gondii*. Estas mulheres também responderam a um questionário estruturado, utilizado para identificar os padrões socioeconômicos, gestacionais, nutricionais e clínicos.

RESULTADOS

Ao total, 131 gestantes foram avaliadas com idade entre 13 e 46 anos. A prevalência de infecção por *T. gondii* foi de 45,8% (n=60). Ao comparar a quantidade de partos progressos, mulheres multigestas estavam mais expostas à infecção por *T. gondii* (p <0.009). Este estudo observou elevada prevalência de mulheres grávidas soropositivas para *T. gondii*, onde 10,7% da amostra informou a ausência de saneamento básico em casa. A maioria das gestantes relatou ter ensino médio completo (58,02%), ter um emprego (43,56%), com renda entre dois e três salários mínimos (52,67%), residindo na área urbana da cidade (60,31%), e ter, no local de residência, acesso à rede de saneamento básico: água encanada (86,26%), rede de esgoto (89,31%) e coleta de lixo urbano (97,71%). Ao observar os hábitos alimentares dos voluntários (variáveis alimentares), a maior parte da amostra consumiu leite pasteurizado (89,31%), vegetais crus (99,24%) e carnes cruas/mal cozidas (67,94%). 50,38% tinham o hábito de limpar/lavar frutas e verduras em água corrente. Ao investigar a contaminação cruzada, observamos que 75,57% lavavam a faca antes de reutilizá-la. Os voluntários relataram que lavavam as mãos rotineiramente antes de preparar as refeições (94,66%).

CONCLUSÃO

Os dados identificaram que as multigestas apresentam um potencial fator de risco para toxoplasmose gestacional, considerando a alta positividade anti- *T. gondii* sorologia nessas mulheres. Sabendo-se que a monitorização clínica contra a infecção por *T. gondii* durante os cuidados pré-natais é essencial para a realização de testes de rastreio e que fatores de risco é ponto essencial a ser inserido no programa educativo para este público-alvo, sugere-se que as medidas educativas sobre higiene para segurança alimentar e preventivas devem ser intensificadas em mulheres multigestas, tornando-as conscientes dos riscos potenciais do contato com *T. gondii*.

Palavras-chave: gestações múltiplas|toxoplasmose congênita|segurança alimentar|fatores de risco|grávidas

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Aspectos maternos e de nascimento influenciam o consumo de alimentos ultra processados em adultos jovens: resultados do estudo de saúde dos nutricionistas

Mariana Ferreira Pinto¹; Sthefani da Costa Penha¹; Antonio Augusto Ferreira Carioca².

1. Universidade Estadual do Ceará (Uece), Fortaleza - CE - Brasil; 2. Universidade de Fortaleza (Unifor), Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

Eventos característicos dos primeiros 1.000 dias de vida podem influenciar o consumo alimentar durante a idade adulta. O objetivo deste estudo foi analisar se os aspectos maternos e de nascimento estão associados ao consumo alimentar em adultos jovens utilizando dados da linha de base da coorte Estudo de Saúde dos Nutricionistas (NutriHS). Aspectos maternos refletem sobre o consumo alimentar da prole. Como exemplos disso, estudos têm demonstrado que mães mais jovens, multíparas e com menor nível de instrução estão mais propensas a apresentar alimentos menos saudáveis a seus filhos, o que pode resultar na adesão a hábitos alimentares inadequados durante toda a vida. Atualmente, há limitação de estudos que avaliaram a associação entre eventos maternos e de nascimento e consumo alimentar em adultos, em especial de acordo com a classificação NOVA, devido à necessidade da realização de estudos longitudinais. Portanto, uma coorte de graduandos em Nutrição e nutricionistas recém-egressos pode ser vantajosa, visto que são, ou estão em formação para se tornarem, profissionais de saúde que lidam com a avaliação dietética diariamente, possibilitando a obtenção de informações mais fidedignas. Estas são essenciais para a compreensão dos processos fisiológicos que podem influenciar o consumo alimentar ao longo da vida e que ajudam a prevenir doenças associadas.

MÉTODOS

Uma análise transversal foi realizada com dados de 386 alunos de graduação em Nutrição ou nutricionistas maiores de 18 anos. O consumo alimentar atual foi coletado por meio de questionário de frequência alimentar e avaliado de acordo com a classificação NOVA. Os fatores maternos e de nascimento incluíram idade materna, paridade, tipo de parto, problemas de saúde na gestação, prematuridade e peso ao nascer. O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual do Ceará, no. 95402618.3.0000.5534.

RESULTADOS

A contribuição energética atual de alimentos ultra processados foi associada positivamente com o Padrão 1, caracterizado por participantes cujas mães apresentaram

idade menor ou igual a 19 anos, eram primíparas e haviam realizado parto normal ($\beta = 0,48$; Intervalo de Confiança de 95% [IC] = 0,02; 1,66).

CONCLUSÃO

Concluimos que ser filho de mãe mais jovem foi associado ao maior consumo de alimentos ultraprocessados na idade adulta na Coorte NutriHS, enfatizando que os aspectos característicos dos primeiros 1.000 dias parecem influenciar a alimentação durante a idade adulta, demonstrando a necessidade de aprimoramento do acesso a intervenções que estimulem práticas alimentares adequadas desde o início da vida.

Palavras-chave: Gravidez|Paridade|Parto|Exposição materna|Consumo alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Aspectos nutricionais de lactantes no primeiro mês pós-parto

Lucíola Sant'Anna de Castro¹; Ana Carolina Lavio Rocha¹; Adriana Souza Torsoni²;
Mina Desai³; Michael G Ross³; Kelly Pereira Coca¹.

1. Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade de Campinas - Unicamp, Campinas - SP - Brasil; 3. University Of California - Ucla, California - Estados Unidos da America.

INTRODUÇÃO

A alimentação adequada e saudável no pós-parto contribui de forma benéfica para o estado nutricional da mulher, principalmente neste período em que as necessidades nutricionais são aumentadas devido à amamentação. O presente estudo teve como objetivo investigar os aspectos nutricionais de lactantes no primeiro mês pós-parto.

MÉTODOS

Estudo transversal com lactantes atendidas em ambulatório de Aleitamento Materno da cidade de São Paulo, entre fevereiro de 2020 e maio de 2022. Incluiu-se mulheres adultas com gestação única e de termo e até 30 dias pós-parto. Foram coletados dados sociodemográficos (idade, escolaridade e estado civil) e antropométricos (peso e altura). Utilizou-se o Índice de Massa Corporal pré-gestacional e a classificação do Ministério da Saúde do Brasil para a avaliação do estado nutricional. O consumo alimentar foi analisado com base no Formulário de Marcadores do Consumo Alimentar do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Para a descrição dos dados utilizou-se frequências relativas e absolutas, e para as análises estatísticas empregou-se os testes *t* de Student e Qui-quadrado de Fisher, considerando o nível de significância α igual a 5%. O estudo foi aprovado no Comitê de Ética sob o nº 4.067.920.

RESULTADOS

Foram avaliadas 84 nutrizes, cuja média de idade foi de 31,2 anos (DP= 5,4), 67,5% tinha ensino superior completo e todas viviam com companheiro. Quanto ao estado nutricional, 50% eram eutróficas e 45,4% estavam com excesso de peso. Do total, 81% estavam em aleitamento materno exclusivo. Em relação aos hábitos alimentares, 59,5% realizam as refeições assistindo TV ou mexendo no celular e as refeições realizadas mais frequentemente foram desjejum (98,8%), almoço (100%), lanche da tarde (78,6%) e jantar (92,9%). Comparadas com as mulheres eutróficas, as mulheres com excesso de peso fizeram, em média, menos refeições ao dia ($p= 0,041$), consumiram menos frutas ($p=0,006$), menos hortaliças (0,018) e consumiram mais bebidas adoçadas ($p=0,005$) no dia anterior ao inquérito. Em relação aos marcadores alimentares, as mulheres com excesso de peso apresentaram menor prevalência de marcadores saudáveis ($p= 0,026$) quando comparadas às eutróficas.

CONCLUSÃO

Observou-se uma prevalência elevada de excesso de peso nas nutrizes avaliadas associado com menor frequência de hábitos alimentares saudáveis. Neste sentido, o consumo alimentar deve ser ponto de atenção nas orientações para promoção da saúde e alimentação adequada durante a amamentação.

Palavras-chave: Nutrição materna|Estado nutricional|Consumo de alimentos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

As potencialidades dos dados da Vigilância Alimentar e Nutricional a partir da percepção da sociedade civil organizada

Beatriz Gouveia Moura; Clara Cecília Ribeiro de Sa; Jucelir dos Santos; Andhressa Araújo Fagundes; Silvia Maria Voci.
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

Programas e políticas públicas são fortalecidas quando são construídas, monitoradas e avaliadas em conjunto com a sociedade civil. É importante existir o olhar desse público nas políticas de alimentação e nutrição. Isto posto, pretende-se conhecer a percepção da sociedade civil organizada sobre as potencialidades das informações da Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) do Sistema Único de Saúde (SUS) no contexto dos diversos territórios e sistemas alimentares existentes no Brasil.

MÉTODOS

Estudo transversal e exploratório, de natureza quantitativa, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe sob número de Parecer 4.786.176 e realizado com a sociedade civil organizada envolvida com a VAN e/ou com a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A seleção dos participantes foi feita por conveniência e a coleta de dados, realizada entre maio e junho de 2022, se deu a partir de um questionário autoaplicável estruturado no Google Forms após assinatura do Termo de consentimento livre e esclarecido pelos respondentes. Os dados foram tabulados e as variáveis objetivas foram analisadas em frequência absoluta e relativa por meio da análise descritiva no programa Statistical Package for the Social Sciences versão 20.0 e os dados subjetivos passaram pela análise qualitativa temática de Bardin.

RESULTADOS

Dos 21 participantes, 66,7% eram associados com a área da Segurança Alimentar e Nutricional de incidência estadual ou municipal (90,5%), com uma maioria feminina (76,2%), com 52,4% autodeclarados de cor preta ou parda, 66% tendo pelo menos o ensino superior. Houve uma diversidade de idades, regiões e formações. Os representantes consideraram que a potencialidade da VAN para os sistemas alimentares e os diversos territórios brasileiros está principalmente (34,5%) no fortalecimento, direcionamento de políticas públicas e com a visibilização da diversidade dos territórios e da situação da alimentação e nutrição destes locais (27,6%). A VAN foi percebida como uma ferramenta de luta e de transformação (17,2%) que precisa ser dialogada com

diversos setores (13,8%) e que também contribui para a ampliação do atendimento à população (6,9%).

CONCLUSÃO

De acordo com os resultados obtidos, a VAN possui um papel importante para pensar as políticas públicas no Brasil considerando as diferenças territoriais, sendo uma ferramenta que pode transformar as diferentes realidades. Destaca-se a importância de reconhecê-la e fortalecê-la ampliando o diálogo entre a gestão e a sociedade civil organizada.

Palavras-chave: Políticas de Saúde|Direito à Alimentação|Participação Popular|Política Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Associação do ganho de peso gestacional com desfechos perinatais na Amazônia Ocidental Brasileira

Paola Soledad Mosquera¹; Maíra Barreto Malta¹; Ana Alice de Araújo Damasceno¹; Paulo Augusto Ribeiro Neves²; Alicia Matijasevich¹; Marly Augusto Cardoso¹.
1. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

O estado nutricional materno durante a gestação é um dos principais determinantes da saúde materno-infantil. O ganho de peso gestacional (GPG), quando inadequado, pode resultar em consequências obstétricas e neonatais desfavoráveis, no entanto, o ganho de peso insuficiente e excessivo durante a gestação são altamente prevalentes em países de baixa e média renda. Dado que não há consenso internacional sobre o que seria GPG desejável, este estudo teve como objetivo descrever o GPG entre puérperas da Amazônia brasileira utilizando as recomendações do Instituto de Medicina (IOM) e as curvas do Intergrowth-21st, e sua associação com desfechos perinatais.

MÉTODOS

Foram utilizados dados de puérperas com índices de massa corporal pré-gestacional normal (IMC, n=658) participantes do estudo de coorte de nascimentos MINA-Brasil (Saúde e Nutrição Materno-Infantil no Acre). O GPG foi classificado em insuficiente, adequado ou excessivo segundo as diretrizes do IOM, e abaixo de -1, dentro de -1 a 1 e acima de 1 escore-z de acordo com as curvas do Intergrowth-21st. Regressão de Poisson e linear foram realizadas para avaliar a associação entre GPG e escore-z de peso ao nascer (PN), baixo peso ao nascer (BPN), macrosomia, pequeno para idade gestacional (PIG), grande para idade gestacional (GIG), parto prematuro, e cesariana, com auxílio do programa Stata 15.0. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (n° 872.613, 13 de novembro 2014).

RESULTADOS

O GPG inadequado foi elevado segundo ambos os métodos (IOM: 41,2% insuficiente e 24,8% excessivo; Intergrowth-21st: 25,2% abaixo de -1 escore-z e 16,9% acima de 1 escore-z). Os bebês de mães com GPG excessivo ou acima de 1 escore-z apresentaram maior risco de macrosomia (5,16 e 3,96 vezes, respectivamente), GIG (2,90 e 3,58 vezes, respectivamente) e PN médio mais elevado (0,47 e 0,48 z-score, respectivamente) em comparação com bebês cujas mães ganharam peso adequado ou dentro de -1 a 1 z-score. Mulheres com GPG abaixo dos padrões do Intergrowth-21st foram mais propensas a dar à luz bebês PIG e com escore-z de PN mais baixos.

CONCLUSÃO

A inadequação do peso gestacional continua sendo um importante problema de saúde nesta população, independentemente do método utilizado para sua classificação. O GPG acima das recomendações de ambos os métodos foi associado a desfechos perinatais adversos, todavia, desfechos de peso ao nascer desfavoráveis foram observados apenas entre mulheres que ganharam peso gestacional abaixo dos padrões do Intergrowth-1st, sugerindo que esse método poderia orientar melhor o GPG ideal durante a gravidez entre mulheres saudáveis da Amazônia brasileira. Nossos resultados enfatizam a necessidade de ações de cuidado pré-natais que promovam o ganho de peso gestacional adequado.

Palavras-chave: Ganho de peso na gestação|Peso ao nascer|Saúde materno-infantil

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Associação dos fatores sociodemográficos e clínico-nutricionais com o consumo de alimentos ultraprocessados em gestantes de São Luís, Maranhão

Francisca Adriana Vieira da Silva; Wyllyane Rayana Chaves Carvalho; Ana Karina Teixeira da Cunha França; Nayra Anielly Cabral Cantanhede; Isabela Leal Calado; Carolina Abreu de Carvalho.

Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil.

Resumo:

INTRODUÇÃO

Em razão à transição nutricional, o padrão alimentar sofreu graves mudanças que implicaram em consequências à saúde devido aos atuais sistemas de produção, distribuição e consumo ligados à industrialização dos alimentos repercutindo no aumento da prevalência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Neste novo cenário, surge os alimentos ultraprocessados (AUP), formulações industriais, ricos em aditivos projetados para deixar o produto mais atraente, mais palatável, com maior vida útil de prateleira e prontos para o consumo. Além disso, são densos em energia, constituídos por gorduras não saudáveis, açúcares, sal, pobres em fibras alimentares e em micronutrientes. Nesse sentido, alguns estudos demonstraram que a nutrição inadequada durante a gestação, proveniente do maior consumo de AUP, pode acarretar prejuízos no binômio mãe e filho. Entre os efeitos negativos, podem ser evidenciados o baixo consumo de nutrientes, baixo peso ao nascer e prematuridade, como também o aumento de ganho de peso gestacional e neonatal, obesidade materna, diabetes mellitus e hipertensão arterial, que pode elevar o risco de macrosomia fetal. Assim, este estudo teve como objetivo avaliar o consumo de alimentos ultraprocessados (AUP) na dieta de gestantes e investigar os fatores sociodemográficos e clínico-nutricionais associados.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal com amostra de 237 gestantes de São Luís, Maranhão, seguindo as recomendações do STROBE (Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology). Foram utilizados dados sociodemográficos, clínicos, antropométricos e de consumo alimentar. A contribuição energética do consumo de AUP foi realizada por meio do inquérito do recordatório de 24 horas. O teste Qui-quadrado e o modelo de Regressão Logística Multivariada foram utilizados para investigar a associação entre as variáveis independentes e o consumo energético de AUP. Este estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAEE: 80172617.0.2005.5086) sob protocolo nº 2.793.598.

RESULTADOS

Gestantes com escolaridade entre 9 e 12 anos de estudo apresentaram quase quatro vezes maior consumo de AUP (OR 3,95, IC de 95% 1,24-12,5, $p < 0,020$) e aquelas que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal apresentaram menor consumo de AUP (OR 0,34, IC de 95% 0,12-0,94, $p = 0,040$).

CONCLUSÃO

A escolaridade foi associada ao consumo de AUP elevado e o maior número de consultas no pré-natal associado ao menor consumo de AUP. Esses achados alertam para a importância para maior vigilância e assistência da Atenção Primária a Saúde (APS), para o fornecimento de orientações de promoção à saúde e para uma alimentação adequada e saudável, nesta fase da vida.

Palavras-chave: Padrão alimentar|Consumo alimentar|Nutrição Materna|Dieta

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Associação entre a autoavaliação da alimentação e o consumo de alimentos ultraprocessados por profissionais de hospitais públicos federais durante a pandemia da COVID-19

Malaine Moraes Alves Machado¹; Ana Clara Martins e Silva Carvalho¹; Camila Moura Batista Ferro¹; Inaiana Marques Filizola Vaz¹; Lana Pacheco Franco²; Ana Paula Perillo Ferreira Carvalho¹.

1. Universidade Federal de Goiás, Goiânia - GO - Brasil; 2. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Goiânia - GO - Brasil.

INTRODUÇÃO

A limitação da circulação das pessoas em espaços sociais, o contato direto com pessoas contaminadas pelo SARS-CoV-2, a sobrecarga na jornada de trabalho, as incertezas relacionadas ao seu próprio estado de saúde e ao risco de morte podem ter efeitos diretos no estilo de vida de trabalhadores da saúde. Diante disso, a pandemia da COVID-19, pode ocasionar mudanças nos hábitos alimentares deste público. O objetivo deste estudo foi verificar a associação entre a autoavaliação da alimentação e o consumo de alimentos ultraprocessados por profissionais de hospitais públicos federais.

MÉTODOS

Estudo do tipo transversal, observacional e analítico, realizado em 14 hospitais públicos federais brasileiros. A coleta de dados foi por meio de um questionário estruturado via plataforma online. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do centro coordenador (nº 4.852.395) e dos demais centros participantes. A normalidade dos dados foi verificada pelo teste de *Shapiro-Wilk*. Para as variáveis categóricas os dados estão apresentados em valores absolutos (n) e relativos (%) e a variável contínua (idade) foi apresentada como mediana e intervalo interquartil. A associação entre as variáveis independentes e os desfechos foram avaliadas por meio do teste Teste Exato de *Fischer*. O nível de significância utilizado para todos os testes foi de 5% ($p < 0,05$). As análises estatísticas foram realizadas utilizando-se o software STATA® versão 12.0.

RESULTADOS

Participaram do estudo 1143 trabalhadores da saúde dos hospitais, sendo 81,1% mulheres, com mediana de idade de 38 anos, 63,0% pós-graduados, 31,2% com mais de um vínculo empregatício, e a maioria com renda familiar entre quatro e 10 salários mínimos. O consumo de hambúrguer e embutidos foi associado ao sexo ($p=0,014$) e a idade ($p=0,010$). O consumo de doces também foi associado ao sexo ($p=0,049$) e a idade ($p < 0,001$). Já o consumo de bebidas açucaradas foi associado ao sexo ($p < 0,001$), à escolaridade ($p=0,015$) e à renda ($p=0,026$). Enquanto que o consumo de macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote ou biscoitos salgados foi associado à escolaridade ($p=0,035$), à idade ($p=0,007$), à renda familiar ($p=0,042$) e a ter mais de um vínculo

empregatício ($p=0,046$). Quanto a autoavaliação da alimentação, 38,2% relataram que permanece igual, 36,6% que está menos saudável e 25,2% que está mais saudável que antes da pandemia. Esta variável esteve associada com todos os desfechos analisados ($p < 0,001$).

CONCLUSÃO

O consumo de alimentos ultraprocessados foi associado a autoavaliação da alimentação. Além disso as diferentes categorias de alimentos ultraprocessados avaliadas demonstraram associação com sexo, idade, escolaridade, renda familiar e dois vínculos empregatícios. A qualidade da alimentação após a pandemia piorou para mais de um terço dos trabalhadores.

Palavras-chave: Consumo Alimentar|Alimentos Industrializados|Estilo de Vida

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Associação entre composição familiar e consumo de alimentos fora de casa entre idosos

Lídia Pitaluga Pereira; Caroline Cardoso Ferreira Faria; Paula Agrizzi Borges; Paulo Rogério Melo Rodrigues; Dayane de Carvalho Rodrigues Penteadó; Márcia Gonçalves Ferreira.

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá - MT - Brasil.

INTRODUÇÃO

O consumo de alimentos fora de casa tem aumentado na população brasileira nos últimos anos, havendo, no entanto, redução nessa prática com o advento da pandemia de COVID-19. Vários fatores influenciam o consumo alimentar fora do domicílio, dentre eles, fatores econômicos, de socialização e de conveniência. Esse tema constitui uma importante pauta de discussão entre a comunidade científica, por tratar-se de uma ocasião de consumo que tem sido associada à maior ingestão de alimentos de baixa qualidade nutricional. Os arranjos familiares podem interferir no consumo de alimentos fora de casa, inclusive pela população idosa. O objetivo deste estudo foi verificar a associação entre a composição familiar e o consumo de alimentos fora de casa entre idosos.

MÉTODOS

Estudo transversal com 485 idosos frequentadores de centros de convivência de uma capital do Centro-Oeste brasileiro. Os dados foram coletados por questionário aplicado por entrevistadores treinados entre os meses de outubro de 2019 e março de 2020. O consumo de alimentos fora de casa foi investigado pelo enunciado “Em quantos dias da semana o(a) Sr.(a) costuma comer fora de casa?” A variável desfecho foi categorizada em sim/não. As variáveis independentes relacionadas à composição familiar foram morar: sozinho, com o cônjuge, com filhos, com netos e com outros familiares. O teste do qui-quadrado foi utilizado para analisar a associação entre as variáveis da composição familiar e o consumo de alimentos fora de casa. As análises estatísticas foram conduzidas com auxílio do software STATA. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal localizada na capital (parecer nº 3.598.400).

RESULTADOS

A frequência de consumo de alimentos fora de casa entre os idosos deste estudo foi de 33%. Do total de idosos avaliados, 75% relataram morar sozinhos, 31,4% com cônjuge, 42,5% com filhos, 26,8% com netos e 17,5% com outros familiares. O consumo de alimentos fora de casa associou-se diretamente com o fato de o idoso morar sozinho ($p=0,004$) e não possuir cônjuge ($p<0,001$). Morar com

filhos, netos ou outros familiares não mostrou associação com o desfecho analisado.

CONCLUSÃO

O consumo alimentar fora de casa associou-se diretamente com o fato de o idoso morar sozinho e não possuir cônjuge. Ressalta-se a influência da comensalidade no consumo alimentar dos idosos, podendo o consumo alimentar junto à família representar um fator de proteção, no sentido de favorecer o consumo de alimentos minimamente processados, preparados em casa, evitando-se o consumo de alimentos de elevada densidade energética e baixa qualidade nutricional, muito disponíveis quando o consumo se dá fora do ambiente domiciliar, o que pode impactar negativamente na saúde dos idosos.

Palavras-chave: Idoso|Consumo de alimentos|Composição familiar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Associação entre densidade mineral óssea, consumo alimentar e seus fatores associados em mulheres menopausadas

Luciana Bronzi de Souza¹; Raquel Machado Schincaglia²; Larissa Vaz-Gonçalves³; Lavínya Moreira Souto¹; Sara Adna Pereira da Silva¹.

1. Universidade Federal de Goiás, Goiânia - GO - Brasil; 2. University Of Nevada, Goiânia - GO - Brasil; 3. The University Of Queensland, Herston - Australia.

INTRODUÇÃO

Dados da literatura sugerem a existência de associação positiva entre o consumo de alimentos lácteos e densidade mineral óssea (DMO) em mulheres na pós-menopausa. No entanto, essa relação não foi totalmente estabelecida. Desta forma, o presente trabalho tem o objetivo de avaliar se há associação entre o consumo de leite e seus derivados, composição corporal e a densidade mineral óssea em mulheres menopausadas de Goiânia-GO.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, aninhado a uma coorte com mulheres na pós-menopausa acompanhadas em ambulatorios de saúde, profissionais e estudantes Universidade Federal de Goiás (UFG); idosas da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade Estadual de Goiás (UNATI/UEG); idosas do Centro de Referência em Atenção à Saúde da Pessoa Idosa (CRASPI) de Goiânia, dentre outros espaços institucionais. A composição corporal e a DMO foi medida pelo método da absorptometria de raios-X de dupla energia (DXA). Os sítios anatômicos avaliados foram coluna lombar (L1 a L4), colo do fêmur e fêmur total. Os resultados obtidos pela densitometria foram classificados pelo T-score, foram diagnosticadas com DMO normal àquelas com T-score >-1 e baixa (osteopenia ou osteoporose) quando T-score esteve $\leq -1,1$. O consumo alimentar foi avaliado por meio da aplicação de três recordatórios alimentares de 24h em dias não consecutivos. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humano (CEP/UFG) sob parecer nº 751.387 e emenda nº nº 178.4248.

RESULTADOS

Oitenta e duas mulheres com idade média de 56 anos ($\pm 6,17$, grupo coluna lombar e $\pm 6,40$, grupo fêmur total) foram incluídas neste estudo. Metade delas (50,0%) apresentaram DMO reduzida da coluna lombar e 26,0% DMO reduzida do fêmur total (lado direito). Idade avançada foi associada com DMO reduzida (OR = 1,16 IC95%: 1,03-1,32, $p = 0,017$). Participantes com redução da DMO total do fêmur tiveram maior número de filhos ($3,33 \pm 1,28$ filhos, $p = 0,018$) e amamentaram por mais tempo ($39,33 \pm 33,68$ meses; $p = 0,009$) em comparação com mulheres com DMO normal (ambos os sítios). Àquelas com DMO reduzida da coluna lombar, a circunferência da cintura (CC) e o peso corporal foram menores em relação à DMO normal (CC: $p = 0,039$; peso

corporal: $p = 0,001$). Energia, carboidratos e gordura provenientes do consumo de leite e derivados não apresentaram associação com DMO. Mulheres com DMO normal do fêmur total apresentaram maior consumo de proteínas vegetais ($p = 0,047$) e cálcio ($p = 0,025$) de produtos não lácteos.

CONCLUSÃO

Não foi encontrada associação entre o consumo de leite e seus derivados e DMO em mulheres na pós-menopausa. Idade avançada apresentou risco de 16% de redução da DMO e maior porcentagem de gordura corporal apresentou risco 17% menor de redução da DMO.

Palavras-chave: densidade óssea|osteoporose pós-menopausa|laticínios|alimentos, dieta e nutrição|composição corporal

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Associação entre excesso de peso, consumo de fastfood e alimentos ultraprocessados em crianças e adolescentes com nanismo no Brasil

Beatriz Lucas Chaves; Ursula Viana Bagni.
Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O nanismo é uma condição genética rara, que além de provocar crescimento esquelético anormal, causa alterações metabólicas que predisõem a obesidade e acúmulo de gordura na região abdominal. Assim, o controle do ganho de peso na infância e adolescência nessa população é fundamental. Contudo, o consumo de alimentos elevado valor calórico e baixa qualidade nutricional é crescente, potencializando o risco do desenvolvimento da obesidade e doenças crônicas não transmissíveis no nanismo. A alimentação de jovens com essa condição ainda não foi investigada no país, assim, o objetivo deste estudo foi avaliar a associação entre consumo de fastfood, alimentos ultraprocessados e estado nutricional de crianças e adolescentes brasileiros com nanismo.

MÉTODOS

Trata-se de estudo observacional, seccional, desenvolvido em âmbito nacional com crianças e adolescentes com nanismo (n=28). A amostragem foi não probabilística baseada no método Respondent Driven Sampling. A coleta de dados ocorreu de forma remota entre agosto de 2021 e junho de 2022, por meio de questionário online semiestruturado. Investigou-se as práticas alimentares por meio do questionário baseado no Guia Alimentar para a População Brasileira. O estado nutricional foi avaliado por medidas antropométricas referidas, considerando-se excesso de peso valores de índice de massa corporal para idade maior que + 2 escores-z das curvas de crescimento para jovens com nanismo. Para as análises de associação, empregou-se o teste Qui-quadrado no software SPSS versão 22.0, considerando o valor de $p < 0,05$ para significância estatística. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense (Parecer: 4.826.711; CAAE: 46933921.4.0000.5243).

RESULTADOS

O excesso de peso esteve presente em 7,4% (IC95% 0,0-19,0) dos participantes. Observou-se elevada frequência de consumo regular de bebidas açucaradas (44,4% IC95% 26,1-64,5), doces (44,4% IC95% 26,9-64,0), açúcar de adição (50,0% IC95% 32,0-70,6), refrigerantes (25,9% IC95% 11,1-42,9) e fastfood (18,5% IC95% 4,0-36,4), assim como de jovens que trocam refeição por fastfood (11,1% IC95% 0,0-

24,1). Entretanto, não foi evidenciada associação entre essas práticas alimentares e a presença de excesso de peso.

CONCLUSÃO

Observou-se elevada frequência de práticas alimentares não saudáveis nas crianças e adolescentes com nanismo no Brasil. Embora não tenham se demonstrado associadas à presença de excesso de peso, constituem-se importantes fatores de risco para o desenvolvimento de obesidade e doenças crônicas na vida adulta, que podem prejudicar a qualidade de vida dessa população.

Palavras-chave: Nanismo|Alimentos, dieta e nutrição|Obesidade|Doença crônica

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Associação entre frequência semanal de consumo da alimentação escolar e o consumo diário de alimentos saudáveis e não saudáveis dos estudantes de escolas públicas.

Mayva Mayana Ferreira Schrann; Gilmar Mercês de Jesus; Lizziane Andrade Dias; Lara Daniele Matos dos Santos Araujo; Anna Karolina Cerqueira Barros; Camila da Cruz Martins.

Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana - BA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A infância é a fase mais suscetíveis a carências nutricionais, devido a escolhas alimentares inadequadas o mesmo à insegurança alimentar. A avaliação do consumo alimentar contribuir na avaliação de políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O objetivo do estudo foi avaliar a associação entre a frequência semanal de consumo da alimentação escolar e o consumo diário de alimentos saudáveis e não saudáveis entre escolares de escolas públicas.

METODOS

Estudo transversal com amostra de estudantes do 2º ao 5º ano de escolas públicas de Feira de Santana, Bahia (n = 2.477; idade 9,1±1,38 anos; 53,2% de meninas; IMC 17,5±3,5 Kg/m²). Dados do consumo diário de alimentos saudáveis (CDAS) (arroz; feijão; Laticínios (LAT); Proteína animal (PTNA); Frutas e vegetais (FTVG)) e não saudáveis (Bebidas açucaradas (BA) e Doces) e da frequência (1 à 5 x na semana) do consumo da alimentação escolar (AE) foram obtidos por meio de questionário online para a recordação do dia anterior (Web-CAAFE). Peso corporal e estatura foram aferidos para calcular o Índice de Massa corporal (IMC), com escores-z obtidos conforme curvas da IOTF. A análise de dados incluiu estatística descritiva e regressão de Poisson múltipla com inflação de zeros para avaliar a associação entre frequência semanal de consumo da AE e o CDAS e não saudáveis, com ajuste por sexo, idade e escore-z de IMC. A significância estatística foi avaliada por valores de p < 0,05. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual de Feira de Santana. (CAAE: 02307918.5.0000.0053, Parecer nº 3.994.186).

RESULTADOS

Os escolares tinham o consumo de uma porção/dia de arroz 69,84%, feijão 72,43%, LAT 64,86%, PTNA 74,40%, FTGV 53,21%, BA 68,43% e Doces 77,19%. O consumo diário de PTNA (4x/sem: IRR=1,37, IC95%=1,18-1,59; 5x/sem: IRR=1,22, IC95%=1,06-1,40) e de feijão (4x/sem: IRR=1,18, IC95%=1,02-1,37; 5x/sem: IRR=1,23, IC95%=1,07-1,40) se associou a maiores frequências semanais de consumo da AE. O consumo FTVG foi maior entre os estudantes que consumiam a AE, pelo menos uma vez na semana, em comparação aos que não consumiam (1x/sem: IRR=1,30, IC95%=1,01-1,67; 2x/sem:

IRR=1,48, IC95% 1,14-1,92; 3x/sem: IRR=1,42, IC95%=1,07-1,87); 4x/sem: IRR=1,75, IC95%=1,36-2,25; 5x/sem: IRR=1,31, IC95%=1,03-1,67). Consumir a AE 5x/semana se associou a um consumo diário, em média, 23% menor de Doces (IRR=0,77, IC95%=0,63-0,94). Não foram observadas associações estatisticamente significativas entre frequência semanal de consumo da AE com o consumo diário de BA, Arroz e LAT. A idade modificou o efeito do consumo semanal da AE sobre o consumo de Feijão e de FTVG.

CONCLUSÃO

O consumo da AE, sobretudo maior ou igual a quatro vezes por semana, se associou a maior consumo de alimentos marcadores de dieta saudável, como PTNA, Feijão e FTVG. Por outro lado, foi fator de proteção para o consumo de Doces. Todavia, não houve proteção, estatisticamente significativa contra o consumo de BA.

Palavras-chave: Inquéritos nutricionais|Dieta saudável|Recomendações nutricionais

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Associação entre insegurança alimentar e marcadores da alimentação em estudantes universitários durante a pandemia Covid-19

Paulo Rogério Melo Rodrigues¹; Bruna Emanuelli de Souza¹; Bartira Mendes Gorgulho¹; Patrícia Simone Nogueira¹; Márcia Gonçalves Ferreira¹; Dirce Maria Marchioni².

1. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá - MT - Brasil; 2. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

As restrições sociais e econômicas decorrentes da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 agravou a vulnerabilidade de diversos grupos populacionais, incluindo os estudantes universitários. Entre os reflexos sociais e econômicos, diversos estudos têm destacado a insegurança alimentar e alterações no consumo alimentar de estudantes universitários, os quais podem comprometer o estado nutricional e de saúde dessa população.

OBJETIVO

Estimar a associação entre insegurança alimentar e marcadores da alimentação em estudantes universitários durante a pandemia Covid-19.

MÉTODOS

Estudo transversal com dados do inquérito BRAZUCA-Covid Cuiabá (Insegurança alimentar, estado nutricional e estilo de vida na comunidade acadêmica durante a pandemia Covid-19), realizado online entre agosto de 2020 a fevereiro de 2021, com estudantes de uma universidade pública na região Centro-Oeste do Brasil. A alimentação dos estudantes foi avaliada com perguntas semelhantes às aplicadas no inquérito VIGITEL, “Em quantos dias da semana, você costuma comer (nome do alimento)?”, sendo considerados feijão, verduras e legumes, frutas, leite e derivados, carne vermelha, frango/galinha e ovos, com as seguintes opções de resposta: 1 a 2 dias por semana, 3 a 4 dias por semana, 5 a 6 dias por semana, todos os dias (inclusive sábado e domingo), quase nunca e nunca. O consumo regular dos alimentos foi avaliado considerando a frequência de consumo \geq cinco vezes por semana. A insegurança alimentar foi estimada utilizando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, sendo categorizada em Segurança alimentar (SA), Insegurança alimentar leve (IAL) e Insegurança alimentar moderado ou grave (IAMG). Foram estimadas as proporções de consumo regular dos marcadores da alimentação de acordo com a insegurança alimentar, sendo as diferenças verificadas de acordo com o teste do qui-quadrado. O estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP-Saúde da UFMT (CAAE: 36582820.0.0000.8124).

RESULTADOS

Entre os estudantes universitários que responderam à pesquisa (N= 187) foi observado 65,6% (IC95%= 58,3; 72,2%) de SA, 25,1% (19,3; 32,0%) de IAL e 9,3% (5,8; 14,5%) de IAMG. Foi verificada associação significativa entre (in)segurança alimentar e o consumo regular dos seguintes marcadores: verduras e legumes (SA= 73,3%, IAL= 58,7%, IAMG= 17,6%, p da tendência linear <0,01), frutas (SA= 55,8%, IAL= 47,8%, IAMG= 5,9%, p da tendência linear <0,01), leite e derivados (SA= 53,3%, IAL= 26,1%, IAMG= 29,4%, p da tendência linear <0,01) e ovos (SA= 22,5%, IAL= 30,4%, IAMG= 47,1%, p da tendência linear= 0,03). Não houve associação significativa entre a condição de insegurança alimentar e o consumo regular de feijão (valor de p= 0,25), carnes vermelhas (p= 0,38) e frango/galinha (p= 0,25).

CONCLUSÃO

Foi observada expressiva proporção de estudantes universitários em condição de insegurança alimentar. A insegurança alimentar foi associada à menor frequência de consumo de alimentos marcadores de alimentação saudável.

Palavras-chave: Insegurança alimentar|Alimentos|Estudantes|Universitários|Covid-19

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Associação entre o consumo de alimentos ultraprocessados e o excesso de peso e obesidade entre crianças e adolescentes brasileiros

Ariene Silva do Carmo; Ana Maria Thomaz Maya Martins; Ana Maria Spaniol; Jéssica Pedroso da Silva; Tatiane Nunes Pereira; Gisele Ane Bortolini.
Ministério da Saúde, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

O consumo de alimentos ultraprocessados (AUP) na infância e adolescência pode comprometer o crescimento e desenvolvimento, contribuir para o aparecimento precoce de agravos relacionados à má alimentação, como doenças crônicas não transmissíveis e aumento das chances de obesidade. O objetivo foi verificar a associação entre o consumo de AUP e o excesso de peso em crianças e adolescentes acompanhados na Atenção Primária à Saúde (APS).

MÉTODOS

Trata-se de estudo de delineamento ecológico, de abrangência nacional, tendo os municípios como unidades de análise, desenvolvido com dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Foram utilizadas as prevalências do consumo de AUP e de sobrepeso e de obesidade segundo o IMC por idade de crianças e de adolescentes acompanhados na APS em 2021. 8.114.382 crianças e 4.310.752 adolescentes tiveram o estado nutricional avaliado; e 735.829 crianças e 311.521 adolescentes tiveram o consumo alimentar avaliado. Foi realizada a análise de correlação parcial, ajustada por macrorregião brasileira, cobertura da APS e porte populacional do município. Os dados obtidos foram analisados no software Stata versão 11.0. Foi adotado o valor de significância de 5%.

RESULTADOS

A média da prevalência municipal de excesso de peso e de obesidade, respectivamente, foi de 16,0% (IC95%: 15,8-16,2) e de 6,9% (IC: 95%: 6,8-7,1) entre crianças de 0 a 2 anos; de 17,4% (IC95%: 17,1-17,6) e de 9,2% (IC: 95%: 9,0-9,4) entre crianças de 2 a 4 anos; de 36,0% (IC: 95%: 35,7-36,2) e de 19,2% (IC 95%: 19,0-19,4) entre crianças de 5 a 9 anos; e de 35,0% (IC: 95%: 34,7-35,2) e de 14,8% (IC 95%: 14,6-15,0) entre adolescentes. A média da prevalência municipal do consumo de AUP no dia anterior ao atendimento na APS foi de 31,9% (IC95%: 30,9-33,0) entre crianças de 0 a 2 anos; de 85,6% (IC95%: 84,8-86,4) entre crianças de 2 a 4 anos; de 88,0% (IC: 95%: 87,3-88,7) entre crianças de 5 a 9 anos; e de 86,8% (IC: 95%: 86,0-87,5) entre adolescentes. Houve uma correlação direta e estatisticamente significativa entre o consumo de AUP e excesso de peso entre 0 e 2 anos ($r=0,097$, $p<0,001$), 5 a 9 anos ($r=0,044$, $p<0,001$) e adolescentes ($r=0,069$, $p<0,001$). Observa-se correlação direta e estatisticamente significativa entre o consumo de AUP e obesidade entre 0 e 2 anos ($r=0,076$, $p<0,001$), 5 a 9 anos ($r=0,047$,

$p < 0,001$) e adolescentes ($r = 0,067$, $p < 0,001$). Entre crianças de 2 a 4 anos, não houve associação estatisticamente significativa entre o consumo de AUP e excesso de peso e obesidade ($p > 0,05$).

CONCLUSÃO

As médias das prevalências do consumo de AUP e de excesso de peso entre crianças e adolescentes foram elevadas. Houve relação direta e estatisticamente significativa entre o consumo de AUP e excesso de peso e obesidade entre crianças e adolescentes, com exceção daquelas entre 2 a 4 anos. Os achados reforçam a importância de políticas públicas para reversão do cenário, destaca-se as ações de promoção da alimentação adequada e saudável.

Palavras-chave: Criança|Adolescente|Ultraprocessados|Excesso de peso

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Associação entre raça/cor de pele, obesidade e mortalidade por COVID-19 no estado do Rio Grande do Sul nos anos de 2020 e 2021

Anelise Silva da Silva.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 afetou de maneira desigual a população mundial apresentando piores desfechos entre a população negra no Brasil. A obesidade é um dos fatores de risco para o agravamento da COVID-19 e também é mais frequente na população negra. Assim, o objetivo deste estudo foi compreender a associação entre raça/cor de pele, obesidade e mortalidade por COVID-19 no estado do Rio Grande do Sul e testar a hipótese de que a obesidade seja um fator mediador da associação entre cor de pele/raça e mortalidade por COVID-19 no Brasil.

MÉTODOS

Trata-se de uma coorte retrospectiva com população maior de 19 anos internada por COVID-19 no Rio Grande do Sul, em 2020 e 2021. Os foram extraídos dos registros de internação no SIVEP-gripe (Sistema de Informação e Vigilância Epidemiológica da Gripe). Foram excluídos do estudo indivíduos hospitalizados por COVID-19 residentes de outros estados e que a causa do óbito não tenha sido a doença. As variáveis analisadas forma: sociodemográficas autodeclaradas (sexo, idade, raça/cor de pele, escolaridade, local de moradia), presença de obesidade autoreferidos e mortalidade por COVID-19 (atestado de óbito). As conduzidas análises bivariadas (Qui-quadrado de Pearson) e multivariadas (Regressão Logística). Todas as análises foram realizadas no software SPSS 20.0.

RESULTADOS

Foram incluídos 113.737, com idade média de 59,28 anos (dp 16,53). A maioria das pessoas eram brancas (84,9%). A prevalência de obesidade foi de 14,2% e a mortalidade foi de 32,0%. As pessoas pretas e pardas tiveram maiores prevalências de obesidade (18,1% e 18,7%, respectivamente) e de mortalidade (39,4% e 36,4%, respectivamente), quando comparadas às brancas. Os indivíduos com obesidade tiveram maior prevalência de mortalidade (39,3%). Quando analisada a associação entre cor de pele/raça e mortalidade estratificada pela obesidade, ajustada para idade, observou-se que houve associação entre as variáveis apenas entre os indivíduos sem obesidade (pretos: RR:1,45; IC95%1,35;1,155 e pardos RR:1,29; IC95%1,20;1,39).

CONCLUSÃO

Neste estudo, a cor de pele/raça esteve associada tanto com a obesidade quanto com a mortalidade por COVID-19. Porém, o papel mediador da obesidade nessa associação e não foi confirmado, uma vez que, a cor de pele/raça e mortalidade foram associadas apenas no grupo sem obesidade. Dessa forma, é possível que outros fatores tornem a população negra mais suscetível a mortalidade por COVID-19, como por exemplo, a qualidade do acesso e tratamento nos serviços de saúde.

Palavras-chave: obesidade| mortalidade|COVID-19| racismo

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Associações diretas e indiretas entre discriminação racial percebida, padrões alimentares e obesidade em adultos do sul do Brasil

Raquel Canuto¹; Ylana Elias Rodrigues²; Caroline Lima Cunha¹; Ilaine Schuch¹; Marcos Pascoal Pattussi³; Marcos Fanton⁴.

1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS - Brasil; 2. Universidade de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Porto Alegre - RS - Brasil; 3. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo - RS - Brasil; 4. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

Como estressor crônico, a discriminação racial leva ao estresse psicológico e afeta comportamentos de saúde, como alimentação, atividade física e consumo de álcool. Assim experiências de discriminação acumuladas ao longo da vida podem prejudicar os comportamentos em saúde levando a doenças não transmissíveis doenças crônicas, como hipertensão, diabetes e obesidade. Porém, apesar do racismo ser um grande problema social no Brasil, a literatura nessa temática é escassa. Assim o objetivo desse estudo foi analisar as associações diretas e indiretas entre a discriminação racial percebida, padrões alimentares e obesidade e obesidade abdominal em uma amostra da região central de Porto Alegre, RS.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal de base populacional com amostra de indivíduos adultos com idade entre 20 e 70 anos, de ambos os sexos, residentes na área na área central de Porto Alegre. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFRGS (número: 46934015.3.0000.5347). A discriminação racial foi medida por meio da escala Experiences of Racial Discrimination (EOD) validada para o Brasil. Os padrões alimentares foram identificados por meio de análise de componentes principais a partir de um questionário de frequência alimentar validado com 85 itens alimentares. Medidas antropométricas foram realizadas seguindo as recomendações da OMS, obesidade geral (≥ 30 kg/m²) e abdominal (circunferência da cintura ≥ 88 cm para mulheres e ≥ 102 cm para homens) foram analisadas, covariáveis sociodemográficas também foram incluídas nas análises. A Modelagem de Equações Estruturais foi usada para testar as relações entre as variáveis, por meio de análise fatorial confirmatória (CFA) simultânea a análise de regressão.

RESULTADOS

Um total de 400 participantes com idade média de 47,2 anos (DP = 13,9 anos) foram avaliados. Foram identificados 4 padrões alimentares: Saudável, Tradicional Brasileiro, Açúcares e refinados carboidratos e Fast-food. A experiência de discriminação racial teve um efeito direto positivo na obesidade e na obesidade abdominal em todos os modelos. Por outro lado, a experiência de discriminação racial não teve efeito direto em nenhum

padrão alimentar; e a experiência de discriminação racial não teve efeito indireto na obesidade e na obesidade abdominal mediada por qualquer padrão alimentar.

CONCLUSÃO

Nossos resultados sugerem que a maior experiência de discriminação racial está associada à obesidade e obesidade abdominal, e sua associação é independente de padrões alimentares saudáveis ou não saudáveis. As explicações para essa associação direta passam pela resposta neuroendócrina ao estresse com efeito no acúmulo corporal de gordura. Futuras pesquisas nessa temática fazem-se fundamentais para compreender o impacto do racismo nos desfechos em nutrição.

Palavras-chave: Obesidade|Racismo|Consumo Alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Atendimento a pessoas com obesidade na atenção primária à saúde

Erika Cardoso dos Reis¹; Tatiane Palmeira Eleutério²; Ana Claudia Morito Neves¹; Elma Lúcia de Freitas Monteiro³; Phillipe Augusto Ferreira Rodrigues⁴; Andréa Maria Eleutério de Barros Lima Martins².

1. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto - MG - Brasil; 2. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros - MG - Brasil; 3. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba - MG - Brasil; 4. Uniabeu, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

As Doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) são um problema de saúde pública mundial, com altas taxas de prevalência. No âmbito das DCNT, a obesidade é considerada um grande desafio para a saúde pública, de difícil controle e reversão, que demanda articulação entre o cuidado individual, ações coletivas e implementação de políticas públicas que contribuam para a adoção de hábitos saudáveis. Neste sentido, nos últimos anos, a obesidade ganhou destaque na agenda das políticas públicas de saúde, sendo o Ministério da Saúde o principal proponente das ações. Considerando a importância de assegurar o acesso universal e equânime aos serviços de saúde para as pessoas com obesidade, e sendo a Atenção Primária à Saúde (APS) a responsável pela coordenação do cuidado entre os pontos de atenção das Redes de Atenção à Saúde (RAS), é importante conhecer o acesso e cuidado oferecido a estas pessoas nos serviços da APS do SUS. Assim, o objetivo deste estudo é avaliar a proporção de atendimentos para a condição avaliada obesidade na APS.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo longitudinal, observacional e descritivo, baseado em análise de dados secundários disponíveis em arquivos de acesso público e irrestrito do portal e-Gestor/AB. Os dados foram extraídos dos relatórios públicos de saúde/produção do SISAB, selecionando problema/condição avaliada obesidade de pessoas maiores de 18 anos, no atendimento individual na APS, entre 2018 e 2021. A tabulação e análise dos dados foram realizados em planilhas do Microsoft Excel Worksheet®.

RESULTADOS

A média nacional de atendimentos na APS por todas as condições entre os anos de 2018 e 2021 foi de 130.190.240. Desse total, os atendimentos de pessoas com a condição avaliada obesidade foi de 2,5% (3.303.351), variando de 2,0% (2.232.563) em 2020 e 2,8% em 2018 (3.718.753) e 2021 (3.885.726). Outras doenças crônicas, como hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus tiveram a média de atendimentos superior à condição obesidade, ficando em 21,1% para hipertensão e 9,0% para diabetes mellitus para o mesmo período de tempo avaliado.

CONCLUSÃO

Apesar de a obesidade ser um problema de saúde importante e crescente em todo o mundo, observa-se que o atendimento a pessoas com a condição obesidade não é proporcional ao total de atendimentos realizados na APS por todas as condições avaliadas. Isso pode indicar o não reconhecimento desta condição como uma doença e consequentemente, falta de responsabilização dos profissionais pelo cuidado desses indivíduos.

Palavras-chave: Obesidade|Doenças Crônicas não Transmissíveis|Atenção Primária à Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Atendimento nutricional com gestantes de alto risco: relato de experiência

Karla Gabrielle Sales Fernandes; Isabela Reis do Nascimento; Andrezza Brito de Souza; Gabriella Machado de Souza; Keyla Bianca Barbosa Silva; Danielle Góes da Silva.

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

O acompanhamento nutricional realizado no período gravídico, sobretudo em gestações de alto risco, reduz complicações materno-fetais. Nessa perspectiva, o ambulatório de nutrição materno infantil realiza atendimentos a gestantes SUS dependentes e aliado a isso, proporciona a experiência prática para alunos de nutrição, tornando-os profissionais melhores capacitados. O objetivo do estudo é relatar a experiência vivenciada no atendimento do Ambulatório de Nutrição Materno Infantil do Hospital Universitário de Sergipe.

MÉTODOS

Relato de experiência da atividade ambulatorial no período após a pandemia da Covid-19. Pacientes são encaminhadas com diagnóstico de alto risco em diferentes trimestres gestacionais. Inicialmente são esclarecidos os objetivos da consulta e os procedimentos que serão realizados. É aplicada anamnese perante as seguintes questões: saúde da gestante, sinais e sintomas, histórico familiar, informações socioeconômicas, exames bioquímicos e dados dietéticos. São aferidas as medidas antropométricas PPG e peso atual, avaliando o ganho de peso gestacional segundo Atalah, et al. (1997). Ademais, é aplicado um recordatório alimentar de 24 horas. Posteriormente é estabelecida a conduta nutricional somada a orientações nutricionais. As consultas são realizadas um dia na semana, por estudantes de nutrição sob a supervisão de nutricionistas. As frequências foram realizadas pelo software *IBM SPSS Statistics 20*®.CAAE: 00772612.7.0000.0058.

RESULTADOS

O ambulatório promove melhoria na qualidade de vida das gestantes assistidas, sendo comumente observado o controle das condições clínicas das pacientes. Nesse sentido, destacamos como principal evolução nas consultas de retorno a redução do consumo de alimentos ultraprocessados e uma maior autonomia para escolhas alimentares saudáveis. A vivência ambulatorial solidifica o conhecimento teórico aprendido nas aulas e também possibilita o contato profissional com mulheres em condições socioeconômicas limitadas e com uma rede de apoio fragilizada. Nesse cenário, é realizada uma escuta acolhedora, e ao mesmo tempo utilizamos nosso conhecimento técnico para orientar as melhores escolhas alimentares dentro das possibilidades e necessidades de cada paciente. No período pós pandemia, atendemos 47 gestantes com média 22,4 ($\pm 5,9$) anos e idade gestacional 32,6 ($\pm 21,3$) semanas. A maior parte (96,4%) foram encaminhadas para acompanhamento nutricional pelo obstetra, sendo as complicações gestacionais mais

frequentes a DMG e HAS. Como limitações encontradas no serviço, destacamos que os atendimentos são realizados 1 vez por semana (quantitativo de 5 pacientes por dia), a baixa disponibilidade de salas de atendimento e de nutricionistas envolvidos.

CONCLUSÃO

O atendimento ambulatorial proporciona melhor prognóstico das condições clínicas das gestantes, bem como, contribui como experiência educativa enriquecedora para os estudantes. Apoio: Pró-Reitoria de Extensão/UFS (ProEx/UFS).

Palavras-chave: Gravidez|Nutrição pré-natal|Assistência Ambulatorial

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Atitudes alimentares e percepção corporal de frequentadores de academia

Eliene Aparecida dos Santos Silva Luiz¹; Ester Vitória de Vargas¹; Carla Juliane Martins Rodrigues²; Thaís Rosa de Oliveira Silva¹; Sabrina Daniela Lopes Viana¹.

1. Centro Universitário Adventista de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade Federal do Pará, Belém - PA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A preocupação com a aparência e o uso de dietas emagrecedoras e/ou hiperproteicas são muito salientadas em ambientes como as academias, sendo que seus frequentadores são incentivados a fazerem tais dietas. Sem a orientação adequada, o consumo dos macronutrientes e micronutrientes destas dietas pode apresentar déficits ou exageros. O objetivo deste trabalho foi analisar as atitudes alimentares, a satisfação e a percepção corporal de frequentadores de três academias da Zona Sul de São Paulo.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal de abordagem quantitativa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 25393419.6.0000.5377) com 79 praticantes de atividade física que frequentam academia. A coleta de dados ocorreu pela aplicação de um questionário contendo três partes: um formulário com informações socioeconômicas e questões sobre a prática de atividade física, a Escala de Atitudes Alimentares Transtornadas (EAAT) e a Escala de Silhuetas de Stunkard. As análises estatísticas foram estatísticas no software Action Stat.

RESULTADOS

Os participantes estudados tinham como características predominantes: sexo masculino (59,5%); cor de pele branca (48,1%); idade média de 30,7 anos (DP ± 8,36); ensino médio completo (34,2%) e superior completo (34,2%); solteiros (70,9%), renda salarial entre 1 e 3 salários-mínimos (39,2%) e padrão alimentar onívoro (96,2%). Em relação à prática de atividade física (AF), a musculação foi a modalidade mais praticada (53,75%). Cerca de 28,2% dos participantes almejavam a definição do corpo e fortalecimento muscular, 55,7% praticavam atividade física de 5 a 7 vezes na semana com duração de 1 a 2 horas (67,1%). Sobre a imagem corporal, 53,2% não se viam com a imagem compatível com o seu IMC real e 78,4% estavam insatisfeitos, sendo que 77,4% queriam diminuir medidas. A pontuação média na EAAT foi 68,2 pontos (DP+14,2). A maior parte dos praticantes de atividade física relataram que sentiam prazer ao comer e que possuíam boas lembranças associadas a comida, no entanto, constatou-se a presença da culpa e da tentativa de total controle sobre alimentação. Um em cada cinco participantes deixava de comer algum alimento por conta das calorias.

CONCLUSÃO

As atitudes alimentares transtornadas foram mais presentes entre os indivíduos insatisfeitos com a imagem corporal. A maior parte dos participantes apresentavam distorção da imagem corporal e insatisfação, além disto, demonstraram grande preocupação em relação ao ato de se alimentar e houve a presença de crenças de alimentos “ruins e engordativos”, que são características de comer transtornado.

Palavras-chave: Comportamento Alimentar|Imagem Corporal|Atividade Física

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Atuação de nutricionistas em organizações do terceiro setor: uma análise a partir da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável

Kelly Poliany de Souza Alves¹; Bruna Kulik Hassan¹; Camila Maranhã Paes de Carvalho².

1. Act Promoção da Saúde, Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 2. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Terceiro Setor pode ser definido como o conjunto de organizações de natureza privada sem fins lucrativos, dotadas de autonomia e administração própria, dedicadas à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não sejam parte da administração estatal. Na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a atuação das organizações deste setor inclui a defesa de diversas causas sobre todo o sistema alimentar, inclusive a agenda regulatória, com vistas à garantia do direito à alimentação. Nesse sentido, destaca-se nos últimos anos a atuação da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável. Este estudo teve como objetivo identificar as características da atuação de nutricionistas em quatro organizações que compunham o Núcleo Gestor da Aliança no período de 2019 a 2021 visando fornecer subsídios para discussão e aprimoramento da Resolução CFN N°600/2018, que dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de caso de abordagem exploratória e descritiva sobre as atividades profissionais desenvolvidas e compartilhadas por nutricionistas das quatro organizações do terceiro setor nos espaços e processos de atuação da Aliança, como reuniões, encontros, grupos de trabalho e mobilizações sociais. As atividades foram sistematizadas e categorizadas de acordo com as quatro estratégias para o *advocacy* (processo de defesa de uma causa): produção de conhecimento, comunicação, mobilização e incidência política.

RESULTADOS

A produção de conhecimento incluiu desenvolvimento e apoio a estudos inéditos, sistematização, mapeamento e análise de evidências científicas, mapeamento e análise de políticas públicas e proposições legislativas. A comunicação abrangeu a produção de conteúdo para veículos de imprensa, o apoio técnico para desenvolvimento de campanhas e a concessão de entrevistas. A mobilização consistiu em mapeamento, diálogo e articulação com parceiros da sociedade civil para defesa conjunta de causas específicas ou mais abrangentes, organização e oferta de cursos e oficinas de formação para ativistas e atores do controle social. Já a incidência política incluiu reuniões com gestores públicos e parlamentares, além de participação em audiências públicas. Predominaram as

atividades relacionadas à agenda regulatória, como proteção da alimentação saudável no ambiente escolar, rotulagem, publicidade e tributação de alimentos.

CONCLUSÃO

As atividades profissionais das nutricionistas das organizações do terceiro setor analisadas não estão contempladas no escopo das áreas de atuação descritas na Resolução CFN N°600/2018. Sugere-se que o escopo da área de Nutrição em Saúde Coletiva seja ampliado, incluindo na subárea de Políticas de Programas Institucionais um novo segmento denominado “Monitoramento e Defesa das Políticas Públicas em SAN” e neste o novo subsegmento denominado “Organizações do Terceiro Setor para Defesa de Direitos”.

Palavras-chave: Área de atuação profissional|Nutricionista|Organizações não governamentais|Segurança Alimentar e Nutricional|Direito à Alimentação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Atuação do conselho de alimentação escolar na execução do PNAE durante a pandemia de COVID-19

Suele dos Santos Benício; Andréa das Graças Ferreira Frazão; Ivanira Amaral Dias; Jucilene Magalhães Alves Sousa; Josiane Pantoja Crescêncio; Gabriela Cicalise Souza Santos.

Universidade Federal do Pará, Belém - PA - Brasil.

INTRODUÇÃO

O livro Geografia da fome (1946) de Josué de Castro, tem papel basilar no que tange a discussão sobre a fome e suas implicações na vida humana. Nele, o autor traça o primeiro mapa da fome no Brasil, rompendo com o pensamento de que esta era uma realidade longínqua. Foi nesse cenário e com o propósito de garantir comida para milhões de crianças brasileiras, que nasceu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Tamanha sua importância, que tem gerado debates, embates e pesquisas em prol de melhorias, pois, muitos estudantes têm na alimentação escolar a única ou a principal refeição do dia. Assim, não é um equívoco afirmar que a fome está atrelada à insegurança alimentar e nutricional, e que o programa surge como forma de combatê-las. Diante de tal importância, houve a necessidade do acompanhamento e fiscalização na prática. Surgem então, os Conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), ferramenta importante para a garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas e a Segurança Alimentar e Nutricional dos estudantes. Em 2020, com a suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia de Covid-19, este direito se viu ameaçado.

Diante do exposto, o objetivo deste estudo é relatar sobre a atuação do CAE de municípios paraenses na execução do PNAE, durante a pandemia de COVID-19.

MÉTODOS

Estudo descritivo-retrospectivo, do tipo relato de experiência, que apresenta dados sobre a atuação do CAE de municípios paraenses, durante o ano de 2021, com foco nas estratégias e dificuldades enfrentadas. As informações foram coletadas de recursos audiovisuais dos Encontros de Conselheiros de Alimentação Escolar, gravados por meio da plataforma de videoconferências Google Meet. Foram cedidos pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar de Belém, Pará, que oferece formação para os CAEs, por meio de projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, nº 3.738.979. A análise dos dados considerou fontes verbais (falas dos conselheiros) e não verbais (fotos do momento de entrega da alimentação).

RESULTADOS

A análise apontou que cada município vivenciou uma realidade particular. Contudo, houveram pontos convergentes quanto às estratégias positivas relativas às diretrizes do

PNAE, como: sustentabilidade, participação social, alimentação saudável e adequada, além do cumprimento das normas higiênico-sanitárias de combate ao coronavírus. Quanto às dificuldades, destacam-se: falta de diálogo por parte da gestão com o CAE; adoecimento e afastamento de conselheiros; renovação do CAE; aumento do preço dos alimentos; elaboração do Regimento Interno e Plano de Ação; visita às escolas; compra da agricultura familiar.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o CAE é uma peça chave para a manutenção e execução do PNAE, visto que sua atuação permitiu que diversos estudantes tivessem seu direito à alimentação garantido. Entretanto, percebe-se que ele também enfrenta dificuldades para exercer seu papel com mais autonomia e que a pandemia as evidenciou ainda mais.

Palavras-chave: Controle social;|Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas;|Segurança alimentar e nutricional;|Política pública;

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Autopercepção do estado de saúde em adultos residentes no Distrito Federal

Dienifer Dias Belchor; Joana Simplício dos Santos; Lorenza Rodrigues dos Reis Gallo; Priscila Claudino de Almeida; Aldemir Soares Mangabeira Júnior; Sara Araujo da Silva Mendes.

Centro Universitário Unieuro, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

O perfil de saúde do indivíduo pode ser descrito de forma objetiva (presença e ou ausência de doença) e de maneira subjetiva pela autopercepção de saúde, considerado indicador válido para mensurar a qualidade da vida humana. Essa autopercepção está relacionada à compreensão da própria pessoa sobre seu estado de saúde de maneira positiva ou negativa. A autopercepção negativa é a soma dos fatores de risco que poderão comprometer o estado de saúde e estão envolvidos no cotidiano do indivíduo de maneira subjetiva, sendo um parâmetro importante pelo seu valor de prognóstico da morbidade, incapacidade funcional e mortalidade. O objetivo desse trabalho foi investigar a associação da autopercepção de saúde em adultos residentes no Distrito Federal (DF) com fatores de riscos associados às doenças crônicas não transmissíveis.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal observacional, realizado em adultos de 18 a 59 anos residentes no DF. Este estudo teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Centro Universitário Euro-Americano, pelo protocolo 4.264.534, preconizado pela Declaração de Helsinque e pela Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. A variável desfecho foi a autopercepção negativa do estado de saúde. As variáveis relacionadas a estilo de vida, doenças autorreferidas e obesidade foram as independentes e as variáveis sociodemográficas foram consideradas como ajuste no modelo de análise final. A análise de dados foi realizada no Stata, versão 14.2.

RESULTADOS

Foram avaliados 384 adultos, sendo 77,3% do sexo feminino, com renda familiar \geq 3 mil reais por mês e escolaridade igual ou superior a 12 anos de estudo. Quanto aos fatores de risco da DCNT, 29,16% dos indivíduos relataram consumo abusivo de álcool e 9,40% referem ser tabagistas. Dentre as doenças crônicas autorreferidas, 2,6% referiram ter diabetes, 14,1% hipertensão e 15,9% apresentam obesidade e a autopercepção negativa do estado de saúde foi encontrada em 47,4% dos adultos avaliados. Obteve-se que a autopercepção negativa do estado de saúde manteve-se associada significativamente às variáveis anos de estudo e vive com companheiro(a). Na população avaliada neste estudo, aqueles com 12 ou mais anos de estudo têm 41% menos chance de apresentar autopercepção negativa do estado de saúde e aqueles que vivem com companheiro(a)

apresentam chance de 28% a mais de perceberem o próprio estado de saúde como regular, ruim ou muito ruim.

CONCLUSÃO

A população adulta do DF com maior escolaridade possui 41% menor chance de apresentar percepção negativa, em contrapartida a viver com companheiro(a) têm 28% mais chance de apresentar autopercepção negativa do estado de saúde.

Palavras-chave: Autopercepção de saúde|Doenças Crônicas|Saúde Pública

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação da aceitabilidade de preparações com sachês de micronutrientes em pó (nutrisus) produzido nacionalmente

Elysa Tenorio de Almeida; Joice Kelly Gomes de Vasconcelos; Délis Barbosa Soares;
Telma Maria Menezes de Toledo Florêncio; Ana Paula Grotti Clemente.
Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

A alimentação adequada e saudável na infância é essencial para que o indivíduo consiga alcançar o pleno potencial de crescimento e desenvolvimento, em contrapartida, carências nutricionais a longo prazo, podem acarretar efeitos negativos e irreversíveis. As deficiências de ferro, zinco, vitamina A e iodo são as que mais acometem crianças menores de 5 anos. Dessa maneira, o governo brasileiro, em 2014, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde, implantou a fortificação da alimentação com vitaminas e minerais em pó e estabeleceu a Estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó (NutriSUS), promovendo a importação dos sachês. Contudo, devido a grande demanda do programa e os enormes entraves burocráticos para a importação foi necessário buscar um fornecedor no mercado nacional, sendo indispensável a reavaliação de sua aceitabilidade. Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar a aceitabilidade de preparações com adição do NutriSUS produzido nacionalmente.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de intervenção, composto por crianças matriculadas no Centro de Recuperação e Educação Nutricional de Alagoas (CREN-AL), com faixa etária entre 3 a 6 anos de ambos os sexos. Para realizar o teste de aceitabilidade, os sachês foram adicionados individualmente nos pratos já porcionados das crianças, nas preparações do almoço e jantar comumente servidas no cardápio da instituição, respeitando as orientações do fabricante. Para avaliação da aceitabilidade foi analisada a aceitação das preparações com e sem adição do sachê em dias alternados, através do uso da ficha de escala hedônica facial e do método de resto-ingestão. Os dados foram analisados através do software R 3.5.1 com nível de significância em 5%. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 48090821.4.0000.5013).

RESULTADOS

Participaram da avaliação 75 crianças. Por meio da escala hedônica facial, decorreu uma aceitabilidade geral de 92,68% e 87,5% ($p>0,05$) com a adição do sachê NutriSUS nas refeições almoço e jantar, respectivamente. No almoço, as crianças de 3 a 4 anos que não receberam o suplemento tiveram o maior resto-ingestão ($125\pm 119g$; $p>0,05$) e as que fizeram uso obtiveram um menor ($106\pm 110g$; $p>0,05$), já as crianças de 5 a 6 anos que utilizaram o sachê tiveram um maior resto-ingestão ($78,3\pm 136g$; $p>0,05$) e as que não

receberam apresentaram um menor ($45 \pm 77.9g; p > 0,05$). No jantar, ambos os grupos etários que receberam a suplementação tiveram maior resto-ingestão ($179 \pm 187g; p > 0,05$) e ($75 \pm 21.2g; p > 0,05$), e os grupos que não fizeram uso tiveram um menor resultado ($75 \pm 70.4g; p > 0,05$) e ($67.5 \pm 95.5g; p > 0,05$).

CONCLUSÃO

Os sachês produzidos nacionalmente (NutriSUS) apresentaram uma boa aceitação pelo público avaliado, sem distinção estatística entre as refeições (almoço e jantar), podendo ser utilizado de maneira versátil dentro da dinâmica familiar.

Palavras-chave: Suplementação|Micronutrientes|Crianças

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação da implementação das ações da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) no estado do Maranhão

Leudimar Carvalho Soares Filho¹; Denisy Pinto Lima¹; Nádia Caroline de Moura Matias¹; Luana Lopes Padilha²; Maria Tereza Borges Araujo Frota³.

1. Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão, São Luís - MA - Brasil; 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Ifma), Barreirinhas - MA - Brasil; 3. Universidade Federal do Maranhão (Ufma), São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) é um compromisso do governo com a erradicação dos problemas relacionados à falta de alimentos e à pobreza. A PNAN completou 20 anos de publicação e não há registros da avaliação de sua implementação no Maranhão, de modo a identificar suas limitações e potencialidades, visando ao aprimoramento da política e de sua implementação no âmbito do Sistema Único de Saúde. Este estudo teve o objetivo de avaliar as ações e estratégias para implementação das diretrizes da PNAN no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (SESMA).

MÉTODOS

Pesquisa documental retrospectiva realizada a partir de dados dos relatórios de gestão da Coordenação Estadual de Alimentação e Nutrição da SESMA, dos informes e relatórios técnicos da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde (MS) e dos dados gerados dos sistemas de informação dos Programas de Alimentação e Nutrição executados pela SESMA de 2008 a 2020.

RESULTADOS

De 2013 a 2019, a SESMA realizou nove oficinas da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil formando 218 tutores, com 77 oficinas de trabalho em Unidades Básicas de Saúde, abrangendo 1295 profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS). De 2011 a 2020, 94,47% dos municípios receberam recursos federais para fortalecimento da Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) para a compra de equipamentos antropométricos. Em 2019, foram registrados no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional o peso e a estatura de aproximadamente 1.942.359 pessoas de todas as faixas etárias com cobertura de 27,30%; 36,40% dos municípios aderiram à Estratégia de Fortificação para a Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó (NutriSUS) e 100% dos municípios participam do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A. Quanto ao Programa Bolsa Família, a cobertura de acompanhamento das condicionalidades da saúde passou de 74,60% em 2011 para 80,85% em 2019. Sobre as ações de enfrentamento e controle do avanço do sobrepeso e obesidade foram realizadas estratégias como o Programa Academia da Saúde, que em 2019, contava com 28 polos credenciados no estado, e 100% de pactuação para o Programa Saúde na Escola e para o Programa Crescer Saudável, no qual todos os municípios pactuaram ações intersetoriais sobre a obesidade infantil. Sobre

o Financiamento das ações de Alimentação e Nutrição (FAN) instituído pelo MS, de 2006 a 2019 a SESMA recebeu R\$1.552.850,00 e utilizou 91,93% do recurso. De 2006 a 2014, a contrapartida da SESMA para Ações de Alimentação e Nutrição (AAN) foi de aproximadamente R\$229.786,98, somados ao valor de custeio para viagens de monitoramento das AAN nos municípios.

CONCLUSÃO

As metas pactuadas da SESMA com o MS foram alcançadas. Assim, verifica-se a importância que o FAN tem para as secretarias de saúde, pois o recurso é a principal fonte para realização das ações previstas na PNAN. Entretanto, destaca-se o desafio de incorporação à VAN na rotina dos serviços da APS no estado.

Palavras-chave: Avaliação de Programas e Projetos de Saúde|Política Pública|Política Nutricional|Nutrição em Saúde Pública

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação da ingestão de micronutrientes em adultos de Sergipe

Cindy Rafaela Pinto de Oliveira; Ana Beatriz Moura Santos; Paula Regina Fontes dos Santos; Ticiane Clair Remacre Munareto Lima; Débora dos Santos Tavares; Veruska Moreira de Queiroz.

Universidade Federal de Sergipe, Aracaju - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os micronutrientes são componentes naturais presentes nos alimentos com grande importância para garantir o bom funcionamento do nosso organismo e para prevenir a ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis. No entanto, para atingir a recomendação diária é preciso que o indivíduo tenha uma alimentação balanceada e variada, contendo todos os grupos alimentares. O objetivo do presente estudo foi avaliar o consumo de micronutrientes em adultos.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, de natureza quantitativa, realizado com adultos de 20 a 59 anos, ambos os sexos, atendidos no Centro de Simulações e Práticas Clínicas da Universidade Federal de Sergipe, no município de Lagarto. Foram coletados dados da ingestão alimentar através do Recordatório Alimentar de 24 horas referente a um dia, sendo este o anterior à entrevista. Foram obtidas as quantidades de micronutrientes (cálcio, ferro, potássio, zinco, sódio, Vitamina A, C e E) através do *software Nutwin* versão 1.6 (2009). A prevalência de inadequação da ingestão de cada micronutriente foi estimada pela proporção de indivíduos com a ingestão abaixo da recomendação da *Estimated Average Requirement* (EAR). Para os nutrientes que ainda não possuíam os valores de referência da EAR a comparação foi realizada com base na *Adequate Intake* (AI) (Institute Of Medicine, 2000, 2001). As variáveis numéricas foram demonstradas por meio da média e desvio padrão e as categóricas através da frequência absoluta e relativa. Este estudo integra um projeto mais amplo, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, sob parecer 2.099.101.

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 113 indivíduos com média de idade de 37,14 (\pm 10,72), sendo predominante o sexo feminino (n = 99; 87,6%). A maioria apresentou consumo insuficiente para o cálcio (n = 101; 89,4%), ferro (n = 78; 69,0%), potássio (n = 104; 92,0%), zinco (n = 59; 52,2%), vitamina A (n = 59; 52,2%) e vitamina E (n = 108; 95,6%) e de acordo com o recomendado para o sódio (n = 61; 54,0%) e para a vitamina C (n = 64; 56,6 %).

CONCLUSÃO

A maioria dos participantes da pesquisa apresentou um consumo insuficiente para a maioria dos micronutrientes estudados. Esse desfecho pode estar relacionado com hábitos alimentares inadequados sendo necessário investir em ações de avaliação do consumo de micronutrientes e de educação alimentar e nutricional para adultos, o que contribui para a identificação precoce de deficiências nutricionais e para a diminuição da morbimortalidade nesse grupo populacional.

Palavras-chave: Consumo alimentar|Deficiências nutricionais|Vitaminas|Minerais

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação da ingestão dietética de vitamina D em crianças

Ingrid Mayara Bulhões de Araujo; Gleicy Kelly Fernandes Nunes; Maria Claret Costa Monteiro Hadler.

Universidade Federal de Goiás (Ufg), Goiânia - GO - Brasil.

INTRODUÇÃO

A vitamina D é essencial para as funções do organismo. A sua deficiência está associada a alterações ósseas como o raquitismo infantil e outras doenças agudas e crônicas. É necessário realizar o consumo adequado com base nas recomendações para a idade de acordo com Dietary Reference Intakes (DRI). A população pediátrica tem uma elevada prevalência de inadequação nutricional deste micronutriente, sendo esta considerada grupo de risco. Este estudo tem o objetivo de avaliar o consumo de vitamina D e verificar a associação com as variáveis socioeconômicas, ambientais, maternas e de saúde das crianças.

MÉTODOS

Estudo transversal, utilizando dados do consumo alimentar de um ensaio clínico randomizado por cluster. Foram avaliados em uma amostra de 161 crianças de 6 a 48 meses de idade usuárias dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) de Goiânia, Goiás, Brasil. O consumo alimentar foi avaliado por meio da pesagem direta dos alimentos e do recordatório de 24 horas completando um dia alimentar. A inadequação foi avaliada com base nas recomendações da Dietary Reference Intakes. Foram coletadas as variáveis de idade da criança, sexo, raça, escolaridade da mãe, renda familiar per capita, tratamento de água, abastecimento de água e esgoto, e dados antropométricos das crianças. Utilizou-se os testes de Kolmogorov Smirnov, qui-quadrado, Mann Whitney e teste de correlação de Spearman. Adotou-se o nível de significância de 5%. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás com o número da CAAE: 80541717.3.0000.5083.

RESULTADOS

Observou-se uma homogeneidade entre meninos e meninas para todas as variáveis estudadas. A mediana do consumo de Vitamina D foi de 5,77 µg (230,8 UI) por dia. Houve inadequação do consumo alimentar de vitamina D em 81,4% das crianças. Apenas 10% fazia a ingestão diária recomendada para a idade. A idade da criança teve correlação negativa com o consumo de vitamina D ($r = -0,36$; $p < 0,001$). O consumo de vitamina D não teve correlação com a renda familiar per capita, escolaridade materna, idade materna e IMC para a idade.

CONCLUSÃO

O percentual de inadequação encontrado na ingestão dietética em relação ao consumo de vitamina D foi muito alto e quanto maior a idade da criança menor foi o consumo de vitamina D. Este estudo contribui com a reestruturação das orientações nutricionais, e poderá nortear ações para favorecer o planejamento de estratégias, cardápios e condutas para assegurar a ingestão adequada da vitamina D em diversos modelos de cuidado nutricional.

Palavras-chave: consumo alimentar|deficiência de vitamina D|crianças|vitamina D

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação da operacionalização e monitoramento do programa nacional de suplementação de ferro em municípios do estado de Alagoas

Elysa Tenorio de Almeida; Marília Moura e Mendes; Ana Paula Grotti Clemente.
Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

A anemia ferropriva ainda é considerada um importante problema de saúde pública, devido a sua alta prevalência e estreita relação com prejuízo no crescimento e desenvolvimento infantil. No Brasil, é uma das principais carências nutricionais em enfrentamento entre crianças menores de 2 anos. Com intuito de realizar ações de prevenção e controle da anemia por deficiência de ferro no âmbito do Sistema Único de Saúde foi instituído o Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF), em 2005, que consiste na suplementação universal com suplementos de ferro em doses profiláticas para crianças de 6 a 24 meses, gestantes e mulheres no pós-parto e pós-aborto, associado a ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). O presente estudo teve como objetivo avaliar a operacionalização e monitoramento do PNSF entre crianças de 6 a 24 meses, em municípios do estado de Alagoas.

MÉTODOS

Estudo transversal realizado em seis municípios do estado de Alagoas que abrangem todas as regiões fisiográficas do estado: Pilar (Região Metropolitana); Murici (Zona da Mata); Teotônio Vilela (Região Sul); São Luís do Quitunde (Região Norte); Pão de Açúcar (Sertão) e Batalha (Agreste). Para avaliar a operacionalização foi aplicado formulário padronizado aos coordenadores do PNSF, foram analisados dados dos relatórios públicos disponíveis no Sistema de Micronutrientes para verificar o monitoramento. Acessando o Sistema de Informação e Gestão da Atenção Básica foram calculadas média ponderada anual nacional, das macrorregiões e dos municípios avaliados. As atividades de EAN foram verificadas a partir dos relatórios do Sistema de Informação em Saúde-Atenção Básica. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 80416617.0.0000.5013).

RESULTADOS

Apenas 4 coordenadores municipais participaram da entrevista. Foi possível identificar ausência de planejamento, desconhecimento da abrangência e propósito do PNSF, pois os municípios realizavam distribuição com caráter medicamentoso e não profilático, como é orientado pelo Programa, além disso, as capacitações não ocorriam há mais de 3 anos. Apenas Murici utilizava os dados do mapa de acompanhamento do Programa Bolsa Família para definir o público-alvo. A farmácia central foi apontada como responsável desde o planejamento até a distribuição dos suplementos, sendo o sulfato ferroso em solução oral (25mg/ml) a principal compra. Todos os municípios utilizavam a plataforma

e-Gestor AB e o Sistema de Micronutrientes para monitoramento do programa, dessa maneira, identificou-se que Batalha apresentou maior cobertura (41,4%), logo após, Murici (8,79%), Pão de Açúcar (5,48%) e Teotônio Vilela (5,02%), porém este último foi o que mais realizou atividades de EAN.

CONCLUSÃO

Identificou-se uma baixa cobertura do PNSF nos municípios, associada a falhas na operacionalização e monitoramento. Espera-se que este estudo contribua para a melhora na operacionalização e, assim, atue na redução das prevalências de anemia ferropriva

Palavras-chave: Deficiência de ferro|Micronutrientes|Suplementação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação da percepção dos consumidores em relação aos alimentos *in natura* e processados

Danipessanha.Dp@Gmail.Com¹; Isabella Thais Silva Oliveira¹; Bartira Mendes Gorgulho¹; Erick Almeida Esmerino²; Ana Paula Aparecida Pereira¹.

1. Universidade Federal de Mato Grosso - Ufmt, Cuiabá - MT - Brasil; 2. Universidade Federal Fluminense, Niterói - MT - Brasil.

INTRODUÇÃO

As transformações nos sistemas socioeconômicos e de produção dos alimentos têm resultado num aumento do consumo de produtos ultraprocessados e redução do consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, com conseqüente aumento da incidência de doenças crônicas não transmissíveis. Considerando que a avaliação do consumo alimentar vai além da análise da composição nutricional e química dos alimentos e que explora aspectos culturais e emocionais, desejos, necessidades e o comportamento dos consumidores, são necessárias outras metodologias para avaliar as motivações de consumo. O objetivo deste estudo foi avaliar o consumo de alimentos por indivíduos brasileiros considerando o grau de processamento e os fatores que determinam essa escolha.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal descritivo, no qual foi desenvolvido um questionário *online* de autopreenchimento na plataforma *Compusence Cloud*, contendo questões socioeconômicas e demográficas; além de questões sobre o consumo alimentar e os fatores que motivam esse consumo, os quais foram avaliados por meio de uma escala Likert de sete pontos, sendo 1=discordo totalmente e 7=concordo totalmente. Os dados foram analisados no programa XLSTAT 2021.4.1.1222 por meio da Análise de Variância (ANOVA) e Teste de Tukey. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso (CAAE: 52607421.6.0000.8124).

RESULTADOS

Foram obtidas 187 respostas, sendo 71,66% dos participantes do sexo feminino, com idade entre 18 e 45 anos (90,38%), com, no mínimo, graduação incompleta (71,65%). E residentes na região Centro-Oeste (32,62%). Em relação à motivação de consumo, os participantes afirmaram que sentem mais atraídos e com vontade de comer os alimentos e *in natura* e minimamente processados” (6,71±0,69 e 6,52±0,89, respectivamente), assim como consideram esses alimentos mais saudáveis (6,60±0,79 em uma escala de sete pontos) quando comparados com os produtos ultraprocessados (2,42±1,85, 3,70±2,00 e 1,53±0,93, respectivamente) (p<0,05). Entretanto, os participantes consideram que os produtos ultraprocessados são encontrados com mais facilidade (6,81±0,65) em relação aos alimentos *in natura* (6,57±0,87) (p<0,05). Em relação à

frequência do consumo, os participantes descreveram ingerir frequentemente tanto os alimentos *in natura* e minimamente processados ($5,61\pm 1,43$) quanto os produtos ultraprocessados ($5,80\pm 1,40$), sem diferença significativa ($p>0,05$). Sobre as emoções e os sentimentos que os alimentos despertavam, os alimentos *in natura* e minimamente processados apresentaram maior média de respostas para emoções positivas ($6,26\pm 1,11$) ($p<0,05$).

CONCLUSÃO

Concluiu-se que a maioria dos participantes apresentou maior desejo de comer e de se aproximar dos alimentos *in natura* e minimamente processados, embora os participantes tenham considerado os produtos ultraprocessados mais disponíveis e acessíveis.

Palavras-chave: Alimentos in natura|Classificação NOVA|Consumo alimentar|Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação de insegurança alimentar e nutricional em famílias com crianças de até 12 anos de idade impactadas pela pandemia de Covid-19

Silvia de Fatima Barreto Nogueira.

Centro Universitário Senac Santo Amaro São Paulo/Sp, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento infantil não saudável é pautado e observado de forma mundial por meio de três possíveis vertentes: a desnutrição, a fome oculta e o sobrepeso, fatores esses intimamente relacionados a questões sociais com destaque para a crise humanitária causada pela pandemia de Covid-19.

OBJETIVO

O objetivo do presente trabalho foi identificar a avaliação de insegurança alimentar e nutricional em famílias com crianças menores de 12 anos de idade inseridas em uma organização não governamental (ONG) na periferia de São Paulo/SP durante o cenário pandêmico.

MÉTODOS

Foi elaborado um questionário para que um dos membros responsável da família da criança respondesse via link disponibilizado pelo assistente social da ONG. O questionário foi auto preenchido (agosto de 2020) em função do cenário de isolamento ocasionado pela pandemia de Covid-19. No entanto, foi gravado um vídeo explicativo de como deveria ser o preenchimento. Foram analisadas variáveis socioeconômicas e demográficas. A situação de insegurança alimentar e nutricional foi avaliada com auxílio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que mede a percepção e a experiência familiar da segurança alimentar, insegurança e fome em nível domiciliar, classificando o domicílio em segurança ou insegurança alimentar (leve, moderada ou grave). Se o domicílio obtém pontuação zero, é classificado em SAN. Nos domicílios com menores de 18 anos de idade, a classificação dos níveis de insegurança alimentar leve, moderada ou grave corresponde a 1 a 5 pontos, 6 a 10 pontos e 11 a 15 pontos, respectivamente⁴). Os dados coletados foram tabulados e organizados no programa Microsoft Office Excel

RESULTADOS

Responderam ao questionário 66 pessoas, sendo que 18,2% (n=12) foram excluídas por não terem crianças menores de 12 anos domiciliadas junto ao respondente. Assim, a amostra final foi de 54 respondentes. Destes, 68,5% (n=37) eram as mães sendo 94,6% (n=35) a responsável financeira pelo domicílio. Observou-se que 63,0% (n=34) das famílias tinham apenas uma criança no domicílio, 25,9% (n=14) estava sem emprego

formal e 59,3% (n=32) não tinham uma renda fixa. Responderam também que 33,3% (n=18) recebiam Bolsa Família e 55,6% (n=30) recebiam Auxílio Emergencial devido a pandemia de Covid-19. Dos indivíduos avaliados, 88,9% (n=48) passavam por algum grau de insegurança alimentar e nutricional. A insegurança leve foi a mais frequente, acometendo 66,7% (n=36). Dos itens avaliados na EBIA, observou-se que 87,0% (n=47) dos respondentes tinham preocupação que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber comida, 59,3% (n=32) ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada e 81,5% (n=44) deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida.

CONCLUSÕES

A prevalência de insegurança alimentar leve foi a mais observada entre as famílias estudadas.

Palavras-chave: Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)|Segurança alimentar e nutricional (SAN)|Equidade social.

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

AVALIAÇÃO DE MARCADORES DE ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E NÃO SAUDÁVEL PARA PRODUÇÃO DE MATERIAL EDUCATIVO EM MÍDIAS SOCIAIS

Joice Rodrigues da Silva; Irene Coutinho de Macedo; Lis Proença Vieira.
Centro Universitário Senac, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

Tem-se observado uma redução gradual do consumo de frutas, verduras e legumes em detrimento do aumento de alimentos ultraprocessados, ao mesmo tempo que crescem os casos de obesidade e doenças crônicas. As mídias sociais têm se consolidado como meios de comunicação influentes, podendo ser estratégicas para atividades de educação e comunicação em saúde. O objetivo deste trabalho foi conhecer aspectos qualitativos da alimentação de adultos a fim de desenvolver um material educativo no formato eletrônico com informações de práticas alimentares saudáveis, promoção e prevenção da saúde.

MÉTODOS

Estudo transversal em amostra de conveniência de indivíduos adultos. A coleta de dados foi realizada durante um mês por meio de formulário eletrônico sobre uso de mídias sociais como fontes de informação sobre alimentação, temas pesquisados nessa área, modo de comer e dados qualitativos do consumo alimentar semanal com base em marcadores de consumo alimentar saudável (frutas; verduras e legumes) e não saudável (embutidos; macarrão instantâneo e salgadinhos; *fast food*; doces e guloseimas; bebidas adoçadas). Posteriormente, as informações obtidas subsidiaram o desenvolvimento de materiais educativos para divulgação em mídias sociais. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa sob o número CAAE 22863219100005469.

RESULTADOS

Foram estudados 100 indivíduos, na faixa etária de 18 a 56 anos, dos quais 84% eram mulheres. As mídias mais utilizadas foram *Whatsapp*® (96%) *Instagram*® (86%) e *YouTube*® (70%) e os temas mais pesquisados (85%) foram sobre emagrecimento e alimentos que supostamente engordam e/ou emagrecem. Verificou-se que 72% dos participantes realizam as refeições enquanto se distraem com a TV e/ou celular. Os marcadores de alimentação saudável apontaram 79% e 65% com consumo de frutas e hortaliças, respectivamente, inferior a cinco vezes/semana. Quanto aos marcadores de alimentação não saudável, destacaram-se os doces/ guloseimas e bebidas adoçadas, com 44% cada, acima de duas vezes/ semana, seguido dos embutidos (36%), macarrão instantâneo e salgadinhos (12%) e *fast food* (16%) nessa frequência de consumo. Esses dados resultaram no desenvolvimento de sete materiais educativos para mídias sociais. Foram cinco *posts* com imagens ilustrativas - alimentação saudável, comer com atenção,

desmistificação de alimentos que engordam ou emagrecem, identificação de alimentos ultraprocessados, importância das frutas, verduras e legumes para a saúde - e dois vídeos: “Alimentação saudável de acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira” e “Conhecendo os alimentos ultraprocessados”.

CONCLUSÃO

A maioria do público estudado apresentou baixa frequência de consumo de frutas, verduras e legumes e elevada em alimentos ultraprocessados, sobretudo doces e bebidas adoçadas, além de comer com distrações. Foi possível desenvolver materiais educativos no formato eletrônico, contribuindo com informações adequadas sobre alimentação saudável nas mídias sociais.

Palavras-chave: mídias sociais|comportamento alimentar|consumo alimentar|educação alimentar e nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação do consumo alimentar de crianças em instituições de acolhimento

Adriana César da Silveira¹; Álvaro Jorge Madeiro Leite²; Poliana Coelho Cabral³; Pedro Israel Cabral de Lira³.

1. Hospital Universitário Walter Cantídio, Fortaleza - CE - Brasil; 2. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil; 3. Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A alimentação é reconhecida pela legislação brasileira como um direito social. O consumo alimentar da população brasileira é avaliado através das *Pesquisas de Orçamentos Familiares*. Entretanto, são estudadas famílias, o que exclui pessoas em instituições de acolhimento institucional. O objetivo desse trabalho foi avaliar o consumo alimentar de crianças que vivem em regime de acolhimento institucional em uma capital do Nordeste brasileiro.

METODOLOGIA

Estudo transversal, descritivo e analítico, realizado em cinco instituições de acolhimento de uma capital no Nordeste brasileiro, com crianças de até 60 meses de idade, no período de maio a agosto de 2017. O instrumento utilizado para avaliação do consumo alimentar foi o formulário *Marcadores do Consumo Alimentar*, do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN do Ministério da Saúde, que identifica comportamento alimentar saudável ou não saudável.

As variáveis estudadas foram sexo, idade, idade quando do acolhimento na instituição, tempo de acolhimento e consumo alimentar. Os dados sobre o consumo foram coletados por um nutricionista em entrevistas com as cuidadoras das crianças. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco protocolo 2.019.560 de 18 de abril de 2017.

RESULTADOS

A amostra foi constituída por 63 crianças de 1 a 60 meses de idade ($30,0 \pm 16,4$ meses), sendo a maioria do sexo feminino (52,4%). Vinte e três crianças (36,5%) estavam há mais de um ano nas instituições. A idade das crianças quando do acolhimento variou de 0 a 56 meses ($17,6 \pm 16,2$ meses), sendo 35 (55,5%) entre 1 e 24 meses de idade.

Verificou-se que 92,7% das crianças apresentavam algum indicador de consumo alimentar não saudável para sua faixa etária. A maioria das crianças entre seis meses e cinco anos consumiam alimentos ultraprocessados e bebidas adoçadas em proporções expressivas. O consumo de macarrão instantâneo, salgadinho de pacote ($p=0,044$) e biscoito recheado ($p=0,000$) foi maior entre os maiores de 24 meses. Não houve diferença no consumo alimentar segundo tempo de acolhimento.

O adequado consumo de verduras variou de 38,9% a 100% ($p=0,000$) e de feijão de 50% a 100% ($p=0,006$), entre as instituições. Com exceção do consumo de bebidas adoçadas, diferenças entre as instituições também foram encontradas no consumo de alimentos ultraprocessados: guloseima ($p=0,002$), doce ($p=0,002$), biscoito recheado ($p=0,002$), biscoito salgado ($p=0,002$), salgadinho ($p=0,047$), e macarrão instantâneo ($p=0,047$).

CONCLUSÃO

Observou-se que a maioria das crianças apresentava algum indicador de consumo alimentar não saudável para sua faixa etária. Foi alta a frequência de consumo de alimentos ultraprocessados, sobretudo de bebidas adoçadas em todas as instituições.

Palavras-chave: alimentação|nutrição|institucionalização

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação do consumo de alimentos de universitários durante a pandemia de COVID-19

Vanessa Brum Ferreira¹; Risblue Versiani Travessa Bello¹; Maria Eduarda Ribeiro José²; Amanda da Silva Franco¹; Maíra Lopes Mazoto³; Natália Oliveira¹.

1. Centro Universitário Serra dos Órgãos (Unifeso), Teresópolis - RJ - Brasil; 2. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 3. Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O isolamento social foi considerado a principal medida para o enfretamento do coronavírus, impactando em mudanças no estilo de vida da população, como alterações no consumo alimentar com o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados. Portanto, o objetivo foi avaliar as mudanças no consumo de alimentos de universitários de uma instituição privada, durante a pandemia do COVID-19.

MÉTODOS

Estudo transversal, quantitativo, de amostra por conveniência, realizado entre junho-agosto de 2021 com estudantes de um centro universitário em Teresópolis (região serrana do RJ). O estudo foi aprovado pelo Conselho de Ética do UNIFESO (CAAE: 46452821.4.0000.5247). A coleta foi feita por questionário autoaplicável em 3 blocos: dados pessoais; características sociodemográficas e hábitos de vida, como consumo de alimentos. Foram utilizadas questões adaptadas do questionário do ConVid - FIOCRUZ e do VIGITEL-Brasil. Para o consumo de alimentos, foi obtida a frequência de consumo semanal de alimentos específicos – mesmos utilizados no VIGITEL-Brasil – antes e após o início da pandemia. Tais alimentos foram categorizados em: alimentos *in natura* ou minimamente processados e alimentos ultraprocessados. Para isto, a frequência semanal, coletada como variável categórica, foi transformada em variável numérica estabelecendo o maior valor como o número absoluto (ex: 1 a 2 dias na semana = 2). Posteriormente, foi obtida a média semanal do consumo dos dois grupos para cada participante e categorizados em: <3 dias; 3-5 dias; >5 dias (consumo regular) e nunca/quase nunca. Descritas frequências relativas e Intervalos de confiança de 95% (IC 95%). Diferenças significativas entre os grupos foram identificadas pela comparação entre os IC 95%. Utilizado software Stata 16.0.

RESULTADOS

No total, 407 universitários participaram do estudo, sendo 80,8% do sexo feminino, 61,1% menores de 25 anos, 81,8% da área da saúde (36,4% da nutrição) e cerca de 40% tinham excesso de peso. Mais da metade comiam alimentos *in natura* ou minimamente processados entre 3-5 dias na semana antes [49,9%; (IC95%: 45,0-54,7)], e durante a pandemia [43,7% (IC95%: 39,0- 48,6)]. Para os ultraprocessados, a maior prevalência foi no consumo em <3 dias na semana nos dois períodos analisados (74,7%). Não foram

identificadas diferenças significativas entre os períodos. Ressalta-se menor prevalência no consumo regular de verdura ou legume durante a pandemia [antes: 45,7% (IC95%: 40,9-50,6); depois: 37,3% (IC95%: 32,8- 42,2)], com consequente aumento no consumo em apenas 1-2 dias.

CONCLUSÃO

Apesar de não encontrar diferença significativa entre os períodos, ressalta-se a presença dos ultraprocessados na alimentação dos universitários independente das mudanças ocorridas em função da pandemia. Verificar as mudanças que permaneceram nos universitários após a pandemia seguem sendo importantes para elaboração de ações de educação alimentar e políticas públicas eficazes.

Palavras-chave: Coronavírus|Ultraprocessados|Consumo alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação do estado nutricional de crianças quilombolas do município de Bequimão, Maranhão

Maria Tereza Borges Araujo Frota¹; Esthella Fernanda Souza Baima¹; Livia Nascimento Vasconcelos¹; Victor Nogueira da Cruz Silveira¹; Helma Jane Ferreira Veloso¹; Luana Lopes Padilha².

1. Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil; 2. Instituto Federal do Maranhão, Barreirinhas - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

As comunidades remanescentes de quilombos tendem a apresentar desvantagens socioeconômicas decorrentes do processo de discriminação histórica e que impactam negativamente no acesso à educação, saneamento básico e serviços de saúde. Da mesma forma, estão mais sujeitas a apresentarem elevados níveis de insegurança alimentar, que se manifesta tanto sob a forma de desnutrição e carências de micronutrientes quanto em sobrepeso e obesidade. Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar o estado nutricional de crianças escolares quilombolas residentes no município de Bequimão, Maranhão.

MÉTODOS

Estudo transversal que avaliou crianças de cinco a dez anos de idade residentes em dez comunidades quilombolas certificadas do município de Bequimão, Maranhão. As medidas antropométricas foram aferidas nas escolas e seguiram as orientações do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). O peso das crianças foi aferido utilizando como instrumento a balança digital de bioimpedância da marca Omron® e a estatura foi medida com antropômetro da marca Avanutri®. As crianças foram avaliadas segundo os indicadores antropométricos estatura-para-idade (E/I) e Índice de Massa Corporal para idade (IMC/I), calculados segundo o escore Z para cada índice nutricional com auxílio do *software* Anthro versão 3.2.2. A concentração de hemoglobina no sangue foi obtida através de punção capilar, com leitura imediata através de um hemoglobímetro portátil. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (CAAE nº 38369220.2.0000.5087 e parecer substanciado nº 4.316.358).

RESULTADOS

Foram avaliadas 143 crianças, sendo 54,2% meninas e 45,8% meninos. A maioria das mães ou responsáveis (96,5%) declararam as crianças como pretas ou pardas. Das crianças avaliadas, 84,62% estavam eutróficas de acordo com o índice IMC-para-idade, 5,59% apresentam desnutrição e 4,9% apresentam baixa estatura-para-idade. A parcela de crianças com excesso de peso foi de 9,79%. A presença de anemia foi verificada em 11,43% das crianças avaliadas, sendo a média de hemoglobina de 12,61 g/dl.

CONCLUSÃO

A maioria das crianças avaliadas estavam eutróficas de acordo com os parâmetros estabelecidos. Os valores encontrados para desnutrição e baixa estatura-para-idade estão dentro dos limites aceitáveis para populações, assim como a proporção de crianças anêmicas. Considerando o resultado sobre o excesso de peso encontrado neste estudo, é importante manter o monitoramento do estado nutricional dessas crianças, através do acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento, para avaliar se o comportamento da prevalência observada nesse grupo se manterá estável ou vai seguir a tendência de aumento nas populações infantis observada no Brasil.

Palavras-chave: Antropometria|Quilombos|Saúde da criança

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação do estado nutricional de lactentes submetidos a diferentes métodos de alimentação complementar: ensaio clínico randomizado

Cátia Regina Ficagna; Paula Ruffoni Moreira; Renata Oliveira Neves; Leandro Meirelles Nunes; Juliana Rombaldi Bernardi.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente a alimentação complementar é iniciada com alimentos oferecidos em forma de papa ou purê por um adulto com o auxílio de talheres, no entanto, nas últimas décadas métodos alternativos têm sido propostos, como o *Baby-Led Weaning* (BLW) e o *Baby-Led Introduction to Solids* (BLISS). Esses métodos visam proporcionar maior autonomia para a criança e evitar a hiperalimentação que pode contribuir para o ganho de peso excessivo. O objetivo do estudo foi avaliar o estado nutricional de lactentes submetidos a diferentes métodos de introdução alimentar: tradicional, BLISS e misto (junção dos métodos tradicional e BLISS) aos 9 meses de vida.

MÉTODOS

Ensaio clínico randomizado com pares mãe-lactentes submetidos à intervenção sobre introdução alimentar saudável, baseada em três diferentes métodos de introdução alimentar (Tradicional, BLISS ou Misto) aos 5,5 meses de vida do lactente. Os dados antropométricos dos lactentes foram aferidos em duplicata, inseridos e processados no software *Anthro*[®], obtendo-se os escores-z dos índices Peso para Idade (P/I), Índice de massa corporal para Idade (IMC/I), Peso para Estatura (P/E) e Estatura para Idade (E/I). Os dados sociodemográficos da família foram coletados por questionário on-line, após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido no momento da intervenção. As variáveis contínuas foram descritas por mediana e intervalo interquartil [P25 – P75] ou média e desvio padrão (DP), e as variáveis categóricas por número absoluto e relativo (%). As médias dos escores-z foram comparadas utilizando o teste ANOVA. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética do Hospital de Clínicas de Porto Alegre sob o nº 2019-0230 e registrado no Registro Brasileiro de Ensaio Clínicos (ReBEC), sob a identificação RBR-229scm.

RESULTADOS

Foram avaliados 129 lactentes aos 9 meses de idade, randomizados nos grupos: tradicional (n=42), BLISS (n=44) e misto (n=43). A mediana de idade materna foi de 33 anos [28 – 36]; renda familiar mediana de 6.000 reais [3.850 – 10.000]; escolaridade materna mediana de 18 anos [15 – 20] e 85% (n=101) declararam a raça branca. A média de escore-z de: P/I foi 0,272 (DP); 0,255 (DP) e de 0,147 (DP) (p=0,798); IMC/I: 0,392 (DP); 0,257 (DP) e de 0,338 (DP) (p=0,829); P/E: 0,472 (DP); 0,324 (DP) e de 0,392 (DP) (p=0,783); E/I: -0,012 (DP); 0,112 (DP); -0,163 (DP) (p=0,581) nos grupos

tradicional, BLISS e misto, respectivamente. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

CONCLUSÃO

Não houve diferença no escore-z de P/I, IMC/I, P/E e E/I dos lactentes aos 9 meses de idade, submetidos a diferentes métodos de alimentação complementar.

Palavras-chave: Alimentação Complementar|Antropometria|Nutrição do Lactente

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação do quadro técnico de nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Centro-Oeste brasileiro

Patrícia Rafaela Mendonça; Maria Tainara Soares Carneiro; Caroline da Silva Brito;
Rita de Cassia Bertolo Martins; Naiara Ferraz Moreira.
Universidade Federal da Grande Dourados (Ufgd), Dourados - MS - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) exige que o seu responsável técnico (RT) seja o nutricionista e o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) estabeleceu atribuições obrigatórias e complementares e parâmetros numéricos mínimos de referência quanto ao número de profissionais (RT e Quadro Técnico-QT). A literatura retrata a dificuldade dos nutricionistas em cumprirem as suas atribuições no âmbito do PNAE e como justificativa foi apontado que os municípios avaliados apresentavam defasagem no QT. Assim, objetivou-se avaliar a adequação do número de nutricionistas com atuação no PNAE na região Centro-Oeste do Brasil.

MÉTODOS

Estudo transversal com amostra probabilística e representativa dos municípios dos estados de Goiás (GO), Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS) da região Centro-Oeste (CO) do Brasil, desenvolvido por meio de um questionário online (*Google Forms*) com nutricionistas do PNAE. Os municípios avaliados foram classificados de acordo com o estado e em tipologia: rural, intermediário e urbano, conforme classificação do IBGE. Quanto à avaliação da adequação do QT atuantes no PNAE foi utilizada a Resolução do CFN nº 465/2010 que estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência, por Entidade Executora (EEx), para a educação básica. Os parâmetros são 1 RT para até 500 alunos; 1 RT e 1 QT de 501 a 1.000 alunos; 1 RT e 2 QT de 1.001 a 2.500 alunos; 1 RT e 3 QT de 2.501 a 5.000 alunos; 1 RT e 3 QT mais 1 QT a cada fração de 2.500 alunos, sendo recomendado uma carga horária mínima de 30 horas semanais. Foi realizado teste Qui-quadrado (p -valor $\leq 0,05$) para verificar diferenças estatísticas em relação a adequação do quadro técnico segundo os estados e a tipologia dos municípios. Utilizou-se o programa estatístico SPSS versão 22 para as análises. Este trabalho faz parte de um projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFGD (CAEE: 43302821.0.0000.5160).

RESULTADOS

Dos 219 municípios participantes do estudo, todos relataram ter nutricionista atuante no PNAE. Apenas 10,0% ($n=22$) desses municípios apresentaram adequação do número de nutricionistas conforme os parâmetros da Resolução CFN 465/2010, sendo os estados de GO, MT e MS, respectivamente, com 14,0%; 10,0% e 4,3% de adequação ($p=0,118$). Em relação à classificação dos municípios segundo a tipologia foi identificada a adequação

do quantitativo de nutricionistas em 15,2% dos municípios do tipo rural; 3,0% intermediário e 5,5% urbano ($p=0,44$).

CONCLUSÃO

Os resultados apontam baixo percentual de adequação do número de nutricionistas atuantes no PNAE conforme o quantitativo de profissionais, a sua carga horária de trabalho e o número de escolares atendidos pela EEx na região CO e independentemente da tipologia. Essa inadequação pode refletir o não cumprimento em sua totalidade das atribuições inerentes ao nutricionista no âmbito do PNAE, podendo, assim, não atingir a eficiência na garantia do Direito à Alimentação Adequada dos alunos beneficiados pelo programa.

Palavras-chave: Políticas e programas de nutrição e alimentação|Alimentação escolar|Responsabilidade técnica

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação do risco sanitário de unidades de alimentação e nutrição escolares da rede municipal de ensino de Dourados-MS

Rita de Cassia Bertolo Martins; Carolina Martins de Moraes; Drielly Naisa Rufino;
Veronica da Silva Chamo.

Universidade Federal da Grande Dourados (Ufgd), Dourados - MS - Brasil.

INTRODUÇÃO

As refeições oferecidas pelo Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE) devem ser equilibradas nutricionalmente, atender as necessidades nutricionais dos alunos de acordo com o período de permanência na instituição e elaboradas conforme as normas higiênico-sanitárias para evitar contaminação e doenças transmitidas por alimentos. Para garantir a segurança dos alimentos em unidades escolares atendidas pelo PNAE foi elaborada a lista de verificação das boas práticas (LVBP) para Unidades de Alimentação e Nutrição Escolares (UANES), a fim de identificar os pontos frágeis que necessitam de intervenção. O objetivo deste estudo foi qualificar o risco sanitário das Unidades de Alimentação e Nutrição Escolar (UANE) da Educação Infantil-EI e Ensino Fundamental-EF de Dourados-MS.

MÉTODOS

Estudo de campo com corte transversal, realizado na rede pública de ensino municipal de Dourados-MS, no período de outubro/2021 a março/2022. Como instrumento, utilizou-se a LVBP em UANE, aplicada por meio de observação direta em visita a cada escola. A lista possui seis blocos (Edifícios e Instalações, Equipamentos com Temperatura Controlada, Manipuladores de alimentos, Recebimento de matéria prima, Processos e Produções e Higiene Ambiental) com 113 itens para avaliação da conformidade sanitária, sendo atribuído pontuação de zero a oito, de acordo com o risco de contaminação e proliferação de microrganismos, a cada item. A partir das pontuações de cada bloco, o valor da somatória final classifica o percentual do risco sanitário da UANE. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o estudo foi aprovado pelo CEP-UFGD, CAAE 30608720.1.0000.5160.

RESULTADOS

Foram observadas e avaliadas 40% das UANE da rede pública municipal do município (22 escolas de EI e 17 de EF). A maioria das unidades apresentou baixo risco sanitário (82,1%), seguido de risco sanitário regular (12,8%). A pontuação média das escolas de EI foi $84,1 \pm 4,7$ e em EF foi $80,6 \pm 11,2$. Em todos os blocos da LVBP foram observadas irregularidades, no entanto, conforme adequação média, as principais inconformidades foram observadas nos itens que compõem o bloco de Processos e Produções ($69,4 \pm 8,5\%$) e Equipamentos de Temperatura controlada ($75,9 \pm 19,9\%$), que são os que apresentam maior frequência de itens com potencial elevado de multiplicação de microrganismos,

necessitando, assim, de medidas corretivas e maior monitoramento para garantir maior qualidade e segurança da alimentação escolar. Já o bloco de Recebimento das matérias primas e Manipuladores de alimentos foram os que obtiveram maior adequação à legislação sanitária vigente ($98,6 \pm 7,4\%$; $93,4 \pm 10,5\%$, respectivamente).

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que a maioria das UANE apresenta baixo risco sanitário. Todavia, as unidades necessitam de monitoramento contínuo e de adequações na estrutura física e operacional para garantir a segurança dos alimentos destinados aos estudantes beneficiados pelo Programa de Alimentação Escolar.

Palavras-chave: Higiene dos alimentos|Inspeção sanitária|Lista de verificação|Manipulação de alimentos|Segurança de alimentos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação dos dados de laudos médicos e nutricionais de crianças com alergia à proteína do leite de vaca atendidas pela assistência farmacêutica no Tocantins

Clara Oliveira Lopes¹; Laís Fernanda Costa Oliveira¹; Jéssica Pereira Lima²; Marta Azevedo dos Santos¹; Milena Alves de Carvalho Costa³; Renata Andrade de Medeiros Moreira¹.

1. Universidade Federal do Tocantins (Uft), Palmas - TO - Brasil; 2. Autônomo, Palmas - TO - Brasil; 3. Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (Sesau), Palmas - TO - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV) se manifesta por mecanismos imunológicos mediados e/ou não mediados por imunoglobulina E (IgE) ou mistos. Esse estudo objetivou descrever os sinais e sintomas mais frequentes em crianças com diagnóstico que recebem fórmula infantil para APLV pelo setor de Fórmulas Nutricionais Especiais (FNE) da Assistência Farmacêutica da Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins (SESAU).

MÉTODOS

Pesquisa quantitativa retrospectiva a partir de dados dos laudos de solicitação de fórmula infantil para APLV para crianças cadastradas no setor de FNE da Assistência Farmacêutica da SESAU entre os anos 2020-2021. Foram utilizados dados contidos no primeiro laudo médico como, sexo, idade, sinais e sintomas, motivo da dietoterapia, tipo de diagnóstico e suporte nutricional. Como também a justificativa da dietoterapia e a explicação da conduta dietoterápica dos laudos nutricionais de solicitação. Foi realizada análise descritiva dos dados. Esse trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Tocantins (nº4.999.609).

RESULTADOS

Foram avaliados 345 laudos médico e nutricional de crianças na primeira solicitação de fórmulas para APLV, onde 53,3% eram do sexo masculino e tinham mediana de idade de 5,0 meses (IC95%:5,2-6,0), sendo 67,5% \leq 6 meses. Desses, 82,6% (n=280) dos laudos médicos apresentaram a descrição dos sinais e sintomas, onde foram identificados que 37,8% apresentavam sangramento retal e vômito, 23,1% diarreia, 19,6% cólica, 18,9% baixo ganho de peso, 15,7% sangue nas fezes, 8,9% refluxo gastroesofágico, 5,4% regurgitação, 1,8% gastroenterite, 1,1% déficit de crescimento, 0,7% colite eosinofílica e nenhum apresentou letargia e palidez. No laudo médico o tipo de diagnóstico estava descrito em 53,7%, onde 62,1% foram por IgE não mediada e 8,8% não foi identificado. O suporte nutricional de 80,1% das crianças avaliadas foi de via oral e o motivo da dietoterapia relatado foi por alterações mecânicas da deglutição (18,2%), doença neurológica (6,7%) e síndrome da má absorção (6%) e desnutrição moderada (6%). Destaca-se que 69,7% apresentaram informação inadequada. Quanto aos laudos

nutricionais, apenas 51% apresentaram justificativa da dietoterapia, destes 68,6% eram por sinais e sintomas, 23,2% desnutrição e déficit ponderal, 19,1% patologia, 12,1% aleitamento materno/alimentação complementar e 0,6% deglutição. A explicação da conduta dietoterápica esteve presente em 5% dos laudos, sendo 14,3% devido a mãe ter baixa produção de leite e 9,5% baixo peso/idade.

CONCLUSÃO

Percebe-se que as crianças com APLV apresentaram inflamação do trato gastrointestinal que culmina em sinais e sintomas graves, sendo o acompanhamento desses e do diagnóstico fundamental para o tratamento da APLV. Porém, observou-se que uma porcentagem significativa de laudos que não trouxeram essas informações, o que pode interferir na melhora do quadro.

Palavras-chave: Hipersensibilidade a leite|Condições patológicas, sinais e sintomas|Atenção à saúde|Saúde coletiva

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação dos marcadores de consumo alimentar de nutrizes no primeiro e terceiro mês pós-parto

Lucíola Sant'Anna de Castro¹; Ana Carolina Lavio Rocha¹; Bárbara Tideman Sartorio Camargo¹; Mina Desai²; Michael G Ross²; Kelly Pereira Coca¹.

1. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 2. University Of California - Ucla, California - Estados Unidos da America.

INTRODUÇÃO

Pesquisas nacionais têm apontado para o consumo insuficiente de alimentos saudáveis e acima do recomendado para alimentos não saudáveis. Estudo propôs comparar as práticas alimentares de nutrizes nos primeiro e terceiro mês pós-parto.

MÉTODOS

Coorte prospectiva realizada de 2020 a 2022 com nutrizes atendidas em ambulatório de Aleitamento Materno de São Paulo, Brasil. Foram coletados dados sociodemográficos, antropométricos e de consumo alimentar, este último pelo Formulário de Marcadores do Consumo Alimentar do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Para a avaliação do estado nutricional utilizou-se o Índice de Massa Corporal pré-gestacional e a classificação determinada pelo Ministério da Saúde, Brasil. Para a descrição dos dados utilizou-se frequências relativas e absolutas, e para as análises estatísticas empregou-se os testes McNemar e t pareado, considerando o nível de significância α igual a 5%. O estudo foi aprovado no Comitê de Ética sob o nº 4.067.920.

RESULTADOS

Foram avaliadas 54 nutrizes, com média de idade de 31,8 anos (DP= 5,4), 63% tinham ensino superior e todas viviam com companheiro. Quanto ao estado nutricional, 53,7% eram eutróficas e 46,3% estavam com excesso de peso. Em relação ao tipo de aleitamento materno, houve um aumento da taxa de aleitamento exclusivo de 83,6% para 92,6% do 1º para o 3º mês pós-parto. Quanto ao consumo alimentar, houve uma diminuição do número de marcadores saudáveis do 1º para o 3º mês, mas sem diferença estatística. Na estratificação dos grupos pelo estado nutricional, observou-se a redução significativa desses marcadores nas nutrizes eutróficas ($p= 0,010$). A análise dos marcadores saudáveis observou-se um decréscimo significativo no consumo de feijão ($p= 0,041$) do 1º (63,6%) para o 3º mês (45,4%) pós-parto, estimado em 18,2% (IC95%; 1,2%; 35,2%). Em relação ao consumo de frutas, houve um decréscimo de 82,8% para 65,5%, entre as mulheres eutróficas porém sem diferença estatística ($p= 0,062$). Por outro lado, foi observado aumento do consumo de hortaliças do 1º (67,3%) para o 3º mês (72,7%) entre todas as mulheres, também sem diferença estatística. Quanto aos marcadores não saudáveis, houve um aumento do consumo de embutidos (34,6% para 38,2%), doces e/ou biscoitos (69,1% para 78,2%), uma diminuição no consumo de bebidas açucaradas (49,4% para

45,5%), macarrão instantâneo e/ou salgadinhos (18,2% para 10,9%). O hábito de assistir televisão e/ou mexer no celular enquanto faz as refeições (60% para 56,4%) do 1º para o 3º mês não foi estatisticamente significativo.

CONCLUSÃO

Observou-se uma diminuição da prevalência de marcadores de consumo alimentar saudáveis, especialmente as leguminosas, e aumento de marcadores não saudáveis no 3º mês pós-parto. Neste sentido, a vigilância alimentar é imprescindível no acompanhamento das nutrizes de modo a prover orientações adequadas para promoção da saúde e alimentação saudável durante a amamentação.

Palavras-chave: Vigilância nutricional|Nutrição materna|Consumo de alimentos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação do uso futuro da teleconsulta em nutrição por nutricionistas inscritos no Conselho Regional de Nutricionistas 6º Região (PE, AL, PB, RN) durante a pandemia por COVID-19

Ana Carla Santos de Jesus Teles¹; Maycon George Oliveira Costa¹; Marcela Larissa Costa¹; Samuel Paulino Rodrigues Maciel²; Fabiana Poltronieri³; Raquel Simões Mendes Netto¹.

1. Universidade Federal de Sergipe, Aracaju - SE - Brasil; 2. Conselho Regional de Nutricionistas, Recife - PE - Brasil; 3. Centro Universitário Fam, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A continuidade do uso das ferramentas on-line para o teleatendimento em nutrição depende das considerações dos profissionais nutricionistas no que se refere as possíveis vantagens e limitações das consultas remotas e na percepção dos profissionais na utilização desse serviço. O objetivo desse estudo foi verificar a associação do uso futuro da teleconsulta com utilização de tecnologias e preferências dos nutricionistas sobre os serviços de consultas on-line durante a pandemia da COVID-19 no Brasil.

MÉTODOS

Trata-se de estudo observacional transversal realizado via questionário eletrônico com nutricionistas inscritos no Conselho Regional de Nutricionistas 6ª região (CRN-6). Foi realizado cálculo amostral utilizando o OpenEpi (*Open Source Epidemiologic Statistics for Public Health*) versão 3.01 para representatividade da população estudada, com frequência de resposta de 69,64% da variável dependente. Foram avaliadas variáveis sociodemográficas como: sexo, idade e nível acadêmico. A variável dependente utilizada foi: “Você continuaria usando o serviço via teleconsulta?”. As respostas foram analisadas quanto aos tipos de tecnologias da informação e comunicação (TIC) mais utilizadas, familiaridade com as mesmas, preferência da forma de atendimento e avaliação de valores das consultas e posicionamento do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) quanto a continuidade. Para a análise estatística foram utilizadas mediana, intervalo interquartil, frequências e o teste de associação qui-quadrado de Pearson ($p < 0,05$). Trabalho aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe sob o parecer nº 5.101.963.

RESULTADOS

O tamanho da amostra mínimo para 90% de intervalo de confiança foi 229 indivíduos. Participaram da pesquisa 311 nutricionistas inscritos no CRN-6 que realizaram consultas remotas, sendo 88,1% do sexo feminino com mediana de 30 (10 IIQ) anos e 54,7% com pós-graduação lato sensu. Observou-se uma associação entre o uso futuro em teleconsulta e maior familiaridade em tecnologias $\chi^2 (1) = 4,546$; $p = 0,033$. Houve associação entre o uso futuro em teleconsulta e maior preferência de redução do valor do serviço, se fosse

necessário, para continuar utilizando essa modalidade $\chi^2 (1) = 16,040$; $p = <0,001$, maior preferência de consultas on-line do que presenciais $\chi^2 (1) = 7,772$; $p = 0,005$ e maior concordância quanto ao CFN manter a teleconsulta após o término da pandemia $\chi^2 (1) = 14,841$; $p = <0,001$. Não houve associação entre o uso futuro da teleconsulta e os tipos de ferramentas tecnológicas mais utilizada $\chi^2 (1) = 0,024$; $p = 0,877$.

CONCLUSÃO

Nutricionistas dos estados PE, AL, PB, RN que concordaram com o uso futuro da teleconsulta preferiam o atendimento on-line, independentemente da forma (chamada por voz via celular, videoconferência, troca de mensagens), tiveram maior familiaridade com o uso de tecnologias e concordaram com redução do preço das consultas on-line para continuar com o atendimento remoto.

Palavras-chave: Consulta remota|Telenutrição|SARS-CoV-2|Sistemas Tecnológicos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação in vivo de retinol em produtos (farinha e bolo sem glúten) oriundos de batata-doce (*Ipomoea batatas*) cultivar Beauregard biofortificada com carotenoides

Valéria Cristina dos Santos Camargo; Silvana Mariana Srebernich; Regina Esteves Jordão.

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A deficiência de vitamina A (DVA) é um dos principais problemas de saúde pública do Brasil. Assim, foram desenvolvidos alimentos biofortificados com carotenoides como meio alternativo e complementar às intervenções dietéticas no combate a DVA. Entretanto, a absorção do β -caroteno pode ser afetada por diversos fatores e portanto, este trabalho teve por objetivo utilizar modelos animais para avaliar a biodisponibilidade de carotenoides pró-vitâmicos A em batata-doce biofortificada (BDB) e seus derivados, para conhecer a eficiência da sua conversão em vitamina A (VA) e sua potencialidade.

MÉTODOS

Os procedimentos de manuseio de animais foram aprovados pela CEUA da PUC Campinas, parecer nº 038/2017. Foram elaboradas seis dietas experimentais: D1) Dieta padrão AIN93G com 6UI de VA; D2) Fonte de VA foi a farinha de batata doce - FBD; D3) Fonte de VA foi o bolo de FBD e D4) Fonte de VA foi o bolo de batata-doce in natura. Foram utilizados 25 Gerbils, machos, com 35 a 41 dias, desmamados e com pesos corporais de 50,94g (+/- 6,97). Durante 4 semanas receberam dietas livre de VA (SVA) a fim de induzir a deficiência marginal de VA. Em seguida foi realizada a eutanásia de 5 animais e os demais foram distribuídos em 4 grupos (com 5 animais cada), que receberam as dietas experimentais por 4 semanas: G1:D1; G2:D2; G3:D3 e G4:D4. Realizou-se controle diário de peso e consumo alimentar. Ao final do experimento foi feita a eutanásia e realizada a coleta de sangue por punção cardíaca e a análise de VA no soro/plasma por HPLC com Kit da Chromsystems Diagnostics. E análise exploratória dos dados e os grupos foram comparados pelo teste não paramétrico de Kruskal-Wallis seguido do teste de comparações múltiplas de Dunn com nível de significância de 5%.

RESULTADOS

Os níveis de VA (retinol) presentes no soro/plasma sanguíneo refletem a quantidade de VA e carotenos que foram ingeridos e absorvidos. As concentrações médias de retinol plasmático dos grupos 1, 2, 3 e 4 após repleção foram: 1,15 μ mol/L, 1,27 μ mol/L, 1,34 μ mol/L e 1,36 μ mol/L, respectivamente, que não diferiram entre si ($p = 0,11$) e nem do grupo SVA que apresentou valor inferior discreto de 0,867 μ mol/L. Concentrações plasmáticas de <0,7 μ mol/L são indicativos de inadequação subclínica de VA ou deficiência marginal de VA, próximo ao observado naqueles no período de depleção

(0,867 μ mol/L). Os demais grupos apresentaram concentrações dentro dos limites recomendados. Quando comparado com o grupo controle, os animais dos grupos 2, 3 e 4, apresentaram níveis de VA no soro próximos, indicando que os carotenoides foram absorvidos e convertidos em VA ficando biodisponíveis no organismo.

CONCLUSÃO

Os teores de carotenoides pró-vitâmicos A encontrados na batata-doce cultivar Beauregard e seus derivados são elevados e apresentaram boa biodisponibilidade, sendo fonte promissoras de VA, podendo ser utilizados em conjunto com os demais programas no combate a DVA.

Palavras-chave: Hipovitaminose

A|Carotenoides|Biofortificação|Biodisponibilidade|Gerbil

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação no consumo de Frutas, Legumes e Verduras entre Pré idosas e Idosas de Brasília – DF.

Fernanda da Silva Gonçalves; Lara Pereira Saraiva Leão Borges; Alessandra Gaspar Sousa; Teresa Helena Macedo da Costa.
Universidade de Brasília - Unb, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

A alimentação exerce uma importante influência na promoção e proteção da saúde. O consumo adequado de frutas, legumes e verduras (FLV) é um fator determinante na prevenção das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). A Organização Mundial da Saúde recomenda que deve ser consumido 400g/dia equivalendo a cinco porções com 80g cada. A correlação positiva entre idade e FLV pode estar associada com as diferenças na construção do hábito alimentar entre as gerações. Os idosos consolidaram seus hábitos alimentares em um contexto de menor consumo de alimentos processados. Outro fator considerável, é a maior atenção com o bem estar e a receptividade das orientações fornecidas nos estabelecimentos de saúde entre pessoas mais velhas. Avaliar dados de consumo alimentar em grupos populacionais é um desafio, considerando a grande variabilidade intrapessoal de consumo. O objetivo desse estudo foi comparar o consumo em gramas e porções de frutas (F) e de legumes/verduras (LV) entre o grupo de pré idosas (55-60 anos) com as idosas (65-75 anos) e a associação do consumo de F e VL com o índice de massa corporal (IMC).

MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional e transversal de uma subamostra do estudo ICA-Brasília (Inquérito de Consumo alimentar e Atividade física), aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília – UnB, com o número CAAE 48418315.4.0000.0030. Os grupos alimentares foram identificados através da seleção dos alimentos equivalentes a cada grupo alimentar de acordo com as determinações do Guia Alimentar para População Brasileira (2006). O consumo usual de F e LV foi estimado através do software PC-Side, a partir de dois recordatórios de 24h em dias não consecutivos. O teste de Shapiro-Wilk foi usado para verificação da normalidade. As diferenças de consumo de F e LV entre os grupos foi testada através do teste Mann-Whitney. A correlação entre consumo de F e VL com o IMC foi realizada através do teste de Spearman. A significância foi considerada em 5%.

RESULTADOS

Vinte sete pré-idosas e 20 idosas foram avaliadas. A mediana do consumo diário de porções de F foi de 3,5 e 3,6 e de VL de 2,4 e 2,2 para pré-idosas e idosas, respectivamente. A distribuição do consumo usual em gramas de F teve distribuição assimétrica e não pode ser ajustada. A mediana do consumo de VL foi de 108g/dia para os dois grupos. Não houve diferença estatística para o consumo entre os grupos. Correlação negativa significativa foi encontrada entre o IMC e o consumo em gramas de VL ($r = -0.446$, $p = 0,002$) e porções de VL ($r = -0,525$, $p < 0,001$). Correlação entre IMC e porções de F não foi significativa.

CONCLUSÃO

O consumo de VL foi maior em idosas com menor IMC, não ocorrendo o mesmo com as frutas. Metade das idosas tiveram consumo usual em porções diárias inferior ao valor de 3 porções/dia de VL. As três porções diárias de frutas foi atingida pelos dois grupos. O aumento do consumo de VL é indicado para as idosas.

Palavras-chave: Consumo alimentar|Frutas |Vegetais|Idosos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Avaliação nutricional de universitários da área de saúde de uma universidade pública de Pernambuco

Fabianny Layza Cavalcante Bezerra¹; Natália Mayara Menezes de Souza²; Camila Bianca Gomes Silva de Lima²; Sabrina Firmino de Melo²; Leopoldina Augusta Souza Sequeira de Andrade²; Poliana Coelho Cabral².

1. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/Ufpe/Cnpq), Recife - PE - Brasil; 2. Curso de Graduação Em Nutrição – Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), Recife - PE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A rotina atarefada, o estresse e o curto tempo para preparar uma refeição saudável são fatores que acarretam o desenvolvimento de maus hábitos alimentares, sendo comum que, perpetuados ao longo da vida adulta, favoreçam o aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis, afetando e diminuindo a qualidade de vida. Para avaliação nutricional as medidas antropométricas são as ferramentas mais usadas nos estudos epidemiológicos e na prática clínica, devido ao seu baixo custo, aceitabilidade pelas pessoas, praticidade de aplicação, além de não causar prejuízo ao indivíduo. O objetivo desse estudo foi realizar a avaliação nutricional de universitários da área de saúde de uma universidade pública de Pernambuco no início da graduação.

MÉTODOS

Estudo transversal, envolvendo 206 calouros matriculados nos cursos de Nutrição, Ciências Biológicas e Enfermagem dos Campis Recife e Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco, que iniciaram entre 2015 e 2016. Os participantes foram avaliados no início do curso, sendo excluídos da pesquisa os estudantes com idade ≥ 40 anos; gestantes; mulheres que já possuíam filhos; portadores de distúrbio alimentar e aqueles que, por condição física, não foi possível mensurar o peso e a altura. A avaliação antropométrica foi realizada segundo técnicas preconizadas por Lohman et al. (1991), por meio da determinação do peso corporal e estatura, utilizando uma balança eletrônica digital Plena, capacidade 150kg com divisão de 100g e um estadiômetro portátil (*Ghrum Polar Manufacture*, Suíça) com precisão de 1mm, respectivamente. As medidas antropométricas foram aferidas em duplicata pelo mesmo avaliador e repetidas quando o erro de aferição entre elas foi maior que 100g para peso e 0,5cm para altura. O valor resultante das aferições foi a média entre as duas medidas mais próximas. O índice de massa corporal foi classificado de acordo com idade e sexo (adolescentes), seguindo a referência antropométrica e os pontos de corte da *World Health Organization* (2007); já os adultos foram classificados segundo os limites de corte de 1995 da mesma entidade. O estudo foi aprovado (CAAE 41423215.6.0000.5208) pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco.

RESULTADOS

A idade média dos participantes foi de $18,2 \pm 0,8$ anos, no qual 71,4% eram do sexo feminino. Segundo o índice de massa corporal, a magreza foi encontrada em 10,7% dos estudantes, 69,4% eram eutróficos e 19,9% apresentavam excesso de peso (sobrepeso + obesidade), prevalecendo a magreza (12,2%) no sexo feminino e a eutrofia (69,5%) e excesso de peso (23,7%) no sexo masculino.

CONCLUSÃO

Um maior índice de desnutrição foi encontrado na população feminina e pode estar relacionado a uma maior preocupação com a imagem corporal, principalmente entre os indivíduos privilegiados financeiramente. Novos estudos devem investigar as causas do excesso de peso e desenvolver políticas públicas que visem sua prevenção.

Palavras-chave: Estudantes|Universidade|Massa corporal|Avaliação nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Benefícios econômicos da Iniciativa Hospital Amigo da Criança

Osvaldinete Lopes de Oliveira Silva¹; Marina Ferreira Rea²; Flávia Mori Sarti².

1. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS - Brasil; 2. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) é uma estratégia custo-efetiva em promover a amamentação na primeira hora de vida e reduzir a mortalidade infantil. Ao mesmo tempo, beneficia os hospitais com incrementos financeiros aos valores dos procedimentos realizados. O objetivo foi verificar se há benefícios econômicos da IHAC com o custo dos partos.

MÉTODOS

Análise descritiva de dados obtidos de uma avaliação econômica de custo-efetividade (ACE) realizada em 6 hospitais públicos, sendo 3 hospitais Amigos da Criança (HAC) e 3 Hospitais não habilitados como Amigos da Criança (HNAC) no município de São Paulo em 2017/2018, cujos resultados da ACE já foram publicados. Foram calculados e comparados os custos médios dos partos nos dois grupos de hospitais segundo tipo de parto e tempo de internação. Sob a perspectiva do prestador de serviço, foram estimados, por microcusteio, os custos diretos específicos relativos aos procedimentos do pré-parto, parto e puerpério, considerando os itens: medicamentos, insumos, exames e recursos humanos. Primeiramente foram identificados os custos relevantes, depois foram quantificados os recursos usados nos procedimentos e, valorados os recursos em moeda corrente. Como custos de manutenção da IHAC foram considerados apenas os valores referentes aos treinamentos anuais e não foram incluídas as economias geradas pelo não uso de fórmulas infantis. A coleta de dados ocorreu mediante análise de prontuários, de protocolos padrão de procedimentos e entrevistas com os profissionais para estimar o tempo médio de cada procedimento com o binômio mãe-bebê. Foram analisados os prontuários de 15% da amostra de mães e os valores médios estimados, por itens de custo, foram imputados às demais mães que se enquadravam nas mesmas categorias de tipo de parto e tempo de internação, por hospitais. Projeto aprovado no CEP da FSP/USP sob o parecer nº 1.811.327 em 08/11/2016

RESULTADOS

A amostra foi composta de 642 mães. O preço médio do parto foi de R\$ 978,86; tendo, o valor de R\$ 1014,12 nos HNAC e R\$ 953,75 nos HAC. Mesmo com o custo de manutenção da IHAC, nos HAC o custo médio foi significativamente menor em 6% comparado ao parto nos HNAC, menor tanto para o custo do parto normal quanto da

cesárea. Em ambos os grupos, o custo dos recursos humanos representou a maior proporção (68,8%) e dos insumos, o menor. Em média, o custo do parto normal foi 46,4% menor que o da cesárea. Considerando que a média mensal de partos nos 6 hospitais incluídos no estudo era de 1.823 partos, estima-se que, se todos os partos fossem em HAC, poderiam ser economizados anualmente, apenas nesses 6 hospitais, o equivalente a R\$ 549.306,36.

CONCLUSÃO

Os partos em HAC apresentaram menores custos representando uma estimativa de importante economia para os serviços de saúde, com benefícios econômicos para a saúde pública, favorecendo assim, a possibilidade de expansão da IHAC no Brasil.

Palavras-chave: Iniciativa Hospital Amigo da Criança|Aleitamento materno|Avaliação econômica

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Busca por informações sobre alimentação e nutrição entre adultos de ambos os sexos

Keila Priscila dos Santos Avelar¹; Sebastião Sousa Almeida¹; Maria Fernanda Laus².

1. Universidade de São Paulo (Usp), Ribeirão Preto - SP - Brasil; 2. Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp)/Universidade de São Paulo (Usp), Ribeirão Preto - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

Devido ao avanço tecnológico as pessoas estão cada vez mais conectadas, interagindo entre si de forma rápida, pesquisando e compartilhando informações sobre diversos temas, produtos e serviços, incluindo saúde e alimentação. Com isso, as mídias sociais se tornaram um meio de comunicação eficaz. Contudo, muitas informações sobre saúde, alimentação e nutrição são equivocadas, o que fortalece preconceitos relacionados ao peso e incentiva um padrão alimentar transtornado. Divulga-se a ideia de que para ter um estilo de vida saudável ou determinado padrão corporal é necessário evitar determinados alimentos e preparações, gerando um terrorismo nutricional. Uma vez que o Brasil está entre os três primeiros países do mundo que mais utilizam mídias sociais, torna-se importante investigar quais são os meios mais utilizados pela população na busca por tais informações. Assim, o objetivo desta pesquisa foi verificar se há procura por informações sobre alimentação e nutrição por homens e mulheres e, caso haja, onde esta busca é feita.

MÉTODO

Trata-se de um estudo observacional, conduzido com base nas diretrizes para Estudos Observacionais em Epidemiologia (STROBE), que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 46354621.4.0000.5407). Participaram da pesquisa 518 indivíduos, de ambos os sexos, com idade entre 18 e 50 anos. Os participantes responderam um questionário pela plataforma REDCap, cujo link foi divulgado por e-mail e redes sociais. Os participantes que deram o aceite no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram direcionados para o questionário, elaborado pelas pesquisadoras, que continha questões sobre sexo, idade, cor da pele, estado civil, se busca por informações sobre alimentação e nutrição e, em caso afirmativo, onde a busca é feita com mais frequência.

RESULTADOS

Dos 518 participantes, 77,6% (n = 402) eram do sexo feminino, 69,9% (n = 362) se declararam brancos e 55% (n = 285) estavam solteiros. A maioria dos homens (66,4%; n = 77) e 86,1% das mulheres (n = 346) relataram buscar informações sobre alimentação e nutrição. Entre os homens, as fontes de procura mais citadas foram sites de busca - Google⁰, Ecosia⁰, Binge⁰ (51,9%; n = 40); seguido por atendimento com nutricionista (19,5%; n = 15); redes sociais - Facebook⁰, Instagram⁰, TikTok⁰ (15,6%; n = 12); e outros - artigos, YouTube⁰, televisão, revistas e jornais (13,0%; n = 10). Entre as mulheres, as fontes mais citadas foram sites de busca (43,6%; n = 151); seguido por redes

sociais (27,5%; n = 95); atendimento com nutricionista (18,8%; n = 65) e outros (10,1%; n = 35).

CONCLUSÃO

Conclui-se que a maioria dos participantes procura informações sobre alimentação e nutrição, e que as principais fontes utilizadas para pesquisa foram sites de busca e redes sociais. Esses achados são relevantes uma vez que apontam que o nutricionista, profissional capacitado para orientar a população sobre o tema, não se configura a primeira opção para ambos os sexos. Apoio: CAPES/PROEX e UNAERP.

Palavras-chave: Pesquisa|Informações nutricionais|Mídias sociais

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Características sociais e nutricionais associadas à força de preensão palmar em adultos e idosos oriundos da atenção primária de Londrina, Paraná.

Vinicius Balan Ramos Coronado; Guilherme Henrique Dantas Palma; Monique Quintiliano Silva; Nayara da Silva Gimenes Peres.
Centro Universitário Filadélfia (Unifil), Londrina - PR - Brasil.

INTRODUÇÃO

A força muscular (FM), medida por meio da força de preensão palmar (FPP), tem sido apontada como importante marcador de saúde e qualidade de vida, e sua manutenção associa-se a autonomia e independência, menor risco de osteoporose, infarto do miocárdio, quedas, e doenças crônicas. A FM reduz com a idade, mas existem fatores biológicos, sociais, nutricionais e comportamentais que podem determinar um aumento ou diminuição da conservação da FM ao longo da vida. Ao considerarmos a FM como importante componente para a manutenção da qualidade de vida, a compreensão dos fatores associados à sua inadequação deve envolver as especificidades de cada população; sendo assim, o objetivo deste trabalho foi verificar a associação entre as características sociodemográficas e de estilo de vida e a FPP de adultos e idosos provenientes de Unidades Básicas de Saúde de Londrina, Paraná.

MÉTODOS

Participaram deste estudo, de caráter transversal e observacional, indivíduos com 35 anos ou mais, homens e mulheres, oriundos das Unidades Básicas de Saúde da área urbana do município de Londrina - PR. Indivíduos foram entrevistados por meio de formulário contendo questões fechadas sobre características sociodemográficas e questionário de frequência alimentar. O peso e a estatura foram auto-relatados; a FPP foi medida com dinamômetro manual (TAKEI SCIENTIFIC INSTRUMENTS CO., LTD., modelo tKK 5401). Indivíduos foram instruídos a realizar duas repetições, utilizando a maior força possível com o membro dominante, assumindo-se o maior valor para a análise. A regressão linear de Poisson foi realizada para verificar a razão de prevalência (RP), considerando a FPP como desfecho, sendo categorizada como “adequada” ou “inadequada”. As análises foram ajustadas por renda, sexo, idade, estado nutricional e nível de atividade física. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos do Centro Universitário Filadélfia (parecer nº 3.297.312, CAAE: 09745119.2.0000.5217).

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 122 pessoas, sendo a maioria (67,2%) mulheres e adultos (59,8%); a mediana de FPP foi menor ($P < 0,05$) em pessoas idosas, mulheres e pessoas com menor escolaridade. A RP de força inadequada foi maior em indivíduos sem companheiro(a) quando comparados aos casados (RP = 1,777, IC95% 1,002-3,192), com

menor frequência de ingestão de leguminosas (RP=1,838, IC95% 1,165-2,899), de frutas e hortaliças (RP=2,112, IC95% 1,193-3,740) e de carne vermelha (RP=1,803, IC95% 1,061-3,063). Indivíduos que eram assistidos em bairros periféricos apresentaram menor prevalência de inadequação de FPP quando comparados aos da região central (RP=0,553, IC95% 0,327-0,936).

CONCLUSÃO

A inadequação de força apresentou associação com a situação conjugal, região da moradia e com a menor ingestão de leguminosas, frutas e hortaliças e carne vermelha, além da idade, sexo e escolaridade dos indivíduos avaliados.

Palavras-chave: Força muscular|Determinantes sociais da saúde|Envelhecimento|Antropometria

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Caracterização das áreas técnicas de alimentação e nutrição dos municípios de Mato Grosso do Sul

Alline Lam Orué; Maria Ligia Rodrigues Macedo; Karine Domingos de Araújo;
Henrique Bello; Bruna Paola Murino Rafacho; Camila Medeiros da Silva Mazzeti.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS - Brasil.

INTRODUÇÃO

A gestão e adequação dos programas e ações de alimentação e nutrição às singularidades locais cabem à Área Técnica de Alimentação e Nutrição (ATAN), de modo a priorizar a organização da atenção nutricional, entre outros temas da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN). Como o estado de Mato Grosso do Sul é campeão em mortes atribuíveis ao excesso de peso num país onde a saúde pública gasta mais de 1 bilhão de reais, por ano, com excesso de peso, o objetivo deste estudo foi analisar a organização da gestão das ações da área de alimentação e nutrição dos municípios, caracterizando os gestores responsáveis pela área, a atuação, governança e financiamento.

MÉTODOS

Trata-se de estudo descritivo, transversal, de abordagem quantitativa e com base em dados primários, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob parecer de número 3.981.748 (CAAE: 20532419.0.0000.0021), no qual um gestor da área de alimentação e nutrição, de cada um dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul, preencheu o questionário “Diagnóstico da Gestão das Ações de Alimentação e Nutrição nos Municípios” via SurveyMonkey®. Utilizou-se o teste de qui-quadrado para comparar municípios com e sem ATAN. Todas as análises foram realizadas pelo programa R Studio 1.4.1717®, adotando nível de significância de 5% ($p \leq 0,05$).

RESULTADOS

Participaram 79 gestores, dos quais, 92,4% eram do sexo feminino, 45,6% enfermeiros e 36,7% nutricionistas, 62% de raça/cor branca, 36,7% parda e apenas 1,3% preta, bem como nenhuma pessoa indígena ou amarela. Foram encontrados 3 gestores sem ensino superior completo em municípios cuja ATAN não constava no organograma da Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Esta ausência no organograma foi congruente com o desconhecimento de questões como alocação de recursos, ações e metas de alimentação e nutrição nos relatórios e planos da SMS; enquanto a presença coincidiu com mais respostas positivas sobre haver responsáveis técnicos formalmente indicados, política de alimentação e nutrição municipal, metas da área, elaboração de materiais orientativos e participação em processos decisórios de planejamento e gestão da SMS. Porém, no contexto geral do estado, a gestão financeira mostrou-se tão incipiente que

financiamentos específicos da área eram desconhecidos, subutilizados ou totalmente desprezados.

CONCLUSÃO

A composição das equipes revela desigualdade social no estado, pois ocupar cargo de gestor foi oportunidade mais frequente para pessoas brancas. As falhas encontradas na organização e gestão da ATAN, principalmente nos municípios em que esta não consta no organograma, esclarecem, em parte, causas da grave situação do estado no que tange o excesso de peso, mesmo com recursos destinados à área de alimentação e nutrição. Este estudo pode alicerçar a criação de estratégias de intervenção, como a orientação quanto ao acesso e utilização dos recursos.

Palavras-chave: Administração de Serviços de Saúde|Atenção Primária à Saúde|Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação|Gestão em Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Caracterização do perfil dos pacientes atendidos pelo serviço de nutrição do Programa Melhor em Casa em um município da região sudoeste de Goiás.

Júlia Alves Cotrim.

Instituto Federal Goiano - Campus Urutai, Goiania - GO - Brasil.

INTRODUÇÃO

O programa melhor em casa (PMC) oferece atendimento domiciliar para pacientes que têm dificuldade para se locomover até a unidade básica de saúde (UBS) ou que o tratamento pode ser realizado em casa. É um programa importante para diminuir internações desnecessárias e infecções para o paciente. O objetivo é descrever o perfil epidemiológico dos pacientes atendidos no Programa Melhor em Casa (PMC), pela equipe do Serviço de Atenção Domiciliar de um município da região sudoeste de Goiás.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, cujos dados foram obtidos por meio de consulta ao Boletim de Vigilância Nutricional de 19 de maio de 2022 município de Caldas Novas, Goiás. Os dados usados neste estudo são de domínio público. Foram analisados dados sociodemográficos (sexo e idade); atenção paliativa, condições crônicas, via de alimentação e objetivo de atendimento. Os dados foram tabulados em planilhas do programa Microsoft Excel. Foi realizada uma análise descritiva e apresentada em frequências relativas e absolutas.

RESULTADOS

Foi analisado os atendimentos realizados em maio de 2022. Foram atendidos pelo serviço de nutrição 26 pacientes, sendo a maior parte do sexo masculino (61,5%; n=16). Em relação a faixa etária, foram atendidos indivíduos de 10 a 19 anos (11,5%; n=3); 20 a 29 anos (7,7%; n=2); 30 a 39 anos (7,7%; n=2); 45 a 59 anos (11,5%; n=3); 60 a 69 anos (7,7%; n=2); 70 a 79 anos (26,9%; n=7) e com 80 anos ou mais (26,9%; n=7). Mais da metade dos pacientes estão sob os cuidados paliativos (61,5%; n=16). As condições crônicas mais prevalentes foram: acidente vascular cerebral (AVC) (38,5%; n=10), paralisia cerebral (19,2%; n=5), transtornos mentais (11,5%; n=3) e câncer (7,7%; n=2). Observou-se que as vias de alimentação mais usadas foram a gastrostomia (57,7%; n=15) e a sonda nasoenteral (19,2%; n=5). Em relação ao objetivo de atendimento, o tratamento para a desnutrição foi o mais prevalente (92,3%; n=24).

CONCLUSÃO

O presente estudo mostrou que os idosos (≥ 60 anos de idade) representam mais da metade do perfil de pacientes atendidos pelo PMC e, mais da metade encontram-se em cuidados

paliativos. O acidente vascular cerebral (AVC) foi a condição crônica mais prevalente nestes indivíduos. A gastrostomia foi a via de alimentação mais utilizada. A desnutrição foi o problema nutricional mais prevalente nestes indivíduos. O PMC permite caracterizar o perfil sociodemográfico e epidemiológico do paciente atendido pelo programa, a fim de avaliar a demanda de serviço nesse setor com vista na melhoria e adequação do tratamento disponibilizado por essa nova modalidade de atendimento do Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Idoso|Sistema Único de Saúde|Cuidados Paliativos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Caracterização dos agricultores beneficiários do PNAE do município de Lagarto/SE

Suzana Alves de Jesus; Anny Karoline Santana Rocha; Milena do Nascimento Silva; Vivianne de Sousa Rocha; Barbara Melo Santos do Nascimento; Diva Aliete dos Santos Vieira.

Universidade Federal de Sergipe - Ufs, Lagarto - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar contribui para o desenvolvimento do país através da produção de alimentos base. Nesse sentido, diversas políticas públicas têm sido traçadas com o intuito de fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento local. Diante disso, torna-se necessário avaliar a efetividade de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Este trabalho propôs caracterizar os agricultores familiares beneficiados pelo PNAE do município de Lagarto, Sergipe.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal com amostra conveniência de agricultores que fornecem alimentos para o PNAE do município de Lagarto, Sergipe. A informação sobre os agricultores, empreendedor familiar rural ou cooperados que fornecem produtos ao PNAE foi obtida por meio da publicação do resultado da Chamada Pública do município de Lagarto referente ao ano de 2020. Foram coletadas informações referentes ao sistema produtivo utilizado, variedades produzidas, tempo de participação no programa do PNAE, tipo de assistência técnica recebida no último ano, por meio de questionário estruturado. O presente trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (UFS), (parecer número 3.509.933). Todas as análises foram realizadas utilizando o software R®, versão 3.5.1, com nível de significância estatística de 5%.

RESULTADOS

A amostra é composta por 12 agricultores familiares. Observou-se que o principal sistema produtivo adotado pelos agricultores foi o tradicional. Ao serem questionados quanto o recebimento de assistência técnica, todos foram unânimes ao relatarem que nunca recebem qualquer tipo de assistência técnica e rural. Todos os agricultores entrevistados cultivam os alimentos com sistema de irrigação. A maioria fornece há menos de dez anos e relatam consumir os alimentos que produzem. Os principais benefícios relatados pelos agricultores a respeito do fornecimento dos gêneros alimentícios para o PNAE foram o melhor preço do mercado e renda fixa mensal. Em relação as desvantagens citaram a baixa frequência de fornecimento. Observa-se que os principais gêneros cultivados pelos agricultores foram frutas e tubérculos, com destaque para o maracujá, mandioca, acerola, laranja e banana. A maior parte dos alimentos fornecidos ao PNAE são hortaliças, frutas

e tubérculos. Há também alguns produtos beneficiados pelas cooperativas como farinha de mandioca, beju de tapioca, bolos, broa e polpa de frutas.

CONCLUSÃO

A partir dos achados do presente estudo observa-se que os agricultores familiares beneficiários do PNAE não recebem qualquer tipo de assistência técnica e rural, o que pode levar a perdas na produção e baixos rendimentos, interferindo na qualidade dos alimentos produzidos. Apesar disso, nota-se uma variedade no fornecimento de gêneros alimentícios que estimulam a cultura alimentar, além de contribuírem para o fornecimento de uma alimentação nutricionalmente adequada aos escolares, contribuindo para promoção a saúde.

Palavras-chave: Agricultura|Alimentação escolar|Políticas públicas

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Cárie e anemia em crianças em instituições de acolhimento institucional

Adriana César da Silveira¹; Álvaro Jorge Madeiro Leite²; Poliana Coelho Cabral³; Pedro Israel Cabral de Lira³.

1. Hospital Universitário Walter Cantídio, Fortaleza - CE - Brasil; 2. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil; 3. Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A cárie e a anemia, sobretudo na faixa etária pediátrica, ainda representam grandes problemas de saúde pública no Brasil. Embora em declínio, a prevalência de cárie ainda exige atenção, visto que, assim como a anemia, têm consequências que podem comprometer os indivíduos biológica e socialmente. O objetivo desse trabalho foi verificar a frequência de cárie e anemia em crianças residentes em instituições de acolhimento e a relação com o estado nutricional.

METODOLOGIA

Estudo transversal, descritivo realizado em cinco instituições de acolhimento de um estado do Nordeste brasileiro, com crianças de até 60 meses de idade, entre maio e agosto de 2017. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco protocolo 2.019.560 de 18 de abril de 2017. Os dados coletados foram sexo, idade, tempo de acolhimento institucional, anemia, cárie, peso e altura.

A avaliação odontológica foi realizada por uma cirurgiã-dentista, utilizando o odontograma para o cálculo do índice ceo-d, que indica dentes cariados (c), dentes com extração indicada (e) e dentes obturados (o). A anemia foi determinada pela dosagem de hemoglobina (Hgb) capilar, utilizando-se o fotômetro portátil *HemoCue*. Consideraram-se anêmicas crianças com seis meses ou mais com Hgb<11g/dL, e Hgb<9,5g/dL nos menores de seis meses, conforme pontos de corte da Organização Mundial da Saúde.

Para a avaliação antropométrica os índices utilizados foram estatura-para-idade (E/I) e o índice de massa corporal para a idade (IMC/I), de acordo com a idade e sexo, expressos em escore-z, utilizando-se o *software* Anthro v3. 2.2, 2006 da Organização Mundial da Saúde.

RESULTADOS

Constituíram a amostra 63 crianças de 1 a 60 meses de idade ($30,0 \pm 16,4$ meses), a maioria do sexo feminino (52,4%). Vinte e três crianças (36,5%) estavam há mais de um ano nas instituições. Apenas cinco crianças (9,43%) apresentaram cárie dentária e não houve associação com o tempo de acolhimento ($p=0,153$). O índice ceo-d da população foi de 0,28, e variou de 0,00 a 0,66 entre as instituições. Três crianças não aceitaram a realização do exame odontológico. Das sete que ainda não possuíam dentes, a idade

variou de 1 a 11 meses. A frequência de anemia foi de 22% (14 crianças), e esteve associada ao tempo de acolhimento, sendo maior nas crianças que estavam a menos de 12 meses nas instituições ($p=0,024$). Uma criança se recusou a fazer a coleta de sangue.

A frequência de baixa estatura foi de 22,2%, não estando associada nem à cárie ($p=0,068$), nem à anemia ($p=0,472$). Pelo índice IMC/I, 87,3% estavam eutróficas. Não houve relação entre o IMC/I e anemia ($p=0,184$) ou cárie ($p=0,117$).

CONCLUSÃO

A frequência de anemia na amostra estudada foi alta e esteve associada ao tempo de acolhimento, sendo maior nas crianças que estavam a menos de 12 meses nas instituições. A frequência de baixa estatura também foi alta, porém baixa a de cárie. Não houve relação entre o estado nutricional e anemia e a cárie.

Palavras-chave: estado nutricional|nutrição |institucionalização

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Cartilhas brasileiras sobre alimentação e nutrição no contexto da pandemia de covid-19: análise de conteúdo temática

Táisa Alves Silva¹; Ana Flávia de Sousa Silva¹; Camila Cremonesi Japur¹; Poliana Cardoso Martins²; Thamara Smaniotto Buttros¹; Fernanda Rodrigues de Oliveira Penaforte³.

1. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP - Brasil; 2. Universidade Federal da Bahia, Salvador - BA - Brasil; 3. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

Durante a pandemia de Covid-19 diversas restrições nas interações sociais foram impostas, modificando o cotidiano, o estilo de vida, o bem-estar psicológico e trazendo preocupações em relação ao consumo de alimentos e de contaminação por essa via. Com o intuito de promover educação em saúde, diversas cartilhas sobre alimentação e nutrição foram elaboradas. Dessa forma, este estudo teve como objetivo analisar o conteúdo de cartilhas brasileiras sobre alimentação e nutrição elaboradas no contexto da pandemia de Covid-19.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório, com análise de conteúdo temática de cartilhas sobre alimentação e nutrição disponibilizadas durante a pandemia. As cartilhas foram selecionadas em abril de 2021, utilizando como critérios: conter orientações sobre alimentação e nutrição durante a pandemia de Covid-19; foco na população brasileira; ser produzida por organizações oficiais brasileiras de alcance nacional, com foco em saúde ou nutrição e sem vínculo com instituições de ensino; escrita em português brasileiro; publicada no primeiro ano da pandemia (março de 2020 a março de 2021); estar disponível na internet gratuitamente.

RESULTADOS

Quatro cartilhas foram selecionadas e após análise, foram observados três eixos temáticos: (1) Planejamento das refeições; (2) Higienização das compras e alimentos; e (3) Alimentação saudável e escolha dos alimentos. O primeiro eixo temático, “Planejamento das refeições”, engloba orientações sobre a organização das compras de alimentos, armazenamento e preparo das refeições, ressaltado a importância do planejamento para evitar desperdícios. O segundo eixo, “Higienização das compras e alimentos”, esclarece as dúvidas sobre o contágio da Covid-19 por meio de alimentos, focando nas formas corretas de higienização de alimentos, superfícies e objetos. Já o

terceiro eixo, “Alimentação saudável e escolha dos alimentos”, possui orientações baseadas no Guia Alimentar para a População Brasileira, incentivando o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados e a prática culinária, e enfatizando a relação entre o consumo de alimentos ultraprocessados e o aumento do risco de doenças crônicas não transmissíveis, principalmente pela preocupação do ganho de peso corporal durante a pandemia devido à redução de atividades físicas, sofrimento emocional e comer excessivo.

CONCLUSÃO

As cartilhas analisadas orientam sobre aspectos práticos importantes da alimentação e nutrição no período da pandemia de Covid-19, esclarecendo dúvidas da população. Contudo, observou-se lacunas em relação às reflexões sobre a multidimensionalidade das práticas alimentares, dos fatores ambientais, políticos e econômicos, incluindo a insegurança alimentar, que interferem nas escolhas alimentares, expandindo o conceito de alimentação saudável para além de questões ancoradas no peso corporal e aspectos nutricionais dos alimentos.

Palavras-chave: Infecções por Coronavírus|Educação Alimentar e Nutricional|Comportamento Alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Casos novos e gastos federais atuais com o câncer colorretal atribuíveis à inatividade física, má alimentação e nutrição no Brasil

Thainá Alves Malhão; Bruna Pitasi Arguelhes; Fabio Fortunato Brasil de Carvalho;
Luciana Grucci Maya Moreira; Maria Eduarda Leão Diogenes Melo.
Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca), Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O câncer colorretal tem importante impacto na vida das pessoas, famílias e sociedade. No Brasil, é o segundo câncer mais incidente. A cada ano, são, aproximadamente 41.000 casos novos diagnosticados e 19.000 óbitos pela doença em toda a população. Entre 2020 e 2040, projeta-se um aumento de 77% no número de casos novos e 86% nas mortes por câncer colorretal no país. Com o intuito de fornecer subsídios técnicos para a gestão estratégica no Sistema Único de Saúde (SUS), este estudo teve como objetivo avaliar o impacto da exposição aos fatores de risco relacionados à alimentação, nutrição e atividade física nos casos novos e gastos federais atuais com o tratamento do câncer colorretal no Brasil.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de avaliação econômica em saúde que aplicou a metodologia de macrocusteio. Considerou-se um intervalo de cerca de 10 anos entre o eventual desenvolvimento de câncer colorretal e a exposição ao excesso de peso, baixo consumo de fibras, atividade física insuficiente no lazer, consumo de carne vermelha acima do recomendado (500 gramas por semana) e o consumo de carne processada e de bebidas alcoólicas em quaisquer quantidades. Calculou-se a fração do impacto potencial (FIP), usando os riscos relativos do *World Cancer Research Fund* e a prevalência em adultos ≥ 20 anos que dependem exclusivamente do SUS de inquéritos nacionais conduzidos em 2008. No modelo de macrossimulação, também foram incluídas as estimativas de casos novos de câncer colorretal em pessoas com ≥ 30 anos ocorridos em 2020 do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva, e os gastos federais com pacientes oncológicos ≥ 30 anos atendidos em 2018 oriundos dos Sistemas de Informação Ambulatorial e Hospitalar do SUS. Por fim, estimaram-se os casos novos e gastos atribuíveis, multiplicando a FIP pelos casos novos e gastos com o tratamento oncológico, respectivamente.

RESULTADOS

Em conjunto, os fatores de risco avaliados foram responsáveis por 11.741 casos novos em 2020 e R\$ 159 milhões dos gastos federais diretos em 2018 com o câncer colorretal, o que representa cerca de 29% tanto dos casos novos com ≥ 30 anos ($n=40.428$), quanto dos gastos totais com a doença (R\$ 545 milhões). O fator de risco com maior impacto econômico e no número de casos novos foi o baixo consumo de fibras (11%), seguido da

atividade física insuficiente no lazer (9%), consumo de carne processada (5%), consumo de carne vermelha acima do recomendado (3%), consumo de bebida alcoólica (3%) e excesso de peso (2%).

CONCLUSÃO

Esses achados reforçam que estratégias de prevenção primária voltadas à promoção da alimentação saudável, da manutenção de peso corporal adequado, da prática de atividade física e da redução do consumo de bebidas alcoólicas podem evitar os casos novos por câncer colorretal, bem como reduzir os gastos com a doença no Brasil.

Palavras-chave: Neoplasias colorretais|Prevenção & controle|Alimentos, dieta e nutrição|Exercício físico|Risco atribuível à população

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Cidades saudáveis e a prevenção da obesidade infantil: perspectivas brasileiras

Tatiane Nunes Pereira; Ariene Silva do Carmo; Ana Maria Thomáz Maya Martins; Marília Barreto Pessoa Lima Rodrigues; Ana Maria Cavalcante de Lima; Gisele Ane Bortolini.

Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição - Ministério da Saúde, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade infantil é um grande problema de saúde pública no Brasil. Os ambientes em que estamos inseridos influenciam as escolhas alimentares e a prática da atividade física, alguns dos determinantes da obesidade. Nesse cenário, o Ministério da Saúde lançou a Estratégia Nacional de Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil (Proteja) em 2021, que objetiva deter o avanço da obesidade infantil, baseando-se em adesão voluntária de municípios ao incentivo financeiro para apoio à implementação da Estratégia. Dos 1331 municípios elegíveis, por critérios pré-definidos, 1320 (99,1%) responsabilizaram-se pela agenda. A estratégia inclui ações essenciais obrigatórias e adesão voluntária a, no mínimo, cinco dentre 41 ações complementares. Algumas dessas ações são voltadas à criação de ambientes saudáveis. Assim, o objetivo desse trabalho é analisar a contribuição do Proteja para a construção de cidades saudáveis.

MÉTODOS

Trata-se de estudo descritivo, desenvolvido a partir das informações do Sistema de adesão a incentivo financeiro para a estruturação da Atenção Primária à Saúde (APS), disponível no portal e-Gestor do Ministério da Saúde, sobre as metas existentes e pactuadas pelos municípios que realizaram adesão ao Proteja em 2021, conforme a Portaria GM/MS Nº 1.863, de 10 de agosto de 2021. A análise descritiva contemplou o cálculo da distribuição de frequências relativas e absolutas para as variáveis do estudo.

RESULTADOS

Foi identificado que 55,7% (n=34) das ações essenciais e complementares são estruturantes por promoverem mudanças ambientais, garantindo apoio ou proteção à alimentação adequada e saudável e à atividade física. Dessas, 5 (14,7%) são essenciais e 29 (85,3%) são complementares. Os principais componentes do ambiente alimentar que a Estratégia induz melhorias são as escolas e o ambiente comunitário, por terem ações essenciais relacionadas. Entre os municípios com adesão ao Proteja, 1228 (93%) se comprometeram a realizar alguma ação complementar estruturante, sendo que as mais pactuadas foram “garantir a oferta gratuita de água potável nas escolas da rede pública” (58,6%), “efetivar as compras mínimas de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar” (33,3%) e “investir na adaptação e adequação de equipamentos de atividade física para crianças com obesidade” (22,3%).

CONCLUSÃO

Considerando a importância da implementação de ações que atuem nos múltiplos determinantes da obesidade infantil, o Proteja contempla um conjunto de ações que, poderão apoiar a reversão do cenário de obesidade infantil no país. Deste modo, com a Estratégia, espera-se que os gestores públicos de diversos setores possam reconhecer a obesidade infantil como um problema prioritário de saúde pública e compartilhar a responsabilidade na implementação de medidas efetivas para a prevenção e atenção à obesidade infantil, transformando seus municípios em cidades mais saudáveis.

Palavras-chave: Criança|Adolescente|Obesidade|Política Pública|Intersetorialidade

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Cobertura e ações da gestão do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional em Mato Grosso do Sul, 2009-2019

Francielle Perini Zanatta¹; Osvaldinete Lopes de Oliveira Silva²; Arthur de Almeida Medeiros².

1. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Amambai - MS - Brasil; 2. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS - Brasil.

INTRODUÇÃO

O SISVAN objetiva fornecer dados sobre a situação nutricional e alimentar da população usuária do SUS para a formulação de ações, programas e políticas que visem tanto à promoção da alimentação adequada e saudável, como a prevenção e o tratamento de agravos nutricionais. Estudos nacionais apontam baixa cobertura do sistema, em Mato Grosso do Sul há poucos estudos que utilizaram dados do SISVAN. O objetivo desse estudo foi avaliar a tendência temporal de cobertura do SISVAN e identificar as ações desenvolvidas pela gestão que potencializam a Vigilância Alimentar e Nutricional nos municípios sul-mato-grossenses.

MÉTODOS

Pesquisa analítica, quantitativa e transversal, com coleta de dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados através de questionário eletrônico aplicado aos coordenadores municipais do SISVAN, em 2022, investigando perfil do coordenador e ações realizadas na Atenção Primária à Saúde. Os dados secundários foram provenientes do SISVAN web de relatórios públicos segundo o indicador peso para altura no período de 2009 a 2019, e de acesso restrito para cobertura de marcadores de consumo alimentar no período de 2015-2019, de crianças menores de 5 anos e as estimativas populacionais preliminares elaboradas pelo Ministério da Saúde. A cobertura do Estado nutricional (EN) e Marcadores de consumo alimentar (MCA) foram considerados variáveis de desfecho. Para a análise da tendência temporal da cobertura foi realizada regressão Joinpoint e para associação das variáveis a regressão logística bivariada e multivariada com nível de significância de 95%.

RESULTADOS

Participaram do estudo 34 municípios. A média da cobertura de estado nutricional dos municípios passou de 23,1% em 2009 para 33,6% em 2019, os marcadores de consumo alimentar de 1,8% em 2015 para 3,1% em 2019. Identificou-se tendência temporal de aumento significativo da cobertura do estado nutricional com variação percentual anual média de 3,7%. A minoria dos coordenadores do SISVAN executam ações de gestão do sistema. Entre os municípios que apresentaram equipamentos antropométricos suficientes

a chance de ter a cobertura do estado nutricional acima da média nacional foi de 6 vezes, de 5 vezes para aqueles que tinham equipamentos em boas condições de uso, de 5 vezes para aqueles que apresentaram formulários impressos e de 4 vezes para aqueles que receberam capacitação. Entre os municípios que receberam capacitação para marcadores de consumo alimentar a chance de ter a cobertura acima da média nacional foi de 4 vezes com uma marginal significância.

CONCLUSÃO

Houve aumento discreto da cobertura do SISVAN no período analisado, sendo necessário melhorar a organização da vigilância nutricional nos municípios para potencializar a cobertura, com maior comprometimento da gestão na disponibilidade de recursos para estrutura e capacitação dos profissionais que fazem a gestão e alimentam o sistema.

Palavras-chave: Saúde da família|Vigilância Nutricional|Atenção Primária à Saúde|Gestão em Saúde|Monitoramento

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Comida de rua: perfil dos manipuladores de alimentos e necessidades de conhecimentos sobre a gestão do negócio e das boas práticas de fabricação

Maria das Graças G. de A. Medeiros; Manoela Pessanha da Penha; Ivaniely Furtado da Anunciação; Ingrid Silva da Costa Corrêa; Maristela Soares Lourenço; Jane Silva Maia Castro.

Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

A comida de rua representa um importante segmento de mercado com impacto na geração de emprego e renda e valorização da cultura alimentar, mas pode configurar um problema de saúde pública devido ao risco de doenças transmitidas por alimentos que acometem milhares de pessoas anualmente no mundo, com risco de morte. Os ambulantes de comida de rua, também denominados manipuladores de alimentos, trabalham nas ruas, praças e feiras e são considerados, segundo estudos, uma importante via de contaminação microbiológica dos alimentos, tendo vista a falta de conhecimento técnico, a inadequação das condições de trabalho e a carência de regulações sanitárias para este comércio. Neste contexto, o conhecimento sobre as boas práticas na manipulação de alimentos, é relevante, tendo em vista que o profissional participa de todas as etapas da produção dos alimentos. Este trabalho teve como objetivo conhecer o perfil dos manipuladores da comida de rua no município de Niterói/RJ, assim como analisar o conhecimento sobre a gestão da atividade laboral e sobre as boas práticas de fabricação.

MÉTODOS

Pesquisa aplicada e descritiva, de abordagem qualitativa e quantitativa, realizada com 67 manipuladores do segmento da comida de rua, residentes no município de Niterói/RJ, participantes de um curso online de capacitação profissional, em 2021. Instrumento de pesquisa, questionário formato *Google Forms*®, enviado por *e-mail* na inscrição do curso, com 56 perguntas sobre: aspectos socioeconômicos, laborais e de boas práticas de fabricação. Tratamento estatístico semiquantitativo, descritivo exploratório, por meio das frequências das variáveis e Teste Exato de *Fisher*, nível de 5% de significância ($p < 0,05$). Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (nº 46526521.0.0000.5243).

RESULTADOS

Manipuladores, em sua maioria, mulheres (85,1%); renda familiar predominante, entre as faixas da população economicamente ativa, entre R\$ 1.908,00 e R\$ R\$5.724,00 (53,8%). Grau de instrução da maior parcela de participantes sendo o Ensino Superior Incompleto (35,8%). Aspectos laborais: 46,3% informaram terem mais de 48 meses de atuação neste segmento; 47,8% tinham experiência anterior na área de alimentos; 73% tinham

conhecimento sobre as Boas Práticas de Fabricação de Alimentos; 75% afirmaram terem feito treinamento sobre o tema; 70,1% disseram trabalhar na informalidade; 72,7% atuam nesse comércio por escolha; 46,3% fazem controle de estoque e 62,5% fazem controle de caixa.

CONCLUSÃO

À medida que se observa a consolidação desse segmento, de importância social e econômica, mas com um potencial de risco sanitário associado, assim como a insuficiência de trabalhos científicos nesta área, faz-se necessário a ampliação de estudos sobre o comércio de comida de rua e projetos que viabilizem a formação profissional, desses atores sociais, sobre as boas práticas de fabricação e do comércio de alimentos.

Palavras-chave: Alimentos de rua|Segurança dos alimentos|Boas práticas de fabricação|Inocuidade dos alimentos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Comparação de anticorpos neutralizantes no leite e no sangue de lactantes vacinadas para SARS-COV-2: uma revisão sistemática

Ianne Stéfani Angelim Vieira; Daniele Marano Rocha; Fernanda Mazzoli; Marina Machado Vilarim de Castro; Fernanda Rebelo.
Fiocruz, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

Alguns estudos verificaram que a vacinação contra o novo coronavírus induz resposta efetiva de titulação de anticorpos neutralizantes no sangue e leite materno. Salienta-se que os estudos que analisaram a transferência de anticorpos para os recém-nascidos através do leite materno após a vacinação ainda são escassos, sobretudo no Brasil. Além disso, a maioria dos artigos publicados considerou a transferência de imunidade mãe-feto em mulheres recuperadas da COVID-19 e não vacinadas e/ou analisaram leite e/ou sangue isoladamente. Portanto, este estudo, através da realização de uma revisão sistemática, objetiva comparar a presença de anticorpos no sangue e no leite humano de lactantes vacinadas contra o vírus SARS-CoV-2 em relação àquelas não vacinadas.

MÉTODOS

Foi realizada revisão sistemática e efetuado o registro no PROSPERO com número de registro CRD42021287554. O estudo foi realizado de acordo com as diretrizes do PRISMA. O escopo da pesquisa foi sistematizado por meio do modelo PICO. Foram considerados elegíveis os estudos de coorte, caso-controle e transversal que avaliaram a presença de anticorpos neutralizantes contra o SARS-CoV-2 no leite e no sangue de lactantes vacinadas e que tiveram como grupo controle lactantes não vacinadas.. Construiu-se a estratégia de busca sistematizada, com a utilização dos descritores DeCs, MeSH e Entree para as bases de dados BVS, Medline/Pubmed e Embase, respectivamente. Já para as bases multidisciplinares Web of Science e Scopus foi feita adaptação da redação da estratégia. Foram identificados os estudos que continham as palavras-chave: *COVID-19*, *human milk*, *vaccine*, e *antibodies* e seus correspondentes em português. O risco de viés de todos os artigos incluídos foi avaliado através da ferramenta de avaliação Newcastle-Ottawa Scale.

RESULTADOS

As buscas nas bases de dados identificaram 233 registros. Após a remoção de 128 que estavam duplicados, foram lidos os títulos e resumos de 105 e excluídos 94 destes. Com a leitura na íntegra de 11 artigos, 4 estudos de coorte foram considerados elegíveis e, assim, incluídos nesta revisão sistemática. Os resultados destes estudos apontaram que, após a vacinação com os imunizantes Pfizer-BioNTech e Moderna, as lactantes apresentaram respostas de anticorpos contra o vírus SARS-CoV-2 tanto no sangue quanto no leite materno.

CONCLUSÃO

Como as lactantes vacinadas contra o vírus SARS-CoV-2 apresentam maior expressão de anticorpos em relação àquelas não vacinadas, é provável que, além da proteção materna contra COVID-19, a imunização também forneça imunidade neonatal através da amamentação.

Palavras-chave: COVID-19|Leite humano|Vacina|Anticorpos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Comparação do ambiente alimentar comunitário antes e durante a pandemia de Covid-19

Milene Cristine Pessoa¹; Olivia Souza Honório²; Gabriela Reis Martins¹; Melissa Luciana de Araújo²; Larissa Loures Mendes¹.

1. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG - Brasil; 2. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19, ocasionou diversos efeitos no mundo, tanto no âmbito econômico como nos aspectos relacionados a saúde e nutrição. Contudo, ainda não se sabe qual a dimensão dos efeitos da pandemia em relação ao ambiente alimentar comunitário. Diante disso, o presente estudo tem o objetivo de comparar as características do ambiente alimentar comunitário antes e durante o primeiro ano da pandemia de COVID-19.

MÉTODOS

Estudo ecológico, realizado na cidade de Belo Horizonte. Foram analisados dados da disponibilidade de estabelecimentos que comercializam alimentos referente aos anos de 2019 e 2020. Os dados foram obtidos junto a Secretaria Estadual de Fazenda do estado de Minas Gerais. Como unidade de análise utilizou-se os setores censitários. As variáveis sociodemográficas utilizadas são do Censo de 2010 (renda, população, números de pessoas alfabetizadas e número de pretos e pardos) e do CIDACS (Índice de Privação do Brasil). Os estabelecimentos que comercializam alimentos foram agrupados em três categorias, de acordo com o estudo da CAISAN, sendo elas: (1) estabelecimentos de aquisição de alimentos *in natura*; (2) estabelecimentos mistos e (3) estabelecimentos de aquisição de alimentos ultraprocessados. Ademais, foi calculado a existência de desertos alimentares na cidade, pelo cálculo da densidade de estabelecimentos saudáveis (estabelecimentos de aquisição *in natura* mais os estabelecimentos mistos) por 10 mil habitantes. Sendo que os setores censitários abaixo do percentil 25 da distribuição da densidade de estabelecimentos saudáveis foram classificados como desertos alimentares. Os dados serão apresentados em frequência absoluta e relativa, e mediana e intervalo interquartil (p25-p75). As frequências foram comparadas pelo teste qui-quadrado e as medianas pelo teste de Wilcoxon. Valor de p adotado foi 0,05. Foram construídos mapas coroplégico para demonstrar a distribuição dos estabelecimentos e dos desertos alimentares. Os softwares utilizados foram o SPSS 19.0 e QGIS 2.14.3.

RESULTADOS

Houve aumento significativo no total de estabelecimentos que comercializam alimentos de 2019 para 2020 (9,00-10,00; $p < 0,0001$), porém reduziu o número de estabelecimentos de aquisição de ultraprocessados (3,00-2,00; $p < 0,0001$). Aumento o percentual de setores censitários classificados como desertos alimentares (16,1% – 23,9%), sem que em ambos os

anos os desertos foram mais frequentes em áreas de maior privação (22,2% - 30,9%). A concordância entre os setores censitários identificados desertos alimentares nos anos de 2019 e 2020 foi baixa (valor Kappa = 0,423).

CONCLUSÃO

Uma provável explicação para a redução no número dos estabelecimentos de aquisição de alimentos ultraprocessados pode ser as medidas restritiva que foram implementadas durante a pandemia. Houve piora das características do ambiente alimentar comunitário quando se avalia a existência dos desertos alimentares.

Palavras-chave: COVID-19|Saúde Pública|Nutrição|Ambiente Construído|Desertos Alimentares

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Comparação do hábito alimentar de adultos, moradores do estado de São Paulo, no período antes e durante a pandemia da Covid - 19.

Carolina Carpinelli Sabbag Maziero; Rafaela da Silva Marinho; Mirlene Dantas dos Santos; Gislane Silva Araújo.
Universidade Paulista, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

Devido ao período de pandemia da Covid-19 e o período de isolamento social, diversos serviços tiveram de ser paralisados. Durante esse período, diversas vulnerabilidades foram expostas e algumas mudanças nos hábitos alimentares da população foram observados. Para alguns indivíduos ocorreu a diminuição do acesso aos alimentos, para outros houve um aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, e também houveram aqueles que foram impactados de forma positiva, melhorando os hábitos alimentares devido à maior tempo dentro de casa e em companhia da família, podendo destinar mais tempo à alimentação.

OBJETIVO

O objetivo deste estudo foi comparar as características dos hábitos alimentares no período anterior e durante a pandemia da Covid-19.

MÉTODOS

Foi realizado um estudo transversal, com análise quantitativa de dados, para verificar possíveis alterações nos hábitos alimentares da população durante o período de pandemia da Covid-19, em comparação com o período anterior à pandemia. Foi aplicado um questionário contendo 58 questões, e para atingir os objetivos propostos por este estudo foram utilizadas 15, das 58 questões realizadas pela pesquisa completa. A amostra foi constituída por 121 adultos, de ambos os sexos, moradores do estado de São Paulo. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário eletrônico, realizado pela plataforma Google Forms®, aplicado via link e divulgado nas redes sociais.

RESULTADOS

Observou-se que, durante o período de pandemia, comparado ao período anterior, 39,7% dos participantes da pesquisa passaram a cozinhar suas refeições diariamente e 4,3% dos indivíduos dedicaram mais tempo à realização das refeições. A pesquisa mostra ainda ser

um hábito comum entre os participantes, tanto no período anterior, quanto no período de pandemia, realizar as refeições à mesa e utilizar telas durante essas refeições com frequência maior que 70% para esses hábitos. O hábito de realizar as refeições com alguma companhia foi maior que 68% entre os participantes tanto antes quanto durante o período de pandemia.

CONCLUSÃO

A partir dos dados apresentados, foi possível identificar algumas mudanças na forma de se alimentar, nos adultos moradores do estado de São Paulo, avaliados pelo estudo. Quando comparamos o período anterior e durante a pandemia de Covid -19, observamos algumas mudanças, de maneira positiva, como a alteração do hábito de cozinhar as próprias refeições durante a pandemia, um maior tempo dedicado a essas refeições e a realização das refeições em companhia.

Palavras-chave: Pandemia|Covid-19|Hábitos alimentares

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Comportamento alimentar e percepção da qualidade de vida na população trans

Henrique Bello¹; Karine Domingos de Araújo¹; Kévin Allan Sales Rodrigues²; Bruna Paola Murino Rafacho¹; Camila Medeiros da Silva Mazzeti¹.

1. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS - Brasil; 2. Universidade de São Paulo, Campo Grande - MS - Brasil.

INTRODUÇÃO

Pessoas trans sofrem barreiras sociais e culturais devido às percepções de feminino e masculino na sociedade atual, sofrendo com níveis elevados de insatisfação corporal devido a disforia de gênero e fatores sociais, podendo gerar pior percepção da qualidade de vida e pode aumentar o risco para desenvolvimento de transtornos alimentares. Objetiva-se elucidar os fatores associados à qualidade de vida da população trans, entre eles a disforia de gênero, percepção da imagem corporal, nível de satisfação corporal e comportamento alimentar.

MÉTODOS

Trata-se de estudo descritivo, transversal, de abordagem quantitativa e com base em dados primários, submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob CAAE: 47949621.7.0000.0021. Participaram do estudo 181 pessoas trans, respondendo em forma on-line ao questionário sociodemográfico, questionário para determinação de avaliação da qualidade de vida (WHOQOL-bref) e o Eating Disorders Examination Questionnaire (EDE-Q) para diagnóstico de transtorno alimentar (TA).

RESULTADOS

Em relação aos achados, observou-se uma mediana de idade de 25 anos (18-44 anos). A maioria se autodeclarou branca (73,5%), homem trans (44,4%), bissexual ou pansexual (55,9%) e com ensino superior incompleto, em curso, completo ou com pós-graduação (77,5%). Em relação à qualidade de vida nenhum dos participantes são classificados no quesito “Muito Boa qualidade de vida”, e 48,07% da amostra obtém o diagnóstico de “Necessita melhorar a qualidade de vida” em sua auto avaliação e em relação à satisfação com a própria saúde, 37,57% (n= 68) ferem que é ruim ou muito ruim. Para o EDE-Q, a pontuação média geral foi de 2,24 (0,81-5,6 pontos), e apresentou 12,7% (n=23) dos participantes com pontuação acima de 4, indicativo de TA. Nos domínios do EDE-Q, se observou a pontuação média de: “Restrição Alimentar” e “Preocupação com a Comida” 1,65 pontos cada, “Preocupação com o peso corporal” 2,49 pontos e “Preocupação da forma Corporal” 3,15. No comparativo, as mulheres trans são mais diagnosticadas com comportamentos de risco para transtornos alimentares ($p=0,06$) quando comparadas com homem trans e pessoas não binárias, principalmente no domínio da escala que trata da preocupação com o peso ($p=0,056$).

CONCLUSÕES

Indivíduos mais satisfeitos com o próprio corpo e com a própria aparência tendem a apresentar menor risco para TA e melhores índices de qualidade de vida. Notadamente, pessoas do gênero feminino sofrem mais com a cultura do ideal corporal, sendo importante a instituição e aprimoramento de políticas públicas que acolham essa população, com estímulos para a procura e permanência nos serviços de saúde.

Palavras-chave: Pessoas Trans|Disforia de Gênero|Imagem Corporal|Insatisfação Corporal|Comportamento Alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Composição domiciliar e consumo de refeições e lanches em idosos brasileiros: Inquérito Nacional de Alimentação 2017-2018

Ingrid Thais Reis Pinheiro¹; Amanda Cristina de Souza Andrade¹; Luana Silva Monteiro²; Thaís Meirelles de Vasconcelos³; Rosângela Alves Pereira²; Paulo Rogério Melo Rodrigues¹.

1. Universidade Federal do Mato Grosso (Ufmg), Cuiabá - MT - Brasil; 2. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ufrj), Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 3. Universidade Estadual do Ceará (Uece), Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é um reflexo da combinação entre aumento da expectativa de vida e queda das taxas de natalidade. Nesse contexto, a alimentação adequada é um fator essencial para preservar a saúde e qualidade de vida do idoso. No entanto, tem sido observado que os idosos estão em risco nutricional, pois apresentam inadequações alimentares, com hábitos alimentares não saudáveis, incluindo omissão de refeições. Além disso, observa-se o significativo aumento do número de idosos que moram sozinhos, fato que agrava as inadequações no consumo alimentar desta população. O objetivo desse estudo foi avaliar a associação da composição domiciliar com os hábitos de consumo das refeições e lanches entre idosos brasileiros.

MÉTODOS

Estudo transversal, com idosos (N= 8336; ≥ 60 anos de idade) participantes do Inquérito Nacional de Alimentação de 2017-2018. O consumo alimentar foi obtido por recordatório alimentar de 24 horas, sendo registradas as informações relatadas pelos indivíduos sobre alimentos e bebidas, horários e ocasiões de consumo (Café da manhã, Almoço, Jantar, Ceia, Lanche e Outras ocasiões). O consumo dos lanches e de outras ocasiões foram agrupados de acordo com o horário de consumo. A composição domiciliar foi avaliada a partir das perguntas “Quantas pessoas moram no domicílio?” e “Qual a condição dos moradores na unidade de consumo”, sendo o idoso classificado em Mora sozinho ou Mora acompanhado. Nas análises estatísticas foram considerados os pesos amostrais e o efeito do desenho da amostra. Foram estimadas as frequências de relato das refeições e lanches com seus respectivos Intervalos de Confiança de 95% (IC95%) de acordo com os grupos da exposição analisada, sendo as diferenças verificadas pela não sobreposição dos IC95%. Este estudo foi considerado isento pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Social da UERJ (nº 4.316.087), conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 46/2012 e Ato Operacional nº 001/ 2013, uma vez que os dados são desidentificados e disponíveis publicamente.

RESULTADOS

Entre os idosos participantes do INA foi observado que 97,6% consumiram o café da manhã, 98,0% o almoço e 84,0% o jantar. O lanche da manhã foi referido por 44%, da

tarde por 69,0% e da noite por 57,6%. O consumo do café da manhã foi menor entre os homens que moravam sozinhos (94,5%, IC95%= 90,4; 96,8%) comparados aos que moravam acompanhados (97,8%, IC95%= 97,1; 98,3%). O consumo do jantar foi menor entre as mulheres que moravam sozinhas (75,2%, IC95%= 69,9; 79,8%) comparadas àquelas que moravam acompanhadas (83,1%, IC95%= 81,1; 84,9%). Não houve diferença significativa no consumo do almoço e dos lanches.

CONCLUSÃO

Morar sozinho associou-se à omissão de refeições, com características distintas para homens e mulheres. Os profissionais da área da saúde devem ser capazes de identificar idosos vulneráveis em seu domicílio, visando intervir e dar suporte ao indivíduo que apresenta maior vulnerabilidade nutricional.

Palavras-chave: Consumo refeições|Consumo de lanches|Composição Domiciliar|Composição Domiciliar|Inquérito Nacional de Alimentação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Condição de segurança alimentar e nutricional de um município da tríplice fronteira após a pandemia de Covid-19

Aline Luiza Führ¹; Micaele Libório²; Ariana Stumpf²; Esmirrá Isabella Tomazoni³; Poline Félix Galdino da Silva¹; Ana Cleufe Cheway Salvatti Fahs⁴.

1. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), Foz do Iguaçu - PR - Brasil; 2. Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (Udc), Foz do Iguaçu - PR - Brasil; 3. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Foz do Iguaçu - PR - Brasil; 4. Uningá, Foz do Iguaçu - PR - Brasil.

INTRODUÇÃO

Apesar de inúmeros avanços, ainda hoje muitas pessoas convivem com a fome em diversos locais do planeta. No Brasil, essa realidade passou a se tornar novamente um problema de saúde pública, de modo que o país passou a ser incluído, recentemente, no mapa da fome. Em regiões de fronteira diversos aspectos incitam para que muitas famílias convivam com a vulnerabilidade social. Outrossim, dentre os impactos da pandemia de COVID-19, é unânime a inflação econômica e aumento da vulnerabilidade social, que influenciam na escolha alimentar e ocorrência de fome. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo avaliar a condição de Segurança Alimentar e Nutricional de usuários de Unidades Básicas de Saúde localizadas em município de tríplice-fronteira, no período pós-pandemia da COVID-19.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de delineamento observacional, transversal e abordagem quantitativa, realizado de Abril a Junho de 2022, em Foz do Iguaçu- PR. A coleta de dados ocorreu nas Unidades Básicas de Saúde do município, de maneira presencial, por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A amostragem foi realizada por meio de conveniência, de maneira que houvesse distribuição equilibrada dos participantes, dentre as diversas regiões do município. Os indivíduos, sendo adultos e idosos, que aguardavam atendimento nas Unidades Básicas de Saúde foram convidados a participar do estudo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No momento, também foram solicitados peso e altura referidos, os quais foram avaliados posteriormente conforme classificação preconizada por para faixa etária. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva pelo software Microsoft Excel. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, através do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética, sob o número 55735621.5.0000.8527.

RESULTADOS

Participaram do estudo 225 indivíduos, com idades entre 19 e 74 anos, dos quais 80,89% (n=182) eram do gênero feminino; 60,65% (n= 131) encontravam-se em sobrepeso e obesidade pelos dados referidos; e 53,77% (n=169) conviviam com algum grau de Insegurança Alimentar. A Insegurança Alimentar Grave foi observada em 15,11%

(n=34) dos indivíduos, especialmente naqueles que residiam em domicílios com menores de 18 anos (17,42%; n=23).

CONCLUSÃO

Os resultados evidenciam que mais da metade da amostra convivia com algum nível de Insegurança Alimentar bem como, com o excesso de peso, nesta abordagem que foi realizada após a pandemia da COVID-19. Tal resultado se soma à realidade que vem sendo vivenciada no país e apresenta o retrato deste município localizado em tríplice fronteira.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional|Fome|Pandemia COVID-19|Saúde de fronteira|Nutrição em saúde pública

XXXXXXXXXXXXX

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Condições do pré-natal em unidades básicas de saúde do município de Aracaju

Marilya Nascimento Fraga; Karla Gabrielle Sales Fernandes; Victoria Vieira Abreu;
Milena Silva de Souza; Andrezza Brito de Souza; Danielle Góes da Silva.

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

O pré-natal é um conjunto de medidas que visam a promoção da saúde materno-infantil. Quando realizado adequadamente, o pré-natal garante que complicações gestacionais sejam identificadas precocemente e intervenções possam ser realizadas, corroborando para a redução da morbimortalidade materna e neonatal. Assim, o objetivo deste estudo é investigar as condições do pré-natal de gestantes da rede pública de saúde.

MÉTODOS

Estudo transversal com gestantes maiores de 18 anos no terceiro trimestre gestacional, realizado em 14 unidades básicas de saúde. Sobre as condições do pré-natal foram avaliados o número de consultas, idade gestacional na primeira consulta e uso de suplementos nutricionais, além de informações socioeconômicas, antecedentes obstétricos e de saúde, obtidos por meio da aplicação de um questionário semiestruturado no aplicativo REDCap™. O estado nutricional atual foi obtido pelos dados de peso e altura da caderneta da gestante e classificado pelos critérios Atalah, et al. (1997). A análise estatística foi realizada pelo software IBM SPSS Statistics 20®, foram calculadas média, desvio-padrão e frequência absoluta e relativa, teste Qui-quadrado, com significância de p menor que 0,05. CAAE: 90242518.5.1001.5546.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 131 gestantes, com média de idade de 26,4 ($\pm 5,9$) anos e média de idade gestacional de 32,5 ($\pm 4,7$) semanas, 34,3% eram primíparas e 67,3% não planejaram a gravidez. A média de IMC atual foi de 28,7 ($\pm 4,7$) Kg/m² e 50,0% possuíam excesso de peso. Observou-se que 63,4% se autodeclararam pardas, 45,2% tinham até o ensino médio incompleto, 56,1% possuíam renda domiciliar menor que um salário mínimo, 76,7% viviam com o companheiro e 32,8% eram beneficiárias do Bolsa Família. Em relação ao pré-natal, 21,2% realizaram a primeira consulta depois do primeiro trimestre e 46,8% fizeram menos de 6 consultas até o momento do acompanhamento nutricional. Encontrou-se que 93,9% faziam uso de suplementos nutricionais, 87,8% utilizavam sulfato ferroso e 56,1% ácido fólico. O planejamento da gravidez ($p=0,024$) e a maior escolaridade ($p=0,050$) esteve associado à realização da primeira consulta de pré-natal antes do primeiro trimestre.

CONCLUSÃO

Conclui-se que gestantes com menor escolaridade e que não planejaram a gravidez realizaram o pré-natal mais tardiamente, o que pode representar maior risco à saúde materno-infantil. Dessa maneira, tais grupos merecem atenção a fim de prevenir complicações e promover um bom prognóstico gestacional. Apoio: CNPq, Ministério da Saúde - Brasil e Fapitec/SE.

Palavras-chave: Gestantes|Cuidado Pré-Natal|Atenção Primária à Saúde|Nutrição Pré-Natal

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Conhecimento de mulheres em período lactacional da baixada fluminense sobre o aleitamento materno e fatores que levam ao desmame precoce

Raíssa de Souza Oliveira; André Manoel Correia dos Santos.
Universidade Iguazu (Unig), Nova Iguaçu - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O leite materno é recomendado de forma exclusiva pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e Ministério da Saúde (MS) até o sexto mês de idade da criança, sendo o alimento mais completo que proporciona benefícios nutricionais, imunológicos e emocionais tanto para o bebê quanto para a mãe. O conhecimento das mães sobre a importância da amamentação é fundamental para esta prática, pois ajuda a evitar o desmame precoce, que se caracteriza pela interrupção da oferta do leite materno ao peito antes do lactente ter completado seis meses de idade, prática cada vez mais comum. O objetivo desse trabalho foi observar o conhecimento de mulheres em período lactacional sobre o aleitamento materno e quais são os fatores que podem levar ao desmame precoce.

MÉTODOS

O estudo se trata de uma pesquisa exploratória onde a população alvo foi composta por nutrizes da baixada fluminense-RJ que estão no período de amamentação. Participaram da pesquisa nutrizes com no máximo 18 meses de lactação. A coleta das participantes ocorreu via contato por WhatsApp. A amostra foi por conveniência e foram convidadas a responder um questionário constituído com 22 questões, passado de fevereiro a março de 2022 com perguntas relacionadas a amamentação e desmame precoce. Os critérios de inclusão foram ter tido bebê nos últimos doze meses. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com número de protocolo 29605720.4.0000.8044.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 32 mães, com mediana de idade de 23,5 anos. Com relação as orientações sobre AM durante a APN ou na maternidade, 37,5% relataram ter recebido informações no pós-natal imediato e ressalta-se que 12,5% não tiveram nenhum tipo de orientação. Apesar de 87,5% das mães terem recebido algum tipo de orientação sobre aleitamento materno durante a sua última gestação, tanto no seu pré-natal, como no pós-natal ou até mesmo nos dois momentos, apenas 6,3% das mães continuaram o aleitamento materno até o final dos seis meses de vida do bebê. Das mães que deixaram de amamentar precocemente 25% relataram ter sido pelo retorno precoce ao trabalho, 25% foi porque o leite secou, seguido pela dor ao amamentar (15,6%). Além disso, observou-se que o conhecimento sobre os benefícios do aleitamento materno não era suficiente para garantir uma amamentação plena. Nota-se que ainda se conhece pouco sobre os benefícios que o aleitamento materno traz para a mãe e para o bebê, das 32 mães

que responderam o questionário, 15 não sabiam os benefícios que o aleitamento proporciona para a mãe.

CONCLUSÃO

Os resultados encontrados neste estudo, indicam ainda que a maioria das mães participantes receberam alguma orientação sobre os benefícios que o LM traz para criança e para ela. Ressalta-se um número menor, mas ainda significativo de mães que não tinham conhecimento algum sobre o assunto pois não receberam orientação. E uma parte destas nutrizes não praticaram o aleitamento materno ou desmamaram antes do tempo recomendado pela OMS e MS.

Palavras-chave: Aleitamento Materno|Conhecimento|Desmame

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Conhecimento dos nutricionistas sobre as normativas da teleconsulta durante a pandemia da COVID-19 no Brasil

Maycon George Oliveira Costa¹; Ana Carla Santos de Jesus Teles¹; Pedro Silva Santos¹; Marcela Larissa Costa¹; Fabiana Poltronieri²; Raquel Simões Mendes Netto¹.

1. Universidade Federal de Sergipe (Ufs), Aracaju - SE - Brasil; 2. Centro Universitário das Américas (Fam), São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

Durante a pandemia da COVID-19 no Brasil foi publicada a resolução nº 666/2020 do Conselho Federal de Nutrição (CFN) a qual possibilitou a assistência nutricional de forma remota. O CFN emitiu documentos orientativos para auxiliar a prática do nutricionista nessa nova modalidade de atendimento e criou a plataforma e-Nutricionista. O objetivo desse estudo foi caracterizar os nutricionistas quanto ao conhecimento das normativas da teleconsulta em nutrição durante a pandemia da COVID-19 no Brasil.

MÉTODOS

Trata-se de estudo observacional transversal realizado via questionário eletrônico. O questionário levantou questões sobre idade, sexo, nível acadêmico e tempo de exercício profissional, além do cadastro na plataforma e-nutricionista, conhecimento e leitura dos nutricionistas quanto a resolução nº 666/2020 que define e disciplina a telenutrição durante a pandemia e os documentos orientativos do CFN. Estatísticas descritivas utilizadas foram média, desvio-padrão (DP), mediana, intervalo interquartil (IQQ) e frequência relativa. Para comparações entre grupos (por idade e tempo de atuação profissional) foram utilizados os testes de Qui-quadrado de Pearson (categóricas) e de Mann-Whitney (contínuas). Trabalho aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe sob o parecer nº 5.101.963.

RESULTADOS

Foram avaliados amostra representativa de 670 nutricionistas que realizaram teleconsulta, distribuídos entre as regiões Norte (1,5%), Nordeste (58,7%), Centro-Oeste (3,6%), Sudeste (29,3%) e Sul (7%). Sendo 90,9% do sexo feminino com mediana de 32 (14 IQQ) anos e 53,3% tinham pós-graduação lato sensu. A maioria dos nutricionistas (58,7%) relatou não possuir cadastro na plataforma e-Nutricionista. Quanto ao conhecimento sobre a resolução nº666/2020 do CFN e os documentos orientativos de teleconsulta, 54,8% e 51,4%, respectivamente, sabiam da existência e leram o documento. Os indivíduos com maior média de idade relataram possuir conhecimento sobre a resolução (34,97 x 32,94 anos), observado pelo resultado do teste U=4,9788,00; p=0,020 e também relataram possuir conhecimento sobre os documentos orientativos (34,98 x 33,08 anos), U =50702,00; p=0,032. Os nutricionistas com maior média de meses de atuação

profissional possuíam conhecimento sobre os documentos orientativos (101,97 x 78,49 meses), $U= 50198,50$; $p=0,019$.

CONCLUSÃO

Observou-se conhecimento e leitura dos materiais disponibilizados pelo CFN sobre telenutrição para os grupos de maior idade, e maior conhecimento dos documentos orientativos para o grupo de maior tempo de atuação profissional, que possivelmente pode impactar na qualidade da teleconsulta. A maioria não tinha cadastro no e-Nutricionista, sendo necessário um maior incentivo e divulgação para a regularização em telenutrição.

Palavras-chave: Telenutrição|Conhecer|Doença pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV)|Serviços de Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Construção e validação de questionário para avaliar as dificuldades na adesão a dieta isenta de glúten de indivíduos com desordens relacionadas ao glúten

Pâmela Mayara de Oliveira; Amanda Moreira Veloso Cutrim; Eduardo Nakano; Renata Puppim Zandonadi.

Universidade de Brasília (Unb), Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

O glúten, rede proteica tridimensional, é amplamente utilizado na indústria alimentícia em massas, biscoitos, produtos de panificação, confeitaria e molhos devido às suas características tecnológicas. Contudo, existem pessoas com desordens relacionadas ao glúten (DRGs) que compartilham a exposição dietética ao glúten como fator etiológico. O único tratamento disponível para DRGs é a dieta isenta de glúten (DIG). Estima-se que 10% da população mundial segue uma DIG. Ressalta-se que a DIG não deve ser apenas livre de glúten, mas que possa suprir as necessidades nutricionais, desempenhando um papel crucial na saúde do indivíduo. A adoção da DIG envolve diversos desafios, como acesso físico e financeiro ao alimento; qualidade dos alimentos sem glúten encontrados no mercado; exclusão social, dentre outras. Portanto, os objetivos deste estudo foram desenvolver e validar um instrumento para avaliar as principais dificuldades na adesão da dieta isenta de glúten.

MÉTODOS

Este estudo de caráter exploratório transversal foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa (CAEE: 24415819.2.0000.8101) e faz parte de um projeto com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq e FAPDF). A partir de uma extensa revisão de literatura foram selecionadas questões sobre as dificuldades apresentadas pelos indivíduos para seguir a DIG. Posteriormente, foi realizada validação semântica e de conteúdo por meio da técnica de juízes (método de Delphi). Após esta etapa, realizou-se avaliação da reprodutibilidade e consistência interna por meio de teste-reteste com uma amostra de conveniência (n = 30 indivíduos com DRG). A análise de reprodutibilidade foi feita por meio do coeficiente de correlação interclasse (CCI) e a consistência interna foi avaliada utilizando o alfa de Cronbach cujos valores acima de 0,6 indicam bom grau de reprodutibilidade.

RESULTADOS

Foram inicialmente selecionados 17 itens para compor o questionário. A primeira rodada de avaliação por especialistas contou com 22 juízes que aprovaram os 17 itens quanto à importância e clareza, mas sugeriram modificação de nove itens. Na segunda rodada participaram 16 juízes para avaliação dos nove itens modificados. Destes, cinco foram aprovados. A terceira rodada foi realizada por 12 juízes que aprovaram as modificações dos quatro itens restantes. Portanto, o questionário foi composto por 17 itens aprovados

com concordância $\geq 84\%$. A avaliação de consistência interna e reprodutibilidade resultou em valor de kappa $>0,6$ e concordância absoluta $\geq 70\%$, apresentando boa reprodutibilidade e consistência interna.

CONCLUSÃO

Foi construído e validado um instrumento para avaliar as dificuldades na adesão à dieta sem glúten com itens avaliados como necessários e de fácil entendimento. Este instrumento contribuirá para a realização de pesquisas com vistas a melhorar políticas públicas voltadas para os indivíduos com DRG.

Palavras-chave: Dieta sem glúten;|Validação;|Desordens relacionadas ao glúten.

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo alimentar de adultos da região Nordeste do Brasil registrados no SISVAN entre 2015 e 2018

Isabelle Rodrigues de Souza Gama¹; José Roberto dos Santos Lima¹; Nancy Borges Rodrigues Vasconcelos¹; Ewerton Amorim dos Santos²; Lídia Bezerra Barbosa³.

1. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil; 2. Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas, Maceió - AL - Brasil; 3. -, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

O consumo alimentar saudável é um dos determinantes do estado de saúde dos indivíduos. Entretanto, é notório, as modificações dos hábitos alimentares que se caracterizam pela diminuição do consumo de refeições tradicionais e saudáveis, em detrimento do maior consumo de alimentos industrializados. Tais alimentos conseqüentemente contribuem com o aumento da prevalência de doenças crônicas. Desta forma, o monitoramento das práticas de consumo alimentar da população contribui para o entendimento do processo saúde-doença. Assim, o objetivo deste estudo é caracterizar o consumo alimentar de adultos da Região Nordeste do Brasil acompanhados pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) entre os anos 2015 e 2018.

MÉTODO

Estudo descritivo com dados secundários provenientes do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). A amostra do estudo foi composta de adultos com dados registrados no SISVAN Web. Os dados foram coletados pela plataforma SISVAN Web. Coletou-se dados de consumo de alimentos tidos como marcadores de uma alimentação saudável (feijão, frutas, verduras e legumes) e; de alimentos ultraprocessados. As análises dos dados foram realizadas no *Microsoft Excel for Windows*®. Foi realizada análise descritiva com cálculo de prevalências. As informações utilizadas no presente estudo são oriundas de banco de dados de domínio público, sem possibilidade de identificação de sujeitos, sendo dispensada de apreciação em comitê de ética em pesquisa.

RESULTADOS

A prevalência de consumo de alimentos marcadores de uma alimentação saudável variou de 35% a 95%. O feijão apresentou uma prevalência média de consumo de 89%, sendo as maiores prevalências observadas no ano 2015 para os estados de Sergipe e Ceará, ambos com prevalência de 95% de consumo. A prevalência de consumo do grupo das verduras e legumes variou de 64% (2016) a 71% (2017), no entanto a menor prevalência foi de 35% no ano de 2015 para o estado de Ceará. O consumo de frutas apresentou prevalência média de 72%; a maior prevalência foi no ano 2018 de 74%, o que aponta para uma elevação da prevalência de consumo deste alimento; ainda, dentre os estados o que apresentou uma maior prevalência foi o de Sergipe no ano 2016 (83%). A prevalência

de consumo se mostrou elevada nos anos avaliados. Prevalência mais elevada foi observada para o estado de Pernambuco (variou de 76% em 2015 a 80% em 2017). O estado do Piauí apresentou a menor prevalência média de consumo de alimentos ultraprocessados (65%).

CONCLUSÃO

A prevalência de consumo de alimentos marcadores de uma alimentação saudável teve prevalência ligeiramente aumentada no período avaliado e; a prevalência de consumo de alimentos ultraprocessados pelos adultos da região Nordeste do Brasil acompanhados pelo SISVAN permaneceu elevada em todos os estados.

Palavras-chave: Consumo de alimentos|Dieta|Vigilância Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo alimentar de crianças de seis a 23 meses: Projeto Primeira Infância

Bianca Araujo Milbratz¹; Ana Clara da Cruz Della Torre¹; Camila Maciente Souza¹; Maysa Helena de Aguiar Toloni¹; Milena Serenini Bernardes²; Daniela Braga Lima³.

1. Universidade Federal de Lavras, Lavras - MG - Brasil; 2. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 3. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

O padrão alimentar compreende os alimentos que são consumidos habitualmente pelos indivíduos e conhecê-lo permite subsidiar ações de educação alimentar e nutricional. A família tem o papel de estimular desde o início uma alimentação saudável, com estratégias para o reconhecimento dos sinais de fome e saciedade, além do estímulo à sua capacidade de autocontrole, que irão contribuir para um comportamento alimentar adequado. O Guia Alimentar para as Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos recomenda o consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, e desestimula a oferta de ultraprocessados, açúcar ou preparações adoçadas. Este estudo teve o objetivo de avaliar o consumo alimentar de crianças de seis a 23 meses.

MÉTODOS

Trata-se um estudo transversal realizado com crianças entre seis a 23 meses acompanhadas em Unidades Básicas de Saúde no município de Lavras – MG, como parte de um projeto maior intitulado: “Caderneta de Saúde da Criança: implicações sobre a segurança alimentar e nutricional na primeira infância”, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Lavras sob o parecer CAAE: 43815221.2.0000.5148. Foram obtidas informações sociodemográficas e sobre a frequência do consumo alimentar da criança nas últimas 24 horas por meio dos marcadores do consumo alimentar do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Os dados foram tratados por meio da estatística descritiva.

RESULTADOS

Foram avaliadas 95 crianças com predominância do sexo feminino (n= 33;54,1%). A média de idade foi de 14,6 ($\pm 5,06$) meses. No dia anterior à entrevista 80% comeram fruta inteira, em pedaços ou amassada e 94,7% ingeriram comida salgada. A comida salgada foi oferecida duas vezes no dia para 73,3% crianças, principalmente, oferecida para maioria em pedaços. Vegetal ou fruta de cor alaranjada foi oferecido para 58,9% das crianças, enquanto, 22,1% ingeriram verduras de folha. O arroz, o feijão e a carne ou ovo foram oferecidos para 85,3%, 82,1% e 78,9% das crianças, respectivamente. Cerca de 41,1% das crianças ingeriram bebidas adoçadas.

CONCLUSÃO

O padrão de consumo alimentar observado entre crianças foi marcado por forte presença do arroz e feijão, fortalecendo a prática cultural brasileira, em contrapartida, constatou-se o baixo consumo de verduras de folha, importantes fontes de fibras, vitaminas e minerais, necessários para manutenção de um bom estado nutricional e de saúde. Quase metade das crianças ingeriu bebidas adoçadas no dia anterior à entrevista, o que deve ser evitado de acordo com as recomendações para a faixa etária, que atualmente desaconselha essa prática antes dos dois anos de vida. Torna-se necessário ações de educação alimentar e nutricional pautadas nas recomendações do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras menores de dois anos, fortalecendo práticas de alimentação saudáveis de forma a garantir o crescimento e o desenvolvimento adequado.

Palavras-chave: Comportamento Alimentar|Dieta Saudável|Ingestão de Alimentos|Nutrição do Lactente|Saúde da Criança

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo alimentar de estudantes de uma universidade pública do Sul do Brasil

Glenda Mariana Cantoni Brock¹; Esmirrá Isabella Tomazoni²; Katharine Margaritha Satiro Braz¹; Leticia Viviane de Jesus¹; Fernanda Oliveira Lima¹; Dalila Moter Benvegnú¹.

1. Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs), Realeza - PR - Brasil; 2. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Foz do Iguaçu - PR - Brasil.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, tem-se observado uma grande mudança no comportamento alimentar da população brasileira, intensificada pela transição nutricional, refletindo sobre o aumento da prevalência de indivíduos classificados com sobrepeso e obesidade. No âmbito universitário, pesquisas sugerem que os estudantes apresentam práticas alimentares inadequadas, caracterizadas pela omissão de refeições, pelo alto consumo de alimentos ultraprocessados, com baixo teor nutricional em detrimento da ingestão de frutas, legumes e verduras. Ademais, pesquisas apontam que, em várias realidades, o ambiente alimentar universitário desencoraja uma alimentação saudável e estimula práticas alimentares não saudáveis, tendo em vista a baixa qualidade nutricional dos alimentos comercializados nos estabelecimentos neles existentes. Portanto, o objetivo do presente trabalho foi identificar o consumo alimentar de estudantes de uma universidade pública, fundada recentemente, situada no Sul do Brasil.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de delineamento observacional, transversal e abordagem quantitativa. A coleta de dados foi realizada durante o ano de 2021, na qual foi aplicado um questionário referente ao consumo alimentar, por meio de entrevista, através da plataforma Google Meet, devido à pandemia da COVID-19. Utilizou-se o Guia Alimentar para a População Brasileira para estimar a adequação do consumo alimentar em abaixo, adequada ou em excesso. Os indivíduos foram convidados a participar do estudo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva pelo software Microsoft Excel®, 2019. O estudo apresenta aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), registrada pelo nº 87026418.1.0000.5564.

RESULTADOS

Participaram do estudo 188 indivíduos, sendo que 74,5% (n=140) eram do sexo feminino e 25,5% (n=48) do sexo masculino. Em relação à idade dos alunos, 44,7% (n=84) apresentaram faixa etária dos 18 aos 21 anos e 55,3% (n=104) entre 22 e 58 anos. Verificou-se que 88,3% (n=166), 64,4% (n=121), 61,2% (n=115) e 68,1% (n=128) dos estudantes possuem baixo consumo alimentar de cereais; legumes e verduras; frutas e; doces, respectivamente, conforme as recomendações. O consumo de óleos e gorduras

apresentou maior percentual em consumo adequado, sendo em 36,7% (n=69) da amostra. Além disso, apenas 34,6% (n=65) e 36,2% (n=68) dos estudantes apresentaram consumo adequado em legumes e verduras, bem como em frutas, respectivamente, sendo menos que a metade da amostra.

CONCLUSÃO

Os resultados evidenciam que mais da metade da amostra, apresentou baixo consumo na maioria dos grupos alimentares investigados, de acordo com as recomendações. Além disso, este estudo serve de subsídio para enfatizar a importância de programas de conscientização sobre os hábitos alimentares entre os universitários, de modo a impactar positivamente em suas escolhas.

Palavras-chave: Universidade|Consumo de alimentos|Comportamento alimentar|Transição nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo alimentar de estudantes universitários do Nordeste brasileiro durante a pandemia de COVID-19

Débora Cavalcante Ferro¹; André Eduardo da Silva Júnior²; Ana Debora de Oliveira¹; Mateus de Lima Macena²; Dafiny Rodrigues Silva Praxedes²; Nassib Bezerra Bueno¹.

1. Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maceió - AL - Brasil; 2. Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A adesão de práticas nutricionais adequadas é essencial ao desenvolvimento físico e mental dos indivíduos, portanto uma alimentação qualificada é indispensável para um bom aprendizado. Com a pandemia é comum que os hábitos alimentares mudem devido ao novo modelo de vida, visto que as pessoas passaram a ficar reclusas, diminuindo a frequência com que se alimentavam fora de suas residências. Além disso, torna-se comum o aumento no consumo de alimentos mais saudáveis e frescos, preparados em casa, especialmente em classes econômicas mais elevadas. Os fatores emocionais também influenciam, pois algumas pessoas passam a consumir mais alimentos devido a preocupações e ansiedade, enquanto outras diminuem a ingestão pelas mesmas razões. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi descrever o consumo alimentar de estudantes universitários do Nordeste do Brasil durante o período pandêmico.

MÉTODOS

É um estudo transversal, no qual foram recrutados estudantes universitários de instituições públicas e privadas dos 9 estados do Nordeste do Brasil, durante o período de outubro a dezembro de 2020. O questionário online contemplava questões sociodemográficas, estilo de vida, antropométricas e alimentares. Para determinar a classe econômica foi utilizado o Critério de Classificação Econômica Brasil. E para avaliar o consumo alimentar foi aplicado o questionário do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) para indivíduos com 2 anos ou mais. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (4.410.403).

RESULTADOS

Foram incluídos 2.621 universitários com média de idade de 24 ± 6 anos, 1.816 (69,3%) eram do sexo feminino e 1.282 (49,0%) eram de classe econômica média. Destes, 1.403 (53,5%) relataram praticar exercício físico. O índice de massa corporal média da amostra foi de $24,2 \pm 5,0$ Kg/m². Com relação ao consumo alimentar, 1.700 (64,9%) participantes relataram ter consumido feijão no dia anterior, assim como 1.456 (55,6%) frutas frescas e 1.554 (59,3%) consumiram verduras e legumes. Observou-se que 940 (35,9%) participantes consumiram hambúrgueres e embutidos no dia anterior, 1390 (53,0%) ingeriram bebidas adoçadas, 609 (23,2%) consumiu alimentos ultraprocessados, como macarrão instantâneo e salgadinho, e 989 (37,7%) relataram a ingestão de doces.

CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que mais da metade dos estudantes universitários relataram ter consumido alimentos in natura e minimamente processados (frutas frescas, feijão, verduras e legumes) no dia anterior. Além disso, as bebidas adoçadas foram reportadas por mais da metade dos participantes, despontando como o principal ultraprocessado consumido nesta amostra durante o período pandêmico. Assim, intervenções nutricionais individuais e comunitárias para este grupo, devem ser estruturadas visando a manutenção dos hábitos saudáveis e a redução do consumo de bebidas adoçadas.

Palavras-chave: Comportamento alimentar|Perfil nutricional|Estudantes|SARS-CoV-2

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo alimentar dos idosos participantes dos grupos de HIPERDIA de Mossoró-RN

Paloma Kathleen Moura Melo¹; Laura Camila Pereira Liberalino¹; Cristiane Souto Almeida²; Livia Carolina Amâncio³; Jamillelimajbl@Gmail.Com⁴.

1. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Natal - RN - Brasil; 2. Faculdade Vale do Jaguaribe, Aracati - CE - Brasil; 3. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil; 4. Escola de Saúde Pública do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A nutrição adequada no idoso é fundamental para o desenvolvimento saudável, na qual irá proporcionar um envelhecimento que amenize os efeitos causados pelas alterações fisiológicas. O estado nutricional da população idosa, relaciona-se com o meio a qual está inserida, podendo ainda sofrer influências de patologias crônicas. Assim, a avaliação do consumo alimentar possibilita um diagnóstico do estado nutricional do indivíduo ou da população e, por ser uma variável complexa que interage diretamente com o meio social e econômico, é fator essencial para estudos de epidemiologia nutricional devido ao importante papel que a dieta assume no aumento da obesidade em muitos países e sua possível relação com doenças crônicas (LIBERALINO, 2011; CHAGAS, 2013). O objetivo desse trabalho foi descrever o perfil de alimentação dos idosos participantes dos grupos de acompanhamento do HIPERDIA em Mossoró-RN.

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de delineamento transversal, com caráter descritivo e abordagem quantitativa. O consumo alimentar foi obtido através do método Recordatório de 24h, durante dois dias alternados, com auxílio de álbum fotográfico. As variáveis sociodemográficas, estilo de vida e saúde foram coletadas a partir de um questionário semiestruturado contendo informações sobre: sexo, idade, estado civil, nível de escolaridade, atividade física, uso de prótese e presença de HAS e DM. A construção do banco de dados de alimentos foi realizada nas planilhas do Microsoft Office Excel (2011). Uma lista de 959 alimentos ou preparações foi identificada a partir de todos os registros. Esses, por sua vez, foram organizados em 30 grupos, considerando-se a similaridade nutricional. O projeto foi aprovado, em seus aspectos éticos e metodológicos, pelo Comitê de Ética da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) com parecer nº 1.668.434 e CAAE: 57382616.0.0000.5294.

RESULTADOS

Entre os idosos avaliados (n=54), houve um predomínio do sexo feminino, com idade média de 70,98 (6,3) anos, sendo a maioria alfabetizados em maior proporção de viúvos e de com uso de prótese dentária. Observou-se que a HAS foi a doença de maior prevalência (n=34). Em relação ao consumo alimentar, destaca-se o elevado consumo de

cereais, feijão, leite e frutas, se caracterizando como principal componente da dieta básica da população estudada, bem como, variação no fracionamento das refeições.

CONCLUSÃO

É necessário mais estudos relacionados aos consumos alimentar dos idosos para que possa fornecer elementos para o controle da ingestão alimentar adequada e para a prevenção de distúrbios nutricionais.

Palavras-chave: Consumo
Inadequada|Idosos|HIPERDIA

alimentar|Padrão

Alimentar|Ingestão

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo alimentar e alimentação saudável durante a pandemia covid -19 no Brasil

Ana Maria de Souza Pinto; João Filipe Dias de Oliveira Montez; Daniel Henrique Bandoni.

Unifesp, Santos - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A declaração da situação de pandemia de COVID-19, em março de 2020, obrigou que as autoridades de todo o mundo adotassem diferentes medidas de confinamento, o que pode levar à alterações na rotina diária da população mundial e consequentemente no consumo e na aquisição de alimentos, o que pode refletir diretamente em alterações no comportamento alimentar. O objetivo deste estudo foi avaliar a frequência do consumo de alimentos marcadores do hábito alimentar e as alterações causadas pela pandemia de COVID-19 no Brasil.

MÉTODOS

O estudo faz parte de um projeto de pesquisa que tratou de uma investigação transnacional coordenada pela Universidade de Évora, Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril e Universidade do Porto em dezesseis países, coletando através de um questionário *on-line*, aplicado de abril a junho de 2020, dados sociodemográficos, sobre a frequência de consumo de determinados grupos de alimentos e se na pandemia o consumo foi menor, igual ou maior em relação ao período anterior ao confinamento. Para o presente estudo foram utilizados os dados coletados do Brasil. Para a análise de dados foram considerados os grupos de alimentos consumidos comumente no ambiente domiciliar e foi realizado o teste estatístico do qui-quadrado para avaliar as diferenças significativas ($p < 0,05$) entre os marcadores de consumo e as características sociodemográficas e avaliar os marcadores de uma alimentação saudável. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS

Um total de 282 indivíduos foram incluídos no estudo, havendo predominância do sexo feminino (75,5%) e da faixa etária de 36 a 50 anos de idade (32,3%). A maior faixa etária (≥ 51) apresentou maior frequência ($p < 0,05$) do consumo de alimentos saudáveis (frutas e hortaliças) e mínimas alterações no comportamento alimentar durante o confinamento. Foi encontrado um baixo percentual de frequência de consumo de pescados e um aumento significativo ($p < 0,05$) do consumo de alimentos ultraprocessados pelo sexo feminino, pelos indivíduos com menor renda familiar ($\leq R\$3000$) e pelos indivíduos com idade entre 26 e 35 anos durante a pandemia.

CONCLUSÃO

Os indivíduos mais jovens apresentaram as maiores alterações no comportamento alimentar durante a pandemia, sendo observado um aumento significativo do consumo de alimentos não saudáveis. A piora do comportamento alimentar está diretamente relacionada à maior prevalência do desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), o que é um problema de saúde pública. Ações de promoção à saúde e de educação alimentar e nutricional devem ser fortalecidas a fim de melhorar a qualidade de vida da população e de diminuir os impactos deste problema nos sistemas de saúde.

Palavras-chave: comportamento alimentar|coronavírus

alimentar|quarentena|pandemia|consumo

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo alimentar em pessoas com hipertensão: uma análise a partir da Alimentação Cardioprotetora Brasileira

Hamilton Vivas da Silva Filho; Letícia de Jesus Macêdo; Tereza Cristina Barros do Carmo; Érica Santos da Silva; Lana Mércia Santiago de Souza; Edilene Maria Queiroz Araújo.

Universidade do Estado da Bahia - Uneb, Salvador - BA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma doença crônica, caracterizada pelo aumento dos níveis pressóricos, sistólica, maior igual a 140 mmHg, e/ou diastólica, maior igual a 90 mmHg. A Alimentação Cardioprotetora (AC) é uma nova estratégia de proteção cardiovascular, por meio de alimentos tipicamente brasileiros, classificados segundo sua composição. O objetivo do estudo foi analisar a qualidade do consumo alimentar de usuários com hipertensão, a partir das recomendações da AC.

MÉTODOS

Estudo transversal, resultado de uma análise de dados de um ensaio clínico randomizado, que avalia a efetividade da AC Brasileira na redução da pressão arterial (PA). Neste recorte, participaram indivíduos adultos e idosos, ambos os sexos, que apresentaram PA superior a 140x90, sem orientação nutricional nos últimos seis meses; foram acompanhados em sete unidades básicas de saúde em um município baiano. Os usuários responderam ao Questionário de Frequência Alimentar (QFA) semanal, contendo a separação dos alimentos, segundo as categorias da AC, dispostas por cores, nas quais os alimentos eram identificados: verde, alimentos in natura e minimamente processados; amarelo: cereais, pães, óleos, gorduras, sal, açúcar; azul: proteínas, processados; e vermelho: ultraprocessados, considerando uma dieta com valor energético de 2000 kcal. A AC, de caráter diário, foi ajustada seguindo o QFA, adequando suas recomendações, multiplicando, assim, a meta de consumo por 7 (sete dias). Os dados coletados foram dispostos numa planilha Excel versão 14.0.7268.5000 (32 bits). Pesquisa aprovada pelo comitê de ética da UNEB, CAAE: 43203121.5.3005.5662.

RESULTADOS

Foi realizada a análise qualitativa do consumo alimentar de 20 usuários, maioria mulheres (n=18), renda de ½ a 2 salários mínimos (n=12). A análise do consumo identificou um padrão com maior prevalência de alimentos ultraprocessados do grupo vermelho, não recomendados na AC, com uma média de 11,3 porções na semana. Os alimentos mais consumidos no grupo foram os biscoitos, pães de forma processados, e os embutidos, principalmente a linguiça calabresa. Houve menor consumo de alimentos protetores do

grupo verde, média de 17,5 porções semanais (meta=84 porções) e 0% atingiram a recomendação; amarelo, média 13,7 porções semanais (meta= 70 porções) e 0% atingiram a recomendação. Apenas no grupo azul, houve participantes que atingiram a recomendação de consumo, 10,53%, 2 participantes, com média de 14,73 porções semanais (meta= 21 porções).

CONCLUSÃO

Conclui-se que nos sujeitos investigados há um consumo fora das recomendações apresentadas para a proteção cardioprotetora, com elevado consumo de alimentos ultraprocessados, em detrimento aos alimentos protetores. Desse modo, é necessário compreender fatores relacionados a essas escolhas para condução de ações que permitam prevenir os agravos cardiovasculares em pessoas com hipertensão.

Palavras-chave: Hipertensão arterial|Atenção à saúde (saúde pública)|Ingestão de alimentos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo alimentar em pessoas com hipertensão: uma análise qualitativa baseada no guia alimentar

Clara Liberato Marques de Azevedo; Ana Caroline Rocha dos Reis; Luana dos Anjos de Carvalho; Ana Kely de Jesus Santos; Edilene Maria Queiroz Araújo; Lana Mércia Santiago de Souza.

Universidade do Estado da Bahia - Uneb, Salvador - BA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é um agravo crônico, multifatorial caracterizado pela elevação na Pressão Arterial (PA) persistente, em níveis acima de 140 por 90 mmHg, de alta prevalência na sociedade brasileira e considerada fator de risco para outras doenças cardiovasculares. Seu tratamento envolve medidas medicamentosas e não medicamentosas, cuja promoção da alimentação saudável tem grande importância, da qual o Guia Alimentar Para População Brasileira (2014) apresenta-se como instrumento orientador das práticas. O objetivo deste estudo é avaliar o consumo alimentar de usuários com HAS baseado no Guia Alimentar.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, resultado de uma análise de dados de um ensaio clínico randomizado, que avalia a efetividade da Alimentação Cardioprotetora Brasileira na redução da PA. Participaram indivíduos ≥ 20 anos, ambos os sexos, com diagnóstico de HAS, que não seguiam orientação nutricional nos últimos seis meses, acompanhados em sete UBS de um município baiano, no período de abril a junho de 2022. Utilizou-se questões sobre o perfil de renda e o recordatório de 24 horas, com informações sobre número de refeições, tipo de alimento, porção e ingredientes. Os dados coletados foram dispostos numa planilha Excel versão 14.0.7268.5000 (32 bits), contendo a separação dos alimentos segundo as categorias em in natura/minimamente processados, processados e ultraprocessados, referidos pelo Guia Alimentar para a População Brasileira. O projeto de pesquisa mencionado com o número CAAE 43203121.5.3005.5662 foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, no parecer 4.643.952.

RESULTADOS

Foram entrevistados 20 usuários com HAS, majoritariamente do sexo feminino (n=18; 90%), com renda inferior a $< \frac{1}{2}$ (n=6; 30%) salário mínimo (SM), de $\frac{1}{2}$ a 2 (n=12; 60%) SM e 2 a 4 (n=2; 10%) SM. Houve uma média de 3,7 refeições ao dia, variando entre 2 a 5. Observou-se consumo maior de alimentos/preparações, in natura/minimamente processadas ($\bar{x}=6,05$, variando de 2 a 16), tal como feijão, arroz e leite; seguido do grupo dos processados ($\bar{x}=2,65$, variando de 0 a 5), por exemplo, o pão francês e manteiga; e menor dos ultraprocessados ($\bar{x}=1,6$, variando de 0 a 4), como o pão de forma e margarina.

CONCLUSÃO

A análise permitiu identificar que os alimentos in natura apresentaram maior frequência de consumo entre o grupo estudado, conforme preconiza o guia, mas com grande variação. Soma-se a isso o consumo dos processados e ultraprocessados, que deveriam ser evitados, especialmente pelas pessoas com hipertensão, adicionado ao número reduzido de refeições diárias. Tais resultados indicam expressões da insegurança alimentar e nutricional, intensificadas pelo cenário pandêmico recente, que acentuou iniquidades, influenciou diretamente na situação financeira e refletiu na aquisição de alimentos. Isso reforça a necessidade de ações que promovam a alimentação saudável e adequada às pessoas com HAS.

Palavras-chave: Avaliação Nutricional|Alimentos|Consumo Alimentar|Insegurança Alimentar|Nutrição em Saúde Pública

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de alimentos de uma amostra de crianças e adolescentes de Campo Grande (Mato Grosso do Sul)

Francislaine Dias Teixeira; Beatriz de Fátima dos Santos Gomes; Giovana Eliza Pegolo.
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os hábitos alimentares adquiridos no início da vida são delineadores da saúde do indivíduo, impactando no estado nutricional e comorbidades. Assim, este estudo teve como objetivo descrever a frequência de consumo de alimentos *in natura* e processados de crianças e adolescentes.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, descritivo, com amostra por conveniência, composta por pais ou mães de crianças e adolescentes matriculados em um instituto de educação de Campo Grande (Mato Grosso do Sul). O questionário, desenvolvido pelas autoras, foi respondido de forma *on-line*, por um dos responsáveis pela criança/adolescente. Foram investigadas as frequências de consumo de alimentos *in natura* e processados, de realização do café da manhã e se os participantes conheciam o Guia alimentar para a população brasileira. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética 40556220.4.0000.0021/Parecer 4.563.255).

RESULTADOS

Participaram 46 de um total de 114 famílias convidadas. As crianças e adolescentes foram divididos por idade (Grupo 1, 0 a 4 anos, 11 meses e 29 dias; Grupo 2, 5 a 9 anos, 11 meses e 29 dias; Grupo 3, adolescentes com idades a partir de 10 anos completos). Sobre a frequência de consumo de alimentos, os principais resultados foram: frutas, consumo diário por 50% das crianças do Grupo 1; 24,2% entre as do Grupo 2; e 16,7% entre os adolescentes. Já os legumes, crus/cozidos, foram consumidos todos os dias por 37,5%, 18,2% e 16,7%, respectivamente, por idade. O leite foi consumido diariamente por 37,5%, 54,5% e 37,5%, para cada faixa de idade. Os ultraprocessados mais consumidos diariamente foram: sucos industrializados = 25% entre as crianças do Grupo 1; doces = 21,2% no Grupo 2; leite fermentado, 12,5% no Grupo 3. Sobre a frequência de realização do café da manhã, entre as crianças na primeira faixa de idade, 50% consumiam todos os dias. Já entre as crianças de 5 a 9 anos, 57,6% e, entre os adolescentes, 62,5%, informaram frequência diária. Sobre o Guia alimentar para a população brasileira, 76,7% dos pais

responderam que não o conheciam, 11,6% informaram que sim e o mesmo percentual que não tinham certeza.

CONCLUSÃO

O consumo de frutas e legumes, em maior percentual entre as crianças de até 5 anos, diminuiu com a idade e pode refletir maior atenção dos pais nos primeiros anos de vida. A ingestão diária de leite só ultrapassou a metade dos participantes entre os escolares até 10 anos, fato este preocupante tendo em vista a fase de crescimento e desenvolvimento. Por outro lado, o consumo de industrializados se mostrou presente no cotidiano em todas as faixas etárias. Como a maioria dos pais não conhece o Guia alimentar, tal instrumento poderia nortear escolhas alimentares saudáveis para toda a família.

Palavras-chave: Hábitos alimentares|Padrões alimentares|Promoção da saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de alimentos fonte de vitamina B12 e estado nutricional de acadêmicos de um Curso de Nutrição no extremo Sul Catarinense.

Aline Antunes Ghidolin¹; Paula Rosane Vieira Guimarães².

1. Unesc, Criciúma - SC - Brasil; 2. Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, Criciúma - SC - Brasil.

INTRODUÇÃO

Jovens universitários assim que ingressam na vida acadêmica tem suas rotinas alteradas, acabam passando por um grande processo de transformação. É geralmente nesse momento que suas escolhas alimentares sofrem algumas alterações, o aumento de comidas prontas e processadas e *fast foods* passam a se fazer mais presente no dia a dia dos jovens que têm que conciliar muitas vezes trabalho, estudos e responsabilidades pessoais. A consequência acaba aparecendo como o sobrepeso e desenvolvimentos de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), optam por alimentos práticos e repetitivos, surgindo assim as várias deficiências de micronutrientes encontradas com frequência na população. O objetivo foi investigar o consumo de alimentos fontes de vitamina B12 e o estado nutricional dos acadêmicos do curso de Nutrição em uma universidade do extremo Sul Catarinense.

MÉTODOS

Pesquisa descritiva, transversal, quantitativa, coleta de dados primários via formulário online. Aprovação com Comitê de Ética CAAE n.55957722.9.0000.0119.

RESULTADOS

Foram coletados dados de 75 acadêmicos, sendo 89,3% (67) do sexo feminino, 9,4% (7) masculinos, a idade média foi de 22,3 ($\pm 5,7\%$). Quanto ao recordatório alimentar 24h, responderam 57 (76%) sendo 50 (87,7%) do sexo feminino e 7 (100%) do sexo masculino. Quanto aos macronutrientes, para ambos os sexos, observou-se que carboidratos e proteínas apresentaram valores adequados, já os lipídios, se apresentaram superiores às necessidades recomendadas pelas DRIs (2006). Quanto a vitamina B12, os resultados apontaram uma deficiência em ambos os sexos, as mulheres com média de 1,1 ($\pm 1,3$)/dia e os homens com média diária de 1,8 ($\pm 2,02$), quando o recomendado é de 2,4 mg/dia. Os alimentos fontes de B12 que tiveram frequência diária foram ovo com 38,7% (29) seguido do leite 45,3% (34) e o queijo 28% (21). Dentre as carnes, a bovina foi a mais consumida diariamente com 15 (20%), quando se observa o consumo de 2 a 4 vezes na semana fica em 40% (30) dos participantes. O frango foi a segunda carne mais consumida diariamente 18,7% (14) e de 2 a 4 vezes na semana também aparece em segundo com 36% (27) participantes. O estado nutricional de 67,1% (49) dos participantes foi considerado eutrófico ou adequado. O excesso de peso apareceu em 28,8% (21) dos participantes da pesquisa e 4,1% (3) em magreza grau 1.

CONCLUSÃO

Os resultados apresentados neste estudo apontam um consumo de alimentos fontes de B12 abaixo do esperado, embora consumam alimentos diversificados, a uma baixa ingestão de B12 e alimentos fontes de vitaminas do complexo B. O estado nutricional dos participantes, se apresentou acima de 60% com adequação, mas em quase 30% se encontrou excesso de peso. É fundamental e de grande importância a atuação do Nutricionista na prevenção e intervenção de medidas que visem o melhor aporte nutricional para os indivíduos, lembrando que o espaço universitário deve ser promotor de uma alimentação equilibrada com opções alimentares saudáveis.

Palavras-chave: Vitamina B12|Avaliação Nutricional|Universitários|Consumo|Nutrição

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de alimentos fonte e suplemento de ácido fólico em gestantes de um município da baixada fluminense - RJ

André Manoel Correia dos Santos; Luciana Freires Rodrigues.
Universidade Iguazu (Unig), Nova Iguaçu - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

A vitamina B9 ou ácido fólico é obtido da dieta e é necessário para a síntese do DNA e RNA e essencial para a eritropoiese, além de regular a células nervosas, prevenir defeitos congênitos no tubo neural, aspecto central do desenvolvimento fetal, sendo indispensável para uma gravidez saudável. O objetivo desse trabalho foi avaliar o consumo de alimentos fontes de folato e utilização do suplemento ácido fólico durante a gestação.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional realizado no município de Paracambi, Rio de Janeiro, na Maternidade Municipal Laurindo José Ferreira. Gestantes no terceiro trimestre, sem intercorrências clínicas, consideradas saudáveis foram recrutadas no atendimento pré-parto durante o período de abril a maio de 2021. Foram entrevistadas 50 gestantes que estavam na maternidade para realização do parto. Uma vez de acordo com a proposta da pesquisa, as gestantes foram entrevistadas para obtenção de informações sobre dados pessoais, dados sobre pré-natal e utilização de suplementos e ingestão de alimentos fonte de folato. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, com número de protocolo 44577021.3.0000.8044.

RESULTADOS

As gestantes apresentavam mediana de idade de 24 anos, sendo 64% primíparas, na sua maioria (66%) solteiras e com mais de oito anos de estudo (68%). O início do pré-natal se deu, em sua maioria, com oito semanas gestacionais (41,6%), e a maioria fez mais do que sete consultas, sendo 81,6% em rede pública. Com relação a uso do ácido fólico, 92% não utilizaram o suplemento antes da gestação, e durante o período gestacional, 84% relataram seu uso. O início do uso foi a partir da primeira consulta (84%) e o tempo de utilização do suplemento foi até o final da gestação para 71,4% e até o terceiro mês para 28,6%. A concentração do suplemento foi de 5mg para a 82%. O profissional que mais indicou o suplemento foi médico (82%) do pré-natal e o local de aquisição foi a Unidade de Saúde (59,5%). Das que utilizavam o suplemento, 33,3% apresentavam dificuldade de lembrar o seu uso. Somente 51,2% foram orientadas sobre a importância e o motivo do uso durante o período gestacional. Durante a consulta do pré-natal, 53,1% relataram orientação de aumento do consumo de alimentos fontes e essa orientação foi dada por médicos (94%). Somente três gestantes (6%) tiveram contato com Nutricionista durante pré-natal. Com relação a ingestão de alimentos fontes, 72% consumiam com muita frequência alimentos ricos em farinha branca, 18% tinham pouca frequência e 10%

consumiam raramente. Com relação aos folhosos verdes escuros, 42% consumiam raramente, 28% não consomem, 20% diariamente e 10% pouca quantidade.

CONCLUSÃO

De acordo com o relato das gestantes com relação ao consumo de alimentos fontes de folato, fica evidente que há um maior consumo de alimentos fortificados com ácido fólico do que de alimentos naturais fonte de folato, associado à suplementação elevada de 5 mg de ácido fólico pela maioria das mães.

Palavras-chave: ácido fólico|suplemento dietético|nutrição pré-natal

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de alimentos segundo a classificação NOVA entre adultos residentes em uma região remota no Amazonas.

Gleiciane da Silva Costa¹; Murilo Ramos Costa²; Patrícia dos Santos Guimarães¹; Vera Lúcia Conceição de Gouveia Santos³; Amanda Forster Lopes¹.

1. Universidade Federal do Amazonas, Coari - AM - Brasil; 2. Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo - SP - Brasil; 3. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

Segundo as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, deve-se priorizar o consumo de alimentos in natura e preparações culinárias e evitar o consumo de alimentos ultraprocessados. Nas cidades amazônicas, regiões de acesso remoto cuja cultura alimentar é conhecida pelo consumo de farinha e peixe, já se percebe a ocorrência da transição nutricional, com a presença e consumo de alimentos ultraprocessados. Assim, o objetivo do presente estudo é descrever o consumo de alimentos baseados na classificação NOVA, de adultos residentes na zona urbana do município de Coari, interior do Amazonas.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo do tipo descritivo e exploratório, transversal, com abordagem quantitativa. A população é composta por indivíduos adultos, homens e mulheres, residentes na zona urbana do município de Coari-Amazonas. Os dados sociodemográficos foram obtidos através de um questionário de caracterização e foi aplicado um recordatório alimentar de 24 horas por entrevistadores previamente treinados. Após a coleta das informações e tabulação, os alimentos foram agrupados de acordo com a classificação NOVA em 3 grupos: Grupo 1 (G1) - alimentos *in natura* ou preparações culinárias com esses alimentos, Grupo 2 (G2) – alimentos processados e Grupo 3 (G3) – alimentos ultraprocessados. A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAEE 51494521.2.0000.5020).

RESULTADOS

Até o momento 113 participantes tiveram as informações tabuladas, todos moradores no centro do município. A média de idade foi de 45,0 anos ($\pm 19,4$), o adulto mais novo possuía 18,0 anos e de maior idade, 88,0 anos e 77,0% (87 pessoas) eram do sexo feminino. A partir do recordatório 24 horas coletado, foi identificado o consumo de 118 alimentos distintos que foram citados 1070 vezes pelos participantes. A partir da citação dos alimentos, notou-se que 693 (64,8%) eram do G1, 260 (24,3%) do G2 e 117 (10,9%) eram do G3. Dentre os alimentos do G1, o arroz (118 vezes), a farinha (78), o frango (74), o peixe (60) e o ovo (40) foram os mais citados. Em relação aos alimentos do G2 o pão (96 vezes) e o café (76) foram os mais citados. Já em relação ao G3, as bolachas

industrializadas doces e salgadas foram citadas 16 vezes, seguida do suco artificial (15 vezes) e de calabresa e salsicha, 10 vezes cada.

CONCLUSÃO

Nota-se que, segundo o recordatórios 24 horas avaliados, prevaleceu entre a população estudada o consumo de alimentos do grupo 1, cujas preparações caseiras foram as que mais foram citadas. Ainda que se note na região as facilidades de acesso à alimentos ultraprocessados, dentre os adultos estudados, há um maior consumo de alimentos preparados, evidenciando a importância da informação e educação alimentar e nutricional para que esses hábitos sejam mantidos, seguindo as recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira.

Palavras-chave: Consumo de Alimentos|Adulto|Comportamento Alimentar|Qualidade de Vida

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de alimentos segundo Guia Alimentar para População Brasileira durante a pandemia da Covid-19

Luísa Miranda Matos¹; Thaianne Ingrid Silva de Oliveira¹; Laura Buarque Goulart Coutinho¹; Leticia Matias Lacaz²; Elaine Cristina de Souza Lima¹; Katia Cilene Tabai².

1. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 2. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

Uma alimentação saudável influencia positivamente o estado de saúde geral de um indivíduo e auxilia na prevenção de doenças crônicas como a obesidade, que é considerada um fator de risco para a Covid-19. Diante disso, o Guia Alimentar para a População Brasileira tem como “regra de ouro” a priorização de alimentos *in natura* ou minimamente processados e redução dos ultraprocessados. A qualidade e o acesso à alimentação foram ainda mais afetados durante a pandemia, cerca de metade das famílias que diminuíram o consumo de arroz, feijão, vegetais e frutas convivem com insegurança alimentar moderada ou grave (fome) no Brasil. O objetivo deste estudo foi analisar o consumo alimentar de indivíduos brasileiros com base no Guia Alimentar durante a pandemia.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada *online*, através da plataforma *Google Forms*, entre 26 e 30 de abril de 2021, após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), nº 30994920.6.0000.5285, e a permissão dos participantes através de assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) eletrônico, respeitando os aspectos éticos da pesquisa. Participaram da pesquisa 395 indivíduos. O questionário foi elaborado com perguntas sobre os dados socioeconômicos, aspectos referentes ao isolamento e suas implicações na alimentação e perfil de compras ocasionadas pela pandemia da Covid-19. Trata-se de um estudo descritivo, analítico e transversal. Os dados foram tabulados no Excel® para realização das análises.

RESULTADOS

Participaram do estudo 395 indivíduos, sendo a maioria do sexo feminino (79,75%) entre 18 a 29 anos (48,35%) e a faixa de renda com maior participação foi de R\$ 1.001,00 a R\$ 3.000,00 (22,70%), enquanto a menos expressiva foi abaixo de R\$ 1.000,00 (5,30%). Com relação ao consumo alimentar de alimentos frescos/in natura, as frutas (98,23%) e

hortaliças (94,43%) obtiveram um resultado mais expressivo. Além disso, para os alimentos consumidos de forma seca, os cereais (83,04%) e as leguminosas (41,27%) se destacaram, no entanto, os alimentos congelados de maior resultado foram as carnes (47,09%). Já para os alimentos industrializados/enlatados, os cereais (8,10%), leguminosas (6,58%) e carnes (6,84%) foram os mais destacados. Com relação aos alimentos prontos para consumo (delivery), as carnes foram as mais mencionadas (13,16%), seguido pelas leguminosas (5,82%). Vale ressaltar que 23,80% dos participantes afirmaram não consumir carne.

CONCLUSÃO

No presente estudo, foi possível observar o maior consumo de frutas e hortaliças in natura, além de cereais e leguminosas secos. No entanto, chama a atenção o resultado expressivo das carnes consumidas através de delivery, bem como congelados para preparo.

Palavras-chave: Hábitos alimentares|Ultraprocessados|Covid-19|Segurança alimentar e nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de alimentos ultraprocessados e a combinação de excesso de peso e obesidade abdominal em escolares do município de Rio das Ostras, RJ

Ana Carolina Carvalho¹; Alessandra Alegre de Matos²; Cynthia Gonçalves Silva¹; Thainá Andrade Rocha Oliveira do Rozário¹; Luiz Felipe da Cruz Rangel³; Beatriz Gonçalves Ribeiro³.

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Centro Multidisciplinar Ufrj - Macaé, Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 2. Programa de Pós- Graduação Em Nutrição - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 3. Programa de Pós Graduação Em Nutrição Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade infantil é considerada um grave problema de saúde mundial, que afeta cada vez mais precocemente as crianças. Dentre os principais fatores de risco, destaca-se o consumo de alimentos ultraprocessados (AUP). Esses alimentos são considerados mais atrativos, palatáveis e práticos e seu consumo pelo público infantil e desperta grande preocupação, uma vez que nessa faixa etária estes se encontram em vulnerabilidade nutricional. Além disso, o excesso de peso (EP) nessa fase está associado ao surgimento precoce de doenças crônicas não transmissíveis. Este trabalho tem como objetivo estimar o consumo de AUP e a combinação de EP e obesidade abdominal (OA) entre escolares do município de Rio das Ostras, RJ.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional de caráter transversal que avaliou 294 escolares, de 6 a 10 anos incompletos, de ambos os sexos, matriculados em duas escolas públicas da área urbana do município de Rio das Ostras. Para avaliação antropométrica foi realizada a aferição das medidas de estatura, do peso e do perímetro da cintura. O estado nutricional foi classificado, segundo o Índice de Massa Corporal (IMC/idade), recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e a presença de OA foi classificada pela relação cintura e estatura (RCEst $\geq 0,50$). A avaliação do consumo alimentar foi feita através da aplicação do Questionário Alimentar do Dia Anterior (QUADA-3). Para as análises estatísticas foi utilizado o programa SPSS versão 21.0 As análises descritivas foram apresentadas em forma de média e desvio padrão com o índice de significância de 5% e para analisar o estado nutricional e o consumo entre os sexos foi realizado o teste de Qui-quadrado. Todos estavam com o TCLE preenchidos e a Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética, CAEE 17781619.31001.5699.

RESULTADOS

Segundo a classificação do IMC/Idade, 66% dos escolares foram classificados com eutrofia, 3,1% com magreza, 30,9% com EP, sendo 12,2% com obesidade e 2,7% com obesidade grave, sem diferença estatística entre os sexos. Pela RCEst 19,6% foram classificados com OA. Entre os alunos com sobrepeso, obesidade e obesidade grave, 34%, 91,6% e 100% também foram classificados com OA, respectivamente. Do total da

amostra, 19,4% apresentaram a combinação de EP e OA. Na avaliação do consumo alimentar, observou-se que 99,3% dos escolares consumiram algum AUP na dieta do dia anterior, sendo o café da manhã (90,8%) e lanche da tarde (77,9%) as refeições em que este consumo apresentou maior prevalência, em ambos os sexos. Os grupos de AUP mais consumidos pelos escolares foram os de bolacha salgada e pão (80,6%), refrigerantes e sucos artificiais (60,9%) e achocolatado com leite (57,5%), sem diferença estatística entre os sexos.

CONCLUSÃO

Conclui-se que o elevado consumo de alimentos ultraprocessados verificado na dieta dos escolares, esteve acompanhado pela alta prevalência de excesso de peso, de obesidade abdominal e da combinação de ambos.

Palavras-chave: Escolares|Consumo alimentar|Alimentos ultraprocessados |Estado Nutricional |Obesidade

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de alimentos ultraprocessados e circunferência abdominal em adolescentes: uma análise de resultados da IV pesquisa de saúde e nutrição de Pernambuco-Brasil

Maria José Laurentina do Nascimento Carvalho¹; Nathalia Barbosa de Aquino²; Nathália Paula de Souza²; Luis Henrique Facunde da Silva³; Pedro Israel Cabral de Lira¹; Poliana Coelho Cabral¹.

1. Pós-Graduação Em Nutrição - Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), Recife - PE - Brasil; 2. Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Vitória de Santo Antão, Recife - PE - Brasil; 3. Curso de Graduação Em Nutrição – Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), Recife - PE - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os modos de vida contemporâneo, através da diversidade de alimentos comercializados, apelo da mídia, a influência do marketing e da tecnologia dos alimentos contribuíram para a alta ingestão de alimentos ultraprocessados, com elevada concentração de gorduras, açúcares e sódio, durante a adolescência. O consumo desses produtos alimentícios torna adolescentes susceptíveis ao sobrepeso e a obesidade e, acarretam inúmeros prejuízos à sua saúde e bem-estar favorecendo as doenças crônicas não transmissíveis precocemente. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi avaliar o efeito do consumo de alimentos ultraprocessados sobre a circunferência abdominal de adolescentes no estado de Pernambuco.

MÉTODOS

Estudo transversal de base populacional, realizado com dados da IV Pesquisa Estadual de Saúde e Nutrição. Analisou-se uma subamostra de 96 adolescentes, de 10 a 19 anos de idade e ambos os sexos, que responderam um questionário de frequência alimentar. Realizou-se uma média dos índices de consumo para 14 alimentos ultraprocessados (Macarrão instantâneo, biscoito recheado, batata frita, chocolate, sorvete, achocolatado em pó, pipoca industrializada, açúcar, balas, coxinha, pizza, cachorro quente, refrigerante e suco artificial) e a variável resultante foi categorizada em tercís. Foi utilizada a Análise de Variância a um fator (One-Way ANOVA) – post-hoc Bonferroni, para as análises. A circunferência abdominal foi considerada a variável dependente do estudo (variável contínua). O SPSS, versão 13, foi utilizado para as análises e adotou-se como nível de significância um $p \leq 0,05$. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa com Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, sob o CAAE: 38864820.0.0000.5208.

RESULTADOS

Nos adolescentes avaliados foi evidenciada associação entre uma maior média da circunferência abdominal e o maior consumo de alimentos ultraprocessados ($p=0,02$).

CONCLUSÃO

Os achados deste trabalho alertam quanto a necessidade de fomentar políticas de abastecimento, acesso e educação, que promovam uma alimentação saudável e sustentável nos diversos espaços no qual o adolescente encontra-se inserido. Destaca-se a importância de ações de educação alimentar e nutrição pautadas nas recomendações do novo guia alimentar para população brasileira e classificação NOVA dos alimentos, a fim de promover autonomia de saberes e escolhas saudáveis, essenciais na prevenção do sobrepeso, a obesidade e doenças associadas.

Palavras-chave: Adolescência|Circunferência da cintura|Alimentos ultraprocessados|Padrão ocidental

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de alimentos ultraprocessados e fatores associados em escolares da rede municipal de ensino do município de Rio das Ostras, RJ

Alessandra Alegre de Matos¹; Luiz Felipe da Cruz Rangel¹; Flávia Erika Felix Pereira²; Cynthia Gonçalves Silva³; Beatriz Gonçalves Ribeiro⁴.

1. Programa de Pós- Graduação Em Nutrição - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 2. Programa de Pós-Graduação Nutrição - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 3. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Centro Multidisciplinar Ufrj - Macaé, Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 4. Programa de Pós Graduação Em Nutrição Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O aumento do consumo de alimentos ultraprocessados (AUP), acontece paralelamente, ao aumento da prevalência do excesso de peso e obesidade. Além disso, a desigualdade social presente no Brasil, tem impactado a situação nutricional da infância. Este trabalho tem como objetivo, identificar o consumo de alimentos ultraprocessados (AUP) e sua associação com determinantes sociodemográficos e o excesso de peso em escolares da rede municipal de ensino do município de Rio das Ostras, RJ.

MÉTODOS

A amostra foi composta por 420 escolares de 6 a 10 anos incompletos de ambos os sexos. Dados do consumo alimentar foram coletados por meio do Questionário Alimentar do Dia Anterior (QUADA-3); dados antropométricos através do peso, estatura e dados sociodemográficos, através de questionário auto preenchido pelo responsável. Para análise do consumo alimentar foi utilizada a classificação NOVA, o estado nutricional foi classificado, segundo o IMC/idade-OMS, foram analisadas a escolaridade materna, renda familiar, benefício do Programa bolsa família e cor autorreferida. Para as análises estatísticas foi utilizado o programa SPSS versão 25.0. Para análise descritiva univariada foram utilizadas medidas de frequência e de tendência central e de dispersão mediante as variáveis contínuas; médias e desvios padrão para variáveis com distribuição normal, enquanto para as que não possuíam esta característica, medianas e intervalos interquartil (percentil 25-percentil 75); para as variáveis contínuas, teste de Shapiro-Wilk para normalidade e para verificar diferenças teste t de Student; caso a variável não seguia uma distribuição gaussiana, o teste de Mann-Whitney; para as variáveis categóricas, os testes Qui-quadrado de Pearson e Qui-quadrado com correção de continuidade de Yates. Todos estavam com o TCLE preenchidos e a Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética, CAEE 17781619.31001.5699.

RESULTADOS

Observou-se que 98,2% dos escolares consumiram AUP no dia anterior e os alimentos mais citados foram o grupo da bolacha e pão, refrigerantes e sucos artificiais e

achocolatado com leite. Apresentaram excesso de peso e obesidade 30,1% e 14,8% dos escolares, respectivamente. Houve uma associação entre o maior índice de massa corporal e um menor consumo de iogurte ($p < 0,009$). O grupo não beneficiário do bolsa família apresentou um consumo de 60,8% de achocolatado com leite comparado aos 43,2% do grupo beneficiário ($p < 0,045$). Os escolares pardos e pretos apresentaram um consumo de 81,7% de bolacha e pão comparados aos 62,2% dos brancos ($p < 0,025$).

CONCLUSÃO

Considerando as variáveis do estudo, não ser beneficiário do programa bolsa família e ser pardo e preto foram determinantes para o consumo de ultraprocessados, enquanto que o excesso de peso não foi associado a este grupo de alimentos.

Palavras-chave: dieta, alimentação e nutrição|consumo alimentar|sobrepeso|obesidade|escolares

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de alimentos ultraprocessados está associado com a depressão em adolescentes brasileiros de uma coorte

Maria Eduarda Coimbra Feijó¹; Poliana Cristina de Almeida Fonseca Viola²; Carolina Abreu de Carvalho¹; Maylla Luanna Barbosa Martins Bragança¹; Lívia Carolina Sobrinho Rudakoff¹; Antônio Augusto Moura da Silva¹.

1. Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil; 2. Universidade Federal do Piauí, Teresina - PI - Brasil.

INTRODUÇÃO

A adolescência é um período de risco para transtornos depressivos. Nesse contexto, é importante o estudo dos fatores modificáveis da depressão, como a dieta. O consumo de alimentos ultraprocessados (AUP) é alto na adolescência e já foi associado à várias doenças. Há poucas evidências sobre a relação do consumo de alimentos segundo o grau de processamento e depressão em adolescentes. O objetivo do estudo foi investigar a associação entre o consumo de AUP e alimentos *in natura* ou minimamente processados com a depressão em adolescentes de uma coorte brasileira.

MÉTODOS

Estudo transversal com dados do terceiro seguimento de uma das coortes do consórcio RPS (Ribeirão Preto, Pelotas e São Luís), realizado em São Luís-MA, no ano de 2016. A amostra foi de 2.493 adolescentes nascidos em 1997/98. Os dados do consumo alimentar foram obtidos por meio do Questionário de Frequência Alimentar (QFA) e agrupados de acordo com a classificação *NOVA*. A investigação de episódio depressivo maior atual e passado foi realizada por meio da aplicação de módulos diagnósticos do International Neuropsychiatric Interview (MINI). Para a análise de associação, utilizou-se regressão de Poisson com ajuste robusto da variância, para ajuste de covariáveis.

RESULTADOS

A média de consumo energético dos adolescentes foi de 2.929,7 kcal sendo 35% de AUP. O maior consumo de AUP foi associado a maior prevalência de depressão. A cada aumento de 1% no percentual de consumo calórico de AUP, houve aumento de 1% na prevalência de depressão (RP 1,01; IC95% 1,006-1,02). A cada aumento de 1% no percentual de consumo calórico de alimentos *in natura* ou minimamente processados, houve redução de 1% na prevalência de depressão (RP=0,99; IC95% 0,98-0,99). Os resultados em tercis de consumo dos grupos alimentares foram similares. Houve uma associação positiva significativa entre alto consumo de AUP e maior prevalência de depressão: adolescentes no terceiro tercil de consumo de AUP apresentaram prevalência de depressão 42% maior do que os no primeiro tercil no modelo ajustado (RP 1,42; p = 0,028; IC95% 1,04 – 1,95). Um maior consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados foi um fator de proteção para o desenvolvimento da doença: houve uma diminuição 34% na prevalência de depressão para os adolescentes no segundo tercil de

consumo (RP 0,66; $p = 0,009$; IC95% 0,49 – 0,90) e de 35% para os do terceiro tercil (RP 0,65; $p = 0,006$; IC95% 0,47– 0,88) comparados com os do primeiro tercil. O p-valor de tendência linear foi significativo tanto na análise bruta como para ajustada para as análises com AUP e alimentos *in natura*/minimamente processados

CONCLUSÃO

A redução do consumo de AUP e o aumento da ingestão de alimentos *in natura* e minimamente processados pode ser um aliado à abordagem preventiva da depressão, considerando a importância do manejo de fatores modificáveis da doença para a sua profilaxia e tratamento na adolescência.

Palavras-chave: Consumo alimentar|Assistência à Saúde Mental|Adolescência

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de alimentos ultraprocessados nos lanches por escolares da rede pública e privada de ensino em São Luís (MA)

July Emile Caires Fernandes; Heloisa Baima da Silva Santos; Nayra Anielly Cabral Cantanhede; Ana Karina Teixeira da Cunha França; Maylla Luanna Barbosa Martins Bragança; Sueli Ismael Oliveira da Conceição.
Universidade Federal do Maranhão, São Luis - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

O consumo de alimentos ultraprocessados nos lanches por escolares pode desencadear prejuízos nos seus hábitos alimentares e na saúde, por serem fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. Logo, deve-se monitorar continuamente o consumo alimentar de escolares, de modo a identificar precocemente distúrbios e riscos nutricionais e adotar medidas para o seu controle. O objetivo deste estudo foi avaliar o consumo de alimentos ultraprocessados nos lanches por escolares da rede pública e privada de ensino, em São Luís (MA).

MÉTODOS

Estudo transversal aninhado à investigação transversal intitulada “Consumo alimentar e prevalência de desnutrição, sobrepeso, obesidade em escolares da rede pública e privada de ensino, em São Luís, Maranhão, em 2005”. A amostra deste estudo abrangeu 539 escolares, entre 9 e 16 anos de idade. Avaliou-se o consumo de lanches (colação, lanche e ceia) pelo Recordatório Alimentar 24 horas. Agrupou-se os alimentos conforme NOVA classificação dos alimentos em: *in natura*, minimamente processados, ingredientes culinários e preparações culinárias caseiras; alimentos e preparações processados; e alimentos e preparações ultraprocessados. Calculou-se a média do consumo de energia nos três lanches e a média do percentual de energia proveniente de cada grupo de alimentos por nível de processamento, em relação à média do total de energia oriunda de todos os lanches. Identificou-se quantidades médias de sódio e fibras consumidos. O erro padrão das estimativas foi corrigido pelo efeito de desenho e as estimativas foram corrigidas usando-se os fatores de ponderação. Nas análises por dependência administrativa da escola aplicou-se os testes qui-quadrado, para variáveis categóricas, e *t* de Student, para contínuas. O nível de significância adotado foi 5%. O estudo original foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão, sob parecer consubstanciado número 00495.

RESULTADOS

Os alimentos e preparações ultraprocessados foram os mais consumidos nos lanches pelos escolares, com contribuição de 61,0% (IC, 95% = 55,8-66,1) da energia consumida nessas refeições. O percentual de energia proveniente desse grupo de alimentos nos lanches dos escolares da rede privada foi mais elevado (75,3%) em comparação ao consumido pelos

escolares da rede pública de ensino (57,3%) ($p < 0,001$). O consumo médio de sódio foi maior entre escolares da rede pública (510,9 mg) que àqueles da rede privada (374,5 mg) ($p < 0,001$). De acordo com a dependência administrativa da escola não houve diferença estatística significativa na ingestão de fibras ($p = 0,242$).

CONCLUSÃO

O elevado consumo de alimentos ultraprocessados nos lanches por escolares apontam riscos à saúde, sendo imperioso implementar ações contínuas de Promoção da Alimentação Saudável, dirigidas a esse grupo, à família e ao corpo social das escolas, a fim de contribuir com as escolhas de lanches saudáveis.

Palavras-chave: Lanches|Alimentos industrializados|Ingestão de alimentos|Criança|Adolescente

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de arroz e feijão no Brasil: distribuição sociodemográfica, qualidade nutricional e evolução temporal (2008-2018)

Gabriela Lopes da Cruz; Maria Laura da Costa Louzada.
Universidade de São Paulo (Usp), São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

O arroz e o feijão são os alimentos mais consumidos no Brasil, sendo verdadeiros símbolos da tradição alimentar nacional. Apesar de constituírem a base da alimentação brasileira, seu consumo vem diminuindo ao longo dos anos. O objetivo deste estudo foi aprofundar-se na investigação inédita do consumo alimentar individual de arroz e feijão no Brasil em 2017-2018 de acordo com características socioeconômicas e demográficas, sua associação com qualidade da dieta, e a evolução temporal do seu consumo entre 2008 e 2018.

MÉTODOS

Estudo com análise transversal e longitudinal. Foram utilizados dados do consumo alimentar de indivíduos com idade ≥ 10 anos das Pesquisas de Orçamentos Familiares 2008-2009 e 2017-2018. Os alimentos foram agrupados segundo a classificação NOVA. Modelos de regressão linear brutos e ajustados foram utilizados para avaliar a associação entre o consumo de arroz e feijão e características sociodemográficas, indicadores da qualidade nutricional da dieta (de acordo com recomendações de ingestão estabelecidas pela Organização Mundial da Saúde para a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis) e marcadores de alimentação saudável (consumo de frutas, legumes e verduras) e não saudável (consumo de alimentos ultraprocessados) em 2017-2018. A variação temporal do seu consumo entre 2008 e 2018 foi avaliada com análises de regressão linear para o Brasil como um todo e de acordo com variáveis sociodemográficas.

RESULTADOS

O consumo de arroz e feijão representou 16,8% da energia consumida pela população brasileira ao longo do dia em 2017-2018. Sua maior ingestão foi observada entre as faixas socioeconômicas mais baixas. Quanto à qualidade nutricional da dieta, foi observada maior ingestão de proteína, carboidratos, fibras alimentares, sódio, potássio e ferro com o aumento da quantidade de arroz e feijão consumida, e queda na ingestão de açúcar de adição, gordura total, gordura saturada e gordura trans. Dietas com maior consumo de arroz e feijão associaram-se a maior ingestão de legumes e verduras e menor consumo de alimentos ultraprocessados. Análise de tendência temporal demonstrou queda no consumo de arroz e feijão no Brasil entre 2008 e 2018 (-1,65 pp), tendo diminuído entre todas as variáveis socioeconômicas e demográficas estudadas, com exceção da área rural.

CONCLUSÃO

O consumo de arroz e feijão é ainda a base da alimentação brasileira, estando associado a dietas com um perfil nutricional mais adequado e ao maior consumo de alimentos marcadores de alimentação saudável de acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira. Em 10 anos, o consumo de arroz e feijão caiu no Brasil como um todo, o que representa uma perda tanto em qualidade da alimentação, quanto em relação à tradição cultural do país.

Palavras-chave: Ingestão de alimentos|Fatores socioeconômicos|Epidemiologia nutricional|Tendência|Brasil

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de carnes vermelhas e processadas em participantes do ELSA-Brasil e a incidência de hipertensão arterial

Michelle Izabel Ferreira Mendes¹; Carla Moronari de Oliveira Aprelini²; Raquel de Deus Mendonça¹; Maria Del Carmen Bisi Molina¹.

1. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto - MG - Brasil; 2. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES - Brasil.

INTRODUÇÃO

A hipertensão arterial (HA) é um problema de saúde pública que acarreta o aumento da morbimortalidade e reduz a qualidade de vida. Há evidências de associação entre HA e consumo de carne vermelha (CV) e processada (CP). O *World Cancer Research Fund* indica um consumo de 300g/semana de CV e pouco ou nenhum de CP. Conhecer a relação entre o consumo de carne vermelha e processada e o desenvolvimento de doenças na população brasileira pode subsidiar ações de prevenção. O objetivo desse estudo foi descrever o consumo de CV, CP e carne total e estimar a incidência de hipertensão arterial na segunda onda em participantes do Estudo Longitudinal da Saúde do Adulto (ELSA-Brasil).

MÉTODOS

Análise longitudinal em participantes do ELSA-Brasil (linha de base 2008–2010 e segunda onda 2012–2014). Após aplicação dos critérios de exclusão, a amostra foi constituída por 8.298 servidores públicos, entre 35 e 74 anos, de ambos os sexos. Dados socioeconômicos e de saúde dos participantes foram obtidos por meio de entrevista, exames e questionários estruturados. O consumo de carnes em g/dia foi obtido por um Questionário de Frequência Alimentar validado e a HA foi definida por PA sistólica ≥ 140 mmHg e/ou diastólica ≥ 90 mmHg. Os dados foram processados e analisados utilizando o *software Stata*. Analisou-se o quartil de consumo de carne segundo sexo por meio dos testes *ANOVA* para variáveis contínuas, o χ^2 para variáveis categóricas e calculada a incidência de HA. Adotou-se nível de significância de $p < 0,05$.

RESULTADOS

Dos 8.298 participantes, 42,9% eram homens e 57,1% mulheres. Foi observada associação significativa ($P < 0,001$), para ambos os sexos, entre consumo de carne total e variáveis socioeconômicas (escolaridade, renda e idade). Participantes no 4º quartil de consumo apresentaram menor renda per capita comparada ao 1º quartil e menor média de idade em ambos os sexos. Nos homens, o percentual de indivíduos com ensino superior e pós-graduação foi maior no último quartil de consumo e nas mulheres observou-se o inverso, sendo maior no 1º quartil de consumo. Houve uma associação significativa ($P < 0,001$) entre IMC e consumo de carne total em ambos os sexos. Maiores médias de IMC foram encontradas no 4º quartil de consumo (26,5 \pm 3,7 e 27,0 \pm 4,5 em homens e

mulheres, respectivamente). O consumo médio de carne total foi maior nos homens com $127,4 \pm 102,4$ g/d ($p < 0,001$) e a carne vermelha foi mais consumida que a carne processada, com uma média de $99,1 \pm 90,9$ g/d entre os homens ($p < 0,001$). A incidência de hipertensão arterial na segunda onda foi de 14,7% (17,3% nos homens e 12,8% nas mulheres). A média de consumo de CV e carne total foi maior entre os participantes com diagnóstico de HA ($p < 0,001$).

CONCLUSÃO

Os resultados apontam um alto consumo de carne vermelha e processada nos participantes do ELSA-Brasil, superior aos valores recomendados e elevada incidência de hipertensão. Em indivíduos com diagnóstico de HA, o consumo de carne vermelha e processada foi ainda maior.

Palavras-chave: Hipertensão Arterial|carne vermelha|produtos da carne

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de frutas e hortaliças por agricultores do semiárido Potiguar

Jessica Ayla Alves Vieira; Gabriela Micherlandia dos Santos; Amanda Samara dos Santos Araújo; Lara Christiane Batista Fernandes; Lígia Rejane Siqueira Garcia; Catarine Santos da Silva.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Santa Cruz - RN - Brasil.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as Doenças Crônicas Não-Transmissíveis-DCNT configuram-se como o maior determinante de mortes, sendo vários os fatores de riscos correlacionados com o desenvolvimento dessas doenças, entre eles uma alimentação não saudável. Para a construção de uma alimentação saudável, o consumo de frutas e hortaliças é fundamental. Partindo desse pressuposto, torna-se relevante refletir sobre o consumo de frutas e hortaliças nas zonas rurais, tendo em vista que possuem menor consumo desses grupos alimentares, quando comparado às zonas urbanas. Nesse sentido, o presente trabalho possui como objetivo analisar o consumo de frutas e hortaliças por agricultores da zona rural Serra Verde, localizada no município de Lajes Pintadas/RN.

MÉTODOS

O trabalho em questão possui por base dados coletados pelo projeto de pesquisa “Avaliação da soberania, segurança alimentar e nutricional e de condições de saúde de famílias agricultoras do município de Lajes Pintadas/RN”, estudo quantitativo, descritivo e com recorte transversal. Tal projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FACISA-UFRN sob o nº CAAE 42713421.3.0000.5568. A coleta de dados ocorreu de maneira domiciliar, com utilização de questionário que abordava questões socioeconômicas e de consumo alimentar, que foi avaliado através do instrumento Questionário de Frequência Alimentar.

RESULTADOS

Foram entrevistados 24 agricultores, sendo 54,2% do sexo feminino e 45,8% do sexo masculino (13 mulheres e 11 homens), cuja faixa etária englobava entre 31 e 83 anos, com média de idade de 57 anos. Destes agricultores, apenas 37,5% referiram consumir frutas frescas diariamente, enquanto 45,8% consumiam semanalmente, 12,5% mensalmente e 4,2% raramente. Já quanto ao consumo de hortaliças, apenas 25% consomem diariamente, 54,2% semanalmente, 12,5% mensalmente e 8,3% raramente. Além disso, 91,6% afirmaram que dentre os alimentos que plantam, encontram-se frutas e hortaliças.

CONCLUSÃO

Observou-se baixo consumo diário de frutas e hortaliças, o que pode ser considerado de risco para a saúde dos agricultores. Considera-se esse achado alarmante, pois tais alimentos fazem parte da produção da maioria dos agricultores, o que poderia promover a segurança alimentar e nutricional na região. Por fim, observa-se a necessidade de ações de educação alimentar e nutricional para incentivo ao consumo destes alimentos, que são considerados protetores para o desenvolvimento de DCNT, conforme as indicações do Guia Alimentar para a População Brasileira, que abordam a importância da alimentação in natura para promoção da saúde.

Palavras-chave: Ingestão de alimentos|Acesso a alimentos saudáveis|Trabalhadores Rurais

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de grupos alimentares em mulheres adultas praticantes de atividade física

Juliany de Oliveira Rocha Fernandes¹; Karla Patrícia Martins de Menezes¹; Samira Cristina dos Santos Teixeira¹; Ricardo Tadeu Alves Santos²; Zabdiel Paz Neri²; Ticiane Clair Remacre Munareto Lima¹.

1. Universidade Tiradentes, Aracaju - SE - Brasil; 2. Universidade Federal de Sergipe, Lagarto - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A prática de atividade física associada ao consumo de grupos alimentares específicos influenciam no estado nutricional de uma população. Entretanto, pouco se sabe sobre o consumo desses grupos alimentares em municípios específicos, sendo necessário para o conhecimento da situação nutricional e elaboração de ações específicas que auxiliem na proposta de intervenção. O objetivo deste estudo foi avaliar o consumo de grupos alimentares em mulheres praticantes de atividade física em um município Sergipano.

MÉTODOS

Estudo descritivo, transversal, com amostragem por conveniência com 53 mulheres entre 20 e 59 anos, não gestantes, participantes do projeto Atividade física saúde cidadã do município de Estância, Sergipe, pelo menos 3x/semana. A avaliação antropométrica foi realizada por meio do cálculo do Índice de massa corporal (IMC), aferição da circunferência da cintura (CC) e do pescoço (CP). O consumo dos grupos alimentares foi obtido por meio da aplicação do recordatório 24h em dias não consecutivos, avaliando o consumo de alimentos e bebidas, estimados em medidas caseiras. A classificação dos grupos alimentares foi de acordo com a pirâmide alimentar brasileira e a quantificação de kcal, gramas e porções feita pelo programa dietético Nutri quanti. O consumo energético de cada grupo foi somado separadamente pela média dos dois dias, em seguida foi dividida pela kcal/porção de cada grupo. Para a comparação dos grupos, foi considerado 100% aquele grupo que atingiu a recomendação preconizada pela pirâmide alimentar. A análise estatística foi realizada por meio do programa SPSS (Statistical Package for Social Science) na versão 20.0. Estudo aprovado no Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe (protocolo 2.587.210).

RESULTADOS

Das mulheres avaliadas 54,7% eram casadas, 75,5% recebiam até 2 salários mínimos/mês e 75,5% estavam na classe social E. 67,9% possuíam excesso de peso pelo IMC e 37,7% e 35,8% risco elevado para doenças cardiovasculares, pela CC e CP, respectivamente. Em relação aos grupos alimentares, observou-se que o consumo da maioria dos grupos ficaram abaixo dos valores recomendados pela pirâmide alimentar, são esses: pães e

cereais (72,15%), legumes e verduras (43,18%), frutas (49,02%), lácteos (46,23%) de lácteos e carnes e ovos (92,56%), demonstrando que o consumo desses grupos não estavam de acordo com a recomendação. Em contrapartida, o grupo das leguminosas e oleaginosas, óleos e gorduras e de açúcares, excederam o valor recomendado pela pirâmide com 130,51%, 241,04%, 159,96% respectivamente.

CONCLUSÃO

Os dados encontrados refletem nos valores encontrados de IMC, demonstrando um consumo elevado de comidas com alto teor de gorduras e açúcares que são causadores do aumento de calorias na alimentação dessas mulheres.

Palavras-chave: Ingestão alimentar|Pirâmide alimentar|Antropometria

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de legumes, verduras e ultraprocessados durante o período de pandemia da COVID-19 em adolescentes de Santarém-PA

Sabrina do Carmo Vieira Pereira; Liliane da Silva Monard; Aline Barreto Sá.
Centro Universitário da Amazônia (Unama), Santarém - PA - Brasil.

INTRODUÇÃO

O consumo alimentar na adolescência, associado às alterações fisiológicas e do estilo de vida, pode resultar, a longo prazo, em modificações no estado nutricional e ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs). Durante o período de pandemia da COVID-19, o isolamento social, a paralisação das atividades escolares presenciais e o aumento de consumo de industrializados somaram-se a essas alterações, trazendo prejuízos à saúde. Desse modo, este estudo objetiva analisar o consumo de legumes, verduras e alimentos ultraprocessados durante o período de pandemia da COVID-19 em adolescentes de Santarém-PA.

MÉTODOS

Trata-se de estudo transversal, descritivo, realizado a partir dos marcadores de consumo alimentar disponibilizados na base de dados do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Os dados selecionados foram: consumo de legumes e verduras e de ultraprocessados em adolescentes usuários do SUS no município de Santarém no Pará, nos anos de 2019, 2020 e 2021.

RESULTADOS

Foram atendidos 461, em 2019, 290, em 2020, e em 2021, 136 adolescentes entre 12 a 18 anos. As frequências de consumo de legumes e verduras no dia anterior a coleta foram de 71,58%, 78,62%, 78,68%, em 2019, 2020 e 2021, respectivamente. Para o consumo de alimentos ultraprocessados, observou-se que em 2019 foi de 77,01%, em 2020 foi de 75,86% e em 2021 foi de 88,24%. Ao comparar esses marcadores aplicados no SISVAN, observa-se um discreto aumento da ingestão de legumes e verduras, concomitante ao aumento de ultraprocessados. Esse consumo, durante o período pesquisado, apresenta um padrão, em geral, mais saudável com o maior consumo de legumes e hortaliças, porém de mais fácil acesso aos ultraprocessados. Ademais, o acesso a alimentos *in natura* é facilitado na região estudada por meio da agricultura familiar.

CONCLUSÃO

Os dados demonstram altas prevalências no consumo de legumes e verduras e ultraprocessados no município de Santarém durante a pandemia. Esses achados podem estar relacionados a maior preocupação com a saúde e imunidade durante o período, além das refeições serem realizadas em casa devido ao isolamento social, contudo ainda

necessitam de ajustes devido à alta prevalência de consumo de ultraprocessados. Além disso, observou-se diminuição de atendimentos desse público durante o período estudado. Por serem fatores modificáveis, estratégias de educação alimentar e nutricional podem ser aplicadas na atenção básica incentivando hábitos alimentares e estilo de vida mais saudáveis.

Palavras-chave: Adolescentes|Consumo alimentar|Covid-19

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo de ultraprocessados e ingestão de nutrientes em escolares de 7 a 10 anos de idade

Tafnes Laís Pereira Santos de Almeida Oliveira; Isabella da Costa Ribeiro; Gabriela Carvalho Jurema Santos; Rafael dos Santos Henrique; Wylla Tatiana Ferreira e Silva; Alice Valença Araújo.

Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória (Ufpe-Cav), Vitória de Santo Antão - PE - Brasil.

INTRODUÇÃO

O consumo de alimentos ultraprocessados (AUPs) tem influenciado negativamente no perfil nutricional da dieta da população mundial. Na infância, uma dieta desequilibrada e pouco nutritiva pode favorecer o desenvolvimento de distúrbios nutricionais e comprometer o crescimento e o desenvolvimento. O objetivo deste estudo foi de investigar a associação entre o consumo de AUPs e a ingestão de energia e nutrientes em escolares.

MÉTODOS

Estudo transversal realizado com escolares de 7-10 anos de idade de ambos os sexos, matriculados em escolas municipais de Vitória de Santo Antão-PE entre 2018-2019. Os critérios de exclusão foram: presença de doenças, incapacidade física e/ou uso de medicamento que pudessem comprometer a avaliação antropométrica e/ou a ingestão alimentar; e meninas com menarca precoce. Foram obtidos dados demográficos e o índice de massa corporal. O consumo alimentar foi analisado por três recordatórios de 24 horas e classificado segundo o grau de processamento. A ingestão diária de energia (kcal), carboidrato (g), proteína (g), gordura total (g), gordura saturada (g), fibra (g) e sódio (mg) foi estimada no ADS Nutri versão 9.0. Os dados foram expressos em média±DP com intervalos de confiança de 95%. Análises de regressão linear foram utilizadas para investigar as associações entre as variáveis. As análises foram realizadas no SPSS versão 20.0 e no JASP versão 0.14.1 com nível de significância de $p < 0,05$. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CAAE: 91338718.0.0000.5208).

RESULTADOS

Foram avaliados 170 escolares com idade mediana de 8,75 (7,89-9,33) anos. A média da ingestão calórica total foi de 1.768,61 kcal/dia (IC95%: 1707,15-1830,07). Destas, 786,88 kcal/dia (IC95%: 735,78-838,99) foram provenientes dos AUPs, representando mais de um terço do total das calorias consumidas (43,79%; IC95%: 41,78-45,79). Após o ajuste, a contribuição calórica dos AUPs foi um preditor significativo para o aumento da ingestão calórica total, gordura total e sódio e diminuição da ingestão de proteínas e fibras ($p < 0,05$). A contribuição calórica de AUPs na dieta dos escolares mostrou capacidade explicativa acima de 60% para a variação na ingestão de sódio, gorduras totais e proteínas. Em resumo, para cada aumento de 10% na contribuição calórica dos AUPs, houve um

aumento de 172,95mg na ingestão de sódio (β :17,295; IC95%:11,338-23,253; $r^2= 0,66$) e de 1,46g na ingestão de gorduras totais (β :0,146; IC95%:0,013-0,279; $r^2= 0,69$) e um redução de 5,84g na ingestão de proteínas (β :-0,584; IC95%:-0,734 - 0,435; $r^2= 0,63$). Não foi observada associação entre o consumo de AUPs e a ingestão de carboidratos e gordura saturada.

CONCLUSÃO

A contribuição calórica dos AUPs é elevada na alimentação dos escolares e exerce efeitos negativos na ingestão de nutrientes. Limitar o consumo de AUPs, conforme recomenda o Guia Alimentar para a População Brasileira, pode melhorar substancialmente a qualidade nutricional da dieta dos escolares.

Palavras-chave: Alimentos industrializados|Consumo alimentar|Nutrição da criança

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

CONSUMO DE VITAMINAS E MINERAIS ANTIOXIDANTES EM ADOLESCENTES COM OBESIDADE DA CIDADE DE FORTALEZA-CE

Maria Dinara de Araújo Nogueira; Géssica de Souza Martins; Clarissa Pereira de Sousa Rocha; Ana Cecília Pereira Dantas; Renata Carmo de Assis; Kaluce Gonçalves de Sousa Almondes.

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade consiste em um dos problemas nutricionais de maior expressão na população mundial nos últimos anos e relaciona-se ao estado nutricional com a má qualidade da dieta. Além disso, a pauta da obesidade na adolescência representa uma grande questão de saúde pública e o desenvolvimento desse quadro nessa faixa etária é um forte determinante de sua persistência na vida adulta. Na obesidade, várias condições metabólicas podem estar alteradas, como o equilíbrio redox. Nesse sentido, determinados nutrientes exercem um papel de atividade antioxidante, ou seja, a capacidade de modificar e/ou reduzir a ação de oxidação e geração de radicais livres, cujo desequilíbrio entre a produção e remoção dos mesmos levará ao estresse oxidativo. Desse modo, o presente estudo teve como objetivo avaliar o consumo de vitaminas e minerais antioxidantes de adolescentes com obesidade matriculados em escolas municipais de Fortaleza-Ceará.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal realizado com adolescentes estudantes da rede municipal de ensino de Fortaleza-Ceará, com diagnóstico de obesidade a partir do Índice de Massa Corporal por Idade proposto pela Organização Mundial da Saúde. O consumo de vitaminas (A, C e E) e minerais (zinco, selênio e cobre) antioxidantes foi avaliado a partir de dados obtidos por Recordatório de 24 horas, analisado no software NutWin. Os participantes do estudo assinaram o Termo de Assentimento e seus responsáveis o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (protocolo nº CAAE 3.507.172.). Os nutrientes antioxidantes foram classificados em adequado ou inadequado de acordo com a *Dietary Reference Intakes*. Os dados foram analisados no SPSS versão 22 e foram apresentados em percentuais, média e desvio padrão (DP).

RESULTADOS

Participaram do estudo 63 adolescentes com média de idade de 11,97 (DP 1,37), sendo a maioria do sexo masculino (57,1%). Foi encontrada alta prevalência de inadequação em todas as vitaminas antioxidantes avaliadas, sendo 92,1% de inadequação na vitamina A, 61,9% na vitamina C e 85,7% na vitamina E. Com relação aos minerais, apenas o zinco teve alta prevalência de inadequação (63,1%), enquanto o cobre e o selênio foram adequados em 65,1% e 61,9% dos adolescentes, respectivamente.

CONCLUSÃO

Os adolescentes apresentaram um consumo inadequado de nutrientes antioxidantes, principalmente as vitaminas A, C e E. Em relação aos minerais, apenas o zinco apresentou consumo abaixo do recomendado. Importante analisar as fontes alimentares e incentivar o consumo de alimentos de origem vegetal como fontes de diferentes micronutrientes.

Agradecimento: Às Secretarias Municipais de Educação e Saúde de Fortaleza.

Palavras-chave: Micronutrientes|Recomendações nutricionais|Estado nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Consumo habitual e principais fontes de produtos ultraprocessados consumidos por gestantes usuárias de unidades básicas de saúde

Maria Carolina de Lima; Natalia Posses Carreira; Izabela da Silva Santos; Lívia Castro Crivellenti; Daniela Saes Sartorelli.

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Fmrp), Universidade de São Paulo (Usp), Ribeirão Preto - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

O consumo de produtos ultraprocessados (PUP) tem sido desencorajado mundialmente em todas as populações e é a partir do conhecimento das principais fontes desses produtos que se torna possível criar intervenções efetivas para redução do seu consumo. O objetivo do presente estudo foi investigar o consumo habitual e as principais fontes de PUP da dieta habitual de gestantes adultas.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal que utilizou os dados da linha de base de um ensaio clínico aleatorizado controlado intitulado “Estudo de intervenção nutricional em gestantes com sobrepeso atendidas em unidades básicas de saúde: um ensaio clínico aleatorizado controlado”, que teve os dados coletados entre 2018 e 2021. Foram incluídas no estudo as gestantes com sobrepeso, idade ≥ 18 anos, sem relato de diabetes *mellitus* prévio e em acompanhamento pré-natal em uma das sete unidades de saúde onde o estudo foi conduzido, $n= 239$. Os dados de consumo alimentar foram obtidos por nutricionistas treinadas, mediante dois inquéritos recordatórios de 24 horas, coletados até a 15^a semana gestacional e seis dias, em dias não consecutivos. Os alimentos consumidos foram classificados segundo a *Nova*, a energia proveniente dos PUP foi calculada, assim como a participação de cada subgrupo para o total de PUP. A dieta habitual foi estimada por meio do *Multiple Source Method*. As análises foram conduzidas no programa SPSS (versão 21). A execução do ensaio clínico foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 69997717.6.0000.5414) e seguiu as diretrizes do CONSORT.

RESULTADOS

A média (\pm DP) da idade materna foi de 27,8 ($\pm 5,8$) anos; a média do IMC pré-gestacional foi de 27,3 ($\pm 1,4$) kg/m² e a média da idade gestacional no momento da avaliação foi de 10,7 ($\pm 2,2$) semanas gestacionais. Cerca de 121 (56,6%) mulheres se autodeclararam pardas, 135 (62,2%) foram classificadas no estrato socioeconômico C e 175 (73,2%) referiram serem casadas. Aproximadamente um sexto 16,5% ($\pm 5,9$) da energia consumida pelas gestantes foi proveniente de PUP. Os subgrupos de PUP bebidas açucaradas 31,1% ($\pm 14,6$); carnes reconstituídas 23,0% ($\pm 12,5$); bolachas e biscoitos ultraprocessados 19,7% ($\pm 15,5$); doces e balas ultraprocessados 15,5% ($\pm 16,6$) e margarina 13,2% ($\pm 10,3$) foram os que mais contribuíram para o percentual total de PUP em um dia habitual de consumo.

CONCLUSÃO

No presente estudo bebidas açucaradas, carnes reconstituídas, bolachas e biscoitos ultraprocessados, doces de balas ultraprocessados e margarina contribuíram consideravelmente para o total de energia consumida em um dia habitual de consumo alimentar. Ressalta-se a importância da implementação de intervenções nutricionais no pré-natal, visando à redução do consumo desses produtos. Financiamento: FAPESP (2017/15386–2 e 2017/18980–2), CNPq (406000/2018–2 e 302487/2018–2), CAPES e FAEPA (1039/2018, 1114/2018, 61/2019, 62/2019 e 754/2021). Estudo registrado no Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (RBR-2w9bhc).

Palavras-chave: Gravidez|Nutrição materna|Alimentos industrializados

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Contexto de (In)segurança Alimentar e o consumo alimentar em crianças menores de cinco anos do interior de Sergipe

Clara Cecilia Ribeiro de Sa¹; Tabla Marques Silveira²; Shaiane Caetano Chagas²; Silvana Castro de Brito Sottero².

1. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE - Brasil; 2. Universidade Federal de Sergipe, Lagarto - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Insegurança Alimentar (IA) diz respeito à falta de acesso regular e permanente ao alimento em quantidade e qualidade adequada e um dos os grupos com maior vulnerabilidade a essa situação é os domicílios com crianças, o que pode implicar em alterações no consumo alimentar na infância. Assim, objetivou-se caracterizar o consumo alimentar de crianças menores de cinco anos e associar com o contexto domiciliar de (in)segurança alimentar em um município do interior de Sergipe.

MÉTODOS

Estudo descritivo e transversal realizado em 94 domicílios no interior de Sergipe, selecionadas a partir do método probabilístico aleatório simples. Os instrumentos utilizados foram: questionário sociodemográfico, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e o Recordatório alimentar 24h. A análise do recordatório foi realizada com o software NutWin®, para quantificar: energia, a partir da referência da Necessidade Energética Estimada (EER), com a definição de normalidade de ingestão da World Health Organization que define o consumo <90% como insuficiente, entre 90% e 110% como adequada e >110% como excessiva, macronutrientes, a partir da Variação de Distribuição Aceitável de Macronutriente (AMDR), e os micronutrientes Zinco, Ferro e Vitamina A, avaliados de acordo com alcance da Necessidade Média Estimada (EAR) e as análises estatísticas foram realizadas a partir do software SPSS®, versão 20.0, no qual calculou-se a estatística descritiva e aplicou-se os testes: qui-quadrado de Pearson e o exato de Fisher com significância de p valor <0,05. O estudo foi aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (Parecer nº 2.802.364) e todos os responsáveis pelas crianças assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS

Dos 94 domicílios visitados, participaram do estudo 28 domicílios, que tinham crianças menores de cinco anos em sua composição familiar. A amostra foi constituída de 28 crianças com idade mediana de 2,00 anos (DP=1,575), em sua maioria, do sexo masculino (78,6%). Observou-se que 78,6% dos domicílios estavam em IA, principalmente no nível leve (50,0%). O consumo energético (57,1%) e lipídico (71,4%) das crianças estava predominantemente insuficiente e demais macronutrientes e micronutrientes adequados. Observou-se associação estatisticamente significativa do consumo energético insuficiente com a IA leve (p=0,039), do consumo proteico adequado com a IA leve e IA moderada

($p=0,025$) e do consumo adequado de ferro ($p=0,08$), zinco ($p=0,013$) e vitamina A ($p=0,028$) com a IA leve.

CONCLUSÃO

Torna-se importante desenvolver ações em combate à IA em domicílios com crianças menores de cinco anos, uma vez que o estudo apresentou alta prevalência de IA nos domicílios avaliados que se associou à inadequação no consumo energético e lipídico. É importante destacar o caráter local da pesquisa e que existe a necessidade de realização de outros estudos que aprofundem outros aspectos da IA.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional|Consumo de alimentos|Nutrição da criança

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Correlação entre a escala de silhueta para adultos e o índice de massa corporal relatado por goianos

Débora Tavares Caixêta¹; Nathália de Oliveira¹; Grassyara Pinho Tolentino¹; Danielle Godinho de Araújo Perfeito¹; Jéssika Martins Siqueira²; Ana Paula Silva Siqueira¹.

1. Instituto Federal Goiano de Educação, Ciência e Tecnologia- Campus Urutaí, Urutaí - GO - Brasil; 2. Universidade Federal de Goiás, Goiânia - GO - Brasil.

INTRODUÇÃO

A imagem corporal autopercebida é um componente multifatorial importante para saúde dos indivíduos, trata-se de percepções psíquicas além, de experiências, sendo, portanto, considerada uma avaliação subjetiva. No mundo globalizado e impactado pelo avanço das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDIC) que muitas vezes estão marcadas por experiências e sensações imediatas, há maiores possibilidades da promoção de uma aparência irreal e motivação de comparações excessivas da forma corporal, o que, tem gerado um reconhecimento incorreto do status do peso corporal, bem como uma imagem corporal negativa. As ferramentas atuais para avaliação de imagem corporal autopercebida baseiam na Escala Silhueta para Adultos (ESA). Diante do exposto, objetivou-se com este estudo correlacionar a ESA com o índice de massa corporal autorrelatado de indivíduos residentes em cidades da mesorregião Sul Goiana.

MÉTODOS

O estudo é do tipo transversal analítico com aplicação de questionário online. A população foi caracterizada por indivíduos saudáveis entre 18 e 50 anos de idade, ambos sexos, residentes em um dos quatro municípios da Mesorregião Sul Goiana: Urutaí, Pires do Rio, Ipameri e Orizona. A amostragem foi realizada por conveniência. O questionário coletou informações sobre sexo, medidas antropométricas atuais referidas e de percepção de autoimagem utilizando a ESA com 15 pontos, onde cada ponto equivalia a uma imagem corporal diferente. Cada imagem correspondeu a uma média de índice de massa corporal (IMC) variando de 12,5 a 47,5 kg/ m², com diferença constante de 2,5 pontos. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do IF Goiano Campus Urutaí nº39364320.4.0000.0036. Os dados foram analisados a partir de estatística descrita para obtenção de médias e desvio padrão e correlação de Pearson entre as variáveis autorrelatadas e autopercebidas, foi considerado o $p < 0.05$ estatisticamente significativo.

RESULTADOS

O estudo teve uma amostra de 89 pessoas, sendo 67 (75.2%) do sexo feminino e 22 (24.8%) do masculino, com média de idade de 29.4 ± 9.6 anos. A média do peso atual referido foi de 71.3 ± 16.4 kg e a do IMC de 25.5 ± 5.5 kg/m². Em relação ao IMC classificado pela ESA, observamos que a média do IMC/ESA referido foi de 29.4 ± 8.1 kg/m² e do desejado foi de 24.9 ± 4.9 kg/m². Uma correlação positiva e forte foi encontrada entre IMC atual vs. IMC/ESA referido ($r=0.85$, $p<0.0001$) e entre o IMC atual vs. IMC/ESA desejado encontrou-se uma correlação positiva e moderada ($r=0.58$, $p<0.0001$).

CONCLUSÃO

Os resultados do presente estudo evidenciam que há uma possível distorção entre o IMC obtido pela escala e o IMC atual verificado pelo peso e altura autorrelatados. Ainda, evidencia-se que apesar dos resultados mostrarem uma correlação entre os IMC atual vs. desejado pela ESA, os valores antropométricos reais são superiores aos desejados, sugerindo uma distorção da imagem corporal.

Palavras-chave: Autoimagem |Escala de silhuetas|Medidas antropométricas

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Covid 19 no público pediátrico: panorama da 2ª macrorregião de saúde de Alagoas

Catharina de Paula Oliveira Cavalcanti Soares; Letícia Guerra Buarque de Freitas;
Danielle Alice Vieira da Silva; Raphaela Costa Ferreira Lemos; Clécia Almeida Santos.
Centro Universitário Tiradentes, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

Desde o ano de 2019 quando foram identificados os primeiros casos de COVID-19 em Wuhan na China, casos no público pediátrico foram amplamente registrados. Mesmo não sendo considerado o maior grupo de risco gera grande preocupação aos órgãos vinculados à saúde, já que crianças são consideradas um grupo de alta venerabilidade biológica, esse trabalho tem como objetivo traçar o perfil epidemiológico de crianças internadas no hospital de campanha da 2ª macrorregião de saúde de Alagoas entre agosto e setembro de 2020.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo epidemiológico, retrospectivo, com base de dados secundários do tipo documental e abordagem quantitativa, onde se avaliou os dados de 100% das crianças internadas no hospital campanha do município de Arapiraca, Alagoas, Brasil, no período de agosto a setembro de 2020. Para obtenção dos dados foram realizadas consultas às planilhas de monitoramento preenchidas pelos profissionais de saúde do referido hospital e enviadas diariamente à secretária municipal de saúde de Arapiraca. Foram incluídos pacientes de qualquer sexo com idade entre 1 e 10 anos. Adotou-se como critérios de exclusão, crianças cujo dados de caracterização não estivessem registrados. As variáveis avaliadas foram: idade, sexo, procedência e diagnóstico clínico. As variáveis avaliadas foram: idade, sexo, procedência e diagnóstico clínico. Todas as planilhas foram consolidadas em um arquivo único com o auxílio do pacote Microsoft excel® e posteriormente seguiu-se com análise descritiva dos dados em valor absoluto e percentual com o auxílio do software epi info (2007). O trabalho foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Tiradentes, sendo aprovado com o parecer de nº 4.244.019 em 28 de agosto de 2020. Este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário Tiradentes, sendo aprovado com o parecer de nº 4.244.019 em 28 de agosto de 2020.

RESULTADOS

Foram identificadas 45 crianças hospitalizadas por suspeita de COVID, entre as hospitalizações relacionadas ao COVID-19, a média de idade foi de 5 anos, onde 4,4% tinham transtorno do espectro autismo (TEA), 11,11% obesidade, 8,8% anemia e 31,11% tinham alguma doença respiratória. Quanto ao tempo de internação, variou entre 2 e 16 dias, sendo observado o maior tempo de internação associado à obesidade. De todas as

internações, 86,6, % tiveram alta hospitalar e 13,3 % foram transferidos para outros hospitais.

CONCLUSÃO

A maioria das crianças que deram entrada no hospital de campanha possuíam como doença previa a obesidade e/ou doenças respiratórias, demonstrando que tais comorbidades podem estar relacionadas à susceptibilidade e agravamento da COVID 19. Neste estudo as que tinham obesidade, apresentaram o maior tempo de internação.

Palavras-chave: Crianças|Pandemia|Hospitalização

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Deficiência de vitamina D em crianças e fatores de risco associados

Gleicy Kelly Fernandes Nunes; Maria Claret Costa Monteiro Hadler.
Universidade Federal de Goiás (Ufg), Goiânia - GO - Brasil.

INTRODUÇÃO

A vitamina D, é um pré-hormônio, importante no metabolismo do cálcio e na saúde óssea das crianças, e várias doenças são associadas com a sua deficiência, como raquitismo, câncer, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, obesidade, diabetes mellitus e dislipidemia. Assim, devido à relação com várias doenças, a deficiência de vitamina D constitui um problema de saúde pública mundial, principalmente em crianças. O objetivo deste estudo foi identificar a prevalência de deficiência de vitamina D em crianças e os fatores de risco associados.

MÉTODOS

Estudo transversal, realizado com crianças com idade de seis a quarenta e dois meses, de Centros de Educação Infantil (CMEIs), vinculados ao Programa Saúde na Escola (PSE) de Goiânia – Goiás, no período de março de 2018 a março de 2019. A coleta de dados foi realizada com os pais/responsáveis após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), presencialmente ou por ligação telefônica. Foram coletados dados gestacionais, variáveis socioeconômicas de idade, sexo, peso ao nascer, histórico de aleitamento materno, participação em programas de alimentação, idade materna, escolaridade dos pais, renda familiar e classificação socioeconômica, dados antropométricos, bioquímicos e dietéticos das crianças. A análise estatística foi realizada no Software Stata 17.0. A normalidade das variáveis foi analisada pelo teste de Kolmogorov Smirnov. A associação das variáveis independentes com o desfecho foi analisada pelo teste de correlação de Pearson ou Spearman, sendo considerados estatisticamente significativos valores de $p < 0,05$. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás com o número da CAAE: 80541717.3.0000.5083.

RESULTADOS

Foram analisadas 130 crianças, a prevalência de deficiência de vitamina D foi de 77,69%. Foi encontrada correlação positiva dos níveis de vitamina D com altura ($r=0,1786$; $p=0,0429$) e correlação negativa com a introdução na alimentação de farinhas enriquecidas ($r=-0,2316$; $p=0,0097$), sopa ($r=-0,1728$; $p=0,0502$) e substituição de refeições por lanches ($r=-0,1759$; $p=0,0462$), assim como a frequência das substituições ($r=-0,1818$; $p=0,0407$).

CONCLUSÃO

Foi encontrada uma elevada prevalência de deficiência de vitamina D em crianças, com correlação positiva com a altura. A introdução de alimentos como sopas e farinhas enriquecidas, e a substituição de refeições por lanches foram fatores correlacionados com a deficiência de vitamina D. Os resultados apontam para a necessidade da criação de estratégias e ações de orientação nutricional para esse público.

Palavras-chave: micronutrientes|crianças|deficiência de vitamina D|doenças de deficiência

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Desafios da implantação de cardápios escolares conforme a nova legislação do PNAE

Marina Messas Siqueira Menezes¹; Beatriz Duarte Soares¹; Julliana Melengati de Mendonça¹; Geíza de Vasconcellos de Almeida¹; Carolina Antunes Dias Dargam²; Patrícia Henriques¹.

1. Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ - Brasil; 2. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

A adequação dos cardápios da alimentação escolar conforme a Resolução nº 6/2020, determinada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), é uma estratégia necessária para a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar. Todavia, considerando a exclusão de alimentos já integrados à rotina da comunidade escolar e a inclusão de novos alimentos e preparações, é necessário verificar quais os desafios para implementação no que tange a oferta e aceitação da alimentação escolar conforme o preconizado na legislação. O objetivo do estudo foi analisar os desafios para implementação de novos cardápios com base nas alterações das legislações do PNAE na Rede de Educação de um município do Rio de Janeiro.

MÉTODOS

Realizou-se um estudo transversal quali-quantitativo em sete escolas municipais, escolhidas por amostragem aleatória simples através de sorteio. Foi realizado o teste de aceitabilidade da preparação leite com cacau 100% e açúcar. O teste aplicado foi a escala hedônica facial, utilizando cinco expressões: “adorei”, “gostei”, “indiferente”, “não gostei” e “detestei”. Para o alimento/preparação ser considerado aceito, o resultado deve ser de, no mínimo, 85% das expressões “gostei” e “adorei”, de acordo com o Manual para Aplicação dos Testes de Aceitabilidade do PNAE. Além disso, foram realizadas entrevistas com 12 merendeiras e, para condução das entrevistas, utilizou-se um roteiro semi estruturado visando a identificar as concepções das merendeiras acerca das atualizações do cardápio e desafios para sua implantação. Os dados quantitativos do teste de aceitabilidade foram analisados estatisticamente pelo programa SPSS (Statistical Package for Social Sciences). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética do Hospital Universitário Antônio Pedro, CAAE: 98417718.5.0000.5243.

RESULTADOS

Para o teste de aceitabilidade, participaram do estudo o total de 181 alunos de ambos os sexos, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Das respostas obtidas, 56,3% (n=102) foram “adorei”, 13,2% (n=24) “gostei”, 13,8% (n=25) “indiferente”, 6% (n=11) “não

gostei” e 10,4% (n=19) “detestei”, totalizando uma aceitabilidade baixa, correspondente a 69,6%. De acordo com as narrativas das merendeiras, os alunos apresentam maior dificuldade em aceitar vegetais que não fazem parte da sua rotina. Outro fato relevante foi o desconhecimento a respeito do PNAE em sua totalidade por parte das merendeiras.

CONCLUSÃO

Tendo em vista a recusa aos alimentos que não fazem parte do hábito alimentar dos escolares, a baixa aceitação observada reflete a necessidade de aplicação de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) de forma contínua e permanente, conforme recomendado na Resolução nº6/2020. Somado a isso, há a necessidade de conscientização das merendeiras sobre o programa, a fim de propiciar o entendimento sobre o contexto em que estão inseridas, visto que são atores relevantes para a execução do PNAE.

Palavras-chave: Alimentação Escolar|Política pública|Aceitabilidade

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Descrição da pressão arterial e sua associação com estado nutricional pré-gestacional em mulheres da Coorte Maternar

Andriele Madruga Peres; Bruna Luiza Holand; Manassés Ferreira Lemos; Vera Lúcia Bosa; Michele Drehmer; Agneskelly da Silva Ramires.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

As síndromes hipertensivas na gestação (SHG), entre elas hipertensão crônica, hipertensão gestacional e pré-eclâmpsia, acarretam riscos para a saúde materna e perinatal. Considerando o impacto das SHG e o caráter modificável do estado nutricional pré-gestacional, o objetivo deste trabalho foi descrever a pressão arterial sistólica (PAS) e diastólica (PAD) de acordo com os trimestres gestacionais e sua associação com o estado nutricional pré-gestacional de mulheres da Coorte Maternar.

MÉTODOS

Estudo de coorte retrospectivo e prospectivo com mulheres que tiveram seus recém-nascidos em uma maternidade de referência no Sul do Brasil. As medidas repetidas de PAS e PAD e datas das consultas foram extraídas das cadernetas de gestante. As variáveis categóricas foram apresentadas em frequências absolutas e relativas, e as variáveis contínuas apresentadas em média e desvio padrão. Para comparar a média de PAS e PAD entre os trimestres foi realizada a ANOVA e o teste post hoc de Tukey para identificar em quais grupos houve diferença estatisticamente significativa. Regressões de Poisson com variância robusta bruta e ajustada foram realizadas para testar a associação entre alterações na pressão arterial e o índice de massa corporal (IMC) pré-gestacional. A pressão arterial foi dicotomizada em PA elevada (PAS \geq 140 mmHg e/ou PAD \geq 90 mmHg) e PA não elevada. O IMC pré-gestacional foi dicotomizado em excessivo (\geq 25 kg/m²) e não excessivo (\leq 24,9 kg/m²). Projeto aprovado sob CAAE: 83872018.9.0000.5327.

RESULTADOS

Foram incluídas 1015 mulheres com idade média de 28 \pm 6,1 anos e IMC pré-gestacional médio de 26,8 \pm 5,6 kg/m². No primeiro, segundo e terceiro trimestres a PAS média foi 110,2 \pm 11,8, 109,5 \pm 10,6 e 111,9 \pm 10,8 mmHg, respectivamente. A PAD média nos respectivos trimestres foi 67,7 \pm 9,1, 67,4 \pm 7,6, 69,5 \pm 8,0 mmHg. Houve variação estatisticamente significativa nos valores de PAS e PAD entre o primeiro e segundo trimestres em relação ao terceiro, demonstrando aumento da PA ao longo da gestação. A prevalência de PA elevada entre as gestantes com excesso de peso no primeiro, segundo e terceiro trimestre foi de 4,0%, 1,6% e 2,7%, respectivamente. Entre as gestantes sem excesso de peso os percentuais foram de 2,1%, 1,3% e 1,9%, respectivamente. Após

ajustes para idade, cor da pele e paridade, não foram observadas associações estatisticamente significativas entre o IMC pré-gestacional e PA elevada.

CONCLUSÃO

Observamos um aumento da PA ao longo da gestação, corroborando com estudos sobre o tema. No entanto, não foram encontradas relações entre o IMC pré-gestacional e a PA elevada durante a gestação. O monitoramento da PA ao longo da gestação é parte fundamental da atenção pré-natal e a identificação precoce de gestantes com maior risco de alteração possibilita o manejo adequado.

Palavras-chave: Gravidez|Pressão Arterial|Estado Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Desenvolvimento de protocolo de uso baseado no Guia Alimentar para a População Brasileira na orientação alimentar de adolescentes na Atenção Primária à Saúde

Vanessa Del Castillo Silva Couto; Cláudia Tramontt; Thanise Sabrina Souza Santos; Fernanda Rauber; Maria Laura da Costa Louzada; Patrícia Constante Jaime.
Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (Fsp-Usp), São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) fornece subsídio para a orientação alimentar no Sistema Único de Saúde (SUS). A população de adolescentes estimada no Brasil é de 14,15%, que permanece invisibilizada pela dificuldade dos serviços de Atenção Primária à Saúde (APS) em reconhecer suas especificidades. Recentemente foi publicado pelo Ministério da Saúde um Protocolo de Uso do GAPB na orientação alimentar individual de adolescentes na APS, que tem como foco dar orientações com base nas recomendações do GAPB para essa população. Esse trabalho tem o objetivo de apresentar as etapas metodológicas que guiaram o desenvolvimento e validação deste Protocolo de Uso.

MÉTODOS

Este estudo foi dividido em seis etapas metodológicas: definição da estrutura do protocolo, definição do instrumento de avaliação do consumo alimentar, extração das recomendações alimentares do GAPB aplicáveis a orientação alimentar individual a partir do instrumento de avaliação do consumo, sistematização de evidências sobre saúde e necessidades de alimentação e nutrição de adolescentes, desenvolvimento de mensagens específicas para a orientação alimentar de adolescentes, validação de conteúdo com especialistas, validação aparente com profissionais de saúde e revisão final. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de São Paulo (nº 4.232.862).

RESULTADOS

Foi definida a estrutura do protocolo com base em um fluxograma decisório para guiar as condutas dos profissionais de saúde da APS. O instrumento de avaliação do consumo alimentar escolhido foi a ficha de marcadores de consumo alimentar do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). As orientações alimentares foram desenvolvidas com base na síntese de evidências que sistematizou a produção de dados sobre a saúde e nutrição de adolescentes a partir de inquéritos nacionais. A abordagem para as orientações alimentares teve como base estudos sobre temas mobilizadores de adolescentes, que foram também extraídos das recomendações do GAPB. Uma versão completa foi submetida à validação de conteúdo com especialistas e validação aparente com profissionais de saúde. Modificações finais foram feitas e o protocolo foi avaliado como relevante e pertinente e aplicável no contexto da APS.

CONCLUSÃO

O Protocolo de Uso do GAPB desenvolvido preenche uma lacuna para a qualificação da orientação alimentar individual considerando as necessidades e singularidades de adolescentes e baseadas nas recomendações do GAPB, qualificando a promoção da alimentação adequada e saudável realizada por profissionais de saúde da APS do SUS.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde|Guias Alimentares|Guias de Prática Clínica|Adolescente

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Desenvolvimento de tabela de composição de amins em alimentos brasileiros e avaliação da ingestão populacional

Maria Beatriz Abreu Glória¹; Fabiana Barbosa Diniz¹; Bruno M. Dala Paula².

1. Ufmg, Belo Horizonte - MG - Brasil; 2. Unifal, Alfenas - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

As amins bioativas são bases nitrogenadas não proteicas presentes em numerosos alimentos. Em função de sua síntese, podem ser classificadas em poliaminas e amins biogênicas. Nos humanos, dietas ricas em poliaminas têm sido associadas com fator de proteção contra as doenças cardiovasculares, declínio cognitivo associado ao envelhecimento e aumento da longevidade. As amins biogênicas, por outro lado, são vasoativas ou neuroativas, podendo estar naturalmente presentes em alguns alimentos ou serem formadas por descarboxilação de aminoácidos livres, principalmente por ação de enzimas microbiana. Possuem funções importantes nos tecidos, embora a ingestão de algumas (histamina, tiramina) em teores elevados pode causar efeitos negativos à saúde. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo criar uma tabela de composição de alimentos brasileiros com teores de dez amins bioativas, identificar os alimentos que apresentam teores significativos de poliaminas, histamina, e tiramina e estimar a ingestão dessas amins em diferentes regiões do Brasil.

MÉTODOS

A compilação dos teores de amins em alimentos foi realizada pela revisão da literatura científica, estabelecendo-se como critérios um número mínimo de cinco amostras de alimentos e análise realizada por cromatografia líquida de alta eficiência. A tabela, denominada TAMIN foi desenvolvida por agrupamentos de alimentos em 17 categorias alimentares. A ingestão *per capita* destas amins nas diferentes regiões do Brasil foi estimada, por meio da Pesquisa de Orçamento Familiar (2008-2009) do IBGE, e os teores de amins constantes da TAMIN.

RESULTADOS

Os alimentos com teores expressivos de poliaminas foram: fígado bovino e de frango, soja, sorgo, isolado proteico de soja, feijão caupi, milho verde, cogumelos (shimeji preto, tipo salmão) e maracujá. Os alimentos com teores expressivos de histamina foram: queijo ralado, molho de soja, berinjela. Os alimentos com teores expressivos de tiramina foram: queijo ralado, salames (brianza, friolano, italiano, hamburguês e milano) e berinjela. A ingestão per capita de poliaminas variou de 10,72 a 16,10 mg/dia, respectivamente nas regiões sul e nordeste. Em relação a ingestão de histamina, a região Norte apresentou maior consumo (4,0 mg/dia), e a Sul, o menor consumo (1,31 mg/dia). A ingestão de

aminas vasopressoras foi maior na região Centro-oeste (2,00 mg/dia) e menor na região Norte (1,59 mg/dia).

CONCLUSÃO

O padrão alimentar da região Nordeste apresenta-se favorável à ingestão de elevados níveis de poliaminas, o que, segundo evidências científicas, pode contribuir com o aumento da longevidade humana. Por outro lado, indivíduos sensíveis à histamina devem se atentar ao padrão dietético da região Norte. A atualização das análises de ingestão de aminas, a partir da POF 2017-2018 pode proporcionar contribuições epidemiológicas importantes, além da pesquisa com diferentes grupos populacionais específicos, como as crianças menores de dois anos e idosos.

Palavras-chave: poliaminas|histamina|tiramina|longevidade|saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Desenvolvimento do webapp “Nutrição de Bolso” para profissionais da atenção primária à saúde no cuidado nutricional de condições crônicas

Gabriel Barbosa Delmondes de Moraes¹; Anderson Leão Nogueira Holsbach²; Karine Domingos de Araújo³; Camila Medeiros da Silva Mazetti³; Bruna Paola Murino Rafacho³.

1. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Ufms), Campo Grande - MS - Brasil; 2. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul (Ses/MS), Campo Grande - MS - Brasil; 3. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS - Brasil.

INTRODUÇÃO

A alarmante prevalência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) geram desgaste nas equipes de saúde e altos custos aos cofres públicos. Apesar de terem à disposição uma gama valiosa de materiais instrucionais e de apoio, os profissionais de saúde carecem de ferramentas que facilitem sua rotina de elaboração de ações de saúde e Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN). Logo, este trabalho teve como objetivo construir o *webapp* “Nutrição de Bolso”, a fim de auxiliar na execução de ações em alimentação e nutrição na Atenção Primária à Saúde (APS) e no aperfeiçoamento da VAN.

MÉTODOS

Estudo descritivo, de abordagem qualitativa, por meio de análise documental. A primeira etapa consistiu no delineamento da estrutura do aplicativo juntamente à Faculdade de Computação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Em conjunto com a Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul (SES/MS), foi realizada a construção e implantação do software, utilizando as tecnologias PHP 8.1.x, MySQL 8.0.x, Nginx e Ubuntu 22.04. Também foram realizadas oficinas de discussão para seleção de como cada conteúdo seria abordado no software, de modo a tornar a ferramenta prática e interativa para o profissional. O documento norteador para a estrutura do *webapp* escolhido foi o documento “Matriz para Organização dos Cuidados em Alimentação e Nutrição na APS”, do Ministério da Saúde.

RESULTADOS

“Nutrição de Bolso” teve por meta indicar recomendações de ações em alimentação e nutrição ao usuário de forma interativa, com base no documento “Matriz para Organização dos Cuidados em Alimentação e Nutrição na APS”, juntamente à ficha de Marcadores de Consumo Alimentar, foram selecionadas como material base para os conteúdos. Dessa forma, foi possível definir a usabilidade do *app* em um formato semelhante a um fluxograma, no qual o profissional da saúde tem à sua disposição na tela principal os botões “práticas universais” e “práticas específicas”. As práticas universais são organizadas de modo a sugerir ações para atendimento à população geral, enquanto as práticas específicas são organizadas a fim de sedimentar os conteúdos para populações

específicas, como em faixas etárias e povo tradicionais, por exemplo. Dessa forma, o profissional da saúde tem a possibilidade de encontrar, de forma ágil e intuitiva, a recomendação de ação que corresponde à sua demanda no momento do atendimento individual ou coletivo, além de ter à mão instruções de como realizar corretamente o trabalho de VAN na APS.

CONCLUSÃO

A utilização de softwares como ferramentas instrucionais e de apoio ganha espaço nos mais diversos segmentos sociais. A informatização na área da saúde torna-se cada vez mais necessária, considerando os inúmeros obstáculos enfrentados na rotina em decorrência do cenário epidemiológico atual das DCNT. Portanto, a difusão e valorização de *apps* como o “Nutrição de Bolso”, entre os profissionais da saúde, representa um passo à frente no enfrentamento de DCNT na APS.

Palavras-chave: Apps móveis|Vigilância nutricional|Atenção básica|Doenças crônicas|Estratégias de eSaúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Desenvolvimento e validação de conteúdo de um instrumento para avaliação da motivação para a perda de peso em adolescentes com sobrepeso e obesidade

David Franciole de Oliveira Silva; Karine Cavalcanti Mauricio Sena-Evangelista;
Ricardo Fernando Arrais; Severina Carla V. C. Lima.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Ufrn), Natal - RN - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade representa um grave problema de saúde pública tanto no Brasil quanto em outros países. Nesse contexto, a redução e controle do peso corporal é uma medida importante para reduzir os riscos à saúde associados à obesidade na adolescência e na idade adulta. Porém, os adolescentes podem buscar perder peso por motivações mais relacionadas à aparência que para obter melhor saúde e qualidade de vida. Neste sentido, do objetivo deste estudo é desenvolver e validar o conteúdo de um instrumento para avaliação da motivação para a perda de peso em adolescentes com sobrepeso e obesidade.

MÉTODOS

O desenvolvimento e validação do instrumento foram realizados em cinco etapas, para as quais foram realizadas duas revisões sistemáticas. O primeiro, para a identificação de questionários que avaliam a motivação para a perda de peso, incluiu seis estudos e contribuiu para a seleção dos domínios para o instrumento. O segundo, realizado para identificar as motivações para a perda de peso em adolescentes com sobrepeso e/ou obesidade, incluiu seis estudos e contribuiu para a seleção de 17 motivações incluídas na versão inicial do instrumento. As motivações mais identificadas foram: ter melhor saúde, melhorar minha aparência, melhorar minha autoestima e evitar o *bullying*. A validade do conteúdo foi confirmada por um comitê de 12 especialistas das áreas de nutrição, endocrinologia, psicologia e educação física. Com base nessas avaliações, calculou-se o índice de validade de conteúdo. Apenas os itens com índice de validade de conteúdo >0,80 para relevância prática foram mantidos no instrumento.

RESULTADOS

Cinco das 17 motivações incluídas na versão inicial do instrumento foram excluídas por terem índice de validade de conteúdo <0,80 para relevância prática. Dos 12 itens mantidos no instrumento, cinco foram revisados por especialistas para padronizar a redação e tornar a linguagem mais adequada para os adolescentes. As motivações incluídas no instrumento foram melhorar a minha saúde, para eu ser mais saudável, para me movimentar mais facilmente e praticar atividades físicas, melhorar minha qualidade de vida, melhorar minha autoestima, para eu ser mais atraente/mais desejado(a), para sentir-me bem, aceitar meu próprio corpo, melhorar minha aparência, ter corpo saudável, para evitar provocações/*bullying* comigo e ser aceito(a) pelos meus amigos e colegas de escola. Os

especialistas categorizaram os itens nos domínios saúde, satisfação pessoal, aparência e domínios sociais.

CONCLUSÕES

Este é o primeiro instrumento que avalia a motivação para a perda de peso em adolescentes com sobrepeso e obesidade no Brasil. A avaliação de validade do conteúdo pelo painel de especialistas proporcionou maior relevância prática, além de ter contribuído para uma melhor apresentação dos itens. Mais testes psicométricos são necessários para determinar a confiabilidade e a validade de constructo do instrumento.

Palavras-chave: Questionário|Avaliação|Motivação|Perda de Peso|Adolescentes

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Desenvolvimento e validação de índice de qualidade de refeições por meio de registro fotográfico: primeiro passo para aplicativo de avaliação de refeições utilizando Machine Learning

Josiane Steluti¹; Semíramis M. A. Domene¹; Jun Okamoto Junior²; Dirce Maria Marchioni³.

1. Unifesp, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 3. Universidade São Paulo, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

Há aproximadamente 84 milhões de smartphones em uso no Brasil. A utilização desta tecnologia facilita o dia a dia dos indivíduos no âmbito pessoal, social e profissional incluindo na melhoria do consumo alimentar. Pretende-se desenvolver um aplicativo para avaliar a qualidade de uma refeição a partir de uma fotografia tirada por um celular, utilizando inteligência artificial. Para isso, a máquina deve ser treinada para reconhecer qual refeição é saudável ou não e, como primeiro passo, é necessário um índice de qualidade da refeição. Assim, este estudo tem como objetivo desenvolver e validar um índice de qualidade de refeição, para ser aplicado em fotos de uma refeição principal, almoço ou jantar (IQR-foto).

MÉTODOS

O estudo transversal de desenvolvimento e validação do IQR-foto (Parecer: n°. 3.651.054) são etapas do projeto “ClicPrato”. Para o desenvolvimento do índice foram consideradas as principais diretrizes estabelecidas na literatura científica e no “Guia Alimentar para a População Brasileira” para uma alimentação saudável. O índice apresenta nove componentes que avalia: carnes e fonte proteica; modo de preparo; leguminosas, variedade de alimentos, frutas, legumes e verduras; alimentos ultraprocessados; alimentos à base de cereais e grãos integrais; alimentos com alto teor de gordura e de carboidratos. A pontuação total varia de 0 a 9 pontos. Para validação, 90 voluntários fotografaram o prato e registraram todo o consumo, alimentos e suas respectivas quantidades em medidas caseiras que, posteriormente, foram digitadas no software GloboDiet. A validação do índice foi realizada a partir da comparação dos dados (pontuação total) obtidos pelo índice (IQR-foto) com a pontuação do índice de qualidade da refeição (IQR) proposto por Gorgulho et al., 2018 e com o valor nutricional da refeição (energia, macronutrientes, micronutrientes e grupos de alimentos selecionados). A pontuação obtida no IQR-foto foi comparada com a pontuação obtida no IQR por meio de correlação de Spearman. Além disso, utilizou-se a análise de Bland e Altman e a estatística de Kappa para avaliar a concordância entre os índices considerando os tercís de ambas as pontuações.

RESULTADOS

Observa-se correlação positiva e significativa ($p < 0,05$) para a quantidade de fibras, legumes e verduras, cálcio, magnésio, fósforo, potássio, retinol e vitamina C, além de correlação negativa e significativa ($p < 0,05$) para densidade energética e vitamina D. Na comparação da pontuação total do IQR – foto e do IQR, nota-se uma correlação de Pearson de $r = 0,19$ e $p = 0,064$. Além disso, realizou-se a concordância entre os tercís da pontuação total do IQR e IQR-foto. Observa-se que há concordância de 33,3% e não significativa ($p = 0,238$).

CONCLUSÃO

O índice apresentou correlação positiva com características da refeição que são considerados favoráveis, como presença de legumes e verduras e fibras, e inverso com densidade energética, que *per se* é considerado um indicador de qualidade da dieta.

Palavras-chave: Consumo alimentar|Índice de qualidade da refeição|Machine Learning|Fotos de refeição

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Desigualdades nas taxas de excesso de peso infantil nos municípios de Alagoas a partir de indicadores socioeconômicos multidimensionais

Nicole Almeida Conde Vidal¹; Jonas Augusto Cardoso da Silveira².

1. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil; 2. Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade é um agravo caracterizado pelo acúmulo excessivo de tecido adiposo. Quando este processo é instalado ainda na infância, observam-se prejuízos desde o comprometimento do crescimento e desenvolvimento das crianças até o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis nas etapas subsequentes do ciclo da vida. O conhecimento dos determinantes sociais do excesso de peso infantil favorece o desenvolvimento de políticas públicas que amenizem a evolução desta doença por meio de ações estruturantes sobre as raízes ambientais do problema. Diante disso, o objetivo foi analisar as prevalências de excesso de peso (EP) infantil e sua associação com indicadores socioeconômicos nos municípios alagoanos.

METODOLOGIA

Estudo ecológico a partir de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional de 2019. Foram extraídos dados em nível municipal referentes aos indicadores de peso-para-idade (P/I; 0-2 anos) e do índice de massa corporal-para-idade (IMC/I; 2-5 e 5-10 anos). O EP foi definido quando o P/I ou IMC/I foi $> 2DP$. As desigualdades foram avaliadas por meio dos índices de Vulnerabilidade Social (IVS; infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho) e de Desenvolvimento Humano (IDH; longevidade, educação e renda). As taxas de EP infantil foram estimadas por meio de modelos de regressão binomial negativa.

RESULTADOS

As prevalências de EP infantil em lactentes, pré-escolares e escolares foram, respectivamente, 10,3% (4,1% a 31,3%), 15,5% (4,0% a 29,9%) e 13,2% (4,2% a 46,9%). A vulnerabilidade social muito alta foi presente em 61,8% (n=63) dos municípios; nenhum município foi classificado com muito baixa ou baixa vulnerabilidade social. Para menores de 2 anos, não se observou associação entre a prevalência de EP e os indicadores adotados. Entre os pré-escolares e os escolares, o IDH (estratificado em quartil) não se associou ao EP. Por outro lado, as taxas de obesidade em crianças de 2 a 5 anos e de 5 a 10 anos foram, respectivamente, 1,20 (1,05; 1,39 IC95%) e 1,18 (1,01; 1,39 IC95%) vezes maior nos municípios com média e alta vulnerabilidade social em comparação àqueles com nível muito alto de vulnerabilidade. As estimativas não foram alteradas mediante a exclusão da capital Maceió das análises.

CONCLUSÃO

Nossos dados indicaram que o pouco desenvolvimento social observado nos municípios alagoanos, não resultou em ambientes protetores da obesidade infantil. Após o 2º ano de vida, ao adentrarem espaços comunitários, as crianças passaram a ser expostas a ambientes obesogênicos. Este achado ecológico reforça a importância de políticas públicas estruturantes para a promoção da saúde e prevenção da obesidade.

Palavras-chave: Obesidade
socioeconômicos|Vulnerabilidade social

infantil|Sobrepeso|Aspectos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Desigualdades raciais no ambiente alimentar comunitário de uma capital do sul do Brasil

Daniely Casagrande Borges; Raquel Canuto; Júlio Celso Borello Vargas.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Porto Alegre - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os ambientes alimentares podem ser caracterizados de acordo com o nível de processamento dos alimentos comercializados, bem como desertos e pântanos. Os desertos são áreas onde existem poucos ou nenhum estabelecimento que comercialize alimentos saudáveis e os pântanos alimentares são áreas onde há o predomínio de estabelecimentos que comercializem alimentos ultraprocessados. Estudos internacionais têm demonstrado que a qualidade do ambiente alimentar e a presença de desertos alimentares está associada a maior presença de população negra na vizinhança. Porém no Brasil, esses dados são escassos. O objetivo do trabalho é descrever a presença de pântanos e desertos na cidade de Porto Alegre de acordo com presença de população preta, parda e indígena vivendo na vizinhança em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo ecológico, sua unidade de análise será os setores censitários da cidade de Porto Alegre. Os dados de estabelecimentos alimentares foram disponibilizados pela Secretaria da Fazenda Estadual, do ano de 2020. Enquanto os dados sociodemográficos são provenientes do Censo de 2010. Os procedimentos metodológicos seguiram os seguintes passos: (1) mapeamento e classificação dos estabelecimentos alimentares conforme o grau de processamento dos produtos comercializados (In natura e minimamente processados, mistos, ultraprocessados, supermercados e hipermercados); (2) identificação dos desertos e pântanos alimentares; (3) caracterização dos setores de acordo o percentual de pessoas pretas, pardas e indígenas vivendo no setor; o percentual de pessoas pretas, pardas e indígenas foi classificado em quartis.

RESULTADOS

Foram incluídos na análise 2381 setores censitários, destes 48,3% (n=1150) foram considerados desertos alimentares, 75% (n=1786) foram considerados pântanos alimentares. A média percentual de pessoas pretas, pardas e indígenas por setor censitário foi de 18,27% (PD=14,39). Menores médias do total estabelecimentos, estabelecimentos que comercializavam alimentos in natura e minimamente processados, mistos, ultraprocessados, e supermercados e hipermercados foram encontradas nos setores censitários com maior população negra e indígena (p-valor <0,05). Os setores classificados como desertos alimentares exibem médias maiores no percentual de pessoas negras, pardas e indígenas. Já os setores classificados como pântanos apresentam padrão inverso. (p-valor: <0,001).

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que setores censitários com maior percentual de população preta, parda e indígena apresentaram menor número de estabelecimentos de alimentos. Consequentemente, apresentam mais frequentemente desertos alimentares. Isso denota um claro padrão de desigualdades raciais em saúde, onde os indivíduos brancos acessam com maior possibilidade de acesso a alimentos do que indivíduos negros e indígenas. Políticas de alimentação precisam considerar o peso da discriminação racial no acesso aos alimentos.

Palavras-chave: epidemiologia social|desertos alimentares|pântanos alimentares

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Desmame precoce em crianças com alergia à proteína do leite da vaca, usuárias de fórmulas infantis especiais fornecidas pelo SUS

Yasmin Franco Rodrigues Silva; Giuliana Rizzo Taveira; Gabriela Grillo da Silva;
Carolina Teixeira Bertoni; Míriam Carmo Rodrigues Barbosa.
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que as crianças recebam o leite materno de forma exclusiva até o 6º mês de vida, seguindo até 2 anos ou mais com a adição de outros alimentos a partir desse período. O uso de outros leites pode trazer riscos, o leite de vaca possui três vezes mais proteína que o leite humano, além de conter uma proteína potencialmente alergênica, a beta lactoglobulina, o que pode acarretar sobrecarga dos rins e aumentar a excreção de cálcio pela urina. O tratamento para portadores da Alergia à Proteína do Leite de Vaca (APLV) é realizado a partir da exclusão dessa proteína da alimentação da lactante e da criança. O índice de desmame pode se intensificar dada a restrição dietética a que a mãe deverá ser submetida e a falta de orientação correta para essa condução. Quando não há possibilidade do aleitamento materno, fórmulas infantis específicas são indicadas. O objetivo do presente estudo foi identificar a prevalência de desmame precoce em usuários de fórmulas infantis para APLV fornecidas pelo SUS.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal de caráter censitário, constituído por todas as crianças com idade igual ou inferior a 6 meses que solicitaram fórmulas infantis para APLV pela primeira vez, durante o ano de 2018, através de um programa Estadual de fornecimento de fórmulas infantis para alergia. Os dados foram obtidos através dos prontuários utilizados pela Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo. Foram realizadas análise de frequência para variáveis categóricas e média para variáveis contínuas. O projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal do Espírito Santo sob CAEE: 39716120.2.0000.5060.

RESULTADOS

Foram analisados dados de 1.213 usuários crianças que atenderam aos critérios de inclusão. A prevalência de desmame precoce foi de 98%, a média de tempo de amamentação exclusiva entre essas crianças foi de 38 dias e de amamentação total 41

dias. Sobre a Amamentação Exclusiva (AME), 14% informaram que havia sinais e sintomas de APLV mesmo em AME e 27% informaram que não havia sintomas durante o AME. Dentre os motivos para iniciar o uso de fórmulas, a maioria dos prontuários traziam como justificativa produção insuficiente de leite materno (38,9%), apenas 8,6% informaram o diagnóstico de APLV como motivo para iniciar complemento alimentar.

CONCLUSÃO

Considerando o exposto, nota-se a alta prevalência de desmame precoce, sendo o principal motivo para o desmame precoce a “produção insuficiente”, demonstrando a inadequação da recomendação de fórmulas para crianças alérgicas e atestando possível falha no aconselhamento às mães.

Palavras-chave: Hipersensibilidade a Leite|Aleitamento Materno|Política de Saúde|Saúde Materno-Infantil|Nutrição do Lactente

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Dieta com maior potencial inflamatório está associada à hipercolesterolemia em adolescentes pertencentes à Coorte RPS

Raíssa Bárbara Dias Santos; Ana Karina Teixeira da Cunha França; Carolina Abreu de Carvalho; Renata de Sousa Gomes; Isabela Leal Calado; Elma Izze da Silva Magalhães.
Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A hipercolesterolemia pode estar associada ao estilo de vida, incluindo a dieta. Os adolescentes estão mais suscetíveis às escolhas alimentares inadequadas. O objetivo deste estudo foi avaliar a associação do potencial inflamatório da dieta e outros fatores relacionados ao estilo de vida com níveis elevados de colesterol sérico em adolescentes pertencentes à Coorte RPS (Ribeirão Preto, Pelotas e São Luís).

MÉTODOS

Estudo transversal realizado com 2240 adolescentes com 18 e 19 anos, da terceira fase da Coorte (1997/98) de São Luís, seguindo as recomendações do Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology (STROBE). Para avaliação do perfil lipídico foram realizados exames bioquímicos: colesterol total (CT), HDL-c, LDL-c e triglicérides. Foi avaliado o estado nutricional, por meio do índice de massa corporal (IMC) e percentual da gordura corporal (%GC), e o consumo alimentar por meio do Índice Inflamatório da Dieta ajustado para Energia (IIDE), a partir dos dados do Questionário de Frequência Alimentar (QFA). O IIDE foi avaliado em tercil, sendo o primeiro menos pró-inflamatório e o terceiro mais pró-inflamatório. A variável desfecho foi nível sérico de CT e as independentes foram as variáveis socioeconômicas e demográficas, estilo de vida e estado clínico-nutricional. Realizou-se análise de regressão linear multivariado para verificar a associação entre as variáveis de interesse e colesterol total. O estudo de Coorte RPS de São Luís-MA, que deu origem a este artigo, obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (parecer consubstanciado sob nº 1.302.489).

RESULTADOS

Houve predominância de indivíduos do sexo feminino (51,6%), da cor parda (63,3%) e mediana de renda familiar de R\$ 1.400,00. A maioria relatou tempo de sono ≥ 6 h/dia (85,7%), tempo de tela > 5 h/dia (63,3%), ser sedentário (44,3%), não consumir bebida alcoólica (58,1%) nem fumar (58,1%). O IIDE apresentou valor médio de +1,6 (DP $\pm 1,4$) e de mediana de 1,5 (P25:0,7; P75:2,5). De acordo com o IMC, 5,7% foram classificados com obesidade, e 9,9% apresentaram hipercolesterolemia.

Adolescentes que possuíam dieta mais próinflamatória (maior tercil do IIDE) ($\beta=0,03$; IC95%: 0,01;0,07), que eram do sexo feminino ($\beta=0,03$; IC95%: 0,01;0,06) e obesos, avaliados por meio do IMC ($\beta=0,08$; IC95%: 0,01;0,20) e do %GC ($\beta= 0,07$; IC95%: 0,03;0,10), apresentaram níveis séricos mais elevados de CT.

CONCLUSÃO

Entre os adolescentes avaliados, os fatores relacionados ao estado nutricional, como a dieta próinflamatória e obesidade, foram as variáveis os que apresentaram maior associação com colesterol sérico mais elevado. Além disso, o sexo feminino também apresentou níveis mais elevados de colesterol.

Palavras-chave: Dieta|Consumo alimentar|Inflamação|Adolescentes|Hipercolesterolemia

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Dificuldades na condução do programa estratégico de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó (NutriSUS) no estado do Acre: percepção dos coordenadores

Douglas Oliveira Vieira; Mariana Cavalcante Martins.
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

Práticas alimentares inadequadas na infância estão intimamente relacionadas à morbimortalidade em crianças, representadas por desnutrição, excesso de peso e carências específicas de micronutrientes como a deficiência de ferro, zinco e vitamina a. No Brasil, existem uma série de ações recomendadas pelo ministério da saúde voltadas para a prevenção e o controle de deficiências nutricionais, dentre elas, o Programa Estratégico de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó (NutriSUS) que consiste na adição direta de nutrientes aos alimentos da merenda escolar das creches vinculadas ao Programa Saúde na Escola (PSE). No estado do Acre, as creches municipais realizam a adesão à estratégia de fortificação por meio da pactuação anual junto ao Programa Saúde na Escola. Todavia como a condução do programa envolve profissionais da saúde e educação. O trabalho tem como objetivo descrever a percepção dos coordenadores do NutriSUS no estado do Acre, quanto as dificuldades encontradas na execução do programa em 2018.

MÉTODOS

Estudo descritivo, que abrangeu vinte duas creches de nove municípios; foram entrevistados 11 gestores do programa. A coleta ocorreu de forma virtual, no qual foi enviado um formulário (link *google docs*) por e-mail. Para análise utilizou-se a técnica proposta por Bardin de análise de conteúdo. Todos os aspectos éticos foram respeitados com aprovação pelo comitê de ética e pesquisa da Universidade Federal do Ceará (CAAE 49994121.2.0000.5054).

RESULTADOS

Dos 11 gestores, a maioria era do sexo feminino entre 18-49 anos de idade (90,9%), da área da saúde (63,6%) com especialização lato sensu (81,8%) e experiência há mais dez anos na área (63,3). Os entrevistados em suas falas, mencionaram que a rotatividade de profissionais e o envolvimento das equipes, atrelado a falha de comunicação dificultou sua condução. Houve ainda depoimento de déficit de profissionais. Essas impressões são verificadas em alguns trechos a seguir: “[...] ter um envolvimento mais ativo dos gestores para motivar mais a equipe” (Gestor 11). “[...] creio que estreitar a comunicação entre a escola e a gestão traria resultados mais satisfatórios” (Gestor 7). Em suma, foram encontradas lacunas na realidade local de cada município, no tocante as dificuldades no trabalho intersetorial.

CONCLUSÃO

Assim os resultados desse estudo podem contribuir no aperfeiçoamento e problematização das dificuldades encontradas na intersetorialidade, subsidiando as novas ações de condução do programa entre saúde e educação municipal.

Palavras-chave: Saúde da criança|Nutrição da criança|Suplementos nutricionais|Programas de nutrição aplicada|Promoção da saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Disponibilidade de alimentos, condições socioeconômicas e insegurança alimentar entre escolares na pandemia de covid-19

Priscila Pena Camargo; Erica Costa Rodrigues; Mariana Carvalho de Menezes; Natália Caldeira de Carvalho; Adriana Lúcia Meireles; Raquel de Deus Mendonça.
Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

Entre as medidas de prevenção adotadas na pandemia de covid-19, ocorreu o fechamento das escolas e, conseqüentemente, a interrupção do acesso à alimentação escolar. Para tentar minimizar o possível impacto dessa interrupção, esferas públicas puderam ofertar cestas básicas às famílias dos escolares. Porém, essa oferta não garante, necessariamente, a segurança alimentar (SA) a toda a população, sendo necessário que o alimento esteja disponível a todos os membros do domicílio. O objetivo deste estudo foi avaliar a associação entre a disponibilidade de alimentos em domicílios de escolares e as condições socioeconômicas e a situação de insegurança alimentar (IA) na pandemia de covid-19.

MÉTODOS

Estudo transversal com amostra representativa de alunos matriculados em escolas públicas de Mariana e Ouro Preto-MG. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com os responsáveis pela alimentação nos domicílios, via telefone, em junho e julho de 2020. Foi aplicado um questionário para investigar as condições socioeconômicas, a disponibilidade de alimentos, a partir de instrumento adaptado do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil, e a SA, avaliada pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, nos domicílios. Utilizou-se regressão linear múltipla para verificar as relações entre a disponibilidade de alimentos (variável desfecho) e as condições socioeconômicas e a SA (variáveis explicativas). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto (CAAE: 32005120.6.0000.5150).

RESULTADOS

Dos 612 domicílios entrevistados, 55,4% possuíam renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, 57,1% tiveram queda na renda familiar, 46,7% tiveram acesso a cestas básicas e 82,0% estavam em IA, durante a pandemia. Observou-se baixa disponibilidade de frutas (46,2%), carnes (40,8%) e hortaliças (32,1%) nos domicílios. Estado civil casado e maior escolaridade do entrevistado, menor número de crianças, melhor classificação socioeconômica, recebimento de auxílio emergencial, menor impacto da queda na renda familiar e situação de SA no domicílio tiveram associação positiva significativa com a disponibilidade de alimentação saudável. Os domicílios com entrevistados de cor branca ($\beta = 1,35$; IC95%: 0,30; 2,40) e maior escolaridade [$\beta = 1,38$; IC95%: 0,57; 2,19] ($\beta = 2,41$; IC95%: 1,25; 3,57)] tiveram associação positiva significativa com a disponibilidade

total de alimentos, enquanto os domicílios em situação de IA tiveram associação negativa significativa com essa variável ($\beta = -1,63$; IC95%: -2,62; -0,64).

CONCLUSÃO

Durante a pandemia de covid-19, verificou-se elevado percentual de domicílios de escolares com baixo nível socioeconômico e em situação de IA. Foram observados graves problemas de disponibilidade de alimentos, principalmente de alimentos *in natura*, marcadores de alimentação saudável. A baixa disponibilidade de alimentos saudáveis estava relacionada à condição socioeconômica e à situação de IA dos domicílios.

Palavras-chave: Segurança Alimentar|Alimentação Escolar|COVID-19|Saúde do Estudante|Ciências da Nutrição

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Disponibilidade de frutas no ambiente alimentar do consumidor de áreas socialmente vulneráveis de Maceió, Nordeste do Brasil

Luiz Gonzaga Ribeiro Silva Neto¹; Thays Lane Ferreira dos Santos²; Jonatan Christian de Lima Santos Queiroz³; Telma Maria Menezes de Toledo Florêncio².

1. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil; 3. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A formação do padrão alimentar dos indivíduos é influenciada por fatores individuais, como renda e escolaridade, e ambientais, principalmente os relacionados a disponibilidade de alimentos no ambiente alimentar (AA). A avaliação dos fatores ambientais vem se destacando ainda mais, evidenciando que alimentos *in natura*, em especial as frutas, vem perdendo espaço nos estabelecimentos comerciais, enquanto os ultraprocessados ganharam espaço, em especial nas regiões mais pobres, situação que pode influenciar na formação e modificação de hábitos alimentares e sua qualidade. Nesta direção, o objetivo do presente trabalho foi avaliar a disponibilidade de frutas no AA do consumidor de regiões socialmente vulneráveis do município de Maceió, Nordeste do Brasil.

MÉTODOS

Estudo transversal, realizado entre outubro de 2020 e maio de 2021, em 40 aglomerados subnormais (AS), distribuídos proporcionalmente em sete das oito regiões administrativas (RA) de Maceió. Foram incluídos todos os estabelecimentos que tinham como atividade principal a venda de alimentos para consumo na residência, como supermercados, mercearias, *hortifruti* e similares. Para identificar os estabelecimentos elegíveis foi realizado trabalho de campo, procedimento considerado como padrão ouro para avaliação do AA. Foram incluídos estabelecimentos localizados em um *buffer* de 250 m, criado a partir do ponto médio da rua sorteada previamente em cada AS. Os estabelecimentos foram avaliados por meio do instrumento AUDITNOVA, sendo possível identificar a disponibilidade de banana, laranja, maçã, mamão, melancia e “outras frutas”. Foi avaliada a diferença na disponibilidade de frutas entre as RA de Maceió por meio do teste *qui-quadrado*, considerando um nível de significância de 5%. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (CAAE 57829016.9.1001.5013).

RESULTADOS

Foram avaliados 624 estabelecimentos, dentre estes 31,7% tinha alguma opção de fruta disponível. A mais encontrada foi banana (29,5%), seguida por melancia (21,8%), laranja (21,5%), mamão (21,5%) e maçã (18,9%), além de 20,2% dos estabelecimentos terem algum outro tipo de fruta disponível. Quando avaliado se existia diferença na disponibilidade de frutas entre as RA de Maceió, foi identificada diferença significativa para laranja ($p=0,007$), mamão ($p=0,009$) e maçã ($p=0,001$).

CONCLUSÃO

A partir dos resultados encontrados, fica evidente a baixa disponibilidade de frutas no AA dos AS de Maceió, além da diferença na disponibilidade entre as RA do município. A formulação de políticas/estratégias de saúde que visem intervir no AA, aumentando a disponibilidade, e também o acesso, de frutas, além de ações de educação alimentar e nutricional, são medidas essenciais, para viabilizar à população um maior acesso a estes alimentos, contribuindo para a melhora da qualidade da sua alimentação, e, consequentemente, da sua saúde.

Palavras-chave: Comércio de alimentos|Produtos alimentícios|In natura|Pobreza

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Disponibilidade de ultraprocessados nos caixas de estabelecimentos comerciais no ambiente alimentar do consumidor de áreas socialmente vulneráveis de Maceió, Nordeste do Brasil

Luiz Gonzaga Ribeiro Silva Neto¹; Thays Lane Ferreira dos Santos²; Jonatan Christian de Lima Santos Queiroz³; Telma Maria Menezes de Toledo Florêncio².

1. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil; 3. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

O aumento do consumo de alimentos ultraprocessados (AUP) cresceu nos últimos anos, sendo identificado em uma pesquisa nacional realizada no Brasil que 80,5% das crianças menores de 2 anos já os consomem. Essa situação, provavelmente está relacionada a maior disponibilidade de AUP no ambiente alimentar (AA), o que se percebe principalmente em regiões mais pobres, modificando o padrão de consumo alimentar da população. Diante disso, o presente trabalho objetivou avaliar a disponibilidade de AUP nos caixas dos estabelecimentos comerciais no AA do consumidor de regiões socialmente vulneráveis do município de Maceió, Nordeste do Brasil.

MÉTODOS

Estudo transversal, realizado entre outubro de 2020 e maio de 2021, em 40 aglomerados subnormais (AS), distribuídos proporcionalmente em sete das oito regiões administrativas (RA) de Maceió. Foram incluídos todos os estabelecimentos que tinham como atividade principal a venda de alimentos para consumo na residência, como supermercados, mercearias, *hortifruti* e similares. Os estabelecimentos elegíveis foram identificados realizando trabalho de campo, procedimento considerado como padrão ouro para avaliação do AA. Foram incluídos estabelecimentos localizados em um *buffer* de 250m, criado a partir do ponto médio da rua sorteada previamente em cada AS. Os estabelecimentos foram avaliados por meio do instrumento AUDITNOVA, identificando a disponibilidade de algum tipo de AUP nos caixas, além de AUP específicos: bebidas açucaradas, salgadinho de milho, bolachas, bebidas lácteas, guloseimas (balas, chicletes, chocolates) e outros AUP. Foi avaliada a diferença na disponibilidade de AUP entre as RA por meio do teste *qui-quadrado*, considerando um nível de significância de 5%. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (CAAE 57829016.9.1001.5013).

RESULTADOS

Foram avaliados 624 estabelecimentos, dos quais 71,5% tinha algum AUP disponível para venda nos caixas. O mais encontrado foram guloseimas (63,1%), seguido por salgadinho de milho (49,4%), bebidas açucaradas (48,1%), bolacha (44,2%) e bebida láctea (7,7%), além de 53,5% dos estabelecimentos terem algum outro tipo de AUP nos caixas. Quando avaliado se existia diferença na disponibilidade entre as RA de Maceió, foi identificada diferença significativa para na disponibilidade de AUP nos caixas ($p=0,005$), assim como de todos os AUP avaliados, bebidas açucaradas ($p<0,001$), bebida láctea ($p<0,001$), bolacha ($p=0,001$), guloseimas ($p=0,025$), salgadinho de milho ($p<0,001$) e outros AUP ($p=0,009$).

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que há elevada disponibilidade de AUP nos caixas dos estabelecimentos comerciais no AA dos AS de Maceió, além de diferença na disponibilidade entre as RA do município. Tal situação desperta atenção e evidencia a necessidade da formulação de políticas/estratégias de saúde que possam intervir na disponibilidade de AUP no AA, visando impactar positivamente no estado nutricional e de saúde da população.

Palavras-chave: Pobreza|Comércio de alimentos|Produtos alimentícios

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Distanciamento social x mudança nos hábitos alimentares e estilo de vida em adultos no município de Encruzilhada do Sul – RS.

Ana Paula Luciano Vargas; Bianca Inês Etges; Isabel Pommerehn Vitiello.
Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc, Santa Cruz do Sul - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

O distanciamento social, provocado pelo longo período de pandemia ocasionado pela Covid 19, teve início no Brasil, em fevereiro de 2020, afetando diferentes pessoas de diferentes maneiras, ressaltou entre tantos problemas, um determinante dos hábitos alimentares que interfere diretamente nas relações sociais, no equilíbrio emocional, e no funcionamento corporal. O objetivo deste estudo foi avaliar a interferência do distanciamento social na mudança dos hábitos alimentares em adultos frequentadores das Estratégias de Saúde da Família (ESFs) do município de Encruzilhada do Sul – RS.

MÉTODOS

Estudo quantitativo, de delineamento transversal descritivo, observacional realizado indivíduos adultos, de ambos os sexos, com idade entre 18 e 59 anos, que se encontravam nos espaços físicos dos 6 ESFs do município de Encruzilhada do Sul. A coleta de dados foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2021, com a aplicação de questionários de frequência alimentar (QFA) adaptado com vinte perguntas com alternativas de frequência de consumo alimentar, sendo sempre (diariamente), às vezes (de 3 a 5 vezes na semana), nunca (não consome), com relação aos hábitos alimentares e estilo de vida antes e durante o distanciamento social, como o ganho de peso, renda familiar, qualidade do sono, a prática de exercícios físicos e humor. Foram realizados testes t para amostras não pareadas, sendo realizado o teste de normalidade de Shapiro-Wilk, quando normais, as amostras foram calculadas utilizando a correlação de Welch e quando não normais, foi utilizado o teste de Mann-Whitney e analisados no GraphPad Prism® versão 6. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Santa Cruz do Sul, parecer número 4.844.948, CAAE: 49143121.0.0000.5343.

RESULTADOS

A amostra contou com 119 indivíduos de seis ESFs, sendo 75 (63%) do sexo feminino e 44 (37%) do sexo masculino, com média de idade de $37,2 \pm 11,3$, sendo idade mínima de 18 anos e máxima de 59 anos. A análise dos questionários, a fim de avaliar alterações nos hábitos e estilo de vida no distanciamento social de residentes no município de Encruzilhada do Sul, foi significativa o ganho de peso ($p > 0,0011$), a falta do exercício físico, e a maior

quantia de pessoas que consideravam seu humor bom ($p>0,001$), não tendo impactado para os entrevistados a qualidade de sono e a renda familiar. Quando direcionadas as perguntas aos hábitos alimentares, foi perceptível o aumento do consumo de vegetais, ovos e diminuição do consumo de carne. Também podemos observar aumento do consumo de bebida alcoólica neste período de pandemia.

CONCLUSÃO

O distanciamento social interferiu e alterou as escolhas alimentares. Uma mudança percebida foi o aumento do peso, a diminuição do consumo de carne, trouxe, por conseguinte uma elevação no consumo dos ovos e a diminuição da atividade física devido à impossibilidade de locomoção. Tais fatores confirmam alterações nos hábitos alimentares e estilo de vida.

Palavras-chave: alimentação|ganho de peso|atividade física|covid 19

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Diversidade de alimentos comercializados em feiras orgânicas e agroecológicas de Maceió, Alagoas

Joice Alves Gaia; Amanda da Silva Gomes; Ana Debora Santos de Oliveira; Bianca Gomes de Souza; Thiago Marques Wanderley; Giovana Longo-Silva.
Faculdade de Nutrição (Fanut) - Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

O consumo de alimentos orgânicos apresenta tendência de crescimento no Brasil devido a representação de que estes alimentos contribuem para a saúde dos indivíduos, além da relação com a preservação do meio ambiente. Ademais, a diversidade, o local de comercialização e o preço desses alimentos pode ser um fator decisivo para o seu consumo, influenciando diretamente no estímulo ao consumo, corroborando para a promoção de uma alimentação adequada e saudável. Neste sentido, objetivou-se identificar feiras orgânicas e agroecológicas de Maceió, Alagoas, e avaliar a diversidade de alimentos comercializados nas mesmas.

MÉTODOS

Estudo transversal realizado em Maceió, Alagoas, entre janeiro e fevereiro de 2021. Trata-se de um recorte de uma pesquisa maior intitulada “Alimentos em feiras agroecológicas e orgânicas são mais caros que convencionais em supermercados?”. As feiras agroecológicas e orgânicas foram identificadas a partir de consulta à plataforma virtual do Mapa de Feiras Orgânicas, Comissão da Produção Orgânica no Estado de Alagoas, e busca ativa na internet e mídias sociais. A partir de acesso às plataformas virtuais e aplicativos de mensagem das feiras, foram identificados e incluídos alimentos in natura e minimamente processados encontrados nas mesmas.

RESULTADOS

Foram identificadas 6 feiras agroecológicas e orgânicas em Maceió, nas quais estavam disponíveis 179 alimentos in natura e minimamente processados comercializados nestas feiras. Considerando a grande variedade de alimentos, estes foram divididos em 10 categorias: 1. frutas, 2. verduras, 3. legumes, 4. leguminosas, 5. cereais/raízes/tubérculos, 6. ervas/temperos, 7. polpa de frutas, 8. minimamente processados, 9. desidratados e 10. outros (cogumelos e tilápia). Destaca-se a presença de alimentos regionais (acerola, coco seco, jaca, jenipapo, limão cravo, limão galego, etc.); plantas alimentícias não-convencionais - PANCs (beldroega, chaya, capim de citronela, chaya, flor de clitoria, flor de tagetes, mangará da bananeira, mastruz, moringa, ora-pro-nobis, taioba e vinagreira) e alimentos utilizados para infusões ou fins terapêuticos (babosa em pó, barbatimão em pó, cavalinha, hibisco, boldo, menta, chá de maracujá, kombuchá, etc.).

CONCLUSÃO

Foram encontradas 6 feiras orgânicas e agroecológicas com uma ampla diversidade de alimentos. Ainda, destaca-se a presença de alimentos regionais, PANCs e alimentos para fins terapêuticos, denotando respeito à cultura local e saberes populares. Aliado a essas características, a própria presença de alimentos orgânicos e agroecológicos disponíveis à população também contribui para a promoção de uma alimentação adequada e saudável em Maceió.

Palavras-chave: Alimentos Orgânicos|Agricultura Orgânica|Biodiversidade|Segurança Alimentar e Nutricional|Alimentação Saudável

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Diversidade de espécies vegetais mobilizadas pela aquisição domiciliar de alimentos no Brasil (2017-18)

Fernanda Helena Marrocos Leite; Giovanna Calixto Andrade; Neha Khandpur; Eurídice Martínez Steele; Josefa Maria Fellegger Garzillo; Carlos Augusto Monteiro.
Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A agrobiodiversidade global está em declínio, especialmente a diversidade genética de plantas utilizadas para consumo humano. Das mais de 7 mil espécies de plantas comestíveis identificadas e utilizadas para alimentação humana desde a origem da agricultura, menos de 200 espécies tiveram produção significativa em 2014 e, apenas 9 culturas representaram mais de 66% em peso de toda a produção agrícola. Tal homogeneidade no sistema alimentar global tem sido associada às epidemias da desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, também denominada Sindemia Global. Um dos potenciais determinantes para o declínio da agrobiodiversidade são mudanças nos padrões de alimentação das sociedades humanas que levam à demanda por um número reduzido de espécies vegetais. No entanto, estudos que investiguem tal aspecto ainda são escassos. O objetivo deste estudo foi descrever a diversidade de espécies vegetais mobilizadas pela aquisição domiciliar de alimentos no Brasil no período de 2017-18.

MÉTODOS

Agregados de domicílios correspondentes aos estratos amostrais da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-18 (n=575) foram utilizados como unidade de análise do estudo. Alimentos e bebidas adquiridos ao longo de doze meses pelos agregados de domicílios estudados foram classificados em quatro grupos segundo a classificação Nova. O total em quilogramas aportado por cada item de consumo foi distribuído segundo as espécies vegetais mobilizadas na sua produção. A métrica 'Índice de diversidade de Shannon' foi aplicada para investigar a agrobiodiversidade mobilizada pela aquisição domiciliar de alimentos para o conjunto dos agregados de domicílios brasileiros e segundo unidades federativas.

RESULTADOS

Mais de 90% da quantidade total de espécies vegetais mobilizadas pela aquisição domiciliar de alimentos no Brasil em 2017-18 foram provenientes de apenas seis espécies vegetais: braquiária, milho, soja, arroz, cana-de-açúcar e trigo. O valor médio do índice de Shannon relativo à diversidade de espécies vegetais mobilizadas por agregados de domicílios brasileiros foi de 0,87 (0,85;0,88). As unidades federativas do Tocantins e do Acre e Tocantins apresentaram os valores mais baixos do índice de Shannon, enquanto Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo apresentaram os valores mais elevados.

CONCLUSÃO

Os resultados deste estudo demonstram uma baixa diversidade de espécies vegetais mobilizadas por agregados de domicílios brasileiros, com alta concentração em um número muito reduzido de espécies. Além disso, observou-se diferenças na diversidade de espécies vegetais mobilizadas segundo unidades federativas do país, sendo que as unidades federativas localizadas nas regiões Norte e Centro-Oeste foram as que mobilizaram uma diversidade de espécies vegetais mais baixa, enquanto que as localizadas na região sudeste mobilizaram uma maior diversidade de espécies.

Palavras-chave: agrobiodiversidade|aquisição domiciliar de alimentos|índice de diversidade de Shannon|Brasil

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

É da minha saúde que estamos falando? Uma análise das críticas do ativismo gordo digital

Cláudia Valéria Cardim; Ana Clara Silva Nogueira; Isabella de Andrade Peixoto;
Larissa Cristina de Souza Santos.
Uerj, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade é uma doença crônica que apresenta etiologia multifatorial, e atualmente é um dos maiores desafios da saúde pública no Brasil. Seu diagnóstico e classificação de risco têm sido fortemente ancorados na classificação do índice de massa corporal (IMC), exames complementares e comorbidades, constituindo o arcabouço de um conjunto de protocolos e abordagens em saúde, via de regra, pouco responsivas. A partir dessa análise, este trabalho tem por objetivo trazer uma reflexão crítica acerca das intervenções em saúde sobre os corpos gordos trazida a partir das narrativas do ativismo gordo digital.

MÉTODOS

Foi realizado um estudo qualitativo nas plataformas digitais *Instagram* e *Youtube* no período setembro de 2020 a dezembro de 2021, realizando uma busca nas páginas de ativistas gordos, onde foram selecionados 10 perfis através das hashtags “#gordofobia” “#gordofobiaesaúde” com o intuito de analisar as suas falas sobre eixo temático que centraliza o debate sobre cuidado à saúde da pessoa gorda. A extração de dados dos vídeos retirados da plataforma *Youtube* foi realizada por meio da ferramenta *YouTube Data Tools*, que possibilitou a seleção dos vídeos a serem utilizados. Ao todo, foram selecionados 129 posts e 77 vídeos que foram transcritos na íntegra e tiveram seu conteúdo analisado. Como percurso metodológico de análise, foi adotada a análise temática, segundo o modelo de Braun e Clarke (2006).

RESULTADOS

Os discursos analisados fazem críticas aos referenciais e abordagens tradicionais de profissionais de saúde acerca do tratamento de pessoas com obesidade, que reforçam a cultura das dietas, inclusive, as restritivas, adotam o “peso ideal” e o diagnóstico nutricional a partir do IMC sem considerar a presença de outros indicadores. A carência de espaço de acolhimento e diálogo, assim como experiências baseadas em abordagens autoritárias que geram constrangimento e culpabilização sobre esses corpos, foram também mencionadas. Além de críticas às condições de oferta para o cuidado e acessibilidade aos espaços de saúde. Nas narrativas desses ativistas, tais intervenções trazem potenciais prejuízos na perspectiva do cuidado mais humanizado e apontam para uma necessidade de se repensar na retórica da preocupação com a saúde, uma vez que essa dinâmica vigente acaba por produzir mais doenças à esses indivíduos.

CONCLUSÃO

As narrativas sinalizam a necessidade de adequação e formação do setor saúde para que haja a possibilidade de construção de um caminho terapêutico adequado e responsivo que se inicia com o acolhimento integral da pessoa gorda, considerando não somente a complexidade que envolve a obesidade, mas também que as demandas e necessidades dessas pessoas sejam ouvidas e atendidas de forma integral, para assim evitar intervenções que violem esses corpos e/ou sem nenhum impacto na qualidade de vida. Talvez esse possa ser um dos caminhos para que todos os corpos possam acessar o direito à saúde na perspectiva do cuidado.

Palavras-chave: Gordofobia|obesidade|ativismo digital|assistência à saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Educação alimentar e nutricional na perspectiva das redes sociais

Heloisa Ribeiro Neves; Lina Monteiro de Castro; Maria das Graças Freitas de Carvalho; Milena Martins Silva; Gleicy Kelly Fernandes Nunes; Maria Claret Costa Monteiro Hadler.

Universidade Federal de Goiás (Ufg), Goiânia - GO - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os extremos nutricionais na infância podem prejudicar o crescimento e desenvolvimento de crianças e favorecer agravos à saúde na vida adulta. Assim, o Projeto de Intervenção e Prevenção da Obesidade para Crianças e Adolescentes (PIPOCA) tem o objetivo de combater a obesidade na infância e adolescência, proporcionando melhor qualidade de vida para os participantes por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), tanto para as crianças quanto para os pais ou responsáveis. Nesse contexto, o presente trabalho tem como proposta relatar as ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas no contexto da pandemia através das redes sociais no segundo trimestre de 2022.

MÉTODOS

Trata-se de relato de experiência de criação e manutenção de rede social vinculada a um projeto de extensão como ferramenta de EAN. Foi criada uma conta para o projeto na rede social e foram produzidas publicações com conteúdos educativos em forma de *posts* e *reels*, que se constituem em vídeos de 30 segundos e que podem ter fundo musical ou com narração. Essas publicações foram postadas entre as 7 e 8 horas ou entre as 18 e 19 horas, pois esses são os horários em que ocorrem um pico de acessos às redes sociais. O alcance da conta e das suas publicações foi analisado através de uma ferramenta da própria rede social: os *insights*.

RESULTADOS

Em relação à rede social foram produzidos nos últimos 90 dias (16 abril - 14 julho), 20 publicações, sendo 17 *posts* educativos e 3 *reels*. Os assuntos abordados foram: vitamina E; vitamina D; vitaminas do complexo B; congelamento de alimentos; como fazer o cartão SUS; a importância de uma alimentação saudável; dicas para lanches saudáveis e gostosos; alimentos da safra; como montar uma lancheira saudável; guia prático sobre os métodos de cocção; importância da atividade física para as crianças; 3 ingredientes que não podem faltar na mesa; receita de um bolo de banana e cacau; 5 passos para melhorar a aceitação das crianças por verduras e legumes. Nesse período, foram alcançadas 4.275 contas, sendo 3.538 nos últimos 30 dias. O engajamento da conta aumentou em 24,3% e o número de seguidores em 4,8%. A média de interações com os conteúdos foi de 32 por publicação. A publicação que gerou maior interação foi o *reels* do bolo de banana e cacau, com 3.659 visualizações, 105 curtidas, 3 comentários e 20 compartilhamentos.

CONCLUSÃO

Conclui-se que as redes sociais constituem-se uma ferramenta estratégica para as ações de EAN na perspectiva de prática emancipatória e geradora de saúde de toda a população. No entanto, é necessário produzir conteúdos mais interativos e práticos, a fim de gerar maior alcance para os participantes do PIPOCA e para todos os que buscarem por assuntos de EAN.

Palavras-chave: redes sociais|nutrição em saúde pública|obesidade pediátrica|educação alimentar e nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Efeito da adesão às metas de uma intervenção nutricional e desfechos perinatais

Lívia Castro Crivellenti; Natalia Posses Carreira; Mariana Rinaldi Carvalho; Naiara Franco Baroni; Izabela da Silva Santos; Daniela Saes Sartorelli.

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Fmrp), Universidade de São Paulo (Usp), Ribeirão Preto - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A adesão aos programas de intervenção nutricional são fundamentais para a prevenção de efeitos deletérios à saúde materno-fetal. O objetivo do presente estudo foi avaliar a adesão das metas de uma intervenção no estilo de vida na gravidez e investigar seu efeito em desfechos perinatais de saúde.

MÉTODOS

Trata-se de um ensaio clínico randomizado controlado conduzido entre 350 gestantes adultas com sobrepeso atendidas em unidades básicas de saúde em Ribeirão Preto, SP. As mulheres foram aleatoriamente alocadas nos grupos controle e intervenção (sessões individualizadas de aconselhamento nutricional). O alcance de pelo menos quatro das seis metas estabelecidas foi considerado como adesão às metas globais: $\geq 10x$ /semana de comida caseira e de hortaliças; ≥ 5 dias/semana de frutas frescas; ≤ 2 dias/semana de bebidas açucaradas e de produtos ultraprocessados; e ≥ 150 minutos/semana de atividade física. Os desfechos avaliados foram: adequação da taxa de ganho de peso semanal, hipertensão gestacional, diabetes *mellitus* gestacional, perfil bioquímico materno, prematuridade e adequação do peso ao nascer. O teste de qui-quadrado foi empregado para comparar a adesão das metas do estudo, segundo os grupos de tratamento. Modelos de regressão logística ajustados por idade, tabagismo e paridade foram utilizados para avaliar a relação entre os desfechos perinatais de saúde e as metas do estudo, com exceção do perfil bioquímico, na qual foi empregado a regressão linear. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 69997717.6.0000.5414) e seguiu as diretrizes do CONSORT.

RESULTADOS

Na segunda avaliação do estudo (n=196) observou-se que as participantes do GI apresentaram maior adesão à pontuação global ($p=0,003$), assim como maior adesão às metas do consumo de comida caseira ($p=0,04$), consumo de hortaliças ($p=0,03$) e consumo de produtos ultraprocessados ($p=0,04$). Observou-se entre as gestantes associação negativa da pontuação global das metas com o nível de colesterol total [β -8,5; (IC 95% -15,0; -0,9), $p=0,03$], e LDL-colesterol [β -8,5 (IC95% -14,8; -2,2), $p = 0,008$]. Por outro lado, verificou-se uma associação positiva entre a frequência de consumo de bebidas açucaradas com o colesterol total [β 4,2 (IC95% 0,6; 7,8), $p=0,02$] e LDL-colesterol [β 4,8 (IC95% 1,5; 8,0), $p=0,005$]. Não foi observada diferença entre a adesão das metas e os demais desfechos perinatais de saúde.

CONCLUSÃO

Os achados do presente estudo sugerem um efeito positivo da maior adesão às metas globais e menor frequência de consumo de bebidas açucaradas no perfil bioquímico materno, especificamente para o colesterol total e LDL-colesterol.

Financiamento: FAPESP (2017/15386–2 e 2017/18980–2), CNPq (406000/2018–2 e 302487/2018–2), CAPES e FAEPA (1039/2018, 1114/2018, 61/2019, 62/2019 e 754/2021). Estudo registrado no Registro Brasileiro de Ensaios Clínicos (RBR-2w9bhc).

Palavras-chave: Gestantes|Sobrepeso|Ensaio clínico randomizado controlado|NOVA|Desfechos perinatais de saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Efeito de uma intervenção no estilo de vida de gestantes com sobrepeso na adiposidade neonatal: um ensaio clínico randomizado

Naiara Franco Baroni; Mariana Rinaldi Carvalho; Izabela da Silva Santos; Ana Vitória Lanzoni Chaves; Lívia Castro Crivellenti; Daniela Saes Sartorelli.

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Fmrp), Universidade de São Paulo (Usp), Ribeirão Preto - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

O excesso de adiposidade neonatal é fator de risco para o desenvolvimento de obesidade na infância, e intervenções precoces podem oferecer melhores chances de prevenção. O objetivo do estudo foi avaliar o efeito de uma intervenção nutricional baseada no incentivo ao consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, e prática regular de atividade física em gestantes adultas com sobrepeso na adiposidade do neonato e no peso ao nascer.

MÉTODOS

Trata-se de uma análise secundária de um ensaio clínico aleatorizado controlado conduzido entre 350 gestantes com sobrepeso em sete Unidades Básicas de Saúde do município de Ribeirão Preto- SP, entre 2018 e 2021. As participantes foram alocadas aleatoriamente nos grupos controle (GC) e intervenção (GI). As gestantes do GI foram convidadas a participar de três sessões de aconselhamento nutricional baseado na classificação NOVA, e com incentivo à prática regular de atividade física. A coleta de dados antropométricos foi realizada por nutricionistas treinadas, idealmente entre o terceiro e o quinto dia de vida do neonato para realização do teste do pezinho. A adiposidade neonatal foi estimada utilizando o modelo antropométrico proposto por Deierlein e colaboradores. Foram empregados modelos de regressão linear ajustados por idade materna (anos), tabagismo (sim ou não), semana gestacional no parto, exercício de atividade profissional como *próxi* de renda materna (sim ou não) e idade do neonato (dias). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 69997717.6.0000.5414 e 97288818.0.0000.5414), registrado na plataforma de Registro Brasileiro de Ensaio Clínicos (ReBEC, nº RBR-2w9bhc e nº RBR-7yx36h) e seguiu as diretrizes do CONSORT.

RESULTADOS

Empregando-se o princípio da intenção de tratar modificado, dados de 256 neonatos foram analisados para peso ao nascer (GI= 121 e GC= 135), e de 163 para estimativa da composição corporal (GI= 78 e GC= 85). Ao comparar GI e GC, a média±DP de peso ao nascer (g) foi $3290,2 \pm 619,0$ e $3211,3 \pm 519,3$ ($p= 0,27$), respectivamente; a proporção (%) de massa gorda expressa em mediana foi 16,2 e 15,6 ($p= 0,19$), e de massa livre de gordura foi 84,5 e 84,9 ($p= 0,40$), respectivamente. Não foram observadas diferenças entre os grupos de tratamento quanto ao peso ao nascer [β 83,90 (IC 95% -24,71; 192,51);

$p= 0,13$]. Analogamente, não houve diferença entre os grupos quanto à proporção de massa gorda [β 0,27 (IC 95% -0,52; 1,05); $p= 0,50$] e massa livre de gordura [β -0,23 (IC 95% -1,18; 0,72); $p= 0,63$].

CONCLUSÃO

No presente estudo, o aconselhamento nutricional e incentivo à prática regular de atividade física às gestantes não demonstrou efeito na adiposidade e no peso ao nascer do neonato. Estudos que investiguem tal efeito de estratégias de intervenção no estilo de vida mais intensivas são necessários.

Financiamento: FAPESP (2017/15386–2 e 2017/18980–2), CNPq (406000/2018–2 e 302487/2018–2), CAPES e FAEPA.

Palavras-chave: Mulheres grávidas|Estilo de vida|Ensaio clínico controlado aleatório|Obesidade pediátrica|Processamento de alimentos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Efetivação do Programa Crescer Saudável durante o isolamento escolar.

Paula Rosane Vieira Guimarães¹; Ana Paula Aguiar Milanez²; Cristiane Santos da Rosa²; Rita Suselaine Vieira Ribeiro³.

1. Secretaria Municipal de Saúde, Criciúma, Criciúma - SC - Brasil; 2. Secretaria Municipal de Saúde, Criciúma, Criciúma - SC - Brasil; 3. Universidade do Extremo Sul Catarinense - Unesc, Criciúma - SC - Brasil.

INTRODUÇÃO

O programa Crescer Saudável consiste em um conjunto de ações a serem realizadas no âmbito do Programa Saúde na Escola (PSE) contribuindo para a promoção da saúde, prevenção e cuidado das crianças com obesidade, matriculadas na Educação Infantil (creches e pré-escolas) e Ensino Fundamental I. O objetivo deste foi relatar a execução das metas do crescer saudável durante o isolamento escolar na Pandemia.

MÉTODOS

Trabalho descritivo, transversal para efetivar as atividades do Programa Crescer Saudável sendo das 05 metas do programa serão apresentadas 04 (avaliação nutricional; avaliação do consumo alimentar; 02 atividades coletivas de promoção da alimentação adequada e saudável; atendimento individual para todas as crianças < de 10 anos identificadas com obesidade). Foram pactuadas 6 escolas do município, as metas da avaliação nutricional e marcadores de consumo foram enviadas aos pais/ou/responsáveis e solicitou-se peso e altura para a avaliação do estado nutricional. Orientações para realizar antropometria na UBS ou dados da caderneta de saúde nos últimos 30 dias ou pesar e medir em casa se tivessem balança e fita métrica. Seleção de vídeos para reflexão na aula remota e envio a família, elaboração de panfletos sobre diferenças entre alimentos in natura, processados e ultraprocessados. Trata-se de relatório público do Crescer saudável, sem envio ao comitê de ética.

RESULTADOS

Das escolas pactuadas, participaram 1030 escolares. Destes 606 (58,8%) eram menores de 10 anos. A avaliação nutricional foi possível com 992 (96,3%) dos escolares, destes 92 (15,2%) eram < de 10 anos com obesidade e foram encaminhados para acompanhamento nutricional nas UBS correspondentes. Os marcadores de consumo alimentar foram aplicados a todos 1030 (100%). Do total de 1030 escolares 511 (50,2%) sexo feminino, masculino 506 (49,8%) e 13 (1,3%) sem informação. As atividades coletivas na temática de promoção da alimentação adequada e saudável foram em formato de 06 vídeos selecionados por nutricionistas e profissionais da saúde e educação na intenção de estimular melhores escolhas e contribuir para a atenção à saúde de seus familiares. Os vídeos foram: Você conhece o Guia Alimentar para população Brasileira?; Princípios do guia alimentar para população brasileira; Será que nós sabemos o que estamos comendo?; Alimentos ultraprocessados; Alimentos in natura e a farsa dos sucos

de caixinha, também os panfletos “Orientações alimentares para crianças menores de 2 anos” e para maiores de 2 anos “Programa Crescer Saudável”.

CONCLUSÃO

Observou-se a divulgação dos vídeos e panfletos para os escolares e família como uma importante ferramenta de orientação e fortalecimento de conhecimento para reforçar o Guia alimentar sobre alimentação saudável. Mesmo no contexto da pandemia COVID-19, foi possível dar continuidade ao programa reforçando a intersetorialidade e auxiliando na promoção da saúde e prevenção da obesidade infantil.

Palavras-chave: Alimentação
Nutricional|Obesidade|Pandemia

Saudável|Escolares|Avaliação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Efetividade de uma intervenção nutricional baseada na classificação NOVA de alimentos no ganho de peso em gestantes com sobrepeso: um ensaio clínico aleatório controlado.

Daniela Saes Sartorelli; Lívia Castro Crivellenti; Laércio Joel Franco; Rosa Wanda Diez-Garcia.

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

O elevado consumo de produtos ultraprocessados na gestação é diretamente associado à obesidade materna, ganho ponderal excessivo, retenção de peso pós-parto e adiposidade neonatal. O objetivo do presente estudo foi avaliar o efeito de uma intervenção nutricional baseada no incentivo ao consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, em substituição aos ultraprocessados, na prevenção do ganho de peso excessivo em gestantes com sobrepeso.

MÉTODOS

Um ensaio clínico aleatório controlado foi conduzido em sete unidades básicas de saúde de Ribeirão Preto, SP, entre 2018 e 2021. Gestantes adultas com sobrepeso ($n = 350$) foram aleatoriamente alocadas nos grupos controle (GC) ou intervenção (GI). A intervenção consistiu em três sessões de aconselhamento nutricional baseadas no incentivo ao consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, em substituição aos ultraprocessados, de acordo com a classificação NOVA, e ao incentivo à prática de atividades físicas. O desfecho primário foi a proporção de mulheres com ganho de peso semanal excessivo. Hipertensão gestacional, diabetes *mellitus* gestacional, pré-eclâmpsia, prematuridade e parto vaginal foram desfechos secundários. Modelos de regressão logística ajustados por idade materna, tabagismo na gestação, paridade, exercício de atividade remunerada na ocasião da randomização, semana gestacional de aferição do último peso e unidade de saúde de pré-natal foram empregados. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 69997717.6.0000.5414) e seguiu as diretrizes do CONSORT. Registro Brasileiro de Ensaio Clínicos (RBR-2w9bhc).

RESULTADOS

Dados completos de ganho de peso estavam disponíveis para 121 mulheres do GI e 139 do GC. Empregando-se o princípio da intenção de tratar modificado, verificou-se menor proporção de mulheres do GI com ganho de peso gestacional excessivo em relação ao GC (62,0% vs. 73,4%, $p=0,049$). Observou-se menor tendência de ganho de peso médio (DP) total entre a linha de base (≤ 16 semanas gestacionais) e 34-36 semanas gestacionais [8,9 (4,3) vs. 10,1 (4,6), $p=0,07$] e ganho de peso médio semanal no segundo e terceiro

trimestres [0,43 (0,2) vs. 0,47 (0,2), $p=0,09$] entre as gestantes do GI, porém sem diferenças estatisticamente significantes. Em modelos de regressão logística ajustados, verificou-se uma menor chance das mulheres do GI apresentarem ganho de peso excessivo [OR 0,56 (IC 95% 0,32; 0,98, $p=0,04$), quando comparadas ao GC. Não foram observadas diferenças entre os grupos de tratamento para os demais desfechos maternos de saúde investigados.

CONCLUSÃO

O presente estudo foi inédito ao demonstrar que o aconselhamento nutricional baseado na classificação NOVA de alimentos, aliado ao incentivo à prática de atividades físicas, é efetivo na prevenção do ganho de peso excessivo em gestantes com sobrepeso.

Financiamento: FAPESP (2017/15386–2, 2017/18980–2, 2021/06586-3, 2021/06486-9), CNPq (406000/2018–2, 302487/2018–2), CAPES, FAEPA.

Palavras-chave: Nutrição pré-natal|Sobrepeso|Ganho de peso na gestação|Ensaio clínico controlado aleatório|Processamento de alimentos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Elaboração de protocolos da atenção nutricional para otimização da Rede de Atenção a Saúde RAS

Paula Rosane Vieira Guimarães; Ana Paula Aguiar Milanez; Liz Correa Fabre; Renata Amancio Teixeira de Jesus; Caroline Inácio Spilere; Sabrina Teodósio Silva Pagani.
Secretaria Municipal de Saúde de Criciúma, Criciúma - SC - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os protocolos em saúde são instrumentos que reúnem orientações sistematicamente desenvolvidas com base em evidências científicas e tem a finalidade de aprimorar a atenção à saúde ou à organização de serviços. No rol das atribuições do Nutricionista na Atenção Primária à Saúde, estão estabelecidos a organização, elaboração de protocolos de atendimento e de encaminhamento entre outros. Com o objetivo de elaborar documentos normativos estabelecendo critérios, parâmetros e padrões para organizar os encaminhamentos ao Nutricionista e a utilização de fórmulas, a área Técnica de Alimentação e Nutrição ATAN de Criciúma, SC realizou encontros para criação destes protocolos com vistas a garantir os princípios de integralidade, universalidade e resolubilidade do sistema único de saúde SUS.

MÉTODOS

Trata-se de um trabalho descritivo, de relato de experiência de Nutricionistas da Área Técnica de Alimentação e Nutrição da Secretaria de Saúde de Criciúma em que as mesmas elaboraram protocolos estabelecendo critérios, parâmetros e padrões de encaminhamentos para atenção nutricional e para dispensação de fórmulas alimentares.

RESULTADOS

Durante o ano de 2021, ao longo das reuniões da ATAN, as Nutricionistas da Secretaria de Saúde perceberam a necessidade de “regulação” dos encaminhamentos para atenção nutricional e para a dispensação de fórmulas alimentares. Além de reuniões ordinárias da ATAN, foram realizadas também reuniões extraordinárias para elaboração de protocolos do serviço de nutrição. Ao total foram elaborados 03 protocolos sendo: 1. Protocolo de encaminhamento para atenção nutricional - Regulação da atenção nutricional na RAS; 2. Protocolo de dispensação de fórmulas alimentares – (espessantes alimentares, módulo de fibras, módulo proteico e/ou suplemento hiperproteico enriquecido com nutrientes específicos, suplemento hipercalórico) e 3. Protocolo de fórmulas infantis, dietas enterais e suplementos nutricionais. Conforme a Política Nacional de alimentação e Nutrição PNAN, deve ser normatizados os critérios para o acesso a alimentos para fins especiais de modo a promover a equidade e a regulação no acesso a esses produtos.

CONCLUSÃO

Os protocolos nutricionais estão relacionados com as rotinas de cuidados e as ações de gestão dos serviços de nutrição pois orientam a organização dos cuidados relativos à alimentação e nutrição na Rede de Atenção à Saúde. Os protocolos facilitaram a sistematização do cuidado. Isso proporcionou aos profissionais nutricionistas, uma direção no planejamento dos tratamentos dietéticos, inclusive ao otimizar os recursos, bem como, a organização do fluxo de encaminhamentos de outros profissionais na RAS

Palavras-chave: Protocolo|Nutrição|Instrumento|SUS

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Escore de qualidade da alimentação no ELSA-Brasil COVID-19.

Carla Moronari de Oliveira Aprelini¹; Jordana Herzog Siqueira¹; Haysla Xavier Martins¹; Taisa Sabrina Silva Pereira²; Kéllyda Cinnara da Silva Moura¹; Maria Del Carmen Bisi Molina³.

1. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES - Brasil; 2. Universidad de Las Américas Puebla, San Andrés Cholula - Mexico; 3. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

A complexa relação entre o consumo alimentar e o estado de saúde de populações pode estar relacionada ao risco de ocorrência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, e esta relação pode ser avaliada por meio de instrumentos dietéticos aplicados em estudos epidemiológicos. Nos últimos anos, índices de qualidade da dieta baseados em recomendações nutricionais específicas têm sido propostos. Diante da importância de instrumentos simples e factíveis que avaliem a qualidade alimentar de uma população, o estudo tem como objetivo desenvolver um escore da qualidade da dieta no ELSA-COVID-19 (ELSA-Brasil).

MÉTODOS

Estudo transversal com a sub amostra ELSA-COVID-19 (ELSA-Brasil). A coleta de dados foi realizada em formato online (agosto/2020 - janeiro/2021). O consumo alimentar foi avaliado por meio do QFA adaptado, qualitativo, com 22 itens ou grupos de alimentares. Para a construção do Escore de Qualidade da Alimentação foram consideradas as 5 categorias de frequência de consumo presentes no instrumento. Para cada item foi dada uma pontuação (positiva ou negativa) de acordo com a frequência de consumo, o que resultou em uma pontuação mínima de -15 e máxima de +15. O escore de cada item foi definido a partir das evidências presentes na literatura e/ou inquéritos e guias nacionais para marcadores de alimentação saudável e não saudável. O projeto ELSA-Brasil foi aprovado pelos comitês de ética em pesquisa de cada CI.

RESULTADOS

A amostra foi constituída por 4.262 participantes (idade média $61,0 \pm 8,6$ anos), sendo 59% do sexo feminino. A pontuação -1 foi aplicada para o consumo frequente (1 ou mais vezes/dia, ou 5 a 6 vezes/semana) dos alimentos industrializados, e pontuação +1 quando o consumo desses alimentos era infrequente (1 a 3 vezes/mês, ou nunca/quase nunca). Tiveram a mesma distribuição de pontos os embutidos, queijos amarelos e a manteiga/margarina. O consumo regular de carnes (1 a 4 vezes/semana), esporádico (1 a 3 vezes/mês) e nunca/quase nunca foi inserido com pontuação +1. As frutas, verduras/legumes foram acrescidos em um ponto quando apresentaram consumo diário, e tiveram a pontuação -1 quando reportado o consumo infrequente (1 a 4 vezes/semana, 1 a 3 vezes/mês, ou nunca/quase nunca). Com relação às leguminosas, quando o seu

consumo foi maior que 5 a 6 vezes/semana também foi acrescido um ponto. Já para o consumo de peixes, foi acrescido ponto positivo quando reportado a ingestão de ao menos 1 vez/semana. O escore médio dos indivíduos com maior qualidade da dieta foi de $9,8 \pm 1,2$, enquanto aqueles com baixa qualidade apresentaram pontuação média de $0,8 \pm 2,2$.

CONCLUSÃO

Foi desenvolvido um escore para determinação da qualidade da alimentação específico para a população ELSA-Brasil. O índice possibilita a utilização e comparação da dieta com outras ondas de coleta da coorte e contribui com o emprego em análises a fim de investigar as associações entre a alimentação, determinantes sociais e desfechos de saúde.

Palavras-chave: Alimentos|Dieta e Nutrição|Índice de Qualidade da Dieta|Epidemiologia Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Estado de saúde de indivíduos no pós-operatório tardio de cirurgia bariátrica e a sua inserção na rede de atenção à saúde do Distrito Federal

Lorena Toledo de Araújo Melo¹; Ariene Carmo Silva²; Mariana Silva Melendez Araújo¹; Vivian Siqueira Santos Gonçalves¹; Kênia Mara Baiocchi de Carvalho¹.

1. Universidade de Brasília, Brasília - DF - Brasil; 2. Ministério da Saúde, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

A assistência ao indivíduo com sobrepeso e obesidade segue diretrizes da rede de atenção à saúde (RAS), por meio de uma linha de cuidado (LC). Para indivíduos que realizaram cirurgia bariátrica, além de todos os preceitos da RAS, recomenda-se o uso de suplementos nutricionais, mesmo no pós-operatório tardio. Contudo, não é conhecida a implementação da LC para este grupo, particularmente com relação aos usuários no pós-operatório mais tardio. Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar o estado de saúde de indivíduos após cinco anos ou mais de cirurgia bariátrica segundo o nível de assistência e a frequência de acompanhamento com o nutricionista, bem como identificar a sua inserção dentro da RAS do Distrito Federal (DF).

MÉTODOS

Estudo transversal, com adultos submetidos ao *bypass* gástrico em Y-de-Roux, há 5 anos ou mais, usuários da rede pública de saúde do DF. Para avaliação da perda ponderal, utilizou-se o percentual de perda de excesso de peso (%PEP). Para avaliação do perfil de saúde dos participantes, foram coletadas informações sobre hábitos de vida, tabagismo, etilismo, prática de atividade física, consumo de água, exposição ao sol, consumo de alimentos ultraprocessados, uso de suplementação, pressão arterial e parâmetros bioquímicos. Percentual de gordura corporal, massa gorda, massa muscular total e densidade mineral óssea fazem parte de um conjunto de medidas do exame de absorciometria de dupla energia de raios X. Os resultados foram comparados entre os participantes com acompanhamento clínico na atenção primária à saúde, ambulatorial e sem acompanhamento e pela frequência de acompanhamento com nutricionista, sendo considerado um acompanhamento frequente, aquele de, no mínimo uma vez a cada 6 meses. O Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (90759618.7.0000.0030) e da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde do Distrito Federal (90759618.7.3001.5553).

RESULTADOS

A amostra foi composta por 79 indivíduos, dos quais a maioria era do sexo feminino (92,4%), com média de idade de 51,39 ±9,05 anos e média de tempo de cirurgia de 10,24 ±2,33 anos. Não houve diferença das variáveis do estudo segundo o de nível de assistência ($p>0,05$). Contudo, aqueles que referiram acompanhamento frequente com nutricionista apresentaram melhores resultados de %PEP, vitamina D sérica, HDL-Colesterol e

Hb1AC; e maior frequência de uso dos suplementos polivitamínico, proteína, vitamina D, ferro, vitamina B12 e cálcio ($p < 0,05$).

CONCLUSÃO

Para esta amostra, a LC no DF apresentou fragilidades na organização da assistência, embora os indivíduos apresentassem resultados clínicos e bioquímicos dentro do esperado. O nutricionista mostrou-se um profissional importante na composição da equipe multiprofissional para acompanhamento deste público, contribuindo para o estado de saúde e adesão ao uso de suplementos nutricionais recomendados.

Palavras-chave: Obesidade|Cirurgia Bariátrica|Assistência à Saúde|Sistema Único de Saúde|Nutricionista

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Estado nutricional de adultos do Mato Grosso do Sul: análise temporal de dados do SISVAN (2017-2021)

Anderson Leão Nogueira Holsbach¹; Caroline Camila Moreira²; Gabriella Marcelino Martins³; Thiago Teixeira Ferreira¹.

1. Secretaria de Estado de Saúde, Campo Grande - MS - Brasil; 2. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados - MS - Brasil; 3. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS - Brasil.

INTRODUÇÃO

Inquéritos populacionais apontam que a prevalência de excesso de peso e obesidade nos brasileiros têm aumentado nos últimos anos, constituindo um problema de saúde pública. Registros da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), entre 2002-2019, estimam que o excesso de peso entre adultos subiu de 43,3% para 61,7%, enquanto a obesidade passou de 12,1% para 26,5%. Dados da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL) apontam que em 2021 o excesso de peso e obesidade entre adultos foi de, respectivamente, 57,2% e 22,4% no Brasil e 58,1% e 20,2% em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul (MS). A coleta de dados antropométricos e posterior registro no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do estado nutricional de indivíduos faz parte da rotina da Atenção Primária à Saúde (APS), sendo uma ferramenta fundamental na análise e monitoramento do perfil nutricional da população. O SISVAN permite o acesso público a indicadores que vão desde baixo peso até obesidade grau 3, possibilitando a análise por território. Considerando o avanço da epidemia da obesidade no Brasil e em MS, o objetivo deste estudo foi analisar a evolução do estado nutricional de adultos de MS na série histórica de dados do SISVAN de 2017 a 2021.

MÉTODOS

Foi realizado um estudo transversal descritivo, através da coleta de dados do estado nutricional de 761.615 adultos do MS, atendidos na Atenção Primária à Saúde entre os anos de 2017 e 2021. A coleta de dados ocorreu por meio do acesso público aos relatórios consolidados do SISVAN, dispensando apreciação e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos. Com base nos relatórios gerados pela plataforma SISVAN, foi extraída a frequência relativa dos indicadores nutricionais: baixo peso, peso adequado, sobrepeso, obesidade grau 1, 2 e 3. O SISVAN adota os parâmetros de classificação nutricional recomendados pela Organização Mundial da Saúde.

RESULTADOS

O percentual de baixo peso declinou entre os anos analisados, variando de 2,8% em 2017 a 1,8% em 2021, semelhante ao peso adequado que passou de 29,7% para 25,4%. A prevalência de sobrepeso permaneceu praticamente a mesma neste período, com uma discreta queda de 0,7 pontos percentuais de 2017 para 2021. Já os percentuais de

obesidade aumentaram em todos os graus. A obesidade grau 1 foi de 21,3% para 23,4%, grau 2 de 8,9% para 10,6% e grau 3 de 4,5% para 6,6%.

CONCLUSÃO

Apesar da discreta queda na prevalência de baixo peso e sobrepeso, a série histórica de 2017 a 2021 revela um cenário nutricional preocupante da população adulta de Mato Grosso do Sul, pois houve declínio na prevalência de peso adequado e aumento na prevalência de obesidade. Deste modo é necessário que profissionais e gestores desenvolvam e implementem, em uma perspectiva local, ações, estratégias e programas de enfrentamento da obesidade, sobretudo na APS, promovendo a segurança alimentar e nutricional.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde|Situação Nutricional|Vigilância Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Estado nutricional de crianças do estado de Alagoas, Brasil no período de 2009 - 2020

Isabelle Rodrigues de Souza Gama¹; Nancy Borges Rodrigues Vasconcelos¹; Lídia Bezerra Barbosa².

1. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil; 2. -, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Brasil passa por um processo de transição epidemiológica e nutricional, com queda na prevalência de desnutrição e aumento progressivo no excesso de peso e obesidade. Variações no estado nutricional influenciam diretamente, no crescimento e desenvolvimento da criança, podendo ocasionar alterações, as quais podem trazer sérias consequências de saúde até a fase adulta. As alterações no estado nutricional são observadas por meio de diferentes parâmetros, como as medidas antropométricas (peso, altura, IMC) que refletem o estado nutricional com objetividade. Neste contexto, o presente estudo teve por objetivo descrever o estado nutricional de crianças do estado de Alagoas entre os anos 2009 e 2020.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo do tipo retrospectivo, descritivo com uso de dados secundários. A amostra foi composta por crianças residentes no estado de Alagoas com idade a partir de 5 (cinco) anos e inferior a 10 (dez) anos avaliadas no período de 2009 e 2020. A fonte de dados foi o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Os dados foram coletados pela plataforma SISVAN Web no mês de setembro de 2021. Foram coletados dados referentes índice de Massa Corporal (IMC), o qual foi classificado de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde. As análises dos dados foram realizadas no *Microsoft Excel for Windows*®. Foi realizada análise descritiva. As informações utilizadas no presente estudo são oriundas de banco de dados de domínio público, sem possibilidade de identificação de sujeitos, sendo dispensada de apreciação em comitê de ética em pesquisa.

RESULTADOS

No período de 2009 a 2020 foram analisados o estado nutricional de 993.784 mil crianças para as quais a prevalência de excesso de peso foi de 28,03%. Verificou-se que a distribuição das categorias de IMC ao longo dos anos vem apresentando redução das prevalências para o baixo peso (7,82% em 2009 para 6,38% em 2020) em que a menor taxa foi encontrada no ano de 2018(5,88%). É possível observar o crescimento das taxas de sobrepeso e obesidade, e, consequentemente das taxas de excesso de peso (24,33% em 2009 para 31,12% em 2020); o ano de 2020 foi o que apresentou a maior prevalência de

obesidade nas crianças (15,77%). Analisando-se por sexo, nos anos 2009 a 2020 o excesso de peso apresentou maiores prevalências no sexo masculino (média de 29,54%); a prevalência média para o sexo feminino nos anos avaliados foi de 26,76%.

CONCLUSÃO

A prevalência do excesso de peso nas crianças avaliadas é elevada, tal fato pode contribuir para o surgimento de doenças crônicas na fase adulta necessitando assim de intervenções para a promoção da saúde infantil. Neste contexto, é importante se avaliar ainda as dimensões do estado nutricional das crianças do estado de Alagoas observando-se os fatores que estão associados ao quadro de excesso de peso. De forma se faz necessário que mais estudos sejam realizados considerando-se ainda a análise dos hábitos alimentares.

Palavras-chave: Avaliação nutricional|Saúde da Criança|Vigilância Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Estado nutricional de crianças menores de cinco anos beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, atendidas em uma unidade de saúde da região metropolitana de Curitiba/PR

Luana Heupa¹; Anabelle Retondario¹; Leticia Amancio Soares¹; Monica dos Santos Dias².

1. Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR - Brasil; 2. Universidade Federal do Paraná - Ufpr, Curitiba - PR - Brasil.

INTRODUÇÃO

A avaliação nutricional é capaz de fornecer informações sobre a adequação nutricional de um indivíduo ou coletividades. A antropometria é um dos parâmetros mais indicados para avaliar o estado nutricional coletivo, uma vez que a aferição das medidas é padronizada e de fácil obtenção, útil para analisar o crescimento e desenvolvimento na primeira infância, principalmente em crianças de famílias que vivem em vulnerabilidade social e são assistidas por programas sociais. O acompanhamento do estado nutricional permite visualizar as condições da população em estudo, seus problemas e carências e direcionar a tomada de medidas que promovam a saúde. Assim, o objetivo deste trabalho foi avaliar o estado nutricional de crianças menores de cinco anos, beneficiárias do programa Auxílio Brasil.

MÉTODOS

Estudo descritivo, de cunho quantitativo e corte transversal. Foram incluídas crianças atendidas em uma unidade básica de saúde de Piraquara-PR, menores de 5 anos e famílias beneficiárias do Auxílio Brasil. A coleta de dados foi realizada entre abril e julho de 2022. Para avaliação do estado nutricional, foram obtidos dados de peso e estatura das crianças por pessoas treinadas seguindo a Norma Técnica do SISVAN, utilizando balanças digitais e antropômetro ou estadiômetro, adequados para cada faixa etária (menores ou maiores de 2 anos). A tabulação e análise dos dados foram realizadas em planilha de Excel®. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do setor de ciências da saúde da Universidade Federal do Paraná.

RESULTADOS

Foram investigadas 137 crianças das quais 51,1% (n= 70) eram do sexo masculino, 61,3% (n=84) tinham idade entre 2 e 5 anos. Em relação ao índice estatura para idade, 6,5% (n=9) das crianças estavam com baixa estatura para idade. Em relação ao Índice de Massa Corporal para idade, 59,1% das crianças (n=81) estavam em eutrofia e 38,7% (n=53) apresentavam risco para sobrepeso. As crianças com magreza e magreza acentuada (2,2%; n=3) tinham estatura adequada para idade. 7,5% (n=4) dos indivíduos com

sobrepeso tinham baixa estatura para idade e uma criança (0,7%) apresentou baixo peso para idade e baixa estatura para idade.

CONCLUSÃO

O percentual de magreza e magreza acentuada encontrado (2,2%) foi inferior à prevalência na região Sul, quando comparado aos resultados do ENANI - Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (3,1%). No entanto, o risco de sobrepeso observado (38,7%) foi superior ao do ENANI na região Sul (22,2%), o que evidencia maior risco nutricional entre essas crianças em vulnerabilidade social. Portanto, são necessários estudos a fim de elucidar as causas dos problemas encontrados, especialmente a alta prevalência de risco de sobrepeso. Assim, será possível propor ações coletivas e individuais e/ou programas e políticas públicas que tenham impacto na melhoria das condições de vida dessas crianças e, conseqüentemente, no seu estado nutricional.

Palavras-chave: Antropometria|Crianças|Avaliação nutricional|Sobrepeso

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

ESTADO NUTRICIONAL DE GESTANTES ADOLESCENTES NO PERÍODO DE 2011-2021 NO ESTADO DE SERGIPE

Karla Patrícia Martins de Menezes; Juliany de Oliveira Rocha Fernandes; Samira Cristina dos Santos Teixeira; Tatiana Maria Palmeira dos Santos; Carolina Nicolau Santos Félix.

Universidade Tiradentes, Aracaju - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência é um problema social e de saúde pública em que ocorrem muitas mudanças físicas e emocionais, tornando a mulher ainda mais frágil. Suas necessidades nutricionais e energéticas nessa fase estão ainda mais aumentadas, por não terem finalizado a sua fase de crescimento. Dessa forma, apresentam maiores riscos durante a gravidez que podem refletir na saúde da mãe e do bebê. Além disso, nessa fase é comum encontrarmos jovens com hábitos alimentares pouco saudáveis com grande consumo de açúcar e gordura e baixo consumo de legumes e frutas, ocasionando em uma alta no desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. O objetivo deste estudo foi avaliar o estado nutricional de gestantes adolescentes cadastradas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) no estado de Sergipe entre os anos de 2011- 2021 e compará-las aos dados do Brasil.

MÉTODOS

Realizou-se um estudo quantitativo, descritivo e exploratório, utilizando dados secundários de avaliação do estado nutricional de adolescentes do SISVAN, como instrumento de coleta de dados, baseado nos relatórios publicados entre 2011-2021 de gestantes adolescentes no estado de Sergipe. O estado nutricional foi avaliado a partir dos parâmetros dos índices de peso, estatura e cálculo da semana gestacional, priorizando a classificação do IMC por semana gestacional, com pontos de corte para baixo peso, eutrofia, sobrepeso e obesidade.

RESULTADOS

Foram avaliadas 1.839.900 gestantes adolescentes no Brasil e 22.748 gestantes no estado de Sergipe. Os resultados demonstram que de 2011 a 2021 obteve-se uma média de 34,94% e 31,33% em baixo peso, 42,55% e 42,90% em eutrofia, 15,52 % e 17,50% em sobrepeso e 6,99% e 8,27% em obesidade, em Sergipe e no Brasil, respectivamente. Ao analisar os estados de eutrofia e obesidade, isoladamente, entre Sergipe e Brasil, foi possível observar um decréscimo do percentual de eutrofia do ano de 2011 a 2021, sendo de 44,32% e 45,87% para 37,03% e 36,77% e em contrapartida, houve um aumento de 4,47% e 5,98% para 14,88% e 18,30% do percentual de obesidade. Apesar da maior parte das gestantes adolescentes terem apresentado uma média percentual maior para o estado

de eutrofia, houve uma redução desse parâmetro e um aumento dos casos de obesidade com o passar dos anos, tanto no Brasil como no estado de Sergipe.

CONCLUSÃO

Com base nos resultados foi possível verificar que os dados das gestantes de Sergipe são semelhantes aos dados do Brasil, tanto em relação ao decréscimo no percentual de eutrofia, como no aumento do estado de obesidade. Portanto, evidencia-se que os hábitos alimentares das gestantes adolescentes entre os anos de 2011 a 2021 foram decaindo, contribuindo assim com o aumento dos casos de obesidade e o ocasionamento de prejuízos tanto para a saúde da gestante quanto do bebê.

Palavras-chave: GRAVIDEZ|ADOLESCÊNCIA|AVALIAÇÃO
NUTRICIONAL|SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Estado nutricional e percepção corporal de adultos com nanismo no Brasil

Bianca Pereira Gomes; Victtoria Liz Vieira Martins; Ursula Viana Bagni.
Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

Pessoas com deficiência são potencialmente vulneráveis a problemas de autoimagem e distorção da imagem corporal. São relativamente comuns em pessoas com nanismo, uma condição genética rara que além de provocar crescimento esquelético anormal, causa alterações metabólicas que predisõem a obesidade e acúmulo de gordura na região abdominal, coxas e glúteos. Problemas relacionados à autoimagem podem trazer prejuízos para a saúde psíquica e física, porém, investigações sobre o estado nutricional e sua associação com a imagem corporal ainda não foram conduzidos com essa população no Brasil. Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar a associação entre estado nutricional, satisfação corporal e desejo de mudança no peso atual em adultos brasileiros com nanismo.

MÉTODOS

Trata-se de estudo observacional, seccional, desenvolvido em âmbito nacional com adultos com nanismo (n=36). A amostragem foi não probabilística baseada no método Respondent Driven Sampling. A coleta de dados ocorreu de forma remota entre agosto de 2021 e junho de 2022, por meio de questionário online semiestruturado com questões sobre autoimagem e medidas antropométricas referidas. O estado nutricional foi avaliado com base em referência de índice de massa corporal para pessoas com nanismo, classificando os participantes em magreza (menor que -2 escore-z) e excesso de peso (menor que -2 escore-z). Para as análises de associação, empregou-se o teste Qui-quadrado no software SPSS versão 22.0, considerando o valor de $p < 0,05$ para significância estatística. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Fluminense (Parecer: 4.826.711; CAAE: 46933921.4.0000.5243).

RESULTADOS

Observou-se 13,9% (IC95% 2,9-25,6) de excesso de peso e 5,6% (IC95% 0,0-14,3) de magreza. A insatisfação com o corpo esteve presente em 83,3% (IC95% 70,7-94,6) dos participantes, e 88,9% (IC95% 76,9-97,4) desejava reduzir o peso corporal. O estado nutricional não demonstrou associação com a insatisfação corporal, tampouco com o desejo de diminuir ou aumentar o peso corporal.

CONCLUSÃO

Embora tenha sido observada baixa prevalência de excesso de peso entre adultos com nanismo, a maioria era insatisfeita com o próprio corpo e tinha desejo de reduzir seu peso. Assim, o aconselhamento nutricional centrado nas percepções e desejos sobre o próprio corpo revela-se fundamental nessa população, visando evitar sofrimento psíquico e intervenções nutricionais desnecessárias que possam prejudicar a qualidade de vida física e mental.

Palavras-chave: Nanismo|Composição corporal|Autoimagem|Insatisfação corporal

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Estado nutricional e situação de (In)segurança alimentar de imigrantes brasileiros residentes em Massachusetts (Estados Unidos) no contexto da pandemia de COVID-19

Maria Tereza Borges Araujo Frota; Victor Nogueira da Cruz Silveira; Francisca Adriana Vieira da Silva; Carlos Eduardo Gomes Siqueira.
University Of Massachusetts, Boston - Estados Unidos da America.

INTRODUÇÃO

A pandemia do coronavírus desencadeou uma crise econômica e sanitária mundial, gerando grandes desafios para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), com impactos imediatos e de longo prazo, o que afetou os mais pobres e vulneráveis. A Insegurança Alimentar (IA) se manifesta tanto através da fome quanto do excesso de peso, como consequência da inadequação da alimentação. Durante a COVID-19 vários fatores colocaram os imigrantes em maior risco e em desvantagem quando comparados aos residentes nativos no que se refere ao atendimento de suas necessidades sociais e de saúde, incluindo o acesso à alimentação adequada e saudável. Informações específicas sobre os brasileiros muitas vezes não aparecem nas pesquisas, que incluem todos os imigrantes em um grupo classificado como “latinos”, com os quais os brasileiros não se identificam. Assim, este estudo teve como objetivo avaliar o estado nutricional e a situação de IA de imigrantes brasileiros residentes em Massachusetts (Estados Unidos da América - EUA), no contexto da pandemia de COVID-19.

MÉTODOS

Estudo transversal com amostra não probabilística de 152 imigrantes brasileiros adultos residentes no estado de Massachusetts. A pesquisa foi realizada em dois centros que prestam atendimento socioeducativo aos brasileiros, através da aplicação de um questionário por falantes nativos do português do Brasil. O estado nutricional foi classificado de acordo com os valores de referência para o Índice de Massa Corporal (IMC) e a IA foi medida por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Utilizou-se regressão de Poisson multivariada com variância robusta para identificação dos fatores associados aos dois desfechos. Este estudo seguiu os padrões para pesquisa com seres humanos dos EUA e foi aprovado pelo Institutional Review Board da Universidade de Massachusetts Boston, sob número de protocolo 2020141.

RESULTADOS

Neste estudo, 52,63% dos entrevistados estavam em situação de SAN no domicílio, contra 47,37% em INSAN, a maioria na forma leve (44,08%). Apenas a escolaridade permaneceu associada à INSAN no modelo final, sendo 33% inferior em indivíduos que estudaram acima de oito anos. De acordo com o IMC, 29,61% dos brasileiros estavam eutróficos, 69,74% foram classificados com excesso de peso, dos quais 32,89%

apresentavam algum grau de obesidade. O IMC dos entrevistados permaneceu associado com o tempo de imigração, sendo o excesso de peso 26% mais prevalente naqueles que moravam nos EUA há mais de cinco anos.

CONCLUSÃO

No contexto da pandemia da COVID-19, a maioria dos brasileiros que residiam em Massachusetts estavam em SAN. Aqueles em INSAN foram classificados no grau leve, que esteve associada estatisticamente com baixa escolaridade. Foi identificada também uma expressiva prevalência de excesso de peso, com predomínio nos indivíduos que migraram há mais de cinco anos para os EUA, indicando a importância do ambiente alimentar como coadjuvante para o aumento de peso observado nessa população.

Palavras-chave: Imigrantes|Segurança Alimentar e Nutricional|Estado nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Estado nutricional materno e peso da criança durante os primeiros dois anos de vida: coorte de nascimentos na Amazônia Ocidental Brasileira

Lara Livia Santos da Silva¹; Máira Barreto Malta²; Bárbara Hatzlhoffer Lourenço¹; Paola Soledad Mosquera¹; Ana Alice de Araújo Damasceno³; Marly Augusto Cardoso¹.

1. Universidade de São Paulo (Usp), São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade Católica de Santos (Unisantos), Santos - SP - Brasil; 3. Universidade Federal do Acre (Ufac), Cruzeiro do Sul - AC - Brasil.

INTRODUÇÃO

Há evidências que o índice de massa corporal (IMC) materno pré-gestacional e o ganho de peso gestacional (GPG) excessivos são fatores de risco modificáveis associados ao peso inadequado ao nascer e ao sobrepeso/obesidade infantil. No entanto, poucos estudos têm avaliado essa associação prospectivamente nos primeiros 2 anos de vida em populações em vulnerabilidade social. O objetivo deste estudo foi avaliar a associação do IMC materno pré-gestacional e do GPG com o IMC por idade (IMC/I) da criança durante os primeiros 2 anos de vida na Amazônia Ocidental Brasileira.

MÉTODOS

Estudo de coorte de nascimentos, de base populacional, realizado com 900 pares mãe-filho. O peso materno pré-gestacional e no momento parto foram coletados dos prontuários médicos e o peso e comprimento das crianças foram medidos ao nascimento e aos 6 meses, 1 e 2 anos de acompanhamento. Modelos de regressão linear e de efeitos mistos com medidas repetidas foram usados para avaliar as associações, incluindo termo de interação com idade para verificar a velocidade de ganho do IMC/I ao longo do acompanhamento. Este estudo foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública (USP), processo nº 872.613 (13/11/2014).

RESULTADOS

Cerca de um terço das mães iniciaram a gravidez com excesso de peso (26,1% com sobrepeso e 9,3% obesidade), 28,6% ganharam peso insuficiente e 34,4% ganharam peso excessivo durante a gestação. Crianças nascidas de mães com sobrepeso ou obesidade pré-gestacional exibiram IMC/I significativamente maior ao nascimento quando comparadas com aquelas nascidas de mães com peso normal, e não houve mudança significativa neste índice durante o primeiro ano de seguimento. Crianças nascidas de mães com baixo peso pré-gestacional apresentaram menor IMC/I ao nascer (β -0,25; IC95% -0,49; -0,01) e um aumento significativo de 0,37 z até o primeiro ano de seguimento (IC95% 0,01; 0,73), quando comparadas com crianças nascidas de mães com peso pré-gestacional normal. Em relação ao GPG, crianças nascidas de mães com ganho de peso excessivo apresentaram IMC/I 0,36 (IC95% 0,22; 0,50) maior ao nascer, e uma variação negativa de 0,23 z no primeiro ano de seguimento (IC95% -0,45; -0,02), em comparação aos nascidos de mães com GPG adequado. Considerando todo o período do

estudo (do nascimento até o seguimento de 2 anos), não houve mudanças significativas no IMC/I por ano de acordo com as categorias de IMC pré-gestacional e GPG, mas observou-se, na análise em cada ponto do seguimento, que as categorias de excesso das exposições foram associadas positivamente com o BAZ da criança, em relação as categorias de normalidade.

CONCLUSÃO

A influência do sobrepeso e obesidade pré-gestacional e do GPG excessivo no IMC/I da criança foi mais pronunciada ao nascimento, e esta permaneceu associada no primeiro e segundo ano de seguimento, ressaltando a importância do estado nutricional materno adequado antes e durante a gestação no peso de crianças da Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Saúde materno-infantil|Nutrição pré-natal|Estado nutricional|Ganho de peso na gestação|Crescimento e desenvolvimento

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Estado nutricional, qualidade da dieta e marcadores inflamatórios em adolescentes de São Luís-MA.

Nádia Caroline de Moura Matias¹; Ana Karina Teixeira da Cunha França¹; Sueli Ismael Oliveira da Conceição²; Alcione Miranda dos Santos¹; Cadidja Dayane Sousa do Carmo³; Cecília Claudia Costa Ribeiro¹.

1. Programa de Pós-Graduação Em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil; 2. Curso de Nutrição, Departamento de Ciências Fisiológicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil; 3. Programa de Pós-Graduação Em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os hábitos alimentares não saudáveis estão, cada vez mais, associados ao risco de desenvolver excesso de peso e Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). Marcadores inflamatórios associados às DCNT já podem estar alterados mesmo na infância e adolescência. O objetivo deste estudo foi avaliar a relação entre estado nutricional, qualidade da dieta e marcadores inflamatórios em adolescentes matriculados em escolas públicas de São Luís-MA.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo do tipo transversal, realizado com 384 adolescentes entre 17 e 18 anos de idade. O estado nutricional foi avaliado através do Índice de Massa Corporal (IMC). Utilizou-se o Índice de Qualidade da Dieta Revisado (IQD-R) para avaliar a qualidade da dieta dos adolescentes. Os marcadores inflamatórios utilizados foram Proteína C Reativa Ultrassensível (PCR-us), IL-6 (Interleucina-6) e TNF- α (Fator de Necrose Tumoral α). Para avaliar a relação entre o IMC, dieta e marcadores inflamatórios, realizou-se análise multivariada por meio da Árvore de Decisão utilizando-se o algoritmo CART (*Classification and Regression Tree*). O projeto de pesquisa que deu origem a este estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) sob protocolo nº 441.226.

RESULTADOS

A média de idade foi de 17,3 anos (DP \pm 0,5) e houve predomínio de adolescentes do sexo feminino (56,5%) e eutróficos (69,3%). A pontuação média do IQD-R foi de 55,3 (DP \pm 12,7) e 32,0% foram classificados com dieta inadequada, 65,6%, com dieta que necessita de modificação e apenas 2,4% com dieta saudável. Os adolescentes situados no menor tercil do IQD-R (T1) apresentaram maior média de IMC (22,1 \pm 4,3kg/m² vs 21,5 \pm 3,7kg/m²). Maiores níveis de IL-6 foram observados naqueles situados no T1 do IQD-R (1,345 mg/L vs 1,205 mg/L). Neste mesmo grupo (T1), os adolescentes que possuíam níveis de IL-6 maiores tinham também maior média de IMC (23,6 \pm 5,1 kg/m² vs 20,8 \pm 3,0 kg/m²). Os adolescentes situados nos maiores tercis do IQD-R (T2 e T3) e

que apresentaram maiores concentrações de IL-6 e PCR-us tinham, também, maior média de IMC ($23,8 \pm 4,9 \text{ kg/m}^2$).

CONCLUSÃO

A qualidade da dieta dos adolescentes estudados necessita de modificações. As médias de IMC parecem ser influenciadas pela qualidade da dieta e níveis séricos de IL-6 e PCR-us. Sendo assim, os resultados encontrados apontam uma relação favorável entre a condição antropométrica, qualidade da dieta e níveis de marcadores inflamatórios, indicando que a dieta de boa qualidade pode contribuir para menores valores de IMC e de concentração dos marcadores inflamatórios, assim prevenindo DCNT no futuro.

Palavras-chave: Estado Nutricional|Índice de Qualidade da Dieta Revisado|Inflamação|Adolescentes

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Estimativa do risco cardiovascular pelos índices de Castelli I e II em adolescentes brasileiros

Mariane de Almeida Alves¹; Liliana Paula Bricarello²; Anabelle Retondario³; Amanda de Moura Souza⁴; Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos².

1. Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), Florianópolis - SC - Brasil; 3. Universidade Federal do Paraná (Ufpr), Curitiba - PR - Brasil; 4. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

As doenças cardiovasculares (DCV) são a principal causa de morte no Brasil e no mundo. Alterações dos lípides plasmáticos estão associadas à elevação do Risco Cardiovascular (RCV). Elevações do colesterol associado à lipoproteína de baixa densidade (LDL-c) apresentam correlação com aumento do RCV, independentemente da faixa etária. Os Índices de Castelli I (IC-I) e II (IC-II) são utilizados para estimar o RCV. O objetivo deste trabalho foi aplicar os IC-I e IC-II em adolescentes brasileiros.

METODOLOGIA

Estudo transversal, que utilizou dados do Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (ERICA), uma amostra probabilística nacional, multicêntrica e escolar. Foi realizada coleta de sangue dos adolescentes que frequentavam o período da manhã de escolas públicas e privadas, após jejum de 12 horas. Para estimativa do RCV, foram calculados os IC-I, razão entre colesterol total e HDL-c e IC-II, razão entre LDL-c e HDL-c, segundo os níveis plasmáticos destes marcadores. A definição de dislipidemia seguiu os valores de referência para crianças e adolescentes da Diretriz da Sociedade Brasileira de Cardiologia (presença de todos os lípides alterados). Para definição de RCV foram utilizados os pontos de corte propostos para adultos, sendo considerados como RCV os valores de IC-I >3,5 e IC-II >2,9.

A caracterização dos adolescentes foi realizada de acordo com a prevalência de RCV segundo sexo, idade, tipo de escola, região geográfica, circunferência da cintura, estado de peso segundo IMC/idade e dislipidemia.

O ERICA foi aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa pertinentes. Todos os participantes forneceram o termo de consentimento livre e esclarecido assinado por seus responsáveis.

RESULTADOS

Foram analisados os dados de 36.837 adolescentes, dos quais 32,1% (n=11.810) apresentaram RCV segundo IC-I e 6,89% (n=2.539) segundo IC-II. Dentre os adolescentes com RCV, a maioria era do sexo feminino (55,6% IC-I e 54,3% IC-II), entre 15 e 17 anos (53,1% IC-I e 54,5% IC-II) e alunos de escolas públicas (73,7% IC-I 74,4%

IC-II). As maiores prevalências de RCV foram encontradas na Região Nordeste (33,5% IC-I e 34,2% IC-II) e as menores, no Sul (9,4% IC-I e 8,3% IC-II). Entre os adolescentes classificados com RCV segundo o IC-I, 39,8% apresentavam sobrepeso/obesidade e 21,0% circunferência da cintura elevada, já para o IC-II as prevalências destes marcadores de adiposidade foram de 30% e 51%, respectivamente. Todos os indivíduos da amostra com dislipidemia (0,46%, n=168) foram classificados com RCV segundo os dois índices.

CONCLUSÕES

Apesar de ainda não existirem pontos de corte estabelecidos para adolescentes, o índice de Castelli pode ser uma importante ferramenta para identificar RCV tanto em estudos epidemiológicos quanto na prática clínica. Além disso, a caracterização dos adolescentes brasileiros de acordo com estes índices pode ser útil para o desenvolvimento de intervenções em saúde que busquem a prevenção de DCV neste grupo populacional.

Palavras-chave: adolescentes|Dislipidemias|Risco transversal|índices

cardiovascular|estudo

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Estratégias de atenção nutricional realizadas pelo Núcleo de Apoio à Saúde da Família, em Minas Gerais.

Elma Lúcia de Freitas Monteiro¹; Erika Cardoso dos Reis²; Diana Martins Marcos²; Ana Claudia Morito Neves²; Tatiane Palmeira Eleutério³; Jair Sindra Virtuoso Junior¹.
1. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba - MG - Brasil; 2. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto - MG - Brasil; 3. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Atenção Nutricional se caracteriza pelas ações de alimentação e nutrição relacionadas à promoção e proteção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de agravos direcionados a indivíduos, famílias e comunidades. As equipes de Atenção Básica devem garantir que a atenção nutricional forneça respostas às demandas e necessidades de saúde da população do seu território, de acordo com os critérios de risco e vulnerabilidade. Esse estudo teve como objetivo avaliar as estratégias de atenção nutricional realizadas pelas equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), em Minas Gerais.

MÉTODOS

Estudo descritivo, observacional orientado pelo Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology (STROBE) que utilizou dados do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica – PMAQ-AB. Foram analisados dados do ciclo 3, realizado nos anos 2017/2018, e selecionadas as variáveis do módulo IV - entrevistas com o profissional da Equipe de Atenção Básica, bloco “IV.12. Atenção nutricional pelo NASF”. Os dados utilizados são de livre acesso na página eletrônica da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, não sendo necessário a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS

Foi observado que 94,5% das equipes de NASF de Minas Gerais desenvolvem ações de atenção nutricional com as equipes de atenção básica, e 88,6% das equipes de NASF realizam análise e intervenção sobre os agravos nutricionais mais prevalentes no território. Sobre os métodos adotados, 96,1% relatou utilizar metodologias e/ou ferramentas com ênfase em práticas alimentares saudáveis, tais como o Guia Alimentar para a População Brasileira e 95,9% das equipes afirmam promover ações que fomentam práticas alimentares saudáveis, baseado no consumo de alimentos regionais e no Guia Alimentar para a População Brasileira. A qualificação dos profissionais da Atenção Básica para a coleta e registro dos dados antropométricos e coleta e análise dos marcadores de consumo é realizada por 84,4% e 75,3% das equipes, respectivamente. A promoção de oficinas culinárias é feita por 40,4% equipes e 45,4% relatam promover articulação no território para garantia de equipamentos de alimentos saudáveis, como feiras de alimentos agroecológicos, hortas comunitárias.

CONCLUSÃO

As estratégias de atenção nutricional se mostraram incorporadas nas rotinas das equipes NASF de Minas Gerais em 2017/2018, com ampla realização por quase a totalidade das equipes. Os aspectos relacionados às ações de avaliação do consumo alimentar, promoção de oficinas culinárias e articulação para garantia de equipamentos de alimentos saudáveis se apresentam como mais desafiadores. Nesse contexto, a identificação dos locais de produção, comercialização e distribuição de alimentos, bem como os costumes e tradições alimentares da região que podem ter relação com os hábitos alimentares e com o estado nutricional dos cidadãos são necessários para o fortalecimento de ações de promoção à saúde.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde|Saúde Coletiva|Atenção à Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Estratégias do Ministério da Saúde para fortalecimento do cuidado da obesidade no âmbito da covid-19

Ariene Silva do Carmo; Thais Fonseca Veloso de Oliveira; Ana Maria Thomáz Maya Martins; Ana Maria Cavalcante de Lima; Rafaella da Costa Santin; Gisele Ane Bortolini.

Ministério da Saúde, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

O cenário de pandemia de covid-19, vivenciado nos últimos anos, evidenciou as doenças crônicas, como a obesidade, como importantes fatores de risco para maior agravamento da covid-19. Para induzir e fortalecer a atenção precoce às pessoas com obesidade na Atenção Primária à Saúde (APS) no contexto da pandemia do covid-19, foi instituído em caráter excepcional e temporário, incentivo financeiro federal por meio da Portaria GM/MS nº 2.994, de 29 de outubro de 2020. Sendo o monitoramento da aplicação do incentivo financeiro avaliado por meio do aumento no número de atendimentos individuais para as condições avaliadas de obesidade registradas no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB). Deste modo, o presente estudo tem como objetivo analisar o papel indutor do incentivo financeiro na evolução do número de atendimentos individuais para a condição avaliada obesidade na APS.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de delineamento ecológico, desenvolvido com dados secundários dos 5.504 municípios contemplados na Portaria GM/MS nº 2.994/20. Foram utilizados dados secundários cadastrados no SISAB e no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Assim, foram extraídas as informações dos atendimentos individuais para problema ou condição avaliada obesidade e do número de pessoas com diagnóstico de obesidade, considerando todas as faixas etárias, de cada município brasileiro para os anos de 2017 a 2021. A análise descritiva contemplou o cálculo de frequências absolutas e relativas.

RESULTADOS

Dos 5504 municípios contemplados com o incentivo financeiro, 74,8% (n=4120) alcançaram a meta referente ao aumento do registro de atendimentos individuais para a condição avaliada obesidade (número de atendimentos em 2021 superior aos valores registrados em 2020). Todas as macrorregiões e as unidades federativas do Brasil apresentaram incremento no número de atendimentos individuais para a condição avaliada obesidade. O número de pessoas com diagnóstico de obesidade e de atendimentos individuais para a condição avaliada obesidade no Brasil em 2021 foi maior quando comparado com os demais anos de avaliação. Quando comparado o ano de 2021 com os anos de 2017, 2018 e 2019, o percentual de aumento de pessoas com obesidade

sempre foi maior que o percentual de aumento do número de atendimentos individuais para a condição avaliada obesidade. Enquanto na comparação do ano de 2021 com 2020 (ano de recebimento do incentivo financeiro), observou-se que o percentual de aumento de número de atendimentos individuais para a condição avaliada obesidade foi superior ao número de pessoas com obesidade.

CONCLUSÃO

Os achados deste estudo evidenciaram o papel indutor do incentivo financeiro no fortalecimento do cuidado das pessoas com obesidade no âmbito da APS, o que reforça a importância de apoio aos municípios por meio de repasse financeiro regular.

Palavras-chave: Obesidade|Políticas-públicas|Atenção Primária à Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Estudo da qualidade dos cardápios escolares dos municípios da região sudeste do Brasil

Júlia Carpenter de Medeiros Mathídios dos Santos; Rafaella Guimarães Moraes
Camargo; Semíramis M. A. Domene.
Universidade Federal de São Paulo, Santos - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das formas eficazes de contribuição para a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O PNAE é considerado o maior programa de alimentação da América Latina e preza pela garantia de parte das recomendações nutricionais de todos os estudantes matriculados na rede pública da educação básica, contribuindo assim para o desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e rendimento escolar. Ao considerar que o acesso a uma alimentação adequada é um dever do Estado para com os estudantes da rede pública, o PNAE fornece as diretrizes para garantir refeições que supram parte das necessidades nutricionais dos alunos com base em alimentos saudáveis, diversificados, seguros e que respeitem a cultura e a tradição alimentar. Há a necessidade de ferramentas de avaliação aprimoradas que permitam análises consistentes em relação a qualidade dos cardápios escolares, a fim de monitorar se as diretrizes do PNAE estão sendo respeitadas e aplicadas nas escolas da rede pública. O objetivo deste estudo foi avaliar a qualidade de cardápios de uma semana de municípios da região Sudeste do Brasil.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo exploratório transversal de caráter quantitativo. Foram selecionados cem municípios da região sudeste do Brasil, distribuídos proporcionalmente por estados e solicitou-se os cardápios ao nutricionista via e-mail e telefone. Os cardápios priorizados eram do ensino fundamental de agosto de 2019. Foi realizada a análise dos cardápios por meio da aplicação do Indicador de Qualidade para Cardápios da Alimentação Escolar (IQCAE). Este trabalho foi aprovado em Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP. CAAE: 46384721.6.0000.5505

RESULTADOS

Dos cem cardápios avaliados, 7% apresentaram baixa qualidade, 36% média qualidade e 57% alta qualidade segundo o IQCAE. Os municípios com cardápios de baixa qualidade serviram frequentemente doces como refeição, embutidos e diferentes alimentos ultraprocessados. Também não cumpriram a preconização de oferta adequada de frutas, verduras e legumes. Os cardápios que apresentaram média qualidade contavam com componentes considerados saudáveis, mas não de forma regular; o uso de ultraprocessados também foi presente em muitos cardápios desta categoria. Já os

cardápios de alta qualidade serviam componentes saudáveis frequentemente e ainda outro alimento servido ao longo do dia, que contribuíram para maior pontuação.

CONCLUSÃO

Apesar dos avanços experimentados na regulação do PNAE ao longo de sua história, a oferta de alimentos incompatíveis com suas diretrizes ainda é presente em 43% dos cardápios. Uma vez que a lei 11.947/09 segue em vigor há mais de dez anos, estes achados são preocupantes devido aos riscos nutricionais registrados na literatura relativamente ao consumo regular dos alimentos restritos. Conclui-se também que as categorias do IQCAE podem ser investigadas, a fim de aprimorar a sensibilidade do indicador frente aos alimentos observados na amostra.

Palavras-chave: Alimentação escolar|Política Pública|Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação|Qualidade de cardápios

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Estudo sobre escolhas alimentares vegetarianas e onívoras e fatores de risco e marcadores para doenças crônicas não transmissíveis

Amanda Rivieira da Silva; Larissa Likka Tanaka; Flavia Troncon Rosa; Nayara da Silva Gimenes Peres; Monique Quintiliano Silva; Guilherme Henrique Dantas Palma.
Centro Universitário Filadélfia (Unifil), Londrina - PR - Brasil.

INTRODUÇÃO

A adoção de uma alimentação baseada em vegetais é recomendada para a promoção da saúde. Há evidências de que a adoção das dietas vegetarianas associa-se à prevenção e tratamento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT); no entanto, o desenvolvimento dessas doenças não depende unicamente do padrão alimentar adotado, mas sim das escolhas alimentares e do estilo de vida. Desse modo, o objetivo deste estudo foi investigar a associação entre escolhas alimentares, onívoras e vegetarianas com fatores de risco e marcadores de doenças crônicas não transmissíveis.

MÉTODOS

Estudo transversal, analítico, realizado por meio de questionários aplicados virtualmente em adultos adeptos a alimentação onívora e vegetariana, de ambos os sexos, recrutados por meio da divulgação em redes sociais. Foram coletados dados demográficos, socioeconômicos, medidas antropométricas autorreferidas, frequência de consumo alimentar, fatores de risco e marcadores de DCNT. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CEP) do Centro Universitário Filadélfia - UniFil sob o parecer número 4.181.581. A regressão de Poisson foi utilizada para determinar a razão de prevalência (RP) entre as variáveis independentes (alimentação onívora ou vegetariana) e variáveis dependentes (frequência de ingestão alimentar, estilo de vida e presença de alterações glicêmicas, lipídicas e outras comorbidades crônicas). O nível de significância estatística foi estabelecido como $P < 0,05$.

RESULTADOS

Foram coletadas um total de 282 respostas, dos quais 52,5% eram onívoros, em sua maioria em sobrepeso/obesidade e 47,5% eram vegetarianos, destes sendo 66,4% ovolactovegetarianos. Considerando a alimentação vegetariana, identificou-se menor RP para consumo considerado inadequado ($<4x$ /semana) de frutas (RP 0,706; IC95%: 0,571-0,873), leguminosas (RP 0,694; IC95%: 0,497-0,970), oleaginosas (RP 0,724; IC95%: 0,583-0,897), vegetais folhosos (RP 0,702; IC95%: 0,543-0,909) e legumes (RP 0,366; IC95%: 0,248-0,540); para menor consumo de alimentos integrais (RP 0,460; IC95%: 0,333-0,634); e para maior consumo de bebidas artificiais (RP 0,359; IC95%: 0,191-0,674) e frituras (RP 0,354; IC95%: 0,211-0,592), além de maior prática de atividade física, quando comparados aos onívoros. Já com relação aos marcadores de DCNT, identificou-se maior RP de alterações glicêmicas (RP 1,133; IC95%: 1,080-1,189) e

lipídicas (RP 1,106; IC95%: 1,020-1,200) em indivíduos que consomem proteínas animais, independente do grupo, e uma menor RP para alteração glicêmica com consumo de carne vermelha menor que 2x/semana (RP 0,211; IC95%: 0,056-0,794).

CONCLUSÃO

Conclui-se que, nesta amostra, a adoção de uma alimentação vegetariana associou-se a maior prevalência de escolhas alimentares saudáveis. Ainda, independente do padrão alimentar, onívoro ou vegetariano, o consumo de proteínas de origem animal pode se associar ao desenvolvimento de DCNT.

Palavras-chave: Dieta à base de plantas|Dieta Ocidental|Hábitos alimentares|Hábitos de vida

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Evolução do excesso de peso na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19

Francisco Alexandre Sousa Moura.
Centro Universitário Inta- Itapipoca, Itapipoca - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial da Saúde, obesidade é definida como o excesso de gordura corporal em quantidades que acarretarão em malefícios à saúde em curto, médio e longo prazo, estando relacionada com o desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). O surgimento da pandemia do novo coronavírus em março de 2020, e a adoção de medidas de contenção de disseminação da doença, trouxeram diversas consequências em diferentes esferas, seja social, psicológica, física ou espiritual. Destaca-se aqui os danos psicológicos (ansiedade), modificação no padrão alimentar, aumento do sedentarismo e, conseqüentemente, alterações do peso corporal (sobrepeso e obesidade). O objetivo deste estudo foi analisar as alterações nas taxas de prevalência de excesso de peso em adultos nas capitais brasileiras no período pré e pós-pandemia de COVID- 19.

MÉTODOS

Trata-se de estudo transversal descritivo a partir de dados do inquérito Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), referente aos anos 2019 e 2021. Foram extraídas informações sobre a prevalência de excesso de peso ($IMC \geq 25 \text{kg/m}^2$), total e por sexo, na população adulta (≥ 18 anos) residente nas 26 capitais brasileiras e no distrito federal, sendo os dados apresentados em porcentagem e deduzidos através da diferença entre as porcentagens das capitais nos referidos anos.

RESULTADOS

Comparando as taxas de prevalência de excesso de peso em 2019 e 2021, para ambos os sexos, observa-se que 22 capitais apresentaram incremento na prevalência, com destaque para Porto Velho (56,6% para 64,4%) e Belo Horizonte (52,5% para 58,6%). Por outro lado, as capitais que apresentaram maiores reduções foram Recife (59,5% para 56,7%) e Belém (53,3% para 51,3%). Entre os homens, a capital com maior elevação na prevalência foi Salvador, variando de 47,2% para 60,80%, seguida pelas capitais João Pessoa e Macapá. Já entre mulheres, as capitais em destaque foram Porto Velho (50,60% para 61,00%) e Belo Horizonte (48,60% para 58,70%) com os maiores incrementos. São Luis (57,60% para 51,40%) e Rio de Janeiro (56,30% para 49,40%) foram as capitais com maior redução na prevalência de excesso de peso entre homens e mulheres. Nota-se uma redução nos índices de excesso de peso conforme aumento da escolaridade e um aumento de peso quanto maior a idade.

CONCLUSÃO

Ocorre prevalência do excesso de peso em quase a totalidade das capitais do Brasil no período analisado, evidenciando a necessidade de ações de controle do ganho excessivo de peso corporal entre adultos. Destaca-se ainda a relação entre o ganho de peso e o nível de escolaridade, sendo inversamente proporcional, em contrapartida, nota-se uma relação diretamente proporcional entre o ganho de peso e a idade avançada. A pandemia de COVID-19 também foi um fator determinante para o aumento dos índices de obesidade devido as diversas restrições de saúde impostas à população.

Palavras-chave: Estado Nutricional|Alterações do peso corporal|Pandemia

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Excesso de peso e fatores associados entre adultos de uma comunidade rural do Pantanal sul brasileiro

Deise Bresan; Letícia Rosa de Moraes Borges; Ana Paula de Assis Sales; Carla Maiara Lopes Cardoso; Priscila Milene Angelo Sanches; Patricia Vieira Del Ré.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS - Brasil.

INTRODUÇÃO

O excesso de peso é um importante problema de saúde pública no Brasil, atingindo 61,7% da população adulta. Alguns grupos podem ser ainda mais afetados. Populações do campo e da floresta, que normalmente apresentam menor renda e escolaridade, enfrentam desigualdades no acesso a serviços de saúde e saneamento básico, o que pode refletir negativamente em suas condições de saúde e nutrição. O objetivo do trabalho é descrever a prevalência de excesso de peso entre adultos atendidos no ambulatório da Base de Estudos do Pantanal na comunidade rural pantaneira Passo do Lontra, e identificar os fatores associados.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo transversal, com análise de dados secundários provenientes dos prontuários de pacientes atendidos pelo curso de Nutrição durante os anos de 2015 a 2019, no ambulatório da Base de Estudos do Pantanal, localizado na comunidade pantaneira Passo do Lontra, Corumbá, Mato Grosso do Sul. Foram coletadas variáveis sociodemográficas, antropométricas, clínicas e de consumo alimentar. Considerou-se como desfecho o excesso de peso (índice de massa corporal ≥ 25 Kg/m²). As análises estatísticas foram realizadas no STATA 16.0, através de regressão de Poisson, sendo consideradas variáveis com significância estatística aquelas que apresentaram valor de $p < 0,05$, estimado pelo teste de Wald. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (parecer nº 4.003.826).

RESULTADOS

Foram analisados dados de 70 prontuários. A idade média dos pacientes foi de $38,6 \pm 13,1$ anos, 57,9% estudou formalmente por até 8 anos e 57,1% eram no sexo feminino. A prevalência de excesso de peso foi de 79,7%, sendo maior no sexo feminino quando comparado ao masculino (89,7% versus 66,7%; $p=0,03$). A obesidade atingiu 55,1% dos avaliados. Os indivíduos com risco para doenças cardiovasculares, segundo a circunferência da cintura, apresentaram prevalência de excesso de peso 4,56 vezes maior quando comparados àqueles sem risco para doenças cardiovasculares (97,7% versus

21,4%; $p < 0,01$). O excesso de peso também foi maior entre os indivíduos que tinham como motivo para o atendimento nutricional a perda de peso quando comparados aqueles que buscaram o atendimento para reeducação alimentar (95,8% versus 66,7%; $p = 0,02$). As demais variáveis não se associaram significativamente ao desfecho analisado.

CONCLUSÃO

Os dados apresentados ressaltam a importância da efetiva execução das políticas públicas de saúde voltadas para grupos vulneráveis, como as populações do campo e da floresta, visando reduzir as desigualdades presentes e promover melhorias na qualidade de vida.

Palavras-chave: Sobrepeso|Obesidade|Populações Rurais

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Excesso de peso em crianças beneficiárias do programa criança alagoana (CRIA) de um município da zona da mata alagoana

Bianca Gomes de Souza; Micaely Cristina dos Santos Tenório; Ana Cristina Santos Soares; Josicléia Santos de Lima; Mayara Moreira; Alane Cabral Menezes de Oliveira.
Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

O excesso de peso é considerado um dos principais problemas de saúde pública no Brasil, com elevada prevalência em crianças, atingindo todas as regiões brasileiras, e classes sociais, inclusive às famílias de mais baixo poder aquisitivo. Além disso, o excesso de peso infantil é um fator de risco para agravos respiratórios, cardiovasculares, endócrinos, entre outros. O programa Criança Alagoana- CRIA foi instituído em 2018 no estado de Alagoas e tem por objetivo promover o desenvolvimento infantil integral na primeira infância, desde a gestação até os seis anos de idade, englobando aspectos físicos, cognitivos e psicossociais, levando em consideração a família e seu contexto de vida. Considerando esse cenário preocupante, o presente estudo objetivou identificar o excesso de peso em crianças beneficiárias do Programa Criança Alagoana-CRIA de um município da zona da mata alagoana.

MÉTODOS

Estudo transversal realizado com usuários beneficiários do programa CRIA, do Município de União dos Palmares, em 2021, como parte de um projeto maior intitulado “Avaliação da efetividade do programa criança alagoana (CRIA) no município de União dos Palmares-Alagoas”, aprovado pelo Comitê de ética e pesquisa sobre nº 44202621.0.00005013. A coleta de dados foi através da aplicação de formulário padronizado eletrônico com responsáveis de crianças com idade até 4 anos e 11 meses. Foram excluídos domicílios com crianças portadoras de doenças, com alguma limitação física ou motora, bem como com problemas neurológicos. Foram coletados dados referentes a última medida de peso (Kg) e estatura (m) aferidas, para cálculo do IMC (Kg/m²) e do índice antropométrico peso para estatura, nos quais foram avaliados pelo programa Antro considerando os pontos de corte preconizados pela Organização Mundial da Saúde (2006). As análises dos dados foram realizadas com auxílio do pacote estatístico SPSS (Statistical Package for Social Science) versão 20.0, sendo expressos por meio de média, desvio padrão e frequência.

RESULTADOS

Foram incluídas 201 crianças no estudo, com idade cronológica média de $27,46 \pm 23,51$ meses, sendo 48,8% do sexo feminino e 51,2% do sexo masculino. Ainda, os responsáveis apresentavam média de idade cronológica de $27,11 \pm 6,49$ anos, com renda familiar mensal < 1 salário mínimo (renda média de R\$ $361,87 \pm 269,64$ reais) e 20,9% referiram ter mais de 4 moradores por domicílio. Quanto a avaliação antropométrica, apenas 74/201 tinham dados referentes a peso e estatura, no qual 43,2% tinham excesso de peso, sendo 22,9% sobrepeso e 20,3% obesidade.

CONCLUSÃO

De acordo com os resultados obtidos foi identificado uma frequência elevada de crianças com excesso de peso. Esses dados podem ser associados ao menor poder aquisitivo das famílias a quais as crianças pertencem, o que por conseguinte limita o acesso dessa população à alimentação saudável, resultando no aumento da prevalência de excesso de peso.

Palavras-chave: Criança|Sobrepeso|Município

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Excesso de peso em crianças menores dez anos de uma capital do nordeste brasileiro: série histórica de 2017 a 2021

Kelly Walkyria Barros Gomes¹; Adriana Toledo de Paffer¹; William César Lima Barbosa da Silva²; Ewerton Amorim dos Santos²; Sandra Raphaella Santos Dias³; Sonia Aparecida Fatima Farias³.

1. Secretaria Municipal de Saúde de Maceió/AL, Maceió - AL - Brasil; 2. Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Maceió - AL - Brasil; 3. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

O excesso de peso na infância predispõe a várias complicações de saúde, como: problemas respiratórios, diabetes melito, hipertensão arterial, dislipidemias, elevando o risco de mortalidade na vida adulta. O objetivo deste trabalho é analisar o excesso de peso em indivíduos menores de dez anos, segundo dados do SISVAN, entre 2017 e 2021, no município de Maceió, Alagoas. É importante que se realize o monitoramento do crescimento e desenvolvimento das crianças, a fim de melhorar a eficiência das ações de promoção da saúde e prevenção dos possíveis problemas nutricionais que venham acarretar as mesmas.

MÉTODOS

Estudo observacional transversal acerca do excesso de peso de crianças menores de 10 anos, utilizando dados obtidos por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), no município de Maceió/AL, no período de 2017 a 2021. A classificação do estado nutricional foi baseada no Índice de Massa Corporal para Idade (IMC/Idade), separando por faixa etária: < 5 anos; ≥ 5 anos a < 10 anos, e tabulado no programa Microsoft Excel 2010. Após realizada a análise de regressão linear, para verificar a variação de tendência da variação temporal. A variável desfecho foi a prevalência de cada categoria do estado nutricional para excesso de peso, e a variável explanatória foi o ano de levantamento dos dados, sendo categorizado de 2017 a 2021. Considerou-se significância estatística quando os valores de p foram inferiores a 0,05. Toda a análise foi realizada no software SPSS, versão 25.

RESULTADOS

Em crianças < 5 anos, o risco de sobrepeso diminuiu de 2017 (20,3%) até 2019 (13,84%) e a partir de 2020 voltou a aumentar (18,85%) até 2021 (20,45%), o que não representou uma tendência de aumento significativa ($p=0,958$). Para essa faixa etária, o excesso de peso também não apresentou diferença significativa ao longo dos anos ($p=0,488$), porém observa-se uma tendência de queda significativa ($p=0,014$) para obesidade ao longo dos anos, variando de 5,7% em 2017 para 4,8% em 2021. Nas crianças com idade ≥ 5 e < 10 anos, apesar do aumento de excesso de peso ao longo dos anos, 24,10% em 2017 para 32,60% em 2021, o mesmo não foi significativo ($p=0,079$), o que também foi observado

para sobrepeso ($p=0,639$) e obesidade ($p=0,13$). Porém, ressalta-se uma tendência de aumento significativa ($p=0,002$) para obesidade grave, que variou de 3,7% em 2017 para 7,7% em 2021.

CONCLUSÃO

Observou-se o crescimento do excesso de peso em crianças com idade ≥ 5 e < 10 anos, sendo significativo o aumento de obesidade grave, mostrando mais uma vez a importância da implantação de políticas públicas e programas voltados para este público. A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável é importante para melhoria do consumo alimentar e da qualidade de vida, principalmente no atual cenário, com a pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: Antropometria|IMC-Idade|Criança|SISVAN

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar em uma escola federal durante a pandemia de Covid-19: aprendizados e desafios

Ana Paula de Souza Cruz Mendonça¹; Maria Eduarda da Costa Andrade¹; Diôgo Vale¹; Thais Teixeira dos Santos¹; Priscila Fabíola dos Santos Silva¹; Poliana de Araújo Palmeira².

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Ifrn, Natal - RN - Brasil; 2. Universidade Federal de Campina Grande - Ufcg, Cuité - PB - Brasil.

INTRODUÇÃO

Em 2020, foi decretado estado de emergência mundial em saúde pública causado pelo novo coronavírus o SARS-CoV-2, tendo como uma das principais medidas de controle da disseminação do vírus o isolamento social. Diante da nova realidade, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi estratégico para a promoção do acesso ao alimento por famílias vulnerabilizadas pela crise sócio-sanitária decorrente da pandemia. O programa passou por adaptações visando manter o atendimento à população escolar e a utilização dos recursos durante o período pandêmico. Assim, objetiva-se relatar aprendizados e desafios na execução do PNAE no período de pandemia da COVID-19 a partir da experiência do Instituto Federal do Rio Grande do Norte Campus Santa Cruz (IFRN – Santa Cruz).

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência sobre a execução do PNAE no IFRN – Santa Cruz no ano de 2020, apresentando as estratégias adotadas na oferta da alimentação, a partir da Lei nº 13.987/2020 que autorizou, em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.

RESULTADOS

Em 2020, foram utilizados R\$ 69.238,66 oriundos da verba do PNAE para compra de kits de alimentos, entregues já embalados. Cada kit teve um valor médio de R\$ 48,92, sendo composto por feijão carioca, arroz parboilizado, açúcar, flocão de milho, biscoito tipo cream cracker, macarrão espaguete, sal, sardinha ao molho de tomate e leite em pó integral. Itens da agricultura familiar, além dos gêneros já adquiridos a partir de processos licitatórios de anos anteriores, também foram adicionados, como polpa de frutas, bebidas lácteas, bolo, queijo, vegetais, frutas e pães. Os estudantes responderam previamente a uma enquête, demonstrando o interesse em receber os kits e caso o número de interessados ultrapassasse os recursos disponíveis, era feita uma seleção com base nos critérios socioeconômicos do serviço social. As entregas foram realizadas nos meses de junho, novembro e dezembro. Cada aluno recebeu dois kits por entrega, um referente ao mês da entrega e outro ao mês seguinte.

CONCLUSÃO

A execução do PNAE no IFRN-Santa Cruz foi uma das estratégias de grande relevância em nível local para o enfrentamento da fome e insegurança alimentar direcionada às famílias dos estudantes da rede pública de ensino, porém a pandemia da Covid-19 evidenciou as fragilidades que há muito tempo já existiam na execução do programa, principalmente aquelas relacionadas às questões orçamentárias e normativas. O baixo recurso destinado ao programa impossibilitou o atendimento universal dos estudantes em todas as entregas, além de dificultar a elaboração de um kit que atendesse totalmente as necessidades nutricionais. Assim, ficou ainda mais evidente a necessidade de reavaliação por parte do governo federal do per capita financeiro destinado por aluno por dia letivo para execução do programa.

Palavras-chave: Alimentação escolar|DHAA|Pandemia

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Exercício ilegal da profissão de nutricionista: apuração de denúncias nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul

Glenda Keri Bellini; Andréa Austricliano Aleixo Costa; Gretha Letícia Borsoi; Kátia Fugita; Selma Mazzocchi.

Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 8234/91 regulamenta a profissão de nutricionista, definindo as atividades privativas da categoria. A fiscalização do exercício da profissão compete ao Sistema CFN/CRN na forma da Lei nº. 6.583/78. O exercício ilegal é caracterizado pela prática de atividades privativas realizadas por leigos (pessoa física não portadora de diploma expedido por escolas de graduação em nutrição) ou egressos do curso de Nutrição sem inscrição no CRN. O objetivo deste estudo foi trazer ao conhecimento da categoria dados sobre as denúncias recebidas no ano de 2021 e os resultados das apurações realizadas pelo conselho profissional de nutricionistas dos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

MÉTODOS

O estudo possui caráter retrospectivo realizado pelo Setor de Fiscalização, envolvendo o levantamento quantitativo de denúncias de exercício ilegal da profissão de nutricionista, os motivos das denúncias, as características quanto a formação do denunciado, as ações realizadas durante a apuração e os resultados finais. Foram consideradas as denúncias recebidas no período de janeiro a dezembro de 2021 e as ações e desfechos até abril de 2022.

RESULTADOS

Foram recebidas 473 denúncias de exercício ilegal, sendo 192 arquivadas e 281 processos de apuração. Os principais motivos de arquivamento foram: denunciado pertencente a outra jurisdição (66%) e apresentação de provas inválidas ou ausência de provas (23%). Dos processos de apuração 40% foram concluídos e 60% estão em tramitação. Quanto às características de formação dos denunciados foi constatado: 45,6% sem profissão identificada; 28,8% estudantes de graduação em nutrição; 8,2% profissionais de educação física; 7,5% outras formações profissionais; 6% médicos e 3,9% bacharéis em nutrição em situação irregular junto ao conselho profissional. Os principais motivos das denúncias foram: 29,5% consultoria nutricional; 27,8% prescrição de dietas; 14,6% programas de emagrecimento e 10,3% publicações sobre alimentação e/ou dietas. As ações realizadas nas apurações foram: 244 envios de ofícios (alerta sobre as atividades privativas do nutricionista, orientações sobre riscos à saúde da população, solicitação de esclarecimentos, entre outros); 52 encaminhamentos a outros conselhos de classe; 26 ações fiscais e 12 encaminhamentos a outros Regionais. Os motivos de encerramento das denúncias foram: 58,4% insuficiência de dados e/ou ausência de indícios; 14,2%

atendimento à solicitação do conselho profissional; 9,7% envio a outros conselhos de classe; 8% envio a outros Regionais; 6,2% regularização da inscrição profissional; 2,7% incorporação a processos em tramitação e 0,9% encaminhamento ao Ministério Público.

CONCLUSÃO

Foi demonstrado que a maioria dos processos de denúncias foram encerrados por insuficiência de dados e/ou ausência de indícios. Por meio das apurações das denúncias, são realizadas ações para o combate ao exercício ilegal da profissão de nutricionista visando o bem-estar e a saúde da população.

Palavras-chave: Fiscalização|Nutricionista|Leigo

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Experiências exitosas de gestores e profissionais da saúde em Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde

Clara Cecília Ribeiro de Sa; Beatriz Gouveia Moura; Ana Carlyne Lima Lino Sandes;
Sílvia Eugênia Oliveira Valença; Raísa Conceição Ferreira; Andhressa Araújo
Fagundes.

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) é a ação que descreve e monitora as condições de alimentação e nutrição da população na Atenção Primária à Saúde (APS). Para uma execução de êxito, esta ação precisa do envolvimento de diversos atores, dentre eles gestores e profissionais de saúde. Dessa forma, o objetivo deste estudo foi identificar experiências exitosas de profissionais e gestores na operacionalização da VAN em seus territórios.

MÉTODOS

Estudo transversal, quantitativo realizado com 1.003 participantes, sendo 632 profissionais de saúde e 371 gestores das ações de alimentação e nutrição na APS, selecionados por conveniência. A coleta de dados foi realizada entre junho e agosto de 2021, mediante aplicação de questionários on-line no Google Forms. Os questionários buscaram caracterizar os atores da VAN, assim como identificar aspectos relacionados à percepção do funcionamento desta ação, entre eles as experiências exitosas vivenciadas na prática. A análise dos dados objetivos foi realizada por meio do programa Statistical Package for the Social Sciences, versão 20.0, e dos subjetivos a partir da análise de conteúdo do tipo temática de Bardin. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (Parecer nº 4.786.176) e todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

RESULTADOS

Participaram do estudo profissionais e gestores de todas as regiões do país sendo a maioria destes participantes do sexo feminino, com prevalência de 92,1% e 87,9%, respectivamente. Foi predominante a participação de gestores (70%) e de profissionais (60,6%) com um tempo de atuação menor ou igual a 5 anos. 21% gestores relatam experiências exitosas, as quais estiveram relacionadas, principalmente, à identificação de desvios nutricionais através de relatórios do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional, êxito no uso dos marcadores de consumo alimentar bem como no acompanhamento de usuários de programas como o Programa Saúde na Escola (PSE) e Programa Bolsa Família (PBF) para potencializar a coleta de dados, e da realização de capacitação para a equipe. 19,6% profissionais relataram experiências exitosas, a maioria condizente com as mencionadas pelos gestores, principalmente em relação à

potencialização da coleta de dados a partir do PSE e PBF. Ademais, profissionais destacaram a implantação de laboratório de avaliação nutricional na Unidade Básica de Saúde e a adaptação do marcador de consumo para o formato eletrônico.

CONCLUSÃO

Considerando as respostas, observa-se um baixo relato de experiências, que trazem à reflexão a necessidade de um espaço específico para captação de experiências exitosas pensando na replicação dessas. Percebe-se ainda que as experiências se referem, principalmente, à implementação e funcionamento da VAN de modo apropriado, como a coleta de dados otimizada e a identificação dos desvios nutricionais pelos gestores.

Palavras-chave: Vigilância Nutricional|Atenção Primária à Saúde|Pessoal de saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fatores associados à comportamentos desfavoráveis à amamentação de lactentes frequentadores do banco de leite humano

Mariana Diniz dos Santos¹; Isabella Cristina Loiola de Moraes Pereira¹; Maria Tereza Borges Araujo Frola¹; Poliana Cristina de Almeida Fonseca²; Sueli Ismael Oliveira da Conceição¹; Nayra Anielly Cabral Cantanhede¹.

1. Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil; 2. Universidade Federal do Piauí, Teresina - PI - Brasil.

INTRODUÇÃO

A fim de prevenir a interrupção precoce do aleitamento materno faz-se necessário a identificação das principais fragilidades existentes e a avaliação da mamada é uma forma prática e simples de manter ou até aumentar o tempo de amamentação. Com isso, este estudo teve como objetivo investigar os fatores associados à avaliação da mamada de lactentes acompanhados em um Banco de Leite Humano (BLH) de São Luís.

MÉTODOS

Estudo transversal aninhado a uma coorte com 267 binômios mãe-bebê, em Aleitamento Materno, assistidos pelo Programa de Puericultura do BLH de um Hospital Universitário do MA. Para avaliação da mamada utilizou-se o protocolo da Organização Mundial da Saúde, que possui elementos que classificam os sinais favoráveis à amamentação e de possível dificuldade, em relação à postura corporal da mãe e do bebê, observações sobre a pega e eficiência da sucção até o final da mamada. Investigou-se a associação entre a classificação da observação da mamada em função dos fatores como tipo de parto, lactente mora com avó, tipo de aleitamento, peito que mama, uso de artefatos, se mama em outra mãe e características das fezes pelo teste de qui-quadrado. Teve aprovação no Comitê de Ética sob pareceres número 2.341.252 em 20/10/2017 e número 2.673.595 em 24/05/2018.

RESULTADOS

No que se refere ao quesito Aspecto Geral da Mãe na avaliação da mamada, 92,9% das nutrizes foram classificadas como bom. Em relação à posição do bebê, 80,4% tiveram escore bom, ou seja, o posicionamento do bebê durante a amamentação estava correto, 12,5% obtiveram escore regular, revelando um posicionamento inadequado e doze duplas foram classificadas com escore ruim (7,1%), apresentando no mínimo três a quatro sinais de possível dificuldade. Quanto à pega do bebê, 72,0% mostrou escore bom, 14,9% regular e 13,1% ruim. Já em relação à sucção, 85,0% tinha escore bom. Já em relação a pega do bebê, obteve-se associação estatística significativa com a variável uso de mamadeira ($p=0,016$), onde entre as que obtiveram escore bom, 94,2% não faziam uso desse artefato. Também foi verificada associação estatística significativa entre sucção e a alimentação atual do bebê ($p>0,001$), sendo que entre as que tiveram escore bom para sucção, a maior parte estava em Aleitamento materno exclusivo (AME) (92,7%), nasceu

de parto normal (53,9%), não reside com avó (59,0%), mama em ambos os seios (95,8%), não usa complemento (89,4%), chupeta (88,7%) e nem mamadeira (93,0%), não chupa dedo (65,5%), nunca mamou na mama de outra mulher (95,1%) e apresentaram fezes moles amarelo/marrom (97,9%).

CONCLUSÃO

A ausência do AME e o uso de mamadeira foram associados ao desempenho ruim da amamentação, de acordo com a observação da mamada.

Palavras-chave: Aleitamento Materno|Associação|Chupeta|Mamadeira|Sucção

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fatores associados à maior pressão arterial em adolescentes de baixa condição socioeconômica

Fabiana Cristina Lima da Silva Pastich Gonçalves¹; Anna Letícia Ludovico Maciel²; Camila Bianca Gomes Silva de Lima²; Giselly Vitória Albino da Silva²; Marcelo de Santana Oliveira³; Pedro Israel Cabral de Lira³.

1. Pós-Graduação Em Saúde da Criança e do Adolescente - Ufpe, Recife - Pe - Brasil, Recife - PE - Brasil; 2. Curso de Graduação Em Nutrição – Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), Recife - Pe - Brasil, Recife - PE - Brasil; 3. Pós-Graduação Em Nutrição - Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), Recife - Pe - Brasil, Recife - PE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma doença crônica não transmissível de elevada prevalência mundial, que se caracteriza como o principal fator de risco para doenças cardíacas e cerebrovasculares e seus sintomas raramente são observados na infância e adolescência. O objetivo deste estudo foi identificar a frequência de hipertensão arterial em adolescentes e os fatores que, na adolescência, estão associados à maior pressão arterial.

MÉTODOS

Um estudo transversal com 208 adolescentes (com idade de 18 anos) foi realizado na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Esses adolescentes participaram anteriormente de outro estudo onde foram recrutados ao nascimento, cujo critério de seleção era apresentar renda familiar abaixo de três salários mínimos e, através de busca ativa, foram localizados para reavaliação aos 18 anos de idade. A pesquisa foi realizada no Hospital Regional de Palmares e os adolescentes foram avaliados quanto às condições socioeconômicas, estado nutricional, composição corporal, consumo alimentar e nível de atividade física. Hipertensão arterial foi considerada quando a pressão arterial sistólica e/ou diastólica apresentavam valores acima de 120 mmHg e 80 mmHg, respectivamente. A frequência de pressão arterial elevada foi verificada. Os dados foram analisados através do software Statistical Package for the Social Sciences, versão 23. Para verificar a associação entre as variáveis explanatórias e os desfechos (pressão arterial sistólica e pressão arterial diastólica, avaliadas separadamente), foi realizado o teste “T” de Student, após verificado que ambas apresentavam distribuição normal. Uma significância estatística p menor que 0,05 foi considerada. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos da UFPE sob o registro do CAAE n 336/08.

RESULTADOS

Uma frequência de 37,5% de hipertensão arterial foi observada na amostra estudada. Apresentar maior índice de massa corporal na adolescência esteve associado a maiores pressões arteriais sistólica e diastólica. Apresentar maior índice de massa gorda esteve associado à maior pressão diastólica e ser sedentário à maior pressão sistólica. As

condições socioeconômicas e o consumo de ultraprocessados não apresentaram associação com a pressão arterial dos adolescentes.

CONCLUSÃO

O índice de massa corporal apresentou-se ser o marcador nutricional mais efetivo para a variação da pressão arterial em ambos os parâmetros (sistólico e diastólico). Apresentar maior pressão arterial diastólica pode ser um indicativo de resistência vascular periférica, dessa forma, apresentar maior índices de massa gorda e de massa corporal merecem maior atenção durante o acompanhamento nutricional.

Palavras-chave: Hipertensão arterial|Adolescente|Estado nutricional|Consumo alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fatores associados ao baixo peso gestacional de mulheres atendidas em unidades básicas de saúde

Anatália Conceição Rosa; Ana Karina Teixeira da Cunha França; Nayra Anielly Cabral Cantanhede; Sueli Ismael Oliveira da Conceição; Elma Izze da Silva Magalhães; Carolina Abreu de Carvalho.

Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A gestação é uma fase da vida requer elevadas necessidades nutricionais e várias condições podem interferir na sua evolução normal. Gestantes com baixo peso pré-gestacional (PPG) ou com ganho de peso insuficiente possuem maior risco de ter bebês prematuros e/ou com baixo peso ao nascer. Fatores como aceitação da gestação, situação socioeconômica, escolaridade, faixa etária e hábitos alimentares podem influenciar o ganho de peso gestacional. Este estudo objetivou determinar fatores associados ao baixo peso gestacional.

MÉTODOS

Estudo transversal realizado com 262 gestantes atendidas em unidades básicas de saúde de São Luís-MA, seguindo as recomendações do STROBE (Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology). O baixo peso gestacional avaliado considerando-se o índice de massa corporal de acordo com a idade gestacional da participante no momento da entrevista. Foram avaliadas variáveis demográficas, socioeconômicas, estilo de vida, nutricionais e obstétricas das gestantes. Utilizou-se modelo de regressão multivariado de Poisson Robusto para identificação das variáveis associadas ao baixo peso gestacional, considerando-se um nível de significância de 5%. Os dados foram analisados no software Stata 14.0. A pesquisa multicêntrica que originou este estudo foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Viçosa (parecer consubstanciado nº 2.496.986) e dos CEP dos demais centros envolvidos. O estudo recebeu apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESULTADOS

Dentre as entrevistadas, 67,8% se autodeclararam pardas e 75,7% tinha ensino médio completo/incompleto. A mediana da renda familiar foi de R\$ 1.400,00. Além disso, 47,7% referiram 1 ou 2 gestações anteriores, 41,6% estavam no terceiro trimestre, 74,4% referiram que a gravidez não foi planejada e 92,4%, que não apresentavam hipertensão atual nem antes da gestação. A média de contribuição calórica dos alimentos ultraprocessados foi de 20,4%±17,0%. A prevalência de baixo peso nas gestantes foi de 17,2% e 45,8% apresentavam excesso de peso. Das variáveis investigadas, foram selecionadas para a análise multivariada: idade gestacional, renda, trimestre gestacional

e baixo peso pré-gestacional. A análise ajustada mostrou que gestantes com baixo peso pré-gestacional apresentaram prevalência 5 vezes maior de baixo peso na gestação (RP:5,82; IC95%: 2,68-12,62).

CONCLUSÃO

Gestantes com baixo peso pré-gestacional apresentam maior prevalência de baixo peso durante a gestação.

Palavras-chave: Estado Nutricional|Gestação|Baixo peso

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fatores associados à obesidade em gestantes atendidas em Unidades Básicas de Saúde em São Luís-MA

Juliane de Souza Silva; Nayra Anielly Cabral Cantanhede; Ana Karina Teixeira da Cunha França; Isabela Leal Calado; Maylla Luanna Barbosa Martins Bragança; Carolina Abreu de Carvalho.
Ufma, São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

O estado nutricional inadequado na gestação pode ser causa de comorbidades para o binômio mãe-filho, onerando os cofres públicos, acarretando sequelas que irão comprometer o capital humano do bebê e a qualidade de vida de ambos, este estudo tem como objetivo determinar os fatores associados à obesidade gestacional em mulheres atendidas em unidades básicas de saúde de São Luís-Ma.

MÉTODOS

Estudo do tipo transversal, realizado com dados secundários da pesquisa intitulada “Estado nutricional de iodo, sódio e potássio entre gestantes, nutrizes e lactentes brasileiros: Um estudo multicêntrico”, que obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Viçosa sob o número do parecer substanciado 2.496.986, e dos CEP dos demais centros participantes. Foram considerados elegíveis para avaliação as gestantes residentes nas zonas urbanas do município de São Luís e usuárias da rede pública de saúde. Não foram incluídas no estudo mulheres com diagnóstico referido de hipotireoidismo e histórico de doença e/ou cirurgia tireoidiana. Avaliou-se 288 gestantes, de 15-39 anos, a partir das variáveis demográficas (idade, cor da pele e estado civil), socioeconômicas (escolaridade e renda, estilo de vida (consumo de cigarros no período da entrevista) e de saúde (estado nutricional pré-gestacional, estado nutricional por semana gestacional, possuir cartão da gestante, gravidez planejada, trimestre gestacional, número de consultas no pré-natal, número de gestações anteriores, hipertensão arterial anterior à gestação). Utilizou-se modelo de regressão multivariado de Poisson Robusto para identificação das variáveis de interesse associadas à obesidade gestacional.

RESULTADOS

A partir do estado nutricional pré-gestacional, segundo o IMC, 55,7% encontrava-se adequado, 25,1% com sobrepeso, 11,4% com obesidade e 7,8% com baixo peso. Em relação ao estado nutricional por semana gestacional, segundo o IMC, 37,2% estava eutrófica, 3,4% com sobrepeso, 17,0% abaixo do peso e 13,4% com obesidade. As variáveis que apresentaram o p-valor <0,10 na análise não ajustada e foram selecionadas para análise ajustada foram: idade, trimestre da gestação, IMC pré-gestacional e tem ou já teve hipertensão gestacional. Na análise ajustada, permaneceu associada com o estado

nutricional na gestação, o IMC pré-gestacional (baixo peso RP=5,51; IC: 2,58-7,89; $p<0,001$ / sobrepeso RP=4,17; IC: 2,97-5,86; $p<0,001$ / obesidade RP=4,31; IC: 3,06-6,06; $p<0,001$).

CONCLUSÃO

Houve associação estatística significativa entre o IMC pré-gestacional e a obesidade gestacional, evidenciando que as mulheres que iniciam a gestação com o IMC pré-gestacional de sobrepeso e obesidade apresentam maiores chances de permanecerem obesas na gestação.

Palavras-chave: Gestantes|Estado Nutricional|Obesidade

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fatores associados ao consumo de alimentos preparados fora do domicílio por gestantes usuárias da rede pública de saúde

Karla Gabrielle Sales Fernandes; Andrezza Brito de Souza; Victoria Vieira Abreu; Isabela Reis do Nascimento; Keyla Bianca Barbosa Silva; Danielle Góes da Silva.
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

O hábito de comer “fora de casa” é crescente na nossa sociedade e tem sido comumente relacionado a escolhas alimentares inadequadas, como alto consumo de alimentos ultraprocessados, de baixa qualidade nutricional e alta densidade energética. Tendo em vista o impacto desse comportamento no consumo alimentar, e por consequência no aumento do ganho de peso e no desenvolvimento de doenças crônicas não-transmissíveis, o objetivo deste trabalho é investigar a frequência do consumo alimentar fora do domicílio e seus fatores associados entre gestantes.

MÉTODOS

Estudo transversal, realizado em 14 unidades básicas de saúde no município de Aracaju, Sergipe, com gestantes adultas em diferentes trimestres gestacionais e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A frequência do consumo de alimentos preparados fora do seu domicílio (nenhum dia, entre 1 a 3 dias, e de 4 a 7 dias), e informações socioeconômicas, obstétricas e de saúde foram obtidas por meio da aplicação de um questionário semiestruturado digitalizado no aplicativo REDcap™. O estado nutricional gestacional foi avaliado conforme dados da caderneta da gestante e classificado pelos critérios Atalah, et al. (1997). A análise estatística foi realizada pelo software *IBM SPSS Statistics 20®*, foram calculadas média, desvio-padrão e frequência absoluta e relativa, teste Qui-quadrado, com significância de p menor que 0,05. CAAE: 90242518.5.1001.5546.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 274 gestantes, com média de idade de 26,4 ($\pm 5,9$) anos e idade gestacional de 24,6 ($\pm 9,4$) semanas. Em relação aos dados sociodemográficos, 47,7% tinham até o ensino médio incompleto, 89,0% se autodeclararam pretas/pardas, 79,5% viviam com companheiro, 34,5% eram beneficiárias do Bolsa Família, 38,1% eram chefes do domicílio, 56,8% tinham renda familiar de até um salário-mínimo. Cerca de 67% não planejaram a gravidez. A média de IMC gestacional foi de 27,6 ($\pm 5,1$) Kg/m² e 46,0% possuíam excesso de peso. Quanto ao hábito de realizar as refeições fora do domicílio, 46,9% relataram. Foi observado que a maior frequência do comer fora de casa foi associada com a maior escolaridade ($p=0,042$), com o trabalho materno remunerado ($p<0,001$) e ao não recebimento do Bolsa Família ($p=0,006$).

CONCLUSÃO

Concluimos que entre as gestantes usuárias da rede pública de saúde a frequência de consumo alimentar fora de casa está relacionado as melhores condições socioeconômicas. Apoio: CNPq, Ministério da Saúde - Brasil e Fapitec/SE.

Palavras-chave: Comportamento Alimentar|Nutrição pré-natal|Gravidez

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fatores associados ao consumo de alimentos ultraprocessados entre crianças brasileiras

Ariene Silva do Carmo; Ana Maria Thomaz Maya Martins; Ana Maria Cavalcante de Lima; Jéssica Pedroso da Silva; Tatiane Nunes Pereira; Gisele Ane Bortolini.

Ministério da Saúde, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

Em 2021, das crianças acompanhadas na Atenção Primária à Saúde (APS), 8,2% das menores de 5 anos e 16,1% daquelas entre 5 e 9 anos tinham excesso de peso, e destas, 7,6% e 17,8% apresentavam obesidade, respectivamente. Os principais determinantes do excesso de peso infantil apresentam-se desde a gestação e com a introdução precoce de alimentos ultraprocessados (AUP). O objetivo foi verificar fatores associados ao consumo de AUP por crianças acompanhadas na APS.

MÉTODOS

Estudo ecológico, sendo as unidades de análise os municípios, desenvolvido com dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Foram utilizadas as prevalências do consumo de AUP de crianças acompanhadas na APS em 2021. As variáveis explicativas do estudo foram o repasse de incentivo financeiro do Ministério da Saúde para apoio à implementação das ações de alimentação e nutrição e de prevenção e atenção à obesidade infantil, cobertura das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil (PAB), cobertura da APS, número de nutricionistas atuantes no município e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). As variáveis previsoras foram inseridas pelo método backward no modelo multivariado de Regressão Poisson com variância robusta, sendo aquelas com menor significância retiradas do modelo. O procedimento foi repetido até que todas as variáveis presentes possuíssem $p < 0,05$.

RESULTADOS

A média municipal da prevalência do consumo de AUP no dia anterior foi de 31,9% (IC95%: 30,9-33,0) entre crianças de 0 a 2 anos; de 85,6% (IC95%: 84,8-86,4) entre 2 a 4 anos; e de 88,0% (IC: 95%: 87,3-88,7) entre 5 a 9 anos. De acordo com os resultados dos modelos multivariados, foram observadas menores prevalências de consumo de AUP entre crianças de 6 a 23 meses em municípios com maior cobertura da APS (RP: 0,97; IC95%: 0,94-0,99) e de IDHM alto (RP: 0,84; IC95%: 0,74-0,96) e muito alto (RP: 0,81; IC95%: 0,67-0,98). Foram observadas menores prevalências de consumo de AUP entre crianças de 2 a 4 anos em municípios que estão no quartil superior da cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do PAB (RP: 0,93; IC95%: 0,90-0,97) e que recebem o Financiamento das ações de Alimentação e Nutrição (FAN) (RP: 0,94; IC95%: 0,91-0,97) e do Programa Crescer Saudável (RP: 0,93; IC95%: 0,89-0,96). Foram observadas menores prevalências de consumo de AUP entre crianças de 5 a 9 anos em

municípios que apresentam maior cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do PAB (RP: 0,95; IC95%: 0,92-0,99 – quartil 3; RP: 0,94; IC95%: 0,90-0,97 – quartil 4) e que recebem o FAN (RP: 0,93; IC95%: 0,90-0,96) e do Programa Crescer Saudável (RP: 0,95; IC95%: 0,91-0,99).

CONCLUSÃO

A cobertura da APS e o acompanhamento das condicionalidades de saúde do PAB foram fatores protetores para o consumo de AUP em crianças, reforçando a importância de políticas públicas para melhorar as condições de nutrição das crianças. e apoiar a organização das ações no território.

Palavras-chave: Alimentos Ultraprocessados|Vigilância Nutricional|Atenção Primária à Saúde|Políticas Públicas de Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fatores associados ao excesso de peso entre gestantes de alto risco

Keyla Bianca Barbosa Silva; Victoria Vieira Abreu; Fernanda Gonçalves Gama;
Marilya Nascimento Fraga; Talitha de Jesus Pimentel; Danielle Góes da Silva.

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

O excesso de peso durante a gestação é fator de risco para o desenvolvimento de doenças metabólicas, como a hipertensão arterial sistêmica (HAS) e o diabetes mellitus gestacional. Essas condições clínicas aumentam os riscos de desfechos negativos para a mãe e o bebê, como prematuridade, baixo peso ao nascer e mortalidade materna e fetal, sendo de suma importância o acompanhamento destas gestantes. O objetivo deste estudo é investigar a relação entre o excesso de peso e outros fatores entre gestantes de alto risco.

MÉTODOS

Estudo transversal com dados retrospectivos de prontuários de gestantes de alto risco, atendidas no ambulatório de nutrição materno-infantil do Hospital Universitário de Aracaju, Sergipe. Foram coletadas informações sobre os antecedentes familiares e obstétricos, sinais e sintomas clínicos atuais, uso de medicamentos e/ou suplementos e hábitos alimentares. As medidas antropométricas de peso e altura foram coletadas, a fim de classificar o IMC gestacional segundo Atalah et al (1997). O IMC pré-gestacional foi classificado de acordo com a OMS (1995). Foram calculadas média, desvio-padrão e frequência absoluta e relativa, e testadas associações com o teste Qui-quadrado, com significância de p menor que 0,05. O trabalho foi aprovado pelo comitê de Ética com CAAE 00772612.7.0000.0058.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 47 gestantes de alto risco com média de idade gestacional de 32,6 ($\pm 21,3$) semanas, média de IMC pré-gestacional de 30,2 ($\pm 7,5$) Kg/m², 54,1% se autodeclararam pretas e 76,6% não planejaram a gravidez. Em relação aos antecedentes familiares, 78,2% tinham histórico familiar de HAS e 58,7% de DM2. 76,5% tinham excesso de peso gestacional, 41,6% DMG, 40,4% HAS e 62,5% não realizavam atividade física. Com relação aos sintomas, 39,5% apresentavam náuseas, 25% edemas, 17% desmaios e 10,6% sangramentos vaginais. Quanto aos dados de saúde, 97,9% faziam uso de suplementos alimentares, 81,8% de sulfato ferroso, 27,0% de ácido fólico e 12,7% faziam uso de insulina. Observou-se associação entre o excesso de peso gestacional e a história clínica pregressa de HAS ($p=0,016$), HAS gestacional ($p=0,017$) e sintoma de pirose ($p=0,040$).

CONCLUSÃO

Concluimos que o excesso de peso é um distúrbio frequente entre as gestantes de alto risco avaliadas, estando associado a HAS e a sintomas de pirose. Apoio: Pró-Reitoria de Extensão/UFS (ProEx/UFS).

Palavras-chaves: Gravidez de Alto Risco; Sobrepeso; Hipertensão; Hipertensão Induzida pela Gravidez.

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fatores associados ao excesso de peso na população adulta residente nas capitais brasileiras e distrito federal: resultados do VIGITEL 2019

Gabrielly Cristina Perezini; Leuci Pereira de Souza; Lorenza Rodrigues dos Reis Gallo;
Priscila Claudino de Almeida; Sara Araujo da Silva Mendes.
Centro Universitário Unieuro, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

O excesso de peso atinge 57,2% da população adulta brasileira, como resultado crescente de fatores de riscos, como a má alimentação, inatividade física e consumo abusivo de álcool. Neste contexto, o objetivo desse estudo é analisar os fatores associados ao excesso de peso na população adulta residente nas capitais brasileiras e Distrito Federal realizado pela Pesquisa de Vigilância de Fatores de Riscos e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL).

MÉTODOS

Estudo transversal de base populacional que adotou como fonte de dados o VIGITEL de 2019, obtido a partir do sítio eletrônico <http://svs.aids.gov.br/download/Vigitel>. Neste inquérito, o consentimento livre e esclarecido dos participantes foi obtido oralmente quando realizado o contato telefônico com os entrevistados e o projeto foi aprovado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa para Seres Humanos do Ministério da Saúde, sob o CAAE: 65610017.1.0000.0008. A variável desfecho foi excesso de peso, as variáveis explanatórias foram os fatores de risco e proteção identificados a partir da Análise de Componentes Principais (PCA) e as variáveis de ajuste foram características sociodemográficas. A análise dos dados foi feita pelo teste do qui-quadrado e por regressão logística múltipla para estimar *Odds Ratio*, no software Stata, por meio do módulo Survey.

RESULTADOS

Foram avaliados 52.443 adultos, sendo que a maioria é do sexo feminino, tem 25 a 34 anos, com mais de 9 anos de estudo. A partir do PCA, verifica-se a formação de dois padrões com fatores de risco ou proteção para DCNT, com variância explicada de 48,9% para o conjunto de variáveis adotadas e KMO superior à 0,5. Todas as variáveis apresentaram índice KMO e cargas fatoriais satisfatórias (KMO > 0,5 e carga fatorial > |0,3|). Assim, o padrão 1 foi caracterizado por maior consumo regular de hortaliças (carga fatorial=0,576) e frutas (carga fatorial=0,630) e menor consumo regular de refrigerantes (carga fatorial=-0,408). O padrão 2 foi caracterizado por menor relato de atividade física insuficiente (carga fatorial=-0,653) e maior consumo abusivo de bebidas alcoólicas (carga fatorial=0,692). Na regressão logística simples, o padrão 1 revelou menores chances de excesso de peso no 3º e 2º tercil (OR 0,84; IC 95% 0,75-0,94 e OR 0,87; IC 95% 0,79-0,95, respectivamente) em comparação com a categoria de referência. No padrão 2,

observa-se maior chance de excesso de peso no 3º tercil (OR 1,19; IC 95% 1,06-1,33) comparado ao 1º tercil. Esses achados revelam que o padrão 1 se apresenta como fator de proteção e o padrão 2, como fator de risco para excesso de peso na população avaliada.

CONCLUSÃO

Conclui-se que, aqueles que não realizam atividade física suficiente e realizam o consumo abusivo de bebidas alcoólicas, possuem o aumento de 19% de chance de apresentar excesso de peso.

Palavras-chave: Adulto|Excesso de Peso|VIGITEL

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fatores associados ao potencial inflamatório da dieta de adolescentes

Thalita Costa da Silva; Ana Karina Teixeira da Cunha França; Carolina Abreu de Carvalho; Renata de Sousa Gomes; Elma Izze da Silva Magalhães; Maylla Luanna Barbosa Martins Bragança.

Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A adoção dos padrões alimentares não saudáveis tem crescido especialmente entre adolescentes e pode levar a alterações metabólicas, ao desenvolvimento de uma inflamação crônica de baixo grau e doenças crônicas não transmissíveis. O Índice Inflamatório da Dieta Ajustado por Energia (IIDE) é um instrumento capaz de verificar, através da alimentação, o risco de uma população estar inflamada. O objetivo deste estudo foi analisar os fatores associados ao potencial inflamatório da dieta de adolescentes de São Luís, Maranhão.

MÉTODOS

Estudo transversal realizado com 2.455 adolescentes, com 18 e 19 anos de idade, do segundo seguimento da Coorte de São Luís 1997/98, seguindo as recomendações do STROBE (Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology). Para avaliação do consumo alimentar foi utilizado o Questionário de Frequência Alimentar (QFA) e determinado o IIDE. A variável desfecho foi o IIDE e as explicativas foram: sexo, escolaridade, renda, cor da pele, atividade física, modificação da dieta, hábito de fumar e tempo de tela. Para verificar associação entre as variáveis explicativas e o IIDE, variável contínua, foi realizada análise de regressão linear multivariada. O nível de significância adotado foi de 5%. Os dados foram analisados no programa STATA 14.0®. O estudo de Coorte RPS de São Luís-MA, que deu origem a este artigo, foi aprovado pelo Comitê de Ética do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (Parecer nº 1.302.489) e todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

RESULTADOS

Houve maior prevalência de adolescentes do sexo feminino (52,4%), da cor parda (63,6%), que cursavam o ensino médio (58,6%), sedentários (45,0%), que relataram não fazer alterações na dieta nos últimos 12 meses (66,8%) e que não fumavam (96,4%) nem consumiam bebidas alcoólicas (58,5%). Apenas 9,9% passavam menos de 2 horas utilizando algum tipo de tela. A prevalência de excesso de peso, de acordo com o índice de massa corporal, foi de 20,8%. O IIDE apresentou mediana de +1,5 e média de +1,6 (DP: 1,4). Os adolescentes que fizeram alteração na dieta para perda de peso ($\beta=-0,5$; IC95%:-0,7; -0,3), que praticavam atividade física de forma moderada ($\beta=-0,1$; IC95%:-0,2; -0,1) e alta $\beta=-0,3$; IC95%: -0,4; -0,1) e que estavam em curso pré-vestibular ($\beta=-$

0,8; IC95%: -1,5; -0,2) e faculdade ($\beta=-0,8$; IC95%: -1,4; -0,2) apresentaram menores valores do IIDE.

CONCLUSÃO

Os adolescentes possuíam uma dieta mais proinflamatória. Aqueles com maior escolaridade, que fizeram alteração na dieta para perda de peso e praticavam atividade física de forma moderada ou alta apresentaram dieta menos proinflamatória.

Palavras-chave: Dieta|Índice inflamatório da dieta|Estilo de vida|Fatores socioeconômicos|Adolescentes

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fatores associados à prematuridade em lactentes assistidos pelo programa de puericultura de um banco de leite humano de São Luís-MA

Amanda Maria Paiva Pereira¹; Sueli Ismael Oliveira da Conceição²; Poliana Cristina de Almeida Fonseca Viola²; Simone Nunes Leal Chagas¹; Helma Jane Ferreira Veloso¹; Nayra Anielly Cabral Cantanhede¹.

1. Ufma, São Luís - MA - Brasil; 2. Ufpi, Teresina - PI - Brasil.

INTRODUÇÃO

O nascimento prematuro é o maior fator de risco para morbidade e mortalidade infantil, tornando-se um problema significativo de saúde pública. Dessa forma, o conhecimento dos fatores de risco associados pode fornecer subsídios para que os gestores em saúde atuem na sua prevenção e no cuidado com o lactente prematuro pós-natal, diminuindo a morbidade e mortalidade relacionadas. Portanto, o objetivo do estudo foi identificar os fatores associados à prematuridade de lactentes assistidos por um programa de puericultura em um Banco de Leite, de São Luís – MA.

MÉTODOS

Estudo transversal aninhado a uma coorte prospectiva no qual foram avaliados os 257 pares nutrízes-lactentes acompanhados no Banco de Leite Humano (BLH) do Hospital Universitário no município de São Luís, em uma amostra não probabilística. Foram coletados, através de questionários semiestruturados, dados socioeconômicos e demográficos da nutríze e lactente, além de dados biológicos do lactente e relativos às intercorrências mamárias. Para investigar os fatores associados à prematuridade foi realizada análise de regressão multivariada de Poisson, com variância robusta por meio do programa STATA 14.0®. Na análise bivariada de Poisson com variância robusta, as variáveis que apresentaram $p \leq 0,20$ foram selecionadas para entrar na análise ajustada. A seleção das variáveis foi realizada pelo método passo a passo (stepwise) por eliminação. Apenas as variáveis com $p < 0,05$ permaneceram no modelo final, com significância estatística. Teve aprovação no Comitê de Ética sob pareceres número 2.341.252 em 20/10/2017 e número 2.673.595 em 24/05/2018.

RESULTADOS

Ente os lactentes, 10,9% nasceram prematuros. Na análise bivariada, verificou-se que as variáveis idade materna, cor da mãe autodeclarada, escolaridade da mãe, paridade, chefe da família, renda familiar, número de consultas do pré-natal, peso ao nascer e candidíase mamária apresentaram associação com a prematuridade com um $p < 0,20$. Após ajuste, e pelo método de eliminação stepwise, permaneceram associados com a prematuridade no modelo final ter feito seis ou mais consultas de pré-natal (RP = 0,50; IC95% 0,26 – 0,97; $p = 0,040$) e baixo peso ao nascer (RP = 6,16; IC95% 3,24 - 11,70; $p < 0,010$).

CONCLUSÃO

Os achados sinalizam a importância do pré-natal no desfecho do parto prematuro e a consequência mais imediata da prematuridade para os recém-nascidos ao se associar com o baixo peso ao nascer. Indicando, assim, melhorias necessárias nas políticas públicas, no planejamento de ações preventivas e no cuidado em saúde no pré e pós-natal, diminuindo, consequentemente, a morbimortalidade infantil.

Palavras-chave: Prematuridade|Lactente Pré-Termo|Baixo Peso Ao Nascer|Cuidado Pré-Natal

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fatores de risco para ortorexia nervosa e insatisfação corporal em estudantes de cursos da área da saúde de uma universidade de Minas Gerais

Priscila Moreira de Lima Pereira; Franciele Naiara Andrade Moreira; Jéssica Viana Hinkelmann; Iury Antônio de Souza; Paula Ferreira de Abreu.
Uniacademia, Juiz de Fora - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

A ortorexia nervosa (ON) é caracterizada pela preocupação excessiva com a qualidade da alimentação, acarretando importantes restrições alimentares e complicações sociais. Estudos indicam que profissionais de saúde e em especial os nutricionistas e estudantes de nutrição, são mais suscetíveis a apresentarem ON. Já a insatisfação corporal é a avaliação subjetiva negativa da imagem corporal, sendo também muito comum em estudantes da área da saúde.

O objetivo é avaliar as prevalências de fatores de risco para ortorexia e insatisfação corporal em estudantes de nutrição e de cursos da área da saúde de uma universidade de Minas Gerais.

MÉTODOS

Estudo do tipo transversal com alunos de diferentes períodos dos cursos de nutrição e da área de saúde (fisioterapia e psicologia) de uma universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Foram incluídos os estudantes de ambos os sexos, com idade superior a 17 anos e que aceitaram participar da pesquisa. Os participantes responderam à um questionário online, o qual incluiu informações socioeconômicas como sexo, idade, curso e período e a renda média familiar. Os fatores de risco para ON foram avaliados segundo o questionário ORTO-15 e a insatisfação corporal por meio do questionário Body Shape Questionnaire (BSQ), na versão validada para o português, e pela escala de Silhuetas de Stunkard, adaptada para o Brasil por Scagliusi, sendo o grau de insatisfação corporal dado pela diferença entre as figuras atual e ideal. As análises estatísticas foram efetuadas por meio dos softwares SPSS® (versão 20.0; SPSS Inc., EUA). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Número do Parecer: 4.662.134) e todos os participantes assinaram, virtualmente, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

RESULTADOS

A amostra foi composta por 41 indivíduos, sendo 36 (87,8%) do sexo feminino, com idade média de $25,89 \pm 7,89$ anos. A renda per capita teve mediana de 1875,00 reais. Os participantes são graduandos nos cursos de nutrição (65,9%), fisioterapia (9,8%) e psicologia (24,4%). Foram observadas elevadas prevalências de estudantes com

tendência a ortorexia: 85% dos estudantes do curso de nutrição e 78% dos demais cursos. Em relação a escala de imagem, 82% dos alunos da nutrição e 93% dos alunos dos demais cursos estão insatisfeitos com sua imagem corporal. Já segundo os resultados do BSQ, 22,2% e 21,4% dos estudantes de nutrição e dos demais cursos, respectivamente, apresentam algum grau de insatisfação corporal.

CONCLUSÃO.

As elevadas prevalências de tendência a ON e insatisfação corporal ressaltam a necessidade de discussões a respeito da “alimentação saudável” durante a formação dos profissionais de saúde, uma vez que esses sofrem exigências e pressões sociais, sendo mais vulneráveis para o desenvolvimento desses. Adicionalmente, se o futuro profissional de saúde possuir crenças equivocadas sobre o comer saudável, pode comprometer o processo de cuidado nutricional e em saúde.

Palavras-chave: Insatisfação Corporal|Transtorno alimentar|Ortorexia|Estudantes

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fatores maternos associados ao ganho de peso gestacional

Natalia Posses Carreira; Maria Carolina de Lima; Daniela Saes Sartorelli; Livia Castro Crivellenti.

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Fmrp), Universidade de São Paulo (Usp), Ribeirão Preto - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

Evidências sugerem que o ganho de peso gestacional (GPG) é um importante preditor da saúde materno-fetal, e suas variações podem ser decorrentes de fatores nutricionais, sociodemográficos, obstétricos e comportamentais. O GPG inadequado, insuficiente ou excessivo, está associado à elevação do risco de resultados materno-fetais desfavoráveis, tais como: diabetes *mellitus* gestacional, síndromes hipertensivas, retenção de peso pós-parto, inadequações de peso ao nascer, prematuridade, partos cirúrgicos, entre outros. Reconhecer os fatores associados a este ganho ponderal configura-se em uma estratégia importante para a prevenção do ganho de peso inadequado, e conseqüentemente desfechos desfavoráveis para o binômio mãe e filho. O objetivo do presente estudo foi investigar os fatores maternos associados ao GPG entre gestantes com sobrepeso atendidas em Unidades Básicas de Saúde (UBS).

MÉTODOS

Estudo transversal, parte integrante de um ensaio clínico randomizado controlado conduzido em unidades básicas de saúde do município de Ribeirão Preto – SP, que avaliou o efeito de uma intervenção nutricional na adequação do GPG de gestantes adultas com sobrepeso. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 69997717.6.0000.5414) e seguiu as diretrizes do CONSORT. A taxa de ganho de peso gestacional foi estimada pela diferença entre o peso aferido na segunda avaliação do estudo e a estimativa do peso pré-gestacional, dividido pela diferença entre as semanas gestacionais, e classificado em adequado (0,23 – 0,33 kg), insuficiente (< 0,23 kg) ou excessivo (> 0,33 kg) de acordo com a proposta do *Institute of Medicine* de 2009. As características maternas foram coletadas por meio de um questionário estruturado. Os fatores maternos, segundo a adequação do ganho ponderal semanal, foram avaliados por meio dos testes Kruskal Wallis e qui quadrado, independente dos grupos de tratamento.

RESULTADOS

Dados completos de ganho de peso semanal estavam disponíveis para 267 gestantes. Observou-se que as gestantes com maior mediana (P25; P75) de idade e prática de atividade física (minutos/semana) apresentaram ganho ponderal semanal adequado, em relação as demais categorias de adequação do ganho de peso ($p = 0,001$ e $p = 0,035$, respectivamente). Por outro lado, mulheres com maior mediana (P25; P75) de Índice de Massa Corporal no momento da avaliação do estudo, apresentaram ganho ponderal semanal excessivo ($p < 0,001$), em comparação as outras categorias do GPG. Não foi

observada nenhuma diferença entre as outras características maternas e a adequação do ganho de peso gestacional semanal.

CONCLUSÃO

Observou-se no presente estudo que algumas características maternas, como a idade, prática de atividade física e IMC, podem se diferir em relação a adequação do ganho de peso gestacional semanal. Assim, é de grande importância a investigação dos fatores associados ao GPG, com a finalidade de garantir desfechos favoráveis à saúde do binômio mãe-filho.

Palavras-chave: Gestantes|Ganho de Peso|Cuidado Pré-Natal

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fatores preditores do estado nutricional de iodo em gestantes da rede pública de saúde de um município do interior de São Paulo

Ana Carolina Momentti¹; Mariana de Souza Macedo²; Vanessa Cristina de Oliveira Souza¹; Fernando Barbosa Júnior¹; Sylvia do Carmo Castro Franceschini²; Anderson Marliere Navarro¹.

1. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP - Brasil; 2. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

A deficiência de iodo é um problema de saúde pública que afeta países desenvolvidos e em desenvolvimento, podendo acarretar, durante a gestação, desfechos maternos e fetais adversos, incluindo danos ao neurodesenvolvimento infantil. Revisões sistemáticas evidenciam alta prevalência de insuficiência iódica entre gestantes e sua associação com fatores sociodemográficos, econômicos, de saúde e de consumo alimentar. O conhecimento desses fatores favorece o planejamento e a execução de estratégias específicas, direcionadas ao enfrentamento da deficiência de iodo e suas consequências no grupo materno-infantil. O objetivo deste estudo foi avaliar o estado nutricional de iodo e fatores preditores entre gestantes usuárias da rede pública de saúde de um município do interior de São Paulo.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal realizado com 266 gestantes, que receberam assistência pré-natal em 8 unidades de saúde. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (nº 3.252.310). Foram coletados dados sociodemográficos, obstétricos e de saúde, e sobre hábitos de aquisição, armazenamento e consumo de sal iodado, além de amostras casuais de urina. A concentração de iodo urinário (CIU) foi determinada por ICP-MS e as gestantes, categorizadas em três grupos de acordo com a CIU: insuficiente (<150 µg/L), adequada (150-249 µg/L) e acima do adequado (≥250 µg/L). A associação entre as variáveis conhecidas por influenciar o estado nutricional de iodo e os diferentes grupos foi analisada por regressão logística multinomial. Valores de p≤0,05 foram considerados significantes.

RESULTADOS

A mediana (p25-p75) da CIU foi 180,2 µg/L (112,8-262,7), considerada adequada. No entanto, foi detectado 38% de insuficiência de iodo, e 27,8% de ingestão de iodo acima do adequado. Consumo de álcool (OR=6,59; 95%CI 1,24-34,87) e uso semanal de tempero industrializado (OR=3,68; 95%CI 1,12-12,11) foram positivamente associados, enquanto o armazenamento do sal em recipiente aberto (OR=0,22; 95%CI 0,08-0,57), negativamente associado à insuficiência de iodo em gestantes.

CONCLUSÃO

Apesar da prevalência significativa de estado nutricional de iodo insuficiente e acima do adequado em gestantes, este grupo populacional é iodo-suficiente, de acordo com a mediana da CIU. Consumo de álcool, armazenamento do sal em recipiente fechado e uso semanal de temperos industrializados são fatores de risco para a insuficiência de iodo. A conscientização pública sobre os distúrbios por deficiência de iodo, a importância do sal iodado e de práticas apropriadas de armazenamento/manuseio do sal a nível domiciliar é crucial.

Palavras-chave: Deficiência de iodo|Gravidez|Brasil

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Frequência de consumo de frutas nativas brasileiras e caracterização dos consumidores

Thalia Eloisa Pereira Sousa Dourado; Ana Paula Aparecida Pereira; Bartira Mendes Gorgulho.

Universidade Federal de Mato Grosso - Ufimt, Cuiabá - MT - Brasil.

INTRODUÇÃO

A alimentação tem um papel importante tanto para a saúde quanto para o meio ambiente. Um dos desafios da alimentação saudável é o consumo regular de frutas, legumes e verduras (FLV). O Brasil possui o maior território da América do Sul e possui condições favoráveis para a agricultura, é conhecido pela sua vasta variedade de frutas. As frutas nativas brasileiras são naturais do país, adaptadas ao solo e o clima no local não necessitam de insumos químicos, apresentando menor custo de manutenção. Existem uma diversidade de frutas nativas no Brasil que oferecem uma variedade de texturas, aromas, cores e sabores ainda desconhecidos. Das frutas nativas conhecidas e estudadas, todas apresentaram alto valor nutricional, com vitaminas, minerais e compostos bioativos em abundância. Com isso, buscou-se descrever a frequência do consumo de frutas nativas brasileiras e caracterizar os seus consumidores nas macrorregiões brasileiras.

MÉTODOS

Estudo de base populacional em âmbito nacional utilizando os dados de consumo alimentar individual do Inquérito Nacional de Alimentação, o bloco 7 da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-18, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A descrição do consumo de frutas nativas entre as macrorregiões brasileiras está descrita por frequência simples, considerando o desenho amostral; e seguindo a definição da publicação do Ministério da Saúde de 2015 intitulada “Alimentos Regionais Brasileiros”, que tem como objetivo divulgar a variedade de frutas, hortaliças, tubérculos e leguminosas diferentes nas regiões brasileiras, além de resgatar, valorizar, fortalecer a cultura alimentar brasileira, apoiar a educação alimentar e nutricional e incentivar a alimentação adequada e saudável.

RESULTADOS

Somente 14,34% (IC95%:13,72; 14,99) relataram o consumo de frutas nativas, com perfil sociodemográfico semelhante aos dos não consumidores, com exceção da região de moradia (45,61% dos não consumidores residiam na região sudeste). Ao analisar os consumidores, verificou-se um baixo consumo (14,34%-IC95%:13,72; 14,99), sendo maior no sexo feminino (52,11%), 19 a 59 anos (66,29%), com maior escolaridade (58,07%), com renda superior a 5 salários mínimos (37,54%) e local de consumo em casa ou levado de casa (87,63%). Ao avaliar o consumo de frutas nativas de acordo com a

região de moradia, 47,13% são consumidas na região Nordeste e 23,06% na região Sudeste, sendo menos consumidas na região Centro-Oeste (5,85%).

CONCLUSÃO

O consumo das frutas nativas brasileiras é baixo, embora o seu consumo seja preconizado à saúde, além de valorizar e conservar a biodiversidade. Logo, políticas de promoção à alimentação poderiam difundir e incentivar o consumo de frutas nativas pela população.

Palavras-chave: Frutas|Ingestão de alimentos|Alimentos regionais

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Grau de conhecimento de profissionais da saúde sobre a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL)

Leiriane Almeida de Oliveira da Motta¹; Rodrigo César de Oliveira Carvalho²; Gabriela Dalcin Durante¹; Tatiana Bering¹.

1. Universidade Federal de Mato Grosso (Ufimt), Cuiabá - MT - Brasil; 2. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (Ses-Mt), Cuiabá - MT - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras – NBCAL, corresponde a um conjunto de regulamentações sobre a promoção comercial e a rotulagem de alimentos e produtos destinados a lactentes e crianças de primeira infância, que tem por objetivo assegurar o uso apropriado desses produtos de forma que não haja interferência na prática do aleitamento materno. A indústria se utiliza de estratégias de persuasão voltadas aos profissionais de saúde como forma de realizar seu marketing, incentivando e envolvendo estes para a divulgação dos produtos. Apoiar, proteger e promover o aleitamento materno é papel de todos os profissionais da saúde, e aqueles que conhecem e aplicam a NBCAL ajudam a reduzir o poder de alcance do marketing abusivo de fórmulas infantis.

MÉTODOS

Estudo transversal, realizado por meio de questionário Google Forms autopreenchido, com profissionais de saúde do Brasil, de ambos os sexos e idade ≥ 20 anos. Foram coletadas variáveis socioeconômicas e demográficas, e o conhecimento sobre a NBCAL foi avaliado por meio de questões múltipla-escolha e/ou multi-resposta, que contabilizavam o máximo de 51 acertos. O grau de conhecimento foi categorizado em: pouco (25 a 55% de acertos), regular (50% a 75%) ou bom conhecimento (75% a 100%). Foi realizada análise bivariada pelo teste qui-quadrado de Person e considerado significativo $p < 0,05$. O estudo foi aprovado pelo CEP Saúde da UFMT (parecer n° 4.720.472).

RESULTADOS

Participaram do estudo 86 profissionais de saúde, sendo 40,7% (n=35) nutricionistas e 33,7% (n=29) enfermeiros(as). A maioria era mulheres (95,3%, n=82), de raça/cor branca (58,1%, n=50), que residiam no Centro-Oeste (50%, n=43) e possuíam alguma pós-graduação (77,9%, n=67). Sobre o conhecimento da NBCAL, houve uma variação de 14 a 50 acertos, sendo que 19,8% (n=17) dos profissionais foram classificados com “pouco conhecimento”, 54,7% (n=47) com “regular conhecimento” e 25,6% (n=22) com “bom conhecimento”. Entre os profissionais que apresentaram bom conhecimento sobre a

NBCAL, 86,4% (n=19) assinalaram ter realizado algum curso/treinamento ou especialização relacionada ao aleitamento materno (p=0,04).

CONCLUSÃO

Apesar da minoria dos profissionais ser classificado como “pouco conhecimento”, a maioria só possuía um conhecimento regular sobre a NBCAL. Foi observada uma associação positiva entre o conhecimento da NBCAL e o fato de terem realizado cursos, treinamento e/ou especializações sobre aleitamento materno. O estudo demonstrou que ainda há uma deficiência de conhecimento por parte dos profissionais de saúde quanto ao conteúdo e aplicação da NBCAL, o que pode implicar em suas atitudes pessoais e profissionais ao se encontrarem em um cenário em que a prática do aleitamento materno está em pauta. É importante que a NBCAL seja mais amplamente divulgada e estudada pelos profissionais de saúde.

Palavras-chave: Aleitamento Materno|Vigilância de Produtos Comercializados|NBCAL|Disseminação da Informação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Guias alimentares para crianças e adolescentes: uma scoping review

Júlia Laura Corrêa Rezende; Maria Carolina de Medeiros Frazão Duarte; Giselle Rhaisa do Amaral e Melo; Maria Natacha Toral Bertolin; Luana Caroline dos Santos.

Unb, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os Guias Alimentares são uma importante ferramenta na construção de hábitos alimentares saudáveis, se apresentam de várias formas e para vários públicos devido à diversidade de cada cultura. Trata-se de uma Scoping Review cujo objetivo é identificar e fornecer material comparativo dos Guias Alimentares direcionados especificamente às crianças e adolescentes ou gerais com informações para esse público.

MÉTODOS

Esta Scoping Review foi registrada no Open Science Framework, seguindo o protocolo PRISMA-ScR. Inicialmente, realizou-se busca no site da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para identificar materiais direcionados a crianças (menores de 2 anos e 2-10 anos) e adolescentes (entre 10-19 anos) ou com orientações pertinentes a eles. As informações dos Guias Alimentares foram extraídas quando em inglês, espanhol, português, francês, alemão, chinês, japonês, coreano e italiano. A segunda etapa englobou uma revisão sistemática para identificar materiais que não foram encontrados na primeira etapa. Foram realizadas buscas em diferentes bases de dados (Pubmed, Lilacs, Scielo, Web of Science e Google Acadêmico). Foram registradas as principais características: ano e local de publicação, presença de ícones, diretrizes apresentadas, entre outras.

RESULTADOS

Foram encontrados 270 documentos no site da FAO, dos quais 88 foram selecionados para o estudo, sendo 40 específicos para crianças e adolescentes (16 países) e 48 guias gerais (46 países), totalizando 57 países com informações direcionadas a esse público. Na segunda etapa, a busca resultou em 5190 artigos, dos quais 4490 tiveram título e resumo analisados pelos revisores, restando 21 artigos lidos na íntegra e nenhum Guia Alimentar encontrado além dos advindos da busca na FAO. Dos guias analisados, 32% foram publicados a partir de 2017. A América Latina e Caribe foi a região que apresentou tanto mais guias específicos para o público estudado quanto mais guias gerais com informações específicas para crianças e adolescentes. A classificação NOVA foi adotada em 5 países, todos na região da América Latina e Caribe, onde, também, as diretrizes sobre higiene alimentar se mostraram mais comuns nos Guias. É evidente a influência das culturas na definição dos ícones alimentares, presentes em 10% dos Guias estudados. É frequente a informação sobre amamentação exclusiva até os 6 meses (38 países), redução do consumo de açúcar (25 países) e de gorduras (15 países). A recomendação para redução de sódio

consta majoritariamente a partir de 2015. Destaca-se que 25 países abordam aspectos sobre modos de comer, como refeições em família e evitar consumo em frente a telas.

CONCLUSÃO

Presente estudo fornece um panorama mundial de Guias Alimentares voltado a crianças e adolescentes para consulta e traçar tendências do conteúdo disponível.

Palavras-chave: infância|adolescência|Guias Alimentares|Educação Alimentar e Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Hábitos alimentares de crianças de 2 a 4 anos no Pará nos anos 2017 a 2021

Rayssa Nayara Abrahão Sousa¹; Thais de Oliveira Carvalho Granado Santos²; Larissa Pilar Lima Campos³; Rahilda Brito Tuma⁴; Walkíria de Moraes Silva².

1. Estácio Fic Via Corpvs, Belém - PA - Brasil; 2. Sespa, Belém - PA - Brasil; 3. Fibra, Belém - PA - Brasil; 4. Cm7, Belém - PA - Brasil.

INTRODUÇÃO

Atualmente existe um consumo precoce de alimentos ultraprocessados por crianças menores de 2 anos e dieta pobre em frutas, hortaliças e alimentos *in natura* em geral, o que pode comprometer o crescimento e desenvolvimento infantil, tendendo a se manter durante a vida adulta e aumentando o risco de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Além disso, o isolamento social provocado pela COVID-19 contribuiu para uma vida mais sedentária, diminuindo momentos de lazer e ocasionando mais tempo em frente à televisão (TV), também associado a ocorrências de DCNT. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar o consumo e os hábitos alimentares de crianças de 2 a 4 anos de idade no Pará no período de 2017 a 2021.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo quantitativo, observacional, descritivo, no período de abril a maio de 2022 a partir de dados secundários do consumo alimentar de crianças de 2 a 4 anos no Pará obtidos por relatórios públicos do SISVAN entre 2017 e 2021.

RESULTADOS

Houve queda no consumo de feijão entre 2017 (73%) e 2021 (69%). O consumo de verduras, legumes e frutas sofreu oscilação, sendo menor em 2021 do que em 2017. Houve redução no percentual de crianças 2 a 4 anos que consomem no mínimo 3 refeições ao dia entre 2017 (51%), 2018 (34%) e 2021 (44%). Em relação ao consumo de hambúrguer e/ou embutidos houve uma redução em 2018 (26%) e voltou a subir atingindo o mesmo percentual de 2017 (28%) tanto em 2020 como em 2021.

O consumo de ultraprocessados apresentou pequena queda entre 2017 (84%) e 2021 (83%), no entanto, é importante destacar que esse percentual é extremamente elevado, principalmente considerando que está sendo avaliado o consumo alimentar de pré-escolares. O consumo de macarrão instantâneo, salgadinho de pacote ou biscoito salgado, biscoito recheado, doces ou guloseimas e bebidas adoçadas também apresentou uma pequena redução, porém foram reportados por muitos participantes tanto em 2017 como em 2021.

O hábito de se alimentar em frente à TV apresentou um pequeno aumento comparando-se os dados de 2017 (40%) e 2021 (41%), sendo que o maior percentual no período

estudado ocorreu em 2020 (44%), período em que a pandemia de COVID-19 atingia índices alarmantes no mundo todo e a maior parte das pessoas ficou em casa, em especial as crianças.

CONCLUSÃO

Conclui-se que ocorreram importantes variações no consumo alimentar das famílias brasileiras, especialmente quando se trata de frutas, verduras, legumes e, em relação ao consumo de feijão, houve queda entre os anos estudados. Observou-se também um aumento no hábito de realizar refeições em frente à televisão no ano de 2021, muito provavelmente em decorrência da pandemia de COVID-19, quando as famílias ficaram mais tempo restritas aos seus lares.

Palavras-chave: Hábitos alimentares|Desenvolvimento infantil|Covid-19|Alimentação saudável|Doenças não transmissíveis

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Hábitos de sono relacionados à síndrome da morte súbita do lactente: dados de uma coorte de nascimentos do Nordeste do Brasil

Victória Gabriella Fidelix de Mecnas; José Israel Rodrigues Junior; Maria Eduarda Bezerra Nunes; Márcia de Oliveira Lima; Priscilla Márcia Bezerra de Oliveira; Giovana Longo-Silva.

Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Síndrome da Morte Súbita do Lactente (SMSL) é definida como a morte súbita e inesperada de uma criança com menos de um ano de idade, durante o sono, que não pode ser explicada após uma avaliação pós morte, incluindo análise da cena de morte, história clínica e social completa e autópsia.

No Brasil, a SMSL consta na lista de causas evitáveis de morte por intervenções do Sistema Único de Saúde e, segundo o Departamento de Informática do SUS, em 2019 foram notificados 140 óbitos por SMSL no Brasil, sendo 34 na região Nordeste, no entanto, por tratar-se de uma doença subdiagnosticada, estudos indicam que as estatísticas oficiais podem não ser fidedignas.

Nesse contexto, diante da importância da promoção de hábitos de sono seguros e levando em consideração a escassez de dados e investigações sobre esta temática no Brasil, o objetivo do presente estudo foi descrever os hábitos de dormir considerados na literatura como fatores de risco e de proteção para a SMSL, de crianças integrantes de uma coorte de nascidos vivos de um município do Nordeste do Brasil.

MÉTODOS

Os dados são da coorte de nascimentos: “SAND - Saúde, Alimentação, Nutrição e Desenvolvimento Infantil: um estudo de coorte”, (CAAE: 55483816.9.0000.5013). As análises foram conduzidas com 175 crianças, integrantes de uma coorte de nascimentos de Rio Largo/Alagoas. As mães foram questionadas sobre a prática de hábitos considerados como fatores de risco ou proteção para a síndrome da morte súbita através do questionário, traduzido e validado, *Brief Infant Sleep Questionnaire*. As análises foram realizadas no software Stata/SE 15.1. Foram calculadas as frequências absolutas e relativas. Na análise bivariada, foi realizado o teste exato de Fisher, considerando o nível de significância $p < 0,05$.

RESULTADOS

Foi observado que 44% das mães não receberam orientação de nenhuma fonte sobre a posição adequada para o sono infantil durante o primeiro ano de vida. Aos três e seis meses de idade, quase 100% das crianças possuíam pelo menos um fator de risco para

síndrome da morte súbita do lactente, com discreta redução deste percentual aos 12 meses, idade na qual a escolaridade materna apresentou associação significativa na análise comparativa ($p < 0,05$).

CONCLUSÃO

Nossos achados sugerem a necessidade da utilização de ferramentas subjetivas de medição dos arranjos para dormir na prática clínica pediátrica e nos protocolos de rotina da atenção primária, como forma de identificar precocemente fatores de risco para SMSL e orientar as mães sobre o sono seguro.

Palavras-chave: Morte Súbita do Lactente|Fatores de Risco|Sono

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Hábitos e consumo alimentar de crianças brasileiras acompanhadas no SISVAN: o que mudou depois da pandemia da COVID-19?

Luiz Henrique Banguim Araujo¹; Millyam Karem Mariano da Silva¹; Victor Nogueira da Cruz Silveira²; Maria Tereza Borges Araujo Frota²; Carolina Abreu de Carvalho²; Poliana Cristina de Almeida Fonseca Viola¹.

1. Universidade Federal do Piauí, Teresina - PI - Brasil; 2. Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

Estudos recentes demonstram comprometimento do consumo de alimentos saudáveis em lares com algum grau de insegurança alimentar, sendo essa a principal consequência da pandemia da COVID-19. Hábitos alimentares adquiridos nos primeiros anos de vida implicam diretamente nas práticas alimentares, crescimento, desenvolvimento, saúde e nutrição ao longo da vida. O objetivo deste estudo foi comparar os dados de hábitos e consumo alimentar das crianças brasileiras acompanhadas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) nos anos de 2019 e 2021.

MÉTODOS

Estudo ecológico que utilizou os dados do SISVAN *web*. Foram incluídas todas as crianças cadastradas, atendidas na Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), em todas as regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) do Brasil. Foram analisados todos os marcadores de consumo alimentar em 2019 e 2021 e as frequências foram comparadas entre os anos utilizando o teste qui-quadrado de *Pearson*, com nível de significância de 5%. O estudo não necessitou de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa pois utilizou dados secundários do SISVAN.

RESULTADOS

Houve decréscimo do hábito de realizar no mínimo as três refeições principais ao dia pelas crianças de 2 a 4 anos (2019: 23% x 2021: 10%; $p=0,013$) e nas crianças de 5 a 9 anos (2019: 30% x 2021: 12%; $p=0,002$) no Nordeste. O consumo de feijão decaiu entre as crianças de 2 a 4 anos (2019: 85% x 2021: 56%; $p<0,001$) e nas crianças de 5 a 9 anos (2019: 82% x 2021: 55%; $p<0,001$) no Brasil e em todas as regiões ($p<0,05$). O consumo de frutas entre as crianças de 2 a 4 anos (2019: 79% x 2021: 53%; $p<0,001$) e nas crianças de 5 a 9 anos (2019: 72% x 2021: 49%; $p=0,001$) diminuiu no Brasil e em todas as regiões ($p<0,05$). Já o consumo de verduras e legumes não apresentou diferença estatística entre 2019 e 2021 para o público avaliado. O consumo de alimentos ultraprocessados foi alto entre as crianças de 2 a 4 anos (2019: 83% x 2021: 87%; $p=0,428$) e nas crianças de 5 a 9 anos (2019: 87% x 2021: 89%; $p=0,663$), mas não houve diferença relevante entre os anos no Brasil. O consumo de hambúrguer e/ou embutidos aumentou entre as crianças de 2 a 4 anos (2019: 35% x 2021: 51%; $p=0,022$) no Brasil com exceção da região Norte. Já para as crianças de 5 a 9 anos, não houve diferença no consumo de hambúrguer e/ou

embutidos entre os anos. No consumo de bebidas adoçadas, macarrão instantâneo, salgadinho de pacote ou biscoito salgado, biscoito recheado, doces ou guloseimas, não houve significância entre os dois anos para todas as crianças.

CONCLUSÃO

Foi observado que houve diminuição do consumo dos alimentos indicadores da alimentação saudável, como feijão e frutas, e elevado consumo de alimentos ultraprocessados. Esses achados demonstram que as crianças atendidas na Atenção Primária estão em insegurança alimentar e nutricional devido a pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: Consumo alimentar|Saúde infantil|Vigilância nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Hábitos e consumo de alimentos in natura ou minimamente processados e ultraprocessados de gestantes brasileiras antes e depois da pandemia da COVID-19

Millyam Karem Mariano da Silva¹; Luiz Henrique Banguim Araujo¹; Victor Nogueira da Cruz Silveira²; Carolina Abreu de Carvalho²; Nayra Anielly Cabral Cantanhede²; Poliana Cristina de Almeida Fonseca Viola¹.

1. Universidade Federal do Piauí, Teresina - PI - Brasil; 2. Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

Com a pandemia da COVID-19, um dos reflexos negativos foi o aumento da insegurança alimentar e nutricional no Brasil. As gestantes são um grupo vulnerável, sendo importante a avaliação do consumo alimentar. O objetivo deste estudo foi comparar os dados de hábitos e consumo alimentar das gestantes brasileiras acompanhadas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) nos anos de 2019 e 2021.

MÉTODOS

Estudo ecológico que utilizou os dados do SISVAN web. Foram incluídas todas as gestantes cadastradas, atendidas na Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), em todas as regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) do Brasil. Foram analisados todos os marcadores de consumo alimentar em 2019 e 2021 e as frequências foram comparadas entre os anos utilizando o teste qui-quadrado de *Pearson*, com nível de significância de 5%. O estudo não necessitou de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa pois utilizou dados secundários do SISVAN.

RESULTADOS

Houve diminuição do hábito de realizar no mínimo as três refeições principais ao dia pelas gestantes adolescentes (2019: 49% x 2021: 32%; $p=0,014$) e adultas (2019: 40% x 2021: 24%; $p=0,015$) no Brasil. O consumo de feijão diminuiu entre as gestantes adolescentes (2019: 78% x 2021: 60%; $p<0,001$) e adultas (2019: 81% x 2021: 57%; $p=0,006$) no Brasil e só não houve diferença significativa no Norte. O consumo de frutas também diminuiu entre as gestantes adolescentes (2019: 69% x 2021: 53%; $p=0,020$) e adultas (2019: 74% x 2021: 53%; $p=0,002$) no Brasil. Entre as adolescentes também diminuiu no Centro-oeste ($p<0,001$) e Sul ($p<0,001$) e nas adultas só não houve diferença significativa no Norte. Já o consumo de verduras e legumes não apresentou diferença estatística entre 2019 e 2021 para as gestantes adolescentes e adultas. O consumo de alimentos ultraprocessados foi alto entre as gestantes adolescentes (2019: 81% x 2021: 85%; $p=0,451$) e adultas (2019: 76% x 2021: 81%; $p=0,389$), mas não houve diferença estatística entre os anos no Brasil. O consumo de hambúrguer e/ou embutidos aumentou somente entre as adultas (2019: 35% x 2021: 49%; $p=0,045$) no Brasil e nas regiões Centro-oeste ($p=0,001$) e Sul ($p=0,001$). Entre as adolescentes, só houve aumento do

consumo apenas no Centro-oeste ($p < 0,001$). Já o consumo de bebidas adoçadas aumentou entre as gestantes adultas de 57% (2019) para 71% (2021) somente na região Centro-oeste ($p = 0,039$) e entre as adolescentes não houve diferença. Para o consumo de macarrão instantâneo, salgadinho de pacote ou biscoito salgado, biscoito recheado, doces ou guloseimas, não houve diferença significativa entre os dois anos.

CONCLUSÃO

As gestantes acompanhadas pelo SISVAN estão mais expostas à insegurança alimentar e nutricional após a pandemia da COVID-19, pois houve diminuição de consumo dos alimentos marcadores de alimentação saudável e elevado consumo de ultraprocessados.

Palavras-chave: Consumo alimentar|Saúde materna|Vigilância nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Identificação de alimentos ultraprocessados pela composição nutricional: uma árvore de decisão

Claudia Cristina Goncalves Pastorello¹; Camila Medeiros da Silva Mazzeti²; Gabriela Lopes da Cruz¹; Maria Laura da Costa Louzada¹.

1. Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública (Fsp) da Universidade de São Paulo (Usp), São Paulo - SP - Brasil; 2. Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Alimentos e Nutrição (Facfan-Ufms), Campo Grande - MS - Brasil.

INTRODUÇÃO

É fundamental levar em conta o grau de processamento dos alimentos ao estabelecer recomendações para uma dieta adequada e saudável. A classificação NOVA propõe o agrupamento de alimentos de acordo com a extensão e o propósito de seu processamento, sendo atualmente utilizada para amparar políticas públicas de combate à má nutrição no Brasil e no mundo. Apesar do consumo de alimentos ultraprocessados (AUP) aumentar o risco de mortalidade geral e a incidência de doenças crônicas, a identificação correta destes alimentos é ainda um desafio no âmbito da gestão e aplicação de políticas. Ainda que a composição nutricional, isoladamente, não descreva a totalidade de um UPP, seu perfil nutricional é fundamentalmente distinto dos demais alimentos. O trabalho produziu um modelo de árvore de decisão que partiu da composição centesimal destes alimentos como potencial facilitador para a classificação de UPP por gestores de políticas públicas.

MÉTODOS

Um algoritmo de árvore de decisão foi construído a partir da composição centesimal dos nutrientes do modelo do perfil nutricional da OPAS, que são: açúcar livre, gordura total, gordura saturada, gordura trans, sódio. A partir de respostas “sim” ou “não” para o teor desses nutrientes no alimento, a árvore de decisão guia o usuário para a classificação do alimento segundo a NOVA. Os teores de nutrientes dos alimentos foram retirados da Tabela de Composição Nutricional dos Alimentos Consumidos no Brasil da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2008-2009. A variável resposta binária é a classificação do alimento como AUP ou não. A comparação da acurácia da árvore foi feita comparando os resultados obtidos com a classificação dos 892 alimentos, realizada por cientistas treinados na identificação do perfil alimentar segundo a NOVA (“padrão ouro”) e contém 21,3% de alimentos AUP contra 78,7% de alimentos não-AUP. Foram calculadas a sensibilidade (probabilidade de um alimento identificado como AUP na árvore de fato ser um AUP) e especificidade (probabilidade de um alimento identificado como não AUP na árvore de fato não ser um AUP).

RESULTADOS

O modelo quando testado contra a base de treino alcança acurácia de 90,1%, sensibilidade de 92,0% e especificidade de 85,9%. As variáveis divisórias mais importantes na árvore foram, respectivamente: sódio, gordura total, gordura saturada e gordura trans.

CONCLUSÃO

A atual falta de técnicos habilitados a realizar a classificação do nível de processamento dos alimentos faz com que a existência de um conjunto simplificado de regras facilite essa função. O modelo de árvore de decisão classificou corretamente 85,5% dos alimentos AUP da amostra, indicando que, além do perfil nutricional fundamentalmente distinto. A adição de outras variáveis nutricionais ao modelo pode torná-lo mais preciso e sensível, reduzindo, em especial, o número AUP que são classificados como não AUP, ou seja, a proporção de falsos negativos

Palavras-chave: Classificação NOVA|Alimentos Ultraprocessados|Árvore de Decisão|Política de saúde|Composição Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Identificação de padrões alimentares em adolescentes estudantes do ensino médio da rede pública de ensino.

Viviane Lopes Tabosa; Clara Cristina Azevedo Souza Fontenele; Bianca de Oliveira Farias; Mariana Pimentel Gomes Souza; Soraia Pinheiro Machado Arruda.
Universidade Estadual do Ceará - Uece, Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A adolescência é um período marcado por intenso desenvolvimento e diversas mudanças corporais, que repercutem sobre os hábitos alimentares. A alimentação dos adolescentes brasileiros é caracterizada pela presença de alimentos tradicionais, como arroz e feijão, e elevado consumo de alimentos ultraprocessados, ricos em açúcares, ácidos graxos saturados e sódio, favorecendo o maior consumo calórico e a inadequação na ingestão de micronutrientes. Assim, a adolescência é apontada como uma fase de maior risco nutricional, uma vez que o estilo alimentar supracitado pode se perpetuar até a fase adulta e levar ao desenvolvimento de doenças. A análise de padrões alimentares utiliza técnicas analíticas robustas que possibilitam conhecer o consumo de forma mais ampla, refletindo o cenário socioeconômico e cultural em que os indivíduos estão inseridos. O estudo objetivou identificar os padrões alimentares de estudantes do ensino médio de escolas públicas.

MÉTODOS

Estudo observacional e analítico, do tipo transversal, com abordagem quantitativa, que foi realizado em escolas da rede pública estadual de Fortaleza – Ceará. O projeto maior do qual esse estudo faz parte foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UECE, sob CAAE: 89965518.1.0000.5534. Os dados referentes ao consumo alimentar foram obtidos por meio de um Questionário de Frequência Alimentar (QFA). Utilizou-se a frequência de consumo para a extração dos padrões alimentares, que foram obtidos através da análise fatorial por componentes principais (ACP). A avaliação e classificação do estado nutricional foram feitas por meio do Índice de Massa Corporal, dividindo-se o peso (kg) pela altura (m) ao quadrado, e utilização das curvas de crescimento da Organização Mundial da Saúde.

RESULTADOS

A amostra foi composta de 230 estudantes, a maioria com idade entre 14 a 16 anos (72,6%) e do sexo feminino (61,3%). O excesso de peso apareceu em 34,4% dos adolescentes. Identificou-se três principais padrões alimentares: bar e petiscos (carne, peixe, frutos do mar, doces, bebidas industrializadas, energéticas e alcoólicas, salgados, cereais industrializados, ultraprocessados, conservas e oleaginosas), variado (frango,

carnes processadas, ovo, frutas, legumes e verduras, temperos naturais, manteiga, molhos e café) e comum brasileiro (arroz, feijão, bolo, biscoito, pão, macarrão, tubérculos, cereais e laticínios). O padrão mais representativo apresenta predominância de alimentos com alta densidade energética, ricos em gorduras, pobres em fibras e com baixo teor de micronutrientes, refletindo o estilo de vida atual dos brasileiros, caracterizado pelo hábito de comer fora de casa, maior consumo de *fast-foods* e ultraprocessados.

CONCLUSÃO

Houve maior representatividade entre os adolescentes de um padrão alimentar composto majoritariamente de alimentos ultraprocessados, demonstrando a necessidade de intervenções que promovam práticas alimentares saudáveis para esse público.

Palavras-chave: Consumo Alimentar|Comportamento Alimentar|Adolescência

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Impacto da COVID-19 na mortalidade de adultos obesos hospitalizados: uma revisão sistemática e meta-análise

Daniele Marano Rocha¹; Yasmin Notarbartolo Di Villarosa do Amaral¹; Fernanda Rebelo dos Santos²; Andrea Dunshee de Abranches¹; Marina Machado Vilarim de Castro¹; Maria Elizabeth Lopes de Moreira¹.

1. Fiocruz, Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 2. Fiocruz, Rio de Janeiro7 - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O SARS-COV-2 tem acarretado uma crise sem precedente para o sistema de saúde mundial. Pelo fato de não haver ainda nenhum tratamento curativo definitivo, os estudos têm procurado identificar os principais fatores de risco associados ao aumento da gravidade e mortalidade. Dentre esses fatores, se destaca a obesidade. Todavia, existem lacunas no conhecimento que precisam ser avaliadas.

OBJETIVOS

Revisar sistematicamente e a posteriori meta-analisar estudos observacionais que avaliaram a associação entre a obesidade e a mortalidade em pacientes hospitalizados com SARS-CoV-2.

MÉTODOS

Foi realizada revisão sistemática e efetuado o registro no PROSPERO com número de registro CRD257464. O estudo foi realizado de acordo com as diretrizes do PRISMA. As buscas dos artigos foram realizadas no PubMed, Biblioteca Virtual em Saúde, Embase, Web of Science e Scopus em maio de 2021 utilizando os seguintes descritores: covid-19 OR SARS-CoV-2 AND mortality OR death OR fatality AND obesity OR BMI AND cohort OR case-control OR observational OR "incidence study" OR "case-comparison". A análise para meta-análise foi realizada no Stata 12.0 com base no risco relativo. Foi aplicado o modelo de efeitos aleatórios ponderado pelo inverso da variância. Na análise de subgrupos, considerou-se o índice de desenvolvimento humano e a idade dos participantes. Para a metarregressão, foi considerado o efeito do período de acompanhamento dos participantes e sexo.

RESULTADOS

Dos 912 registros identificados, 49 foram elegíveis para a revisão sistemática e 33 na análise quantitativa. Na análise agrupada, a mortalidade entre pacientes obesos não diferiu significativamente da mortalidade entre não obesos. Na meta-regressão, as variáveis idade e índice de desenvolvimento humano (IDH) do país de realização se mostraram associadas significativamente ao efeito encontrado nos estudos, ambas com relação inversa. Na análise de subgrupos, o risco de mortalidade por SARS-COV-2 foi

maior entre os obesos com idade inferior a 60 anos e residentes em países com IDH baixo. O gráfico de funil foi simétrico e o teste de Egger indicou baixa probabilidade de viés de publicação.

CONCLUSÃO

Essa meta-análise indicou que a obesidade aumenta o risco de morte por COVID-19 entre os pacientes com idade inferior a 60 anos e residentes em países com menor IDH (<92). Existe uma colisão de pandemias, a da obesidade e do COVID-19, que pode acarretar o aumento da mortalidade. Diante disso, é necessário o incentivo de políticas públicas preventivas e de cuidado com a saúde da população para que se reduza os agravos à saúde.²

Palavras-chave: COVID-19|Obesidade|Mortalidade|Adultos|Meta-análise

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Impacto da pandemia COVID-19 no comportamento e no consumo alimentar de trabalhadores e profissionais da área da saúde

Luciana Marcolino Cavalcante¹; Eloise Cristiane da Silva Oliveira¹; Brenda Hehnke Miranda¹; Carla Juliane Martins Rodrigues²; Sabrina Daniela Lopes Viana¹.

1. Centro Universitário Adventista de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade Federal do Pará, Belém - PA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A pandemia COVID-19 aumentou a carga de trabalho nos serviços de saúde afetando os níveis de estresse, a saúde, o estilo de vida e o consumo alimentar. O objetivo da pesquisa foi avaliar o impacto da pandemia no comportamento e o consumo alimentar de profissionais e trabalhadores da área da saúde.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal com abordagem quantitativa aplicado a 111 indivíduos, divididos em dois grupos: profissionais da área da saúde (aqueles com formação na área como: médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem, nutricionistas, entre outros) e trabalhadores (que não têm formação na área, mas atuam no serviço: recepcionistas, copeiros, auxiliares de limpeza e segurança). O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 52248221.1.0000.5377) e a coleta de dados ocorreu entre novembro de 2021 e março de 2022 por meio de um formulário eletrônico contendo: caracterização socioeconômica, questionário de avaliação do consumo alimentar e a Escala de Compulsão Alimentar Periódica. Os dados foram transferidos para o software *PSPP*, onde foram executadas as análises, considerando um intervalo de confiança de 95% e p -valor < 0,05.

RESULTADOS

Em relação às características socioeconômicas: 76,58% dos participantes eram do sexo feminino; 72,08% tinham idade entre 18 e 39 anos; 62,16% possuíam nível superior e 51,35% recebiam remuneração entre um e três salários-mínimos (R\$ 1.100 a R\$ 3.299). Durante a pandemia, 68,47% dos participantes apresentaram alteração no peso corporal, sendo que 51,35% relataram ganho de peso. As mulheres tiveram um ganho médio de 3,23kg (DP \pm 6,58) e os homens tiveram tendência a perda de peso de 0,92 kg (DP \pm 6,61), sendo $p = 0,006$. Os dados do estado nutricional no período da coleta de dados mostram que 53,15% dos profissionais e trabalhadores apresentavam excesso de peso, sendo 32,43% com sobrepeso e 20,72% com obesidade. Cerca de 13,51% apresentaram indícios de transtorno da compulsão alimentar periódica. Aqueles que não tinham compulsão alimentar, tiveram menor ganho de peso em média de 1,57 kg (DP \pm 6,19), do que aqueles que têm o transtorno da compulsão alimentar, sendo o ganho de peso 5,10 kg (DP \pm 6,82) entre aqueles com compulsão moderada e 9,40 kg (DP \pm 12,52)

entre aqueles com compulsão grave ($p=0,015$). Houve um aumento do consumo alimentar em quantidade e em volume para 54,95% deste público, maior preferência por alimentos ultraprocessados e diminuição da frequência da ingestão de frutas, legumes e verduras. Não houve diferenças estatísticas quando comparados os dois grupos: trabalhadores e profissionais.

CONCLUSÃO

A pandemia impactou negativamente o comportamento e o consumo alimentar dos profissionais e trabalhadores da área da saúde. Houve alteração do peso corporal, sendo mais proeminente o ganho de peso, principalmente, entre as mulheres e os indivíduos com indícios de transtorno de compulsão alimentar.

Palavras-chave: Coronavírus|Pandemia|Ingestão de Alimentos|Comportamento Alimentar|Pessoal de Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Impacto da pandemia da COVID-19 na alimentação de mulheres adultas em situação de vulnerabilidade social do município de Maceió, Nordeste do Brasil

Jonatan Christian de Lima Santos Queiroz¹; Luiz Gonzaga Ribeiro Silva Neto²; Thays Lane Ferreira dos Santos³; Telma Maria Menezes de Toledo Florêncio³.

1. Universidade Federal do Ceará (Ufc), Fortaleza - CE - Brasil; 2. Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo - SP - Brasil; 3. Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil, apresentou que a pandemia agravou a fome, que atualmente acomete cerca de 33,1 milhões de pessoas. Pesquisas anteriores já demonstravam essa situação, sendo potencializada com o surgimento da pandemia. Diversos trabalhos destacam que a insegurança alimentar, caracterizada pela falta de alimentos, é mais evidente em domicílios comandadas por mulheres, principalmente em regiões de vulnerabilidade social. Diante disso, objetivo do presente estudo foi avaliar o impacto da pandemia da COVID-19 na alimentação de mulheres adultas em situação de vulnerabilidade social residentes no município de Maceió, Nordeste do Brasil.

METODOLOGIA

Estudo transversal, realizado entre outubro de 2020 e maio de 2021, envolvendo amostra probabilística, em 40 aglomerados subnormais, distribuídos proporcionalmente em sete das oito regiões administrativas de Maceió. Foram selecionadas mulheres adultas em idade reprodutiva, 20-45 anos. Foi aplicado um questionário estruturado, contendo informações a respeito da ocorrência de mudança na alimentação (sim; não), após o início da pandemia, e, caso a resposta tenha sido positiva, se a alimentação mudou para melhor ou pior. Também foram coletadas informações a respeito do recebimento do auxílio emergencial, um programa de transferência de renda implementado pelo governo brasileiro após o início da pandemia da COVID-19. Foi avaliada a diferença entre as proporções das respostas por meio do teste *qui-quadrado*, considerando um nível de significância de 5%. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, sob o número CAAE 57829016.9.1001.5013.

RESULTADOS

Foram avaliadas 1554 mulheres, a maioria tinha idade ≤ 30 anos e tinham recebido o auxílio emergencial (79,5%). Chamou atenção que 29,5% viviam abaixo da linha da pobreza. Com a relação a alimentação, 37,5% das mulheres relataram que ocorreu alguma

mudança após o início da pandemia, sendo que destas 63,8% relataram uma mudança pra pior. Quando realizada a estratificação das mulheres, com relação ao recebimento do auxílio emergencial, foi percebida diferença significativa com relação a ter ocorrido alguma mudança na alimentação após o início da pandemia ($p=0,006$). Entretanto, estar ou não inserida nesse programa governamental não foi estatisticamente significativo para justificar a melhora ou piora da alimentação.

CONCLUSÃO

Conclui-se que, em decorrência da pandemia, elevada proporção das mulheres mudou sua alimentação, sendo identificada a sua piora. Essa situação demonstra que a população em situação de vulnerabilidade social foi fortemente afetada durante esse período, sendo a sua alimentação impactada negativamente, situação que denota maior cuidado, no que se refere a esse grupo populacional específico.

Palavras-chave: SARS-CoV-2|Segurança alimentar|Políticas públicas

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Impacto da pandemia da COVID-19 no peso de mulheres adultas em situação de vulnerabilidade social residentes no município de Maceió, Nordeste do Brasil

Thays Lane Ferreira dos Santos¹; Luiz Gonzaga Ribeiro Silva Neto²; Jonatan Christian de Lima Santos Queiroz³; Telma Maria Menezes de Toledo Florêncio¹.

1. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil; 2. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 3. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 modificou diversos aspectos da vida dos indivíduos em todo o mundo. Tratando-se de características físicas, foi possível observar que esse período vem propiciando mudanças no peso corporal dos indivíduos, principalmente aumentando-o, tal situação pode estar relacionada as mudanças no comportamento alimentar realizadas durante o período de isolamento social. É possível identificar que o aumento do peso pode ter relação com um menor nível de escolaridade, além de ser mais prevalente em adultos de 18 a 39 anos que possuem condições socioeconômicas mais desfavoráveis. Nesse contexto, o objetivo do presente estudo foi avaliar o impacto da pandemia da COVID-19 no peso de mulheres adultas em idade reprodutiva, que vivem em situação de vulnerabilidade social, residentes no município de Maceió, Nordeste do Brasil.

MÉTODOS

Estudo transversal, realizado entre outubro de 2020 e maio de 2021, envolvendo amostra probabilística, em 40 aglomerados subnormais, distribuídos proporcionalmente em sete das oito regiões administrativas de Maceió. Foram selecionadas mulheres adultas em idade reprodutiva, 20-45 anos. Foi aplicado um questionário estruturado, contendo informações a respeito da mudança no peso (sim; não), após o início da pandemia, e, caso a resposta tenha sido positiva, se aumentou ou diminuiu. Também foram coletadas informações a respeito do recebimento do auxílio emergencial, um programa de transferência de renda implementado pelo governo brasileiro após o início da pandemia da COVID-19. Foi avaliada a diferença entre as proporções das respostas por meio do teste *qui-quadrado*, considerando um nível de significância de 5%. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, sob o número CAAE 57829016.9.1001.5013.

RESULTADOS

Foram coletados dados de 1551 mulheres, sendo identificado que 79,5% receberam auxílio emergencial, e 29,5% viviam abaixo da linha da pobreza (renda per capita R\$ ≤

200,00). Com relação ao peso, 64,4% relataram que ocorreu alguma mudança após o início da pandemia, sendo que desta 69,9% relataram aumento do peso. Quando realizada a estratificação das mulheres, com relação ao recebimento do auxílio emergencial, foi percebida diferença significativa com relação a ter ocorrido alguma mudança no peso após o início da pandemia ($p < 0,001$), sendo percebida uma maior proporção de mudança no peso entre as mulheres que não recebiam esse benefício (72,4%). Entretanto, estar ou não inserida nesse programa governamental não foi estatisticamente significativo para justificar o aumento ou a diminuição de peso corporal das mulheres.

CONCLUSÃO

Nas mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social do município de Maceió foi identificada uma elevada proporção de mudança de peso após o início da pandemia da COVID-19, sendo percebida que existia uma maior proporção de mudança no peso entre as mulheres que não estavam sendo contempladas com o auxílio emergencial.

Palavras-chave: Alterações do Peso Corporal|Pobreza|Fatores socioeconômicos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Impacto da pandemia no comportamento alimentar de famílias em isolamento social

Emily Shiu Takahashi¹; Fabricia de Jesus¹; Tânia Rodrigues².

1. Centro Universitário São Camilo (Cusc), São Paulo - SP - Brasil; 2. Nutrideck, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

O isolamento social, proveniente da pandemia do SARS-Cov-2, impactou de forma expressiva na alimentação mundial. Suas consequências foram desiguais nos diferentes grupos populacionais, observando uma melhora no comportamento alimentar de algumas famílias e a deterioração desta em outra parte da população. Além disso, outros aspectos relacionados ao isolamento social que afetaram a alimentação foram: os aspectos emocionais, econômicos, sociais e falhas no cumprimento de políticas públicas. No Brasil, a política pública voltada à alimentação escolar, PNAE, foi prejudicada, colaborando no aumento da insegurança alimentar de famílias de baixa renda. Com as modificações nas escolhas alimentares nos últimos dois anos, o objetivo do presente estudo foi apresentar e sumarizar alguns dos impactos da pandemia no comportamento alimentar de famílias em isolamento social.

MÉTODOS

Trabalho de revisão bibliográfica realizado através das bases de dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline via Pubmed) e *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), como também, buscas executadas em jornais veiculados sob formato eletrônico e documentos governamentais. A pesquisa foi realizada no período de fevereiro e março de 2022. Foram priorizados artigos e documentos publicados entre os anos de 2020 a 2022, nos idiomas português e inglês. Utilizaram-se o Descritor de Ciência e Saúde (DECS) e *Medical Subject Heading* (Mesh/Pubmed) para definição das palavras-chaves usadas na busca bibliográfica.

RESULTADOS

A sobrecarga de tarefas domésticas, *home office*, crianças em domicílio, depressão e ansiedade foram responsáveis por escolhas alimentares negativas, como o aumento no consumo de industrializados, alimentos prontos, excesso de alimentos ricos em gorduras e açúcares. Ademais 1/3 dos indivíduos substituiu as grandes refeições por lanches, principalmente adolescentes. Destaca-se que famílias que puderam aderir ao isolamento social, famílias de alta renda, apresentaram padrões alimentares mais saudáveis, como a maior ingestão de salada crua e hortaliças. No Brasil, apenas duas pesquisas observaram a alimentação da população, uma ressaltou o aumento, de 4,4%, na ingestão de FLVs e a outra o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, como os doces que

criaram 8,1% no público feminino. A alteração da lei referente ao PNAE durante a pandemia foi bem-intencionada, porém mal-executada. De 900 alunos entrevistados, 23% não receberam nenhuma assistência do PNAE, 21% receberam apenas no início da pandemia e 14% receberam cestas de alimentos ou cartões alimentação todos os meses.

CONCLUSÃO

A alimentação de quase todas as casas no globo sofreu alguma modificação durante o período destinado ao isolamento social, sendo umas positivas e outras negativas, questões socioeconômicas, psicológicas e dinâmica familiar foram determinantes influências para essas alterações.

Palavras-chave: Saúde coletiva|Covid-19|Alimentos, dieta e nutrição

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Impacto de uma intervenção nutricional em gestantes com sobrepeso sobre o crescimento e desenvolvimento infantil aos seis meses

Izabela da Silva Santos; Mariana Rinaldi Carvalho; Naiara Franco Baroni; Daniela Elias Goulart de Andrade Miranda; Lívia Castro Crivellenti; Daniela Saes Sartorelli.
Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (Fmrp-Usp), Ribeirão Preto - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

Hábitos saudáveis na gestação influenciam o crescimento fetal e infantil. O objetivo do presente estudo foi avaliar o impacto de uma intervenção nutricional baseada no incentivo ao consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados em gestantes adultas com sobrepeso sobre o crescimento infantil aos seis meses.

MÉTODOS

Este estudo integra as atividades de um ensaio clínico aleatorizado controlado conduzido com 350 gestantes adultas com sobrepeso atendidas em unidades básicas de saúde de Ribeirão Preto (SP) entre 2018 e 2021. As participantes foram alocadas aleatoriamente nos grupos controle (GC) ou intervenção (GI). As participantes do GI tiveram três sessões de aconselhamento nutricional baseadas no incentivo ao consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados durante o pré-natal. Foram realizadas duas avaliações durante a gestação e uma após o parto, onde o binômio mãe-filho foi avaliado. Dados de peso e comprimento das crianças aos seis meses foram obtidos por levantamento de dados secundários nos sistemas de informação e prontuários. Os índices peso-para-idade (P/I), estatura-para-idade (E/I), peso-para-estatura (P/E) e índice de massa corporal-para-idade (IMC/I) foram calculados e classificados de acordo com as curvas da Organização Mundial da Saúde. Modelos de regressão linear ajustados por ganho de peso médio semanal no segundo e terceiro trimestres de gestação, peso ao nascer dos bebês (ajustado por sexo e idade gestacional no parto) e aleitamento materno aos seis meses foram empregados. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 69997717.6.0000.5414), seguiu as diretrizes do CONSORT e foi registrado no Registro Brasileiro de Ensaio Clínicos (RBR-7yx36h).

RESULTADOS

Foram obtidos dados completos de peso e comprimento aos seis meses de 195 crianças, sendo 96 GC e 99 GI. A média±DP do peso (g) e do comprimento (cm) das crianças aos seis meses foram de 7856,1±1,13 e 67±2,9, respectivamente. Não houve diferenças estatísticas nas características maternas e dos neonatos entre os grupos. Em modelos de regressão linear ajustados não foi possível verificar diferenças nos parâmetros antropométricos infantis entre os grupos (P/E [β 0,072 (IC 95% -0,287; 0,432), $p=0,691$]; E/I [β 0,068 (IC 95% -0,273; 0,410), $p=0,695$]; P/I [β 0,081 (IC 95% -0,260; 0,422), $p=0,639$]; IMC/I [β 0,060 (IC 95% -0,302; 0,423), $p=0,743$]. Após a exclusão dos

prematturos, não foi observada diferença estatística nos parâmetros de desenvolvimento infantil entre os grupos de tratamento.

CONCLUSÃO

A intervenção nutricional adotada não surtiu efeito no desenvolvimento infantil aos seis meses na amostra analisada. São necessários mais estudos que investiguem o efeito de intervenções nutricionais no pré-natal sobre os desfechos de desenvolvimento infantil na primeira infância.

Financiamento: FAPESP(2017/15386-2; 2017/18980-2 e 2021/06486-9), CNPq(406000/2018-2 e 302487/2018-2), CAPES e FAEPA(1039/2018, 1114/2018, 61/2019, 62/2019 e 754/2021).

Palavras-chave: Desenvolvimento Infantil|Antropometria|Nutrição Pré-Natal|Sobrepeso|Ensaio clínico randomizado controlado

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na microbiota intestinal na infância.

Lucas Damasio Faggiani; Marly Augusto Cardoso.
Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (Fsp-Usp), São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A microbiota intestinal possui maior plasticidade nos primeiros anos de vida, destacando o importante papel das exposições precoces em sua composição, onde as práticas alimentares figuram entre as principais associadas. Considerando a recente ascensão do consumo de alimentos ultraprocessados (AUP) na alimentação infantil, há grande lacuna de conhecimento quanto aos efeitos na microbiota intestinal na infância. O objetivo deste estudo foi investigar o impacto do consumo de AUP na composição da microbiota intestinal no primeiro ano de vida no Estudo MINA-Brasil.

MÉTODOS

A população do estudo incluiu crianças nascidas entre julho de 2015 e junho de 2016 em Cruzeiro do Sul/AC, participantes do seguimento de um ano da coorte de nascimento de base populacional Estudo MINA-Brasil, com coletas fecais via swab anal para análise de microbiota intestinal (n=728). Características socioeconômicas e demográficas, ambientais, obstétricas e neonatais, nutricionais e de morbidades foram obtidas presencialmente. O consumo alimentar foi medido por questionário estruturado referente à ingestão de 23 alimentos e bebidas (incluindo regionais e leite materno), ou de outro(s) não listado(s), no dia anterior ou último habitual, com registro do(s) período(s) de consumo. Uma variável combinada de aleitamento materno e AUP foi gerada (mama sim/não; AUP sim/não), considerando “sim” o consumo de ao menos um AUP (macarrão instantâneo, salgadinhos, embutidos, bebidas açucaradas e guloseimas). A análise das covariáveis foi conduzida por teste t para variáveis dicotômicas e ANOVA para variáveis com três ou mais categorias, adotando $p < 0,20$ para seleção inicial. Um modelo hierárquico conceitual foi utilizado para seleção nos níveis de determinação, com significância de $p < 0,05$ nos modelos múltiplos finais. Coeficientes de regressão mediana com ajuste múltiplo (IC95%) foram analisados, sendo a diversidade alfa da microbiota intestinal a variável dependente (número de espécies e índices Shannon, Simpson e Chao1). Análises estatísticas foram realizadas com auxílio do programa Stata 13.0. O estudo foi aprovado pela CEP da FSP-USP sob nº 872.613 e nº 2.358.129.

RESULTADOS

Crianças desmamadas que consumiam AUP (n=188) apresentaram maior número de espécies (40,13; IC95%: 11,88-68,37) e valores maiores para os índices Shannon (0,3647; IC95%: 0,0423-0,6872) e Simpson (0,0228; IC95%: 0,0051-0,0404) quando comparadas às que ainda mamavam e não consumiam AUP (n=56), após ajuste múltiplo. A frequência

do consumo de AUP maior ou igual a 2 vezes/dia foi positivamente associada ao número de espécies, independentemente da prática de aleitamento materno. Quanto ao tipo de AUP, o consumo de bebidas açucaradas maior ou igual a 2 vezes/dia foi positivamente associado ao número de espécies e ao índice Chao1.

CONCLUSÃO

O consumo de AUP no primeiro ano de vida foi associado a uma composição de microbiota intestinal com maturidade precoce para o perfil esperado de crianças com 1 ano de idade.

Palavras-chave: saúde materno-infantil| alimentação complementar|aleitamento materno

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde e nutrição infantil: uma revisão sistemática

Nicolie Mattenhauer de Oliveira; Priscila Gomes de Oliveira; Renata Ramos de Barros Cavalcanti; Juliana Fernandes dos Santos Dametto; Karla Danielly da Silva Ribeiro Rodrigues.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - RN - Brasil.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas houve um aumento na venda e consumo de alimentos ultraprocessados (AUP), conhecidos como formulações industriais que contêm pouco ou nenhum alimento inteiro em sua composição e que são tipicamente adicionadas de flavorizantes, corantes, emulsificantes e outros aditivos. Entretanto, possuem uma composição nutricional elevada em açúcares livres, gorduras saturadas e sódio. No Brasil, a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 mostrou que essa categoria de AUP representam 19,7% da ingestão calórica diária dos brasileiros, mas evidências demonstram que a participação desses alimentos na dieta infantil pode chegar a 70%. Como o consumo de AUP está atrelado ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) na população adulta e idosa, é necessário investigar o impacto do consumo de AUP na população infantil. Dessa maneira, esse trabalho teve por objetivo avaliar o impacto do consumo de AUP na saúde de crianças através de uma revisão sistemática de literatura.

MÉTODOS

O estudo faz parte de uma revisão sistemática registrada no *International Prospective Register of Systematic Review* (PROSPERO) (CRD42021236633), conduzidas de acordo com o diagrama PRISMA nas seguintes bases de dados: *PubMed*, *Medline*, *Scopus*, *Web of Science*, *Scielo* e *CAPE*S, diretório de teses e dissertações. Incluímos estudos originais, observacionais, em qualquer idioma. Os critérios de elegibilidade para a análise final foram: (a) avaliação do consumo alimentar pela classificação NOVA, (b) avaliação do consumo de AUP com desfechos de saúde (nutricionais ou doenças) e (c) população infantil (recém-nascidos, lactentes ou crianças). Avaliou-se a qualidade metodológica dos estudos incluídos usando a escala de Newcastle-Otawa e RoB 2.

RESULTADOS

A contribuição do AUP na dieta infantil variou de 41,8% a 76,0% do total de calorias, sendo maior em crianças acima de 1,5 anos no Reino Unido. Entre os desfechos analisados, foi observado que a maior participação dos AUP na dieta das crianças tem sido associada ao aumento de medidas de adiposidade ($\beta = 0,07$; IC 95% 0,01–0,14), excesso de peso, desmame precoce, pior qualidade da dieta, alterações metabólicas, presença de doenças (TDAH, cárie e doenças respiratórias) e toxicidade (altos níveis de

compostos tóxicos de plásticos na urina). A introdução de quatro ou mais AUP no primeiro ano de vida apresentou impacto negativo na duração do aleitamento materno exclusivo (AME), e as crianças que receberam AME por menos de 180 dias apresentaram maior risco de introdução de AUP e desmame.

CONCLUSÃO

A maior participação de AUP na dieta infantil impactou negativamente em diferentes espectros de indicadores de nutrição e desenvolvimento de doenças em crianças. Neste sentido, é possível observar a necessidade de se evitar o consumo de AUP em todas as faixas etárias, em especial na infância, diante dos malefícios induzidos por estes a curto e longo prazo.

Palavras-chave: Processamento de alimentos|Alimentação infantil|Qualidade da dieta|Classificação NOVA

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Implantação do Programa Criança Alagoana (CRIA) no município de União dos Palmares e forma de utilização do recurso disponibilizado para usuários do programa

Tamires Estevam Lopes; Marilene Brandão Tenório Fragoso; Guilherme Alves Freire Cardoso; Alexandra Rodrigues Bezerra; Wendell Costa Melo Filho; Alane Cabral Menezes de Oliveira.

Faculdade de Nutrição (Fanut) - Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maceió, Alagoas – Brasil., Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

Devido à diminuição do poder aquisitivo populacional, altas taxas de desnutrição e subalimentação prevaleceram nos últimos anos no Brasil, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Visando promover o integral desenvolvimento na primeira infância, desde o pré-natal aos 6 anos de idade, o Programa Criança Alagoana (CRIA) foi implementado no estado de Alagoas, em 2020, como uma política pública de caráter intersetorial, com ações estratégicas na área da saúde, educação, assistência e desenvolvimento social, fornecendo auxílio financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade, visando a melhora do estado nutricional dos beneficiários. Assim, o presente estudo tem como objetivo caracterizar a forma de utilização do recurso do programa disponibilizado aos usuários do programa CRIA no município de União dos Palmares.

MÉTODOS

Estudo transversal aprovado pelo comitê de ética (CAAE nº 44202621.0.0000.5013), realizado através da aplicação de formulário eletrônico padronizado com os responsáveis de crianças cadastradas no programa CRIA no município de União dos Palmares- AL, no ano de 2021. Foram coletados dados socioeconômicos, como idade da criança e da genitora, renda familiar mensal, escolaridade dos chefes de família, dados de saúde, e informações acerca da forma de utilização do auxílio financeiro recebido. Os dados foram processados utilizando o pacote estatístico SPSS (Statistical Package for Social Science) versão 21.0, sendo expressos por meio de média, desvio padrão e frequência.

RESULTADOS

Foram estudadas 200 famílias beneficiárias do CRIA cadastradas em 2021, com média de idade de crianças cadastradas de 23,4±14,5 meses. 97% das crianças estavam com o calendário vacinal atualizado e 87,6% realizaram a suplementação de vitamina A com a periodicidade prevista pelo programa. As genitoras possuíam idade média de 27,1±6,5 anos, e a renda familiar mensal média de R\$345,6±269,4 reais, sendo que 85% delas recebiam algum tipo de benefício do governo além do CRIA, e 21% das famílias possuíam 5 ou mais membros no mesmo domicílio. Ainda, 20% dos entrevistados utilizavam água proveniente de poço artesiano coletivo ou individual, 87% moravam em

trecho da rua de terra ou cascalho, e 7% utilizavam apenas fogo de lenha para cozinhar. 13% dos chefes da família possuíam menos de 4 anos de estudo. Quanto às formas de utilização dos recursos recebidos pelo CRIA, 96,5% destinaram o benefício para comprar comida, 69% medicamentos para os filhos, 17,5% fraldas descartáveis, 5,5% pagar as contas da casa, 3% compra de material escolar para a criança, e 2,5% aquisição de roupas para os filhos.

CONCLUSÃO

A implantação do CRIA foi positiva para a comunidade beneficiada, já que proporcionou ampla utilização dos recursos pelas famílias, incluindo alimentação e cuidados com a saúde, itens de higiene, pagamento de contas da casa, e ainda outras necessidades básicas, enfatizando a importância deste tipo de assistência social às famílias em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social|Insegurança alimentar|Apoio social

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Índice de massa corporal e o comportamento alimentar do lactente aos 12 meses

Paula Ruffoni Moreira; Michelle Garcia Maduré; Cátia Regina Ficagna; Leandro Meirelles Nunes; Juliana Rombaldi Bernardi.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os lactentes aprendem a comer através de experiências sensoriais e da construção de habilidades motoras orais e observacionais. O complexo processo do desenvolvimento do comportamento alimentar inicia-se nesta fase com a influência do ambiente familiar e de sua interação com fatores genéticos e biológicos. A alimentação na primeira infância, além de interferir no estado nutricional e no índice de massa corporal (IMC) atual da criança, interfere na formação do paladar, influenciando nas suas escolhas e preferências alimentares ao longo da vida. O objetivo deste trabalho foi analisar a associação entre o comportamento alimentar infantil e o índice de massa corporal em lactentes aos 12 meses.

MÉTODOS

Estudo transversal aninhado a ensaio clínico randomizado com lactentes saudáveis cujas mães participaram de intervenção aos 5,5 meses de vida da criança sobre introdução alimentar saudável. Ao ingressar na pesquisa as mães responderam a um questionário online sobre as características sociodemográficas da família e aos 12 meses de vida da criança responderam de forma online ao *Questionário de Comportamento Alimentar da Criança* (CEBQ). Aos 12 meses os lactentes tiveram peso e estatura aferidos e o IMC calculado (Kg/m²). A correlação entre as subescalas do CEBQ (Interesse por comida e Desinteresse por comida) e o IMC da criança foram examinadas usando o coeficiente de correlação de Pearson. Um modelo de regressão linear múltipla foi realizado para analisar a associação entre Interesse por comida e Desinteresse por comida e o IMC da criança. As variáveis contínuas foram descritas por mediana e intervalo interquartil [P25 – P75]. Projeto aprovado pelo comitê de ética do Hospital de Clínicas de Porto Alegre sob nº 19-023.

RESULTADOS

Foram avaliados 126 lactentes. A mediana de idade materna foi de 30 anos [34 - 37] e renda familiar de 4000 reais [6000 - 10000]. A mediana de tempo de aleitamento materno exclusivo foi de 180 dias [90-180]. A maioria das mães declarou-se da raça branca 118 (85,5%). O IMC mediano aos 12 meses foi de 16,92 Kg/m² [15,85 - 18,00]. A subescala Desinteresse por comida apresentou correlação estatisticamente significativa com o IMC da criança, $r = -0,238$ e $p = 0,007$. O modelo de regressão linear demonstrou que o

aumento de um escore em Desinteresse por comida reduzir em 0,237 o IMC da criança ($p = 0,008$ e IC 95% -1,44; -0,22); R^2 0,058 e $p = 0,026$.

CONCLUSÃO

O maior desinteresse por comida, subescala do comportamento alimentar que reflete traços do controle da ingestão, está associado à redução do IMC em lactentes aos 12 meses.

Palavras-chave: Crescimento e Desenvolvimento|Comportamento Alimentar|Nutrição do Lactente

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Índice de massa corporal para idade e consumo de alimentos ultraprocessados em crianças entre cinco e seis anos

Paula Ruffoni Moreira; Juli Boeira de Camargo; Cátia Regina Ficagna; Marcelo Zubaran Goldani; Clécio Homrich da Silva; Juliana Rombaldi Bernardi.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os alimentos ultraprocessados (AUPs) apresentam em sua composição, frequentemente, gorduras, açúcares, aditivos químicos e alto teor de sódio. Além disso, na maioria das vezes, são pobres em concentração de fibras e micronutrientes, sendo considerados alimentos nutricionalmente desbalanceados. O consumo de AUPs na infância foi associado a alterações na circunferência da cintura de crianças em idade escolar, além de maior risco de sobrepeso e obesidade. O objetivo deste trabalho foi analisar a associação entre consumo de AUPs e índice de massa corporal (IMC) de crianças saudáveis entre cinco e seis anos.

MÉTODOS

Estudo transversal aninhado ao estudo de coorte “IVAPSA - Impacto das Variações do Ambiente Perinatal sobre a Saúde da Criança nos Primeiros Cinco Anos de Vida”. Entre os cinco e seis anos da criança as mães responderam a um questionário sociodemográfico e um recordatório de 24 horas referente a alimentação no dia anterior do filho, e as crianças tiveram a altura e o peso aferido para o cálculo do IMC (Kg/m²). O indicador IMC para idade (IMC/I) foi avaliado pelo software AnthroPlus. O percentual de calorias advindas de AUPs foi calculado com o software Dietbox. A correlação entre o percentual de calorias de AUPs consumidas no dia anterior e o IMC da criança foram examinadas usando o coeficiente de correlação de Pearson. Uma regressão linear múltipla foi realizada para analisar a associação entre o percentual de calorias de AUPs e o IMC da criança. As variáveis contínuas foram descritas por mediana e intervalo interquartil [P25 – P75] ou média e desvio padrão (DP). Projeto aprovado pelo comitê de ética do Hospital de Clínicas de Porto Alegre sob nº 17-0107.

RESULTADOS

Foram avaliadas 52 crianças. A média de idade materna foi de 33,94 (6,50) anos e mediana de renda familiar de 1500 reais [1000 - 2575]. A mediana de IMC/I foi de 0,70 [0,01 – 1,85]. A mediana de percentual de consumo de AUPs foi 16,33% [25,58 – 39,61] do valor energético consumido. O IMC/I da criança apresentou correlação estatisticamente significativa com o percentual de consumo de AUPs, $r = -0,314$ e $p = 0,030$. O modelo de regressão linear demonstrou que o aumento de um escore no consumo de AUPs reduz em 0,314 o IMC/I da criança ($p = 0,030$ e IC 95% -0,066; -0,004); $R^2 = 0,098$ e $p = 0,030$.

CONCLUSÃO

O consumo de AUPs faz parte da dieta de crianças brasileiras, e está associado à redução do IMC/I em crianças eutróficas. Os AUPs são alimentos com alta densidade calórica e pobres em nutrientes importantes para o desenvolvimento saudável. A substituição de alimentos in natura e minimamente processados por AUPs pode prejudicar o crescimento infantil.

Palavras-chave: Crescimento e Desenvolvimento|Alimentos Infantis|Alimentos Ultraprocessados

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Influência da publicidade no consumo alimentar de crianças menores de 2 anos

Ana Clara da Cruz Della Torre¹; Bianca Araujo Milbratz¹; Thais da Silva Maciel²; Débora Vasconcelos Bastos Marques²; Tábatta Renata Pereira de Brito²; Daniela Braga Lima².

1. Universidade Federal de Lavras, Lavras - MG - Brasil; 2. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

A alimentação adequada na infância contribui para a formação de hábitos alimentares saudáveis, que se refletirão em curto e longo prazos. Os anúncios publicitários têm como objetivo principal o convencimento do espectador à aquisição de determinados produtos. O público infantil é alvo das indústrias alimentícias, uma vez que as crianças apresentam vulnerabilidade cognitiva e são capazes de interferir na escolha dos produtos que são consumidos em casa. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar a influência da publicidade televisiva no consumo alimentar de crianças entre seis e vinte e quatro meses de idade de um município do sul de Minas Gerais.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de corte transversal de um estudo mais amplo denominado “Consumo Alimentar na Primeira Infância: contribuição para os estudos de Vigilância Alimentar e Nutricional”, realizado com uma amostra de 179 lactentes menores de 2 anos de idade e seus respectivos responsáveis, acompanhados em unidades de Estratégia Saúde da Família de um município no sul de Minas Gerais, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG (CAAE: 06262819.4.0000.5142). Os dados de consumo alimentar e o uso de telas associado ao consumo de refeições foram coletados por meio do questionário de Marcadores do Consumo Alimentar, proposto pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. A associação entre as variáveis dependente e as independentes foi avaliada pelo odds ratio, com nível de significância de 5%.

RESULTADOS

Constatou-se que o consumo de ultraprocessados e o excesso de peso estava presente em pelo menos 30% da amostra estudada. No dia anterior à pesquisa, foi encontrado o consumo de embutidos 11,73% (n=21), guloseimas e/ou biscoito recheado 30,34% (n=54), salgadinhos e/ou macarrão instantâneo 25,70% (n=46), bebidas adoçadas 27,93% (n=50). Em relação ao consumo no mês anterior à pesquisa, 37,29% (n=66) relataram o consumo de suco industrializado e 29,78% (n=53) de refrigerante. Observou-se associação do hábito de assistir televisão com o consumo de salgadinho de pacote no dia anterior à pesquisa [OR: 0,19, IC: 1,15 - 4,70].

CONCLUSÃO

As práticas alimentares inadequadas foram marcantes na população estudada, se opondo às recomendações do guia da alimentação para menores de 2 anos. Tais práticas ainda foram associadas ao uso de telas, reforçando a importância de ações para a regulamentação da publicidade de alimentos no Brasil. Dessa forma, fica evidente a necessidade de programas mais eficazes para aconselhamento das famílias, orientando a importância da inclusão correta da alimentação complementar.

Palavras-chave: Criança|Alimentação|Publicidade de alimentos|Alimentos industrializados|Nutrição infantil

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Ingestão de ácidos-graxos ômega-3 em adolescentes brasileiros: um estudo seccional de base escolar

Camila Tureck¹; Anabelle Retondario¹; Liliansa Paula Bricarello¹; Amanda de Moura Souza²; Bernardo Paz Barboza¹; Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos¹.

1. Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc), Florianópolis - SC - Brasil; 2. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ufrj), Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os ácidos graxos (AGs) da família ômega-3 são considerados essenciais, e a ingestão adequada destes AGs tem sido associada ao menor risco de desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis. O objetivo do presente estudo foi estimar a quantidade de AGs ômega-3 em adolescentes brasileiros de 12 a 17 anos segundo variáveis sociodemográficas.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo seccional de base escolar, usando dados do Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (ERICA), realizado entre 2013-2014. O consumo alimentar foi obtido por meio de um Recordatório Alimentar de 24 horas (R24h), aplicado seguindo o *Multiple Pass Method*. Para determinar a ingestão diária de AGs ômega-3, o *software* do ERICA converteu as medidas caseiras dos alimentos consumidos, relatadas pelos adolescentes, para a quantidade em gramas. Posteriormente, com base nas tabelas de composição de alimentos, foi mensurada a quantidade de AGs presentes nas porções consumidas. O somatório dos AGs ômega-3 em todos os alimentos referidos no R24h resultou na quantificação da ingestão total. A ingestão média diária de AGs ômega-3 foi estimada segundo sexo (feminino/masculino), idade (faixas etárias 12-14 anos/15-17 anos), área (urbana/rural), tipo de escola (pública/privada) e região do país (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste). As análises estatísticas foram realizadas utilizando o *software* estatístico SAS[®] versão 9.4, adotando rotinas especiais para abranger a complexidade do tamanho amostral. A diferença estatística entre as variáveis sociodemográficas foi identificada quando os intervalos de confiança (IC) 95% não se sobrepuseram.

RESULTADOS

Participaram desse estudo 36.751 adolescentes. A ingestão dos AGs ômega-3 na população total foi de 1,71 g/dia. Não foram observadas diferenças estatísticas significativas entre sexos, faixas etárias e tipos de escola. No entanto, a ingestão de AGs ômega-3 foi maior na área rural (2,47g, IC 95% 2,20-2,73) quando comparada com a área urbana (1,68g, IC 95% 1,64-1,72). Na análise segundo regiões brasileiras, os adolescentes da região Centro-Oeste (1,81g, IC 95% 1,77-1,84) apresentaram maior ingestão de AGs

ômega-3, comparado com os das regiões Norte (1,60g, IC 95% 1,55-1,64) e Nordeste (1,61g, IC 95% 1,49-1,73).

CONCLUSÃO

Os achados demonstraram diferenças na ingestão de AGs ômega-3 conforme situação urbana e rural e regiões brasileiras. Esse aspecto merece atenção, já que essas condições podem repercutir em hábitos alimentares com baixa ingestão e, até mesmo, deficiência de AGs ômega-3. São necessários estudos que investiguem os alimentos que mais contribuem para a ingestão desses AGs conforme as variáveis sociodemográficas, com intuito de estabelecer futuras recomendações nutricionais que incentivem a ingestão de AGs ômega-3.

Palavras-chave: Ingestão de nutrientes|Adolescentes|Ácidos graxos ômega-3

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Ingestão de flavonoides durante a gestação e a sua relação com o peso ao nascer

Luana Maria Duarte Pinto; Izabela da Silva Santos; Ana Laura Fogaça; Livia Castro Crivellenti; Daniela Saes Sartorelli.

Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (Fmrp-Usp), Ribeirão Preto - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

Estudos conduzidos em animais sugerem um efeito benéfico dos flavonoides no peso ao nascer da prole. Porém, desconhecemos a existência de estudos conduzidos entre humanos que investigaram a relação entre a ingestão de flavonoides por gestantes e o peso ao nascer. O objetivo do presente estudo foi investigar a relação entre a ingestão dietética usual de flavonoides durante a gestação e a classificação de peso ao nascer.

MÉTODOS

Uma coorte prospectiva foi conduzida entre 734 gestantes atendidas em Unidades Básicas de Saúde de Ribeirão Preto, SP, entre 2011 e 2012. Gestantes adultas que estavam entre a 24ª e a 39ª semanas gestacionais foram submetidas à anamnese, avaliação antropométrica, estilo de vida, histórico familiar de doenças e obstétrica e condições socioeconômicas. O consumo alimentar das gestantes foi avaliado empregando-se dois inquéritos recordatórios de 24 horas e a dieta usual estimada por meio do *Multiple Source Method*. Para a estimativa do teor de flavonoides totais, a Tabela Brasileira de Composição de Alimentos e a Tabela Norte Americana da USDA foram empregadas. Dados secundários de peso ao nascer, sexo do recém-nascido e duração da gestação foram obtidos do Sistema de Informações de Nascidos Vivos. Recém-nascidos foram classificados de acordo com o peso ao nascer em baixo peso ao nascer (BPN) (<2.500g) e macrossomia (≥ 4.000 g), e em percentis segundo o *INTERGROWTH*, sendo classificado como pequeno para idade gestacional (PIG) <p10 e grande para idade gestacional (GIG) $\geq p90$. Modelos de regressão logística foram ajustados por fatores de confusão foram empregados. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 51373921.8.0000.5414)

RESULTADOS

As gestantes apresentaram média de idade de 27(± 5) anos, 18,1% eram portadoras de diabetes mellitus gestacional e 56,7% tinham excesso de peso. Entre os recém-nascidos, 16,5% foram classificados GIG, 9,3% PIG, 7,3% BPN e 6,8% com macrossomia. Em modelos de regressão logística ajustados, observou-se uma menor chance de mulheres terem filhos GIG e macrossomia quando estas ingeriram maiores quantidades de flavonoides [OR 0,57 (IC 95% 0,33; 0,97, $p=0,06$); OR 0,25 (IC 95% 0,09; 0,63, $p=0,01$)] e flavonóis [OR 0,49 (IC 95% 0,29; 0,82, $p=0,01$); OR 0,43 (IC 95% 0,19; 0,97, $p=0,05$)]. Verificou-se uma menor chance de crianças nascerem PIG entre as mulheres com maior

ingestão de flavanonas [OR 0,45 (IC 95% 0,23; 0,88, $p=0,02$]. Não houve associações estatisticamente significantes entre flavonoides e BPN.

CONCLUSÃO

Os dados do presente estudo sugerem que uma maior ingestão materna de flavonoides totais é inversamente associada ao nascimento de crianças GIG e com macrosomia.

Financiamento: CAPES e CNPq (47221/2010-8 e 302498/2015-0).

Palavras-chave: Flavonoides|Peso ao nascer|Gestação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Insegurança alimentar e a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras

Thaís Lisboa Soares; Eric Jonathan Porfírio dos Santos.
Fiocruz, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

Segundo dados publicados pela Rede PENSSAN (2022), 58,7% da população brasileira está em algum grau de insegurança alimentar, ou seja, 125,2 milhões de pessoas não tem certeza se terão o que comer em um futuro próximo, limitando a qualidade ou quantidade de suas refeições. A alimentação é um direito humano que vem sendo violado sistematicamente e compromete o acesso a outras necessidades essenciais interferindo diretamente na qualidade de vida da população. Investigando mais a fundo a insegurança alimentar, vislumbramos a relação entre ela e a precarização do trabalho intensificada pela Reforma Trabalhista (Lei Nº 13.467/2017) e pela Lei Nº 13.874/2019 (minirreforma trabalhista). O objetivo deste escrito é a investigação da relação entre insegurança alimentar e saúde dos trabalhadores e trabalhadoras.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo apoiado em levantamento bibliográfico e baseado na experiência vivenciada pelos autores por ocasião da realização de uma revisão integrativa.

RESULTADOS

Em 2013, 22,6% da população apresentava alguma restrição alimentar ou preocupação com a possibilidade de falta de recursos para adquirir alimentos. Em 2017-2018, o quantitativo de pessoas em insegurança alimentar aumentou para 36,7% da população, cerca de 84,9 milhões de pessoas. Em 2020 esse quantitativo aumentou ainda mais, 116 milhões de pessoas, um pouco mais da metade da população, não tinham acesso pleno e permanente a alimentos. Em 2022, 125,2 milhões de pessoas estão em situação de insegurança alimentar, o que corresponde a 58,7% da população do país. Notamos piora nas condições de trabalho a partir da Reforma Trabalhista e da minirreforma trabalhista, bem como aumento de incerteza sobre a continuidade e qualidade da alimentação de trabalhadores/as atendidos/as por um ambulatório.

CONCLUSÃO

Segundo a LOSAN, a segurança alimentar e nutricional não pode ser analisada como uma questão individual, mas sim coletiva, considerando que práticas alimentares são promotoras de saúde e cidadania, respeitando a diversidade cultural e sendo social, econômica e ambientalmente sustentáveis. Expomos aqui que a fragilidade dos vínculos trabalhistas contribuem para a insegurança alimentar da classe trabalhadora, visto que segundo a Reforma Trabalhista a remuneração direcionada a alimentação não se

incorpora mais ao contrato de trabalho e nem constitui base de cálculos de outros encargos trabalhistas e previdenciários. Outra alteração versa sobre a possibilidade do trabalho intermitente, considerado como aquele que começa e cessa por intervalos, onde o valor da hora ou do dia de trabalho é estipulado e o período de inatividade não é considerado tempo à disposição do empregador e, por tanto, não é remunerado. Acreditamos que são necessárias medidas como redução dos preços dos alimentos, ampliação de direitos trabalhistas e assistenciais e educação alimentar e nutricional, para viabilizar a efetivação dos direitos sociais e da cidadania entre a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador|Insegurança alimentar|Reforma Trabalhista |Saúde Coletiva|Cidadania

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Insegurança alimentar em agricultores do semiárido Potiguar

Jessica Ayla Alves Vieira; Amanda Samara dos Santos Araújo; Gabriela Micherlandia dos Santos; Lara Christiane Batista Fernandes; Lígia Rejane Siqueira Garcia; Catarine Santos da Silva.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Santa Cruz - RN - Brasil.

INTRODUÇÃO

O acesso regular e permanente à alimentação adequada, no aspecto qualitativo e quantitativo, é um direito básico de todo cidadão. Entretanto, no Brasil muitos cidadãos não desfrutam desse direito. Recentes inquéritos demonstram maiores prevalências de insegurança alimentar e nutricional nos ambientes rurais quando comparados às zonas urbanas, logo, torna-se interessante a investigação acerca do acesso à alimentação nas zonas rurais. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho possui por finalidade analisar o estado de insegurança alimentar de agricultores da zona rural de Serra Verde, município de Lajes Pintadas/RN.

MÉTODOS

O presente trabalho foi construído a partir de dados coletados pelo projeto de pesquisa “Avaliação da soberania, segurança alimentar e nutricional e de condições de saúde de famílias agricultoras do município de Lajes Pintadas/RN”, estudo quantitativo, descritivo e com recorte transversal. O projeto em questão aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FACISA | UFRN sob nº CAAE 42713421.3.0000.5568. A coleta dos dados aconteceu de forma domiciliar, por meio da aplicação de questionário estruturado, de forma a englobar aspectos socioeconômicos e demográficos, como também a avaliação da segurança alimentar através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA.

RESULTADOS

Foram entrevistados 24 agricultores de ambos os sexos, sendo 54,2% do sexo feminino (n=13) e 45,8% do sexo masculino (n=11), com idades entre 31 e 83 anos (média de 57 anos). Cerca de 62,5% (n=15) se autodeclararam pretos ou pardos e a maioria (66,6%) possuía ensino fundamental incompleto. Aproximadamente 79% (n=19) possuíam renda de até 2 salários-mínimos. Identificou-se que 73,2% dos entrevistados estavam vivenciando algum grau de insegurança alimentar, sendo 41,7% em insegurança leve, 10,7% moderada e 20,8% grave.

CONCLUSÃO

Assim sendo, pode-se então afirmar que a população da zona rural de Serra Verde vivencia um cenário de insegurança alimentar, evidenciado pelos valores encontrados por meio da aplicação da EBIA. As características socioeconômicas desta população também corroboram com outros estudos, que também trazem valores significativos de insegurança alimentar em zonas rurais e relaciona a problemática com os determinantes sociais. Tais resultados ressaltam o quanto o contexto de violação ao direito à alimentação permanece presente na realidade brasileira, evidenciando a desigualdade social que ainda nos dias de hoje assola o Brasil, bem como, o desmonte de estratégias públicas voltadas para a alimentação.

Palavras-chave: Segurança Alimentar|Fome|Trabalhadores Rurais

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Insegurança alimentar em domicílios de crianças usuárias do programa Criança Alagoana (CRIA)

Maria Eduarda da Silva Lopes¹; Lilian Santana Sodr e Silva²; Wendell Costa Melo Filho¹; Maria Gracyella Ferreira da Silva¹; Alexandra Rodrigues Bezerra¹; Alane Cabral Menezes de Oliveira¹.

1. Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maceió - AL - Brasil; 2. Universidade Tiradentes (Unit), Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar (IA)   um fen meno multifatorial que tem como principais determinantes a pobreza e a desigualdade social. Em 2022 dados publicados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) demonstram que a IA alcança 68% dos lares do Nordeste. O programa Criança Alagoana – CRIA, instituído pela lei 7.967/2018, tem como objetivo promover e integrar políticas públicas para a primeira infância em Alagoas, visando, dentre outros, o crescimento saudável. Assim, o objetivo deste estudo é identificar a prevalência de IA das famílias atendidas pelo Programa Criança Alagoana (CRIA) no município de União dos Palmeares-Alagoas.

MÉTODOS

Estudo transversal, aprovado pelo comitê de  tica e pesquisa, sob n  44202621.0.0000.5013 e realizado por meio da aplica o de formulário eletrônico padronizado, com os pais ou responsáveis de crianças cadastradas no programa CRIA no município de União dos Palmeares - Alagoas no ano de 2021. Dentre os dados obtidos, estavam os relacionados aos aspectos socioeconômicos (idade cronológica, renda familiar, escolaridade e condi es de moradia) e os de IA, onde essa última foi investigada através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e classificada em leve, moderada e grave. Os dados foram processados utilizando-se o pacote estatístico SPSS versão 21.0, onde foi utilizado o teste do Qui-quadrado (χ^2) para avaliar a associa o entre IA leve, IA moderada e grave com os fatores socioeconômicos investigados, considerando $p < 0,05$ como significativo.

RESULTADOS

Foram estudadas 200 crianças, das quais 49% eram do sexo feminino, a média de idade cronológica foi de 23,4±14,5 meses e peso médio de 13,07±4 Kg. As genitoras possuíam idade média de 27,1±6,5 anos e a renda familiar mensal média era de R\$ 345,6±269,4 reais, sendo que 85% delas recebiam algum tipo de benefício do governo e 21% das famílias possuíam 5 ou mais membros no domicílio. Ainda, 80% das famílias entrevistadas utilizavam água proveniente da rede geral de distribui o e 87% moravam em trecho da rua de terra ou cascalho. Todas as famílias investigadas possuíam algum grau de IA, dos quais 14,4% eram IA leve, 43,3% representava IA moderada e 42,3%

classificados com IA grave, onde a presença de IA moderada/grave se associou a um maior número de membros no domicílio (≥ 5 pessoas) ($\chi^2 = 4,018$; $p=0,045$).

CONCLUSÃO

A prevalência de IA foi elevada, especialmente nos graus mais críticos, estando associada com um maior número de membros vivendo no domicílio, o que reforça a importância da permanência e ampliação de políticas e programas voltados à assistência de famílias e crianças em situação de vulnerabilidade, como o CRIA, para a consequente diminuição da prevalência de IA.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional|Crianças|Políticas Públicas

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Insegurança alimentar entre estudantes de um campus universitário no interior do Amazonas.

Ewellyn da Silva Vieira; Amanda Forster Lopes.
Universidade Federal do Amazonas, Coari - AM - Brasil.

INTRODUÇÃO

É direito de todo ser humano ter uma alimentação adequada e saudável que deve ser garantido por meio da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Particularmente na região Norte, sua localização geográfica e elevada proporção de indicadores socioeconômicos desfavoráveis acabam por impactar no desenvolvimento dessa região e, pressupõe-se, nos níveis de insegurança alimentar (IA) da população. Fortemente inseridos nesse contexto encontram-se os estudantes universitários, que presenciam uma fase comumente marcada por mudanças na rotina e de local de moradia, distanciamento dos vínculos afetivos, instabilidade econômica e necessidade de prover seu próprio alimento. Mediante o exposto, o presente estudo tem como objetivo descrever a prevalência de insegurança alimentar de estudantes universitários frequentadores da Universidade Federal do Amazonas.

MÉTODOS

O estudo utilizou amostra representativa de alunos matriculados no ano de 2022 no Instituto de Saúde e Biotecnologia da Universidade Federal do Amazonas, no município de Coari. Para o cálculo amostral tomou-se como base a prevalência de IA na região Norte do Brasil (63,2%), encontrados no I Vigisan (2021). Aceitando um erro padrão desta proporção de três pontos percentuais para um poder de teste de 80% e um α de significância de 5%, o número de estudantes estimado como necessário seria de 136, que somado a 10% para repor eventuais perdas, resultou na necessidade estimada de 150 alunos. Para o diagnóstico da SAN foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Ainda, características sociodemográficas foram coletadas através de um questionário semiestruturado. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE número 56785622.8.0000.5020).

RESULTADOS

No total 175 estudantes participaram do presente estudo. A média de idade foi de 24,6 anos ($\pm 4,7$), o estudante mais novo possuía 19 anos e de mais idade, 63 anos. Cerca de metade dos alunos (52,6%) ingressou na universidade nos anos de 2017 e 2018, 17,1% entre os anos de 2012 e 2016 e os demais, 30,3%, ingressaram a partir de 2019. A maior parte dos alunos nasceram no mesmo município em que o *campus* se instala (56,7%), ou em outros interiores do estado do Amazonas (32,7%) e os demais, na capital (10,8%). Desses, 55,4% moram com os pais, 19,4% sozinho ou com amigos, e o restante (25,1%) reside com companheiros(as). Quanto aos resultados da EBIA, observou-se que apenas

40 alunos (22,9%) encontravam-se em condições de SAN. Um pouco mais da metade (55,4%) possuía IA leve, 14,3% (25) IA e 7,4% (13) dos alunos IA grave.

CONCLUSÃO

Entre estudantes universitários no interior do Amazonas, há uma alta prevalência de insegurança alimentar. Destaca-se a importância de um olhar cuidadoso sobre esses alunos e a implementação e manutenção das políticas públicas voltadas para esse público.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional|Estudantes|Ensino Superior

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Insegurança alimentar e sua associação com o estado nutricional de crianças menores de cinco anos que vivem em situação de vulnerabilidade social no município de Maceió, Nordeste do Brasil

Luiz Gonzaga Ribeiro Silva Neto¹; Isnara Barbosa Cavalcante Ribeiro²; Wadson Rodrigues Gonçalves²; Thays Lane Ferreira dos Santos²; Jonatan Christian de Lima Santos Queiroz³; Telma Maria Menezes de Toledo Florêncio².

1. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil; 3. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar (IA) ainda se constitui como um problema de saúde pública que atinge muitos grupos populacionais, principalmente os que vivem em situação de vulnerabilidade social. A elevada prevalência de IA, atrelada aos principais problemas discutidos atualmente, como a fome, e o aumento do desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), além da má nutrição, excesso de peso, desperta atenção. Desta forma, o objetivo do presente trabalho foi avaliar a associação entre a presença de IA, em seus diferentes níveis, com o estado nutricional de crianças menores de cinco anos que vivem em situação de vulnerabilidade social no município de Maceió, Nordeste do Brasil.

MÉTODOS

Estudo transversal, realizado entre outubro de 2020 e maio de 2021, envolvendo amostra probabilística, em 40 aglomerados subnormais, distribuídos proporcionalmente em sete das oito regiões administrativas de Maceió. Foram selecionadas crianças, com idade entre 6 e 59 meses. Foi aplicado um questionário estruturado contendo informações socioeconômicas. Adicionalmente, foi aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, e realizada avaliação do estado nutricional, por meio da aferição de peso e estatura, para posterior cálculo dos Peso para Estatura (P/E). A avaliação da associação foi realizada por meio de regressão logística multinomial, entre o P/E e a IA. Como variáveis de ajuste foi utilizado: anos de escolaridade materna, ocupação materna, renda *per capita* e ser beneficiário do Programa Bolsa Família (PBF). Foi considerado um nível de significância de 5%. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (CAAE 57829016.9.1001.5013).

RESULTADOS

Foram avaliadas 649 crianças, a maioria era do sexo masculino (54,7%), tinha mais de 24 meses vida (69,5%) e era beneficiária do PBF (67,0%). Chamou atenção que 47,0% viviam abaixo da linha da pobreza, e 77,7% estão em situação de IA. Com relação ao estado nutricional, foi identificada uma baixa prevalência de baixo peso (3,2%), em contrapartida, foi identificada uma elevada prevalência de excesso de peso (19,2%). Na análise de associação foi observado que as crianças que estão em IA moderada apresentam uma maior probabilidade de terem baixo peso (OR = 3,87, IC95%: 3,87; 3,88).

CONCLUSÃO

A elevada prevalência de IA, associada a elevada proporção de crianças que vivem abaixo da linha da pobreza desperta atenção. Mesmo a presença de IA não se associando com o excesso de peso, a prevalência desta condição alerta para a situação crítica encontrada, fazendo com que essa população esteja mais exposta ao desenvolvimento de DCNT. A associação identificada entre a IA moderada e o baixo peso demonstra que, *a priori*, para reverter esse extremo antropométrico é necessário retirar as crianças da condição de IA, situação que, provavelmente, também vai refletir positivamente no excesso de peso identificado.

Palavras-chave: Infância|Direito humano à alimentação adequada|Pobreza

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Insegurança alimentar e sua associação com o estado nutricional de mulheres adultas em idade reprodutiva que vivem em situação de vulnerabilidade social no município de Maceió, Nordeste do Brasil

Thays Lane Ferreira dos Santos¹; Luiz Gonzaga Ribeiro Silva Neto²; Jonatan Christian de Lima Santos Queiroz³; Telma Maria Menezes de Toledo Florêncio¹; Wadson Rodrigues Gonçalves¹; Isnara Barbosa Cavalcante Ribeiro¹.

1. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil; 2. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 3. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Insegurança Alimentar (IA) surge a partir da violação do direito ao acesso regular e permanente a alimentos em qualidade e quantidade, sem o comprometimento de outras necessidades essenciais. Apesar dos esforços contínuos para minimização da prevalência de IA por meio de estratégias e políticas públicas, esta condição ainda se configura como um importante problema de saúde pública, afetando milhões de pessoas, principalmente em países subdesenvolvidos, como é o caso do Brasil, situação que acaba impactando no estado nutricional da população. Nesse contexto, o presente trabalho objetivou avaliar a associação entre a presença de IA, em seus diferentes níveis, com o estado nutricional de mulher adultas em idade reprodutiva que vivem em situação de vulnerabilidade social no município de Maceió, Nordeste do Brasil.

MÉTODOS

Estudo transversal, realizado entre outubro de 2020 e maio de 2021, envolvendo amostra probabilística, em 40 aglomerados subnormais, distribuídos proporcionalmente em sete das oito regiões administrativas de Maceió. Foram selecionadas mulheres adultas em idade reprodutiva, 20-45 anos. Foi aplicado um questionário estruturado contendo informações socioeconômicas. Adicionalmente, foi aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, e realizada avaliação do estado nutricional, por meio da aferição de peso e altura, para posterior cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC). A avaliação da associação foi realizada por meio de regressão logística multinomial, entre o IMC e a IA. Como variáveis de ajuste foi utilizado: anos de escolaridade, ocupação, renda *per capita* e ser beneficiário do Programa Bolsa Família (PBF). Foi considerado um nível de significância de 5%. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (CAAE 57829016.9.1001.5013).

RESULTADOS

Foram avaliadas 649 mulheres. A maioria era beneficiária do programa bolsa família (67,0%), e 47,0% vive abaixo da linha da pobreza, sendo que 21,0% vive em situação de extrema pobreza. No que se refere a IA, a prevalência foi de 77,7%, sendo que 18,2% apresentam a sua forma grave. Para o estado nutricional, 63,3% apresentavam excesso de peso, sendo que 30,5% eram obesas. Na associação, foi observado que IA moderada se constitui como fator de risco para o baixo peso (OR=9,42, IC95%: 9,42; 9,42), também sendo identificado que a IA leve (OR=1,94, IC95%: 1,11; 3,38) e IA grave (OR=2,23, IC95%: 1,11; 4,49) constituem-se como fatores de risco para obesidade no grupo estudado.

CONCLUSÃO

Foi observado que a IA, assim como o excesso de peso e a obesidade, apresenta elevada prevalência na população estudada. Também foi possível identificar que a IA atua como fator de risco para os extremos antropométricos em mulheres adultas em idade reprodutiva que vivem em situação de vulnerabilidade social, situação que desperta atenção, demonstrando a necessidade de intervenções com intuito de modificar esse cenário.

Palavras-chave: Fatores socioeconômicos|Direito humano à alimentação adequada|Pobreza

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

INSEGURANÇA ALIMENTAR E VARIÁVEIS ASSOCIADAS EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Victória Silva Soares de Araújo¹; Patrícia Gomes de Lemos Fagundes de Carvalho²; Aline Gomes de Mello de Oliveira¹; Avany Fernandes Pereira¹; Thadia Turon Costa da Silva¹; Tais de Souza Lopes¹.

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 2. Centro Universitário Cbm-Unicbe, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

Há evidências de que o isolamento social na pandemia de COVID 19 gerou impactos negativos na condição econômica dos estudantes promovendo redução ao acesso de alimentos saudáveis e adequados e desencadeando o agravamento da insegurança alimentar nos domicílios.

OBJETIVO

Avaliar o grau de insegurança alimentar (InSAN) e fatores associados em universitários durante a pandemia de COVID-19.

MÉTODOS

Trata-se de estudo transversal com estudantes de uma universidade pública do Rio de Janeiro. Os dados foram coletados em questionário autopreenchido, estruturado com informações sociodemográficas, econômicas, autopercepção de condição de saúde e InSAN por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), por meio da plataforma Formulários Google, entre julho e dezembro de 2020. Os participantes foram recrutados pela divulgação em mídias digitais oficiais, redes sociais e sistema oficial de divulgação da Universidade. Para a presente análise, a InSAN foi recategorizada em segurança alimentar (SA) mais insegurança alimentar leve (IAL) (SA+IAL) e, insegurança alimentar moderada (IAM) mais insegurança alimentar grave (IAG) (IAM+IAG). As proporções dos universitários nos diferentes graus de InSAN segundo as variáveis sexo, faixa etária, cor, estado conjugal, renda per capita, centro, redução de renda, se o indivíduo era o chefe da família, se recebia benefício do governo, bolsa da universidade e sobre autopercepção de saúde geral foi comparada por meio do teste do qui-quadrado de Pearson ($p < 0,05$).

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 2805 universitários, de ambos os sexos, de 18 a 59 anos de idade. A maioria dos estudantes estava em SA (52%), enquanto que a IAL, IAM e IAG foi relatada por 32%, 10% e 6%, dos universitários, respectivamente. A maioria dos estudantes referiu cor de pele branca (56%), viver sem companheiro (90%), ter tido

redução da renda familiar durante a pandemia (58%), não ser chefe da família (89%), não receber auxílio governamental (66%) nem bolsa da universidade (72%), ter renda familiar per capita entre R\$653,00 e R\$1219,00 e ter o estado de saúde como excelente, muito bom ou bom (69%). Frequência mais elevada de IAM e IAG foi observada nos universitários com menor renda familiar per capita ($p<0,001$), naqueles que relataram ter tido redução de renda na pandemia ($p<0,001$), que eram chefe de família ($p<0,001$), recebiam bolsa da universidade ($p<0,001$) e relataram condição de saúde regular ou ruim ($p<0,001$).

CONCLUSÃO

Universitários em insegurança alimentar moderada e grave apresentaram pior condição socioeconômica e saúde, revelando que a pandemia impactou ainda mais aqueles que já eram mais vulnerabilizados. Políticas estudantis para universitários mais vulnerabilizados são ainda mais importantes no contexto da pandemia.

Palavras-chave: insegurança alimentar|pandemia|universitários

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Insegurança alimentar na primeira infância: estudo da prevalência em domicílios com crianças de 0 a 3 anos em município no sul de Minas Gerais

Camila Maciente Souza¹; Bianca Araújo Milbratz¹; Ana Clara da Cruz Della Torre¹; Laudicéia Ferreira Fróis¹; Ana Paula Poblacion da Fonseca²; Maysa Helena de Aguiar Toloni¹.

1. Universidade Federal de Lavras, Lavras - MG - Brasil; 2. Pediatric Nutritionist/Dietitian Research Scientist At Children'S Healthwatchboston Medical Center, Boston - Estados Unidos da America.

INTRODUÇÃO

O aumento na prevalência de insegurança alimentar (IA), que consiste na falta de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente para uma vida saudável. Concomitantemente, verificou-se o aumento na prevalência da dupla carga de má nutrição, que inclui a desnutrição e o excesso de peso. A desnutrição é um fator de risco que pode provocar crescimento e desenvolvimento inadequados na primeira infância. Já a obesidade está associada a um pior rendimento escolar, que por sua vez está relacionado à dificuldade de inserção no mercado de trabalho na idade adulta. O presente estudo teve o objetivo de identificar a prevalência da IA em domicílios com crianças de 0 a 3 anos.

MÉTODOS

Este é um estudo transversal e quantitativo com crianças entre zero e três anos acompanhadas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) e em visitas domiciliares no município de Lavras – MG no período de fevereiro a maio de 2022. O estudo é parte integrante do Projeto de Pesquisa Caderneta de Saúde da Criança: Implicações Sobre a Segurança Alimentar e Nutricional na Primeira Infância, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Lavras sob o parecer CAAE: 43815221.2.0000.5148. Foram obtidas informações a partir da aplicação da TRIA (Triagem para Risco de Insegurança Alimentar), tela de duas questões que possui alta especificidade na avaliação da condição de insegurança alimentar moderada ou grave do indivíduo ou de todos os moradores do domicílio. O software EPIINFO, versão 7.2, foi utilizado para a criação do banco de dados. Para os testes estatísticos foi utilizado o programa Statistical Package for the Social Science (SPSS), versão 20.0. Aplicou-se o teste de Shapiro-Wilk para avaliar a normalidade, conduzindo análises descritivas.

RESULTADOS

Foram avaliadas 168 famílias que possuem em seu núcleo familiar crianças de 0 a 3 anos, destas famílias obtivemos o n= 169 crianças. A mediana de idade foi de 15 meses. Nas respostas das questões da TRIA, podemos observar que 31,1% das famílias responderam SIM para a questão “Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que você tivesse dinheiro para comprar mais comida?” e 68,9% responderam NÃO, para a segunda

questão da TRIA, “Nos últimos três meses, você comeu apenas alguns alimentos que ainda tinha, por que o dinheiro acabou?”, 33,3% das famílias responderam SIM e 66,7% responderam NÃO. Em 64,1% das famílias observamos a resposta afirmativa para as duas questões da TRIA.

CONCLUSÃO

Ao afirmar duas questões na TRIA, o núcleo familiar pode estar em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, possivelmente indicando que existe comprometimento da qualidade e da quantidade da alimentação no domicílio não só entre os adultos, mas também entre as crianças. Mais da metade das famílias respondeu afirmativamente às duas questões, relatando que o município permanece em prevalência de domicílios em insegurança alimentar.

Palavras-chave: Segurança Alimentar|Insegurança Alimentar|Saúde da Criança

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Instrumentos de triagem nutricional para idosos com COVID-19: uma revisão sistemática

David Franciole de Oliveira Silva¹; Severina Carla V. C. Lima¹; Karine Cavalcanti Mauricio Sena-Evangelista¹; Dirce Maria Marchioni²; Ricardo Ney Cobucci¹; Fábila Barbosa de Andrade¹.

1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Ufrn), Natal - RN - Brasil; 2. Universidade de São Paulo (Usp), São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) está associada a alto risco de desnutrição, principalmente em pessoas idosas; avaliar o risco nutricional usando instrumentos de triagem adequados é fundamental. Neste sentido, o objetivo desta revisão sistemática foi identificar os instrumentos aplicáveis a idosos com COVID-19 e avaliar suas propriedades de medida.

MÉTODOS

Revisão sistemática elaborada segundo as recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA). O protocolo da revisão foi registrado no PROSPERO (CRD42020186866). Foram considerados elegíveis estudos observacionais, ensaios clínicos, estudos comparativos ou estudos de validação que usaram instrumentos de triagem nutricional para identificar o risco nutricional em pessoas com mais de 65 anos de idade com COVID-19. Artigos de revisão foram excluídos. A literatura foi pesquisada nas bases de dados MEDLINE, Embase e LILACS utilizando combinação dos seguintes descritores e sinônimos: *nutritional risk*, *nutritional screening*, *nutritional assessment*, *Geriatric Nutrition Risk Index*, *Mini Nutritional Assessment*, *Subjective Global Assessment*, *Nutritional Risk Screening tool 2002*, *Malnutrition Universal Screening Tool*, *Nutritional Risk Index*, *Nutrition Risk in Critically Ill score* e COVID-19. Dois pesquisadores de forma independente realizaram a triagem dos estudos. Foi realizada análise descritiva e síntese narrativa comparando as mesmas propriedades entre os diferentes instrumentos de triagem de risco nutricional.

RESULTADOS

Quatro estudos conduzidos na China atenderam aos critérios de elegibilidade. O tamanho amostral entre os estudos variou de seis a 182, e as idades dos participantes de 65 a 87 anos. Sete instrumentos de triagem e avaliação nutricional foram usados: o *Nutritional Risk Screening 2002* (NRS-2002), a *Mini Avaliação Nutricional* (MNA), a forma abreviada do MNA (MNA-sf), o *Malnutrition Universal Screening Tool* (MUST), *the Nutritional Risk Index* (NRI), *the*

Geriatric NRI (GNRI) e escore Nutrition Risk in the Critically ill (mNUTRIC) modificado. O risco nutricional foi identificado em 27,5% a 100% dos participantes. O NRS-2002, MNA, MNA-sf, NRI e MUST demonstraram elevada sensibilidade; o MUST teve melhor especificidade. O MNA e o MUST demonstraram melhor validade de critério. O MNA-sf demonstrou melhor validade preditiva para falta de apetite e perda de peso; o NRS-2002 demonstrou melhor validade preditiva para hospitalização prolongada. O escore mNUTRIC demonstrou boa validade preditiva para mortalidade hospitalar.

CONCLUSÃO

A maioria dos instrumentos apresentou elevada sensibilidade para identificar risco nutricional, mas nenhum é reconhecido como o melhor para rastreamento nutricional em idosos com COVID-19. Neste sentido, e, considerando praticidade, baixo custo e boa capacidade de prever desfechos clínicos, os instrumentos podem contribuir para o diagnóstico precoce de idosos com COVID-19 com maior risco nutricional.

Palavras-chave: Triagem nutricional|Risco nutricional|Desnutrição|Idoso|COVID-19

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Intervenções de educação alimentar e nutricional na gestação

Jamille de Lima Santos¹; Paloma Katlheen Moura Melo²; Cristiane Souto Almeida³;
Laura Camila Pereira Liberalino⁴.

1. Unp, Mossoró - RN - Brasil; 2. Uern, Mossoró - RN - Brasil; 3. Estácio, Fortaleza - RN - Brasil; 4. Ufrn, Natal - RN - Brasil.

INTRODUÇÃO

As modificações implícitas nas causas da desnutrição e da obesidade no Brasil apontam para a necessidade da revisão de prioridades e estratégias de intervenção de saúde pública brasileira no campo da nutrição e, especificamente, na situação nutricional das gestantes. Tem-se observado um aumento da prevalência da obesidade também em mulheres em idade reprodutiva e um aumento do ganho de peso na gestação. Tendo em vista que a saúde do recém-nascido é determinada por diversos fatores, e que o pré-natal constitui uma excelente oportunidade para orientar as gestantes sobre os hábitos alimentares, como alternativa primordial para diminuir os riscos de agravos à saúde e melhorar o perfil nutricional e metabólico, é bem plausível a necessidade de realizar estudos e intervenções nesse ciclo da vida. O estudo objetiva conhecer a percepção das gestantes atendidas na Atenção Primária à Saúde sobre aspectos da alimentação e nutrição na saúde materna e infantil e avaliar o efeito de intervenções de Educação Alimentar e Nutricional.

MÉTODOS

Estudo exploratório e descritivo, de natureza qualitativa, constituído por 08 gestantes no PréNatal da Unidade Básica de Saúde Abengruta II, no município de Aracati/CE, acompanhadas no período de agosto a outubro de 2019. Foram executadas 4 etapas: 1) entrevista com as participantes; 2) aplicação do grupo focal inicial; 3) intervenção educativa/oficinas temáticas e 4) realização do grupo focal final. Utilizou-se a técnica qualitativa Análise do Discurso. O estudo atendeu às considerações éticas propostas pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o Parecer n.º 3.178.315.

RESULTADOS

Observou-se que a maioria encontrava-se na faixa etária de 32 a 39 anos, possuía o ensino médio completo e renda de até 1 salário mínimo. Além disso, verificou-se que todas eram casadas ou moravam com o companheiro, mais da metade estava no segundo trimestre gestacional, aproximadamente 62,5% iniciaram a gestação com sobrepeso ou obesidade e, no momento da entrevista, 87,5% foram classificadas com sobrepeso ou obesidade.

CONCLUSÃO

Nas oficinas, as gestantes consolidaram o conhecimento e sentiram-se mais seguras em aderir às orientações nutricionais. A maioria possuía conhecimento prévio sobre alimentação e nutrição e as oficinas pareceram estimular a adoção de hábitos alimentares saudáveis. Portanto, acredita-se que o estudo poderá incentivar e sensibilizar gestores de políticas públicas e profissionais de diversas áreas sobre a importância das ações de Educação Alimentar e Nutricional, enquanto estratégia imprescindível no enfrentamento de novos desafios no cenário da Saúde Coletiva.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional|Saúde Materno-Infanti|Estratégia Saúde da Família.

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Maior consumo de alimentos in natura e minimamente processados por adultos em Fortaleza, Brasil

Raquel Alves Ferreira¹; Valéria Cristina Nogueira²; Samuel Moura Araújo¹; Maria Izabel Florindo Guedes¹; Valzimeire do Nascimento de Oliveira¹.

1. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil; 2. Instituto Federal do Ceará, Ubajara - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

As Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT's) são um dos maiores problemas de saúde pública do Brasil e estudos epidemiológicos têm mostrado possíveis relações entre alimentos e DCNT's. O consumo elevado dos alimentos ultraprocessados, que são constituídos por ingredientes submetidos a diversos processos industriais, além do acréscimo de aditivos para conservar e intensificar a palatabilidade, pode estar associado com as DCNT's, com o maior risco de sobrepeso/obesidade e com o maior risco de mortalidade. O objetivo deste estudo foi avaliar o consumo de alimentos ultraprocessados e fatores associados em indivíduos adultos.

MÉTODOS

101 alunos e servidores das Universidades Federal do Ceará (UFC) e Estadual do Ceará (UECE) foram analisados neste estudo transversal, durante o ano de 2016 a 2021. A coleta do estilo de vida (frequência de atividade física) foi realizada utilizando um formulário semiestruturado. A avaliação do consumo alimentar utilizou a aplicação de um recordatório alimentar 24h, em duplicata. Todos os alimentos consumidos foram identificados quanto ao nível de processamento, seguindo a classificação NOVA, sendo agrupados em quatro grupos: alimentos in natura ou minimamente processados (grupo 1), ingredientes culinários processados (grupo 2), alimentos processados (grupo 3) e alimentos ultraprocessados (grupo 4). O estado nutricional foi avaliado através do Índice de Massa Corpórea (IMC) e da relação cintura-quadril, sendo classificados segundo as recomendações da WHO (2000, 2008). As análises estatísticas foram realizadas no software R versão 4.0.3. Os dados foram expressos como frequências, percentuais, medidas de tendência central, dispersão e foram considerados significativos com valores de p abaixo de 0,05.

RESULTADOS

A amostra foi predominantemente do sexo feminino (75,2%). A maior parte dos indivíduos encontra-se com IMC de eutrofia (68,3%) e sem risco substancialmente aumentado de complicação metabólica. A ingestão total de energia diária dos participantes foi de 2247,2 (\pm 746,2) Kcal, sendo a maior contribuição calórica de 48,9% dos alimentos in natura e minimamente processados. Os alimentos que mais contribuíram energeticamente do grupo dos alimentos ultraprocessados foram: margarina, embutidos, produtos lácteos ultraprocessados, refrigerantes, guloseimas e biscoitos. Este estudo

evidenciou um consumo maior de alimentos in natura ou minimamente processados e um consumo moderado de alimentos ultraprocessados nos indivíduos adultos, sem associação significativa com relação ao estilo de vida e estado nutricional.

CONCLUSÃO

Mais pesquisas com esse objetivo devem ser desenvolvidas para incentivar a adoção de melhores estratégias de educação alimentar e nutricional com a finalidade de reduzir o consumo de alimentos ultraprocessados e aumentar a ingestão de alimentos in natura ou minimamente processados.

Palavras-chave: Processamento de alimentos|Adulto|Estado nutricional|Consumo de alimentos|Alimentos industrializados

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Manejo da obesidade no Sistema Único de Saúde: prontidão de mudança de usuários para participação em abordagem coletiva

Mariana Souza Lopes¹; Patrícia Pinheiro de Freitas²; Camila Kümmel Duarte¹; Aline Cristine Souza Lopes¹.

1. Universidade Federal de Minas Gerais (Ufmg), Belo Horizonte - MG - Brasil; 2. Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Ouro Preto - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

A natureza multifatorial da obesidade e a demanda por ações de cuidado integral torna seu manejo complexo. Diante disto, o Brasil tem investido na qualificação dos profissionais de saúde, incluindo a proposição de materiais de apoio. Entre esses o “Instrutivo de Abordagem Coletiva para Manejo da Obesidade no SUS”, que propõe estratégia de cuidado a partir da estratificação dos usuários conforme a prontidão de mudança para redução do peso e a gravidade da condição. O objetivo deste trabalho foi identificar a elegibilidade de usuários do Programa Academia da Saúde (PAS) de Belo Horizonte-MG para participação em intervenção nutricional coletiva para redução do peso.

MÉTODOS

Estudo transversal realizado com dados preliminares da etapa de Triagem de Ensaio Comunitário Controlado Randomizado (ECCR) conduzido em amostra representativa unidades do PAS de Belo Horizonte. Foram entrevistados usuário, ≥ 20 anos, frequentes no PAS. Investigou-se: tempo e interesse para participar de grupos; morbidade referida; estágios de mudança e autoeficácia segundo o Modelo Transteórico para redução do peso; peso e altura. Os usuários foram categorizados em: não elegíveis (sem obesidade); elegíveis para participação no Grupo Motivacional (GM) [com obesidade, mas sem disponibilidade para grupos e/ou sem prontidão de mudança para redução do peso (estágios de mudança de pré-contemplação, contemplação, preparação e baixa autoeficácia)]; Elegíveis para Grupo Terapêutico 1 (GT1) [com obesidade e sem indicação de cirurgia bariátrica, com disponibilidade para grupos, e sem prontidão de mudança do peso (estágios de mudança de “preparação com alta autoeficácia”, “ação” ou “manutenção”)]; Elegíveis para Grupo Terapêutico 2 (GT2) [com indicação de cirurgia bariátrica, disponibilidade para grupos e com prontidão de mudança para redução do peso (estágios de mudança de “preparação com alta autoeficácia”, “ação” ou “manutenção”)]. Foi considerado com indicação de cirurgia bariátrica, o usuário com diabetes ou com pelo menos duas outras comorbidades. CAAE: 42654421.1.0000.5149; 42654421.1.3001.5140; 36395320.7.3001.5140; 36395320.7.0000.5149.

RESULTADOS

Dados de 1.309 entrevistados, sendo 30% (n=392) com obesidade. Desses, 89,5% possuíam disponibilidade para participar de grupos. Um total de 91,3% relatou pretender perder peso nos próximos 6 meses, 37,7% já realizavam mudanças visando perda de menos peso nos últimos 6 meses (ação) e 33,8% há mais de 6 meses (manutenção). Quanto a elegibilidade para os grupos, identificou-se que 75,6% (n=986) eram elegíveis para participação do GM, 24,4% (n=319) para os grupos terapêuticos, sendo 9,73% para o GT1 e 90,3% para o GT2.

CONCLUSÃO

Os resultados revelam a importância de avaliar a prontidão de mudança visando ampliar a efetividade das intervenções nutricionais voltadas para controle do peso, bem como sobre a importância de motivar aqueles com obesidade grave e sem prontidão de mudança previamente ao tratamento.

Palavras-chave: Obesidade|Obesidade Mórbida|Serviços de Saúde|Atenção Primária à Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Manejo da obesidade no Sistema Único de Saúde: prontidão para a mudança, autoeficácia e equilíbrio de decisões de usuários com obesidade de serviço público de promoção da saúde

Patrícia Pinheiro de Freitas¹; Mariana Souza Lopes²; Thanise Sabrina Souza Santos¹; Maria Natacha Toral Bertolin³; Camila Kümmler Duarte¹; Aline Cristine Souza Lopes¹.

1. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG - Brasil; 2. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB - Brasil; 3. Universidade de Brasília, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade é um problema de saúde pública mundial e a sua natureza multifatorial torna o seu manejo um desafio. Nesse sentido, o Ministério da Saúde tem investido na proposição de materiais baseados em evidências científicas e acessíveis aos profissionais de saúde, como o “Instrutivo de Abordagem Coletiva para Manejo da Obesidade no SUS” que propõe a oferta do cuidado a partir de características da pessoa com obesidade, dentre elas a prontidão de mudança para redução do peso corporal, segundo o Modelo Transteórico (MT). O objetivo deste trabalho foi avaliar os pilares mensuráveis do MT para redução do peso corporal entre usuários com obesidade do Programa Academia da Saúde (PAS) de Belo Horizonte, Minas Gerais.

MÉTODOS

Estudo transversal realizado de abril a junho de 2022, com dados da etapa de Triagem de Ensaio Comunitário Controlado Randomizado (ECCR), conduzido em amostra de unidades do PAS. Foram entrevistados todos os usuários frequentes nas unidades com idade >20 anos, com avaliação dos estágios de mudança, classificando-os em pré-contemplação (não estavam prontos para reduzir peso nos próximos seis meses), contemplação (não pretendiam reduzir peso nos próximos 30 dias), preparação (pretendiam realizar mudanças visando reduzir o peso nos próximos 30 dias), ação (realizaram mudanças há menos de 6 meses) e manutenção (realizaram mudanças há mais de 6 meses), além da autoeficácia (confiança para mudar diante a situações específicas). Foi utilizado o “Instrumento de estratificação de grupos para manejo da obesidade”, proposto no referido Instrutivo. O equilíbrio de decisões foi avaliado pela concordância (usando escala Likert) do usuário à oito afirmativas sobre barreiras e benefícios para redução do peso. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 42654421.1.0000.5149; 42654421.1.3001.5140; 36395320.7.3001.5140; 36395320.7.0000.5149).

RESULTADOS

Dos 392 entrevistados com obesidade, 5,9% estavam em pré-contemplação, 5,4% em contemplação e 17,2% em preparação. A maioria já realizou mudança de comportamento visando a redução do peso (37,7% em ação e 33,8% em manutenção) e 68,8% possuía

autoeficácia elevada. A análise do equilíbrio de decisões mostrou que 64,9% considerou muito importante planejar com mais atenção a compra e/ou o preparo dos alimentos para contribuir na redução de peso; e 32% relatou que é muito preocupante ser desestimulado pelos familiares e/ou amigos ao iniciar uma nova tentativa de redução de peso.

CONCLUSÃO

A maior parte dos usuários com obesidade que frequentava o serviço de promoção da saúde possuía prontidão de mudança para redução do peso corporal, tendo já realizado mudanças, além de possuírem elevada autoeficácia e reconhecerem os benefícios. Para este público, as estratégias de intervenção devem ser práticas para auxiliar em sua rotina, fortaleçam o apoio social e previnam recaídas. Estratégias motivacionais podem favorecer aqueles que ainda apresentam dificuldades para realizar mudanças.

Palavras-chave: Obesidade|Serviços de Saúde|Atenção Primária à Saúde|Modelo Transteórico|Mudança de comportamento

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Manejo da obesidade no Sistema Único de Saúde: validação de questionário para avaliação de autoeficácia para redução do peso corporal

Thanise Sabrina Souza Santos¹; Patrícia Constante Jaime²; Maria Natacha Toral Bertolin³; Aline Cristine Souza Lopes¹.

1. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG - Brasil; 2. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 3. Universidade de Brasília, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

Entre 2006 e 2020, a prevalência de obesidade aumentou de 11,8% para 21,5% entre os adultos brasileiros, sugerindo pouca resolutividade do cuidado. Nesse sentido, abordagens de mudança de comportamento têm sido propostas como estratégias promissoras para o manejo da obesidade, incluindo a autoeficácia, ou seja, a confiança do indivíduo para mudar e manter a mudança ao longo do tempo. No entanto, inexistente instrumento validado e aplicável ao Sistema Único de Saúde (SUS). Este estudo objetivou validar um questionário de avaliação da autoeficácia para redução do peso corporal e seus critérios para fluxo do cuidado da pessoa com obesidade.

MÉTODOS

Realizou-se tradução e adaptação transcultural de questionário, originalmente em Inglês, para o Português e uso no SUS, adotando-se abordagem sequencial. O questionário original continha quatro itens com onze opções de resposta cada. Foram convidados especialistas e profissionais da Atenção Primária à Saúde para responderem formulários *online* para avaliação do questionário. Foram calculadas medidas do conteúdo dos quatro itens do questionário original e a concordância entre especialistas. A clareza na escrita dos itens foi avaliada por profissionais de saúde. Na sequência, indivíduos com obesidade responderam a formulário *online*, incluindo: itens para avaliação da autoeficácia, estágios de mudança, informações sociodemográficas e estado nutricional. A similaridade entre autoeficácia e os agrupamentos dos estágios de mudança (pré-ação, decisão e ação) foi avaliada por análise de correspondência bivariada. A validação de critério para uso no fluxo de cuidado da pessoa com obesidade no SUS foi realizada por análise de sensibilidade. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 12785719.9.0000.5421; 38461120.6.0000.5149).

RESULTADOS

Mais da metade dos especialistas indicou a relevância dos itens, sugerindo a exclusão de um item e alteração das opções de resposta. Dessa forma, o questionário incluiu três itens com cinco opções de resposta cada ('nada confiante', 'pouco confiante', 'moderadamente confiante', 'muito confiante' e 'completamente confiante'). Os itens foram alterados para

uma escrita mais clara e adequada, por exemplo, em relação aos termos de difícil compreensão e duplicidade de palavras. Indivíduos com obesidade e elevada autoeficácia tenderam a estar em ação, enquanto que aqueles com obesidade e baixa autoeficácia tenderam a estar em decisão. Os itens apresentaram alta especificidade para identificar usuários em pré-ação não confiantes para a mudança que visem à redução do peso corporal.

CONCLUSÃO

A disponibilidade de um instrumento válido para avaliar a autoeficácia do indivíduo para a redução do peso pode contribuir para qualificar o manejo da obesidade no SUS. Dessa forma, sugere-se a aplicação do questionário de autoeficácia em apoio ao algoritmo de estágios de mudança para organizar o fluxo de cuidado da pessoa com obesidade no SUS e ofertar um cuidado mais resolutivo.

Palavras-chave: autoeficácia|redução de peso|sistema único de saúde|inquéritos e questionários|estudo de validação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Manejo da obesidade no SUS: adesão a uma intervenção nutricional coletiva

Thanise Sabrina Souza Santos; Angélica Ribeiro e Silva; Camila Kummel Duarte; Aline Cristine Souza Lopes.

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

Entre 2006 e 2020, a prevalência de obesidade aumentou de 11,8% para 21,5% entre os adultos brasileiros. O Ministério da Saúde tem investido na produção de materiais para qualificação dos profissionais para o manejo da obesidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, foi publicado o “Instrutivo de Abordagem Coletiva para Manejo da Obesidade” que apresenta uma Estratégia para nortear o cuidado coletivo e individual no SUS. No entanto, inexistem evidências sobre os resultados das atividades coletivas propostas. Diante disso, este estudo objetivou apresentar dados preliminares da adesão a uma intervenção nutricional coletiva para o manejo da obesidade entre usuários de serviço de promoção da saúde do SUS.

MÉTODOS

Ensaio Comunitário Controlado Randomizado conduzido em amostra de unidades do Programa Academia da Saúde (PAS) de Belo Horizonte-MG. Das 27 unidades amostradas para o grupo intervenção, foram analisadas nove por já terem iniciado as atividades coletivas. As atividades presenciais e não presenciais desenvolvidas incluíram o desenvolvimento de oficinas, e envio de cartão postal e mensagem por aplicativo, respectivamente. Foram elegíveis para os grupos: usuários com idade ≥ 20 anos, não gestantes, com obesidade (Índice de Massa Corporal ≥ 30 kg/m²), com prontidão para mudança do peso corporal e com interesse e disponibilidade para participar de grupos. Esses usuários foram alocados em dois grupos de intervenção: Grupo Terapêutico 1 (GT1) - não apresentavam critérios para realização de cirurgia bariátrica e GT2 – apresentavam esses critérios. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 42654421.1.0000.5149; 42654421.1.3001.5140; 36395320.7.3001.5140; 36395320.7.0000.5149).

RESULTADOS

Dos usuários que participaram da intervenção entre maio a julho de 2022 (n=158), 56 eram do GT1 e 102 do GT2. Foram realizadas uma mediana de 5 (4-6) atividades, sendo 3 (3-4) presenciais e 2 (1-2) não presenciais. A mediana de usuários por grupo foi de 10 (8-13), sendo a mediana de adesão aos encontros de 71,4% (58,3%-77,5%).

CONCLUSÃO

Foi elevada (mais de 70%) a adesão dos participantes às atividades propostas, sugerindo que desenvolver intervenções no PAS, espaço que já frequentam, pode potencializar a adesão às abordagens coletivas. O vínculo que os usuários já construíram entre si, com o PAS e com os profissionais de Educação Física, bem como o uso de atividades não presenciais, como mensagens e cartões postais, podem também ter contribuído para a adesão observada. Destaca-se a importância do monitoramento da adesão a grupos visando identificar estratégias para promover a participação e, conseqüentemente, contribuir para a redução de peso dos participantes.

Palavras-chave: redução de peso|sistema único de saúde|estudos de intervenção|educação em saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Marcadores de Consumo Alimentar de gestantes acompanhadas na Atenção Primária à Saúde

Letícia Alves Corrêa Silva¹; Aline Beatriz de Jesus Costa²; Érika Soares de Oliveira Patriota³.

1. Escola Superior de Ciências da Saúde (Escs), Brasília - DF - Brasil; 2. Escola Superior de Ciências da Saúde (Escs), Brasília - DF - Brasil; 3. Ministério da Saúde (Ms), Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

O consumo alimentar é um dos fatores determinantes do estado de saúde, especialmente durante a gestação. Sendo assim, o objetivo do trabalho foi identificar o consumo de alimentos marcadores de padrões saudáveis e não saudáveis de gestantes acompanhadas na Atenção Primária à Saúde (APS).

MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa realizado a partir de dados secundários. As informações foram coletadas de fontes oficiais como o sistema e-SUS APS e disponibilizadas pela Diretoria Regional de Atenção Primária à Saúde (DIRAPS) a partir das fichas de Marcadores de Consumo Alimentar do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), referentes ao período de agosto a novembro de 2021. Foram incluídos no estudo os dados de gestantes acompanhadas em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do Distrito Federal (DF). A ficha de Marcadores de Consumo Alimentar propõe a avaliação de alimentos consumidos no dia anterior. O bloco de questões destinado aos adultos tem por objetivo identificar padrões de alimentação e comportamento saudáveis e não saudáveis, baseados no Guia Alimentar para a População Brasileira. Frutas, verduras e feijão são marcadores do consumo saudável; e não saudável o consumo de embutidos, bebidas adoçadas, macarrão instantâneo e biscoitos salgados, bem como o consumo de doces, guloseimas e biscoitos recheados. O questionário também avalia a quantidade de refeições realizadas ao longo do dia, bem como o hábito de se alimentar assistindo à televisão. A partir dos dados disponibilizados foi possível identificar o padrão alimentar das gestantes.

RESULTADOS

Foram analisadas as fichas de Marcadores de Consumo Alimentar de 12 gestantes, das quais, 88,33% relataram o hábito de realizar as refeições assistindo a TV, mexendo no computador e/ou celular. Quanto à frequência de refeições realizadas ao longo do dia, 66,67% das gestantes realizaram o café da manhã, 16,67% o lanche da manhã, 100% relataram o consumo de almoço, 33,33% de lanche da tarde, 91,97% realizaram o jantar e 16,67% a refeição da ceia. As prevalências dos alimentos marcadores do consumo saudável foram de 33,33% para o consumo de feijão, 41,47% de frutas frescas e 58,33% para o consumo de verduras e/ou legumes. Quanto ao consumo de alimentos marcadores

do consumo não saudável, foi encontrado que 66,67% consumiram hambúrguer e/ou embutidos, 50% bebidas adoçadas, 50% macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote ou biscoitos salgados e 58,33% consumiram biscoitos recheados, doces ou guloseimas.

CONCLUSÃO

A prevalência de consumo de marcadores não saudáveis mostrou-se alta em detrimento dos marcadores saudáveis. Faz-se necessário acompanhamento nutricional, visando a melhoria do perfil de consumo alimentar, sobretudo durante a gestação, período importante para intervenções objetivando melhorias à saúde materno-infantil, bem como reforçar a importância dos profissionais de saúde na assistência ao pré-natal.

Palavras-chave: Gestação|Padrões alimentares|Saúde materno-infantil|Unidade Básica de Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Medidas antropométricas na Atenção Primária à Saúde: Qualidade dos valores aferidos em capacitação dos profissionais de saúde

Jaine Fernandes de Aquino¹; Naiara Ferraz Moreira¹; Ursula Viana Bagni²; Lorrainy Ramires da Silva¹; Luana Solei Flores Canteiro¹; Rita de Cassia Bertolo Martins¹.

1. Universidade Federal da Grande Dourados (Ufgd), Dourados - MS - Brasil; 2. Universidade Federal Fluminense (Uff), Niterói - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O acompanhamento sistemático do estado nutricional da população é de extrema importância e a antropometria é o método mais conveniente para o monitoramento nutricional. O uso de técnicas e procedimentos padronizadas, recomendados pelo Ministério da Saúde, possibilitam a aferição das medidas antropométricas de forma adequada, minimizando erros na leitura ou no registro, reduzindo equívocos na classificação do estado nutricional. O objetivo deste estudo foi avaliar as mensurações aferidas em indivíduos menores e maiores de dois anos de idades, durante capacitação em antropometria dos profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde (APS).

MÉTODOS

Estudo descritivo e transversal realizado de abril a junho/2019 com profissionais de toda a rede de APS de Dourados-MS, em oficinas de capacitação em antropometria, *in loco*. As medidas antropométricas de peso (balanças plataforma digital e mecânica e balança pediátrica mecânica), comprimento (estadiômetro horizontal), estatura (estadiômetro vertical) e Circunferência da cintura-CC (fita antropométrica) foram aferidas em duplicata pelos profissionais, porém de modo não consecutivas. O nutricionista da equipe do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária teve a medida considerada como padrão. Utilizou-se o Erro Técnico de Medida (ETM) relativo interavaliador adaptado, de forma agrupada, segundo sexo e categorias profissionais. Foram considerados valores de ETM adequados aqueles menores ou iguais a 2,0%. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal da Grande Dourados (CAAE 78203517.0.0000.5160).

RESULTADOS

Participaram deste estudo 593 profissionais que atuavam em 33 Unidades da APS, dos quais 38,10% eram Agentes Comunitários de Saúde. Em todas as categorias profissionais, houve predomínio do sexo feminino. De acordo com os valores obtidos do ETM relativo das medidas antropométricas para indivíduos maiores de 2 anos de idade, foram consideradas adequadas as mensurações de peso em balança digital e de estatura (ETM relativo $\leq 2,0\%$), independente do sexo e categoria profissional. Na balança digital, a medida de peso apresentou melhor acurácia entre os médicos (0,25%), enquanto na estatura, obteve-se maior exatidão da medida aferidas pelos Auxiliares e/ou Técnicos de

enfermagem (0,37%). O peso aferido na balança plataforma mecânica teve valores de ETM relativo mais elevados, porém inaceitáveis (>2,0%) apenas para os profissionais de nível médio (2,73%). Na medida da CC e nas mensurações de peso e comprimento realizados em manequins anatômicos de bebês, os valores de ETM foram classificados como inaceitáveis (ETM relativo >2,0%).

CONCLUSÃO

Os profissionais demonstraram maior acurácia para medidas de peso (balança digital) e estatura em adultos, no entanto, não apresentaram aptidão para as medidas de peso e comprimento em crianças menores de 2 anos e CC em adultos.

Palavras-chave: Antropometria|Capacitação|Vigilância nutricional|Saúde Pública

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Memórias alimentares de funcionários públicos envelhecidos com diabetes mellitus tipo 2 e outras doenças crônicas não transmissíveis

Ida Oliveira de Almeida; Marcelo Eduardo Pfeiffer Castellanos; Lígia Amparo da Silva Santos.

Universidade Federal da Bahia, Salvador - BA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A alimentação é essencial à vida e subsistência de todas as pessoas, e tem uma utilidade básica e vital, além disso, é permeada por aspectos socioculturais (CANESQUI; DIEZ GARCIA, 2005). O comer contempla seleção, escolhas, ocasiões e rituais que estão interligados com a sociabilidade, ideias, significados, experiências e situações (CANESQUI; DIEZ GARCIA, 2005). No que tange a comida, contempla emoção, sentimentos e memórias (MACIEL, 2001).

É ao longo da vida que são formadas as memórias relacionadas à alimentação. Segundo Pollak (1992), as memórias se constituem por lugares, pessoas e acontecimentos. Desta forma, as memórias alimentares se compõem desses elementos e se entrelaçam com as práticas alimentares dos sujeitos. O objetivo desse estudo foi compreender os sentidos das memórias e das práticas alimentares de funcionários públicos envelhecidos com DCNTs para as práticas de cuidado em saúde.

METODOLOGIA

O percurso empreendido nesta investigação tratou de uma pesquisa com abordagem qualitativa/exploratória e utilizou o método história de vida. Vale ressaltar que este trabalho faz parte de uma dissertação de mestrado que está vinculada a um projeto maior intitulado “Complicações do diabetes tipo II no Estudo ELSA Brasil: desigualdades e vulnerabilidades em saúde” que está vinculado ao ELSA Brasil (UFBA). Os participantes da pesquisa foram funcionários públicos envelhecidos com diabetes mellitus tipo 2 e outras DCNTs. Os sujeitos do estudo foram selecionados de forma não probabilística e por conveniência, composta por um grupo de 20 funcionários envelhecidos da UFBA, do sexo feminino e masculino. Os participantes do estudo longitudinal de saúde do adulto foram convidados a participar do estudo, através de ligação e foram realizadas entrevistas *on-line* através da plataforma *Jitsi Meet*. As respostas foram gravadas em áudio e vídeo na plataforma utilizada e posteriormente foram transcritas pela entrevistadora.

Como é uma pesquisa que envolve seres humanos, foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, cujo número CAAE: 54339421.5.0000.5030.

RESULTADOS

Foi identificada que as memórias alimentares estão diretamente ligadas as histórias de vida; a comida como um marcador social; o comer na modernidade pautado em mudanças sociais e históricas ao longo dos últimos anos, foi ativada memórias de fome e consequentemente a insegurança alimentar e nutricional, a produção de alimentos para a subsistência, o destaque do papel feminino no que tange a alimentação, as proibições alimentares decorrentes do adoecimento crônico, ademais o comer na mesa e em família.

CONCLUSÕES

Este trabalho possibilita compreender as diferentes dimensões sociais e culturais que abrangem o comer, além disso, sobre a importância e a riqueza de levar em consideração as memórias alimentares na dimensão do cuidado em saúde, uma vez que histórias, narrativas e memórias são de suma importância e não se dissociam da vida dos sujeitos.

Palavras-chave: Alimentos, Dieta e Nutrição|Doenças não transmissíveis|Envelhecimento|Memória.

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Metodologia de monitoramento e avaliação em uma rede nacional de bancos de alimentos: contribuições à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional

Natalia Tenuta¹; René de Castro Lopo Neto²; Cláudia Márcia Ramos Roseno².

1. Instituto René Rachou - Fiocruz Minas (Irr/Fiocruz), Belo Horizonte - MG - Brasil; 2. Serviço Social do Comércio - Departamento Nacional, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

Instrumentos que permitam avaliar equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como os bancos de alimentos é fundamental para o aprimoramento das ações propostas por iniciativas como o Mesa Brasil Sesc (MBS). Considerando as causas básicas da Insegurança Alimentar e das Perdas e Desperdícios de Alimentos no Brasil, o MBS poderá qualificar sua atuação ao intervir em fatores que permitam potencializar os resultados para a contínua promoção da SAN e do Direito Humano à Alimentação Adequada. Neste sentido e considerando a escassez de avaliações de bancos de alimentos no país, o objetivo deste estudo foi propor uma metodologia de avaliação, além de desenvolver um instrumento que possibilite o diagnóstico situacional de processos para a qualificação continuada das ações e dos resultados planejados pela rede MBS.

MÉTODOS

Estudo avaliativo, de abordagem qualitativa, apoiando-se na metodologia de “Modelo de Maturidade de Capacidades”. A partir de um diagnóstico inicial do Programa MBS, extraiu-se práticas e processos do documento norteador da rede que constituíram a versão preliminar do instrumento de avaliação (matriz). Esta versão foi validada pelas 27 coordenações regionais MBS, pertencentes aos 26 estados e Distrito Federal, para verificação do entendimento e pertinência da matriz. O instrumento foi transcrito para um sistema eletrônico que permitirá a confiabilidade e segurança da aplicação, além da alimentação automática de um banco de dados unificado para a rede MBS. A aplicação pré-teste foi feita em 5 unidades MBS de 3 estados para validação prática e realização de ajustes na matriz eletrônica. Reuniões técnicas de nivelamento capacitaram as equipes das 93 unidades que compõem a rede nacional MBS para, futuramente, realizarem o autopreenchimento da matriz para diagnóstico de maturidade das unidades do Programa.

RESULTADOS

O processo de construção e validação da matriz foi colaborativo por contar com as 93 unidades que compõem da rede MBS. A matriz validada está organizada em 2 grandes eixos - norteador e transversal - e detalhada em processos, subprocessos e ações do Programa. A versão final contém 252 perguntas, com respostas Sim e Não, pontuadas em 1 e 0, respectivamente, que darão o diagnóstico de maturidade final de cada unidade MBS.

CONCLUSÃO

Todo o processo de elaboração compartilhada da matriz evidenciou a importância do consenso entre os atores para a construção de uma metodologia e de um instrumento avaliativo. O resultado da aplicação permitirá alcançar dados capazes de revelar o diagnóstico individual de cada unidade MBS e de pontos críticos que favorecerão o aprimoramento de processos da rede para a promoção contínua da SAN. Espera-se contribuir com a avaliação de bancos de alimentos brasileiros, uma vez que há uma importante lacuna desta temática na literatura nacional e internacional.

Palavras-chave: Avaliação|Segurança Alimentar e Nutricional|Banco de Alimentos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Monitoramento da promoção comercial de produtos destinados a lactentes e crianças de primeira infância em páginas eletrônicas no contexto da pandemia da Covid-19

Nayara dos Santos Ferreira¹; Jakeline Capelli de Almeida¹; Tatiana Bering¹; Rodrigo César de Oliveira Carvalho²; Gabriela Dalcin Durante¹; Jane Katia Vivas Taveira².

1. Universidade Federal de Mato Grosso (Ufimt), Cuiabá - MT - Brasil; 2. Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (Ses-Mt), Cuiabá - MT - Brasil.

INTRODUÇÃO

São diversos os fatores que competem com a amamentação, como o uso de fórmulas infantis, bicos, chupetas e mamadeiras. Visando promover, proteger e apoiar o aleitamento materno e regular a promoção comercial de produtos voltados à lactentes e crianças de 1ª Infância, foi criada a Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de 1ª Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL). No contexto da pandemia de Covid-19, cresceu a demanda por e-commerce, assim as estratégias de marketing ganharam espaço na internet com promoções comerciais infringindo a NBCAL. O objetivo deste estudo foi analisar infrações em páginas eletrônicas de empresas que comercializam produtos abrangidos pela NBCAL nos anos de 2020 e 2021.

MÉTODOS

Foram monitoradas de forma semanal, em todo mês de agosto de 2020 e 2021, 22 páginas eletrônicas de empresas que comercializam produtos abrangidos pela NBCAL. O período escolhido seguiu calendário de monitoramento nacional promovido pela Rede IBFAN. As infrações em relação a NBCAL quanto à promoção comercial foram analisadas segundo a Lei 11.265/05 e o Decreto 9579/2018. A análise estatística foi realizada no Statistical Package for Social Sciences (SPSS) versão 20.0. A comparação do número de infrações no ano de 2020 e 2021 foi feita pelo teste Qui-quadrado de Pearson assintótico ou exato de Fischer, e a comparação das infrações por produtos em cada estabelecimento no ano de 2020 para 2021 foi realizada pelo teste de McNemar. O nível de significância adotado foi $p < 0,05$.

RESULTADOS

A prevalência de infrações em relação a promoção comercial de produtos abrangidos pela NBCAL nos anos 2020 e 2021 foram de $n = 16$ (72,7%) e $n = 10$ (45,5%), respectivamente, nas páginas eletrônicas avaliadas, sem diferença estatística entre os anos avaliados ($p = 0,06$), mas observa-se uma tendência à queda das infrações. Ao comparar as infrações de cada grupo de produto abrangido pela NBCAL em cada estabelecimento nos dois anos, observou-se queda nas infrações do grupo de produtos composto pelas fórmulas infantis

de seguimento para crianças de primeira infância, leites fluidos, leites em pó, leites modificados e similares de origem vegetal ($p= 0,04$).

CONCLUSÃO

Não houveram mudanças na prevalência geral de infrações da NBCAL nas páginas eletrônicas de empresas que comercializam produtos da NBCAL, avaliados em dois anos consecutivos. A promoção comercial indevida destes produtos pode afetar de forma negativa a prática da amamentação, sendo necessário uma maior fiscalização por meio dos órgãos responsáveis para punir e assim evitar a ocorrência destas infrações a NBCAL.

Palavras-chave: Substitutos do Leite Humano|Publicidade Direta ao Consumidor|Comercialização de Produtos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Morar sozinho e consumo alimentar em idosos brasileiros: uma análise do Inquérito Nacional de Alimentação 2017-2018

Ingrid Thais Reis Pinheiro¹; Amanda Cristina de Souza Andrade¹; Luana Silva Monteiro²; Thaís Meirelles de Vasconcelos³; Rosângela Alves Pereira²; Paulo Rogério Melo Rodrigues¹.

1. Universidade Federal do Mato Grosso (Ufmg), Cuiabá - MT - Brasil; 2. Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ufrj), Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 3. Universidade Estadual do Ceará (Uece), Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento consiste em transformações biológicas, metabólicas e físicas no indivíduo. Os países no mundo estão passando por rápido envelhecimento populacional. Diversos estudos apontam que população idosa apresenta inadequações alimentares, caracterizadas por baixo consumo de frutas e vegetais e, conseqüentemente, baixa ingestão de nutrientes essenciais. Nesse contexto, a promoção de hábitos alimentares saudáveis é essencial para esta população, pois a alimentação é considerada um dos principais fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis. O aumento da expectativa de vida levou ao aumento do número de idosos que moram sozinhos, sendo observado que idosos que moram com outros familiares que não o cônjuge ou que moram sozinhos apresentam consumo alimentar inadequado. Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar o consumo alimentar de idosos brasileiros que moram sozinhos comparados àqueles que moram acompanhados.

MÉTODOS

Estudo transversal, com idosos (N= 8336; ≥ 60 anos de idade) que participaram do Inquérito Nacional de Alimentação de 2017-2018. O consumo alimentar foi obtido por recordatório alimentar de 24 horas, sendo agrupado em grupos alimentares de acordo com as características nutricionais e tipos de alimentos. A composição domiciliar foi avaliada a partir das perguntas “Quantas pessoas moram no domicílio?” e “Qual a condição dos moradores na unidade de consumo”, sendo o idoso classificado em Mora sozinho ou Mora acompanhado. Nas análises estatísticas foram considerados os pesos amostrais e o efeito do desenho da amostra. Foram estimadas as médias de consumo (g) de cada grupo alimentar com seus respectivos Intervalos de Confiança de 95% (IC95%) de acordo com os grupos da exposição analisada, sendo as diferenças verificadas pela não sobreposição dos IC95%. Este estudo foi considerado isento pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Medicina Social da UERJ (nº 4.316.087), conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 46/2012 e Ato Operacional nº 001/ 2013, uma vez que os dados são desidentificados e disponíveis publicamente.

RESULTADOS

Os idosos que moravam sozinhos tiveram menor consumo de feijão e leguminosas (260,37 vs 347,62g), arroz e preparações (217,0 vs 277,20g), margarinas (36,36 vs 57,16g), pães (305,63 vs 356,08g), molhos e condimentos (1,43 vs 10,54g), tortas salgadas (3,25 vs 11,14g), aves e preparações (98,95 vs 127,37g), biscoito recheado (1,37 vs 4,76g), farofa (5,11 vs 10,91g) e açaí (0,31 vs 1,39g). Por outro lado, idosos que moravam sozinhos apresentaram maior consumo de leite (35,69 vs 23,27ml).

CONCLUSÃO

Idosos que moram sozinhos apresentaram menor consumo de alguns grupos alimentares comparados a idosos que moram acompanhados. É importante que políticas governamentais apresentem abordagem diferenciada a população idosa, considerando seus arranjos de vida, características sociodemográficas, contexto comunitário, hábitos alimentares e acessibilidade aos alimentos.

Palavras-chave: Consumo Alimentar|Composição Domiciliar|Idosos|Inquérito Nacional de Alimentação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Motivações para a perda de peso em adolescentes com sobrepeso e obesidade: uma revisão sistemática

David Franciole de Oliveira Silva; Karine Cavalcanti Mauricio Sena-Evangelista; Clélia de Oliveira Lyra; Lucia de Fátima Campos Pedrosa; Ricardo Fernando Arrais; Severina Carla V. C. Lima.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Ufrn), Natal - RN - Brasil.

INTRODUÇÃO

Adolescentes com sobrepeso e obesidade relatam várias motivações para a perda de peso além do desejo de uma melhor saúde. No entanto, há poucas evidências sobre as principais motivações para a perda de peso em adolescentes. Neste sentido, o objetivo da presente revisão sistemática é identificar as motivações para a perda de peso em adolescentes com sobrepeso e obesidade.

MÉTODOS

Trata-se de revisão sistemática redigida segundo as recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* (PRISMA). O protocolo foi registrado no PROSPERO sob o número CRD42017056528. Foram considerados elegíveis os estudos observacionais publicados até dezembro de 2016 nos idiomas português, inglês e/ou espanhol, que tenham incluído adolescentes na faixa etária de 10 a 20 anos. Artigos de revisão foram excluídos. A busca virtual foi realizada nas bases de dados PubMed, Scopus, LILACS e ADOLEC. Os termos utilizados na busca foram: *motivation, motive, reason, "weight loss," "lose weight," and adolescent*. A avaliação da qualidade metodológica dos estudos foi realizada por dois pesquisadores utilizando o checklist da *Agency for Healthcare Research and Quality (AHRQ) Methodology* para estudos transversais/de prevalência.

RESULTADOS

Seis estudos (todos transversais) atenderam aos critérios de seleção e foram incluídos na revisão. Dois estudos foram conduzidos nos Estados Unidos da América, um na Tailândia, um no Brasil, um no reino Unido e um na Suécia. Cinco estudos apresentaram qualidade metodológica moderada e um foi classificado como tendo qualidade elevada. O n amostral entre os estudos variou de 12 a 167. Os instrumentos utilizados para avaliar as motivações dos participantes para a perda de peso foram entrevistas e questionários com perguntas abertas. Foram identificadas 17 motivações para a perda de peso, sendo a mais frequente melhorar a saúde, registrada em quatro estudos. As razões estéticas/cosméticas, melhorias na autoestima e prevenção de provocações/*bullying* foram referidas, cada uma, em três estudos. Ser mais saudável, estar em melhor forma, ter aceitação pelos pares e/ou maior integração social, e conseguir vestir roupas "tamanho normal"/"mais elegantes" foram motivações registradas em dois estudos cada.

CONCLUSÕES

Os resultados da presente revisão mostram a necessidade de instrumentos validados para avaliar as motivações para a perda de peso em adolescentes com sobrepeso e obesidade. Além disso, a alta frequência de motivações para a perda de peso relacionadas à aparência e aceitação social evidencia a necessidade de intervenções multidisciplinares de perda de peso que considerem não apenas os fatores biológicos, mas também os aspectos psicológicos e sociais.

Palavras-chave: Obesidade|Motivação|Perda de peso|Adolescente|Revisão

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Mudanças no ambiente do consumidor em uma capital brasileira de 2013-2018

Patrícia Pinheiro de Freitas¹; Mariana Souza Lopes²; Mariana Carvalho de Menezes³;
Patrícia Constante Jaime⁴; Aline Cristine Souza Lopes¹.

1. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG - Brasil; 2. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa - PB - Brasil; 3. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto - MG - Brasil; 4. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

As evidências mostram que as características do ambiente alimentar do consumidor, tais como a disposição dos itens na gôndola, publicidade dos alimentos, promoções, variedade e diversidade de produtos podem estimular o seu consumo. Porém, nenhum estudo nacional mostrou a evolução do ambiente alimentar do consumidor ao longo do tempo. Nesse sentido, este estudo objetivou examinar as mudanças nas características do ambiente do consumidor de estabelecimentos comerciais de frutas e hortaliças (FH) ao longo de um período de cinco anos no território do Programa Academia da Saúde (PAS).

METODOLOGIA

Estudo ecológico longitudinal que utilizou dados de auditoria do ambiente alimentar de uma amostra representativa de unidades do PAS (n=18) de Belo Horizonte, Minas Gerais. Todos os estabelecimentos de alimentos e feiras livres que comercializavam FH contidos em um buffer de 1600m de cada uma das unidades do PAS amostradas foram auditados. A coleta de dados ocorreu em 2013 e em 2018. Foram investigadas a localização da seção FH, presença de alimentos ultraprocessados (AUP) na seção FH, disponibilidade, diversidade, variedade, qualidade, publicidade e preço de FH e AUP. O Índice de Acesso à Alimentos Saudáveis (IAA) foi calculado por tipo de estabelecimento. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 0339.0.203.000-09; 0339.0.203.000-09A).

RESULTADOS

A diversidade de frutas aumentou em 13,4% no período avaliado. Já para as hortaliças foi observado um aumento da variedade (16,1%) e da qualidade (12,5%). Entre os AUP avaliados, os salgadinhos apresentaram maior crescimento da disponibilidade (13,5%), no entanto, a presença de AUP na seção de FH reduziu em 19,8%. O aumento da publicidade foi observado para FH (34,6%), mas também para AUP (47,6%). As mudanças foram diferentes de acordo com o tipo de estabelecimento. Os supermercados apresentaram maior crescimento do índice de acesso à alimentos saudáveis (3 pontos), entre os estabelecimentos avaliados. Já os sacolões apresentaram redução do IAA em um ponto.

CONCLUSÕES

Em 5 anos, foram observadas mudanças importantes na promoção, diversidade, variedade, qualidade e publicidade de alimentos frescos que podem favorecer a alimentação saudável. Contudo, o incremento na disponibilidade e publicidade de AUP pode reforçar uma concorrência desfavorável. Mudanças desfavoráveis ocorreram em mercados locais, impactando, sobretudo, a população vulnerável. Essas mudanças desiguais entre os tipos de estabelecimentos de alimentos demonstram a importância de políticas de abastecimento de alimentos que promovam um ambiente saudável e favoreçam a manutenção de estabelecimentos tradicionais de alimentos venda de saudáveis.

Palavras-chave: Frutas|Verduras|Estudos longitudinais|Comércio|Ambiente Alimentar do Consumidor

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

“Na teoria é fácil, na prática é outra coisa”. Relatos dos alunos da graduação em Nutrição a partir do estágio curricular em Saúde Coletiva

Thais Nascimento Conde¹; Viviane Christino¹; Juliana Pereira Casemiro¹; Cristiane Marques Seixas¹; Ana Laura Brandão²; Thamires Motta¹.

1. Uerj, Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 2. Fiocruz, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

A alimentação é um fenômeno complexo e para compreendê-lo é necessário um olhar integrado. Durante a formação acadêmica, a elaboração de uma construção teórica e prática baseada em uma abordagem multidimensional possibilita vias de tratamento de maior adesão. O estágio curricular pelo Internato de Nutrição em Saúde Coletiva da UERJ, permite que os alunos protagonizem o atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde. O objetivo é apresentar os relatos dos alunos de graduação em Nutrição com relação aos desafios colocados pelo seu futuro profissional, mercado de trabalho e especializações.

METODOLOGIA

Foram realizados Grupos Focais (GF) no início e ao final do estágio. Roteiros de Debates foram estruturados a partir de quatro eixos: aportes da graduação para atuação no cuidado aos usuários com sobrepeso e obesidade; expectativas relacionadas aos espaços de atendimento individual e ao mercado de trabalho; avaliação de aprendizados; e dificuldades a partir das lacunas relacionadas ao tema durante a graduação em Nutrição. Os GF foram gravados, transcritos e analisados pelo “método de interpretação de sentidos” que consiste em três etapas: leitura compreensiva do material selecionado, exploração do material e elaboração de síntese interpretativa.

RESULTADOS

Sobre o futuro, as palavras medo, ansiedade e angústia foram utilizadas repetidamente para expressar emoções. A frase “Na teoria é fácil, na prática é outra coisa”, sugere uma divergência entre o conteúdo teórico aprendido e a prática desenvolvida no estágio. A palavra “caixinha” foi mencionada em diversas falas indicando o aprendizado segmentado por patologias nutricionais. O mercado de trabalho é fortemente associado a busca por especializações, e o uso das redes sociais foi citado como “cartão de visita para vender o seu trabalho”. Ao refletirem sobre as dificuldades e aprendizados, a insegurança alimentar foi apontada repetidamente, e as palavras e conceitos sobre cuidado em saúde, escuta ativa, empatia e práticas educativas foram citados frequentemente.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a formação do nutricionista ainda é direcionada pelo modelo biomédico que carece de uma abordagem humanizada capaz de explorar o contexto psicossocial. As emoções relatadas demonstram insegurança para atuar no campo, expondo uma lacuna na formação e por consequência uma busca por especializações. Os alunos apontam as redes sociais como uma forma de alcançar posicionamento e reconhecimento profissional, mesmo em discordância com a prática. Contemplar a escuta dos alunos permite confrontar a influência do modelo neoliberal sobre a busca e cobrança incessante por desempenho e produtividade. Dessa forma, podemos pensar que a formação do nutricionista se torna frágil e vulnerável diante dos impasses da prática profissional. Torna-se, portanto imprescindível a escuta, o debate e articulações a partir dos desafios na formação profissional na atualidade.

Palavras-chave: formação|profissional|nutricionista|estágio|especialização

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Neofobia alimentar e antroentomofagia em vegetarianos moradores do estado do Rio de Janeiro

Andrea Bittencourt de Santana Teixeira¹; Emilyly Alves Ribeiro².

1. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro - RJ - Brasil; 2. Universidade Iguazu (Unig), Nova Iguaçu - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O vegetarianismo é considerado de uma forma ampla, a alimentação que exclui do seu cardápio alimentos cárneos, podendo ou não se alimentar de outros produtos de origem animal. A entomofagia surge como proposta de fonte alternativa de proteína na dieta que pode ser produzida de maneira mais viável em escala comercial e sustentável contribuindo para a garantia da segurança alimentar global. Este estudo avaliou a percepção dos vegetarianos moradores do Rio de Janeiro em relação a Neofobia Alimentar, Fobia entomofágica, o conhecimento sobre antroentomofagia e a probabilidade de consumo de alimentos contendo insetos em sua formulação.

MÉTODOS

Foi utilizado um questionário em formato eletrônico, entregue via WhatsApp para acesso através de link, entre 15 de maio a 15 de junho de 2022, para avaliar as características de Neofobia Alimentar (NA) dos vegetarianos, moradores do Rio de Janeiro, o conhecimento sobre antroentomofagia e a probabilidade de consumo de alimentos contendo insetos como ingredientes, assim como os fatores que influenciariam a compra destes produtos. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob nº de CAAE: 38976320.4.0000.5285.

RESULTADOS

Foram obtidas 67 respostas válidas, considerando aqueles que moram no Rio de Janeiro, maiores de 18 anos e que concordaram em participar da pesquisa. Dentre os participantes a maioria se identificou como ovolactovegetarianos. Quanto a Fobia Entomofágica, o maior percentual de respostas encontrado foi o perfil classificado como Neofóbicos com 65%, sendo as mulheres mais neofóbicas que os homens. Sobre o conhecimento de entomofagia, foi possível verificar que 71% dos vegetarianos que responderam o formulário já ouviram falar sobre o consumo de insetos e dentre estes, 6% já consumiram insetos, sendo os insetos consumidos por esses vegetarianos: escorpião, formiga e larva (não especificada). A maior tendência de consumo foi de alimentos utilizando insetos como ingredientes.

CONCLUSÃO

A maioria dos participantes foram classificados como Neofóbicos e também apresentaram Fobia entomofágica. A maioria concordou totalmente que a aparência é um fator motivador do uso de insetos em alimentos, porém, mesmo que a ideia de alimentos à base de insetos tenha ganhado aceitação ao longo dos anos, os vegetarianos têm maior dificuldade de aceitação, pelo fato do inseto ser um ser vivo.

Palavras-chave: Neofobia Alimentar|Insetos|Alimentos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Neofobia alimentar em crianças com desordens relacionadas ao glúten

Julyana Nogueira Firme¹; Priscila Claudino de Almeida²; Raquel Braz Assunção Botelho²; Renata Puppim Zandonadi².

1. Universidade de Brasília, Brasília - DF - Brasil; 2. Universidade de Brasília - Unb, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

A neofobia alimentar (NA) é um transtorno específico da infância definida como um comportamento de relutância em comer novos alimentos e aceitação de sabores. Comportamentos neofóbicos impactam os hábitos alimentares, em especial na qualidade da alimentação, provocando atraso no desenvolvimento físico e mental. Em crianças com desordens relacionadas ao glúten, a NA deve ser acompanhada com mais cautela em função do alto risco de morbimortalidade. Assim, o estudo teve objetivo avaliar a NA em crianças com desordens relacionadas ao glúten.

METODOLOGIA

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética (CEP), UnB, nº 4.407.816. Um instrumento validado no Brasil para avaliar NA em crianças de 4 a 11 anos com 25 itens foi aplicado por meio de plataforma online. Pais ou cuidadores de crianças com desordens relacionadas ao glúten foram convidados a participar. A NA foi dividida em três domínios: Geral (N_{ger}) com 9 itens; Frutas (N_{fru}) e Hortaliças (N_{hor}) ambos com 8 itens cada. Somando os valores de cada resposta, definiu-se o escore total de N_{tot} apresentados como médio e desvio padrão. As idades foram agrupadas em 4-7 e 8-11 anos (teste t-Student) e para a renda em quatro grupos (1-2, 3-6, 7-12 e >12 salários-mínimos; Kruskal-Wallis). Foi verificado se havia diferença entre os gêneros em cada um dos domínios (teste de Mann-Whitney). Analisou-se se os três domínios se diferenciam entre si (Kruskal-Wallis). Para todos os testes, o nível de significância foi de 5%.

RESULTADOS

A amostra foi constituída por 117 crianças de todas as regiões do Brasil. Os cuidadores em sua maioria eram mães ($n = 93\%$), em união estável ($n = 24\%$) e com idade média de 39 anos. O nível de escolaridade era de pós-graduação ($n = 27\%$) e com renda entre 3 e 6 salários-mínimos ($n=30\%$). A maioria das crianças era do sexo feminino ($n=77\%$) e idade média de 8 anos. A desordem relacionada ao glúten mais citada foi a doença celíaca (78,6%), seguida por Sensibilidade ao glúten (5,1%) e Dermatite hipertiforme (5,1%). A faixa etária com maior frequência de diagnóstico foi entre 3 anos (16,2%) e 2 anos (13,6%), sendo o diagnosticada por especialistas (94,8%). 82,9% das crianças seguem dieta ou orientação alimentar. A média de N_{tot} foi $53,4 \pm 21,6$. Não houve diferença significativa entre N_{tot} para idade das crianças e renda familiar ($p > 0,05$). Também não foi encontrada diferença significativa entre as médias de N_{tot} e sexo ($p > 0,05$). Porém para o domínio N_{ger} , o sexo feminino apresentou média ($21,7 \pm 1,0$) maior que a do sexo

masculino ($2,95 \pm 0,1$) ($p < 0,01$). Já as médias dos domínios foram $22,17 \pm 0,7$ para Na_{ger} ; $15,61 \pm 0,8$ para Na_{fru} e $17,36 \pm 0,7$ para Na_{hort} . Em relação à média dos três domínios, houve diferença entre Na_{ger} e os domínios de Na_{fru} e Na_{veg} ($p < 0,001$).

CONCLUSÃO

A população estudada caracteriza-se com NA_{tot} e nos três domínios de forma moderada. Como foi dividido em três domínios foi possível observar uma maior média entre neofobia geral em relação a de hortaliças e a de frutas.

Palavras-chave: Transtorno alimentar|Restrição|Alimentação|Dieta|Hábitos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

O comportamento alimentar e o estado nutricional de universitários de uma Instituição Privada de Ensino Superior de Viçosa-MG, durante a pandemia do COVID-19.

Mirielle Teixeira Lourenço; Eliene da Silva Martins Viana.
Centro Universitário de Viçosa-Univiçosa, Viçosa - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

Comportamento alimentar relaciona-se a questões psicológicas da ingestão de comida. Um dos principais componentes relacionados a ideia de ingestão alimentar, são os hábitos alimentares. Vale ressaltar que os hábitos alimentares sofrem mudanças com o ingresso na faculdade. O presente estudo teve como objetivo avaliar o comportamento alimentar e o estado nutricional de estudantes universitários dos cursos de Saúde de uma Instituição Particular de Ensino Superior de Viçosa, Minas Gerais.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo observacional do tipo transversal, com estudantes dos cursos de saúde do Centro Universitário de Viçosa-UNIVIÇOSA, Viçosa-MG. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Humanos Sylvio Miguel-UNIVIÇOSA, sob o número de CAAE 43115421.7.000.8090 e parecer nº 4.573.991/2020. Os dados foram coletados em um período determinado, através da aplicação de dois questionários *online*, encaminhados pelos representantes dos cursos, através do aplicativo *WhatsApp*. O comportamento alimentar foi analisado com base no Teste de Atitudes Alimentares (EAT-26). Para avaliar o estado nutricional utilizou-se a classificação do Índice de Massa Corporal (IMC), sendo o peso e a altura reportados pelos estudantes. Os dados foram tabulados em uma planilha do programa *Excell*[®] e a análise estatística realizada por meio do programa *Statistical Package for Social Science for Windows* (SPSS) 21.0 (SPSS, Inc., Chicago, IL, USA). Para comparação dos dados, foi realizado o teste qui-quadrado, utilizando nível de significância de $p < 0,05$ e os resultados apresentados como frequência absoluta e relativa.

RESULTADO

Participaram da pesquisa 111 estudantes universitários, sendo que 87,4% (n=97) do gênero feminino e 12,6% (n=14) do gênero masculino. Em relação ao estado nutricional 11,7% (n=13) apresentaram abaixo do peso, 66,7% (n=74) eutrofia e 21,6% (n=24) excesso de peso. Ao avaliar o comportamento alimentar, verificou-se 27,9% (n= 31) apresentaram o risco de desenvolver transtorno alimentar (TA) e que 72,1% (n=80) não apresentaram o risco de desenvolver TA. Ao relacionar o sexo com o risco de desenvolver o risco de TA percebeu-se que, o sexo feminino tem maior risco de desenvolver TA (n=29). Entretanto o teste do Qui-quadrado mostrou que não há uma associação do risco de desenvolver TA no grupo estudado ($\chi^2(1)=1,481$; $p > 0,05$). Quando

se observa o estado nutricional com o comportamento alimentar o teste de Qui-quadrado mostrou que há uma associação entre o estado nutricional e as atitudes alimentares dos estudantes universitários [$\chi^2(6)=3,238$, $p=0,778$], porém não foi significativa.

CONCLUSÃO

De acordo com os resultados a maioria dos estudantes não apresentam risco de desenvolver TA. Vale ressaltar, que dentre esses universitários, o sexo feminino tem um maior risco de desenvolver algum TA, porém não foi observado uma associação significativa no grupo estudado. Ademais, pode-se observar que a maioria dos estudantes desse estudo estão eutrófico.

Palavras-chave: Hábitos|Transtorno alimentar|Atitudes Alimentares

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Oficinas de qualidade de vida e alimentação saudável on-line para profissionais de um hospital universitário durante a pandemia de COVID-19: relato de experiência

Ana Paula Perillo Ferreira Carvalho; Ana Carolina Rezende de Assis; Grazielle Sarmiento Durante Teles; Inaiana Marques Filizola Vaz; Sebastião Benício da Costa Neto; Ana Clara Martins e Silva Carvalho.
Universidade Federal de Goiás, Goiânia - GO - Brasil.

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 tem afetado diversos aspectos relacionados à saúde, como o estado mental, o nível de atividade física e os hábitos alimentares dos trabalhadores. Diante dos prejuízos de comportamentos alimentares não saudáveis e dos estressores do momento, é necessário propor e executar intervenções educativas em saúde mental, alimentação e nutrição para os trabalhadores da saúde. O objetivo deste trabalho é relatar uma estratégia de intervenção *on-line* com intuito de melhorar os aspectos do comportamento alimentar e da qualidade de vida de trabalhadores de um hospital universitário (HU).

MÉTODOS

Estudo do tipo transversal, observacional e analítico. Foram convidados 75 trabalhadores, de um HU, que em uma primeira etapa da pesquisa, tiveram escore baixo para qualidade de vida (WHOQOL-BREF) e comportamento alimentar (MEQ). O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (nº 4.852.395). As oficinas *on-line* aconteceram durante quatro dias consecutivos, via *Google meet*, com duração de 2 horas cada. Os temas abordados foram: psicoeducação, alimentação com atenção plena, preparo de lanches saudáveis, e planejamento de cardápios saudáveis. Antes da realização da primeira oficina e após a última, os participantes receberam o *link* para acesso ao questionário WHOQOL-BREF e MEQ aplicados como pré e pós-teste.

RESULTADOS

Participaram das oficinas 19 trabalhadores. Na oficina psicoeducação houve participação e relatos sobre os enfrentamentos e impactos da pandemia na rotina e vida pessoal. Todos os participantes relataram que tiveram a saúde mental impactada de alguma forma pela pandemia. Na segunda oficina, a dinâmica da meditação para alimentação com atenção plena despertou o interesse, o que foi percebido pela discussão do assunto e questionamentos dos participantes. Na oficina preparo de lanches houve interesse sobre dicas, técnicas e receitas de preparo de alimentos. Os participantes relataram que as informações foram motivadoras e úteis para facilitar a prática de uma alimentação mais saudável. Na oficina de cardápios houve relatos de erros alimentares e interesse em melhorar as escolhas alimentares. Em todas as oficinas houve resistência para abertura das câmeras. Antes da oficina a pontuação relacionada ao questionário MEQ foi de 2,47

e após 2,59. E o escore do WHOQOL BREF passou de 57,28 para 60,30 após a intervenção.

CONCLUSÃO

Considera-se que o resultado da intervenção foi positivo, devido aos relatos dos participantes ao longo das oficinas e ao aumento da pontuação dos questionários WHOQOL-BREF e MEQ após a intervenção. Acredita-se que a intervenção tenha potencial para contribuir com a melhora da qualidade de vida e do comportamento alimentar dos participantes. O monitoramento do grupo com a aplicação do pós-teste após um período maior de tempo poderia refletir com mais precisão o impacto da atividade.

Palavras-chave: Comportamento Alimentar|Qualidade de Vida|Promoção da Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

O ÍNDICE DE MASSA CORPORAL ESTÁ ASSOCIADO À DEFICIÊNCIA DE IODO URINÁRIO EM GESTANTES?

Thaís Cristina Serra da Silva¹; Poliana Cristina de Almeida Fonseca Viola²; Kátia Danielle Araújo Lourenço Viana¹; Wyllyane Rayana Chaves Carvalho¹; Ana Karina Teixeira da Cunha França¹; Carolina Abreu de Carvalho¹.

1. Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil; 2. Universidade Federal do Piauí, Teresina - PI - Brasil.

INTRODUÇÃO

A crescente prevalência de mulheres com excesso de peso no período gestacional denota a importância de mais estudos com intuito de compreender os impactos dessa alteração do estado nutricional sobre a saúde materna. Assim, o objetivo deste estudo é investigar a associação do índice de massa corporal com a deficiência de iodo urinário em gestantes.

MÉTODOS

Estudo transversal, realizado entre fevereiro de 2019 a fevereiro de 2020 com 299 gestantes atendidas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município de São Luís – MA. As UBS foram sorteadas e todas as gestantes presentes nos dias de coleta eram convidadas a participar do estudo. Foi aplicado um questionário semiestruturado sobre informações socioeconômicas, demográficas e de saúde das gestantes. Dados de consumo alimentar foram obtidos por meio do Recordatório de 24 horas. Foram medidos peso atual, altura e o peso pré-gestacional foi obtido na caderneta da gestante ou por relato da gestante. O IMC atual e pré-gestacional foram utilizados como variáveis contínuas nos modelos. A concentração urinária de iodo e a deficiência de iodo (categórica) foram usadas como desfechos. Considerou-se deficiência de iodo valores $<150 \mu\text{g/L}$. As associações foram avaliadas por meio de modelos de regressão de Poisson com ajuste robusto da variância e regressão linear. As variáveis incluídas nos modelos ajustados foram identificadas por meio de gráfico acíclico direcionado (DAG). Estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da UFMA, sob parecer nº 2.793.598/2019 e CAAE: 80172617.0.2005.5086.

RESULTADOS

As gestantes possuíam idade média de $25,9 \pm 5,7$ anos. A média do IMC pré-gestacional foi $24,3 \pm 4,5 \text{ kg/m}^2$ e do IMC atual $27,2 \pm 6,5 \text{ kg/m}^2$. A mediana de concentração de iodo urinário foi de $181,3 \mu\text{g/L}$ (113,2-271,7) e 40,6% da amostra possuía deficiência de iodo. A mediana do consumo de alimentos ultraprocessados (AUP) foi de 16,1% (5,4% – 31,4%). Na análise ajustada, o aumento no IMC pré-gestacional e atual foi associado à redução da prevalência de deficiência de iodo em gestantes (RP = 0,94; (IC95% = 0,88; 0,99) e RP = 0,95; (IC95% = 0,88 – 0,99), respectivamente. Tanto o IMC pré-gestacional (β : 7,21 μg ; IC95% = 2,58 – 11,85), quanto o atual (β : 6,12 μg ; IC95% = 1,06; 11,19), associaram-se ao aumento da concentração de iodo urinário na análise linear.

CONCLUSÃO

Os resultados desse estudo evidenciam que ter o maior IMC está associado a diminuição da deficiência de iodo em gestantes. Este resultado parece estar associado ao maior consumo de AUP pelas gestantes com maior IMC, o que aumenta o consumo de iodo e diminui a ocorrência de déficit desse nutriente. O excesso de peso não é recomendado, visto que se relaciona com desfechos desfavoráveis a saúde, assim como o elevado consumo de AUP. Dessa maneira, sugere-se o desencorajamento do consumo de AUP entre gestantes e o incentivo à substituição por alimentos naturais fontes de iodo ou suplementação.

Palavras-chave: Gestantes|Excesso de Peso|Deficiência de Iodo|Alimentos Ultraprocessados

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

O INSTAGRAM® COMO FERRAMENTA DE MUDANÇA DO COMPORTAMENTO ALIMENTAR

Isabela Alves Carvalho Silva; Lis Proença Vieira.
Centro Universitário Senac, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

No contexto da pandemia por coronavírus, as redes sociais, sobretudo o *Instagram*®, passaram a ser os principais canais de comunicação e divulgação de conteúdos sobre alimentação e nutrição. Ainda que, nesses meios, se destaquem os temas de estética corporal como corpos magros e beleza, dietas da moda, dietas restritivas, transtornos alimentares, comer transtornado, entre outros, também há espaço para promover uma alimentação adequada e saudável. O objetivo desta pesquisa foi compreender as razões pelas quais os usuários do *Instagram*® buscam informações sobre alimentação e nutrição no aplicativo e identificar os impactos gerados no comportamento alimentar a partir destas buscas.

MÉTODOS

Estudo transversal numa amostra de conveniência de adultos, com idade entre 20-59 anos, usuários do *Instagram*®, os quais foram convidados, por meio de redes sociais, a responder um questionário *online* sobre a frequência semanal de uso do aplicativo, tempo de acesso, temas pesquisados na área de alimentação e nutrição, os motivos que o levavam a usar o aplicativo para estas pesquisas e que tipo de alteração na alimentação, caso houvesse, ele atribuiu a estas buscas. O projeto foi submetido e aprovado pelo comitê de ética em pesquisa sob o número CAAE 48789621.9.0000.8054.

RESULTADOS

Responderam ao questionário 109 adultos, dos quais 75,7% eram do sexo feminino, a média de idade foi de 21 anos e 68,4% eram moradores de São Paulo – SP. A frequência de utilização do *Instagram*® foi predominantemente de 5-7 dias por semana (84,7%), sendo que 59,4% acessaram entre 1 e 5h o aplicativo. Os assuntos mais buscados no *Instagram*® foram dicas para emagrecimento (35,6%), receitas (32,7%), dicas de compra (13,3%) e dietas (4,0%). O principal motivo pelo qual utilizam o aplicativo foi por ser rápido, fácil e prático (78%). Observou-se que 73,2% dos participantes afirmaram ter adotado mudanças em seus hábitos alimentares após ler alguma publicação no *Instagram*®, tais como: aumentar o consumo de frutas, verduras e legumes (25,5%), diminuir o consumo de ultraprocessados (20,3%), diminuir o consumo de refrigerantes (15,1%) e beber mais água (12,3%).

CONCLUSÃO

Foi possível observar o papel do *Instagram*[®] como potente fonte de informação sobre alimentação e nutrição e ferramenta para mudanças positivas no comportamento alimentar, sobretudo por favorecer a inserção de legumes, verduras e frutas na alimentação, a redução do consumo de refrigerantes e o estímulo à ingestão de água na população estudada.

Palavras-chave: redes sociais|comportamento alimentar|educação alimentar e nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Omissão do café da manhã e horário do almoço e jantar: relação com IMC e obesidade

Giovana Longo-Silva; Priscilla Márcia Bezerra de Oliveira; Anny Kariny Pereira Pedrosa; Jéssica Ribeiro da Silva; Renan Serenini Bernardes; Risia Cristina Egito de Menezes.

Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, um crescente corpo de evidências sugere que o sistema do relógio circadiano pode interagir com nutrientes para influenciar as funções corporais. Esse campo relativamente novo é descrito como “crononutrição”, que se refere à alimentação em coordenação com os ritmos diários do corpo e reflete a noção de que, além da qualidade e quantidade dos alimentos, padrões alimentares relacionados ao tempo, como o horário das refeições, desempenha um papel importante como preditor da saúde geral e um importante fator de risco para excesso de peso e outros desfechos metabólicos, independentemente da ingestão alimentar e do nível de atividade física.

O presente estudo foi realizado para determinar se a omissão do café da manhã, o almoço tardio e o jantar tardio estão associados com maiores valores de IMC e obesidade. Além disso, identificar comportamentos obesogênicos e variáveis relacionadas ao sistema circadiano, associadas à alimentação tardia.

MÉTODOS

Os participantes (n=776) fizeram parte de uma pesquisa exploratória, de base populacional, com coleta de dados em ambiente virtual (CAAE: 48689221.3.0000.5013). Eles foram agrupados em consumidores de café da manhã (primeira refeição até as 10:00) e não consumidores (primeira refeição após as 10:00), e a mediana da população do estudo para o horário de almoço e jantar foi usada para estratificar os participantes em ‘cedo’ (horário de almoço/jantar antes do horário de almoço e jantar). 12:34/20:55) e ‘tarde’ (hora de almoço/jantar após 12:34/20:55). O teste t de *Student* e o teste do qui-quadrado foram realizados para avaliar as diferenças nas características e características de estilo de vida entre os grupos. Modelos de regressão logística foram usados para comparar os grupos com relação à obesidade. Análise de regressão linear foi realizada para determinar a associação do horário das refeições com o IMC. As análises foram ajustadas para potenciais variáveis de confusão.

RESULTADOS

O IMC aumentou 0,74 Kg/m² para cada hora adicional de almoço [IC95%=0,31;1,18,P≤0,001]. Aqueles que não realizavam o café da manhã [OR(IC 95%):1,84(1,02;3,31);P≤0,05] e os que almoçavam tarde [OR(IC

95%):1,61(1,04;2,49), $P\leq 0,05$] tiveram maiores chances de serem obesos, em comparação com os que consumiam o café da manhã e almoçavam cedo, respectivamente. Essas associações foram independentes de idade, sexo, qualidade da dieta, duração da atividade física e região do País. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na comparação entre os que jantavam cedo e tarde.

CONCLUSÃO

Nossos resultados sugerem que pular o café da manhã e almoçar tarde estão associados ao IMC e maiores chances de obesidade. Informações sobre os comportamentos obesogênicos relacionadas a pular o café da manhã e comer tarde podem ser úteis para futuras recomendações nutricionais e prevenção e tratamento da obesidade.

Palavras-chave: Crononutrição|Índice de Massa Corporal (IMC)|Obesidade|Horário das refeições

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

O Programa Trilhas/OPSAN e o fortalecimento da agenda da PNAN no município de Macaé-RJ

Márcia Maria Prata Pires Ramalho.

Coordenadoria da Área Técnica de Alimentação e Nutrição, Macaé - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) se constituiu como importante norteador das ações de alimentação e nutrição no Brasil, fomentando as práticas alimentares saudáveis e contribuindo para a construção de políticas voltadas à garantia de direito humano à Alimentação Adequada e Saudável.

O Programa Trilhas: Desenvolvimento de Lideranças para a PNAN é um programa de informação e formação em liderança e desenvolvimento de capacidades e tem como **objetivo** fortalecer a implementação das diretrizes da PNAN nos estados e municípios, apoiando o processo permanente de desenvolvimento de capacidades de gestores públicos e integrantes do controle social. A iniciativa do programa Trilhas é do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição da Universidade de Brasília (OPSAN/UnB) em parceria com a Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde.

MÉTODOS

A Coordenadoria da Área Técnica de Alimentação e Nutrição (CATAN) participou de um processo seletivo para participar do programa Trilhas com 1 dupla (1 participante da gestão e outro representante do conselho municipal de saúde).

Nesta primeira edição, foram oferecidas vagas para 40 (quarenta) municípios, 8 (oito) estados e 4 (quatro) vagas para o governo federal.

O programa Trilhas (curso) foi constituído por 8 (oito) módulos, sendo cada um composto por: encontros sincrônicos de 3 (três) horas, com frequência semanal, atividades assíncronas para complementação e aprofundamento dos temas de cada módulo; 1 (um) encontro mensal de até 2 (duas) horas para tutoria em grupo e/ou tutoria individual/em dupla (uma/um gestora/gestor ou uma/um profissional de saúde que responda pelas ações da PNAN e uma/um representante da sociedade civil do Conselho de saúde local por município).

Foram abordados 15 temas e ao longo do Programa cada dupla de participantes desenvolveu Produtos que foram planejados com o intuito de colocar em prática os aprendizados e atingir os objetivos.

RESULTADOS

O programa Trilhas fomentou a estruturação de uma rede de apoio da agenda de Alimentação e Nutrição no nível local;

As ações de Alimentação e Nutrição foram ampliadas e fortalecidas no Plano Municipal de Saúde de Macaé;

Após a participação do curso a CATAN formou um ambiente mais criativo e colaborativo de trabalho;

Foi criado um grupo técnico intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional;

A agenda de Alimentação e Nutrição no Conselho Municipal de Saúde ficou mais presente e fortalecida;

CONCLUSÃO

Com o programa Trilhas, concluímos que a qualificação da gestão da PNAN nos estados e municípios é primordial para a efetivação de suas ações nos serviços de saúde. Essa qualificação envolve a formação de profissionais, com questões referentes aos processos de compra e orçamento, capacidade de articulação intra e intersetorial e gestão de resultados e monitoramento. Além disso, é preciso ampliar as experiências de implementação da organização do cuidado de alimentação e nutrição em rede.

Palavras-chave: Alimentação|PNAN|gestores|Nutrição|Conselho Municipal de Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Orientações sobre exercícios físicos, alimentação saudável, boa higiene e sono adequado na Atenção Primária à Saúde

Bartira Mendes Gorgulho; Rafaela Raiely da Costa.
Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá - MT - Brasil.

INTRODUÇÃO

A organização da Atenção Nutricional é uma importante diretriz para o desenvolvimento e fortalecimento das ações relacionadas à alimentação e nutrição, compreendendo cuidados voltados à promoção e proteção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de agravos integrados à Atenção Primária à Saúde. Destarte, a avaliação de seu desempenho pode impactar na construção e revisão de políticas públicas, fortalecendo estruturas e processos fragilizados. De tal forma, objetiva-se avaliar a presença e extensão do atributo essencial “Integralidade” para os serviços prestados na Atenção Primária à Saúde, com ênfase nas orientações sobre exercícios físicos, alimentação saudável, boa higiene e sono adequado.

MÉTODOS

Estudo transversal, com dados secundários de base populacional, oriundos da Pesquisa Nacional de Saúde conduzida em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde. A subamostra refere-se aos moradores adultos, com 18 anos ou mais que receberam mais de um atendimento com o mesmo médico na Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde nos últimos 6 meses; total de 9.677 indivíduos. As informações sobre presença e extensão do atributo “integralidade” dos serviços prestados foram obtidas por meio do módulo H, onde constam as questões da versão reduzida para pacientes adultos do *Primary Care Assessment Tool* (PCATool – Brasil), validado para a população brasileira. As análises foram realizadas no módulo *Survey* do Stata® 14.0. Por se tratar de dados secundários, há dispensa do Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS

Da subamostra, 69% eram mulheres e 82% residiam na região urbana. Em relação as macrorregiões brasileiras, 7% eram do Norte, 28% do Nordeste, 41% do Sudeste, 18% do Sul e 6% do Centro-Oeste. Cerca de 3% dos indivíduos não souberam ou não quiseram responder às questões avaliadas sobre os atributos da Atenção Primária à Saúde. Sobre exercícios físicos apropriados, 74% relataram ter recebido orientações quando estiveram no serviço de saúde, sendo 52% do sexo feminino e 61% da região urbana. Sobre alimentação saudável, boa higiene e sono adequado, 78% relataram ter recebido orientações quando estiveram no serviço de saúde, sendo 54% do sexo feminino e 64% da região urbana.

CONCLUSÃO

As análises descritivas observadas indicam que as orientações sobre exercícios físicos, alimentação saudável, boa higiene e sono adequado estão presentes na maior parte dos serviços de saúde utilizados. No entanto, sugerem diferenças na utilização da Atenção Primária a Saúde pelos indivíduos entre as macrorregiões brasileiras.

Palavras-chave: Atenção Básica|Atenção Nutricional|Pesquisa Nacional de Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Os desafios dos profissionais durante a coleta do consumo alimentar na Atenção Primária à Saúde

Beatriz Gouveia Moura; Clara Cecilia Ribeiro de Sa; Jucelir dos Santos; Silvia Eugênia Oliveira Valença; Silvia Maria Voci; Andhressa Araújo Fagundes.

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) se expressa na Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS) enquanto uma ação de alimentação e nutrição que envolve a coleta e análise de dados antropométricos e de consumo alimentar dos usuários atendidos. Os marcadores de consumo alimentar foram implementados em 2015 e ainda não possuem a cobertura desejada. Por este motivo, busca-se investigar as dificuldades encontradas por profissionais da saúde em relação à coleta de dados de consumo alimentar.

MÉTODOS

Estudo transversal e exploratório, de natureza quantitativa, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe sob número de Parecer 4.786.176 e realizado com profissionais de saúde atuantes na APS. A seleção dos participantes foi feita por conveniência e a coleta de dados, realizada entre junho e agosto de 2021, se deu a partir de um questionário autoaplicável, estruturado no Google Forms, após a assinatura do Termo de consentimento livre e esclarecido pelos respondentes. Os dados foram tabulados e as variáveis objetivas foram analisadas em frequência absoluta e relativa por meio da análise descritiva no programa Statistical Package for the Social Sciences versão 20.0 e os dados subjetivos, submetidos à análise qualitativa temática de Bardin.

RESULTADOS

Participaram 632 profissionais, sendo a maioria feminina (85%), com formação em nutrição (51,4%) de diversas regiões do Brasil. Os profissionais puderam relatar mais de uma dificuldade, sendo encontradas 366 temáticas nos relatos referentes à coleta do consumo alimentar. Das questões apresentadas, 45,7% foram relacionadas ao diálogo com o usuário atendido, 16,1% relacionadas com o tempo para atender, coletar e digitar os dados, 15% relacionados com a sobrecarga de trabalho focado em um único profissional, 11,8% relacionaram as dificuldades com a instabilidade do sistema de digitação das informações coletadas, 5,7% apontaram dificuldades de compreensão do formulário de coleta de dados e 5,7% relataram a necessidade de capacitação profissional. Na categoria mais relatada, o diálogo com o usuário durante o atendimento foi apontado o desafio de lidar com a expressão da fome e da Insegurança Alimentar (IA) e o constrangimento dos cidadãos em relatar a sua alimentação, que por vezes era resolvido com omissões ou respostas que não traduziam a realidade.

CONCLUSÃO

Observa-se que quase metade das dificuldades estão relacionadas com o contato com os usuários, tendo surgido questões associadas com o aumento da IA e com a complexidade de relatar o que se come. Desafios relacionados à quantidade de profissionais atuantes com o instrumento, à instabilidade do sistema e à formação continuada também foram encontrados. Sugere-se a realização da qualificação profissional a partir de uma perspectiva ampliada sobre o cuidado alimentar e nutricional que caminhe junto com o fortalecimento institucional da VAN.

Palavras-chave: Vigilância Nutricional|Educação Continuada|Política de Saúde|Política Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Padrão de consumo alimentar em inquérito alimentar com delineamento complexo: o uso do método survey

Valéria Troncoso Baltar¹; Diana Barbosa Cunha²; Rosely Sichieri².

1. Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ - Brasil; 2. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

A análise de padrões alimentares, diferentemente da análise de alimentos de forma isolada, sugere práticas cotidianas, ressaltando as inter-relações entre os itens alimentares que subsidiam a formulação de programas e políticas públicas. A análise fatorial é comumente usada, em Epidemiologia Nutricional, para derivar padrões alimentares com base no consumo de um conjunto de grupos alimentares. Inquéritos de base populacional, geralmente, apresentam um delineamento complexo, o que agrega complexidade à análise dos padrões. O objetivo deste estudo é comparar a análise fatorial com e sem considerar a complexidade amostral para os dados de adultos do Inquérito Nacional de Alimentação da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2018 (INA/POF 2018).

MÉTODOS

Considerou-se para este estudo os adultos, com idades entre 19 e 59, excluindo-se gestantes e lactantes, que responderam ao INA/POF 2018 (n=28.901). Os alimentos citados no primeiro recordatório alimentar de 24 horas foram agrupados em 15 grupos alimentares. A matriz de correlação para a análise fatorial foi gerada com e sem considerar a complexidade amostral e dessas matrizes foram realizadas as análises fatoriais. Considerou-se ponto de corte $|0,30|$ nas cargas fatoriais. Toda a análise estatística foi realizada no SAS OnDemand. Para gerar a matriz de correlação da amostra complexa foi usada a macro Surveycorr cov e para a AF o procedimento Factor. Este estudo não foi registrado no Comitês de Ética em Pesquisa por utilizar informações de acesso público, nos termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011.

RESULTADOS

A matriz de correlação gerada considerando o delineamento apresentou, em sua quase totalidade, correlações mais altas. Como exemplo, a correlação entre os itens arroz e feijão subiu de 0,37 para 0,40. Em ambas as análises, a proporção acumulada da variância explicada alcança 50% no 6º fator, entretanto, com delineamento, supera em 2%. Foram retidos 3 padrões alimentares em ambas as análises: tradicional; pão com manteiga; e ocidental. Dois grupos de alimentos deixaram de ser identificados no padrão tradicional sem expansão; além de um grupo no padrão pão com manteiga; e um no ocidental, que apresentaram carga superior à 0,3 na análise com a expansão amostral.

CONCLUSÃO

AF é uma estratégia potente para análise de padrões alimentares, entretanto os dados de consumo alimentar geralmente apresentam correlações subestimadas. Este estudo mostra, em uma base de dados real, que é possível melhorar a correlação entre os consumos dos grupos alimentares usando de forma apropriada o delineamento amostral. Além disso, isso pode impactar na composição e interpretação dos padrões alimentares.

Palavras-chave: Análise fatorial|Inquéritos populacionais|Padrão alimentar|Análise Multivariada

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Padrões alimentares de indivíduos adultos e sua associação com a presença ou não de diabetes tipo I

Valzimeire do Nascimento de Oliveira¹; Valéria Cristina Nogueira²; Lorena Taúz Tavares Ramos³; Soraia Pinheiro Machado Arruda¹; Maria Izabel Florindo Guedes¹.

1. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil; 2. Instituto Federal do Ceará, Ubajara - CE - Brasil; 3. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

Estudos com padrões alimentares vêm sendo realizados para associar o consumo alimentar com as doenças. O Diabetes Tipo 1 (DM1) ocorre diante da destruição autoimune das células β , levando a deficiência da insulina e acometendo mais de 1,2 milhões de crianças e adolescentes no mundo. As complicações do DM1 podem surgir com risco de doenças cardiovasculares, entre outras. O consumo alimentar adequado é um dos cuidados para o tratamento do DM1, prevenindo tais complicações. Poucos estudos existem sobre associação entre padrão alimentar e DM1. O presente estudo teve como objetivo identificar os padrões alimentares e avaliar suas associações com a presença ou não de DM1 em adultos.

MÉTODOS

Estudo transversal com 45 pacientes com DM1 e 45 controles saudáveis. O Comitê de Ética em Pesquisa da UECE e da UFC aprovaram esse estudo (protocolo nº 1.357.544). O recordatório alimentar de 24h (R24h) em duplicata, o método de Análise Fatorial por Componentes Principais e a rotação ortogonal do tipo varimax foram utilizados para a identificação dos padrões alimentares. A adequação dos dados à análise fatorial foi confirmada por meio do coeficiente de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e do teste de esfericidade de Bartlett. Definiu-se o número de fatores retidos através dos componentes com autovalores maiores que 1,0, gráfico de Cattel (*scree plot*) e significado conceitual dos padrões. O estado nutricional foi avaliado através do Índice de Massa Corpórea (IMC) e da relação cintura-quadril, sendo classificados segundo as recomendações da WHO. Utilizou-se regressão de Poisson com estimativa robusta da variância na análise bivariada e na multivariada para estimar as razões de prevalências das variáveis independentes (presença ou não de DM1) com as variáveis dependentes (padrões alimentares).

RESULTADOS

A maior parte dos indivíduos com DM1 e controles saudáveis apresentou IMC de eutrofia (64,44% e 53,33%, respectivamente) e sem risco substancialmente de complicação metabólica (55,56% e 77,78%, respectivamente). Foram identificados três padrões alimentares: *prudente*, *lanche* e *ocidental*, que explicaram 34,49% da variância total, KMO igual a 0,0502 e o teste de Bartlett < 0,001. O padrão prudente foi caracterizado por alimentos como aves, peixes, frutos do mar, cereais integrais, vegetais, frutas, leite

desnatado e foi o que explicou a maior porcentagem da variância (13,21%). O padrão lanche consistiu dos alimentos característicos de lanches intermediários, como sanduíche e vitamina de fruta. O padrão ocidental foi composto por alimentos como, bebida industrializada, doces, salgados e alimentos ricos em gorduras. Verificou-se que não houve associação significativa entre os padrões alimentares com a presença ou não de diabetes tipo 1.

CONCLUSÃO

Este estudo permitiu identificar três principais padrões alimentares numa população de adultos: *prudente, lanche e ocidental*, mas não houve associação significativa entre os padrões com a presença ou não de DM1.

Palavras-chave: Padrões alimentares|Análise de componente principal|Diabetes tipo 1

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Padrões alimentares, estado nutricional e biomarcadores inflamatórios em adolescentes da Coorte RPS

Eduarda Gomes Boguea¹; Maylla Luanna Barbosa Martins Bragança²; Wyllyane Rayana Chaves Carvalho²; Soraia Pinheiro Machado Arruda³; Ana Karina Teixeira da Cunha França²; Antônio Augusto Moura da Silva².

1. Universidade Federal do Maranhão, Brasil - MA - Brasil; 2. Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil; 3. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

As práticas alimentares representam um dos principais componentes do estilo de vida a favorecer o desenvolvimento da obesidade e suas comorbidades e disfunções metabólicas importantes que desencadeiam o processo inflamatório. Com o objetivo de obter maior esclarecimento sobre a inflamação subclínica em populações mais jovens, este estudo identificou os padrões alimentares em adolescentes e avaliou os fatores associados aos biomarcadores inflamatórios,

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal alinhado à coorte RPS, com os dados São Luís, Maranhão, Brasil. Foram avaliados 511 adolescentes entre 18 e 19 anos. A avaliação do consumo alimentar foi realizada por meio de um Questionário de Frequência Alimentar e os padrões alimentares foram identificados por análise fatorial por componentes principais. Para avaliação do estado nutricional utilizou-se Índice de Massa Corporal e percentual de gordura corporal, avaliado pelo método de pletismografia por deslocamento de ar utilizando o aparelho *Bod Pod*®. Realizou-se modelagem hierarquizada por meio de Regressão Linear para estimar o coeficiente Beta (β) das variáveis independentes com as variáveis dependentes, a Interleucina-6 e a Proteína C-Reativa Ultrassensível (PCR-us). A referida pesquisa obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão pelo processo nº 1.302.489 e todos os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS

Cinco padrões alimentares foram identificados: denso em energia, bebidas açucaradas e cereais matinais, prudente, comum brasileiro e bebidas alcoólicas e energéticas. Uma maior aderência ao padrão alimentar prudente foi associada a uma menor concentração de Interleucina-6 ($\beta=-0,11$; p valor = 0,040). Maior aderência aos padrões alimentares “comum brasileiro” e “bebidas alcólicas e energéticas” foram associados ao aumento da IL-6, mediados pelo estado nutricional. Maiores valores do IMC ($\beta = 0,36$; p valor =

<0,001) e %GC ($\beta= 0,02$; p valor = 0,014) foram associados com maiores concentrações de PCR-us.

CONCLUSÃO

O estado nutricional e o padrão “prudente” foram associados com biomarcadores inflamatórios. Maior aderência ao padrão prudente foi fator de proteção para maiores concentrações de Interleucina-6. Os padrões “comum brasileiro” e “bebidas alcoólicas e energéticas” foram associados as concentrações de Interleucina-6, mediados pelo estado nutricional. Maiores valores do Índice Massa Muscular e o percentual de gordura corporal foram associados a maiores concentrações de PCR-us.

Palavras-chave: Consumo alimentar|Análise de Componente Principal|Estado nutricional.|Adolescentes.|Inflamação.

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Padrões de comportamento em saúde e o consumo de bebidas açucaradas entre adolescentes brasileiros

Luana Lara Rocha¹; Milene Cristine Pessoa¹; Lucia Helena Almeida Gratão¹; Ariene Silva do Carmo²; Larissa Loures Mendes¹.

1. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG - Brasil; 2. Ministério da Saúde, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

As bebidas açucaradas se referem a qualquer líquido não alcoólico adoçado com diversas formas de açúcares de adição. O consumo excessivo das bebidas açucaradas pelos adolescentes tem sido associado ao excesso de peso e obesidade, doenças crônicas não transmissíveis e distúrbios mentais. Essas bebidas estão amplamente disponíveis no ambiente residencial e escolar, sendo considerados importantes determinantes na predisposição às escolhas alimentares não saudáveis. Estudos sobre padrões de consumo de bebidas açucaradas podem ajudar no manejo de doenças crônicas não transmissíveis e outras doenças. Entretanto, são inexistentes os estudos que avaliam a relação dos comportamentos de forma conjunta e o consumo de bebidas açucaradas. Dessa forma, o objetivo desse estudo foi avaliar as associações dos padrões de comportamento em saúde com o consumo de bebidas açucaradas entre adolescentes brasileiros.

MÉTODOS

Estudo transversal que analisou os dados do Estudo de Risco Cardiovascular em Adolescentes (ERICA) realizado em 2013 e 2014 com 71.553 adolescentes de 12-17 anos que frequentavam escolas públicas e privadas em cidades brasileiras com mais de 100.000 habitantes. A análise de componentes principais foi realizada para identificar padrões de comportamento em saúde, e o modelo múltiplo de regressão logística ordinal foi realizado para avaliar a associação entre os padrões de comportamento em saúde e a compra de lanche na cantina escolar com o consumo de bebidas açucaradas. O terço do consumo de bebidas açucaradas foi utilizado como variável dependente. Modelos de regressão logística ordinal foram utilizados para avaliar as associações. As análises foram realizadas utilizando o software *Stata* versão 14.0, com um nível de significância de 5%.

RESULTADOS

Foram identificados três padrões de comportamento em saúde. O padrão 1 é caracterizado pelo maior consumo de alimentos in natura e minimamente processados, maior consumo de água e maior prática de atividade física; o padrão 2 é caracterizado por mais dias de bebidas alcoólicas e hábito de fumar; e o padrão 3 é caracterizado pelo mais consumo de alimentos ultraprocessados e maior tempo de tela. Pertencer aos padrões 2 e 3 de comportamento em saúde, e comprar regularmente lanche na cantina escolar aumentaram as chances de consumir bebidas açucaradas, enquanto pertencer ao padrão 1 de comportamento em saúde diminuiu a chance de consumir bebidas açucaradas.

CONCLUSÃO

A adoção de comportamentos de saúde não saudáveis e a compra regular de lanche na cantina escola estão associados ao maior consumo de bebidas açucaradas. Estes resultados indicam a importância da adoção de medidas regulatórias para reduzir o consumo de bebidas açucaradas, tais como a restrição da venda de alimentos não saudáveis nas escolas. Ademais, evidencia a importância da adoção de hábitos de vida saudáveis, que podem estimular indiretamente a adoção de outros hábitos benéficos à saúde.

Palavras-chave: Adolescente|Bebidas Adoçadas com Açúcar|Comportamentos Relacionados com a Saúde|Escola

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

PANC e agricultores familiares do semiárido: A importância do resgate dos saberes e hábitos alimentares

Lara Christiane Batista Fernandes; Gabriela Micherlandia dos Santos; Luciana Alves de Oliveira; Catarine Santos da Silva; Ligia Rejane Siqueira Garcia.

Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (Facisa) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Uf, Santa Cruz - RN - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil voltou a ser objeto de preocupação nos últimos anos, uma vez que as modificações nas políticas públicas, a inflação alta e a crise econômica se agravaram. Em concordância com essas dificuldades, a variedade alimentar das famílias, especialmente as de baixa renda, é afetada de maneira contínua podendo chegar a níveis graves de Insegurança Alimentar (IA). Para famílias em comunidades rurais, conhecer a flora local e saber como aproveitar a biodiversidade para melhorar seu consumo alimentar é uma forte estratégia para conseguir manter a variedade alimentar e nutricional diante das adversidades. Assim, o objetivo desse trabalho foi conhecer a situação de insegurança alimentar de agricultores familiares e o conhecimento sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) consumidas por seus antepassados.

MÉTODOS

Estudo transversal, realizada por meio de entrevistas guiadas por questionários semiestruturados na comunidade de Serra Verde, zona rural do município de Lajes Pintadas/RN. Foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi, com número CAAE 47213421.3.0000.5568. Utilizou-se o *software* Microsoft Excel para a tabulação dos dados.

RESULTADOS

A comunidade rural apresenta uma prevalência de 80% dos domicílios em situação de IA. Os entrevistados citaram 29 PANC que eram consumidas por gerações anteriores. No entanto algumas dessas espécies (n=7) não são mais incluídas na alimentação cotidiana, como é o caso da maniçoba (*Manihot caerulescens*), cará-do-mato (*Dioscorea alata L*) e do melão-caetano (*Momordica charantia L.*), que atualmente, mesmo que sejam encontradas na vegetação espontânea local, não são priorizadas para o consumo, pois os vegetais convencionais como cenoura e batata-doce ganharam gradativamente maior espaço nas escolhas alimentares. No entanto, quando questionados, os moradores relataram considerar importante a volta desse consumo, por considerarem essas plantas mais saudáveis frente aos alimentos ultraprocessados que encontram disponível nos mercados.

CONCLUSÃO

A IA encontrada na maioria das residências pesquisadas revela uma necessidade de atenção do governo e sociedade frente ao retorno da fome no país; e assim, a retomada do consumo de espécies de PANC que já eram consumidas no passado, pode ser hoje uma alternativa aplicável frente à necessidade de melhoria de SAN da comunidade rural estudada. Dessa forma, o planejamento de ações que envolvam a aplicação de métodos de preparo e consumo adequados para os moradores da comunidade podem estimular a volta do uso dessas espécies para a alimentação cotidiana, auxiliando na melhora da situação de IA e promovendo resgate da cultura alimentar e melhoria de bem estar das famílias locais, uma vez que a comunidade já demonstra interesse de retomada do consumo dessas espécies.

Palavras-chave: Biodiversidade|Agricultura Sustentável|Segurança Alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Panorama da insegurança alimentar na população brasileira residente em Portugal durante o período pandêmico

Natale Marcello Figueiredo Teixeira; João Pedro Marques Lima.
Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra - Portugal.

INTRODUÇÃO

Um dos temas mais discutido no período pandêmico foi o agravamento da insegurança alimentar (IA) nas populações mais vulneráveis. Esta condição traz preocupações ao acesso a dietas saudáveis e diversificadas, e como consequências, prejuízos à saúde. Por ser um processo multidimensional, a IA está ligada a disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade alimentar, que foram afetados pela crise da COVID-19 e pelas respostas políticas de cada país. Em populações como as de mulheres, indivíduos com baixo poder de compra e imigrantes, o risco de IA é maior. Além da IA, a população imigrante está sujeita às vulnerabilidades estruturais como diferenças culturais, insegurança habitacional, discriminação, entre outros. Em Portugal, país onde foi realizado este trabalho, estudos sobre a IA nesta população são escassos, mesmo se tratando de um país que recebe muitos imigrantes. Portanto, este trabalho pretende verificar, o panorama atual da insegurança alimentar na população brasileira residente em Portugal, assim como, identificar os fatores que o influencia.

MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo observacional, cujo método de amostragem foi o não probabilístico acidental, com parecer ético favorável da comissão de ética do Instituto Politécnico de Coimbra (parecer CEIPC nº64/2022). Os dados foram recolhidos através de um questionário online constituído por questões sociodemográficas e pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). Para facilitar o entendimento das correlações do resultado do EBIA com as variáveis, os inqueridos foram separados em dois subgrupos: com familiares menores de 18 anos (ICM) e sem familiares menores de 18 anos (ISM). O tamanho amostral foi calculado através do software RaoSoft® com margem de erro de 5%. Os dados recolhidos e tratados com o recurso estatístico SPSS versão 27 para Windows, cujo nível de significância crítico foi de 5%.

RESULTADOS

384 brasileiros residentes em Portugal responderam ao questionário. 40,1% destes se encontra em alguma categoria de IA, porém, o nível mais prevalente em ambos os subgrupos é a IA leve. As variáveis que demonstram ter influência na situação de IA são: o nível de escolaridade, o rendimento médio familiar, a empregabilidade, o recebimento de apoio social, a autorização de residência e a condição da morada. No entanto, são mais comuns nos lares com menores de 18 anos, uma vez que, os lares sem crianças sofrem influência apenas da variável rendimento médio familiar.

CONCLUSÃO

Investigar insegurança alimentar é um desafio em função da complexidade e do extenso número de fatores associados a este fenômeno. Entretanto, espera-se que este estudo tenha sido uma contribuição para aumentar a discussão sobre o tema e o surgimento de políticas públicas efetivas. Estes dados poderão orientar futuras estratégias de mitigação da IA na população brasileira residente em Portugal.

Palavras-chave: Imigrantes |Insegurança alimentar |EBIA

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Panorama da Obesidade em Crianças e Adolescentes no Brasil: importância dos dados em saúde para monitoramento do estado nutricional

Ana Carolina Rocha de Oliveira; Carolina de Oliveira Coutinho; Hugo Braz Marques; Michele Gonçalves da Costa; Raphael Barreto da Conceição Barbosa.
Instituto Desiderata, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade infantojuvenil é uma condição complexa, multifatorial e de difícil manejo, sendo uma importante questão de saúde pública no Brasil e no mundo. A fim de mapear o cenário para proposição de estratégias e soluções em saúde que dialoguem com a realidade, revela-se essencial a garantia de monitoramento de dados de forma confiável e facilitada. O acompanhamento dos dados antropométricos e de consumo alimentar pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) é fundamental para o planejamento de intervenções em alimentação e nutrição. Entendendo sua importância, o Instituto Desiderata, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, produz a ferramenta “Panorama da Obesidade Infantojuvenil”. O presente resumo apresenta a ferramenta e sua potencialidade para subsidiar a produção acadêmico-científica e tomada de decisão de gestores.

MÉTODOS

O Panorama da Obesidade Infantojuvenil é uma ferramenta interativa, hospedada no site www.obesidadeinfantil.org.br/panoramainterface, que reúne dados antropométricos e de consumo alimentar de crianças e adolescentes, apresentados em uma página de fácil navegação, utilizando como fonte o SISVAN, com possibilidade de aplicação de filtros por sexo, faixa etária, raça/cor e território. A categoria “excesso de peso” foi obtida pela soma dos valores de “risco de sobrepeso”, “sobrepeso” e “obesidade” para crianças até 5 anos. Nas classes acima de 5 anos, refere-se à soma de “sobrepeso”, “obesidade” e “obesidade grave”. Na primeira versão, lançada em 2021, os dados foram extraídos da base do ano de 2020. No ano de 2022 a ferramenta passa a contar com série histórica de dados, a partir do ano de 2015, oferecendo robustez às análises.

RESULTADOS

Dos dados de estado nutricional segundo Índice de Massa Corporal no país, destacam-se as análises por gênero e raça/cor. A desnutrição é mais observada entre crianças e adolescentes negras (negros refere-se ao somatório de pretos e pardos) do sexo masculino. No período de 2015 a 2021, a desnutrição entre meninos negros são dois pontos

percentuais acima do valor observado entre brancos do sexo masculino em todo período. O excesso de peso foi maior no grupo de raça/cor branca, 37,4% do total de acompanhados em 2021. Dos hábitos alimentares, nos últimos sete anos o consumo de alimentos ultraprocessados no grupo de 2 a 19 anos foi superior a 80%, com maior percentual (89%) observado entre crianças de 5 a 10 anos no 2021. O consumo de feijão até 2020 tinha o indicador com valores acima de 80%. No entanto, em 2021 o valor percentual despenca em 30% em todos os grupos de 2 a 19 anos.

CONCLUSÃO

A ferramenta é uma significativa contribuição para as demandas tecnológicas atuais, produção acadêmico-científica e tomada de decisão em saúde. No cenário de aprofundamento das desigualdades sociais e crescimento da insegurança alimentar, mostra-se aliada no monitoramento dos agravos como a obesidade e desnutrição na população brasileira.

Palavras-chave: Vigilância Alimentar e Nutricional|Estado Nutricional|Segurança Alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Panorama de execução das ações de promoção da saúde, alimentação e nutrição do Programa Saúde na Escola nos anos pré-pandêmico e pandêmico.

Edilton Rodrigues Santos¹; Renata Lopes de Siqueira¹; Afonso Abreu Mendes Júnior¹; Marilya Nascimento Fraga¹; Thiago Von-Grapp Monteiro².

1. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE - Brasil; 2. Secretaria Estadual da Saúde, Aracaju - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Programa Saúde na Escola (PSE) é uma política intersetorial de promoção à saúde voltada para discentes das escolas públicas. O PSE prevê a execução de 12 ações de promoção da saúde, alimentação saudável e nutrição, cuja realização deve ser cíclica e executada conjuntamente pelas equipes das unidades de saúde e escolas. Partindo da hipótese de um impacto acentuadamente negativo nas ações do PSE devido a pandemia da Covid-19 iniciada em 2020, o presente estudo teve como objetivo fazer o levantamento das ações executadas nas 07 Regiões de Saúde (RS) do Estado de Sergipe no ciclo de 2019 e 2020. A expectativa foi evidenciar cientificamente o impacto da pandemia nas ações do PSE com vistas a fornecer informações que possam subsidiar medidas futuras de realinhamento e reparação de eventuais danos ao cumprimento dos objetivos do programa.

MÉTODO

Trata-se de um estudo transversal, de natureza quantitativa, no qual. Os dados de pesquisa foram extraídos do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB). Na sequência, procedeu-se a análise descritiva das frequências absolutas e relativas das ações de saúde, alimentação e nutrição do PSE pactuadas e executadas nas sete Regiões de Saúde (RS) do estado de Sergipe no ciclo 2019 e 2020.

RESULTADOS

A maioria dos municípios sergipanos (72 dos 75) executou alguma ação de do PSE no ano de 2019, sendo o município de Itabaianinha, pertencente a RS de Estância com o maior número de ações realizadas (473). Já em 2020, somente 50 municípios registraram ações do PSE, com o município de Ilhas das Flores, pertencente a RS Propriá, representando o maior número de ações realizadas (174). Destaca-se que 1.441 (47,24%) ações voltadas para promoção da Alimentação Saudável foram realizadas no ano de 2019, sendo o município de Lagarto (RS Lagarto) o com maior percentual de ações relacionadas a essa temática (13%). No ano de 2020, a cidade de Ilhas das Flores assumiu o primeiro lugar na execução de ações de Alimentação Saudável, totalizando 274 (8,98%). Foi

evidenciado também uma heterogeneidade e diversidade no número de ações entre municípios. Entretanto, houve uma queda geral e significativa de 2019 para 2020, com municípios realizando somente uma dentre as 12 ações como, por exemplo, o município de Arauá realizou apenas uma ação em 2020.

CONCLUSÃO

Possivelmente a queda significativa no número total de ações do PSE no decorrer do ciclo 2019/2020 se deve a suspensão das aulas, associada a necessidade de focalização das ações de Atenção à Saúde à população acometida pela COVID-19. O presente estudo evidenciou de forma mais precisa os danos gerados ao cumprimento das metas pactuadas de forma a possibilitar medidas corretivas nos ciclos subsequentes, sendo recomendável que pesquisas futuras de igual natureza, possibilitando o monitoramento contínuo do processo de cumprimento satisfatórios das ações do PSE.

Palavras-chave: saúde do Escolar|alimentação saudável|intersetorialidade

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Pântano alimentar no contexto do ambiente alimentar universitário do campus principal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: obstáculos para uma alimentação saudável

Patrícia Maria Périco Perez.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

As características do ambiente alimentar podem interferir no acesso físico a alimentos saudáveis e acentuar as desigualdades em saúde. A presença de pântano alimentar, isto é, maior disponibilidade de estabelecimentos de comercialização de alimentos ultraprocessados em relação aos que comercializam opções mais saudáveis, pode estar relacionado ao consumo de alimentos não saudáveis, dificultando a promoção de alimentação saudável no ambiente alimentar universitário (AAU). O objetivo deste estudo foi identificar a presença de pântano alimentar no AAU do campus principal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, visando promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos usuários que frequentam os estabelecimentos.

MÉTODOS

Estudo seccional, conduzido em novembro de 2019, que consistiu na avaliação do AAU, através de auditoria de todos os estabelecimentos que comercializavam alimentos, preparações e bebidas (APB) no campus, por meio de instrumento estruturado em *checklist*. Foram avaliados a presença de itens marcadores de alimentação saudável (refeições completas, frutas e hortaliças) e não saudável (ultraprocessados: guloseimas, refrigerantes, salgados fritos e sanduíches), além da caracterização dos estabelecimentos, preço, informação nutricional e propaganda. As análises foram realizadas no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) e as variáveis foram descritas por meio de frequência absoluta e relativa. Projeto aprovado pelo Comitê de Ética do Hospital Universitário Pedro Ernesto (CAAE 04177618.5.0000.5259).

RESULTADOS

Foram estudados 20 estabelecimentos no AAU, caracterizados predominantemente como mistos (fornece refeições e lanches) e lanchonetes. Destes, apenas 8 ofereciam itens marcadores de alimentação saudável e 2 disponibilizavam informação nutricional dos APB, enquanto grande parte dos estabelecimentos (n=18) ofertavam itens marcadores de alimentação não saudável. A maioria (n=15) dos estabelecimentos que tinha preço acessível, comercializava itens marcadores de alimentação não saudável como alimentos ultraprocessados (bebidas açucaradas e guloseimas), enquanto a minoria (n=5) disponibilizava alimentos saudáveis (frutas, hortaliças e refeições completas) a preços mais elevados. Notou-se também que o acesso físico aos itens marcadores de alimentação

não saudável é facilitado e nenhum estabelecimento apresentou propaganda estimulando o consumo de frutas, hortaliças e refeições completas.

CONCLUSÃO

No ambiente alimentar estudado, há a presença de pântano alimentar, caracterizado pela oferta frequente de itens marcadores de alimentação não saudáveis a preços acessíveis, estimulando o consumo destes alimentos em detrimento dos alimentos saudáveis, e desencorajando uma alimentação saudável. Os achados deste estudo apontam a necessidade de melhorias no AAU, por meio do desenvolvimento de intervenções que visem a promoção da distribuição equitativa de itens marcadores de alimentação saudável e a concretização da SAN.

Palavras-chave: : Segurança alimentar e nutricional|Desigualdades|Alimentos|Serviços de Alimentação|Universidades

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Pântanos e desertos alimentares e associações com características socioeconômicas em uma cidade de Minas Gerais

Priscila Moreira de Lima Pereira; Raquel Medeiros Kaiser Rossignoli; Mariana Cristina Feliciano de Castro; Bruna Costa Duarte; Ana Paula Carlos Cândido; Mário Círio Nogueira.

Universidade Federal de Juiz de Fora (Uffj), Juiz de Fora - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

O ambiente alimentar é a interface do consumidor com o sistema alimentar para adquirir os alimentos que consomem. De acordo com as características dos estabelecimentos que comercializam alimentos em determinadas localidades, podemos classifica-las como “pântanos alimentares” (exposição excessiva a estabelecimentos que comercializam alimentos não saudáveis) ou “desertos alimentares” (territórios onde o acesso aos alimentos saudáveis é limitado).

O objetivo é identificar regiões de desertos e pântanos alimentares e as associações com características socioeconômicas em uma cidade de Minas Gerais.

MÉTODOS

Estudo ecológico no qual avaliou-se o ambiente alimentar comunitário na cidade de Juiz de Fora, de Minas Gerais.

Por meio da planilha de Cadastro de Contribuintes, referente a junho de 2019, classificou-se os estabelecimentos de venda de alimentos segundo a proposta da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) em locais de aquisição de alimentos in natura, ultraprocessados e mistos. Os pântanos alimentares foram identificados de acordo com a metodologia do Centers for Diseases Control and Prevention (CDC), a qual recomenda o cálculo do índice *modified Retail Food Environment Index* (mRFEI) (razão entre estabelecimentos saudáveis e o total de estabelecimentos). Valores de mRFEI entre 0,01 e 20 são considerados pântanos alimentares. Os desertos alimentares foram classificados utilizando-se a metodologia da CAISAN, que se baseia no cálculo de estabelecimentos que comercializam alimentos in natura e mistos por 10.000 habitantes. São considerados desertos alimentares valores abaixo do percentil 25.

As regiões urbanas (RU) foram categorizadas de acordo com o Índice de Vulnerabilidade da Saúde (IVS) em: baixa; média e alta vulnerabilidade. Adicionalmente, as características socioeconômicas (proporção de pessoas com renda per capita mensal

abaixo de dois salários mínimos, analfabetismo, população de raça preta, parda ou indígena e domicílios sem rede de água tratada) foram avaliadas.

Os desertos e pântanos alimentares foram associados ao IVS e variáveis socioeconômicas. As análises estatísticas foram realizadas por meio do software SPSS[®] (versão 17.0).

RESULTADOS

Aproximadamente 68% das regiões foram classificadas como pântanos alimentares, destaca-se a elevada prevalência desses nas regiões de médio IVS: 79,3%. Os desertos alimentares estavam presentes em 25% das regiões urbanas sendo mais prevalentes em regiões de baixo IVS (44,4%) em relação às regiões de médio IVS (6,9%). Algumas regiões foram classificadas como pântanos e desertos alimentares, concomitantemente (9,9%). Não foram observadas diferenças na distribuição dos desertos e pântanos alimentares de acordo com as características socioeconômicas.

CONCLUSÃO

Os achados deste trabalho possibilitam compreender como é a distribuição dos estabelecimentos no município contribuindo para orientação de políticas públicas que melhorem o acesso a alimentos mais saudáveis.

Palavras-chave: Ambiente alimentar|Ambiente alimentar comunitário|Deserto alimentar|Pântano alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Papel indutor do incentivo financeiro federal para fortalecimento de ações no âmbito da Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil.

Marília Barreto Pessoa Lima Rodrigues; Ariene Silva do Carmo; Ana Maria Cavalcante de Lima; Gisele Ane Bortolini; Tatiane Nunes Pereira; Rafaella da Costa Santin.
Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição - Ministério da Saúde, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB) objetiva qualificar o processo de trabalho dos profissionais da Atenção Primária à Saúde para reforçar e incentivar a promoção do aleitamento materno e da alimentação saudável para crianças menores de dois anos. Foi publicada a Portaria GM/MS Nº 3.297, de 4 de dezembro de 2020, que instituiu, em caráter excepcional e temporário, o incentivo financeiro de custeio para intensificar as ações de promoção ao aleitamento materno e alimentação complementar saudável no âmbito da EAAB na APS. Desde a criação da EAAB, esse foi o primeiro repasse financeiro, sendo contemplados 382 municípios. O objetivo do estudo foi avaliar o papel indutor do incentivo financeiro no desempenho dos municípios nos indicadores da portaria.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de delineamento ecológico, desenvolvido com dados secundários de estado nutricional e marcadores de consumo alimentar dos relatórios públicos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). A análise descritiva contemplou o cálculo de distribuição de frequências relativas e absolutas para as variáveis categóricas do estudo. Para comparação de proporções, foi utilizado o teste de Qui-Quadrado. Os dados obtidos foram analisados com auxílio dos *softwares Statistical Package for the Social Sciences for Windows Student Version* (SPSS) versão 19.0. Para todas as análises, foi adotado o valor de significância de 5%.

RESULTADOS

239 dos 382 municípios (62,57%) atingiram meta - número de crianças com estado nutricional registrado em 2021 maior que o número registrado em 2020. E **215 dos 382 municípios (56,28%)**, atingiram a meta - número de crianças com marcadores de consumo alimentar registrados em 2021 maior que o número registrado em 2020. O cumprimento de ambas as metas foi observado em **157 dos 382 municípios (41,1%)**. Em comparação com os municípios brasileiros não contemplados na portaria, não houve diferença estatisticamente significativa em relação ao cumprimento da meta do estado nutricional (62,6% versus 59,8%, $p = 0,299$). Quando comparados municípios contemplados ou não na portaria, não houve diferença estatisticamente significativa em relação ao cumprimento da meta do estado nutricional (62,6% versus 59,8%, $p = 0,299$). Por outro lado, o percentual de cumprimento da meta do consumo alimentar (56,28% vs.

29,74%, $p < 0,001$) e de ambas as metas (41,1% vs. 20,45%, $p < 0,001$) foi maior em municípios contemplados na portaria.

CONCLUSÃO

Destaca-se a importância do monitoramento do estado nutricional e dos marcadores de consumo alimentar das crianças menores de dois anos acompanhadas na Atenção Primária, haja vista que representa relevante componente da vigilância em saúde, fundamental para as ações da EAAB. A diferença dos desempenhos entre municípios contemplados ou não na portaria demonstra que repasses financeiros induzem a organização dos processos de trabalho e se mostram efetivos para alavancar o desempenho na agenda de alimentação e nutrição.

Palavras-chave: Aleitamento materno|Alimentação saudável|Promoção da Saúde|Monitoramento|Políticas públicas

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Para além do prato: a influência do ambiente familiar na infância sobre o comportamento alimentar de estudantes universitários

Luciana Gonçalves de Orange; Cybelle Rolim de Lima; Mirella Eduarda da Silva;
Maria Thaynara Felipe Barbosa Bezerra Silva; Rebeca Gonçalves de Melo.
Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão - PE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A etiologia das relações disfuncionais com a alimentação é multifatorial e apresenta várias influências, entre elas, a família. As características dos cuidadores e a maneira que se relacionam com as crianças gera grande impacto na forma como elas se comportam com o alimento. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi descrever as experiências familiares no momento das refeições na infância de estudantes universitários do curso de nutrição e seus impactos no comportamento alimentar dos mesmos na vida adulta.

MÉTODOS

Pesquisa realizada com os discentes do curso de Nutrição do Centro Acadêmico de Vitória - Universidade Federal de Pernambuco, aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Pernambuco- Centro Acadêmico de Vitória, CAAE: 41748720.4.0000.5208. A pesquisa foi conduzida *online*, por meio de um instrumento da plataforma *Google Forms* e divulgado nas redes sociais entre julho de 2021 a fevereiro de 2022. Foi utilizado o questionário “Como era o ambiente familiar durante as suas refeições?” baseado no Manual do Programa de Alimentação Consciente (*Mindful Eating-Conscious Living- ME-CL*) elaborado pelas pesquisadora e na identificação dos comportamentos alimentares disfuncionais, o questionário *Three Factor Eating Questionnaire*– versão reduzida de 21 itens (TFEQR-21) traduzido e validado no Brasil.

RESULTADOS

A amostra foi composta por 33 alunos do curso de nutrição com idade entre 20 e 34 anos, os quais apresentavam algum tipo de comportamento alimentar disfuncional, identificados em pesquisa anterior, alcançando os seguintes escores: descontrole alimentar- 43,62; restrição cognitiva-50,03 e alimentação emocional-50,03. Através da análise do questionário sobre o ambiente familiar durante as refeições na infância, foi relatado que mais de 80% dos estudantes apresentavam um ambiente familiar feliz. Também foi relatado que a conversa entre as refeições se fazia presente em 63% das

famílias. A análise das respostas ao questionário, identificou ainda que de 12,12%, relataram não haver alimentos suficiente para todos, bem como nunca receberem as mesmas porções que os outros membros da família e 24,24% raramente recebiam as mesmas porções. Quanto ao fato de ser obrigado a comer quando não gostavam do alimento, sendo vítimas de ameaças ou violência quando não conseguiam comer tudo, ficando “de castigo”, que se caracterizava em deixar a criança sem comer e/ou ato de denegri-lo como formas de violência, foi descrito por 69,7% dos entrevistados. Além disso, 9% referiram sentir fome após as refeições por não terem comida suficiente para todos.

CONCLUSÃO

A partir da pesquisa pode-se concluir que, embora o ambiente familiar da maioria dos estudantes durante a infância fosse considerado agradável, haviam situações estressoras que podem ter acarretado impacto na vida desses indivíduos, levando à danos psicológicos, físicos e emocionais ao longo da vida que contribuíram para os comportamentos disfuncionais apresentados pelos mesmos.

Palavras-chave: Comportamento
Alimentar|Parentalidade

Alimentar|Criança|Espaço

Social

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Percepção da imagem corporal em adultos do estado de Sergipe

Ana Beatriz Moura Santos; Cindy Rafaela Pinto de Oliveira; Paula Regina Fontes dos Santos; Ticiane Clair Remacre Munareto Lima; Débora dos Santos Tavares; Veruska Moreira de Queiroz.

Universidade Federal de Sergipe, Aracaju - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A imagem corporal se refere a capacidade de representação mental do próprio corpo. Estudos realizados no Brasil e em diversos países demonstram que problemas relacionados à percepção da imagem corporal se tornam cada vez mais evidentes. Em consequência, os indivíduos que não se enquadram no padrão corporal ideal da sociedade, relatam problemas de baixa autoestima, preocupação com o corpo, comportamentos depressivos e transtornos do comportamento alimentar. Portanto, o objetivo desse estudo foi analisar a percepção da imagem corporal de adultos.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal e quantitativo com amostra não probabilística de adultos, de 20 a 59 de idade, de ambos os sexos, atendidos no Centro de Simulações e Práticas Clínicas da Universidade Federal de Sergipe, no município de Lagarto. Foram coletados dados da percepção da imagem corporal pela escala de silhuetas de Kakeshita e colaboradores (2009). Essa escala é composta por 15 formas representativas de silhuetas para adultos de cada sexo. Os participantes selecionaram a figura que representa seu corpo ideal. As figuras 1 a 3 correspondem ao intervalo de Índice de Massa Corporal (IMC) menor que 18,5kg/m² (baixo peso), as figuras 4 e 5 se configuram no intervalo entre 18,6kg/m² e 24,9kg/m² (eutrofia), 6 e 7 entre 25kg/m² e 29,9kg/m² (sobrepeso) e as figuras de 8 a 12 correspondem ao IMC acima de 30kg/m² indicando obesidade. As variáveis numéricas foram demonstradas por meio da média e desvio padrão e as categóricas através da frequência absoluta e relativa. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, sob parecer 2.099.101.

RESULTADOS

Participaram do estudo 80 adultos com média de idade de 36,24 (± 11,2 anos). A maioria dos participantes era do sexo feminino (n = 66; 82,5%), e avaliou-se com obesidade (n = 52; 65,0%), com predominância no sexo feminino (n = 45; 86,5%). Avaliaram-se abaixo do peso, 13,8% (n = 11) dos avaliados. Este mesmo resultado foi observado para o sobrepeso (13,8%; n = 11) e apenas, 7,4% (n = 6) consideraram-se com eutrofia.

CONCLUSÃO

Os resultados apontam prevalências de percepção de obesidade elevadas, principalmente para o grupo populacional do sexo feminino, o que pode estar relacionado a distorções corporais. Dessa forma, torna-se essencial a avaliação do estado nutricional em conjunto com a avaliação da percepção da imagem corporal, como também a promoção de intervenções, para identificar e prevenir populações em risco nutricional e de desenvolver transtornos alimentares.

Palavras-chave: Insatisfação corporal|Identidade corporal|Obesidade

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Percepção do peso corporal e perfil antropométrico em universitários: o que muda com dois anos de vida acadêmica?

Thais Maria Lopes Falcão¹; Fabianny Layza Cavalcante Bezerra¹; Camila Costa Lopes²; Heloísa Correia Santos²; Raquel Maria Costa França²; Poliana Coelho Cabral².

1. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/Ufpe/ Cnpq), Recife - PE - Brasil; 2. Curso de Graduação Em Nutrição – Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), Recife - PE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A percepção sobre o peso corporal é um componente muito importante da imagem corporal e pode revelar como a pessoa vê seu próprio peso, as preocupações e a satisfação a ele relacionadas. A insatisfação com o peso pode levar o indivíduo a adotar comportamentos saudáveis ou, dependendo do grau de insatisfação, pode ocorrer a adoção de comportamentos de risco. O ingresso na universidade também traz alterações no padrão alimentar tendo como consequências o ganho em peso. Desse modo, o objetivo desse estudo foi avaliar a associação entre a percepção do peso corporal e o perfil antropométrico de calouros universitários e sua evolução após dois anos de vida acadêmica.

MÉTODOS

Estudo de coorte prospectivo, envolvendo calouros matriculados nos cursos de Nutrição, Ciências Biológicas e Enfermagem de dois Campi da Universidade Federal de Pernambuco (Campi Recife e Centro Acadêmico de Vitória). A população elegível incluiu os alunos que iniciaram os cursos em 2015 e 2016. Os estudantes foram avaliados em três momentos diferentes, baseline, final do primeiro ano e final do segundo ano. Foi realizada a avaliação sobre a percepção corporal, do perfil antropométrico e dos aspectos sócio-econômico-demográficos. Foi considerada como percepção inadequada aquela em desacordo com o diagnóstico antropométrico realizado pelo índice de massa corporal (IMC). O estudo foi aprovado (CAAE 41423215.6.0000.5208) pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco.

RESULTADOS

Foram avaliados 138 estudantes, com 76,1% do sexo feminino. Quanto a antropometria, a frequência de magreza no baseline foi de 9,4% e de excesso de peso 24,6%. Não sendo evidenciado diferencial estatisticamente significativo entre o baseline e nenhum dos momentos avaliados. Quanto a percepção do peso corporal o comportamento no seguimento foi similar ao ocorrido na antropometria. No entanto, as frequências no baseline foram bem superiores com valores de 20,3% para magreza e 46,3% para o excesso de peso. No estudo comparativo entre o perfil antropométrico e a percepção,

verifica-se que os estudantes se viam com mais distúrbios nutricionais do que os diagnosticados pelo IMC com diferencial estatisticamente significante.

CONCLUSÃO

Os dados desse estudo apontam para a elevada distorção da percepção sobre o peso corporal em jovens universitários em todos os momentos avaliados, o que pode colocar em risco a saúde, principalmente em se tratando de indivíduos tão jovens.

Palavras-chave: Universitários|Percepção do peso|Perfil antropométrico

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Percepção dos gestores em saúde sobre os desafios e potencialidades na execução da Vigilância Alimentar e Nutricional

Ana Carolyne Lima Lino Sandes; Clara Cecília Ribeiro de Sa; Beatriz Gouveia Moura; Silvia Eugênia Oliveira Valença; Jucelir dos Santos; Andhressa Araújo Fagundes.
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), ação desenvolvida no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), permite a identificação do perfil alimentar e nutricional da população assistida com o objetivo de fornecer base para o planejamento de ações e criação de políticas públicas. A operacionalização da VAN é responsabilidade dos gestores da APS. Assim, cabe compreender os desafios e as potencialidades vivenciadas por esses atores no que diz respeito à estruturação e execução da VAN.

MÉTODOS

Estudo transversal, quantitativo, realizado com 371 gestores da APS de todo o país, selecionados por conveniência. A coleta de dados ocorreu entre junho e agosto de 2021 mediante aplicação de questionário no Google Forms. O instrumento buscou caracterizar os entrevistados, o funcionamento da VAN e identificar as dificuldades e potencialidades em sua execução. A análise dos dados objetivos foi realizada por meio do programa Statistical Package for the Social Sciences, versão 20.0, e dos subjetivos a partir da análise de conteúdo do tipo temática de Bardin. O projeto obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, conforme a Resolução no 466/2012 (Parecer nº 4.786.176) e os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

RESULTADOS

A maioria dos gestores eram do sexo feminino (87,9%), com formação em Enfermagem (46,1%) e Nutrição (37,2%). Os gestores consideraram a VAN muito relevante ou relevante para a prática profissional (93,5%) e melhoria da saúde (55,8%), justificando essa relevância devido a sua importância do planejamento de ações de promoção à saúde e controle dos agravos, e pelo monitoramento do diagnóstico alimentar e nutricional da população. Aqueles que consideraram a VAN pouco relevante ou irrelevante para a prática profissional (6,5%), justificaram sua resposta pela instabilidade e baixa cobertura do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Foi elucidado pelos gestores a importância dos relatórios produzidos com os dados de consumo alimentar e estado nutricional, uma vez que contribuem para o planejamento de ações e acompanhamento dessas. Ademais, os gestores consideraram que, para que as atividades que envolvem a

VAN sejam realizadas com efetividade, é imprescindível que haja a capacitação e sensibilização profissional, além de obrigatoriedade das atividades, disponibilidade de equipamentos e inserção do nutricionista na equipe mínima da APS.

CONCLUSÃO

A avaliação dos desafios enfrentados e as potencialidades observadas pelos gestores que atuam diretamente com a VAN no Brasil revelam que os principais desafios estão relacionados com a baixa cobertura dos dados coletados e com a instabilidade do Sisvan. A percepção destes atores oportuniza uma discussão baseada na realidade sobre as melhorias e futuras ações que podem ser implementadas, objetivando o fortalecimento da VAN.

Palavras-chave: Vigilância Nutricional|Atenção Primária à Saúde|Alimentos, dieta e nutrição

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Percepção dos profissionais de saúde sobre desafios e potencialidades na execução da Vigilância Alimentar e Nutricional

Ana Carolyne Lima Lino Sandes; Clara Cecília Ribeiro de Sa; Beatriz Gouveia Moura; Silvia Eugênia Oliveira Valença; Raísa Conceição Ferreira; Andhressa Araújo Fagundes.

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) é uma ação desenvolvida na Atenção Primária à Saúde e possui a capacidade de identificar as necessidades de saúde da população, sendo uma atribuição dos profissionais de saúde. Dessa forma, é imprescindível compreender os desafios e as potencialidades desta atividade na prática profissional, a partir da percepção daqueles que atuam diretamente com a VAN no Brasil.

MÉTODOS

Estudo transversal, exploratório e quantitativo, realizado com 632 profissionais de todo o país, selecionados por conveniência. A coleta de dados ocorreu entre junho e agosto de 2021 mediante aplicação de questionário on-line no Google Forms. Foi utilizado um questionário que dispunha de questões objetivas e subjetivas com a finalidade de caracterizar o profissional de saúde, percepções a respeito da realização da VAN e as dificuldades e potencialidades para a prática profissional. A análise dos dados objetivos foi realizada por meio do programa Statistical Package for the Social Sciences, versão 20.0, e dos subjetivos a partir da análise de conteúdo do tipo temática de Bardin. O projeto obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, conforme a Resolução no 466/2012 (Parecer nº 4.786.176) e os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

RESULTADOS

A maioria dos profissionais era do sexo feminino (92,1%) de todas as regiões do país, com formação em Nutrição (51,4%) e Enfermagem (30,2%). Os profissionais consideraram a VAN muito relevante ou relevante para a prática profissional (93,5%) assim como para a melhoria da saúde da população (95,0%), justificada pela importância da avaliação e diagnóstico de indivíduos ou coletividades, para o planejamento de ações, identificação de agravos nutricionais e promoção de saúde. A minoria dos profissionais entende a VAN como pouco relevante ou irrelevante para a sua prática (6,5%), justificada pela instabilidade do sistema. Os profissionais consideraram fácil ou muito fácil (78,4%) a coleta de dados antropométricos. Os que consideraram difícil ou muito difícil (16,7%)

justificaram-se pela falta de capacitação profissional, falta de materiais e equipamentos necessários, pouco tempo hábil e dificuldade para a digitação. Em relação à coleta de dados do consumo alimentar, 59,5% considerou muito fácil ou fácil. Aqueles que consideraram difícil (33,8%) relataram desafios como a adesão da população, falta de profissionais e de tempo para a coleta.

CONCLUSÃO

Este estudo contribui para a reflexão acerca dos desafios enfrentados e as potencialidades observadas pelos profissionais da saúde que atuam diretamente com a VAN no Brasil e oportuniza discussões e futuras ações a serem realizadas objetivando o fortalecimento da prática da VAN. Revela ainda que, embora a maioria dos profissionais vejam esta ação como relevante, existem questões operacionais que interferem diretamente e dificultam a implementação da VAN.

Palavras-chave: Vigilância Nutricional|Pessoal de saúde|Atenção primária à Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Percepção dos profissionais e gestores sobre a relevância do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional em Sergipe

Wanessa Monteiro Passos; Beatriz Gouveia Moura; Clara Cecilia Ribeiro de Sa;
Andhressa Araújo Fagundes.

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) promove o monitoramento contínuo da situação de alimentação e nutrição da população, bem como dos seus determinantes, sendo informações essenciais para o planejamento de intervenções relacionadas à promoção da saúde. Apesar do reconhecimento da importância do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) para apoiar gestores e profissionais da saúde no processo de organização e avaliação da atenção nutricional no Sistema Único de Saúde (SUS), ainda são encontradas limitações relacionadas à sua implementação. Nesse contexto, conhecer a percepção dos profissionais que atuam diretamente com esse sistema é imprescindível. Assim, o estudo tem o objetivo de avaliar a percepção de profissionais e gestores que atuam na Atenção Primária à Saúde (APS) acerca da relevância do Sisvan em Sergipe.

MÉTODOS

O presente estudo contou com a participação de gestores e profissionais da APS que atuam com a VAN em Sergipe. Trata-se de um estudo transversal, exploratório, de caráter quantitativo, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe sob número de Parecer 4.786.176. Os participantes foram selecionados por conveniência e a coleta de dados se deu a partir da aplicação de um questionário estruturado autoaplicável na plataforma Google Forms. Todos os participantes assinaram previamente um termo de consentimento livre e esclarecido. A tabulação dos dados foi realizada com o auxílio do programa Excel 2016® e a análise no programa Stata, versão 13.

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 104 atores que trabalham na APS com a VAN, sendo 35 gestores de 28 municípios sergipanos e 69 profissionais de 17 municípios sergipanos. No que se refere à caracterização dos gestores, a predominância foi de mulheres (88,6%), e a maioria (97,1%) do nível municipal de gestão. A maioria dos profissionais (50,7%) contam com ensino superior completo, e os dois cargos que mais se fizeram presente foram os de enfermeiro (39,1%) e de Agentes Comunitários de Saúde (37,7%). Quanto à avaliação da relevância do Sisvan, entre os gestores, nenhum considerou irrelevante, 2,9% o considera pouco relevante, 45,7% acham o sistema relevante e 51,4%, muito relevante.

Já 2,9% dos profissionais consideraram o sistema irrelevante, 5,8% pouco relevante, 45,7% relevante e 51,4% muito relevante.

CONCLUSÃO

Apesar das inúmeras dificuldades de implantação, execução, ampliação e cobertura do Sisvan, a percepção dos profissionais e gestores que o executa mostrou-se positiva no estudo realizado. A existência de profissionais e gestores que tenham uma percepção positiva em relação às práticas, objetivos e dados gerados pelo Sisvan, poderá contribuir com melhores coberturas e com a superação de parte dos desafios na implementação e efetividade desse sistema de informação na APS.

Palavras-chave: Vigilância Nutricional|Atenção Primária à Saúde|Sistemas de Informação em Saúde|Pessoal de saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Percepção dos responsáveis e orientação da escola sobre a elaboração do lanche escolar de pré-escolares

Natacha Carucci Gomes¹; Sebastião Sousa Almeida¹; Maria Fernanda Laus².

1. Universidade de São Paulo (Usp), Ribeirão Preto - SP - Brasil; 2. Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp)/Universidade de São Paulo (Usp), Ribeirão Preto - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço estratégico de vivência, produção da saúde e formação de hábitos alimentares. Suas ações têm o poder de influenciar todos os membros da comunidade escolar, principalmente crianças e adolescentes, que passam grande parte do dia no ambiente escolar e ali realizam refeições. O lanche escolar, quando enviado de casa, torna-se responsabilidade da família no que se refere à organização, escolha, estabelecimento da quantidade e qualidade e forma de preparo dos alimentos. Dessa forma, a escola deve promover ações de educação alimentar e nutricional que irão ajudar na construção de ambientes favoráveis às escolhas adequadas, evidenciando o papel fundamental dos pais, educadores e profissionais da saúde na formação de bons hábitos alimentares. O objetivo do presente estudo foi avaliar aspectos relacionados à organização familiar, percepção do responsável sobre a elaboração e a composição do lanche, dificuldades e possível orientação da escola sobre a composição do lanche escolar.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional, que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 30724320.7.0000.5407). Participaram da pesquisa 176 pais de crianças menores de 7 anos que enviam o lanche escolar de casa. A coleta de dados ocorreu virtualmente pela plataforma SurveyMonkey e a divulgação foi feita por redes sociais e e-mails. Os participantes deram aceite no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foram direcionados para um questionário elaborado pelos pesquisadores. As questões abordavam itens sobre quem é o responsável pela elaboração, compra e preparo do lanche, frequência de compra dos itens, se recebeu instrução da escola sobre a composição ideal da lancheira e se o responsável considera os lanches saudáveis.

RESULTADOS

A escolha dos alimentos para composição dos lanches fica praticamente sob a responsabilidade das mães (93,2%; n = 164), bem como a compra dos alimentos (81,8%; n = 144) e o preparo do lanche (88,6%; n = 156). A maior parte das famílias organiza a compra semanalmente (94,9%; n = 167) e pouco mais da metade dos participantes (56,8%; n = 100) relataram que receberam instruções da escola sobre quais alimentos deveriam ser enviados. Entretanto, embora quase metade dos participantes não tenha recebido nenhuma orientação da escola, a maioria considera enviar lanches saudáveis

(69,3%; n = 122). Em relação à montagem da lancheira, 55,7% dos responsáveis (n = 98) não consideram difícil montar.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a responsabilidade pelo processo de elaboração, escolha, compra e preparo do lanche escolar fica sob a responsabilidade das mães e pouco mais da metade não acha difícil montá-lo. Aproximadamente metade das escolas não ofereceu orientação às famílias em relação à composição ideal para o lanche, o que deixa uma lacuna para que alimentos não saudáveis sejam enviados, e mostra que as escolas ainda precisam ser mais ativas em ações educativas relativas a alimentação. Apoio: CAPES/PROEX e UNAERP.

Palavras-chave: alimentação infantil|escola|lanche escolar|pais

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Percepção e atitude dos consumidores brasileiros em relação aos produtos *diet* e *light*

Bárbara Carolina Herani Lima¹; Larissa de Almeida Costa¹; Bartira Mendes Gorgulho¹; Erick Almeida Esmerino²; Ana Paula Aparecida Pereira¹.

1. Universidade Federal de Mato Grosso - Ufimt, Cuiabá - MT - Brasil; 2. Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os produtos *diet* e *light* frequentemente induzem os consumidores ao erro, pois ainda há muitas dúvidas e falta de conhecimento sobre a utilização correta desses produtos. Para analisar o comportamento dos consumidores acerca dos produtos *diet* e *light*, as técnicas projetivas podem ser instrumentos interessantes. Assim, o presente estudo teve como objetivo explorar a percepção dos consumidores em relação aos produtos *diet* e *light* e as principais motivações envolvidas na escolha desses produtos.

MÉTODOS

Estudo exploratório do tipo transversal. Foi desenvolvido um questionário *online* de autopreenchimento na plataforma *Compusense Cloud* e compartilhado pelas redes sociais e *e-mails*, sendo incluídos no estudo brasileiros, maiores de 18 anos e residentes no Brasil. O questionário foi composto por questões socioeconômicas e demográficas e sobre consumo de seis produtos: achocolatado, doce, iogurte, pão de forma, refrigerante e requeijão em suas diferentes versões (tradicional, *diet* ou *light*). Por fim, os participantes foram questionados sobre os motivos envolvidos nas escolhas e consumo destes produtos. Foi calculada a frequência relativa das características socioeconômicas e demográficas e do consumo dos produtos segundo suas versões. As respostas obtidas sobre as motivações de consumo dos produtos foram avaliadas pelos testes de Kruskal Wallis e de Conover-Iman. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso (CAAE: 52607421.6.0000.8124).

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 151 consumidores, sendo 72,85% do sexo feminino, 34,44% entre 18-25 anos, 38,41% com pós-graduação, 40,40% residentes na região Sudeste e com renda de 2-5 salários-mínimos. A maioria dos participantes disseram consumir a versão tradicional dos produtos, destacando-se o doce (93,33%, n = 126). Refrigerante e iogurte foram os produtos que apresentaram maior consumo da versão *diet*, sendo consumidos por 17,72% (n=14) e 14,56% (n=15) dos participantes, respectivamente, enquanto o requeijão foi o produto que teve maior consumo da versão *light* (25,47%, n=27). Considerar o produto saboroso é o principal motivo que leva os consumidores a optar por determinada versão do produto, com média acima de 5,0 em uma escala de sete pontos, sem diferença estatística entre os produtos. Pela tarefa de Associação de Palavras, os

produtos *diet* foram associados principalmente à produtos com alguma restrição, como “sem açúcar” (n= 76), o que está de acordo com sua definição. Entretanto, os produtos *light* foram associados à “produto saudável” (n=38), o que não condiz com a realidade.

CONCLUSÃO

A preferência por produtos na versão tradicional pode ser devido ao melhor sabor que esses produtos possuem, já que os participantes demonstraram se importar com as características sensoriais dos produtos. Também demonstraram compreender o que é um produto *diet*, mas ainda há dúvidas quanto aos produtos *light*.

Palavras-chave: Técnicas projetivas|Comportamento do consumidor|Ultraprocessados

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Percepção e satisfação da imagem corporal de mulheres praticantes de atividade física em um município Sergipano

Ticiane Clair Remacre Munareto Lima; Veruska Moreira de Queiroz; Diva Aliete dos Santos Vieira; Barbara Melo Santos do Nascimento; Zabdiel Paz Neri; Ricardo Tadeu Alves Santos.

Universidade Federal de Sergipe, Lagarto - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

Um grupo muito vulnerável aos comportamentos compulsivos e insatisfação da imagem corporal é o de mulheres, que além de possuírem uma maior dependência da autoestima na aparência podem passar por situações emocionais negativas durante a vida as quais podem influenciar negativamente na satisfação e percepção da imagem corporal. O objetivo deste estudo foi avaliar a percepção e satisfação da imagem corporal de mulheres praticantes de atividade física na cidade Estância/SE.

MÉTODOS

Estudo descritivo, transversal, com amostragem por conveniência com 53 mulheres entre 20 e 59 anos, não gestantes, participantes do projeto Atividade física saúde cidadã do município de Estância, Sergipe, pelo menos 3x/semana. O peso (kg) e a altura (m) foram coletados para a mensuração do Índice de Massa Corporal (IMC). Para avaliação da percepção e satisfação da imagem corporal foi utilizada a escala de silhuetas que foi apresentada em serie ordenada e ascendente. As mulheres entrevistadas foram instruídas em selecionar primeiro a figura que representasse o tamanho da silhueta atual (real), em seguida a figura que representasse a tamanho da silhueta que gostaria de ter (desejada). Para a satisfação corporal levou-se em consideração a margem de tolerância de uma silhueta entre a silhueta real e a desejada. Para avaliar a presença de distorção na percepção da imagem corporal, foi considerado a diferença entre o IMC aferido e o IMC correspondente à figura da silhueta desejada escolhida. As distorções foram classificadas em positivas, negativas e ausência de distorção. Para análise dos dados foi utilizado o software SPSS versão 22.0 para Windows. Estudo aprovado no Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe (protocolo 2.587.210).

RESULTADOS

Das mulheres avaliadas 54,7% eram casadas, 75,5% recebiam até 2 salários mínimos/mês e 75,5% estavam na classe social “E”. O excesso de peso pelo IMC foi observado em 67,9% das mulheres. A média do IMC aferido foi 27,64 kg/m² (±4,56). Em relação às respostas obtidas, a média do IMC correspondente a silhueta atual foi 32,7 kg/m² (±6,20) e a média do IMC correspondente a silhueta desejada foi 28,68 kg/m² (± 4,58). Apenas 37,7% da amostra demonstrou satisfação com sua imagem corporal. A grande maioria (96,2%) da população apresentou distorção de imagem, sendo 13,2% uma distorção

positiva, ou seja, reconhecem o seu corpo “menor” do que o real e 83% uma distorção negativa, ou seja, reconhecem o seu corpo como maior do que o real (IMC Medido).

CONCLUSÃO

A população estudada possui uma elevada prevalência de excesso de peso e alto grau de insatisfação da imagem corporal e distorção predominantemente negativa, demonstrando assim desejo de diminuir de corpo. Os resultados encontrados podem refletir em atitudes comportamentais e práticas nutricionalmente perigosas e devem ser levados em consideração nas condutas nutricionais.

Palavras-chave: Identidade Corporal|Sobrepeso|Exercício físico

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Percepções de comensais do Sul do Brasil acerca das mudanças ocorridas na alimentação

Marilene Cassel Bueno¹; Raísa Vieira Homem¹; Juliana Machado Severo¹; Fabiana Thomé da Cruz²; Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz¹.

1. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS - Brasil; 2. Universidade Federal de Goiás, Goiânia - GO - Brasil.

INTRODUÇÃO

A alimentação tem passado por muitas mudanças, padrões alimentares mais tradicionais como o consumo de alimentos mais frescos e produzidos localmente foi cedendo espaço para alimentos ultraprocessados, que são caracterizados pela facilidade e acesso e também de preparo que facilita o consumo. Diante disso, objetivou-se analisar as percepções dos comensais sobre as mudanças na sua alimentação.

MÉTODOS

Esse trabalho é parte de uma pesquisa que buscou analisar os ambientes alimentares em Palmeira das Missões, um município de pequeno porte localizado na região norte do estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa com 19 comensais com idade entre 21 e 60 anos, residentes na área urbana do município. Utilizou-se como técnica de pesquisa entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os meses de maio e julho de 2019. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAAE: 07729519.6.0000.5347).

RESULTADOS

A análise dos resultados demonstra que os comensais perceberam que ao longo do tempo ocorreram mudanças em sua alimentação, apresentadas em quatro aspectos: 1) origem dos alimentos: anteriormente os alimentos eram, em sua maioria, oriundos da produção local e da produção para o consumo, principalmente feijão, frutas, legumes, verduras, tubérculos como mandioca e batata e carnes; 2) tipos de alimentos: anteriormente eram consumidos mais alimentos *in natura* e atualmente alimentos industrializados estão mais presentes na alimentação, por exemplo, os comensais citam que era frequente comer pão com chimia caseira (tipo de geléia que tem pedaços de fruta ou tubérculos) e hoje esses alimentos foram substituídos por pão francês/ “cacetinho” ou torradas industrializadas e ricota; outro alimento citado foi o pão de milho, que era muito consumido e que atualmente não se consome com frequência; 3) preparo dos alimentos: os interlocutores falaram que antes era mais comum consumir alimentos preparados em casa e atualmente também há a compra de alimentos prontos motivados pela praticidade de alimentos prontos e/ou pré-prontos e; 4) hábitos alimentares, que também tiveram mudanças

relacionadas aos horários definidos para a alimentação: atualmente as refeições são menos frequentes e é menos comum sentar para comer juntos.

CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa demonstraram que ocorreram mudanças no consumo alimentar, que são percebidas pelos comensais e se relacionam a origem e tipo dos alimentos, modos de prepara e de consumo, mudanças que tendem a alimentos pré-prontos e a hábitos alimentares mais individualizados. Tais transformações evidenciam a necessidade de concepção e melhoria de estratégias e ações de promoção de alimentação adequada e saudável. As políticas públicas, os serviços e setores de saúde devem enfrentar tais mudanças de forma intersetorial a fim de proteger a saúde e garantir o direito humano à alimentação adequada.

Palavras-chave: Hábitos alimentares; Alimentos industrializados; Alimentos in natura;

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Perfil, acessibilidade e utilização de usuários de restaurantes populares da região metropolitana de São Luís-Maranhão

Luana Lopes Padilha¹; Denisy Pinto Lima²; Leudimar Carvalho Soares Filho²; Nádia Caroline de Moura Matias²; Victor Nogueira da Cruz Silveira³; Maria Tereza Borges Araujo Frota³.

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Ifma), Barreirinhas - MA - Brasil; 2. Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (Ses-Ma), São Luís - MA - Brasil; 3. Universidade Federal do Maranhão (Ufma), São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Restaurante Popular (RP) tem papel fundamental para o alcance do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional das populações vulneráveis, com a oferta de refeições nutricionalmente balanceadas. O perfil de usuários que os RP pretende alcançar é aqueles em situação de vulnerabilidade social e em insegurança alimentar e nutricional. O objetivo deste estudo é identificar o perfil, a acessibilidade e a utilização de usuários de restaurantes populares da região metropolitana de São Luís, Maranhão.

MÉTODOS

Estudo descritivo, realizado em oito RP da região metropolitana de São Luís-MA, em dezembro de 2020. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa, com número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 31197720.8.0000.5087 e aprovada sob parecer de nº 4.043.090. Foram incluídos os indivíduos com 18 anos ou mais de idade, de ambos os sexos, usuários dos RP em estudo e que aceitaram participar voluntariamente com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A amostra total foi de 194 pessoas. O formulário aplicado foi adaptado da metodologia proposta pelo Ministério de Desenvolvimento Social (2005), para obtenção das características socioeconômicas, demográficas, de saúde, da acessibilidade e utilização dos usuários dos RP.

RESULTADOS

A média de idade dos usuários foi de 44 anos (mínima de 18 e máxima de 83 anos), predomínio do sexo masculino (58,8%), dos solteiros/separados/divorciados/viúvos (61,9%), com ensino médio completo/superior incompleto (56,2%) e residência fixa (86,6%). A maioria tinha trabalho formal (31,9%) e informal (22,7%), com renda familiar per capita de ½ a 1 salário mínimo (30,2%); 66,5% não recebiam benefício social do governo. As doenças mais referidas foram a hipertensão arterial (21,1%) e o diabetes (9,3%). Quanto à acessibilidade ao RP, a maior parte vai a pé (36,1%) e de ônibus (30,4%), costuma vir de casa (44,8%) ou do trabalho (38,7%); 68,1% enfrentavam fila para almoçar, com um tempo de espera de no máximo 10 minutos (39,7%); 84,5% responderam que nenhuma vez deixaram de almoçar no RP quando o procuraram. A

maioria relatou que o valor pago nas refeições no RP cabe na sua renda mensal (94,3%) e que em relação ao que ganha mensalmente, não é nem alto e nem baixo (45,9%), ou é baixo (45,4%). Quanto à utilização do RP, eles o utilizavam em todos os dias de funcionamento (segunda a sexta-feira) para almoçar (41,8%). O almoço (97,9%) e o jantar (10,8%) foram citados como refeições geralmente consumidas no RP. Como motivos da escolha do RP para realização do almoço, o preço de R\$ 3,00 foi citado como fator decisivo (66,5%), seguido da localização (50,5%) e o fato de o RP ofertar uma refeição saudável (47,4%).

CONCLUSÃO

Os RP mostraram-se bem frequentados e estão cumprindo com o objetivo maior do programa que é o de oferecer refeições nutricionalmente balanceadas, originadas de processos seguros, em local confortável, de fácil acesso e baixo custo.

Palavras-chave: Restaurantes|Adultos|Idosos|Política pública|Direito humano à alimentação adequada

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Perfil antropométrico, consumo de frutas e concentração plasmática de vitamina C de estudantes de uma universidade pública do Sul do Brasil

Glenda Mariana Cantoni Brock¹; Esmirrá Isabella Tomazoni²; Katharine Margaritha Satiro Braz¹; Cristian Ferreira Corona¹; Fernanda Oliveira Lima¹; Dalila Moter Benvegnú¹.

1. Universidade Federal da Fronteira Sul (Uffs), Realeza - PR - Brasil; 2. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Foz do Iguaçu - PR - Brasil.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, observou-se mudanças nos hábitos alimentares da população brasileira, intensificada pela transição nutricional, refletindo sobre o aumento da prevalência de indivíduos com sobrepeso e obesidade. No contexto acadêmico, pesquisas apontam que os estudantes apresentam comportamentos alimentares inadequados, caracterizados pela omissão de refeições, pelo alto consumo de alimentos ultraprocessados, com baixo teor nutricional em detrimento da ingestão de frutas, tornando-se mais suscetíveis a deficiências nutricionais. Portanto, o objetivo deste trabalho foi identificar o perfil antropométrico, consumo de frutas e a concentração plasmática de vitamina C de estudantes de uma universidade pública.

MÉTODOS

Pesquisa transversal e quantitativa, realizada no ano de 2021. Aplicou-se questionário referente ao consumo de frutas e dados antropométricos, por meio da plataforma Google Meet, devido à pandemia da COVID-19. Utilizou-se o Guia Alimentar para a População Brasileira para adequar o consumo de frutas em abaixo, adequado ou excesso. Através das medidas antropométricas, classificou-se o Índice de Massa Corpórea (IMC), conforme preconizado. Realizou-se a coleta sanguínea no laboratório da universidade, para posterior determinação e adequação de vitamina C plasmática, conforme métodos e valores preconizados. Os indivíduos foram convidados a participar do estudo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel®, 2019 e avaliados no software SPSS, 1.4.1. Adotou-se um valor de $p < 0,05$ como nível de significância. Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sob nº 87026418.1.0000.5564.

RESULTADOS

Participaram do estudo 188 estudantes, dos quais 74,5% (n=140) e 25,5% (n=48) eram do sexo feminino e masculino, respectivamente. 44,7% (n=84) apresentaram idade entre 18 e 21 anos e 55,3% (n=104) entre 22 e 58 anos. A média do IMC dos estudantes foi de 23,36 kg/m², classificando-se como eutróficos. Sobre o consumo de frutas, 61,2% (n=115) apresentaram baixo consumo. Apenas 104 estudantes aceitaram participar da coleta sanguínea, para análise de vitamina C plasmática, sendo que 76,9% (n=80)

apresentaram níveis adequados e 23,1% (n=24) níveis abaixo do valor de referência. Observou-se que quanto maior a idade, maior o IMC ($p=0,003$); e quanto maior o IMC, mais altos os níveis de vitamina C ($p=0,002$). Para mais, houve maior prevalência de níveis reduzidos de vitamina C entre o sexo masculino ($p=0,03$). E quando verificado o consumo de frutas, percebeu-se que os homens apresentaram baixo consumo.

CONCLUSÃO

Os resultados mostram que mais da metade da amostra apresentou níveis plasmáticos de vitamina C adequados, embora o consumo de frutas esteja abaixo do recomendado. Diante disso, este estudo vem para reforçar a importância de educação alimentar e nutricional aos universitários, com o intuito de sensibilizar para melhores escolhas.

Palavras-chave: Estado nutricional|Ácido ascórbico|Coleta de amostras de sangue|Frutas|Universidade

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Perfil das nutrizes e lactentes atendidos em um banco de leite humano de São Luís-MA

Jacqueline Martins Cantanhede¹; Francisca Adriana Vieira da Silva¹; Isabella Cristina Loiola de Moraes Pereira¹; Sueli Ismael Oliveira da Conceição¹; Poliana Cristina de Almeida Fonseca Viola²; Nayra Anielly Cabral Cantanhede¹.

1. Ufma, São Luís - MA - Brasil; 2. Ufpi, Teresina - PI - Brasil.

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno é essencial para adequada nutrição do lactente, reduzir a mortalidade infantil e impactar positivamente da saúde da nutriz. Apesar da sua grande relevância, os índices de amamentação exclusiva encontram-se abaixo do recomendado. Tal fato pode ter relação com o perfil das nutrizes e com as informações repassadas no pré-natal. O estudo teve como objetivo determinar o perfil das nutrizes e lactentes atendidos em um Banco de Leite Humano de São Luís – MA.

MÉTODOS

Estudo descritivo realizado no Banco de Leite Humano do Hospital Universitário do Maranhão no período de novembro de 2017 a novembro de 2018. Foram avaliados dados socioeconômicos, demográficos, de cuidados pré-natais das nutrizes e dados sobre: tipo de parto, de gestação, sexo e idade gestacional das crianças. Para análise descritiva utilizou-se o STATA 14.0 As variáveis qualitativas foram apresentadas em percentuais e as quantitativas, por médias e desvio padrão. Teve aprovação no Comitê de Ética sob pareceres número 2.341.252 em 20/10/2017 e número 2.673.595 em 24/05/2018.

RESULTADOS

Participaram do estudo 267 pares nutrizes-lactentes. A maioria das nutrizes entrevistadas tinham idade entre 20 a 34 anos (72,3%), cor da pele não branca (87,3%), possuíam de 12 a 16 anos de estudo (75,3%), relataram ter até dois filhos (81,3%) e residiam com até quatro pessoas (58,8%). Quanto a situação conjugal, 70,8% das nutrizes conviviam com seu companheiro e 29,2% eram solteiras. Quando questionadas sobre quem era o chefe de família, 56,0% responderam que eram o companheiro, 21,4% os avós e 14,3% a própria nutriz. Em relação a ocupação, 66,2% não trabalhavam fora de casa e 62,5% não era beneficiária de programas sociais. Predominaram nutrizes com renda familiar < um salário mínimo (42,2%). Em relação ao número de consultas no pré-natal, 80,9% realizaram mais de seis consultas, a maioria consultou na rede pública (94,7%), 90,6% não fez o curso pré-natal, 55,1% não recebeu orientação sobre aleitamento materno, 64,0% não foi orientada sobre a posição do bebê para amamentar, 60,0% não tiveram orientações sobre cuidados com as mamas, no entanto, 66,3% tiveram acompanhamento

da equipe de lactação do hospital onde o bebê nasceu. A maior parte das crianças era do sexo feminino 54,3%, tinha a cor da pele não branca (68,1%) e nasceu de parto normal (53,6%). Em relação as variáveis quantitativas, ao nascer as crianças tiveram média de peso de $3399,4 \pm 2163,9$ g, de comprimento $48,7 \pm 2,1$ cm, de perímetro cefálico $34,6 \pm 1,7$ cm e perímetro torácico $33,4 \pm 1,9$ cm.

CONCLUSÃO

O estudo revelou perfil socioeconômico e demográfico adversos das nutrizes. Fatores maternos relacionados à amamentação, como idade, escolaridade, situação conjugal, renda, assistência no pré-natal e o tipo de parto, são aqueles que atuam com absoluta influência sobre aleitamento materno. O que reforça a complexidade da rede biopsicosociocultural que o aleitamento materno exclusivo necessita.

Palavras-chave: Aleitamento Materno|Saúde da Criança| Banco de Leite Humano

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Perfil de denúncias de exercício ilegal da profissão de nutricionista por estudantes de graduação em nutrição recebidas pelo Conselho Regional de Nutricionistas - 4ª Região

Helena Cristina Camelo Nascimento Guedes; Maria Lucia Teixeira Polonio; Maria Arlette Saddy; Andrea Abdala Frank Valentim; Marta Moeckel Amaral Lustosa; Samara Gomes Silva Crancio.

Conselho Regional de Nutricionistas 4ª Região, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Fiscalização estabelecida pelo Conselho Federal de Nutricionistas prevê, como um dos seus objetivos, assegurar que a atenção alimentar e nutricional ao indivíduo e à coletividade seja prestada por profissionais habilitados. O Conselho Regional de Nutricionistas 4ª Região (CRN-4) recebe e apura as denúncias da sociedade. As denúncias em face de estudantes de nutrição no CRN-4 são tratadas pela Comissão de Formação Profissional (CFP), considerando que cabe às Instituições de Ensino Superior (IES) a responsabilidade pela formação técnica e ética dos discentes e a adoção de medidas disciplinares. O objetivo do trabalho foi quantificar e acompanhar o comportamento das denúncias recebidas referentes ao exercício ilegal da profissão de nutricionista por estudantes de nutrição nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

MÉTODOS

Trata-se de estudo transversal e descritivo das denúncias de exercício ilegal da profissão de nutricionista por estudantes de nutrição recebidas entre os anos de 2019 a 2021. O canal de recebimento utilizado foi uma plataforma específica na página do CRN-4 na internet. As denúncias seguiram fluxo definido pela CFP que compreende: recebimento com protocolo, análise preliminar e verificação de existência de indícios de exercício ilegal da profissão de nutricionista, utilizando-se como parâmetro os artigos 1º e 3º da lei federal 8234/1991. Em caso de denúncia procedente, houve envio de ofício ao coordenador da IES informando a irregularidade e solicitando providências.

RESULTADOS

O levantamento realizado nos anos de 2019 a 2021 totalizou 200 denúncias relativas ao exercício ilegal por estudantes, sendo 45 em 2019, 71 em 2020 e 84 em 2021. Do total das denúncias que corresponderam ao exercício ilegal da profissão de nutricionista nesse período (493), 40,57% eram relacionadas a discentes. Quanto ao perfil de denunciadores no período, 50% não se identificaram, 24% se identificaram e 26% solicitaram sigilo de sua identidade. Notou-se que o número de denúncias com identificação do denunciante diminuiu ao longo do período avaliado, passando de 37,8% em 2019 para 12% em 2021. Conseqüentemente, houve aumento do número de denúncias anônimas, de 48,9% em 2019 para 63,1% em 2021. Os fatos geradores mais denunciados no período foram

“consultoria/atendimento nutricional/prescrição dietética” (124) e “designação de nutricionista” (106), seguidas de “orientação alimentar/cursos/palestras” (55) e “grupo/programa de emagrecimento” (21).

CONCLUSÃO

Os resultados demonstraram que o número de denúncias de exercício ilegal por discentes praticamente dobrou entre os anos de 2019 e 2021. Notou-se que o número de denúncias anônimas e com pedido de sigilo da identificação correspondeu a 76% do total de denúncias no período avaliado. A parceria do CRN-4 com as IES foi fundamental para desdobramento das denúncias com adoção de medidas que coibissem o exercício ilegal da profissão de nutricionista.

Palavras-chave: conselho de nutricionistas|fiscalização|formação profissional|ética|mídias sociais

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Perfil epidemiológico de diabetes mellitus e hipertensão arterial no município de Maceió-AL nos anos de 2013 e 2019

Maria Amália de Alencar Lima¹; José Carlos Araújo Silva²; Jordane Gomes dos Santos²; Leiko Asakura².

1. Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, Maceió - AL - Brasil; 2. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) são um grupo de doenças de maior magnitude no Brasil, atingindo especialmente pessoas mais vulneráveis, como as de baixa renda e escolaridade, pois estão mais expostas aos fatores de risco e têm menor acesso aos serviços de saúde. Dentre as DCNT, a hipertensão arterial sistêmica (HAS), doença de alta prevalência e um importante fator de risco para o desenvolvimento de outras doenças cardiovasculares, e o diabetes mellitus (DM), considerado uma epidemia mundial e acarreta desafios complexos aos sistemas de saúde, são as mais frequentes e estão entre as principais causas de mortalidade e de hospitalizações no Brasil. O objetivo desse trabalho foi avaliar o perfil epidemiológico do DM e da HAS na população adulta em Maceió.

MÉTODOS

Estudo descritivo da população com idade ≥ 18 anos, residente em Maceió, que informou ter recebido diagnóstico médico de DM ou de HAS nos anos de 2013 e 2019. Os dados foram obtidos da Pesquisa Nacional de Saúde, inquérito de saúde nacional de base domiciliar realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com o apoio do Ministério da Saúde e foram tratados no Excel[®].

RESULTADOS

A prevalência de DM diminuiu, passou de 9,8% em 2013 para 9,3% em 2019, porém a de HAS aumentou, passou de 21,4% em 2013 para 26% em 2019. A análise por sexo mostrou que em 2013, a proporção de homens diabéticos (10%) foi maior do que de mulheres (9,7%), enquanto que em 2019 ocorreu uma inversão (9,4% de mulheres e 9,1% dos homens). A hipertensão entre as mulheres (22,6% em 2013 e 28,0% em 2019) foi mais prevalente do que entre os homens (19,9% em 2013 e 23,5% em 2019). O diagnóstico de diabetes ou de hipertensão aumentou com a idade. A prevalência de DM nos idosos (≥ 60 anos) foi mais expressiva (média de 23%) que nos adultos com 30-59 anos (8%); situação semelhante com a HAS (média de 58,3% nos idosos e 25,6% nos adultos). Notou-se menor proporção de DM nas pessoas autodeclaradas pretas (6,7%) do que brancas e pardas (10,2% e 9,3%). Quanto à HAS, as prevalências foram equivalentes entre pretas e pardas (26,8% e 26,7%), e menor entre pessoas brancas (24,4%). Pessoas com renda ≥ 5 salários mínimos (SM) apresentaram menor proporção de DM (5,8%) e

HAS (10,4%), ao contrário do que ocorreu entre pessoas sem renda e com renda até 5 SM (média de 9,7% para DM; média de 27,6% para HAS). Quanto à escolaridade, pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto foram as mais acometidas por DM (13,8%) e HAS (37,4%).

CONCLUSÃO

São necessárias ações de promoção e atenção à saúde integradas e voltadas para a população como um todo, porém é importante realizar um acolhimento mais atento para pessoas com baixa escolaridade e menor renda, visto que são as mais acometidas por essas comorbidades. A orientação adequada sobre o tratamento e o conhecimento das complicações tardias provocadas por essas doenças podem melhorar a qualidade e a expectativa de vida dessas pessoas.

Palavras-chave: DCNT|Perfil Epidemiológico|Promoção da saúde|Assistência Integral à Saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Perfil nutricional de adolescentes cadastradas no SISVAN do Estado de Alagoas

João Victor Laurindo dos Santos; Isabel Cristina Lopes Ferreira.

Faculdade Estácio de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

A adolescência é caracterizada pela transição entre infância e a idade adulta, com intervalo dos dez aos dezenove anos de idade completos. É uma fase marcada pelo rápido e intenso desenvolvimento físico, fisiológico, social e psicológico, que podem ser influenciados por fatores ambientais, socioeconômicos, genéticos e nutricionais. O estado nutricional dessa população influencia diretamente na percepção de qualidade de vida futura, e está relacionado ao ritmo de crescimento, expansão cognitiva, desenvolvimento dos caracteres sexuais e estabelecimento da capacidade reprodutora. Nos últimos anos o Brasil tem passado por uma transição nutricional e apresentando tendências de excesso de peso e obesidade independente da faixa etária, apesar da desnutrição não ter sido totalmente erradicada, dessa forma, a avaliação do estado nutricional é essencial para promoção de ações de saúde e adequada conduta nutricional. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi avaliar o estado nutricional de adolescentes cadastradas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do estado de Alagoas.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo epidemiológico de base populacional, utilizando dados secundários cadastradas no SISVAN do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), sobre a avaliação do estado nutricional de adolescentes do estado de Alagoas. O estado nutricional foi avaliado através do índice de massa corporal por idade (IMC/I), pelo próprio SISVAN, no qual o IMC é obtido pela razão entre o peso (kg) e a altura (m) ao quadrado, sendo classificado pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde em seis categorias: “magreza acentuada”, “magreza”, “eutrofia”, “sobrepeso”, “obesidade” e “obesidade grave”. Para a análise de dados utilizou-se a estatística descritiva, por meio de frequências absolutas e relativas. O estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos por se tratar do uso de informações disponíveis em banco de domínio público.

RESULTADOS

Foram analisados dados de 106266 adolescentes cadastrados no sistema, sendo 22602 (21,27%) do sexo masculino e 83664 (78,73%) do sexo feminino. Verificou-se que 63,11% da amostra do gênero masculino e 64,75% do gênero feminino encontravam-se com peso adequado. Em relação ao sobrepeso, constatou-se que 16,31% dos meninos e 19,47% das meninas estavam nessa classificação. Ao se agruparem os dois tipos de obesidade e magreza, obteve-se uma prevalência de obesidade de 13,65% para os

meninos e 11,13% para as meninas, no que se refere a magreza, verificou-se uma prevalência de 6,93% para os meninos e 4,65% para as meninas.

CONCLUSÃO

Foram elevados os achados de sobrepeso e obesidade. Assim, destaca-se a importância de investimentos em educação nutricional e da necessidade de implementação de ações estratégicas de saúde pública assim combater que cada vez mais adolescentes venham a se tornar adultos portadores de obesidades e outras doenças crônicas.

Palavras-chave: Adolescente|Estado Nutricional|Epidemiologia

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Perfil Nutricional de crianças com Alergia a Proteína do Leite de Vaca atendidas pela Assistência Farmacêutica do Estado do Tocantins

Clara Oliveira Lopes¹; Laís Fernanda Costa Oliveira¹; Jéssica Pereira Lima²; Marta Azevedo dos Santos¹; Milena Alves de Carvalho Costa³; Renata Andrade de Medeiros Moreira¹.

1. Universidade Federal do Tocantins (Uft), Palmas - TO - Brasil; 2. Autônomo, Palmas - TO - Brasil; 3. Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (Sesau), Palmas - TO - Brasil.

INTRODUÇÃO

A alergia a proteína do leite de vaca (APLV) interfere diretamente no estado nutricional das crianças, por isso se faz necessário realizar um acompanhamento nutricional adequado. Portanto, objetivou-se descrever o perfil nutricional das crianças com APLV atendidas pela área de Fórmulas Nutricionais Especiais (FNE) da Assistência Farmacêutica (AF) da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins.

MÉTODOS

Configurou-se um estudo quantitativo, retrospectivo a partir de dados do laudo nutricional de crianças com APLV atendidas pelo setor de FNE da AF da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins entre 2020-2021. Coletaram-se dados de sexo, idade, diagnóstico nutricional, características das fórmulas nutricionais, informações acerca da antropometria (peso e estatura) para avaliação das curvas de crescimento de peso/estatura (P/E), estatura/idade (E/I), peso/idade (P/I) e Índice de Massa Corporal/idade (IMC/I). Foi realizada análise descritiva dos dados. Esse trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Tocantins (nº4.999.609).

RESULTADOS

Foram avaliados 345 laudos de crianças com APLV tendo mediana de idade de 5,00 (IC95%:5,18-6,04) meses, sendo 67,5% \leq 6 meses, e 53,3% do sexo masculino. Verificou-se que 72,6% dos laudos apresentavam avaliação nutricional, destes 72,3% continham peso (85,3% registro atual e 4,5% estimado) e 61,9% estatura (76,7% atual e 6,7% estimada). Dos que apresentaram avaliação 4,1% relatavam o estado nutricional de acordo com o P/I, 3,8% com a E/I, 0,6% sobre o IMC/I e nenhum laudo teve P/E. O diagnóstico nutricional foi observado em 72,0% dos laudos, onde 98,8% continham a descrição do estado nutricional. Portanto, para a análise do estado nutricional das crianças que tinham peso e estatura preenchidos no documento realizou-se nova avaliação, identificando-se que o P/E (n=210) mediano foi de -4,8 (IC95%: -0,74 - -0,32), onde 16,2% foram classificados como magreza e magreza acentuada, 8,6% risco de sobrepeso e 4,5% excesso de peso. A E/I (n=210; mediana: -0,24; IC95%: -0,77 - -0,21) apresentaram 10,5% das crianças com muito baixa estatura e 10,5% baixa estatura. O P/I (n=244; mediana: -0,71; IC95%: -1,14 - -0,73) contou com 22,1% com muito baixo peso

e baixo peso e 1,6% peso elevado. Por fim, o IMC/I (n=209; mediana: -0,71; IC95%: -0,96 - -0,54) teve 20,6% das crianças com magreza acentuada e magreza, 9,6% com risco de sobrepeso e 2,4% de excesso de peso.

CONCLUSÃO

Tendo em vista os resultados obtidos, conclui-se que apesar do atendimento nutricional realizado, as crianças com APLV encaminhadas para a área de FNE da AF, estão apresentando déficit nutricional, sendo necessário que os nutricionistas da Atenção Primária à Saúde realizem acompanhamento nutricional das crianças que incluam a avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil, efetuem os ajustes necessários na prescrição dietética da fórmula para APLV e que prescrevam alimentação complementar para crianças maiores de 6 meses.

Palavras-chave: Hipersensibilidade ao leite|Estado nutricional|Atenção integral à saúde da criança|Crescimento e desenvolvimento|Saúde coletiva

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Perfil nutricional de gestantes cadastradas no SISVAN do município de União dos Palmares – AL

João Victor Laurindo dos Santos; Isabel Cristina Lopes Ferreira.
Faculdade Estácio de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

A gravidez é um período de aumento das necessidades nutricionais, onde as mulheres são propensas a deficiências nutricionais devido ao aumento das necessidades de energia, macro e micronutrientes, dessa forma a nutrição adequada é fundamental para a saúde da mãe e do feto. Pesquisas demonstram que o peso e a saúde de um recém-nascido dependem em grande parte do estado nutricional da mãe durante a gestação e são fatores que podem afetar negativamente o crescimento e o desenvolvimento nos primeiros anos de vida. O ganho de peso gestacional abaixo dos limites saudáveis está associado a um risco aumentado de retardo de crescimento intrauterino e morte perinatal, contudo o ganho de peso excessivo pode estar associado ao surgimento de diabetes gestacional, hipertensão arterial, dificuldades no parto e risco fetal perinatal. Dessa forma, avaliar estado nutricional das gestantes é essencial para identificar mulheres em risco gestacional. O objetivo deste estudo foi avaliar o estado nutricional de gestantes cadastradas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do município de União dos Palmares – AL.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo epidemiológico de delineamento ecológico, desenvolvido com dados secundários cadastradas no SISVAN do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) de domínio público e de livre acesso no meio eletrônico. Foram analisados os dados nutricionais de gestantes atendidas na Atenção Básica do Sistema Único de Saúde no município de União dos Palmares – AL, no período de janeiro – dezembro de 2021. O estado nutricional foi avaliado através do índice de massa corporal (IMC) por semana gestacional, pelo próprio SISVAN, no qual o IMC é calculado pela divisão entre o peso corporal em quilogramas (Kg) e o quadrado da estatura em metros (m), sendo classificado pelo Ministério da Saúde em quatro categorias: “baixo peso”; “peso adequado ou eutrófico”, “sobrepeso” e “obesidade”. Para a análise de dados utilizou-se a estatística descritiva, por meio de frequências absolutas e relativas. O estudo não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos por se tratar do uso de informações disponíveis em banco de domínio público.

RESULTADOS

Foram analisados dados de 1071 gestantes cadastradas no sistema, destas, a maioria 374 (34,92%) apresentaram peso adequado, 150 (14,01%) apresentaram baixo peso, quanto ao sobrepeso e a obesidade, verificou-se 315 (29,41%) e 232 (21,66%), respectivamente.

CONCLUSÃO

Diante dos resultados encontrados, demonstra-se a importância da vigilância nutricional e da necessidade de implementação de ações estratégicas de saúde pública mais efetivas para combater os quadros de baixo peso e excesso de peso e assim garantir o desenvolvimento de gestações saudáveis.

Palavras-chave: Adolescente|Estado Nutricional|Gravidez

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Perfil nutricional e fatores associados de adultos da capital maranhense: análise de dados do inquérito telefônico Vigitel (2019)

Luana Lopes Padilha; Kaylane Santos Silva.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Ifma), Barreirinhas - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade é um problema de saúde pública mundial. Cerca de 2,8 milhões de pessoas morrem a cada ano como resultado do excesso de peso. Fatores de risco modificáveis estão relacionados à doença. Esta pesquisa objetivou avaliar o perfil nutricional e os fatores associados de adultos e idosos da capital maranhense, segundo dados do inquérito telefônico Vigitel de 2019.

MÉTODOS

Estudo transversal e de base populacional, realizado com dados secundários do inquérito telefônico Vigitel (2019), na capital do Maranhão (São Luís). Foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa, com número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 46451121.4.0000.8907 e aprovada sob parecer de nº 4.723.720. O Vigitel sorteou em 2019, na capital maranhense, 7.800 linhas telefônicas, identificando 3.032 linhas elegíveis. Foram completadas 2.065 entrevistas com pessoas de 18 anos ou mais, que indicou uma taxa de sucesso de 68,1%. Foram incluídos todos os indivíduos com 18 anos ou mais de idade, de ambos os sexos, residentes em São Luís-MA, entrevistados pelo inquérito telefônico e cujas informações avaliadas estavam disponíveis. Foram excluídos todos os participantes não residentes na capital. A amostra total foi de 2.065 pessoas. As seguintes informações foram utilizadas: características sociodemográficas; características da alimentação; atividade física; tempo de tela; consumo de cigarros e de bebidas alcoólicas; peso e altura. Para avaliar a associação entre as variáveis categóricas foi utilizado o teste de *Qui-Quadrado*. As associações entre as variáveis de exposição e desfecho foram mensuradas por regressão de *Poisson* com variância robusta e seus respectivos intervalos de confiança de 95% ($p < 0,05$). O *software* utilizado foi o *STATA*® 14.0.

RESULTADOS

Os resultados revelaram elevadas prevalências de sobrepeso e obesidade nos homens (sobrepeso: 37,85%; obesidade: 20,03%) e nas mulheres (sobrepeso: 27,62%; obesidade: 14,91%) adultos. Nos idosos, a prevalência de excesso de peso foi de 26,51% nos homens e de 40,51%, nas mulheres. As frequências de exercício físico, tempo de tela total, consumo abusivo de álcool e tabagismo foram mais elevados nos homens; o consumo de frutas e hortaliças foi maior nas mulheres ($p < 0,05$). As variáveis associadas ao excesso de peso na idade adulta foram: ter companheiro(a) (RP:1,38, IC95%:1,19-1,60; $p < 0,0001$), menor escolaridade de zero a oito anos (RP:1,31, IC95%:1,02-1,69; $p = 0,036$)

e consumo abusivo de álcool (RP:1,29, IC95%:1,09–1,53; p=0,004). Nos idosos, somente o hábito de assistir televisão por um tempo ≥ 3 h diárias mostrou-se como fator de risco ao excesso de peso (RP:1,38, IC95%:1,04-1,82; p=0,021).

CONCLUSÃO

Verificou-se elevada prevalência de excesso de peso na população da capital maranhense, sobretudo, nos homens adultos e nas mulheres idosas. E os fatores modificáveis associados ao excesso de peso ressaltam a importância de intervenções estruturais e de saúde no enfrentamento da doença da população ludovicense.

Palavras-chave: Estado nutricional|Adulto|istema de Vigilância por Inquérito Telefônico|Vigitel

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Perfil socioeconômico de crianças quilombolas no município de Bequimão, Maranhão

Livia Nascimento Vasconcelos; Isabela Leal Calado; Esthella Fernanda Sousa Baima; Víctor Nogueira da Cruz Silveira; Luana Lopes Padilha; Maria Tereza Borges Araújo Frota.

Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

Devido ao histórico de luta no período da escravidão, as comunidades Quilombolas atualmente simbolizam resistência. Em virtude da dominação sofrida no passado, tem-se hoje como resultado um grupo socialmente vulnerável, o qual foi privado de educação, saúde e condições de vida digna, interferindo diretamente na situação socioeconômica dessas comunidades e na capacidade dessa população ter acesso a uma alimentação adequada e saudável. Assim, o objetivo deste estudo foi avaliar o perfil socioeconômico e a situação de Insegurança alimentar das famílias das crianças quilombolas no município de Bequimão, Maranhão.

MÉTODOS

Estudo transversal com crianças entre cinco e nove anos de idade em dez comunidades quilombolas certificadas do município de Bequimão, no estado do Maranhão. Para a avaliação do perfil socioeconômico das famílias foram realizadas entrevistas nas escolas com os responsáveis pelas crianças e aplicados formulários semi estruturados, contendo questões sobre as condições de vida, saúde e moradia das famílias e das crianças. Para avaliar a situação de Segurança Alimentar foi aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. Os dados foram digitados em dupla entrada no programa Microsoft Office Excel® e armazenados em banco de dados específicos. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (CAAE nº 38369220.2.0000.5087 e parecer consubstanciado nº 4.316.358).

RESULTADOS

Dos 143 entrevistados, 85,4% participavam do Programa Bolsa Família e 76,6% das famílias possuíam renda per capita inferior a 1/4 do salário-mínimo. A proporção de famílias cujo chefe era do sexo feminino foi de 52,1%. Cerca de 11,8% das residências não possuíam água tratada, mas a filtração foi referida por 59,7% dos entrevistados. O tratamento dado aos resíduos sólidos prevaleceu na forma queimado em 82,6% das residências, pois somente 2,1% destas tinham lixo coletado pela limpeza urbana. Os

dejetos das águas residuais eram recolhidos em fossa rudimentar (56,9%), fossa séptica (22,9%) e parte delas (6,3%) era lançada em vala ou rio, uma vez que a rede de esgoto só atende 2,1% das residências dos entrevistados. As condições das casas foram consideradas adequadas para 61,8% dos participantes. A Insegurança Alimentar foi encontrada em 81,2% dos domicílios, sendo classificada como grave em 25,17%, moderada em 25,17% e leve em 31,47% das famílias.

CONCLUSÃO

Considerando o alto percentual de famílias com renda per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, dependentes de programa de transferência de renda e em situação de insegurança alimentar, aliado aos baixos índices de saneamento básico observado nessas comunidades, é possível concluir que as famílias quilombolas avaliadas vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica, incapazes de proporcionar boas condições de vida e garantir uma alimentação adequada e saudável para seus membros, incluindo as crianças.

Palavras-chave: grupos vulneráveis; |vulnerabilidade social; |insegurança alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Perfil socioeconômico e demográfico de crianças beneficiárias do Programa Criança Alagoana (CRIA) do município de União dos Palmares/Alagoas

Guilherme Alves Freire Cardos¹; Danielle Alice Vieira da Silva²; Lilian Santana Sodré Silva²; Maria Eduarda da Silva Lopes¹; Maria Sidiane Marques da Silva¹; Alane Cabral Menezes de Oliveira¹.

1. Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maceió - AL - Brasil; 2. Universidade Tiradentes (Unit), Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

As crianças são consideradas um segmento de maior vulnerabilidade para diversos agravos, como deficiências nutricionais, diarreia e desnutrição. Essas doenças possuem uma etiologia multifatorial, sendo o perfil socioeconômico e demográfico um aspecto relevante no desencadeamento das mesmas. Nesse sentido, programas que contribuam financeiramente, a exemplo do Programa Criança Alagoana (CRIA) criado em 2021 com a proposta de oferecer auxílio financeiro (R\$100,00), podem trazer impactos positivos na saúde infantil. Assim, o objetivo deste estudo foi caracterizar o perfil socioeconômico e demográfico de crianças beneficiárias do Programa CRIA do município de União dos Palmares/Alagoas.

METODOLOGIA

Estudo transversal, previamente aprovado pelo comitê de ética e pesquisa (nº 44202621.0.0000.5013) realizado com crianças com idade até 4 anos e 11 meses que tenham sido cadastradas no programa CRIA e que ainda não tinham recebido a primeira parcela do benefício. Excluiu-se crianças com comorbidades ou limitações físicas e/ou motoras. A coleta de dados se deu por inquérito telefônico e a escolha dos domicílios foi realizada por meio de sorteio simples. Foi aplicado um protocolo com questões referente ao perfil socioeconômico e demográfico. Os dados foram tabulados em planilha do Excel. Seguiu-se com uma análise descritiva simples com o auxílio do software Epi Info versão 7.2, onde as variáveis foram expressas em números absolutos e percentuais.

RESULTADOS

Foram avaliadas 201 crianças, sendo 103 (51,24%) do sexo masculino. Identificou-se um pequeno número de mães adolescentes (4,48%). A maior parte das crianças residem em domicílios com menos de 4 membros (77,11%). Mais da metade dos avaliados (55,23%) sobrevivem com renda familiar inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Nenhum domicílio possui renda familiar superior a 1 salário mínimo e que a renda per capita de mais de $\frac{2}{3}$ das crianças é inferior a R\$ 100,00/mês. Com relação à escolaridade do (a) chefe da família, apenas 1,99% completaram o ensino superior, enquanto aproximadamente 13% não possuem instrução escolar.

CONCLUSÃO

Crianças beneficiárias do Programa Criança Alagoana estão submetidas a condições socioeconômicas aquém do ideal. A baixa renda familiar e per capita, bem como a baixa escolaridade do chefe de família são condições expressas na população estudada. Estes achados ratificam a necessidade e relevância desse tipo de política pública para redução da vulnerabilidade social à que estas crianças estão expostas.

Palavras-chave: Políticas públicas|Vulnerabilidade social|Crianças

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Piora na percepção do estado de saúde e fatores associados em estudantes universitários durante a pandemia Covid-19

Paulo Rogério Melo Rodrigues¹; Patrícia Simone Nogueira¹; Bartira Mendes Gorgulho¹; Ana Paula Muraro¹; Bárbara da Silva Nalin de Souza¹; Dirce Maria Marchioni².

1. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá - MT - Brasil; 2. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

O isolamento social e fechamento das universidades em decorrência da pandemia causada pela disseminação do vírus SARS-CoV-2, a partir de 2020 no Brasil, aumentou a vulnerabilidade dos estudantes universitários a alterações emocionais, comportamentais e de saúde. A autopercepção do estado de saúde pode ser utilizada em investigações epidemiológicas como uma medida simplificada aplicável na identificação de grupos de risco.

OBJETIVO

Avaliar mudanças na percepção do estado de saúde e fatores associados em estudantes universitários durante a pandemia Covid-19.

MÉTODOS

Estudo transversal com dados do inquérito BRAZUCA-Covid Cuiabá (Insegurança alimentar, estado nutricional e estilo de vida na comunidade acadêmica durante a pandemia Covid-19), realizado online entre agosto de 2020 a fevereiro de 2021, com estudantes universitários de uma universidade pública na região Centro-Oeste do Brasil (N= 187). A percepção do estado de saúde foi obtida com as perguntas “Em geral, como você avaliaria seu estado de saúde antes da pandemia Covid-19?” e “Em geral, como você avalia o seu estado de saúde durante a pandemia Covid-19?”, ambas com as seguintes opções de resposta: Muito bom, Bom, Regular, Ruim, Muito ruim e Não sabe. Para as análises foram agrupadas em: Muito bom/Bom, Regular e Ruim/Muito ruim. As variáveis independentes analisadas foram sexo, faixa etária, segurança alimentar, adequação do tempo de sono e receber auxílio da universidade. Foram estimadas as proporções das variáveis desfechos (percepção do estado de saúde antes e durante a pandemia) de acordo com as variáveis independentes de interesse com seus respectivos Intervalos de Confiança de 95% (IC95%), sendo as diferenças verificadas pelas não sobreposição desses intervalos. O estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP-Saúde da UFMT (CAAE: 36582820.0.0000.8124).

RESULTADOS

Antes da pandemia 73,8% (IC95%: 67,0; 79,6%) dos estudantes percebiam seu estado de saúde como muito/bom, 21,9% (16,5; 28,5%) regular e 4,3% (2,1; 8,4%) ruim/muito

ruim. Durante a pandemia, 46,5% (39,4; 53,8%) percebiam como muito/bom, 35,3% (28,7; 42,5%) regular e 18,2% (13,3; 24,4%) ruim/muito ruim. O aumento significativo na proporção de estudantes com percepção do estado de saúde como ruim durante a pandemia Covid-19 foi observado para meninas (4,6% [2,1; 9,9%] vs 17,7% [12,0; 25,3%]), na faixa etária de 20 a 29 anos (4,4% [1,7; 11,3%] vs 30,0% [21,4; 40,3%]), estudantes em insegurança alimentar (1,6% [0,2; 10,6%] vs 28,6% [18,7; 41,0%]), com tempo de sono diário abaixo do recomendado (0% vs 32,1% [17,6; 51,3%]) e que recebiam auxílio da universidade (0% vs 28,6% [14,9; 47,8%]).

CONCLUSÃO

Durante a pandemia Covid-19 houve piora na percepção do estado de saúde entre os estudantes universitários, sendo associado a características individuais, condições socioeconômicas vulneráveis, insegurança alimentar e estilo de vida.

Palavras-chave: Percepção da saúde|Estudantes|Universitários|Covid-19

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Podcast educativo sobre consumo de frutas e hortaliças fundamentado no letramento em saúde

Mariana Ferreira Pinto; Vitoria Costa de Oliveira; Helena Alves de Carvalho Sampaio; Lisidna Almeida Cabral; Cláudia Machado Coelho Souza de Vasconcelos; Clarice Maria Araújo Chagas Vergara.

Universidade Estadual do Ceará (Uece), Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Programa Meu Nutri Guia é um projeto de intervenção educativa, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo que uma das ações planejadas foi o podcast Meu NutriGuia. A intervenção é baseada nas recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, com o propósito de combater a obesidade, uma vez que a prevalência da mesma vem aumentando e ações preventivas tradicionais não têm logrado o êxito necessário. Objetivo: Criar o podcast Meu NutriGuia, fundamentado no letramento em saúde e enfocando consumo saudável de frutas e hortaliças.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo metodológico de desenvolvimento de um podcast educativo e também de intervenção, ao disponibilizar seus episódios em diferentes agregadores. O podcast Meu NutriGuia compreende 26 episódios distribuídos em três temporadas. O presente estudo refere-se à temporada três. Foram desenvolvidos 6 episódios, agrupados com o nome Prazer de comer: colorindo minha alimentação com frutas, verduras e legumes. Os fundamentos principais do letramento em saúde foram aplicados na elaboração dos roteiros para locução, principalmente no uso de linguagem simples, frases curtas e voz ativa. Além disso, foi planejado o desenvolvimento de episódios de curta duração (até 15 minutos). A periodicidade dos episódios foi semanal. Os episódios foram gravados na plataforma Anchor, por um único locutor, concludente de Nutrição, devidamente treinado e supervisionado pelo coordenador do Projeto. Os episódios foram distribuídos para os agregadores Spotify, Google Podcasts, RadioPublic e Pocket Casts. A leiturabilidade dos roteiros foi calculada pela fórmula Fre_{Port} , adaptada de Flesch-Kincaid para a língua portuguesa.

RESULTADOS

Os episódios foram assim distribuídos: 1) Colorindo minha alimentação com frutas; 2) Colorindo minha alimentação com frutas vermelhas; 3) Colorindo minha alimentação com frutas de todas as cores; 4) Colorindo minha alimentação com verduras e legumes; 5) Colorindo minha alimentação com verduras e legumes de todas as cores; 6) Escolhendo, limpando e guardando frutas, verduras e legumes. A duração de cada episódio variou de 4:45 a 8:25 minutos. O índice de leiturabilidade apontou episódios 1,

2, 3, 4 e 6 como de leitura muito fácil e o episódio 5 como de leitura fácil, evidenciando construção adequada de frases e uso adequado de palavras.

CONCLUSÃO

O podcast desenvolvido atende aos princípios do letramento em saúde e pode ser considerado uma estratégia educativa letrada em saúde.

Palavras-chave: Letramento em saúde|Consumo alimentar|Podcast|Estratégia educativa

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Pontos de corte da circunferência do pescoço e da relação cintura estatura como preditores da obesidade e risco cardiovascular em adolescentes

Wyllyane Rayana Chaves Carvalho; Ana Karina Teixeira da Cunha França; Alcione Miranda dos Santos; Luana Lopes Padilha; Eduarda Gomes Bogea.
Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade é considerada a desordem nutricional que mais acendeu no mundo nos últimos anos. Nos adolescentes esse aumento não foi diferente, pois as prevalências aumentaram nas últimas quatro décadas. Essa morbidade associa-se diretamente a risco cardiovascular e sua identificação possibilita intervenções precoces. Para tanto, existem vários métodos, entre eles os de custo e acurácia elevados como a Plestimografia por Deslocamento de Ar (PDA), considerada padrão ouro; e métodos de baixo custo e rápidos como a antropometria e indicadores antropométricos. Diante dessa realidade, a Relação Cintura Estatura (RCEst) e a Circunferência do Pescoço (CP) são vistos como indicadores relevantes para diagnóstico da doença e sua relação com desfechos cardiovasculares. Entretanto, são poucos os estudos que identificaram pontos de cortes para RCEst e CP na identificação da obesidade, bem como algoritmos que verifiquem o risco cardiovascular, como o *Phatobiological Determinants of Atherosclerosis in Youth* (PDAY). Portanto, o objetivo do estudo foi determinar os pontos de corte da CP e da RCEst para a predição da obesidade e do risco cardiovascular em adolescentes.

MÉTODOS

Estudo transversal, seguindo as recomendações do STROBE (Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology); desenvolvido com uma subamostra de 634 adolescentes de 18 e 19 anos de idade pertencentes ao terceiro segmento da coorte “RPS” realizada em 2016 em São Luís-MA. Identificou-se a área sob a curva ROC (AUC) para avaliar a capacidade preditiva da CP e RCEst em relação ao percentual de gordura corporal (%GC), obtido pela PDA, e do risco cardiovascular estimado pelo PDAY. Este estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAEE: 49096315.2.0000.5086) sob protocolo nº 1.302.489.

RESULTADOS

Para a CP, o ponto de corte identificado para o sexo masculino foi de 44,0cm e as AUC foram de 0,70 (IC95% 0,58-0,83) na predição da obesidade e de 0,71 (IC95% 0,62-0,80) na predição do alto risco cardiovascular; e para o sexo feminino foi de 40,0 cm e as AUC

foram de 0,75 (IC95% 0,69-0,80) e de 0,63 (IC95% 0,53-0,73), respectivamente. Para a RCEst, o ponto de corte identificado foi de 0,50 em ambos os sexos e as AUC na predição da obesidade e do alto risco segundo o PDAY foram de 0,90 (IC95% 0,80-0,99) e 0,73 (IC95% 0,63-0,82), respectivamente para o sexo masculino; e de 0,87 (IC95% 0,83-0,90) e 0,55 (IC95% 0,45-0,65), respectivamente para o sexo feminino.

CONCLUSÃO

A RCEst e CP são bons discriminadores para avaliar a obesidade e risco cardiovascular em adolescentes. No entanto, a RCEst mostrou-se superior a CP para predizer a obesidade, mas apresentou limitação para predizer risco cardiovascular. Com esses referenciais, será possível a utilização dessas medidas antropométricas de baixo custo, boa aplicabilidade e fácil utilização na assistência de saúde.

Palavras-chave: Obesidade| Razão cintura-estatura|Perímetro do pescoço| Doenças cardiovasculares

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Pontos de corte da razão cintura-estatura para predizer obesidade em adolescentes e associação com marcadores inflamatórios

Wyllyane Rayana Chaves Carvalho; Ana Karina Teixeira da Cunha França; Alcione Miranda dos Santos; Luana Lopes Padilha; Eduarda Gomes Bogea.
Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade caracteriza-se como um distúrbio nutricional e metabólico de origem multifatorial; um estado em que o percentual de gordura corporal se encontra elevado e fatores genéticos, emocionais e estilos de vida estão intimamente relacionados à sua gênese ou manutenção. Nos indivíduos obesos há um aumento das moléculas inflamatórias e do risco cardiovascular mesmo quando estes ainda são bem jovens, como os adolescentes. Novos indicadores estão sendo investigados, incluindo a Relação Cintura-Altura (RCEst) para predizer obesidade e a relação com marcadores inflamatórios na infância e adolescência. Considerando a praticidade de métodos e índices antropométricos simples e precisos para avaliar a obesidade em adolescentes, a associação com doenças cardiovasculares e alterações nos marcadores inflamatórios, este estudo teve como objetivo definir os pontos de corte para RCEst com melhor nível de sensibilidade e especificidade, utilizando métodos mais precisos para determinar a obesidade e sua associação com marcadores inflamatórios em adolescentes.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, seguindo as recomendações do STROBE (Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology), com 2.209 adolescentes de 18 e 19 anos, pertencentes à terceira fase da coorte de nascimento intitulada “RPS”, realizada em 2016. A área total sob a curva ROC (AUC) foi identificada para avaliar a capacidade preditiva da RCEst em relação ao percentual de gordura corporal (%GC), obtido pela Pletismografia de Deslocamento de Ar (ADP). Foi avaliada a associação de RCEst com marcadores inflamatórios Interleucina-6 (IL-6), fator de necrose tumoral (TNF- α) e proteína C reativa (PCR). Este estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (Certificado de Apresentação de Apreciação Ética - CAEE: 49096315.2.0000.5086) sob protocolo nº 1.302.489.

RESULTADOS

Prevalência de obesidade pelo %GC de 10,3% no sexo masculino e 40,4% no sexo feminino. Os pontos de corte para a RCE foram 0,50 para o sexo feminino e 0,51 para o sexo masculino e uma AUC 0,90 (IC 95% 0,88-0,92) e 0,93 (95% CI 0,90-0,97). Houve associação de RCEst elevada com níveis mais elevados de IL-6 e PCR ($p < 0,05$).

CONCLUSÃO

A capacidade preditiva da RCEst para obesidade foi excelente. Valores elevados de WHtR foram associados a marcadores inflamatórios precoces. Este estudo contribuiu para a identificação de pontos de corte para indicadores antropométricos simples e de baixo custo.

Palavras-chave: Relação cintura-altura|curva ROC| Inflamação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Práticas alimentares de crianças durante a pandemia do Covid-19

Maria Clara de Oliveira Pinheiro; Simone Augusta Ribas; Fernanda Jurema Medeiros; Luciana da Cunha Godoy Cavalheiro Ferreira; Yve Ferreira Gomes dos Santos; Ester Gomes da Silva.

Unirio, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a alimentação de crianças tem se mostrado distante do ideal e, com a pandemia de COVID-19, esse cenário parece ter piorado. Durante o isolamento social, a dificuldade de acesso e de compra de alimentos in natura, em detrimento dos alimentos ultraprocessados, aumentou principalmente entre as famílias de baixo poder aquisitivo. Com isso, o objetivo deste estudo foi avaliar as práticas alimentares de crianças nascidas pré-termo durante a pandemia da COVID-19.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo transversal com uma amostra não probabilística de crianças de alto risco, entre 1 e 9 anos de idade assistidas em 3 ambulatórios de seguimento de alto risco em unidades de referência localizadas na cidade do Rio de Janeiro. A avaliação antropométrica foi feita pelos indicadores índice de massa corporal para idade (IMC/I) e estatura para idade (E/I), que foram classificados através dos softwares Anthro® e AnthroPlus®. A qualidade alimentar foi avaliada através de um questionário de frequência semanal, sendo dividido entre marcadores de alimentação saudável - MAS (leite, feijão, legumes, salada e frutas) e marcadores de alimentação não saudável - MANS (batata frita, hambúrguer, biscoito, guloseimas, refrigerante e bebidas açucaradas). A análise descritiva dos dados foi apresentada em forma de frequência e intervalo de confiança 95%. Foi adotado um nível de significância estatística quando $p < 0,05$. A análise foi realizada no software SPSS versão 22. O estudo

foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário (Parecer: 4.563.266).

RESULTADOS

Foram avaliadas 103 crianças, 52,9% do sexo feminino, 41,7% da cor branca e 55,3% das classes sociais D e E. Quanto à avaliação nutricional, constatou-se que 10,5% das crianças apresentaram excesso de peso (IMC/I) e 14,7% apresentaram baixa estatura (E/I). Dentre os MAS, o leite apresentou maior percentual de consumo (93,2%), não apresentando diferenças entre as classes sociais ($p > 0,05$). A salada foi o alimento que teve consumo menos regular (17,6%). A fruta foi o único MAS que apresentou diferença estatisticamente significativa entre as classes sociais avaliadas, com maior

consumo entre as classes mais elevadas ($p=0,02$). Entre os MANS, as categorias “biscoito” (51%) e “bebidas açucaradas” (19%) foram mais relatadas. Não foi observada diferença entre as classes sociais ($p>0,05$) em relação aos MANS.

CONCLUSÃO

A partir do exposto, percebe-se que a alimentação infantil necessita de melhorias, visto que foi evidenciado o baixo consumo de hortaliças e frutas e alto consumo de alimentos não saudáveis, como biscoitos e bebidas açucaradas.

Palavras-chave: Prematuros|Alimentação|COVID-19

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

PRÁTICAS ALIMENTARES PARENTAIS E CONSUMO DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS EM CRIANÇAS PRÉ-ESCOLARES

Carolina Bottini Prates¹; Maria Aparecida Zanetti Passos²; Deborah Cristina Landi Masquio¹.

1. Centro Universitário São Camilo, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A influência dos pais sobre a qualidade da alimentação dos filhos é complexa. É no ambiente familiar que a criança desenvolve suas primeiras relações com os alimentos e adquire hábitos alimentares. Assim, os pais exercem fundamental importância na formação dos hábitos e padrões alimentares de seus filhos, o que tem sido foco de investigação para elucidar determinantes do comportamento alimentar infantil e sua relação com as práticas alimentares parentais. O objetivo deste estudo foi avaliar a relação entre as práticas alimentares parentais e o consumo de frutas, legumes e verduras (FLV) em crianças pré-escolares.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, desenvolvido com pares de pais e crianças de dois a seis anos de idade, matriculadas em escolas públicas e privadas de São José dos Campos e Santana do Parnaíba. O consumo alimentar das crianças foi avaliado pelo Questionário de Frequência Alimentar da Criança (QFAC) e calculou-se o escore de consumo diário de frutas, legumes e verduras. Aplicou-se o questionário *Comprehensive Feeding Practices Questionnaire (CFPQ)* para medir as práticas alimentares parentais (Orientação para uma alimentação saudável, Monitoramento, Restrição para controle de peso, Restrição para saúde, Pressão, Regulação da emoção/comida como recompensa). Foram coletados dados sociodemográficos, idade e escolaridade dos pais. Utilizou-se testes de correlação de *Spearman* para avaliar a correlação entre as práticas alimentares parentais e o consumo de FLV, adotando-se nível de significância $p < 0,05$. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário São Camilo, sob número 2.690.043/2018.

RESULTADOS

Foram investigados 140 pares de pais e filhos. A maior parte dos responsáveis eram do sexo feminino (92%), pertencentes a classe C1 (36,4%), com média etária de 30,5 anos e nível médio de escolaridade de 12,9 anos. As práticas alimentares parentais mais comumente utilizadas foram a “orientação para uma alimentação saudável”, “monitoramento” e “pressão”. A prática menos utilizada foi “regulação da emoção/comida como recompensa”. O escore de consumo de FLV se correlacionou positivamente com as práticas parentais de “orientação para uma alimentação saudável” ($r = 0,169$, $p = 0,046$) e “restrição para controle de peso” ($r = 0,187$, $p = 0,027$).

CONCLUSÃO

Conclui-se que o consumo de frutas, legumes e verduras em crianças pré-escolares da amostra investigada pode estar relacionado às práticas alimentares parentais, evidenciando o papel da família na formação de bons hábitos alimentares na infância.

Palavras-chave: Relação parental|Consumo alimentar|Pré-escolar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Preço dos alimentos da cesta básica no período da pandemia

Irene Coutinho de Macedo; Bruno de Siqueira Dias; Ana Marta de Brito Borges Avelãs de Araujo.

Centro Universitário Senac, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

Durante a pandemia do coronavírus (Covid-19) houve aumento nos preços dos alimentos, o que pode ter afetado os hábitos alimentares dos brasileiros, reduzindo o acesso a uma alimentação mais variada, implicando no aumento da insegurança alimentar. A cesta básica é um conjunto de itens para o consumo familiar ao longo de um mês. Assim, este trabalho teve como objetivo identificar os itens alimentares presentes nas cestas básicas mais comercializadas e verificar a variação dos preços ao longo da pandemia, sendo um indicador para a redução do poder de compra da cesta básica.

MÉTODOS

Os itens alimentares que compõem a cesta básica foram identificados em pesquisa em site de três redes de hipermercados com abrangência em, pelo menos, três estados da Federação, no mês de abril de 2021. Ao longo dos meses de maio a setembro do mesmo ano, os preços desses itens, em reais, foram verificados quinzenalmente, nas mesmas redes de hipermercados. Em todas as consultas, foram verificados os itens de marcas de menor preço. A oscilação dos valores foi registrada em planilha e organizada em gráficos nos quais foi possível observar a evolução dos preços ao longo dos 5 meses de verificação, registrando-se os valores máximos, mínimos e médios.

RESULTADOS

Para a composição dos itens alimentares da cesta básica, identificou-se os seguintes alimentos que se repetiram nos três hipermercados: arroz branco, feijão carioca, óleo de soja, sal refinado, açúcar refinado, café torrado e moído, molho de tomate pronto (lata ou sachê), macarrão espaguete ou parafuso, sardinha/atum em lata, milho/ervilha ou seleta de legumes (em lata ou sachê), farinha de trigo branca, farinha de mandioca, biscoito doce ou salgado, e leite em pó. Os valores da cesta apresentaram oscilação ao longo do período, especialmente com a variação comercial de alguns itens e quando ocorriam as promoções de vendas. A variação nos preços do arroz, feijão e óleo de soja, representou um aumento superior a 50% quando comparados a última quinzena de maio e primeira quinzena de junho. A partir da primeira quinzena de agosto de 2021 observou-se a redução dos preços desses itens. Ao longo do período estudado, o preço médio da cesta básica oscilou entre os R\$107,00 e R\$145,00, impactados mais fortemente pelo arroz, feijão e óleo. Ainda que a diferença entre os preços finais e iniciais tenham sido inferior a 5%, ao longo dos 5 meses de investigação, a oscilação no período foi superior a 35%.

CONCLUSÃO

Os itens alimentares presentes na cesta básica apresentam um padrão que se repete nos hipermercados pesquisados e o preço dos alimentos oscila de forma significativa, especialmente para os elementos centrais, o que pode interferir no poder de compra do consumidor brasileiro.

Palavras-chave: Alimentos|Poder aquisitivo|Insegurança alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Prevalência de anemia e seus indicadores associados em crianças menores de seis anos

Joice Kelly Gomes de Vasconcelos; Elysa Tenorio de Almeida; Délis Barbosa Soares;
Telma Maria Menezes de Toledo Florêncio; Ana Paula Grotti Clemente.
Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

A deficiência de micronutrientes em crianças menores de 5 anos, em particular ferro, zinco, vitamina A, iodo e folato é um grave problema de saúde pública nos países em desenvolvimento. As consequências de sua ocorrência nessa faixa etária englobam déficit de crescimento, raquitismo, baixo desempenho cognitivo, comprometimento do sistema imunológico, diarreia, infecções respiratórias, entre outras. No Brasil, a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) realizada em 2006, primeira pesquisa que avaliou em abrangência nacional a prevalência de anemia que foi de 20,9%, e mais recentemente o Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI), realizado 2019 encontrou a prevalência de anemia (10,1%) e 3,5% de anemia ferropriva. Contudo, estudos regionais em Alagoas evidenciam prevalências superiores a 50% nesta faixa etária. Dessa maneira, o objetivo desse estudo foi avaliar a prevalência de anemia e anemia ferropriva e seus fatores associados em crianças menores de cinco anos.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal, composto por crianças com déficit estatural ($< -1,5$ z escore e/i) matriculadas no Centro de Recuperação e Educação Nutricional de Alagoas (CREN-AL), com faixa etária de 1 a 5 anos de ambos os sexos. Foram realizadas avaliações antropométricas (peso e altura) e bioquímicas (hemograma completo, leucograma, ferritina e proteína C reativa -PCR). Além disso, foram aplicados questionários padronizados aos pais/responsáveis das crianças, contendo perguntas relacionadas a condições de saúde e sociodemográficas. Os dados foram analisados através do software R 3.5.1 com nível de significância em 5%, por meio de test T, qui-quadrado e análise de regressão logística multivariada. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 48090821.4.0000.5013).

RESULTADOS

O estudo avaliou 101 crianças, destas 9,9% da amostra apresentou anemia e 1% anemia ferropriva. Todas as famílias estavam em insegurança alimentar, sendo 32,7% em estado de insegurança alimentar grave. E 91,1% pertenciam à classe social D-E. Não houve diferença antropométrica entre as crianças com anemia e sem anemia. As crianças anêmicas apresentaram menor média de idade ($44,49 \pm 13,28$ e $30,84 \pm 8,93$, respectivamente) e maior prevalência de parto cesariano e nascimento pré-termo (60%).

No modelo final ter anemia foi associado a menor idade (IC 0,841 – 0,969) e nascimento pré-termo (IC 0,493 – 0,942).

CONCLUSÃO

O estudo evidência reduzida deficiência de micronutrientes isolada entre as crianças matriculadas no CREN, e destaca a importância do adequado acompanhamento durante o pré-natal com o intuito de reduzir os casos de nascidos pré-termos, corroborando a importância dos cuidados nos primeiros 1000 dias de vida da criança que se iniciam na gestação para garantir o pleno crescimento e desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Anemia ferropriva|Pré-natal|Gestação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Prevalência de anemia por deficiência de ferro em gestantes brasileiras: uma revisão sistemática com metanálise

Mateus de Lima Macena¹; Dafiny Rodrigues Silva Praxedes¹; André Eduardo da Silva Júnior²; Witiane de Oliveira Araújo³; Ingrid Sofia Vieira de Melo⁴; Nassib Bezerra Bueno⁵.

1. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 3. Universidade de Pernambuco, Recife - PE - Brasil; 4. Instituto Federal de Alagoas, Satuba - AL - Brasil; 5. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

Mulheres que iniciam a gestação com anemia por deficiência de ferro (ADF) apresentam maiores riscos de morte materna e perinatal, parto prematuro, baixo peso ao nascer e morbidade infantil, além de impactos durante a própria gravidez, como pré-eclâmpsia, alterações na função cardiovascular e imunológica, e menor desempenho físico e mental. Dada a relevância da ADF durante a gestação e a necessidade de se conhecer a magnitude desse problema de saúde pública no Brasil, objetivou-se, por meio de uma revisão sistemática com metanálise, verificar a prevalência de ADF em gestantes brasileiras por meio de estudos previamente publicados.

MÉTODOS

O protocolo dessa revisão foi previamente publicado na plataforma PROSPERO sob o número CRD42020200960. As buscas nas bases de dados MEDLINE, Web of Science (WOS), Scopus, Lilacs e SciELO. A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<http://bdtd.ibict.br>) e os anais do Congresso Brasileiro de Epidemiologia e do Congresso Brasileiro de Saúde Pública, ambos disponíveis no site da ABRASCO, também foram acessados. Utilizou-se uma ampla estratégia de busca baseada na sigla CoCoPop (condição [ADF], contexto e população [gestantes]). A prevalência de ADF foi dada em porcentagem e foi considerada quando os níveis de hemoglobina estavam abaixo de 11g/dL. Quando a prevalência de participantes com ADF não estava disponível, foi calculada a partir das frequências absolutas dos indivíduos com ADF e da amostra total avaliada. Meta-análises de efeitos aleatórios usando a transformação Freeman-Tukey arcsine foram realizadas com dados de prevalência. Análises de subgrupo foram realizadas para avaliar as prevalências em cada macrorregião do país.

RESULTADOS

Foram encontradas 24624 ocorrências, porém, apenas 53 estudos com gestantes foram incluídos. A prevalência geral de ADF obtida a partir das análises com os estudos incluídos foi de 26% ([IC95% 23 – 30]; $I^2 = 98.19\%$; 42224 participantes). Quanto as análises de subgrupo para macrorregiões, a região Norte apresentou a maior prevalência de ADF com 32% ([IC95% 26-38]; $I^2 = 94.41\%$; 5 estudos, 5003 participantes), seguida pelas regiões Nordeste (31% [IC95% 27-36]; $I^2 = 93.29\%$; 15 estudos, 9613

participantes), Sudeste (27% [IC95% 22-33]; $I^2 = 98.34\%$; 21 estudos, 16208 participantes), Sul (19% [IC95% 11-28]; $I^2 = 98.90\%$; 12 estudos, 9664 participantes) e Centro-oeste (18% [IC95% 10-26]; $I^2 = 94.47\%$; 4 estudos, 1725 participantes).

CONCLUSÃO

A prevalência de ADF em gestantes no Brasil se apresenta alta no conjunto de estudos avaliados, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. Tais diferenças entre as macrorregiões dentro do Brasil podem ser explicadas pela evidente desigualdade social e desenvolvimento distinto entre as macrorregiões. Nota-se ainda a necessidade de maiores esforços de políticas públicas para o enfrentamento desse problema de saúde pública que é ADF, a fim de prevenir esse importante problema durante a gestação.

Palavras-chave: Estudos Populacionais em Saúde Pública|Gravidez|Hemoglobina

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Prevalência de anemia por deficiência de ferro em mulheres em idade fértil no Brasil: uma revisão sistemática com metanálise

Mateus de Lima Macena¹; Ana Debora de Oliveira²; Maykon Douglas Barros²; André Eduardo da Silva Júnior¹; Dafiny Rodrigues Silva Praxedes¹; Nassib Bezerra Bueno².

1. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

Entre as deficiências de micronutrientes mais comuns em mulheres está a anemia por deficiência de ferro, que é a diminuição do conteúdo corporal total de ferro. Durante a idade fértil, as mulheres apresentam maior risco de deficiência de ferro devido à perda de sangue da menstruação e muitas vezes têm ingestão insuficiente de ferro na dieta para compensar as perdas menstruais. Deste modo, torna-se necessário conhecer o cenário epidemiológico da ADF. Assim, o objetivo desse estudo é determinar a prevalência de ADF em mulheres brasileiras em idade fértil por meio de revisão sistemática com metanálise.

MÉTODOS

O protocolo desta revisão sistemática foi publicado na plataforma PROSPERO sob o número: CRD42020200960. Realizaram-se buscas nas bases de dados MEDLINE, Web of Science, Scopus, Lilacs, SciELO, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, e nos anais do Congresso Brasileiro de Epidemiologia e do Congresso Brasileiro de Saúde Pública. Utilizou-se uma estratégia de busca estruturada com o auxílio da sigla CoCoPop (condição [ADF], contexto e população [mulheres em idade fértil]). Foram incluídos estudos que avaliaram a prevalência de ADF em mulheres em idade fértil (10–49 anos). Não foram incluídos estudos com amostras de gestantes. A prevalência de IDA foi dada em porcentagem e foi considerada quando os níveis de hemoglobina estavam abaixo de 12 g/dL. Meta-análises de efeitos aleatórios usando a transformação Freeman-Tukey arcsine foram realizadas com dados de prevalência. Foram ainda realizadas análises de subgrupo avaliando as faixas etárias: adolescentes (10-19 anos), adultas (≥ 20 anos) ou amostra mista.

RESULTADOS

Foram encontradas 24624 ocorrências, no entanto, incluímos apenas 31 estudos. A prevalência geral de ADF nas mulheres brasileiras em idade fértil foi de 22% ([IC95% 18-27]; $I^2 = 97,23\%$; 14739 participantes). Ao realizar as análises de subgrupo por faixa etária é possível perceber que as adolescentes apresentaram a prevalência de 15% ([IC95% 8-24] $I^2 = 96,11\%$; 12 estudos; 2283 participantes), enquanto as adultas 27% ([IC95% 11-46] $I^2 = 98,14\%$; 6 estudos; 1942 participantes) e as amostras mistas 26% ([IC95% 21-36] $I^2 = 97,13\%$; 14 estudos; 10514 participantes).

CONCLUSÃO

A partir de nossos achados é possível perceber a elevada prevalência de ADF em mulheres em idade fértil no Brasil. Além disso, as mulheres em fase adulta parecem apresentar um grupo de maior risco para prevalências mais elevadas para essa condição. Deste modo, os programas nacionais devem ser fortalecidos e supervisionados mais detalhadamente para diminuir essa condição em todo o país, uma vez que se apresenta vulnerável à ADF em todas as faixas etárias avaliadas.

Palavras-chave: Adolescente|Adulto|Estudos Populacionais em Saúde Pública|Hemoglobina

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Prevalência de desvios nutricionais em crianças menores de cinco anos no estado de Goiás: série histórica 2010 a 2019

Maria das Graças Freitas de Carvalho¹; Roberta Sena Reis¹; Lara Livia Santos da Silva²; Maria do Rosário Gondim Peixoto¹.

1. Universidade Federal de Goiás (Ufg), Goiânia - GO - Brasil; 2. Universidade de São Paulo (Usp), São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os extremos nutricionais na infância podem prejudicar o crescimento e desenvolvimento de crianças e favorecer agravos em saúde na vida adulta. Nessa perspectiva, uma das principais recomendações para a mudança desse cenário refere-se ao monitoramento da situação alimentar e nutricional desta população com a geração de dados para a orientação de políticas públicas para intervenção precoce, sendo o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) um dos principais instrumentos de Vigilância Alimentar e Nutricional no Brasil. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo descrever a evolução de desvios antropométricos entre crianças menores de cinco anos no período de 2010 a 2019 por macrorregiões de saúde no estado de Goiás.

MÉTODOS

Trata-se de estudo ecológico de série temporal. Foram acessados os relatórios consolidados do SISVAN Web (<https://sisaps.saude.gov.br/sisvan/relatoriopublico/index>), selecionando como tipo de relatório o estado nutricional. Para este, foram utilizados os seguintes critérios de busca: ano de referência (2010 a 2019); mês de referência (todos); agrupamento por município; estado (Goiás); e município (todos). Foram aplicados os filtros: região de cobertura (todas); acompanhamentos registrados (todos); fases da vida (crianças); idade (0 a <2 e 2 a <5 anos); índice (Altura x Idade e IMC x Idade); povo e comunidades (todos); escolaridade (todos) e raça/cor (todos). A partir dos critérios e filtros de busca foram gerados relatórios que foram exportados e consolidados em planilhas do Excel. Foi feita uma verificação em 15% dos dados com o objetivo de verificar possíveis inconsistências. A análise foi realizada por meio de estatística descritiva, regressão de *Prais-Winsten* e correlação de Spearman.

RESULTADOS

No período de 2010 a 2019, a prevalência de baixa estatura no estado de Goiás apresentou uma tendência estacionária entre as crianças menores de 5 anos. Para as macrorregiões Nordeste e Sudoeste, entre as crianças maiores de 2 anos, houve uma tendência decrescente e crescente, respectivamente, ambas com diferença estatisticamente significativa. Já em relação a prevalência de excesso de peso, os dados para o estado de Goiás demonstram tendências distintas entre as faixas etárias. Para as crianças menores

de 2 anos observou-se uma tendência decrescente e, para a faixa etária de 2 a 5 anos, a tendência foi estacionária.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a prevalência de baixa estatura e excesso de peso apresentaram uma tendência estacionária no estado de Goiás, sendo observado diferença significativa entre o excesso de peso e a baixa estatura entre as duas faixas etárias avaliadas. A presente série temporal reafirma a importância do monitoramento da situação alimentar e nutricional das crianças, sobretudo as menores de 5 anos, de modo a elaborar programas e estratégias interinstitucionais de intervenção e proteção contra desvios nutricionais nesta faixa etária.

Palavras-chave: Vigilância alimentar e nutricional|Estado nutricional|Crianças|Estudos de séries temporais

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Prevalência de diabetes autorrelatada e fatores associados em mulheres adultas em idade reprodutiva que vivem em situação de vulnerabilidade social no município de Maceió, Nordeste do Brasil

Thays Lane Ferreira dos Santos¹; Luiz Gonzaga Ribeiro Silva Neto²; Jonatan Christian de Lima Santos Queiroz³; Telma Maria Menezes de Toledo Florêncio¹.

1. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil; 2. Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 3. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A diabetes tipo 2 continua sendo uma das doenças crônicas mais prevalentes em diversos países no mundo. No Brasil, denotou-se crescente ocorrência autorrelatada de acordo com dados comparativos da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 e 2019, sendo percebida que a prevalência passou de 6,2% para 7,7%, apontando um aumento de 24%. É válido ressaltar que em mulheres alguns fatores podem possuir maior associação com a prevalência de diabetes, como a situação econômica mais precária e baixa escolaridade. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho foi avaliar a prevalência de diabetes autorrelatada e identificar os fatores associados em mulheres adultas em idade reprodutiva que vivem em situação de vulnerabilidade social no município de Maceió, Nordeste do Brasil.

MÉTODOS

Estudo transversal, realizado entre outubro de 2020 e maio de 2021, envolvendo amostra probabilística, em 40 aglomerados subnormais, distribuídos proporcionalmente em sete das oito regiões administrativas de Maceió. Foram selecionadas mulheres adultas em idade reprodutiva, 20-45 anos. Foi aplicado um questionário estruturado, contendo as seguintes informações: idade, raça/etnia, anos de escolaridade, renda per capita, já ter engravidado, acesso a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e diagnóstico médico prévio de diabetes. A avaliação da associação foi realizada por meio de regressão logística. Primeiro foi realizada análise bivariável entre as características das mulheres e a presença de diabetes, as que possuíam um $p < 0,20$ foram incluídas no modelo multivariável. Foi considerado um nível de significância de 5%. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (CAAE 57829016.9.1001.5013).

RESULTADOS

Foram coletados dados de 1773 mulheres, das quais 3% autorrelataram diagnóstico prévio de diabetes. Cerca de 52% tinham idade ≥ 30 anos, 77,6% se reconheciam como pretas ou

pardas e 86,3% já tinham engravidado. Também foi possível identificar que 47,4% possuíam ≤ 8 anos de estudo, 32,7% viviam abaixo da linha da pobreza (renda *per capita* R\$ ≤ 200 reais) e 78,5% não eram assistidas pela ESF. No modelo multivariável as mulheres que tinham idade ≥ 30 anos (OR= 12,18, IC= 3,73; 39,82) e possuíam renda *per capita* R\$ >200 reais (OR= 6,85, IC= 0,27; 0,88) apresentavam maior probabilidade de ter diabetes. Entretanto, as que tinha ≥ 9 anos de estudo (OR= 0,49, IC= 2,42; 19,42) tinham uma menor probabilidade de ter diabetes.

CONCLUSÃO

Foi possível identificar, comparando a média nacional de 2019, que a prevalência de diabetes autorrelatada é menor em mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade social em Maceió. Também foi possível identificar que as características socioeconômicas se encontram diretamente relacionadas a ocorrência de diabetes, sendo necessário que uma maior atenção seja dada a esta população, pois, como percebido, o baixo acesso a ESF pode indicar a ocorrência de um possível sub-relato, pela não realização do rastreamento da doença.

Palavras-chave: Fatores socioeconômicos|Doença crônica|Atenção à saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Prevalência de marcadores de consumo alimentar propostos pelo SISVAN em adultos de comunidade universitária

Francismayne Batista Santana; Marcela Larissa Costa; Maycon George Oliveira Costa; Nathan Santos Oliveira; Amanda Cristina Andrade de Souza Campos; Raquel Simões Mendes Netto.

Universidade Federal de Sergipe, Aracaju - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

O consumo alimentar saudável é fator primordial para o estado nutricional e relaciona-se com a saúde em todas as fases da vida. O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) disponibiliza o formulário de marcadores de consumo alimentar para a avaliação da população brasileira. Haja vista a predominância de adultos pertencentes ao âmbito universitário e os hábitos alimentares, objetivou-se analisar os marcadores de consumo alimentar saudável e não saudável e fatores associados, em adultos da comunidade universitária de Sergipe, Brasil.

MÉTODOS

Trata-se de estudo transversal, com coleta de dados entre fevereiro a março de 2022 de uma comunidade universitária de instituição federal em Sergipe, entre discentes, docentes e servidores terceirizados. Os participantes foram recrutados via redes sociais e e-mails institucional, sendo informado o objetivo do projeto e enviado de forma on-line link com o questionário estruturado. Foram levantados dados referentes à caracterização e a avaliação alimentar foi realizada por meio do formulário de consumo alimentar do SISVAN. Os dados foram exportados para o Excel e posteriormente para o programa estatístico SPSS versão 28. Para análise estatística descritiva foram utilizadas médias, desvio-padrão e frequência. Para a análise do consumo alimentar segundo características foi realizado o Teste Qui-quadrado, com valor de significância de $p \leq 0,05$. O estudo apresenta aprovação do Comitê de Ética sob o número de parecer 5.101.963.

RESULTADOS

Participaram do estudo 661 adultos, pertencentes à comunidade universitária, predominantemente mulheres (72,9%) e com mediana de idade de 30 anos, sendo discentes de graduação e pós-graduação (78%) e docentes e servidores (22%). Em relação aos marcadores saudáveis, observou-se maior percentual de consumo de feijão (65%). Contudo, notou-se alto consumo de bebidas adoçadas (48%). Considerando as variáveis analisadas de ingestão alimentar e sexo, houve associação entre mulheres para maior ingestão de feijão $\chi^2(1)=11,720$; $p=0,001$ e de doces, biscoitos e guloseimas $\chi^2(1)=9,346$; $p=0,002$. Com relação ao vínculo institucional houve maior prevalência do consumo de bebidas adoçadas entre discentes $\chi^2(1)=4,801$; $p=0,028$, bem como de macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote e biscoitos salgados $\chi^2(1)=8,380$; $p=0,004$. O hábito

de comer em frente à televisão, computador ou celular também foi maior neste grupo $\chi^2(1)=19,464$; $p=0,000$.

CONCLUSÃO

A comunidade universitária apresentou como principal marcador saudável de consumo alimentar a ingestão de feijão. Porém, as mulheres e os discentes se destacaram pelo maior consumo de doces, bebidas adoçadas, alimentos ultraprocessados e o hábito de comer em frente a equipamentos tecnológicos. Tais resultados podem ser úteis na proposição de ações de educação alimentar e nutricional no âmbito universitário, objetivando promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Palavras-chave: Consumo de alimentos|Guia Alimentar|Universidades

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Prevalência de obesidade de acordo com fases da vida nos casos de hospitalização por Covid-19 no estado do Rio Grande do Sul

Letícia Stanczyk¹; Daniely Casagrande Borges²; Maísa Beltrame Pedroso¹.

1. Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul (Ses-Rs), Porto Alegre - RS - Brasil; 2. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Porto Alegre - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

A atual pandemia, ocasionada pela disseminação do vírus SARS-CoV-2, tem sido um desafio para os sistemas de saúde em todo o mundo. A infecção pelo vírus se mostra ainda mais grave em indivíduos que apresentam comorbidades, especialmente a obesidade, devido ao fator inflamatório de ambas as condições. Considerando a alta prevalência de obesidade na população do estado do Rio Grande do Sul, o objetivo deste estudo foi estimar a prevalência de obesidade de acordo com as fases de vida nos casos notificados de Covid-19 no estado nos anos de 2020 e 2021.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional descritivo transversal que utilizou dados secundários de acesso público do Sistema de Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) referente aos casos de internação por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) por Covid em indivíduos residentes do estado do Rio Grande do Sul. Considerou os grupos etários definidos por fases da vida, sendo elas: infância (0-9 anos), adolescência (10-19 anos), adulta (20 a 59) e idosa (60 anos e mais). Para avaliar o fator de risco, foi levado em consideração a marcação do campo obesidade na ficha de notificação preenchida pelo profissional de saúde no momento do atendimento. Os campos ausentes foram considerados como indivíduos sem o fator de risco. Foram excluídos do estudo os indivíduos que residem em outro estado e as notificações nas quais o agente patológico da SRAG não era o SARS-CoV-2. A prevalência foi calculada usando o número de indivíduos com obesidade nos anos de referência, dividido pelo número total de casos por fase de vida.

RESULTADOS

Foram investigados 115.526 casos notificados de SRAG-Covid no período de março de 2020 a dezembro de 2021 no Rio Grande do Sul, sendo que, destes, 16.209 indivíduos apresentaram o fator de risco obesidade, caracterizando uma prevalência de 14,03% nesta população. Ao observar a prevalência de acordo com a fase de vida, 18,17% dos adultos apresentaram o fator de risco, seguidos de 14,66% dos adolescentes e 10,11% dos idosos. Considerando que a maior prevalência se deu na fase adulta, observou-se que a frequência elevada do fator de risco de obesidade foi na faixa etária de 20 a 29 anos. De acordo com o sexo, os homens apresentaram maior percentual na adolescência (16,6%)

enquanto as mulheres apresentaram na fase adulta e idosa, com 20,8% e 12,2%, respectivamente.

CONCLUSÃO

Pode-se observar que a população adulta deste estudo apresenta uma maior prevalência de obesidade, sendo as mulheres as mais acometidas nesta fase. Destaca-se também um significativo percentual na população adolescente. Considerando que a obesidade é também um fator de risco para o desenvolvimento e agravamento de outras doenças crônicas, é de suma importância o fomento a políticas de promoção e proteção à saúde, principalmente na população jovem.

Palavras-chave: Epidemiologia descritiva|Obesidade|COVID-19|Fatores de risco

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Prevalência de obesidade em adultos e idosos e em uma Macrorregião do Estado do Rio Grande do Sul (RS) e análise sobre a utilização do SISVAN

Daniely Casagrande Borges; Leticia Stanczyk; Raquel Canuto.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Porto Alegre - RS - Brasil.

INTRODUÇÃO

O monitoramento do estado nutricional da população pode ser realizado através do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). O SISVAN é um sistema voltado para a gestão das informações da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde e mantém um banco de dados sobre estado nutricional e consumo alimentar. O trabalho tem como objetivo realizar uma estimativa da prevalência de obesidade e cobertura do SISVAN na Macrorregião de Saúde Sul, do estado do Rio Grande do Sul.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional descritivo transversal, onde foram utilizados dados secundários do SISVAN e Estimativas Populacionais do IBGE. Para o cálculo da prevalência em adultos foi utilizado a razão do somatório total de usuários classificados com obesidade grau I, grau II e III pelo total de usuários adultos que foram incluídos no SISVAN no ano de 2021. Em idosos foi utilizado a razão do total de usuários classificados como excesso de peso pelo total de idosos incluídos no SISVAN. Para o cálculo da cobertura do SISVAN foi realizado a razão do número de pacientes incluídos no sistema pelo total das estimativas populacionais do IBGE para as faixas etárias.

RESULTADOS

A Macrorregião de Saúde Sul é composta por duas Regiões de Saúde (Região 21 e 22). Na Macrorregião Sul, em 2021, 48,33% da população adulta coberta pelo SISVAN teve diagnóstico de obesidade, enquanto no estado do RS os percentuais ficaram em torno de 43% e no Brasil 37,61%. Em relação aos idosos, 65,23% dos idosos incluídos no SISVAN apresentaram excesso de peso, resultados superiores ao encontrado no estado (60%) e no Brasil (50%). Observa-se que na Macrorregião Sul, em 2021, o número de adultos que apresentaram registro no SISVAN reflete apenas 3,61% da população nessa faixa etária e o número de idosos 3,02% da população nessa faixa etária, resultados inferiores ao encontrado para todo o estado do RS 6,47% e 7,55%, respectivamente. Observa-se que apesar da importância do SISVAN ele apresenta algumas limitações, visto que ele se refere somente ao número de usuários que tiveram seu estado nutricional avaliado na APS. Outro ponto importante é que nem todos os profissionais atuantes na APS realizam a avaliação do peso e altura e a inserem no sistema e-SUS, onde os dados são posteriormente exportados para o SISVAN.

CONCLUSÃO

Pode-se inferir que a Macrorregião Sul apresenta taxas elevadas de obesidade, tanto na população adulta quanto na idosa, quando comparadas ao estado e ao Brasil. Também se destaca os baixos percentuais de adultos e idosos que tiveram a avaliação nutricional incluída no SISVAN. Portanto, conclui-se que o enfrentamento à obesidade deve ser considerado uma atividade prioritária no território em estudo e que a sensibilização dos profissionais e gestores para a utilização do SISVAN é ponto crucial para o monitoramento das prevalências de obesidade.

Palavras-chave: epidemiologia|sistemas de informação|obesidade|SUS

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares do município de Fortaleza-Ceará

Xênia Maia Xenofonte Martins; Juliana Raissa Oliveira Ricarte; Isabelle Furtado Silva Cruz; André Nilson Nogueira Freitas; Kaluce Gonçalves de Sousa Almondes; Carla Soraya Costa Maia.

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

Crianças e adolescentes constituem um grupo vulnerável para o desenvolvimento de sobrepeso e obesidade. A obesidade resulta da interação entre fatores genéticos, ambientais, sociais e comportamentais. Sendo o alto consumo de alimentos ricos em energia e gordura os principais envolvidos neste processo, bem como a inatividade física, resultante da troca da atividade física pelo uso de telas, além da mudança na rotina familiar. A crescente prevalência de sobrepeso e obesidade nesse público nos últimos vinte anos, fez acender várias discussões acerca do assunto, onde tal fenômeno passou a ser considerado um grave problema de saúde pública mundial. O reflexo dessa problemática na saúde desses jovens pode persistir durante toda a vida adulta, aumentando o risco do desenvolvimento de várias comorbidades, como diabetes mellitus, dislipidemias e hipertensão. Diante o exposto, torna-se necessário a avaliação nutricional dos escolares, para conhecer a situação de sobrepeso e obesidade e assim, planejar e executar ações de promoção, proteção e reabilitação da saúde. O presente trabalho tem o objetivo de determinar a prevalência de sobrepeso e obesidade em escolares da rede pública municipal de Fortaleza-Ceará.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal realizado com 903 crianças e adolescentes, entre 10 e 17 anos de idade de ambos os sexos, matriculados regularmente na rede pública municipal de ensino em Fortaleza-Ceará. Os dados foram colhidos entre 2018 e 2022. Foram coletados peso e altura. Calculou-se o Índice de Massa Corporal (IMC) por idade segundo OMS, analisado por meio do escore z. O teste Qui-quadrado foi utilizado para verificar associação entre as variáveis estudadas. Todas as análises foram realizadas no programa SPSS versão 22 com nível de significância de 5% ($p < 0,05$). O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (protocolo nº CAAE 3.507.172).

RESULTADOS

O grupo apresentou média de idade de 11,34 anos (DP 2,39). Identificou-se prevalência de sobrepeso e obesidade em 20,3% e 15,3%, respectivamente, sem diferença estatisticamente significativa entre os sexos.

CONCLUSÃO

Verificou-se elevada prevalência de sobrepeso e obesidade nos escolares da rede pública municipal de Fortaleza- Ceará, quando comparada a outros estudos nacionais e internacionais. Esses achados apontam para adoção de medidas de intervenções nutricionais nas escolas visando melhoria de hábitos alimentares e, conseqüentemente, do estado nutricional.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS) e a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo incentivo e apoio na pesquisa.

Palavras-chave: Antropometria|Adolescentes|Obesidade infantil

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Prevalência do aleitamento materno exclusivo de crianças acompanhadas pelo SISVAN na cidade do Recife entre 2015 e 2019

Jennifer Maria de Azevedo Araújo¹; Paula Maria de Macedo Araújo¹; Pedrita Mirella Albuquerque Queiroz¹; Tafnes Laís Pereira Santos de Almeida Oliveira².

1. Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE - Brasil.

INTRODUÇÃO

O aleitamento materno (AM) é considerado a forma mais saudável e adequada para alimentar e proteger o recém-nascido. A Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza que o AM seja exclusivo (AME) até seis meses e complementado até os 2 anos ou mais. O AME é considerado pela OMS como uma das quatro Ações Básicas de Saúde na luta contra à desnutrição e na melhoria da qualidade de vida infantil. Contudo, ainda é possível encontrar baixas prevalências do AME. No âmbito da atenção básica, a partir dos dados registrados no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), é possível avaliar a prática do AM e embasar políticas e programas de alimentação e nutrição infantil. O objetivo desse estudo foi de relatar a prevalência do AME de crianças acompanhadas pelo SISVAN na cidade do Recife-PE entre os anos de 2015 e 2019.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal envolvendo crianças de 0 a 6 meses de idade cadastradas no SISVAN-WEB no período de 2015 a 2019. Foram incluídas crianças cadastradas no Programa Bolsa Família e excluídas àquelas cadastradas apenas no E-SUS. A coleta foi realizada através da análise dos relatórios do consumo alimentar de acordo com o sexo, a etnia/cor e o ano de acompanhamento da criança. A prevalência do AME, ou seja, a proporção de crianças menores de seis meses que recebiam leite materno e nenhum outro alimento, incluindo água, chá e suco foi classificada nas seguintes faixas: 0-11% (ruim), 12-49% (razoável), 50-89% (bom), 90-100% (ótimo), de acordo com os critérios da OMS. Os dados foram expressos em média e frequências absoluta e percentual. Por ter utilizado dados de acesso público, este estudo não necessitou de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

RESULTADOS

No período avaliado, a média do AME no Nordeste e no estado de Pernambuco foi de 47,4% e 42%, respectivamente. Em Recife, 573 crianças foram acompanhadas pelo SISVAN. Destas, 51,4% (n=290) realizaram o AME, sendo mais frequente no sexo masculino (52,8%; n=156) e em crianças pardas (50,8%; n=165). Não foram localizados registros da etnia indígena em nenhum dos anos, independente do sexo da criança. A prevalência de AME apresentou uma cobertura que variou entre “razoável” e “bom”. Nos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 foram acompanhadas respectivamente 189

crianças, sendo 38% (n=57) em AME; 182 crianças, sendo 52% (n=95) em AME; 115 crianças, sendo 63% (n=73) em AME; 76 crianças, sendo 49% (n=37) em AME e 51, sendo 55% (n=28) em AME.

CONCLUSÃO

A prevalência do AME no Recife variou de razoável a boa. Contudo, devido às possíveis inconsistências em relação à subnotificação do SISVAN, esses resultados devem ser interpretados com cautela. É necessário um olhar mais direcionado aos profissionais de saúde que constroem o banco de dados, reforçando a sua importância nesse processo, visto que as informações geradas pelo SISVAN são de grande valia para a promoção da saúde e prevenção de doenças do binômio mãe e filho.

Palavras-chave: Aleitamento materno|Saúde da criança|Vigilância alimentar e nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Prevalências de má nutrição em indivíduos acompanhados na atenção primária à saúde de 2011 a 2021

Jéssica Pedrosa da Silva; Ana Maria Spaniol; Paula dos Santos Leffa; Sara Araújo da Silva; Rafaella da Costa Santin; Gisele Ane Bortolini.

Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde (Cgan/Depros/Saps/Ms), Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a coexistência da desnutrição e do excesso de peso caracterizam o cenário nutricional da população e a Atenção Primária à Saúde (APS) consiste no principal ponto da rede de atenção à saúde para a prevenção e o cuidado. Diante disso, o objetivo foi avaliar as prevalências de má nutrição e o número de indivíduos com estado nutricional avaliado na APS de 2011 a 2021.

MÉTODOS

Estudo transversal a partir de dados secundários dos relatórios públicos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan). Foram extraídos relatórios de estado nutricional de todas as fases do curso da vida para os anos de 2011 a 2021. Análises de regressão linear foram realizadas para verificar a variação temporal das prevalências de má nutrição em todas as fases da vida bem como da variação da cobertura de acompanhamento do estado nutricional no período.

RESULTADOS

Verificou-se um aumento significativo do número de indivíduos com estado nutricional avaliado na APS, de 14,8 milhões em 2011 para 33,2 milhões em 2021. Em relação às prevalências de magreza/baixo peso, observou-se uma redução significativa ao longo dos anos para crianças menores de 5 anos ($\beta = -0,67$; IC=-0,21- -0,02), crianças de 5 a 9 anos ($\beta = -0,81$; IC=-0,20- -0,06), adultos ($\beta = -0,97$; IC=-0,21- -0,15), idosos ($\beta = -0,94$; IC=-0,70- -0,40) e gestantes ($\beta = -0,96$; IC=-0,82 - -0,51). As prevalências de magreza variaram de 7,4% em 2011 para 6,4% em 2021 para as crianças menores de 5 anos e de 6,7% para 5,4% para as crianças de 5 a 9 anos. Entre os adultos, as prevalências variaram de 3,9% a 2,1%, enquanto para idosos essa variação foi de 16,5% em 2011 a 11,8% em 2021. Já para as gestantes, observou-se uma queda nas prevalências de baixo peso de 19,9% em 2011 para 13,1% em 2021. As prevalências de excesso de peso aumentaram significativamente entre crianças de 5 a 9 anos ($\beta = 0,87$; IC=0,33-0,84), adolescentes ($\beta = 0,98$; IC=1,06-1,42), adultos ($\beta = 0,99$; IC=1,61-1,97), idosos ($\beta = 0,95$; IC=0,62-1,00) e gestantes ($\beta = 0,98$; IC=1,20-1,69). As prevalências de excesso de peso variaram de 26,4% em 2011 para 33,9% em 2021 para as crianças de 5 anos a 9 anos, de 19,6% para 32,7% para os adolescentes e de 48,6% em 2011 a 67,5% em 2021 entre os adultos. Para os idosos, a variação de sobrepeso foi de 45,0% em 2011 a 52,1% em 2021. Já para as

gestantes, observou-se um aumento do excesso de peso de 38,7% em 2011 para 53,3% em 2021.

CONCLUSÃO

Ao longo dos anos, verificou-se um aumento no número de indivíduos com estado nutricional avaliado na APS. As prevalências de desnutrição foram reduzidas ao longo dos anos, mas ainda devem ser avaliadas com cautela em populações mais vulneráveis, enquanto as prevalências de excesso de peso aumentaram. Verifica-se a importância do fortalecimento das ações de Vigilância Alimentar e Nutricional na APS para a geração de dados essenciais para um melhor planejamento de ações e organização do cuidado e da atenção nutricional.

Palavras-chave: Atenção Primária à Saúde|Estado Nutricional|Vigilância Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Programa Nacional de Micronutrientes no estado do Rio de Janeiro: caracterização dos municípios participantes e análise da cobertura estadual e municipal no período 2017-2021

Katiana dos Santos Teléfora.

Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

A deficiência de micronutrientes se constitui com um dos elementos do conceito de má-nutrição. No Brasil, a prevalência em crianças teve uma diminuição ao longo dos anos. No entanto, ainda existem três programas nacionais de suplementação de micronutrientes, dentre eles, o de Vitamina A. A necessidade de entendimento das dinâmicas locais é suscitada a partir da existência de uma política pública voluntária e que não possui repasse financeiro, o aumento da insegurança alimentar nos últimos anos, a pandemia da Covid-19 e os resultados recentes do ENANI que apontam a diminuição da prevalência de micronutrientes em crianças, mas, com diferenças considerando as macrorregiões brasileiras e socioeconômicas. O objetivo do estudo é caracterizar os participantes do Programa de Suplementação de Vitamina A no estado do Rio de Janeiro no período de 2017-2021, além de análise do perfil de cobertura.

MÉTODOS

Realizou-se coleta de dados públicos do site do Ministério da Saúde, e-gestor, módulo micronutrientes segundo município e ano, além da estimativa populacional do IBGE ano 2021 e a distribuição de regiões de saúde para o estado no Tabnet/Datasus. Foi estruturada planilha de dados e assim analisou-se o quantitativo de municípios participantes do estado do Rio de Janeiro segundo as categorias as regiões de saúde, pertencimento a região metropolitana, faixas populacionais dos municípios e, calculados os percentuais de coberturas global do estado e dos municípios no período de acordo com a fórmula do manual do programa.

RESULTADOS

O percentual de municípios integrantes no período aumentou 37% (27 em 2017 e 37 em 2021). A maior parte dos municípios participantes são de pequeno porte, assim como a maioria dos municípios não pertencem a região metropolitana. No entanto, as regiões que possui maior número de participantes comparado com o total de municípios das suas regiões são as metropolitanas I e II, o que significa que as maiores metas dos programas estão nessas regiões. O estado teve o crescimento de 150% e maioria dos municípios obteve crescimentos em seus percentuais de cobertura. Durante auge da pandemia, o crescimento estadual se manteve, como observado entre os anos de 2020 e 2021, com o aumento de 56%. Doze municípios em 2021 tiveram aumentos superiores à 100%. Sendo que os dois maiores aumentos percentuais foram em municípios de grande porte. As

quedas ocorreram 6 cidades majoritariamente em de pequeno porte. 08 municípios tinham zero de cobertura em comparação a 3 municípios com zero em 2021, todos de pequeno porte.

CONCLUSÃO

Os principais achados do trabalho estão relacionados aos municípios de pequeno porte. Além disso, houve um aumento expressivo de cobertura do programa no estado e na maioria dos municípios independente do porte populacional no período citado, inclusive no período da pandemia Covid-19 o que sugere o aumento da implementação do programa, a reorganização de processos de trabalho e gestão e aumento de acesso do público alvo.

Palavras-chave: Deficiência de Vitamina A|Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação|Sistema Único de Saúde|cidades|Ciências da Nutrição Infantil

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Projeto Caderneta de Saúde da Criança: perfil antropométrico de crianças menores de três anos

Ana Clara da Cruz Della Torre¹; Bianca Araujo Milbratz¹; Maysa Helena de Aguiar Toloni¹; Cynthia Francisca Xavier Costa de Assis Silva¹; Ana Paula Poblacion da Fonseca²; Daniela Braga Lima³.

1. Universidade Federal de Lavras, Lavras - MG - Brasil; 2. Children'S Health Watch, Boston - Estados Unidos da America;
3. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

O estado nutricional é reflexo das condições ambientais apresentadas para a criança durante a primeira infância, assim como é resultante da alimentação, enfermidade, condições de moradia e saneamento básico, sendo então, utilizado para apontar o estado de saúde da população desta faixa etária. Nesse sentido, é essencial acompanhamento do estado nutricional para revelar os riscos nutricionais e que necessitam de maior assistência dos serviços de saúde de forma a evitar distúrbios nutricionais que irão comprometer o estado de saúde da criança e fornecer estrutura para que ocorra a implantação de políticas públicas direcionadas para o público infantil. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo avaliar o estado nutricional de crianças menores de trinta e seis meses residentes de um município do estado de Minas Gerais.

MÉTODOS

O presente estudo possui delineamento transversal quantitativo, e é parte de um estudo maior denominado Caderneta de Saúde da Criança: implicações sobre a Segurança Alimentar e Nutricional na Primeira Infância, realizado entre os meses de fevereiro a maio de 2022, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Lavras (CAAE: 43815221.20000.5148). A coleta de dados foi realizada em unidades de Estratégia de Saúde da Família e visitas domiciliares em um município de Minas Gerais, participaram do estudo 169 crianças menores de trinta e seis meses. O estado nutricional foi aferido por meio de peso e altura, e caracterizado segundo o Índice de Massa Corporal para Idade. Os dados antropométricos coletados foram analisados no programa WHO Anthro 3.1., e assim foi estabelecido o estado nutricional, expresso em escore Z. Os dados foram tratados por meio da estatística descritiva.

RESULTADOS

Do total de 169 crianças, a maioria era do sexo feminino (56,20%), com a média de idade de 14,11 ($\pm 10,6$) meses. O estado nutricional adequado, isto é, eutrofia foi encontrando em 71,0%, (n=120) da amostra estudada, já os dados de má nutrição estava presente em 29,0% (n=49), sendo representados por 3,0% de magreza acentuada, 5,9 % de magreza, 11,8% de risco de sobrepeso, 5,3 % de sobrepeso e 3,0% de obesidade.

CONCLUSÃO

Os dados revelaram que quase um terço da amostra encontra-se em má nutrição, tais achados, apontam para necessidade de realização da implementação de políticas e programas que visem a educação alimentar e nutricional dos pais, e educação em saúde dos profissionais de saúde para comportamentos e práticas que favoreçam a ocorrência do estado nutricional adequado.

Palavras-chave: Criança|Estado nutricional|Antropometria|Política Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Projeto comida de verdade na escola: a importância da nutrição e da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar

Amanda Esther Leite¹; Fabiana Aparecida de Matos Calixto²; Aihalê Thiago Cruz Teixeira³; Milton Cosme Ribeiro⁴; Anabele Pires Santos³.

1. Universidade Federal de Lavras, Lavras - MG - Brasil; 2. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - MG - Brasil; 3. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto - MG - Brasil; 4. Conselho Regional de Nutricionista da 9ª Região - Câmara Técnica Saúde Coletiva, Belo Horizonte - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) constitui uma importante política de Segurança Alimentar e Nutricional ao garantir o acesso à alimentação adequada e saudável a mais de 40 milhões de estudantes da rede pública de educação básica no Brasil. Nesse cenário, a agricultura familiar cumpre papel estratégico, ao fornecer às entidades executoras alimentos in natura e minimamente processados, os quais são nutritivos e respeitam a cultura alimentar. Assim, diante do papel dos nutricionistas e técnicos de nutrição e dietética (TND) no programa, o objetivo do presente trabalho é descrever a experiência desenvolvida no âmbito do projeto “Comida de Verdade na Escola”, entre janeiro de 2021 a abril de 2022.

MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência do Projeto Comida de Verdade na Escola: a importância da nutrição e da agricultura familiar no PNAE, elaborado por uma entidade de representação profissional e gerido por um Grupo de Trabalho composto por representantes de diferentes entidades parceiras, como secretaria de saúde, assistência técnica e extensão rural, universidades públicas e organizações em defesa da agricultura familiar e alimentação saudável. As atividades do projeto foram executadas de forma remota, devido à pandemia de covid-19, exceto o encerramento que aconteceu em abril de 2022. Para isso, foram utilizadas ferramentas da plataforma Google, WhatsApp e YouTube.

RESULTADOS

Dentre as atividades realizadas pelo projeto estão: lançamento do mesmo em mídias sociais; revisão de literatura sobre o tema; seleção e premiação de experiências exitosas executadas por nutricionistas e TND no âmbito do PNAE; análise de dados cadastrais de profissionais de nutrição que atuam no PNAE municipal e estadual em Minas Gerais, bem como elaboração de atlas e relatório com os resultados; fiscalização de municípios sem nutricionista identificados no projeto; elaboração de Nota de Repúdio à alteração da Lei

nº 11.947/2009; realização do Ciclo de Palestras + Comida de Verdade na Escola, que contou com seis eventos com temas relevantes ao objetivo do projeto e acumula até o momento um total de 3.835 visualizações; elaboração de material orientativo para a execução do PNAE e de revista em quadrinhos, este direcionado a população em geral; campanha publicitária para divulgação do projeto e sensibilização dos gestores quanto a compra de alimentos da agricultura familiar; e realização do seminário de encerramento do projeto, em parceria com entidades da categoria.

CONCLUSÃO

Este relato de experiência enfatiza a potencialidade da articulação de diferentes atores engajados para o fortalecimento do Programa. Com o PNAE, se torna possível o desenvolvimento de efetivas ações de Educação Alimentar e Nutricional e oferta de alimentos de maior qualidade, promovendo Segurança Alimentar e Nutricional no ambiente escolar, o que é de extrema importância, sobretudo neste momento em que o Brasil volta a integrar o mapa da fome da Organização das Nações Unidas.

Palavras-chave: Alimentação Escolar|Nutricionistas|Segurança Alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Projeto Primeira Infância: prevalência do uso de telas na infância em domicílios com crianças de 0 a 3 anos em município no sul de Minas Gerais

Bianca Araujo Milbratz¹; Laudicéia Ferreira Fróis¹; Ana Clara da Cruz Della Torre¹; Lilian Gonçalves Teixeira¹; Maysa Helena de Aguiar Toloni¹; Daniela Braga Lima².

1. Universidade Federal de Lavras, Lavras - MG - Brasil; 2. Universidade Federal de Alfenas, Alfenas - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os estímulos aos quais a criança é exposta em seus primeiros anos de vida são essenciais para um desenvolvimento neuropsicomotor adequado, tendo em vista o crescimento e amadurecimento de estruturas cerebrais. Nesse contexto, o olhar e a presença do cuidador e demais integrantes da família são fontes importantes de estímulos, os quais não podem ser substituídos por telas e tecnologias. É evidenciado que crianças expostas precocemente e por muitas horas às telas, apresentam um atraso no desenvolvimento da linguagem. Além disso, os transtornos de sono e mentais são mais evidentes, devido à desregulação do ciclo circadiano. Frente a isso, este estudo teve por objetivo avaliar a frequência do uso de telas (TV, Smartphones ou Tablets) por crianças menores de três anos residentes no município de Lavras – MG.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo de caráter transversal que emprega dados de um projeto base intitulado “Caderneta de Saúde da Criança: implicações sobre a segurança alimentar e nutricional na primeira infância”. A coleta foi executada no serviço de Atenção Primária do município de Lavras – MG entre os meses de fevereiro e maio de 2022 e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Lavras sob o parecer 4.807.555. Os participantes foram convidados a participar da pesquisa enquanto aguardavam a consulta pediátrica. Foram incluídas crianças com idade inferior a três anos. A frequência do uso de telas foi averiguada por meio do questionário “Primeira Infância para Adultos Saudáveis (PIPAS)”. O banco de dados foi construído utilizando o software EPIINFO versão 7.2, sendo os dados codificados, duplamente digitados e validados. Os testes estatísticos foram realizados no programa Statistical Package for the Social Science (SPSS) versão 20.0. O teste de Shapiro-Wilk foi aplicado para avaliar a normalidade e conduzidas análises descritivas.

RESULTADOS

Foram estudadas 169 crianças, mais da metade era 56,2% (n=95) do sexo feminino, com média de idade 14,11 ($\pm 10,16$) meses. Ao avaliar a frequência do uso de telas foi possível identificar que, 15,4 % (n=26) faziam uso de telas de um a três dias por semana, 5,3% (n=9) utilizavam a tela de quatro a seis dias na semana, 50,3% (n=85) recorriam ao uso de telas todos os dias, 24,9% (n=42) não usavam e 2,4% (n=4) não tinham o conhecimento sobre a informação.

CONCLUSÃO

A frequência do uso de telas no público investigado foi alta. Esse achado proclama atenção, uma vez que, o uso excessivo acarreta prejuízos à saúde da criança além de ser uma prática não recomendada nos primeiros anos de vida.

Palavras-chave: Mídia Audiovisual|Televisão|Tempo de Exposição|Desenvolvimento Infantil

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Quais as principais hashtags utilizadas pelo maior aplicativo de delivery de alimentos em suas mídias sociais no Brasil em 2011-2020?

Paloma Aparecida Anastacio Barros; Juliana de Paula Matos; Michele Bittencourt Rodrigues; Paula Martins Horta.
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

Com o avanço das tecnologias digitais e da acessibilidade à internet, as mídias sociais ganharam popularidade. Uma das estratégias empregadas pelos usuários dessas mídias para alcançar maior engajamento, interação e visibilidade do conteúdo são as *hashtags*. Trata-se de termos ou expressões antecedidas pelo símbolo #, que direcionam o usuário para uma página de publicações relacionadas ao mesmo tema ou discussão. As empresas de aplicativos de delivery de alimentos (ADA) usam as mídias sociais para promover os seus serviços, sendo as *hashtags* um tipo de recurso adotado para ampliar o alcance de suas publicações. Os ADA apresentam uma oferta predominante de refeições contendo alimentos não saudáveis e preocupa-se a promoção do consumo excessivo desses alimentos. Este estudo objetiva identificar e comparar as *hashtags* utilizadas pelo principal ADA no Brasil entre 2011 e 2020 em suas páginas oficiais nas plataformas de mídias sociais.

MÉTODOS

Estudo exploratório que identificou as *hashtags* mencionadas nas postagens da principal empresa de ADA no Facebook e Instagram desde a criação da página até 31/12/2020. Essa empresa realiza mais de 60 milhões de entrega de pedidos ao mês e possui mais de 270 mil restaurantes cadastrados. A partir do universo de postagens realizadas pela empresa no Facebook (n=2460) e Instagram (n=799) no período do estudo, foi selecionada uma amostra aleatória de 10% das postagens (256 Facebook e 83 Instagram). As *hashtags* utilizadas nas postagens foram coletadas e quantificadas. Obteve-se a frequência de *hashtags* em cada plataforma de mídia social e a diferença foi testada pelo teste qui-quadrado, ao nível de significância de 5%.

RESULTADOS

Identificou-se a presença de 477 *hashtags* em 37,76% das postagens (n=128), sendo 90,36% (n=75) no Instagram e 20,70% (n=53) no Facebook, p<0,001. Além disso, o Instagram apresentou maior variedade de termos (413 vs. 64 no Facebook). No Facebook, três *hashtags* responderam por mais de 45% de toda a variedade de termos: #pedeumifood (29,69%), #nossaentrega (9,38%), #afomechegou (7,81%). No Instagram, por sua vez, a *hashtag* #pedeumifood também foi a mais comum, mas representou apenas 6,05% das observações, uma vez que um grupo mais diversificado de termos foi notado. Outras *hashtags* representaram 2,66% - #yummy, #nom, #nofilter, #love, #instamood, #instalike,

#instafood, #food, #delivery e #hungry e 2,42% das observações - #lunch, #japanese, #japa e #instagood.

CONCLUSÃO

O uso de *hashtags* pelo ADA em suas páginas de mídia sociais é mais frequente no Instagram em relação ao Facebook, sendo uma ferramenta que promove maior visibilidade às publicações e aos serviços ofertados. As palavras mais usadas pelo ADA dão destaque à marca, suas características, à alimentação e ao tipo de alimento a ser consumido. Notou-se ainda o uso de termos exclusivos do meio digital.

Palavras-chave: Mídias sociais|Entrega de alimentos|Marketing|Publicidade

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Quais os marcadores de alimentação são promovidos nas mídias sociais pela maior empresa de aplicativo de delivery de alimentos do Brasil em 2011 a 2020?

Paloma Aparecida Anastacio Barros; Juliana de Paula Matos; Michele Bittencourt Rodrigues; Paula Martins Horta.

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os aplicativos de delivery de alimentos (ADA) são plataformas de negócios que fazem a gestão de pedidos, entregas e pagamentos aos estabelecimentos produtores de refeições, os quais são responsáveis pela preparação dos pedidos. O uso dos ADA cresceu no Brasil pois essas ferramentas ampliam a conveniência e a praticidade da alimentação. Como forma de promover os seus serviços, os ADA utilizam as mídias sociais, onde alcançam ampla interação e engajamento com o público. Isso é relevante sob o ponto de vista da saúde pública, pois estudos anteriores apontaram a elevada oferta de refeições contendo alimentos ultraprocessados nesses ADA, cujo consumo excessivo tem potencial de contribuir para o ganho de peso e as doenças crônicas não transmissíveis. Objetivou-se identificar os marcadores de alimentação promovidos pela maior empresa de ADA no Brasil em suas páginas oficiais das mídias sociais entre 2011-2020.

MÉTODOS

Estudo exploratório que identificou todas as postagens publicadas pela principal empresa de ADA no Facebook e Instagram desde a criação da página oficial até 31/12/2020. Essa empresa tem mais de 2 milhões de seguidores em ambas as mídias sociais do Brasil e entrega mais de 60 milhões de pedidos ao mês, além de possuir mais de 270 mil restaurantes cadastrados. Nos dez anos em análise, foram identificadas 3259 postagens, sendo 2460 no Facebook e 799 no Instagram. A amostra do estudo se compôs de 10% das postagens (256 do Facebook e 83 do Instagram), selecionadas aleatoriamente. Utilizou-se protocolo de coleta de dados estruturado, elaborado para fins deste estudo e baseado em pesquisas anteriores que monitoraram o ambiente alimentar dos ADA. Obteve-se a frequência dos marcadores de alimentação nas postagens das duas plataformas e as diferenças foram testadas pelo teste qui-quadrado ao nível de significância de 5%.

RESULTADOS

Das 339 postagens analisadas, 232 (68,44%) continham imagens de alimentos ou bebidas. Os pratos de refeição foram os mais promovidos (47,41%), seguidos de hambúrguer (23,71%), pizza (17,24%), petiscos e porções (15,09%), salgados (8,19%), sobremesas e outros doces (8,19%), sorvete e açaí (6,90%) e bebida alcoólica (5,17%). Em menos de 5% das postagens foram identificadas imagens de legumes e verduras (3,45%), bebida ultraprocessada (2,49%), sanduíche natural (2,16%), fruta fresca e salada de fruta (2,16%), sucos e vitaminas naturais (1,72%) e guloseimas ultraprocessadas (1,29%). Não

foi identificada nenhuma postagem com imagem de água mineral. Não houve diferença entre a presença dos marcadores de alimentação nas postagens das duas plataformas de mídias sociais.

CONCLUSÃO

À exceção dos pratos de refeição, notou-se uma predominância de promoção de marcadores da alimentação não saudável nas postagens do ADA. Isso estimula a aquisição e o consumo desses alimentos pela população, por meio da compra on-line.

Palavras-chave: Redes sociais|Publicidade|Marketing digital|Entrega de alimentos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Qualidade da dieta a partir do registro fotográfico do celular: avaliação das refeições nas 5 macrorregiões do Brasil

Davi Castor da Silva¹; Dirce Maria Marchioni²; Lucca Martins Collin¹; Semíramis M. A. Domene³; Jun Okamoto Junior²; Josiane Steluti³.

1. Unifesp, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 3. Unifesp, Santos - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A avaliação da qualidade da alimentação comumente é realizada por métodos consagrados. Contudo, com o avanço tecnológico e crescente uso de aparelhos celulares, métodos inovadores para avaliação do consumo alimentar estão em ascensão. Desta forma, buscou-se avaliar a qualidade das refeições das cinco macrorregiões do Brasil considerando o índice de qualidade da refeição a partir do registro fotográfico (IQR-foto).

MÉTODOS

Neste estudo transversal, avaliou-se a qualidade da refeição a partir do banco de fotos do almoço e/ou jantar do projeto “ClicPrato”, que ainda está em andamento (Parecer CEP: nº 3.600.788). As imagens foram enviadas por brasileiros(as) maiores de 18 anos das cinco macrorregiões do país por meio do website (<https://bit.ly/clicprato>). As fotos consideradas neste estudo foram obtidas no período de abril de 2020 a setembro de 2021, totalizando 2423 fotos válidas. Concomitantemente à coleta de fotos e construção do banco de imagens, foram realizadas as avaliações das fotos baseadas no IQR-foto em um formulário específico. O índice é composto por nove componentes utilizados para classificação da refeição (pontuação final que varia de 0 a 9 pontos), sendo estes: carnes e fontes proteicas; leguminosas; modo de preparo; variedade de alimentos; frutas, legumes e verduras; alimentos ultraprocessados, alimentos à base de cereais e grãos integrais; preparação com base de carboidratos; alimentos com alto teor de gordura. As análises dos dados foram conduzidas no *software* STATA®, versão 14.2.

RESULTADOS

No estudo 78,9% das imagens coletadas foram enviadas por mulheres. Entre as macrorregiões, 75,7% das fotos foram provenientes do Sudeste, 9% da região Centro-Oeste, 8,9% do Nordeste, 3,5 do Sul e 2,9 do Norte. A maioria dos envios foram realizados por adultos (80,2%) e participantes com no mínimo ensino superior completo (72,4%). A média da pontuação em todo o Brasil foi de 4,3 pontos. Observa-se, ao analisar a distribuição da pontuação por região, que na região Norte a pontuação 4 teve maior frequência (21,4%), no Nordeste as pontuações 3 e 4 com (19,9%), no Centro-Oeste a pontuação 5 com (28,9%) e a pontuação 4 foi a mais frequente no Sudeste e Sul respectivamente com 22% e 19,8%. Ao avaliar as pontuações em tercil do IQR-foto nas cinco macrorregiões, houve diferença estatisticamente significativa ($p=0,006$). A região

Norte encontra-se na pior classificação, com 44,3% e 17,1% respectivamente no primeiro e terceiro tercil. Enquanto a região Centro-Oeste obteve a melhor classificação, apresentando 22,5%, 48,2% e 29,4% das fotos no primeiro, segundo e terceiro tercil, respectivamente.

CONCLUSÃO

A avaliação das refeições por meio de fotos do celular se mostrou um método promissor e evidenciou a diversidade do consumo alimentar da população brasileira, ressaltando a necessidade de políticas públicas de alimentação e nutrição que considerem as características de cada região.

Palavras-chave: Qualidade da dieta|Consumo alimentar|Registro Fotográfico|Alimentação brasileira

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Qualidade nutricional e higiênico-sanitário de alimentos doados por organizações da sociedade civil (OSC) para indivíduos em situação de rua

Camila Miguez Ribeiro; Ana Carolina dos Santos; Cilene da Silva Gomes Ribeiro.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba - PR - Brasil.

INTRODUÇÃO

A população em situação de rua é um grupo de extrema vulnerabilidade, que depende do auxílio do governo e da ajuda de instituições não governamentais para minimamente suprir diversas de suas necessidades básicas. Sabendo da fragilidade e considerando que o DHANA é um direito de todo cidadão, foi inaugurado, em 2020, em um município do Sul do Brasil, através da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SMSAN), o Projeto Mesa Solidária, com propósito de disponibilizar espaço físico seguro para a oferta e consumo de alimentos por indivíduos em situação de rua. Junto ao projeto, várias Organizações da Sociedade Civil (OSCs) atuam na produção e distribuição destas refeições, garantindo ao indivíduo em situação de rua acesso a alimentos em algumas refeições. Como a produção destes alimentos fica à cargo de grupos independentes, o objetivo desta pesquisa foi avaliar a qualidade nutricional e sanitária, referente a alimentos servidos por OSCs para indivíduos em situação de rua, através do Projeto Mesa Solidária.

MÉTODO

Pesquisa transversal, quantitativa, realizada a partir das OSC que produzem e distribuem alimentos nos espaços do Projeto Mesa Solidária. Para mapear a produção de alimentos e refeições realizadas por estas, tanto no aspecto higiênico-sanitário, quanto na qualidade nutricional das ofertas, foi utilizado o roteiro de inspeção higiênico-sanitário, baseado na RDC 216/2004, bem como foram pesados os alimentos utilizados na produção das refeições e mapeados os quantitativos de refeições produzidas por cada OSC. Esta pesquisa foi aprovada pelo CEP, sob o parecer no. 4.641.610.

RESULTADOS

As avaliações foram realizadas em 11 OSCs, representando 31% da amostra à época. Os dados coletados e tabulados foram comparados ao percentual de adequação previsto pela ANVISA. Em geral, as OSCs apresentaram percentuais baixos para conformidades. Dentre os tópicos da RDC216/2004, chamou atenção as inadequações referentes à estrutura física e de higienização, com 35,2% e 31% de conformidade, respectivamente. Os processos produtivos ficaram com 53,1% de inadequações, alertando ao fato de que o poder público necessita dar maior apoio às OSCs no tocando a estrutura, equipamentos, utensílios e processos. Entretanto, mesmo com estas inadimplências, verificamos que todas as OSCs buscam servir refeições equilibradas, com alimentos de fonte de carboidrato, proteína de origem animal, junto com hortaliças e legumes.

CONCLUSÃO

Considerando que as OSCs têm um perfil diferente de restaurantes profissionais e que o questionário da RDC216/2004 é direcionada para estes, podemos dizer que muitos dos itens avaliados através desta norma não se aplicam de forma direta aos espaços de preparo das marmitas feitas pelas OSC. Evidenciou-se o comprometimento que as OSCs têm, independente das dificuldades enfrentadas. Por isso, é fundamental o apoio do Estado para que a estrutura de produção, processos, treinamentos e acesso a alimentos às OSC ocorra.

Palavras-chave: Direito Humano|Alimentação adequada e segura;|Projeto Mesa Solidária|Organizações da Sociedade Civil|População em situação de rua

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Qualidade Sanitária da água utilizada por casas residenciais localizadas no município de Satuba/AL

Mariana Sales Martins; Barbara Karine Lopes da Silva Correia; Daniela Silva dos Santos; Juliano Timóteo da Silva; Vitor Luiz de Melo Silva; Eliane Costa Souza.
Centro Universitário Cesmac, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

No Brasil, atestar a potabilidade da água para consumo humano tornou-se uma questão muito importante á nível de saúde pública, visto que nos países subdesenvolvidos, em virtude das más condições de saneamento básico, a água disponibilizada a população pode ter contaminantes microbiológicos e causar doenças de veiculação hídrica, como, por exemplo, febre tifoide, cólera e outras gastroenterites. A água é considerada própria para o consumo humano quando seus parâmetros microbiológicos e físico-químicos atendem aos padrões de potabilidade estabelecidos e não oferecem risco à saúde da população. Portanto o objetivo desse estudo foi divulgar resultados referentes a qualidade microbiológica da água das residências localizadas no município de Satuba/AL.

MÉTODOS

Em concordância com a portaria vigente, a água adequada ao consumo humano deve estar livre de *Escherichia coli* e de bactérias do grupo dos coliformes totais em 100 ml da amostra. Previamente foi solicitada a Secretaria de Vigilância Sanitária do município de Satuba/AL autorização para o acesso aos arquivos contendo os resultados das análises microbiológicas da água das residências, que utilizam a rede de abastecimento (SAA) e poços artesianos (SAI) durante o ano de 2018.

RESULTADOS

Das 14 casas residenciais que utilizam a água do Serviço de Abastecimento Público (SAA), 78,57% (n=11) apresentaram presença de coliformes totais em 100 mL da amostra e destas 36,36% (n=4) continham *Escherichia coli* nos resultados. Apenas 03 casas residenciais que utilizam a água do Serviço de Abastecimento Público (SAA) não obtiveram a presença das bactérias pesquisadas. As 02 casas residenciais que utilizam a água dos poços artesianos (SAI) apresentaram coliformes totais em 100 mL das amostras e destas 50% (n=1) apresentou também *Escherichia coli* nos resultados.

CONCLUSÃO

Apenas á água de 03 casas residenciais que utilizam o Serviço de Abastecimento Público (SAA) estavam microbiologicamente próprias para o consumo. Independente da forma de abastecimento de água foi verificado que ocorreu contaminação por bactérias consideradas indicadoras sanitárias, e que esses resultados podem indicar falhas nos

tratamentos utilizados para a água de abastecimento e com isso grandes probabilidades de desencadear doenças hídricas graves, sendo necessária intervenção das empresas fiscalizadoras do município de Satuba para encontrar as possíveis causas que estão gerando a contaminação, e com isso minimizar os problemas de saúde pública que podem ocorrer no município.

Palavras-chave: Boas Práticas de Fabricação|Higiene dos Alimentos|Doenças Transmitidas por Alimentos

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Quem são os líderes para estratégias públicas de prevenção da obesidade infantil e cuidado das crianças com obesidade?

Juliana Gonçalves Machado¹; Gabriela Buccini²; Elisabetta Recine¹.

1. Universidade de Brasília, Brasília - DF - Brasil; 2. University Of Nevada, Las Vegas, Nevada - Estados Unidos da America.

INTRODUÇÃO

A obesidade infantil é uma condição multifatorial que exige articulação intersetorial para ser mitigada. No Brasil, continuamos a nos defrontar com prevalências crescentes apesar das estratégias já implementadas. A presença de líderes de opinião (LO) em diferentes níveis de atuação e setores é imprescindível para manter o engajamento e comprometimento político de tomadores de decisão na agenda de obesidade infantil, ou seja, na defesa e/ou implementação de estratégias públicas de prevenção da obesidade infantil e cuidado das crianças com obesidade. A pesquisa de líderes de opinião pode identificar esses indivíduos, que possuem capacidade de influência sobre o comportamento, pensamento ou opinião de seus pares; e contribuir na formulação de políticas e estratégias de comunicação. Nosso objetivo é identificar e caracterizar os LO nos níveis federal e local (estadual e municipal) envolvidos nesta agenda.

MÉTODOS

Estudo de métodos mistos utilizando o método participativo Net-Map. Na 1ª etapa, 24 partes interessadas participaram do mapeamento de atores-chave na agenda de obesidade infantil em nível federal e local. Atores-chave mapeados foram organizados numa planilha e classificados em 9 grupos: poder executivo, poder legislativo, poder judiciário, academia, mídias, sociedade civil organizada, setor privado, organismo internacional e sistema S. Na 2ª etapa, as partes interessadas foram convidadas a identificar os LO na planilha produzida na 1ª etapa. Para tanto, utilizou-se uma escala Likert: é LO (3), poderia ser LO (2), não é LO (1) ou não sabe (0). Os LO foram identificados a partir do cálculo da mediana. Foram considerados LO aqueles atores-chave que receberam mediana=3. (CAAE 47861721.6.0000.0030, CEP/FS-UnB)

RESULTADOS

Em nível federal, dentre os 189 atores-chave identificados, 26% (n=50) foram identificados como LO, havendo destaque para a sociedade civil organizada (n=16; 32%), academia (n=9; 18%), organizações internacionais (n=7; 14%) e poder executivo (n=6; 12%). Em nível local, dentre os 69 atores-chave identificados, 32% (n=22) foram identificados como LO, destacaram-se aqueles que integram o poder executivo (n=14; 65%). Sociedade civil (n=4; 18%), organizações internacionais (n=2; 9%) e academia (n=1; 4%) tiveram menor presença em nível local. LO do grupo das mídias (n=5; 10%) e

do poder legislativo (n=1; 2%) foram identificados apenas no nível federal. LO do setor privado foram identificados em ambos, federal (n=6, 12%) e local (n=1, 4%).

CONCLUSÃO

As características dos LO envolvidos na agenda da obesidade infantil são diferentes entre os níveis de atuação. No nível federal, existe uma maior diversidade de LO que articulam e defendem a agenda da obesidade infantil, enquanto o nível local depende dos LO que atuam no poder executivo. O manejo de conflito de interesse na atuação dos LO do setor privado e das mídias, assim como o aumento da presença de LO no poder legislativo são críticos para avanço da agenda de obesidade infantil.

Palavras-chave: Obesidade Infantil|Ciência da Implementação|Liderança|Saúde da Criança

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Rastreo de risco de sarcopenia e qualidade de vida relacionada à sarcopenia entre as pessoas vivendo com o vírus da imunodeficiência humana (HIV): um inquérito online

Marcus Vinicius Lucio Santos Quaresma; Beatriz Martins Vicente; Roseli Espíndola Balchiunas; Giulianna Regeni; Sandra Maria Lima Ribeiro.
Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

As pessoas vivendo com o vírus da imunodeficiência humana (PVHIV) apresentam diversas perturbações metabólicas que aumentam a chance de desenvolver sarcopenia, uma doença muscular esquelética. Contudo, devido à dificuldade de avaliar objetivamente esta doença, a identificação precoce pode colaborar para antecipação de intervenções. Assim, este estudo foi composto por dois objetivos, sendo (i) rastrear o risco de sarcopenia e a qualidade de vida relacionada à sarcopenia em PVHIV; (ii) verificar os fatores associados.

MÉTODOS

Trata-se de um inquérito online transversal (COEP: 4.938.460) com uma amostra não probabilística que incluiu dois grupos, um composto por PVHIV e outro por pessoas não-infectadas (PNVHIV). Os participantes do grupo de PVHIV foram convidados de uma clínica universitária da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, enquanto as PNVHIV foram convidadas pelas mídias sociais. Ambos os grupos responderam a um inquérito virtual que incluiu o SARC-F e o SarQoL® para rastrear risco de sarcopenia e qualidade de vida, respectivamente. O risco de sarcopenia foi definido pelo ponto de corte proposto para o SARC-F (³4 pontos), e as pessoas que pontuaram abaixo da mediana para o SarQoL® forma consideradas com “menor qualidade de vida relacionada à sarcopenia”. Além disso, verificamos os fatores associados (p. ex., prática de exercício físico (EF), qualidade de sono, Índice de Massa Corporal [IMC]). Modelos de regressão logística foram realizados com o software JAMOVI®.

RESULTADOS

Trezentos e quarenta e quatro participantes foram incluídos [189 homens (150 PVHIV e 39 PNVHIV) e 155 mulheres (61 PVHIV e 94 PNVHIV)]. O SARC-F identificou 10,43% (95% IC: 6,6 - 15,4%) e 0,75% (95% IC: 1,90e-4 - 4%) de PVHIV e PNVHIV em risco de sarcopenia, respectivamente. As pontuações do SarQoL® foram 76,5 (5,88 - 98,1) e 83,2 (5,88 - 100) para as PVHIV e PNVHIV, respectivamente. Os modelos de regressão univariados revelaram que a obesidade (OR= 7,81; IC 95%: 2,165 - 28,211; p= 0,002) e o comportamento sedentário (OR= 1,07; IC 95%: 1,002 - 1,156; p= 0,042) aumentaram a chance de estar em risco de sarcopenia, enquanto o EF (OR= 0,347; IC 95%: 0,131 - 0,914; p= 0,032) reduziu a chance. Nos modelos múltiplos considerando a pontuação

global do SarQoL®, a qualidade do sono (OR= 7,343; 95% IC: 3,261 - 16,536; p< 0,001) e a obesidade (OR= 4,945; 95% IC: 1,597 - 15,304; p= 0,006) foram associadas a maior chance de pertencer ao grupo menor qualidade de vida relacionada à sarcopenia, enquanto a prática de EF reduziu a chance (OR= 0,173; 95% CI: 0,080 - 0,375; p < 0,001).

CONCLUSÃO

O risco de sarcopenia foi mais frequente entre as PVHIV comparativamente às PNVHIV. Ainda, as PVHIV apresentaram uma qualidade de vida relacionada à sarcopenia inferior. Finalmente, a má qualidade do sono e a obesidade aumentaram a chance de uma menor qualidade de vida relacionada à sarcopenia, enquanto o exercício físico reduziu a chance para ambos, PVHIV e PNVHIV.

Palavras-chave: HIV|Sarcopenia|Qualidade de Vida|Exercício Físico|Obesidade

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Refeições em família e os transtornos mentais comuns: um estudo transversal de base escolar

Lucia Helena Almeida Gratão¹; Luana Lara Rocha¹; Milene Cristine Pessoa¹; Thales Philipe Rodrigues da Silva¹; Monique Louise Cassimiro Inácio²; Larissa Loures Mendes¹.

1. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG - Brasil; 2. Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

As condições de saúde mental representam 16% da carga global de doenças e lesões em adolescentes, que é um período de transição e vulnerabilidades, em que as doenças mentais podem desenvolver-se mais facilmente. A promoção, a proteção e o restabelecimento da saúde mental devem ser considerados indispensáveis nessa faixa etária. E a adoção de práticas alimentares saudáveis, como a realização de refeições na presença das famílias, estão associados com uma melhor saúde mental entre os adolescentes. Além disso, comer em família é um hábito recomendado pelo Guia Alimentar para a população brasileira de 2014. Dessa forma, este estudo tem como objetivo verificar a associação entre o hábito de realizar refeições acompanhado pela família e a presença de Transtornos Mentais Comuns (TMC) em adolescentes brasileiros.

MÉTODOS

Estudo transversal realizado com dados provenientes do Estudo de Riscos Cardiovasculares entre Adolescentes (ERICA) realizado entre 2013 e 2014 com adolescentes de 12 a 17 anos de escolas públicas e privadas. A variável desfecho foi a presença de TMC, obtida por meio do questionário geral de saúde Goldberg, considerado a presença de TMC quando pelo menos 5 dos 12 itens foram respondidos com "um pouco mais do que o normal" ou "muito mais do que o normal". A variável explicativa foi o hábito de realizar refeições principais acompanhado pela família, categorizada em: "nunca ou quase nunca", "às vezes" e "quase todos os dias ou todos os dias". Como variáveis de ajuste, identificadas através de um Gráfico Acíclico Dirigido, foram incluídas as variáveis: sexo, idade, morar com os pais, prática de atividade física, tempo de tela, duração do sono, fatores socioeconômicos e tipo de escola. Modelos de regressão logística foram utilizados para avaliar a associação. As análises foram realizadas pelo software Stata 14.0, adotando nível de significância de 5%.

RESULTADOS

Entre os 71.553 adolescentes avaliados, 48,42% possuíam o hábito de realizar refeições principais acompanhado pela família quase todos os dias ou todos os dias. O hábito de realizar refeições principais acompanhado pela família às vezes (Odds Ratio: 0,69; Intervalo de Confiança de 95%: 0,57 – 0,84) e quase todos os dias ou todos os dias (Odds

Ratio: 0.50; Intervalo de Confiança de 95%: 0.44-0.58) reduziu as chances de TMC entre os adolescentes.

CONCLUSÃO

O hábito de realizar refeições acompanhado pela família está associado a uma menor probabilidade de TMC entre adolescentes, demonstrando a importância da promoção de práticas alimentares saudáveis nessa faixa etária. Dessa forma, iniciativas para promover uma alimentação adequada e saudável, hábitos saudáveis e a comensalidade devem ser reforçadas e encorajadas, como ações de educação alimentar e nutricional com os adolescentes e suas famílias.

Palavras-chave: Adolescente|Transtornos Mentais|Comportamento alimentar

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Regulação do ambiente alimentar das estações de metrô de São Paulo: o papel do Estado na visão da sociedade civil organizada

Jessica Vaz Franco; Mariana Tarricone Garcia; Cláudia Maria Bógus.
Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (Fsp/Usp), São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

As estações de metrô da cidade de São Paulo apresentam uma possibilidade crescente de comércios que priorizam a venda de alimentos não saudáveis com preços baixos, podendo se constituir um obstáculo importante à autonomia para escolhas alimentares saudáveis e à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Este estudo teve como objetivo apresentar o ponto de vista da sociedade civil organizada sobre o papel do Estado diante do ambiente alimentar das estações de metrô da cidade de São Paulo.

MÉTODOS

Entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com oito atores-chave de organizações da sociedade civil, que buscam a implantação e execução de políticas públicas para promoção da alimentação adequada e saudável. Os materiais resultantes foram organizados e analisados qualitativamente, por meio da análise de conteúdo temática. O estudo teve aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP, sob CAAE: 32670820.6.0000.5421.

RESULTADOS

Os entrevistados apontaram que o ambiente alimentar das estações de metrô da cidade de São Paulo desfavorecem as práticas alimentares adequadas e saudáveis pela baixíssima disponibilidade e variedade de alimentos saudáveis. Segundo eles, mesmo que as pessoas queiram se alimentar de forma adequada e saudável nas estações do metrô, podem não conseguir pela falta de opções, interferindo na sua liberdade de escolha. Os participantes não conseguiram identificar a presença de alguma política e/ou programa de alimentação e nutrição sendo desenvolvidos nesses espaços, e acreditam, inclusive, que não há um controle da Companhia do Metrô e do Estado sobre o que é vendido nos pontos comerciais de alimentos. Para que haja mudanças no cenário atual desse ambiente alimentar, a regulação é vista como uma saída. Foram apontadas ideias como: a presença de barracas de frutas e hortaliças direto de produtores nos espaços das estações; a venda de outras opções saudáveis como lanches “naturais”/“artesanais”, salgados assados e com farinha integral, com água de coco, sorvetes saudáveis, iogurtes naturais; a presença de bebedouros nas estações; a diminuição da presença de alimentos ultraprocessados; a utilização dos espaços de propaganda/publicidade para veicular informação sobre saúde e alimentação aos usuários. Assim, na visão deles, o Estado deve propiciar mais oportunidades para quem quer instalar um ponto comercial para a venda de alimentos

saudáveis, e discutir a pertinência da presença de comércios que priorizam a venda de alimentos ultraprocessados em um espaço público como o metrô.

CONCLUSÃO

Para a sociedade civil organizada, o papel do Estado deve ser aquele de regular o ambiente alimentar em questão, para que este seja pensado não apenas como um espaço de fornecimento de alimentação saudável, mas como um local que possibilitaria outra forma de distribuição de alimentos para população com vistas à garantia da SAN.

Palavras-chave: Ambiente|Abastecimento de Alimentos|Política Nutricional|Segurança Alimentar e Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Relação dos alimentos ultraprocessados na dieta materna e a alimentação do lactente

Aline Nascimento Silva; Thabata Zelice da Cruz de Moraes; Andréa Costa Goes;
Bárbara Luíza Silva Lima; Larissa Santos Martins; Danielle Goes da Silva.
Universidade Federal de Sergipe (Ufs), São Cristóvão - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os alimentos ultraprocessados (AUP) em função da conveniência, praticidade e portabilidade podem ser a escolha alimentar entre mulheres no puerpério. Contudo, por apresentarem baixo valor nutricional e alta densidade calórica, o consumo excessivo pode desencadear riscos especialmente à saúde materna. Na ótica da saúde infantil, existem evidências que o consumo alimentar materno pode ser considerado um determinante chave da dieta infantil, impactando no paladar e na aceitação de alimentos da criança. Portanto, neste panorama, o objetivo deste trabalho é avaliar a associação entre o consumo de AUP pela mãe e alimentação do lactente.

MÉTODOS

Estudo transversal com 299 puérperas maiores de 18 anos, entre o primeiro ao sexto mês pós-parto, usuárias da Atenção Básica de Saúde do município de Aracaju, Sergipe. Aplicou-se um questionário semiestruturado, por meio de ligação telefônica, com dados de identificação materna e infantil, socioeconômicos, aleitamento materno e alimentação atual da criança. Para investigação do consumo alimentar, foram aplicados dois recordatórios alimentares de 24 horas em dias não-consecutivos, utilizando *Multiple Pass Method*. Para cálculo da variabilidade da dieta entre os dois recordatórios alimentares, foi utilizado o *Multiple Source Method*. Os alimentos foram classificados segundo a NOVA. O percentual de contribuição energética dos AUP da dieta foi dividido em tercís, sendo o 3º tercil classificado como maior consumo. A distribuição dos dados foi analisada por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov e a associação do consumo de AUP e as práticas de alimentação do lactente foram realizadas por meio do teste Qui-quadrado, com p menor que 0,05. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa/UFS (CAAE 46562221.80000.5546). Todas as participantes do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RESULTADOS

Participaram do estudo 299 mães com média de idade de 28,34 ($\pm 5,89$) anos e com 3,95 ($\pm 1,33$) meses de pós-parto. Cerca de 85,6% autodeclararam-se pretas ou pardas, 90% viviam com companheiro, 43,5% tinham renda familiar de 1 a 2 salários-mínimos, 57,9% multíparas e 39,8% amamentavam exclusivamente. A mediana da ingestão energética de AUP foi de 372,30 kcal, com um percentual de contribuição energética de 21%. Observou-se maior consumo de AUP entre as puérperas que não estavam

amamentando ($p=0,012$), que estavam ofertando água e chá para a criança ($p=0,015$) e em aleitamento misto ou artificial ($p=0,025$).

CONCLUSÃO

O maior consumo de AUP no puerpério tem relação com práticas alimentares que favorecem o desmame precoce do lactente. Portanto, investigar o consumo alimentar materno neste período faz-se importante para evitar desfechos negativos na saúde do binômio materno-infantil. Apoio CNPq, PIBIC/UFS.

Palavras-chave: Período Pós-Parto|Consumo alimentar|Aleitamento materno|Desmame precoce

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Relação entre as características paternas e a antropometria do recém-nascido em um estudo de intervenção nutricional

Mariana Rinaldi Carvalho¹; Daniela Elias Goulart de Andrade Miranda²; Naiara Franco Baroni¹; Izabela da Silva Santos¹; Livia Castro Crivellenti¹; Daniela Saes Sartorelli¹.

1. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto - SP - Brasil; 2. Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A compreensão sobre a influência das características paternas na saúde dos filhos ainda permanece limitada. Evidências sugerem que a herança epigenética paterna pode desempenhar um papel importante na predisposição de distúrbios metabólicos na infância e na vida adulta. O objetivo do presente estudo é avaliar o efeito da antropometria paterna na eficácia de uma intervenção nutricional no estilo de vida entre gestantes e consequentemente na antropometria e adiposidade neonatal.

MÉTODOS

Este estudo é parte de um ensaio clínico aleatorizado controlado, conduzido entre 350 gestantes adultas portadoras de sobrepeso usuárias de unidades básicas. As gestantes foram aleatoriamente alocadas em grupos controle (GC) ou intervenção (GI). A intervenção consistiu em três sessões de aconselhamento nutricional individualizadas, baseada no incentivo ao consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados. Os parceiros das gestantes incluídas no ensaio clínico foram convidados a participar deste estudo. Dados paternos foram obtidos por meio de um questionário estruturado e avaliação antropométrica. Os dados antropométricos dos recém-nascidos foram coletados mediante protocolos padronizados e a adiposidade neonatal foi estimada pela fórmula de Deierlen e colaboradores. A correlação de *Spearman* foi utilizada para avaliar o efeito da intervenção no peso ao nascer e a adiposidade do neonato estratificado por categorias de IMC paterno ($<25 \text{ Kg/m}^2$; $\geq 25 \text{ Kg/m}^2$) e circunferência da cintura ($\leq 102 \text{ cm}$; $> 102 \text{ cm}$). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 97288818.0.0000.5414). Estudo registrado no Registro Brasileiro de Ensaio Clínicos RBR-5jy777.

RESULTADOS

Dados completos estavam disponíveis para 94 grupos de mães (GC n=49, GI n=45), pais e recém-nascidos. 60% do pais apresentaram IMC $\geq 25 \text{ Kg/m}^2$ e 20% circunferência da cintura $\geq 102 \text{ cm}$. O IMC paterno $\geq 25 \text{ Kg/m}^2$ modificou o efeito da intervenção no comprimento (cm) da criança ao nascer ($r=0,33$; $p=0,01$). Uma associação negativa entre a intervenção e a prega supra ilíaca (mm) dos recém-nascidos filhos de pais com IMC $< 25,0 \text{ kg/m}^2$ ($r=-0,39$; $p=0,04$) foi observada. A circunferência da cintura paterna $\geq 102 \text{ cm}$ modificou o efeito da intervenção na prega bicipital (mm) da criança ($r=0,90$; $p=0,01$) e também na massa livre de gordura (g) ($r=0,87$; $p=0,02$). Não houve associação entre as

características paternas e a adiposidade neonatal e demais medidas antropométricas analisadas.

CONCLUSÃO

O IMC paterno foi um modificador do efeito da intervenção no comprimento da criança ao nascer e na prega cutânea supra ilíaca. Além disso, a circunferência da cintura paterna modificou o efeito da intervenção na prega bicipital e na massa livre de gordura dos recém-nascidos. Estudos futuros são necessários para se confirmar tais hipóteses.

Financiamento: FAPESP (2017/15386-2; 2017/18980-2 e 2021/06586-3), CNPq (406000/2018-2 e 302487/2018-2), CAPES e FAEPA.

Palavras-chave: Pai|Recém-nascido|Adiposidade neonatal|Índice de massa corporal|Circunferência da cintura

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Relação entre comensalidade da família e estado nutricional de crianças de 7 a 10 anos da região metropolitana de Vitória/ES

Kéllyda Cinnara da Silva Moura¹; Ana Maria Abreu de Oliveira¹; Haysla Xavier Martins¹; Leticia Batista de Azevedo¹; Ana Cláudia Pinheiro Garcia¹; Maria Del Carmen Bisi Molina².

1. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória - ES - Brasil; 2. Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), Ouro Preto - MG - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade e sobrepeso infantil no território brasileiro atingem aproximadamente 3,1 e 6,4 milhões de crianças, respectivamente. Na infância, a obesidade está fortemente associada ao diabetes *mellitus* tipo 2 e doenças cardiovasculares, além de causar danos à saúde mental e física ao longo dos anos. Dentre os fatores de risco que se relacionam à epidemia da obesidade infantil podem ser citados as transições socioeconômicas, estilo de vida e hábitos alimentares. No entanto, comportamentos alimentares e hábitos sedentários podem ser influenciados pelos pais ou responsáveis o que induz um estado nutricional de sobrepeso e obesidade na infância. Este trabalho tem por objetivo identificar a relação entre a comensalidade da família com o estado nutricional infantil.

MÉTODOS

Estudo transversal com dados da linha de base do projeto intitulado “Prevenção da Obesidade Infantil na Atenção Primária em Saúde: Um Ensaio Comunitário na Região Metropolitana de Vitória-ES”(PrevOI). Este estudo contou com a participação de famílias cadastradas na Estratégia Saúde da Família (ESF) compostas por crianças de 07 a 10 anos de idade apenas do município de Vitória. A coleta de dados foi realizada em (julho/2021 – dezembro/2021) nos respectivos municípios. A comensalidade da família foi avaliada por meio das seguintes questões: “*O restante da família realizou o jantar junto com a criança ontem?*”; “*O restante da família comeu e bebeu o mesmo que a criança no jantar ontem?*”. Cada questão possui duas opções de resposta (sim ou não). Para a avaliação do estado nutricional foi aferido a estatura e mensurado o peso corporal dos participantes para posterior cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC). Em crianças, o IMC foi analisado utilizando o gráfico de crescimento da Organização Mundial da Saúde (OMS). O Estudo foi aprovado pelo comitê de Ética da Universidade Federal do Espírito Santo sob o número:4.581.297. A análises foram realizadas no SPSS versão 21.0, adotando-se $p < 0,05$.

RESULTADOS

A amostra foi constituída por 168 crianças (média de idade de $9,0 \pm 0,98$ anos), sendo majoritariamente do sexo feminino (58,9%). A partir da análise estatística, foi identificado que entre as crianças que não realizaram o jantar junto às suas famílias e não

se alimentaram dos mesmos alimentos, 35,1% apresentaram obesidade ($p=0,003$ e $p=0,036$, respectivamente).

CONCLUSÃO

Foi identificado a relação entre comensalidade da família e o estado nutricional de obesidade infantil. Diante disso, a prevenção da obesidade infantil pode ocorrer através preservação de hábitos alimentares saudáveis em família.

Palavras-chave: Obesidade Infantil|Doenças não Transmissíveis|Epidemiologia Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Relação entre dados antropométricos e a capacidade antioxidante total da dieta de adolescentes com obesidade

Xênia Maia Xenofonte Martins; Thaynan dos Santos Dias; Kamila Nunes de Oliveira;
Antonia Mariza Herculino da Silva; Kaluce Gonçalves de Sousa Almondes; Carla
Soraya Costa Maia.

Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A obesidade infantil reflete na composição e na distribuição de gordura corporal, identificada através de marcadores antropométricos aferidos na criança e adolescente, sendo eles Índice de Massa Corporal (IMC), Circunferência da Cintura (CC) e Circunferência do Pescoço (CP). Estes parâmetros apresentam relação aumentada para riscos de doenças metabólicas, cardiovasculares, resistência à insulina e dislipidemias. A Capacidade Antioxidante Total é um relevante biomarcador de estresse oxidativo, devido ao alto teor de compostos antioxidantes. Assim, a Capacidade Antioxidante Total da Dieta (CATd) é uma ferramenta para investigar esses efeitos dos antioxidantes dietéticos e tem associação com o menor risco de doenças crônicas. O presente estudo objetiva avaliar a relação entre a antropometria e a capacidade antioxidante total da dieta de adolescentes com obesidade.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo transversal realizado com adolescentes que apresentam diagnóstico de obesidade e residem em Fortaleza - Ceará. O consumo alimentar foi coletado pelo método de recordatório de 24h e analisado no software NutWin. Em seu banco de dados, foram adicionados valores de CATd oriundos de tabelas que utilizaram o método Ferric Reducing Antioxidant Power para sua determinação nos alimentos. O valor individual foi ajustado segundo consumo energético (mmol/1000 kcal) e classificado em tercís. As medidas antropométricas avaliadas foram: IMC, CC e CP. Os dados foram apresentados em frequências, percentuais, média e desvio padrão (DP). A diferença entre as médias das variáveis antropométricas entre os tercís da CATd foi testada pela ANOVA, após a homogeneidade dos dados ser confirmada pelo teste de Levene. Todas as análises foram realizadas no programa SPSS versão 22 com nível de significância de 5% ($p < 0,05$). O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (protocolo nº CAAE 3.507.172.)

RESULTADOS

Foram analisados os dados de 63 adolescentes. A maioria dos participantes eram sexo masculino (57,1%) e o grupo apresentou média de idade de 11,97 anos (DP 1,37). Entre as três variáveis avaliadas, apenas a CP apresentou diferença significativa de médias entre os tercís da CATd ($p = 0,040$), sendo o primeiro tercil com CP média de 36,71 cm (DP

2,55), o segundo com 34,84 cm (DP 1,98) e o terceiro com 34,90 cm (DP 3,25). A diferença estatística foi observada entre o primeiro e o segundo tercil ($p=0,021$), e o primeiro e o terceiro tercil ($p=0,039$).

CONCLUSÃO

A CP foi maior em adolescentes com obesidade que estavam no menor tercil da CATd. Tais resultados sugerem que o baixo consumo de compostos antioxidantes pode ter influência no acúmulo de gordura subcutânea superior em adolescentes com obesidade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS) e a Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pelo incentivo e oportunidade.

Palavras-chave: Antropometria|Composição corporal|Capacidade antioxidante total da dieta|Obesidade infantil

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Relato de experiência de atividade de educação alimentar e nutricional realizada em um projeto governamental no estado do Pará

Maria de Nazaré Araújo Lima¹; Dayanne Caroline Pinheiro Garces²; Mariana Corrêa Vasconcellos dos Santos²; Thais de Oliveira Carvalho Granado Santos¹; Walkíria de Moraes Silva¹.

1. Secretaria Estadual de Saúde do Pará, Belém - PA - Brasil; 2. Universidade Estadual do Pará, Belém - PA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A transição nutricional e epidemiológica são resultados do processo de urbanização e industrialização que ocorreram nos últimos anos. Essas mudanças impactaram diretamente nos indicadores de morbimortalidade da população, uma vez que há maior consumo de alimentos ultraprocessados e aumento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), principais causas de óbito e morte prematura no mundo. O enfrentamento da obesidade é um dos mais graves problemas de saúde pública no Brasil, tendo as DCNT um aumento de 72% nos últimos treze anos. Sendo assim, este trabalho tem por objetivo relatar a experiência de nutricionistas em uma ação de educação alimentar e nutricional que visa conscientizar e informar a população sobre alimentação saudável e prevenção de doenças.

MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência de uma atividade realizada no dia 24 de maio de 2022 na Usina da Paz do bairro da Cabanagem em Belém-PA. A ação foi realizada na Usina da Paz, espaço físico que faz parte do Programa Territórios pela Paz e que visa congrega os serviços do Estado oferecidos à comunidade, em diversas áreas, com ênfase na prevenção à violência, inclusão social e fortalecimento comunitário. Foram compartilhadas orientações para o público atendido sobre a classificação de alimentos segundo o *Guia Alimentar para a População Brasileira*, demonstrada a utilização do aplicativo *Desrotulando*, exibição da websérie *Cidinha dá jeito*, disponível em plataforma digital, e distribuição de material impresso.

RESULTADOS

Participaram da atividade 27 indivíduos, sendo 24 do sexo feminino e 3 do masculino. Inicialmente foram demonstrados exemplos conforme o grau de processamento de alimentos em *in natura* e minimamente processados, processados e ultraprocessados, descritos no *Guia Alimentar para a População Brasileira*. Em seguida foram exibidos três episódios da websérie *Cidinha dá jeito* (Episódio de apresentação, 1 e 4) uma estratégia do Ministério da Saúde que retrata situações cotidianas para orientar e auxiliar os indivíduos a respeito dos pontos principais abordados no guia. Em seguida foi demonstrado o uso do aplicativo *Desrotulando*, o qual objetiva facilitar a leitura de rótulos e possibilitar autonomia quanto a melhores escolhas alimentares.

CONCLUSÃO

As ações de educação alimentar e nutricional são essenciais para promoção da qualidade de vida da população, uma vez que trabalha aspectos do cotidiano que envolvem o ato de se alimentar e facilitam a adesão às mudanças do estilo de vida e construção da autonomia e hábitos alimentares saudáveis.

Palavras-chave: Alimentação saudável|Educação em saúde|Saúde da comunidade

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Rio de Janeiro: a experiência de uma cidade signatária do Pacto de Milão

Aline de Souza Ribeiro; Marluce Crispim da Costa Fortunato; Andreia de Luca Sacramento; Maria Cecília Quibem Furtado Maciel; Andrea Ricardo.

Unidade de Nutrição e Segurança Alimentar Annes Dias, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O Pacto de Milão sobre a Política de Alimentação Urbana (MUFPA) é um compromisso com o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis assumido por mais de 200 cidades do mundo, incluindo o Rio de Janeiro (RJ) que se tornou signatária em 2016. A estratégia do Pacto é a troca de experiências entre as cidades, por meio de fóruns regionais ou globais, para a elaboração de estratégias a fim de contribuir com o desenvolvimento sustentável e com a segurança alimentar e nutricional (SAN). A Unidade de Nutrição e Segurança Alimentar Annes Dias (UNAD), vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, esteve presente na organização do I Fórum Latino-Americano das Cidades Signatárias do Pacto de Milão realizado no RJ, bem como representando a cidade no 7º Fórum Global. O objetivo deste trabalho é identificar os impactos MUFPA para a cidade do Rio de Janeiro sob a perspectiva do UNAD.

MÉTODOS

Estudo transversal qualitativo realizado a partir da participação da cidade do Rio de Janeiro no I Fórum Latino-Americano das Cidades Signatárias do Pacto de Milão, como cidade anfitriã, e no 7º Fórum Global das Cidades Signatárias do Pacto de Milão, realizados no ano de 2019 e 2021, respectivamente. Para a realização do estudo foram utilizados dois documentos elaborados pelo Secretariado do MUFPA: Diretrizes para sediar o evento e Marco de Acompanhamento.

RESULTADOS

A participação nos eventos representou uma oportunidade para: partilhar o progresso na oferta de alimentação adequada, saudável e sustentável em restaurantes populares, unidades de saúde e de ensino; reconhecer a necessidade de selecionar indicadores do MUFPA; priorizar o monitoramento dos indicadores após o impacto global da pandemia por COVID 19; elaborar estratégias intersetoriais para alavancar o acesso a alimentos in natura a toda a população carioca principalmente a população em vulnerabilidade social, por meio da expansão das hortas cariocas, criação de banco de alimentos e outros. Como cidade anfitriã foi possível disponibilizar refeições elaboradas por uma empresa engajada socialmente, que modifica a realidade de mulheres de uma comunidade, valoriza as preparações culinárias a partir de alimentos regionais, in natura e sazonais. Tal fato proporcionou aos participantes do evento uma experiência sensorial e gastronômica alinhada ao desenvolvimento sustentável; fomentou a economia local;

incluiu refeições restritas ao glúten, lactose e sacarose; respeitou a diversidade social, oferecendo opções vegetarianas e veganas.

CONCLUSÃO

A participação da cidade do Rio de Janeiro nos encontros entre as cidades signatárias permitiu reconhecer a importância de avançar de forma intersetorial na elaboração, execução e monitoramento de estratégias para a construção de sistemas alimentares mais saudáveis, sustentáveis e justos.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável|Segurança alimentar e nutricional|Intersetorialidade

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Saberes e práticas da comunidade sobre o uso de plantas medicinais no cuidado em saúde: um relato de experiência

Jamille de Lima Santos¹; Paloma Katlheen Moura Melo²; Jéssica Cyntia Menezes Pitombeira³; Cristiano Silva da Costa³; Daniele do Nascimento Costa²; Laura Camila Pereira Liberalino⁴.

1. Unp, Mossoró - RN - Brasil; 2. Uern, Mossoró - RN - Brasil; 3. Esp, Fortaleza - CE - Brasil; 4. Ufm, Natal - RN - Brasil.

INTRODUÇÃO

Fitoterapia é o estudo das plantas medicinais e suas aplicações na cura das doenças, a qual incentiva o desenvolvimento comunitário com vistas à promoção da saúde. No Brasil, a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos e a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares, criadas em 2006, estimulam a inserção de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde e fornecem subsídios para o uso adequado. A relevância deste trabalho está no caráter reflexivo que busca mostrar uma forma de cuidado que já está inserida no cotidiano das pessoas e que precisa ser investigada e registrada, como uma memória viva do patrimônio cultural, estabelecendo elos entre conhecimento popular e científico de forma a propiciar o fortalecimento das práticas de cuidado, com estímulo para novos horizontes de modelo de atenção à saúde a ser preservado ao longo do tempo. O objetivo deste estudo foi conhecer os saberes e práticas quanto ao uso de plantas medicinais utilizadas por usuários e profissionais de saúde de uma Unidade Básica de Saúde.

MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência cuja vivência foi realizada no dia 28 do mês de novembro do ano de 2018, totalizando 26 participantes entre usuários, profissionais da Unidade Básica de Saúde Abengruta II e do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica, no município de Aracati/CE. O estudo partiu do princípio da educação em saúde e utilizou como referencial metodológico os círculos de cultura propostos por Paulo Freire, possibilitando o encontro entre a vivência prática e a teoria.

RESULTADOS

Constatou-se que a maioria dos participantes teve acesso às plantas medicinais no âmbito familiar, bem como surgiu mais de uma forma de adquirir as plantas, a saber: pequena plantação na residência; pegam com amigos e/ou vizinhos; ou compram em lojas de produtos naturais, farmácias, entre outros meios. Verificou-se o uso dessas ervas em formas de chás, sumos, garrafadas, óleos, sucos e lambedor. Ainda, surgiu um total de 21 plantas, com semelhanças entre a indicação terapêutica popular e científica, relacionadas a diferentes enfermidades ou sintomas de agravos. Existiu consenso que é necessário ter mais informação e divulgação sobre o tratamento à base de fitoterápicos e incentivar o uso, como também é imprescindível que se faça um treinamento voltado para os

profissionais quanto ao uso dessa terapia e quanto à necessidade de relacioná-la com a medicina convencional.

CONCLUSÃO

É possível compreender que existe o conhecimento de uma diversidade dos recursos naturais que viabilizam as práticas integrativas e complementares na atenção à saúde. Entretanto, é preciso propor e fazer mudanças que valorizem o conhecimento popular, favorecendo a apropriação do sujeito no cuidado, que se pretende ser mais eficaz com o uso concomitante das plantas medicinais de forma consciente e segura na atenção primária.

Palavras-chave: Ervas Medicinais|Fitoterapia|Educação em Saúde|Atenção Primária à Saúde.

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Salutogênese, estado nutricional e comportamento alimentar: uma revisão sistemática

Bruna Merten Padilha¹; Gabriela Rossiter Stux Veiga¹; Nassib Bezerra Bueno¹; Jessiane Rejane Lima Santos¹; Telma Maria Menezes de Toledo Florêncio¹; Marília de Carvalho Lima².

1. Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil; 2. Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A salutogênese orienta o estudo da saúde como uma interação entre fatores físicos, mentais, sociais e espirituais, retratando a maneira como as pessoas experimentam a comida e saúde em seu cotidiano. Dentro dessa teoria, tem-se o senso de coerência, variável que avalia a interação entre as pessoas e seu contexto. Considerando que pesquisas sobre nutrição salutogênica têm o potencial de estabelecer a base para manter uma alimentação saudável, objetivou-se avaliar a relação entre senso de coerência, comportamento alimentar e estado nutricional.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, realizado por duas pesquisadoras, de forma independente, entre maio e novembro de 2020, com vistas a responder a seguinte questão: “O senso de coerência está associado ao estado nutricional e/ou ao comportamento alimentar?”. O protocolo de pesquisa adotado seguiu os itens estabelecidos pelo Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-analysis Protocols (PRISMAP) e foi registrado no PROSPERO (<https://www.crd.york.ac.uk/prospero/>), pelo número CRD42020191179. As seguintes bases de dados foram pesquisadas: MEDLINE/PubMed, Science Direct/Elsevier, LILACS/Bireme, SciELO e Google Acadêmico, utilizando os termos indexados 'salutogênese', 'senso de coerência', 'estado nutricional', 'nutrição', 'comportamento alimentar' e 'alimentação saudável', em português e inglês. Os dados foram extraídos de forma padronizada e a qualidade dos estudos foi avaliada por meio da Escala de Newcastle–Ottawa. Foram incluídos todos os estudos que abordaram a temática, sem limitações quanto à data de publicação ou idioma.

RESULTADOS

Após a leitura dos títulos e resumos de 1855 artigos, foram recuperados 107 textos completos, dos quais 27 foram incluídos. Destes, 25 eram transversais e 2 longitudinais. A pontuação média para os estudos de Newcastle–Ottawa foi de 6 e a maioria dos estudos foi classificada como de qualidade moderada e baixa. O tamanho cumulativo da amostra

de todos os estudos incluídos foi de 28.981 adultos e idosos, com idade entre 18 e 81 anos. Os estudos foram realizados em 15 países diferentes. Quinze artigos avaliaram o comportamento/hábito alimentar e 12 avaliaram o estado nutricional. Os estudos demonstraram que o senso de coerência tem uma relação positiva com um comportamento/hábito alimentar adequado. Por outro lado, a relação entre senso de coerência e estado nutricional foi divergente entre os estudos. A heterogeneidade dos dados resultantes da utilização de diferentes métodos de avaliação dos desfechos de interesse (estado nutricional e comportamento alimentar) impossibilitou a realização de uma meta-análise.

CONCLUSÃO

O senso de coerência foi positivamente associado ao comportamento alimentar adequado. No entanto, não foi possível estabelecer uma relação entre senso de coerência e estado nutricional.

Palavras-chave: Estado nutricional|Comportamento alimentar|Alimentação saudável

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Satisfação de usuários de restaurantes populares da região metropolitana de São Luís-Maranhão

Luana Lopes Padilha¹; Denisy Pinto Lima²; Leudimar Carvalho Soares Filho²; Nádia Caroline de Moura Matias²; Victor Nogueira da Cruz Silveira³; Maria Tereza Borges Araujo Frota³.

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Ifma), Barreirinhas - MA - Brasil; 2. Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (Ses-Ma), São Luís - MA - Brasil; 3. Universidade Federal do Maranhão (Ufma), São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os Restaurantes Populares (RP) foram concebidos pelo governo federal para funcionarem nas áreas de grande movimentação de pessoas de baixa renda e fornecem refeições completas e saudáveis, baseadas nos hábitos alimentares regionais e a preços acessíveis para a população de baixa renda e em situação de insegurança alimentar e nutricional. O objetivo deste estudo é verificar a satisfação de usuários de restaurantes populares da região metropolitana de São Luís-MA.

MÉTODOS

Estudo descritivo, realizado em oito RP da região metropolitana de São Luís-MA, em dezembro de 2020. Foram incluídos os indivíduos ≥ 18 anos de idade, de ambos os sexos, usuários dos RP em estudo e que aceitaram participar voluntariamente com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A amostra total foi de 194 pessoas. O formulário aplicado foi adaptado da metodologia proposta pelo Ministério de Desenvolvimento Social (2005), para obtenção de dados sociodemográficos e da satisfação dos usuários dos RP. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa, com número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 31197720.8.0000.5087 e aprovada sob parecer de nº 4.043.090.

RESULTADOS

A maioria dos usuários era do sexo masculino (58,8%), com média de idade de 44 anos (18-83 anos), sem companheiro(a) (61,9%), com ensino médio completo/superior incompleto (56,2%), trabalho formal (31,9%) e informal (22,7%), renda familiar per capita de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo (30,2%) e sem benefício social do governo (66,5%). A maior parte respondeu que o trabalho do RP possibilita melhor condição de vida para as pessoas que os frequentam (96,4%) e 80,4% disseram que o RP é muito importante para a comunidade. Quanto à avaliação do local, predominou o quesito bom para os itens: localização (53,6%), organização (55,2%), conforto (58,3%), higiene e limpeza do local (56,2%) e higiene e limpeza dos banheiros (30,4%). Quanto ao serviço prestado, a categoria bom também prevaleceu para a avaliação do tempo de espera na fila (45,4%), para rapidez do atendimento (53,1%) e para educação e cordialidade dos funcionários (49,5%). Sobre as refeições, a maior parte dos usuários respondeu a categoria bom, para

a qualidade dos alimentos que compõem as refeições (59,3%), para quantidade servida (47,4%) e para variedade dos cardápios (60,3%). Como sugestões citadas pelos usuários: redução do valor da refeição (2,6%), aumento do horário de funcionamento (1,6%) e da variedade do cardápio (1,6%), melhorias na higiene do local (1,0%), treinamento para funcionários (0,5%), aumento da oferta de peixe (0,5%) e do número de RP (0,5%), e manutenção da entrega de quentinhas (0,5%).

CONCLUSÃO

Os resultados apontam para um bom nível de satisfação dos usuários entrevistados quanto à qualidade do serviço oferecido nos RP, indicando os benefícios promovidos pelo programa nos locais. As sugestões apontadas, se resolvidas, podem aumentar a satisfação e os benefícios gerados pelo RP na comunidade.

Palavras-chave: Restaurantes|Satisfação do usuário|Política pública|Direito humano à alimentação adequada

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Satisfação materna com a amamentação e prática alimentar do lactente

Bárbara Luíza Silva Lima; Larissa Santos Martins; Andréa Costa Goes; Aline Nascimento Silva; Thabata Zelice da Cruz de Moraes; Danielle Goes da Silva.
Universidade Federal de Sergipe (Ufs), São Cristóvão - SE - Brasil.

INTRODUÇÃO

A satisfação materna com a amamentação é um dos indicadores relacionado ao sucesso do aleitamento materno, e está voltada para análise da percepção das expectativas maternas, independente da presença de problemas, exclusividade ou duração do aleitamento. O objetivo deste estudo foi avaliar se a satisfação materna com a amamentação está associada à prática alimentar do lactente.

MÉTODOS

Estudo transversal com puérperas maiores de 18 anos, no primeiro até o sexto mês de pós-parto, que amamentaram pelo menos uma vez, usuárias das Unidades Básicas de Saúde de Aracaju, Sergipe. A coleta de dados ocorreu por meio de ligações telefônicas, aplicando um questionário semiestruturado com questões de identificação, dados socioeconômicos, antecedentes obstétricos, dados do parto, pós-parto e alimentação do lactente. A satisfação materna com a amamentação foi avaliada pela *Maternal Breastfeeding Evaluation Scale*, validada no Brasil por Senna *et al* (2020), a pontuação total varia de 29 a 145 pontos, sendo classificada como menor satisfação a pontuação final inferior ao valor da mediana. Calculou-se o teste de MannWhitney, com nível de significância menor que 5%. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética CAAE 46562221.80000.5546.

RESULTADOS

Participaram 290 puérperas, com média de idade de 28,44 ($\pm 5,93$) anos e seus filhos possuíam média de idade de 3,95 ($\pm 1,33$) meses. Dentre as entrevistadas, 86,2% se autodeclararam parda ou negra, 49,3% não possuíam trabalho remunerado, 26,0% possuíam renda familiar mensal menor que um salário mínimo, 35,9% tinham ensino fundamental até médio incompleto e 58,6% eram multíparas. Verificou-se que 37,6% tiveram parto cesáreo, 51,7% não amamentaram na primeira hora, 59,0% estavam em aleitamento materno não-exclusivo, 46,2% em aleitamento misto, 37,9% ofertavam fórmula infantil, 43,1% ofertavam bebidas sem açúcar e 4,1% ofertavam bebidas açucaradas. A pontuação mediana na escala de satisfação materna foi 128 pontos, com percentil 25 de 116 pontos e percentil 75 de 136 pontos. A menor satisfação com a amamentação se associou com o aleitamento materno não-exclusivo ($p=0,001$), com o aleitamento misto ($p<0,001$), oferta de fórmula infantil ($p=0,001$), de farináceos ($p=0,034$), de bebidas sem açúcar ($p=0,030$) e bebidas açucaradas ($p=0,010$) ao bebê.

CONCLUSÃO

Mães menos satisfeitas com a amamentação praticaram menos o aleitamento materno exclusivo no primeiro semestre de vida, ofertando de forma precoce alimentos complementares ao lactente. Apoio: CNPq, PICVOL/UFS.

Palavras-chave: Puerpério|Satisfação Pessoal|Aleitamento|Desmame

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Segurança alimentar e direito humano à alimentação adequada de estudantes com necessidades alimentares especiais

Fernanda Lessa Mainier Hack.

Pontifícia Universidade Católica - Puc/Rj, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

Estudantes com necessidades alimentares especiais - NAE (alergia, doença celíaca, diabetes) têm direito a cardápio escolar adaptado conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar: política pública que garante o direito humano à alimentação adequada - acesso físico ao alimento e adequação às necessidades nutricionais, biológicas, culturais e específicas com impactos nos direitos à saúde e vida. A não adequação da dieta para essa população configura situação de insegurança alimentar e fator de exclusão social.

MÉTODOS

Analisar os fatores que contribuem para o processo por visibilidade de estudantes com NAE para garantia da alimentação escolar adequada - AEA através de estudo de caso representativo de violação por parte do Estado ao direito à AEA de estudantes com NAE ocorrido no município de Piracicaba no Estado de São Paulo em 2020 e análise de documentos. Desse caso, foi possível extrair elementos comuns a outros casos semelhantes, tais como (i) dificuldades de estudantes com NAE em ter garantidas sua inclusão escolar e segurança alimentar, (ii) intervenção de movimentos sociais para que fossem efetivadas as políticas públicas de inclusão e (iii) participação de outros atores, como o Ministério Público e o Conselho de Alimentação Escolar - CAE no monitoramento e fiscalização das políticas públicas.

RESULTADOS

Da análise dos documentos (i) manual para atendimento de alunos com NAE em escolas de Piracicaba, (ii) representação de movimentos sociais ao CAE e ao Ministério Público de São Paulo - MPSP e (iii) promoção final no inquérito civil do MPSP, extraiu-se que, a pretexto de garantir o direito à saúde desses estudantes, o manual determinava o seu afastamento da escola por tempo indeterminado enquanto não fosse implementada as adaptações no cardápio (violando direitos à educação, saúde e alimentação). A mudança do quadro, com revogação do referido manual, ocorreu após denúncia e intervenção de movimentos sociais que reúnem familiares de estudantes com NAE junto a órgãos de fiscalização, trazendo visibilidade a essa população.

CONCLUSÃO

A alimentação escolar é direito a ser implementado por políticas públicas que garantam o direito humano à alimentação adequada e a segurança alimentar dos estudantes. No caso de estudantes com NAE, é preciso haver integração entre os diversos atores envolvidos: gestores, nutricionistas, responsáveis pelo programa de aquisição de alimentos, além de professores e estudantes. Ações de educação alimentar e nutricional são imprescindíveis para promover práticas alimentares saudáveis, incluindo o manejo de alimentos por estudantes com NAE. Por fim, é preciso ressaltar o papel protagonizado por movimentos sociais de familiares de estudantes com NAE. A legislação garante a alimentação escolar adequada desses estudantes, e sua implementação passa necessariamente por mecanismos de participação social, monitoramento e fiscalização.

Palavras-chave: alimentação escolar|segurança alimentar e nutricional|educação alimentar e nutricional|necessidades alimentares especiais|direito à alimentação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

SEGURANÇA ALIMENTAR E ESTADO NUTRICIONAL ANTROPOMÉTRICO DE CRIANÇAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL EM MACEIÓ - AL

Guilherme Alves Freire Cardos; Mariana Silva de Freitas; Maria Renadi Cavalcante;
Bruna Merten Padilha; Gabriela Rossiter Stux Veiga.
Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

A segurança alimentar é um direito regular e permanente a alimentos de qualidade. Ela conecta-se a bases práticas alimentares que promovem saúde e o respeito sob diversidade ambiental e cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Contudo, quando não atendida, tem-se o comprometimento do atendimento às necessidades nutricionais e, conseqüentemente, o aparecimento de doenças associadas à alimentação, principalmente quando se trata do público infantil. Mediante tal problemática, o estudo objetivou avaliar a relação entre segurança alimentar e estado nutricional antropométrico de crianças de 6 a 72 meses de idade em vulnerabilidade social em Maceió-AL.

METODOLOGIA

Trata-se de um recorte do estudo transversal “Senso de coerência materno e o crescimento linear de seus filhos”, realizado entre abril de 2019 e junho de 2020, com 567 crianças de 6 meses a 72 meses de idade e suas famílias, residentes em comunidades em vulnerabilidade social em Maceió-AL. Foram coletados dados demográficos (sexo e idade) e antropométricos (peso e altura) das crianças e aplicada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) com o responsável. A avaliação antropométrica foi feita no software Anthro versão 3.2.2, a partir do índice altura para idade (A/I). A análise estatística foi feita no software Stata. A Regressão de Poisson foi utilizada para averiguar a associação. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética (CAAE 3.375.586).

RESULTADOS

Identificou-se que 38,8% das crianças estão em segurança alimentar ou com insegurança alimentar leve e que 61,2% estão em insegurança alimentar moderada ou grave. Segundo o índice A/I, 19,9% estão com baixa A/I e 80,1% com adequada A/I. Dentre as crianças em segurança alimentar ou insegurança alimentar leve, 86,7% estavam com adequada A/I e 13,3% com baixa A/I. Entre aquelas com insegurança alimentar moderada ou grave, 24,3% apresentaram baixa A/I e 75,7% adequada A/I. A Regressão de Poisson mostrou que estar em segurança alimentar ou insegurança alimentar leve é um fator de proteção para a adequada A/I (RP = 0,87; IC95% = 0,80 – 0,94; p = 0,001).

CONCLUSÃO

Conclui-se que há casos de desnutrição crônica na população infantil estudada, decorrentes de insegurança alimentar. Logo, constata-se que a insegurança alimentar vivida pelas famílias tem refletido em suas crianças, culminando no seu retardo de desenvolvimento, necessitando de ação do Estado para fazer valer a segurança alimentar.

Palavras-chave: Insegurança alimentar|Vulnerabilidade social|Estado nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Síndrome da fragilidade e fatores associados em idosos frequentadores de uma universidade aberta para a terceira idade

Amanda Carla Corrêa Viana¹; Adrielle Cavalcanti de Pontes Araújo²; Luis Henrique Facunde da Silva³; Camila Costa Lopes³; Poliana Coelho Cabral⁴; Ana Célia Oliveira dos Santos¹.

1. Programa de Pós-Graduação Em Ciências da Saúde da Universidade de Pernambuco – Upe., Recife - PE - Brasil; 2. Programa de Pós-Graduação Em Ciências da Saúde da Universidade de Pernambuco – Upe, Recife - PE - Brasil; 3. Curso de Graduação Em Nutrição – Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), Recife - PE - Brasil; 4. Pós-Graduação Em Nutrição - Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe), Recife - PE - Brasil.

INTRODUÇÃO

Estima-se que a quantidade de pessoas com 60 anos ou mais duplicará no Brasil nas próximas décadas, e à medida que o número de idosos cresce, destaca-se a fragilidade, considerada atualmente uma das principais síndromes geriátricas. Essa síndrome se caracteriza por um estado fisiológico de aumento da vulnerabilidade a fatores estressores, sendo preditora de desfechos adversos à saúde, com maior risco para quedas, dependência, morbidades, hospitalização e impacto negativo na qualidade de vida dos idosos. O objetivo deste estudo foi avaliar a frequência da síndrome da fragilidade e verificar associações com fatores sociodemográficos, hábitos de vida e estado nutricional em idosos de comunidade.

MÉTODOS

Estudo do tipo série de casos realizado com frequentadores da Universidade Aberta à Terceira Idade (UnATI) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) - CAAE: 17029319.1.3001.5208.2019. O estado nutricional dos participantes foi avaliado por meio de dados antropométricos e pelo IMC. O perfil de fragilidade foi obtido de acordo com o critério proposto por Fried et al. (2001), validado para idosos brasileiros. Os dados sociodemográficos e hábitos de vida foram coletados com o método de entrevista. Foi utilizado o teste Exato de Fisher, considerando o valor de $p < 0,05$, para as análises de associação.

RESULTADOS

Participaram desta pesquisa 51 idosos, dos quais 88,2% eram mulheres. Observou-se a presença de fragilidade/pré-fragilidade em 84,3% dos indivíduos. Os idosos foram majoritariamente pouco ativos fisicamente (78,4%). Em relação ao estado nutricional, 43,1% apresentavam excesso de peso. Ao comparar o perfil de fragilidade com as variáveis do estudo, não foram observadas diferenças estatisticamente significantes. Apesar disso, observou-se que a maior frequência dos idosos classificados como frágeis/pré-frágeis apresentavam excesso de peso corporal, eram solteiros, viúvos ou divorciados, portadores de doenças crônicas e pertencentes a raça não branca (negros e pardos).

CONCLUSÃO

A prevalência de fragilidade e pré-fragilidade foi alta entre os idosos desta pesquisa. Apesar de não terem sido encontradas diferenças significantes entre os aspectos nutricionais, sociodemográficos e hábitos de vida em relação a frequência de fragilidade e pré-fragilidade, a alta prevalência dessa síndrome e do excesso de peso nos participantes do nosso estudo reforça a importância de intervenções precoces relacionadas às mudanças de estilo de vida, além do acompanhamento multiprofissional da pessoa idosa, com o intuito de prevenir os desfechos desfavoráveis em relação à longevidade.

Palavras-chave: Síndrome de fragilidade|Estado nutricional|Longevidade

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Situação de insegurança alimentar em domicílios de participantes do Programa Criança Feliz Brasiliense – Projeto PIPA-DF

Isabela Mendes Coutinho¹; Laura Mendes Toledo Dal’Ava dos Santos¹; Érika Soares de Oliveira Patriota²; Gabriela Buccini³; Nathalia Pizato¹; Vivian Siqueira Santos Gonçalves¹.

1. Universidade de Brasília, Brasília - DF - Brasil; 2. Ministério da Saúde, Brasília - DF - Brasil; 3. Unlv - Universidade de Las Vegas, Las Vegas - Estados Unidos da America.

INTRODUÇÃO

A Insegurança Alimentar (IA) é a condição na qual indivíduos possuem disponibilidade e capacidade de aquisição limitada ou incerta de alimentos nutricionalmente adequados e seguros devido a questões socioeconômicas. Esta situação é uma experiência adversa na infância, que pode comprometer o desenvolvimento infantil. O Criança Feliz Brasiliense (PCFB) é um programa de visitas domiciliares implementado no Distrito Federal (DF), que visa promover o desenvolvimento integral de crianças e estimular a parentalidade responsiva e desenvolver ações intersetoriais para redução de vulnerabilidades familiares, como a IA. Entretanto, estudos voltados para a avaliação da situação de IA dos domicílios que participam do PCFB ainda não foram desenvolvidos. O objetivo do estudo foi avaliar a situação de IA dos domicílios participantes do PCFB.

MÉTODOS

O estudo faz parte do Projeto de Avaliação da Implementação do Programa Criança Feliz Brasiliense (PIPA-DF), aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB (CAAE: 32390620.0.0000.0030). Trata-se de um delineamento transversal com uma amostra probabilística de 304 crianças de 0 a 24 meses. Entrevistadores treinados aplicaram um questionário utilizando a ferramenta KoboCollect®, entre maio e julho de 2022, em 8 Regiões Administrativas (RAs) do DF. A IA foi mensurada por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), instrumento validado para a população brasileira, com 14 perguntas (sim/não). O resultado foi mensurado por score, calculado a partir do somatório das pontuações atribuídas a cada pergunta e, o resultado, classificado em Segurança Alimentar (SA) ou IA leve, moderada ou grave. Para o cálculo da frequência relacionada a variáveis categóricas, estimou-se a prevalência com seus respectivos intervalos de confiança de 95% (IC95%).

RESULTADOS

Entre os domicílios analisados, 84,5% (IC95% 80,0%; 88,2%) apresentaram algum grau de IA, sendo que 11,5% (IC95% 8,4%; 15,6%) apresentaram IA grave. A maioria estava em situação de IA leve (51,0%; IC95% 45,3%; 56,6%). Planaltina (29,6%; IC95% 24,3%; 35,5%), Brazlândia (14,4%; IC95% 10,6%; 19,3%) e Gama (12,8%; IC95% 9,3%;

17,5%) foram as RAs com maior prevalência de IA. Nos domicílios considerados em situação de IA, 84,9% (IC95% 80,0%; 88,8%) de mães estavam desempregadas, 94,2% (IC95% 90,5%; 96,5%) eram maiores de 19 anos, aproximadamente 54% (IC95% 47,8%; 59,2%) possuíam ensino médio incompleto ou menos, 61,8% (IC95% 55,6%; 67,6%) recebiam até dois programas sociais do Governo do DF ou Federal e 64,2% (IC95% 58,1%; 69,9%) declararam ser chefes da família. Em relação às crianças participantes do PCFB, a idade média foi 15,5 meses (DP= 6,3).

CONCLUSÃO

Observou-se que a situação de IA é altamente prevalente entre os domicílios participantes do PCFB. As ações intersetoriais do PCFB devem levar essa evidência em consideração.

Palavras-chave: Primeira Infância|Segurança Alimentar e Nutricional|Programa Criança Feliz Brasileira

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Situação de (in) segurança alimentar e nutricional de usuários de restaurantes populares da região metropolitana de São Luís-Maranhão.

Nádia Caroline de Moura Matias¹; Luana Lopes Padilha²; Denisy Pinto Lima¹; Leudimar Carvalho Soares Filho¹; Victor Nogueira da Cruz Silveira³; Maria Tereza Borges Araujo Frota³.

1. Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão (Ses-Ma), São Luís - MA - Brasil; 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (Ifma), Barreirinhas - MA - Brasil; 3. Universidade Federal do Maranhão (Ufma), São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Nesse contexto, os Restaurantes Populares (RP) surgem como importantes equipamentos públicos brasileiros que funcionam como um instrumento favorável à promoção do direito humano à alimentação adequada (DHAA) e à redução da insegurança alimentar e nutricional (IAN), garantindo regularidade no acesso à alimentação para a população brasileira de grandes centros urbanos, prioritariamente em vulnerabilidade social e nutricional. O objetivo deste estudo foi avaliar a situação de (in) segurança alimentar e nutricional de usuários de restaurantes populares da região metropolitana de São Luís, Maranhão.

MÉTODOS

Estudo descritivo realizado com usuários de oito RP da região metropolitana de São Luís-MA, em dezembro de 2020. Os indivíduos com 18 anos ou mais de idade, de ambos os sexos, usuários dos RP em estudo e que aceitaram participar voluntariamente com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram incluídos no estudo. No total, foram entrevistados 194 usuários. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente, no horário em que as pessoas estavam nos RP para o almoço. Para avaliar a frequência de SAN utilizou-se a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A pesquisa que deu origem a este estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) sob número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 31197720.8.0000.5087 e aprovado sob parecer de nº 4.043.090.

RESULTADOS

A maior parte dos entrevistados era do sexo masculino (58,8%), com média de idade de 44 anos (18-83 anos), com ensino médio completo/superior incompleto (56,2%) e residência fixa (86,6%); tinha trabalho formal (31,9%) e informal (22,7%), com renda familiar per capita de ½ a 1 salário mínimo (30,2%) e não recebia benefício social do

governo (66,5%). Sobre a situação de (in) segurança alimentar e nutricional dos participantes da pesquisa, observou-se que a IAN predominou. Dos 194 participantes, 136 (70,1%) viviam em domicílios em situação de IAN. Destes, 28,9% em IAN leve (n=56), 18,5% em IAN moderada (n=36) e 22,7% em IAN grave (n=44). Por outro lado, 58 usuários (29,9%) estavam em domicílios em situação de SAN.

CONCLUSÃO

Os resultados indicam que a IAN está muito presente nas famílias dos usuários dos RP, destacando-se a elevada frequência da IAN grave. Assim, o público atendido pelos RP representa uma parcela da população em situação de vulnerabilidade social, o que reforça a importância destes equipamentos públicos que facilitam o acesso da população a uma alimentação saudável e de qualidade.

Palavras-chave: Segurança alimentar|Restaurantes|Vulnerabilidade social|Política pública|Direito humano à alimentação adequada

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Suplementação de vitamina A e sua associação com a baixa estatura em crianças menores de cinco anos em situação de vulnerabilidade social residentes em Maceió, Nordeste do Brasil

Jonatan Christian de Lima Santos Queiroz¹; Luiz Gonzaga Ribeiro Silva Neto²; Thays Lane Ferreira dos Santos³; Telma Maria Menezes de Toledo Florêncio³.

1. Universidade Federal do Ceará (Ufc), Fortaleza - CE - Brasil; 2. Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo - SP - Brasil; 3. Universidade Federal de Alagoas (Ufal), Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

A hipovitaminose A figura entre as principais carências nutricionais, estando relacionada a cegueira noturna e a um maior risco de mortalidade por infecções em crianças. Além disso, as baixas concentrações séricas de retinol (derivado da vitamina A) influenciam no crescimento da criança, afetando a produção do fator de crescimento IGF-1. A sua deficiência pode estar relacionada a alguns fatores, como a insuficiência do nutriente na dieta e a dificuldade de absorção, além do sinergismo entre episódios de infecções e a carência nutricional. No ano de 2005, no Brasil, foi criado o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (PNSVA), com a finalidade da redução e controle do surgimento de crianças acometidas pela deficiência nutricional de vitamina A, auxiliando no seu estado geral de saúde, crescimento e desenvolvimento. Diante disso, o objetivo desse estudo foi avaliar a associação entre a suplementação de vitamina A com a baixa estatura em crianças menores de cinco anos que vivem em situação de vulnerabilidade social no município de Maceió, Nordeste do Brasil.

METODOLOGIA

Estudo transversal, realizado entre outubro de 2020 e maio de 2021, envolvendo amostra probabilística, em 40 aglomerados subnormais, distribuídos proporcionalmente em sete das oito regiões administrativas de Maceió. Foram selecionadas crianças com idade entre 6 e 59 meses. Foi aplicado um questionário estruturado para a coleta de informações socioeconômicas, além de ser verificado no cartão de vacina das crianças se a mesma recebeu a suplementação de vitamina A. Também foram aferidos o peso e a estatura da criança, para posterior avaliação do índice Peso para Estatura (P/E). A avaliação da associação foi realizada por meio de regressão logística, entre o P/E e ter recebido suplementação de vitamina A. Como variáveis de ajuste foi utilizado: idade e sexo da criança, se foi amamentada, renda *per capita* e escolaridade materna. Foi considerado um nível de significância de 5%. Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (CAAE 57829016.9.1001.5013).

RESULTADOS

Foram avaliadas 423 crianças, sendo identificado que a maioria era do sexo masculino (56%), tinham idade ≥ 24 meses (69,7%), tinham sido amamentadas (93,1%), receberam pelo menos uma dose de vitamina A (57,7%) e as mães tinham ≤ 8 anos de estudo (53%). Um fato que despertou atenção foi que 46,3% das crianças viviam abaixo da linha da pobreza. Na análise de associação, foi possível identificar que as crianças que receberam a suplementação de vitamina A tinham uma menor probabilidade de ter baixa estatura (OR=0,41, IC 0,21; 0,79).

CONCLUSÃO

Nota-se que a suplementação de vitamina A atua como um fator de proteção para baixa estatura em crianças em situação de vulnerabilidade social. Essa situação demonstra a eficácia da suplementação nos primeiros meses de vida, como agente protetor desta condição, ressaltando a necessidade de ocorrer o fortalecimento do PNSVA.

Palavras-chave: Infância|Pobreza|Carência Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Tendência da cobertura de suplementação da Vitamina A em crianças menores de 5 anos no período de 2017 a 2021 em Mato Grosso do Sul.

Anderson Leão Nogueira Holsbach¹; Thamyris Franciele de Oliveira Faria.²; Rita de Cássia Bertolo Martins³; Thiago Teixeira Ferreira¹.

1. Secretaria de Estado de Saúde, Campo Grande - MS - Brasil; 2. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS - Brasil; 3. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados - MS - Brasil.

INTRODUÇÃO

A deficiência de vitamina A é um grave problema de saúde pública no Brasil (BR) e afeta, principalmente, gestantes e crianças menores de 5 anos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a suplementação de vitamina A em menores de 5 anos, para prevenção da carência, da cegueira de origem nutricional e a xeroftalmia, além das evidências científicas de redução no risco de mortalidade geral (24%), mortalidade por diarreia (28%) e em crianças HIV (45%).

O Ministério da Saúde desenvolveu o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A-PNSVA (Portaria nº 729/2005) para diminuir e controlar a hipovitaminose A com a suplementação profilática medicamentosa (megadoses) da vitamina. Porém, resultados recentes do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI), apontam que a prevalência de deficiência de vitamina A, em 2019, foi de 6,0% no BR, sendo maior na região Centro-Oeste (CO) (9,5%).

Este estudo teve por objetivo analisar a tendência temporal de cobertura do Programa no Mato Grosso do Sul (MS), Região CO e BR, nos últimos cinco anos.

METODOLOGIA

Trata-se de estudo ecológico com dados de cobertura da suplementação de Vitamina A para crianças de 6 a 11 meses (uma dose de 100.000UI) e de 12 a 59 meses (duas doses semestrais de 200.000UI), coletados do PNSVA no sistema de informação do E-Gestor, referentes ao estado de MS, região CO e BR, dos anos de 2017 a 2021 em relatórios consolidados pelo Ministério da Saúde de acesso público. Os dados de cobertura(%) foram organizados em planilha do excel e identificada a variação média anual em pontos percentuais(pp) para análise da tendência temporal.

RESULTADOS

Foram observadas coberturas maiores de suplementação de Vitamina A para crianças de 6 a 11 meses nas três localidades, quando comparados a crianças de 12 a 59 meses. No entanto, os valores oscilaram no período avaliado, em ambas faixas etárias. Em crianças de 6 a 11 meses, coberturas maiores ocorreram em 2019 para MS (76,96%) e BR (71,46%) e em 2017 para a região CO (81,30%); mas, verificou-se tendência decrescente

para o estado de MS (-0,46pp) e CO (-1,22pp), porém crescente para o BR (6,80pp), no período de 2017 a 2021.

Em crianças de 12 a 59 meses, a cobertura foi maior na primeira dose, nas três localidades. Em ambas dosagens, verificou-se coberturas maiores na região CO em 2017 (58,8%; 31,91%, respectivamente), enquanto MS e BR apresentaram percentuais mais elevados no ano de 2019 (55,2%; 39,23% e 46,73%; 35,21%, respectivamente). Na primeira dose verificou-se tendência de queda nas cobertura de MS (-3,29pp) e CO (-6,53pp) e tendência crescente em BR (2,09pp). Na segunda dose, a cobertura apresentou tendência decrescente apenas na região CO (-4,67pp) e crescente para MS (1,45pp) e BR (1,51pp).

CONCLUSÃO

Nas três localidades verificou-se tendências crescentes apenas para as coberturas no Brasil, mas, encontram-se aquém dos valores preconizados, sendo ainda menores em crianças de 15 a 59 meses.

Palavras-chave: Crianças|Vitamina A|Suplementação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Tendências do déficit de estatura e excesso de peso em crianças brasileiras entre 2015-2019: uma série histórica

Luiz Henrique Banguim Araujo¹; Millyam Karem Mariano da Silva¹; Victor Nogueira da Cruz Silveira²; Gilmara Péres Rodrigues¹; Carolina Abreu de Carvalho²; Poliana Cristina de Almeida Fonseca Viola¹.

1. Universidade Federal do Piauí, Teresina - PI - Brasil; 2. Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

Os primeiros anos de vida da criança são caracterizados pelo crescimento acelerado, desenvolvimento físico e social, e desse modo, a nutrição desempenha um papel importante. Dados recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), apontam que a prevalência de insegurança alimentar e nutricional aumentou no Brasil (36,7%) em 2017/2018. Diante disso, esse estudo objetivou avaliar as tendências nas prevalências de déficit de estatura e excesso de peso entre crianças acompanhadas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) nas diferentes regiões brasileiras nos últimos cinco anos.

MÉTODOS

Estudo ecológico, analítico e uma série histórica que utilizou a base dados da plataforma do SISVAN web, com crianças atendidas no Sistema Único de Saúde, de 2015 a 2019, nas macrorregiões brasileiras. Dados do estado nutricional foram extraídos utilizando os filtros: ano de referência, mês de referência, região geográfica, fases da vida, idade. A prevalência de desnutrição foi analisada pelo indicador estatura-por-idade (E/I) e o excesso de peso pelo indicador IMC-para-idade (IMC/I). Os dados foram analisados no programa R Studio por meio de análises de regressão linear com múltiplos modelos. Coeficiente de determinação (R^2) foi determinado em $\geq 0,80$ e a significância foi de 5%. Este estudo não necessitou de aprovação em Comitê de Ética em Pesquisa pois foram analisados dados secundários do SISVAN.

RESULTADOS

As prevalências de déficit de estatura em crianças menores de cinco anos aumentaram ao longo dos anos no Brasil ($\beta = 0,181$; $p = 0,002$), especialmente nas regiões Nordeste ($\beta = 0,197$; $p = 0,011$), Norte ($\beta = 0,156$; $p = 0,017$) e Centro-Oeste ($\beta = 0,299$; $p = 0,013$). Já as prevalências de excesso de peso entre os menores de cinco anos diminuíram no Brasil ($\beta = -0,485$; $p = 0,02$), especialmente nas regiões Norte ($\beta = -0,491$; $p = 0,049$), Sudeste ($\beta = -0,491$; $p = 0,036$), Sul ($\beta = -0,405$; $p = 0,036$) e Centro Oeste ($\beta = -0,591$; $p = 0,019$) entre os anos de 2015 e 2019. Entre as crianças de 5 a 10 anos, a prevalência do déficit de estatura no Brasil não variou ao longo dos anos ($\beta = -0,229$; $p = 0,139$) e apenas a região Sul teve diminuição da prevalência ($\beta = -0,420$; $p = 0,009$). Quanto às prevalências de

excesso de peso no Brasil e nas macrorregiões ao longo dos anos não houveram mudanças significantes, estando estacionárias (Brasil: $\beta = -0,030$; $p = 0,720$).

CONCLUSÃO

Em crianças menores de cinco anos houve aumento das prevalências de déficits de estatura e diminuição do excesso de peso entre 2015 e 2019. Entre as crianças de 5 a 10 anos, apenas na região sul teve uma diminuição na prevalência de déficit de estatura e o excesso de peso se manteve com a prevalência estável no Brasil ao longo dos anos.

Palavras-chave: saúde da criança|obesidade infantil|vigilância nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Tendência temporal da prevalência corrigida do déficit de altura em crianças brasileiras menores de 5 anos: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional 2008-2020

Iolanda Karla Santana dos Santos; Jéssica Cumpian Silva; Wolney Lisboa Conde.
Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

O monitoramento do estado nutricional permite o fornecimento de informações para formulação, implementação e avaliação de políticas. No Brasil, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) web tem por objetivo consolidar os dados antropométricos e de marcadores do consumo alimentar coletados na atenção básica. Os dados antropométricos disponíveis na base de dados do SISVAN de crianças menores de 5 anos apresentam elevada variabilidade, possivelmente, de erro de medida o que pode levar a viés nas estimativas das prevalências dos agravos nutricionais. Portanto, o objetivo deste estudo foi descrever a tendência da prevalência corrigida do déficit de altura em crianças brasileiras menores de 5 anos entre 2008 e 2020 segundo sexo, idade, quintos do produto interno bruto (PIB) *per capita* dos municípios e região geográfica.

MÉTODOS

A população de estudo compreendeu 23.453.620 crianças de até 5 anos com pelo menos 1 registro antropométrico no SISVAN no período de 2008 a 2020, foi selecionado aleatoriamente um registro por criança por ano, totalizando 52.910.121 registros. O Padrão de Crescimento da Organização Mundial da Saúde 2006 foi utilizado para o cálculo do índice de altura para idade, no lugar do coeficiente de variação do Padrão foi utilizado o coeficiente de variação do SISVAN calculado a partir de uma subamostra de 1.737.264 crianças menores de 5 anos, o parâmetro foi alisado com polinômios fracionais em cada sexo. A criança foi classificada com déficit de altura em cada acompanhamento quando o índice era inferior a -2 escores Z. A tendência da prevalência corrigida de déficit de altura foi analisada segundo sexo, idade, quintos do PIB *per capita* do município e região geográfica. Pesos pós-estratificação foram calculados anualmente para igualar a composição demográfica do SISVAN ao da população de crianças brasileiras menores de 5 anos a partir dos dados de projeção da população para cada unidade federativa. Os pesos pós-estratificação foram utilizados em todas as análises. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo sob número do Parecer 4.607.143 de 23 de março de 2021.

RESULTADOS

A prevalência corrigida do déficit de altura era de 7,9% em 2008 e 7,6% em 2020. Até 2012, observou-se tendência de redução da prevalência, nesse ano a mesma chegou a 6,7%. A prevalência corrigida do déficit de altura foi superior em meninos e em crianças

menores de 2 anos. Nesta análise, a prevalência corrigida do déficit de altura foi menor em municípios de maior PIB *per capita*, e observou-se redução das desigualdades entre os municípios. A prevalência corrigida do déficit de altura foi sistematicamente superior na região Norte.

CONCLUSÃO

No período de 2008 a 2020, observou-se que a prevalência corrigida do déficit de altura manteve-se estável. A desigualdade na prevalência corrigida do déficit de altura diminuiu entre os quintos extremos de PIB *per capita* no período.

Palavras-chave: Antropometria|Avaliação utricional|Crescimento|Desnutrição|Qualidade dos dados

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Tendência temporal da prevalência de desnutrição em crianças menores de cinco anos assistidas pelo Programa Bolsa Família (2008-2019)

Allan Victor da Silveira Gouveia; Renata Elyonara de Sousa Carvalho; Maria Eduarda Guimarães Correia; Jonas Augusto Cardoso da Silveira.
Universidade Federal de Alagoas, Maceió - AL - Brasil.

INTRODUÇÃO

No Brasil, mesmo com as históricas disparidades socioeconômicas, vinha-se observando redução da desnutrição infantil. O Programa Bolsa Família (PBF) foi ponto chave para a retirada do Brasil do Mapa da Fome em 2014, no entanto, a eclosão das crises política e econômica em 2014 e a adoção de medidas de austeridade representaram barreiras às garantias sociais. Neste cenário, o objetivo deste trabalho foi analisar a tendência temporal da prevalência de desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade assistidas pelo PBF, explorando as desigualdades regionais e o impacto das crises e da adesão governamental às políticas de austeridade fiscal na tendência.

MÉTODOS

Estudo ecológico a partir de relatórios públicos do estado nutricional de crianças <5 anos assistidas pelo PBF, monitoradas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional entre 2008 e 2019 (n=34.272.024). As análises foram estratificadas para lactentes (0-23 meses) e pré-escolares (24-59 meses). As tendências foram analisadas por meio de modelos lineares generalizados com efeitos mistos específicos para as faixas etárias (distribuição binomial negativa e função de ligação *log*). A associação entre vulnerabilidade e desnutrição foi feita a partir do agrupamento das Unidades Federativas (UF) segundo o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). A influência das crises e das políticas de austeridade foi analisada por meio da interação das variáveis “ano” e “crise” (2008-2013 vs. 2014-2019).

RESULTADOS

Entre 2008 e 2019, estimou-se uma redução de 2 a 4% ao ano na prevalência de desnutrição nos lactentes e pré-escolares. No entanto, ao considerarmos o efeito da interação, foi observado que de 2014 em diante houve aumento no risco de desnutrição para ambos os grupos etários (lactentes: 3 a 8% ao ano; pré-escolares: 1 a 4% ao ano). De modo geral, o que se identificou foi que, após 2014, as tendências de desnutrição, que eram decrescentes, tornaram-se estacionárias, exceto para os indicadores de E/I e de P/I entre os lactentes, sobre os quais o efeito da crise foi intenso o suficiente para tornar as tendências ascendentes. Quanto ao IVS, as análises indicaram consistentemente que

crianças residentes em estado com MVS e AVS apresentaram maior risco médio de desnutrição em relação aos seus pares provenientes de regiões com BVS.

CONCLUSÃO

No período analisado houve redução na prevalência de desnutrição infantil até meados de 2013, quando se estabelece um ponto de inflexão, tornando as tendências estacionárias ou ascendentes sugerindo a hipótese de que as crises política e econômica, e as respostas governamentais a estas crises, provocaram impacto negativo sobre o estado nutricional de crianças em situação de pobreza e extrema pobreza. Especula-se que o cenário de aprofundamento vertiginoso da insegurança alimentar construído durante a pandemia de Covid-19 pode ter agravado a situação de desnutrição infantil no Brasil.

Palavras-chave: Criança|Desnutrição|Vigilância Alimentar e Nutricional|Desigualdades em saúde

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Tendência temporal de indicadores de práticas alimentares em crianças menores de dois anos acompanhadas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, 2015 a 2019

Andressa Freire Salviano¹; Bianca de Melo Guedes¹; Antonio Augusto Ferreira Carioca²; Bárbara Hatzlhoffer Lourenço¹.

1. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil; 2. Universidade de Fortaleza, Fortaleza - CE - Brasil.

INTRODUÇÃO

Em regiões de baixa e média renda, a má nutrição infantil relaciona-se a mudanças em práticas alimentares. No Brasil, há relativa escassez de dados, com diferentes abordagens metodológicas. O uso dos dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), a partir de indicadores propostos em nível internacional, apresenta potencial para acompanhar a evolução das práticas alimentares infantis em diferentes contextos, notadamente em situações de maior vulnerabilidade. O objetivo deste estudo foi analisar a tendência temporal de indicadores de práticas alimentares em crianças <2 anos no SISVAN entre 2015 e 2019.

MÉTODOS

Estudo ecológico de séries temporais com microdados de marcadores do consumo alimentar do SISVAN de crianças <2 anos entre 2015 e 2019. Considerou-se o primeiro registro do ano de cada indivíduo. Conforme proposta da OMS de 2021, foram compostos indicadores para crianças <6 meses (amamentação exclusiva e láctea mista) e 6–24 meses (introdução de alimentos, diversidade alimentar mínima, frequência mínima das refeições, bebidas adoçadas, alimentos não saudáveis, zero consumo de frutas ou hortaliças). Utilizou-se regressão de Prais-Winsten, com cálculo da taxa de incremento anual (TIA), segundo sexo e macrorregião. Tendências crescentes ou decrescentes foram denotadas por TIA positiva ou negativa com valores de $p < 0,05$. CAAE: 35480520.2.0000.5421 (FSP/USP).

RESULTADOS

Em 2019, 54,5% das crianças <6 meses estavam em amamentação exclusiva, com estabilidade no país desde 2015, mas TIA positiva no Nordeste (+3,6%, $p=0,002$) e Sudeste (+1,4% $p=0,048$). Amamentação láctea mista foi de 19,2%, com TIA geral positiva (+2,5%, $p=0,011$), semelhante entre sexos e macrorregiões. Entre crianças de 6–24 meses, em 2019, 92,4% tiveram introdução alimentar, com TIA positiva em meninas (+0,3%, $p=0,048$), no Centro-Oeste (+1,4%, $p=0,002$) e Sul (+0,3%, $p=0,020$). A diversidade alimentar mínima foi observada em 78,2%, sem variação significativa no país ou entre sexos, mas com TIA positiva no Nordeste (+1,3%, $p=0,003$) e negativa no Norte (-1,0%, $p=0,029$). A frequência mínima de refeições foi de 61,1%, com TIA geral positiva (+2,6%, $p=0,018$), sem contraste por sexo, mas com estabilidade no Norte. A

prevalência do consumo de bebidas adoçadas chegou a 31,9%, com TIA geral negativa (-5,9%, $p=0,004$), estabilidade no Sudeste e incremento no Centro-Oeste (+1,8% $p=0,004$). Zero consumo de frutas ou hortaliças foi de 9,2%, sem variação no país, mas com TIA positiva no Centro-Oeste (+1,9% $p=0,017$). Apesar de incremento no Centro-Oeste (+4,6%, $p=0,001$), a TIA geral para consumo de alimentos não saudáveis foi de -4,7% ($p=0,008$), com prevalência de 16,1% no país em 2019.

CONCLUSÃO

Houve melhorias em alguns indicadores de práticas alimentares infantis, de forma semelhante entre sexos, mas com tendências contrastantes entre as macrorregiões. Os resultados apontam para um perfil de indicadores ainda distante das recomendações de alimentação saudável nessa fase da vida.

Palavras-chave: Alimentação infantil|Estudos de séries temporais|Vigilância alimentar e nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Tendência temporal do baixo peso e excesso de peso em gestantes adultas e adolescentes no Brasil

Millyam Karem Mariano da Silva¹; Luiz Henrique Banguim Araujo¹; Victor Nogueira da Cruz Silveira²; Suely Carvalho Santiago Barreto¹; Carolina Abreu de Carvalho²; Poliana Cristina de Almeida Fonseca Viola¹.

1. Universidade Federal do Piauí, Teresina - PI - Brasil; 2. Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

Tanto o excesso de peso, quanto o baixo peso na gestação podem comprometer a saúde do binômio mãe e filho, predispondo a riscos como parto prematuro, cesárea, macrossomia ou baixo peso ao nascer e morte fetal. O objetivo deste estudo foi avaliar a evolução das prevalências de baixo peso e excesso de peso entre gestantes nas diferentes regiões brasileiras acompanhadas pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) nos últimos cinco anos (2015-2019).

MÉTODOS

Trata-se de um estudo ecológico e uma série histórica que utilizou a base de dados do SISVAN web. Foram incluídas todas as gestantes cadastradas no SISVAN web, atendidas na Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), em todas as regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) do Brasil. Os dados foram analisados no software R Studio (R Core Team, 2022). As tendências das prevalências do baixo peso e excesso de peso entre as gestantes adultas e adolescentes entre 2015 e 2019 foram obtidas por meio de regressão linear simples com múltiplos modelos para o Brasil e regiões. O melhor coeficiente de determinação (R^2) foi determinado em $\geq 0,80$ com significância de 5%. O estudo não necessitou de aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa pois utilizou dados secundários do SISVAN (domínio público).

RESULTADOS

A prevalência de baixo peso em gestantes adolescentes permaneceram estacionárias ao longo dos anos no Brasil ($p > 0,05$). Já a prevalência de baixo peso em gestantes adultas diminuiu no Brasil ($\beta = -0,404$; $p = 0,018$). No Nordeste ($\beta = -0,377$; $p = 0,027$), Norte ($\beta = -0,538$; $p = 0,046$) e Sul ($\beta = -0,510$; $p = 0,008$) houve tendência de diminuição nas prevalências de baixo peso ao longo dos anos. A prevalência de excesso de peso em gestantes adolescentes aumentou no Brasil ($\beta = 0,850$; $p = 0,001$) e no Nordeste ($\beta = 0,907$; $p = 0,013$), Norte ($\beta = 1,111$; $p = 0,009$), Sudeste ($\beta = 0,919$; $p = 0,029$) e Sul ($\beta = 0,936$; $p = 0,010$). Entre as gestantes adultas também houve aumento do excesso de peso ao longo dos anos no Brasil ($\beta = 1,351$; $p = 0,001$) e em todas as macrorregiões: Nordeste ($\beta = 1,420$; $p = 0,002$), Norte ($\beta = 1,571$; $p = 0,001$), Sudeste ($\beta = 1,126$; $p = 0,012$), Sul ($\beta = 1,398$; $p = 0,002$) e Centro-Oeste ($\beta = 1,001$; $p = 0,007$).

CONCLUSÃO

As prevalências de baixo peso diminuíram de forma significativa somente entre as gestantes adultas, indicando a permanência desse desvio nutricional entre as adolescentes. Já o excesso de peso apresenta tendência de aumento ao longo dos anos entre gestantes adultas e adolescentes.

Palavras-chave: Estado nutricional|Saúde materna|Vigilância nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Tradução, retrotradução e validade de conteúdo da Escala Beliefs About Obese Persons (BAOP)

Gabriela Cristina Arces de Souza¹; Maria Fernanda Laus²; Camila Cremonesi Japur¹.

1. Universidade de São Paulo (Usp), Ribeirão Preto - SP - Brasil; 2. Universidade de Ribeirão Preto (Unaerp)/Universidade de São Paulo (Usp), Ribeirão Preto - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

O estigma do peso é comum e generalizado na sociedade e afasta as pessoas com obesidade de cuidados em saúde, sendo considerado tão maléfico para a saúde quanto as próprias consequências do excesso de peso. Entretanto, investigações sobre o tema no Brasil se tornam um desafio devido à falta de instrumentos validados para sua mensuração. Uma das escalas mais usadas mundialmente para avaliar este construto é a *Beliefs About Obese Persons* (BAOP), que avalia as crenças explícitas sobre as causas da obesidade. Assim, o presente estudo teve por objetivo realizar a adaptação transcultural da BAOP para o contexto brasileiro, analisar sua validade de conteúdo e testar a compreensão do instrumento pelo público-alvo.

MÉTODO

Após consentimento do autor do instrumento original e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 43226821.6.0000.5440), o processo de adaptação seguiu as seguintes etapas: (1) tradução; (2) síntese das traduções; (3) avaliação da síntese por um comitê de especialistas (10 especialistas sendo 4 com formação em psicologia e 6 em nutrição); (4) avaliação da escala pela população alvo (5 homens e 5 mulheres entre 18 e 60 anos); e (5) retrotradução e avaliação da versão retrotraduzida pelo autor do instrumento original.

RESULTADOS

O instrumento foi traduzido para o português por dois tradutores independentes e sintetizado em uma única versão. A síntese foi analisada pelo comitê de especialistas que avaliou a validade de conteúdo, julgando cada item em todos os critérios de equivalência (semântica, idiomática, cultural e conceitual). O enunciado e os itens 4, 5 e 6 foram levantados como potencialmente problemáticos por usarem o termo “obeso” e o item 7 foi considerado de difícil compreensão. Os pesquisadores consideraram as sugestões e realizaram uma discussão com os grupos focais, que fizeram algumas sugestões. A primeira se refere ao item 7, que poderia causar certa “confusão” por ser reverso. O item 2 também gerou discussão, pois sua tradução “desordem biológica” foi considerada um termo de difícil compreensão. Essas questões foram discutidas com o autor do instrumento original e decidiu-se substituí-lo por “alteração biológica”. A sugestão de alterar o item reverso não recebeu consentimento do autor. Após considerar todas as sugestões dos especialistas e dos grupos focais, o instrumento foi retrotraduzido por dois

falantes nativos da língua original do instrumento e fluentes da língua portuguesa. Esta etapa resultou em duas traduções reversas independentes, que foram sintetizadas em uma versão final que recebeu o aval do autor original.

CONCLUSÃO

O instrumento encontra-se traduzido para o português e mostrou correspondência de significado geral e referencial em relação ao instrumento original. O questionário está pronto para ter suas qualidades psicométricas testadas na população brasileira, podendo se tornar um instrumento muito importante para pesquisas com estigma do peso. Apoio: CAPES.

Palavras-chave: Tradução|Estudos de Validação|Estigma do Peso

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Uma escala para avaliar a autoeficácia dos profissionais de saúde para o cuidado da obesidade em abordagem coletiva

Thanise Sabrina Souza Santos¹; Jhessica Campos Victor²; Gabriela Ribeiro Dias²; Agatha Cosmo de Moura Balbino²; Patrícia Constante Jaime²; Bárbara Hatzlhoﬀer Lourenço².

1. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG - Brasil; 2. Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

O cuidado da obesidade é desafiante para profissionais e gestores da saúde, indicando a necessidade de refletir sobre as estratégias pouco efetivas até então utilizadas na Atenção Primária à Saúde (APS). A abordagem coletiva foi proposta para o tratamento da obesidade no Sistema Único de Saúde (SUS). Porém, é necessário entender o quanto confiantes os profissionais estão neste cenário. Diante da ausência de instrumentos de mensuração, este estudo teve como objetivo apresentar uma escala validada para avaliação da autoeficácia dos profissionais de saúde para desenvolver grupos terapêuticos para o tratamento da obesidade.

MÉTODOS

Este é um estudo psicométrico que incluiu o desenvolvimento dos itens com avaliação da abrangência, relevância, compreensibilidade e das características de mensuração (discriminação e localização), além da proposição de uma escala de classificação da autoeficácia. Os itens foram desenvolvidos considerando referenciais teóricos para o tratamento da obesidade, como o Modelo de Atenção às Condições Crônicas, a educação popular em saúde e o guia alimentar. A relevância e abrangência dos itens foram avaliadas com especialistas no tratamento da obesidade na APS. Profissionais de saúde indicaram o quanto compreenderam os itens após a avaliação pelos especialistas. Outros profissionais de saúde foram convidados a responder os itens para a estimação da discriminação e localização, bem como a proposição da escala com aplicação do modelo resposta gradual da Teoria de Resposta ao Item. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (CAAE 12785719.9.0000.5421).

RESULTADOS

Foram propostos 21 itens e dois conjuntos de opções de resposta (com quatro e cinco alternativas). Os especialistas aprovaram 18 (com sugestões de escrita) e o conjunto com quatro opções de resposta (não confiante, pouco confiante, confiante e muito confiante), os quais foram adequadamente compreendidos pelos profissionais com indicação de exclusão de um item. Todos os 17 itens apresentaram adequada discriminação da autoeficácia, com destaque para aquele que avalia a confiança para promover a

participação dos usuários. O desenvolvimento de grupos com usuários com indicação para cirurgia bariátrica apresentou a maior exigência de confiança dos profissionais. A escala descreve a autoeficácia em três níveis: baixa, moderada e elevada, quando os profissionais estão muito confiantes para mediar grupos, promover a participação e considerar as experiências de vida e história de redução de peso.

CONCLUSÃO

Este estudo disponibiliza uma escala para apoiar a recomendação de uso da abordagem coletiva no tratamento da obesidade no SUS, possibilitando avaliar a confiança dos profissionais de saúde neste cenário com aplicação de uma metodologia robusta. A aplicação da escala também pode sugerir a necessidade e o impacto de ações de qualificação dos profissionais, orientando as decisões dos gestores de saúde.

Palavras-chave: Autoeficácia|Manejo da obesidade|Atenção primária à saúde|Estudos de validação

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Um novo questionário de frequência alimentar para avaliar o consumo com base na classificação NOVA para adultos brasileiros

Evelyn Oliveira da Silva; Maria Laura da Costa Louzada.
Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo - SP - Brasil.

INTRODUÇÃO

A classificação de alimentos Nova, que agrupa os alimentos em categorias definidas pelas características do processamento industrial, foi criada em 2010. Ela passou a se mostrar extremamente relevante para uso em estudos epidemiológicos que visam analisar o impacto das mudanças dos sistemas alimentares nas condições de saúde. Entretanto, há uma limitação comum nesses estudos que é o uso de instrumentos de avaliação do consumo alimentar inespecíficos para o processamento de alimentos, o que pode levar a vieses na mensuração do consumo e, conseqüentemente, dos seus efeitos. Assim, o objetivo deste trabalho foi desenvolver (e, posteriormente, validar) um questionário de frequência alimentar que avalia o consumo habitual de alimentos, segundo a classificação Nova (QFA-Nova) para adultos brasileiros.

MÉTODOS

O QFA-Nova foi desenvolvido para ser um questionário quantitativo autoaplicável relativo ao consumo dos últimos doze meses. Para desenvolvimento da lista e das porções de referência dos alimentos, foram utilizados os dados de dois recordatórios de 24 horas de pessoas maiores de 18 anos da Pesquisa de Orçamento Familiares (POF) 2017-2018. Os alimentos foram classificados de acordo com a classificação Nova e foram incluídos na lista os alimentos que contribuíram cumulativamente com 95% do consumo de energia da população brasileira. Dois nutricionistas adaptaram a descrição dos alimentos de forma a capturar todas as informações relevantes para diferenciar corretamente os alimentos de acordo com as características do processamento industrial. As porções de referência foram determinadas pelas medidas caseiras mais frequentemente citadas pelos participantes na POF 17-18. A escala de frequência e de quantidade de consumo foram definidas através de revisão da literatura. Após o seu desenvolvimento, o QFA passou por avaliação de especialistas e foram feitas as modificações pertinentes.

RESULTADOS

O QFA-Nova contém 111 itens, distribuídos em 12 grupos de alimentos (ex: “Cereais e massas”). Para cada alimento, o participante deve responder: a) frequência de consumo habitual; b) quantidade de consumo diária. A frequência de consumo é classificada em 10 categorias: (1) “nunca ou <1x/mês”; (2) “1x/mês”; (3) “1-3x/mês”; (4) “1x/semana”; (5) “2x/semana”; (6) “3x/semana”; (7) “4x/semana”; (8) “5x/semana”; (9) “6x/semana”; (10) “todos os dias”. A quantidade de consumo é avaliada em relação à porção de referência de cada item alimentar, mensurada por escala graduada em 6 categorias: “0,5”;

“1,0”; “1,5”; “2,0”, “2,5”; “3,0”, “+3,5”. Atualmente, o QFA-Nova está em fase de validação de face e, a seguir, será submetido à análise de confiabilidade e validação de critério.

CONCLUSÃO

O presente trabalho desenvolveu um QFA capaz de discriminar o consumo alimentar de adultos brasileiros segundo a classificação Nova. Espera-se que o QFA-Nova seja utilizado em estudos epidemiológicos sobre a relação do processamento de alimentos e desfechos em saúde.

Palavras-chave: Consumo Alimentar|Consumo Alimentar|Epidemiologia Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Usabilidade em Sistemas de Informação em Saúde: avaliação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) Web

Magda Maria Farias Martins¹; Brena Barreto Barbosa²; Claudia Machado Coelho Souza de Vasconcelos²; Laíse Gabrielly Matias de Lima Santos¹; Lucas Ponte Teixeira²; Antonio Augusto Ferreira Carioca¹.

1. Universidade de Fortaleza (Unifor), Fortaleza - CE - Brasil; 2. Universidade Estadual do Ceará (Uece), Fortaleza - CE - Brasil.

Usabilidade em Sistemas de Informação em Saúde: avaliação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) Web

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) utiliza os Sistemas de Informação em Saúde (SIS) como uma forma de suporte para padronização dos procedimentos de coleta e armazenamento de dados, como o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), que tem o intuito de fornecer informações sobre o consumo e estado alimentar da população brasileira. A plataforma online SISVAN Web se torna importante para a consolidação dessas informações para a criação de indicadores de alimentação utilizados para dar suporte aos profissionais de saúde. Com isso, o objetivo deste estudo foi avaliar a qualidade das interações entre usuários e o SISVAN Web, por meio da avaliação de possíveis problemas de usabilidade na utilização do sistema.

MÉTODOS

Pesquisa de abordagem qualitativa em que se utilizou da avaliação heurística e da avaliação de usabilidade. A avaliação heurística foi realizada por uma equipe de pesquisadores formada por acadêmicos em ciência da computação e cientistas da computação com experiência em aplicações web que, inicialmente, aplicaram a avaliação em cada interface do sistema com base nas heurísticas de Nielsen. Para a avaliação da usabilidade foi desenvolvido um roteiro de atividades, segmentadas por tarefas, definidas a partir das principais funcionalidades disponíveis e realizado com a participação de usuários (nutricionistas e enfermeiros) novos e experientes. O projeto do estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Fortaleza (Número do parecer: 4.348.452).

RESULTADOS

As principais não conformidades nas heurísticas foram: visibilidade do status do sistema; consistência e padrões; ajuda e documentação, porém metade dos problemas identificados com base nas heurísticas foram classificados como sem importância ou como questões

cosméticas de aparência. Em todos os testes de usabilidade perceberam-se erros técnicos frequentes e alguns erros de design deixaram o sistema confuso, principalmente em relação ao cadastro. Os problemas de usabilidade se mantiveram parecidos independente da experiência do usuário com o sistema.

CONCLUSÃO

Observamos características do sistema que dificultam a interação tanto de novos usuários como de usuários mais experientes. Os achados deste estudo destacam a importância da avaliação de software, atualização constante do sistema e de treinamento com maior frequência para usuários, independente da experiência de uso do sistema.

Palavras-chave: Sistemas de Informação; Vigilância Alimentar e Nutricional; Estado Nutricional; Teste de Usabilidade; Avaliação Heurística de Nielsen.

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Uso de telas e qualidade da alimentação: uma avaliação do consumo alimentar

Maira Perotti; Brigitte Olichon Gonçalves.
Unifase, Petrópolis - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

O consumo alimentar saudável é um dos determinantes do estado nutricional e relaciona-se à saúde em todas as fases do curso da vida. Assim, o monitoramento das práticas de consumo alimentar colabora com o diagnóstico da situação alimentar e nutricional e, ao mesmo tempo, fornece subsídios para o planejamento e a organização do cuidado da população adstrita aos serviços de Atenção Básica. A utilização do formulário de marcadores de consumo alimentar avalia as práticas alimentares e o registro das informações auxilia o diagnóstico coletivo. O objetivo deste estudo foi avaliar o consumo alimentar dos pacientes.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional do tipo transversal, realizado no período de 2021 a 2022, envolvendo os pacientes de ambos os sexos e idades da USF Nova Cascatinha, Petrópolis- RJ. Os dados foram coletados através do Marcador de Consumo Alimentar, reconhecido pelo Ministério da Saúde, avaliados com o bloco de questões do questionário do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional para crianças com 2 anos ou mais, adolescentes, adultos e idosos, sendo tabulados no programa EPI INFO 7.2.5.0

RESULTADOS

Foram investigados 126 pacientes (3-90 anos de idade), sendo a maioria do sexo feminino (74,4%) e idosos (50,8%). Observou-se bom consumo de feijão (72,80%), frutas frescas (64,80%) e verduras/legumes (65,60%). Entre os alimentos processados, a maior prevalência foi de bebidas adoçadas (42,40%), entre adolescentes e adultos (100% e 51% respectivamente). A frequência do hábito de se alimentar diante de equipamentos eletrônicos foi de 64,29%, sendo prevalente em todas as faixas etárias. Dos que relataram o consumo de bebidas adoçadas, biscoitos recheados e macarrão instantâneo, houve relação significativa com o hábito de comer em frente à tela (48,48%, 37,88%, 22,73%, respectivamente). Vários estudos apontam na direção de que se come mais alimentos não saudáveis quando se está na frente de alguma tela, desviando-se a atenção para o que é consumido. Isso interfere nos sinais fisiológicos de fome e saciedade, levando a escolhas alimentares inadequadas, como o consumo de produtos mais calóricos e com baixo teor de nutrientes, além de apontar para a influência da mídia no comportamento alimentar, com a publicidade relativa a alimentos de baixo valor nutricional.

CONCLUSÃO

A associação encontrada entre o consumo de alimentos não saudáveis e o tempo de tela pode ser fator de risco para o desenvolvimento de excesso de peso e ao desenvolvimento de doenças crônicas em todas as fases da vida, tanto por conta da inatividade física quanto pelo maior consumo de alimentos obesogênicos. Entretanto, o presente estudo também constatou o consumo adequado de alimentos saudáveis, o que pode ser explicado pela presença de uma nutricionista na equipe e das ações de educação em nutrição desenvolvidas na USF estudada, a fim de incentivar a formação de novos hábitos alimentares.

Palavras-chave: Atenção Básica à Saúde|Nutrição de Grupos Vulneráveis|Índice de Alimentação Saudável|Tempo de Tela|Vigilância Nutricional

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Utilização de metodologias ativas nas oficinas de qualificação das visitas técnicas de apoio à implementação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição na região Norte

Gabriella Carrilho Lins de Andrade; Milena Serenini Bernardes; Ana Carolina Lucena Pires; Lorena Gonçalves Chaves Medeiros; Paloma Abelin Saldanha Marinho; Gisele Ane Bortolini.

Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

O propósito da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) é melhorar as condições de alimentação, nutrição e saúde da população. Porém, a publicação de uma política não garante a sua efetivação. A PNAN, em mais de 20 anos, apresenta avanços e desafios na sua implementação. A Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) é o ente federal responsável por coordená-la. Dada a necessidade de aproximação com estados e municípios, iniciou processo de apoio à implementação em nível local. Após diagnóstico situacional por meio de formulário e oficinas de escuta com as referências estaduais, realizou visitas técnicas, inicialmente à região Norte pelo princípio da equidade, nas quais oficinas de qualificação foram conduzidas com metodologias ativas. Objetiva-se avaliar a utilização de metodologias ativas nas oficinas de qualificação no âmbito das visitas técnicas de apoio à implementação da PNAN na região Norte.

MÉTODOS

Oficinas foram realizadas com gestores e profissionais de saúde de municípios dos estados do Amapá, Acre, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Duraram em média oito horas com dois grandes eixos: Gestão das ações de Alimentação e Nutrição (A&N) e Organização da Atenção Nutricional (AN) na Atenção Primária à Saúde. Três estratégias pedagógicas principais trabalharam coletivamente as temáticas de Diagnóstico e Controle Social; Vigilância Alimentar e Nutricional; Financiamento; Organização da AN e Segurança Alimentar e Nutricional e Intersetorialidade. O *Dispositivo Disparador* apresentava duas situações de problematização relacionada a cada um dos eixos, o *Portfólio* continha afirmações para reflexão sobre o território e relacionadas a cada um dos cinco temas, e a *Proposta de Intervenção Contextualizada* foi construída a partir de um plano de ação para um problema identificado e trabalhado com apoio da árvore de problemas.

RESULTADOS

As estratégias pedagógicas trouxeram elementos mobilizadores que se relacionam ao processo de trabalho dos gestores e profissionais de saúde. Os dois *Dispositivos Disparadores* contribuíram para a reflexão sobre a prática oportunizando a identificação

de semelhanças e diferenças na gestão e organização das ações de A&N nas realidades locais. O *Portfólio* permitiu a problematização coletiva da situação dos municípios quanto as temáticas estruturantes para implementação da PNAN. A *Proposta de Intervenção Contextualizada* possibilitou a eleição de um problema prioritário, o reconhecimento das causas e consequências e a construção de estratégia com objetivo, meta, indicadores, fontes de recursos, atores e prazo.

CONCLUSÃO

Sendo as metodologias ativas estratégias pedagógicas capazes de gerar processos reflexivos e problematizadores a partir das experiências dos participantes, considera-se que foram eficientes, de baixo custo e fácil operacionalização, contribuindo para qualificar os gestores e profissionais de saúde dos municípios no intuito de avançar para o alcance do propósito da PNAN.

Palavras-chave: Metodologias Ativas|Política Nacional de Alimentação e Nutrição|Política de Saúde|Implementação de Política|Alimentação e Nutrição

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Validação de protocolo de uso para orientação alimentar de adultos com obesidade na Atenção Primária à Saúde baseado no Guia Alimentar para a População Brasileira – Projeto ProGUIA

Lorrany Santos Rodrigues; Anna Beatriz de Oliveira Chaves; Kênia Mara Baiocchi de Carvalho; Nathalia Pizato; Patrícia Borges Botelho; Vivian Siqueira Santos Gonçalves.
Universidade de Brasília, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde recomenda o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (APS) como ação estratégica no manejo da obesidade e o Ministério da Saúde reforça que a orientação alimentar deve ser responsabilidade de todos os profissionais das equipes. A inexistência de ferramentas para nortear tal orientação pode ser um desafio para os profissionais não nutricionistas. Logo, se objetivou elaborar e validar um protocolo para o cuidado de adultos com obesidade na APS baseado no Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB).

MÉTODOS

Após a formação da equipe de trabalho livre de conflito de interesses, procedeu-se o percurso metodológico de cinco etapas para o estudo de validação: (1) definição do formato – revisão da literatura sobre manejo da obesidade na APS e identificação de tecnologias de apoio ao GAPB; (2) definição de instrumento como estratégia de rastreamento; (3) extração do conteúdo – leitura em profundidade do GAPB e da tecnologia de apoio; (4) desenvolvimento das orientações e estruturação de fluxograma para sumariá-las; revisão do texto; e (5) duas etapas de validação: a validação de conteúdo foi realizada por painel de juízes – docentes e gestores de políticas de saúde –, visando a obtenção do Índice de Validade de Conteúdo (IVC) > 0,80 e, posteriormente oficina online mediada pela equipe. A validação aparente contou com profissionais não nutricionistas da APS, em oficina online com mediação. Foram realizados os ajustes para a versão final. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade de Brasília, parecer 4.567.135.

RESULTADOS

O Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para Sobrepeso e Obesidade em Adultos, publicado pelo Ministério da Saúde, foi a tecnologia de apoio eleita para complementar as mensagens do GAPB; e uma síntese rápida de evidências foi realizada para subsidiar o trabalho. Os Marcadores de Consumo Alimentar do Sisvan foram definidos como instrumento de rastreamento. A partir das perguntas desse instrumento, foram elaboradas seis recomendações de orientação alimentar no contexto da obesidade e um

fluxograma unidirecional. Na etapa de validação participaram 20 juízes e 10 profissionais da APS e o protocolo obteve IVC 0,98. Nas oficinas, os participantes declararam que o instrumento proporcionará maior confiança e suporte na orientação alimentar. Houve sugestões de reformulação do fluxograma que passou a ser circular e centrado no diálogo com a pessoa avaliada; foram discutidas opções à ausência de orientações quantitativas e valorizada a abordagem da prevenção do estigma do peso.

CONCLUSÃO

O protocolo foi validado e poderá colaborar de maneira prática e fundamentada em evidência científica no manejo da obesidade na APS.

Palavras-chave: Obesidade|Atenção Primária à Saúde|Protocolos clínicos|Estudos de Validação|Guias Alimentares

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Variação temporal do estado nutricional das crianças beneficiárias do Programa Bolsa Família

Layane Carvalho Alves; Lorenza Rodrigues dos Reis Gallo; Priscila Claudino de Almeida; Sara Araujo da Silva Mendes.
Centro Universitário Unieuro, Brasília - DF - Brasil.

INTRODUÇÃO

O monitoramento do estado nutricional é um importante indicador de saúde populacional, com a finalidade de acompanhar indicadores de crescimento, ganho ponderal e inferir sobre potenciais agravos e deficiências nutricionais. No contexto de insegurança alimentar e nutricional e de pobreza é possível identificar a múltipla carga da má nutrição caracterizada pela ocorrência da desnutrição, da obesidade, das carências nutricionais, além das doenças crônicas não transmissíveis. Nesse contexto o presente estudo busca avaliar a variação temporal da desnutrição e da obesidade em crianças menores de 7 anos com perfil saúde do Programa Bolsa Família.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo observacional analítico ecológico com a utilização dos dados públicos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional no período de 2008 a 2020. Para este estudo foram selecionados os relatórios do módulo de estado nutricional do período de 2008 a 2020, considerando todos os meses dos anos, e agrupados como unidade geográfica, Brasil. A população de interesse foram crianças de 0 a 7 anos incompletos, com acompanhamento registrado a partir do Programa Bolsa Família e do índice antropométrico (Índice de Massa Corporal para Idade), sem distinção de região, povos e comunidades tradicionais, escolaridade, sexo e raça/cor. A variação temporal dos indicadores de magreza e obesidade foram avaliados por meio de modelo de regressão linear, tendo como desfecho (variável dependente) o valor de cada indicador e como variável explanatória o ano do monitoramento, expresso como variável contínua. O coeficiente de regressão do modelo indica a taxa média anual, expressa em pontos percentuais ao ano, de aumento ou diminuição do indicador no período. O coeficiente de regressão diferente de zero ($p \leq 0,05$) indica variação estatisticamente significativa no período. As análises de regressão linear foram realizadas no aplicativo Stata, versão 14.2 (Stata Corp, 2014).

RESULTADOS

Os achados deste estudo revelam um cenário de transição nutricional em crianças brasileiras com redução da desnutrição e aumento da obesidade. A magreza em crianças de 5 a 7 anos passou de 7,19% em 2009 para 6,90% em 2020. A obesidade em crianças da faixa etária de 5 a 7 anos passou de 7,54% para 8,56% ($p < 0,05$).

CONCLUSÃO

A taxa anual de declínio de 0,07% na proporção de crianças de 5 a 7 anos com magreza e aumento de 0,26% na taxa anual de obesidade em crianças do Programa Bolsa Família, indicam para a relevância do monitoramento da saúde e nutrição, especialmente em populações em vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família|Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional|Crianças

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Velocidade de crescimento de crianças assistidas pelo banco de leite humano de um hospital universitário do maranhão.

Isabella Cristina Loiola de Moraes Pereira; Sueli Ismael Oliveira da Conceição; Poliana Cristina de Almeida Fonseca; Feliciano Santos Pinheiro; Isabela Leal Calado; Nayra Anielle Cabral Cantanhede.

Universidade Federal do Maranhão, São Luís - MA - Brasil.

INTRODUÇÃO

O crescimento é um processo complexo que se caracteriza por um conjunto de transformações físicas ocorrendo de forma acelerada, tendo seu início a partir da fecundação e terminando quando o indivíduo chega à vida adulta, pode ser influenciado direta ou indiretamente por fatores como sexo, condições de nascimento, tipo de alimentação e condições de saúde. Vale ressaltar que o crescimento é o principal indicador de saúde. Diante da relevância do aleitamento materno e da importância do acompanhamento do crescimento de crianças no primeiro semestre de vida, o objetivo do presente estudo foi determinar os possíveis fatores associados a velocidade de ganho de peso, comprimento e perímetro cefálico de lactentes acompanhados pelo Banco de Leite Humano de um Hospital Universitário.

MÉTODOS

Estudo de coorte, realizado em um Banco de Leite Humano. Amostra não probabilística com 101 crianças não gemelares e em aleitamento materno, acompanhadas do nascimento ao sexto mês. As medidas de peso, comprimento e perímetro cefálico foram mensuradas do nascimento ao sexto mês mensalmente. Avaliou-se o crescimento por meio de médias e desvio padrão da velocidade de ganho de peso (VGP) e velocidade de ganho de comprimento (VGC). Foi aplicado teste de t de student para comparação das médias das medidas antropométricas e velocidades de crescimento de acordo com as variáveis estudadas. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP - HUUFMA, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº. 466/2012, sob pareceres número 2.341.252 em 20/10/2017 e número 2.673.595 em 24/05/2018. Todas as mães assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido respectivo à sua participação e dos lactentes na pesquisa.

RESULTADOS

A velocidade de ganho de peso, comprimento e perímetro cefálico foi maior nos meninos. Os meninos foram mais pesados que as meninas no primeiro, segundo, quarto e sexto mês. O comprimento em ambos os sexos dobrou entre o terceiro e quarto mês de vida. O perímetro cefálico dos meninos foi maior que o das meninas do nascimento ao sexto mês de vida ($p < 0,05$). O tipo de parto, uso de chupeta, complemento alimentar e residir com a avó não se associaram à velocidade de crescimento das crianças.

CONCLUSÃO

A velocidade de ganho de peso, comprimento e perímetro cefálico foi maior nos meninos e variáveis como o tipo de parto, uso de chupeta, complemento alimentar e se residiam com a avó não apontaram diferenças estatísticas significantes com a velocidade de crescimento.

Palavras-chave: Crescimento|Aleitamento materno|Lactantes|Antropometria

NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Vitamina D em crianças e adolescentes por região do Brasil: Uma revisão sistemática com meta-análise

Giulia Maria Ferreira da Silva; Luciana da Cunha Godoy Cavalheiro Ferreira; Lúcia Gomes Rodrigues; Simone Augusta Ribas; Rodolfo de Almeida Lima Castro.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - RJ - Brasil.

INTRODUÇÃO

A vitamina D é fundamental para a saúde óssea e imunidade, principalmente na infância. Estudos epidemiológicos em populações de países tropicais têm relatado alta prevalência de deficiência e insuficiência de vitamina D, apesar da alta incidência solar. Entretanto, o estado da vitamina D entre crianças e adolescentes brasileiros ainda é pouco conhecido. Assim, o objetivo deste estudo foi realizar uma síntese da prevalência de hipovitaminose D e da média de vitamina D por regiões do Brasil, por meio de uma revisão sistemática.

MÉTODOS

Este trabalho é um recorte de uma revisão sistemática, intitulada “Vitamin D status and associated factors in Brazilian children and adolescents: a systematic review and meta-analysis.” que teve seu registro aprovado no PROSPERO (CRD42021247439). As bases de dados utilizadas foram PubMed, EMBASE, Web of Science e Scopus. O processo de coleta de dados foi realizado em ordem duplicada por revisores independentes. Foram incluídos estudos observacionais realizados no Brasil com crianças e adolescentes de 6 a 18 anos. Foram excluídos os estudos com indivíduos com comorbidades que alteram o metabolismo e os níveis de vitamina D, distúrbios neurológicos ou síndromes genéticas. O I² foi utilizado para avaliação da heterogeneidade. Na meta-análise, realizada no Stata/MP17.0, foi considerada a prevalência de hipovitaminose D com a combinação de deficiência e insuficiência em uma mesma variável categórica dicotômica.

RESULTADOS

Após a busca foram encontrados mais de 500 artigos. Após a etapa de leitura dos títulos e resumos, 14% (n= 71) foram selecionados para a leitura na íntegra. Ao final, 25 artigos foram incluídos na revisão. Destes, 9 foram conduzidos no Sudeste, 8 Nordeste, 4 Norte e 4 Sul. Não foram identificados artigos no Centro Oeste que se adequassem aos critérios de inclusão. Os artigos foram publicados entre 1984 e 2022. O ponto de corte mais frequentemente utilizado foi de 30 ng/mL. Na meta-análise, foram incluídos 16 artigos e encontrada grande heterogeneidade na prevalência de hipovitaminose D (I² = 98,5%) e consideráveis diferenças regionais, variando entre 34,0% (IC 95%: 25,4-43,9%) e 99,3% (IC 95%: 97,9-99,7%), respectivamente, para estudos realizados no Sudeste e Nordeste. A medida resumo da prevalência de deficiência e insuficiência de vitamina D ficou em 64,8% (IC 95%: 54,5-74,4%) A média variou de 22,1 ng/mL (IC 95%: 10,5-33,7 ng/mL) em um artigo com do Sul a 41,0 ng/mL (IC 95%: 21,4-60,6 ng/mL) no Nordeste.

CONCLUSÃO

A prevalência da hipovitaminose D no Brasil apresenta diferenças regionais e heterogeneidade. Tendo em vista que o Brasil tem diferentes climas, ressalta-se a importância de mais estudos a respeito do nível sérico de vitamina D em crianças e adolescentes em todo o país, sobretudo no Centro Oeste. Deve-se aprofundar as discussões a respeito dos fatores de risco para o desenvolvimento da hipovitaminose D, assim como criar políticas públicas de saúde para combatê-la.

Palavras-chave: Vitamina D|Criança|Adolescente|Revisão Sistemática